# I CONGRESSO DE LITERATURA, SOCIEDADE, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

*Literatura, Arte e Política*

*E-book*

**Volume 03**

**Organização:**
Yvonélio Nery Ferreira
Cristina Helou Gomide

***E-book* do I Congresso de Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos**

***Literatura, Arte e Política***

**Universidade Federal de Goiás – UFG**

# Volume 03

**Organização:**
Yvonélio Nery Ferreira
Cristina Helou Gomide

**Realização:**

GAIA
Grupo de Pesquisa em Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos

**Apoio:**

Universidade Federal de Goiás – UFG
Faculdade de Educação – FE/UFG
Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística – PPGLL/FL/UFG

**Goiânia – GO**
**2023**

**ISBN nº 978-65-999539-1-0**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Congresso de Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos (1. : 5 e 8 dez. 2022 : On line)
I Congresso de Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos: literatura, arte e política [livro eletrônico] : literatura, arte e política : volume 03 / organização Yvonélio Nery Ferreira, Cristina Helou Gomide. -- Goiânia, GO : Casa da Música, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-999539-1-0

1. Arte e cultura 2. Direitos humanos 3. Literatura brasileira 4. Política 5. Sociologia I. Ferreira, Yvonélio Nery. II. Gomide, Cristina Helou. III. Título.

23-179180 CDD-306.47

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Arte e cultura : Sociologia 306.47

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## Conselho Editorial do Grupo de Pesquisa Gaia:

Dr. Carlos Oiti Berbert Júnior (UFG)
Dra. Cristina Helou Gomide (UFG)
Dra. Daiana Nascimento dos Santos (UPLA – Chile)
Dr. Denilson Lima Santos (UNILAB)
Dra. Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)
Dra. Fabiane Lopes de Oliveira (UFG)
Dra. Fernanda Barros (UFG)
Dr. José Carlos Mariano do Carmo
Dr. José Humberto Rodrigues dos Anjos (UFG)
Dra. Liliam Ramos (UFRGS)
Dra. Miriam Bianca Amaral Ribeiro (UFG)
Dra. Renata Silva Fernandes (UFG)
Dr. Roberto Bueno (UFU)
Dr. Rogério Mendes (UFRN)
Dr. Yvonélio Nery Ferreira (UFG)

**SUMÁRIO:**

**IMPERIALISMO, NEOCOLONIALISMO E A DESCONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS** ..... **8**
*Roberto Bueno*

**TRAUMA, POLÍTICA E DISJUNÇÃO GERACIONAL EM *LOS RUBIOS*, FILME DE ALBERTINA CARRI** ..... **48**
*Ana Lucia Oliveira Vilela*

**PELA AMÉRICA LATINA: A REVOLUÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DE *VERSUS*.....** **61**
*Mariana Link Martins*

**O COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI E AS IMPLICAÇÕES NEGATIVAS PARA OS DIREITOS HUMANOS** ..... **72**
*Marco Aurélio Cardoso*

**ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAMPO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: INTERSETORIALIDADE NA GARANTIA DO DHAA EM MANAUS/AM** ..... **85**
*Elizabeth Cristina Castro Gomes*

**PARA O BRASIL, SUAS IMAGENS: RASCUNHO CRÍTICO SOBRE OS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO DE LEILA DANZIGER** ..... **95**
*Bárbara Mol*

**TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DAS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS PRESENTES NAS FALAS DE JOÃO ROMÃO EM O CORTIÇO (1890) DE ALUÍSIO AZEVEDO** ..... **102**
*Jackeline Braga Cunha*
*Jessica Soares Dantas Fernandes*

**TERRITÓRIO POLÍTICO: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO-AÇÃO "MEU VOTO SERÁ FEMINISTA"** ..... **112**
*Raabe Bastos*
*Gabriela Santos Alves*

**ENTRE MARGARIDAS E MARGINAIS: A HISTORICIDADE DO THRASH METAL (1980-1990)** ..... **121**
*Anandrey Cunha*

**UM ESTUDO DA COBERTURA DOS DIREITOS HUMANOS NA ÍNDIA ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO ABSORVENDO O TABU: UMA PESQUISA SOBRE A POBREZA MENSTRUAL** ..... **136**
*Adriane Stefany Oliveira Souza*
*Jéssica Albuquerque Vieira Oliveira*

**SUPERENCARCERAMENTO FEMININO, SELETIVIDADE PENAL E MONITORAMENTO ELETRÔNICO: A LIBERDADE VIGIADA, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES ENQUANTO DISPOSITIVO TECNOPENAL À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS** ..... **145**
*Lavinia Rico Wichinheski*

**UMA LEITURA DA NARRATIVA *O SILÊNCIO DE JÚLIA,* DE PIERRE CORAN E MÉLANIE FLORIAN: O SABER E O DIREITO AO USO DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS ..... 154**
*Gisele Ferreira Brito*
*Solange Santana Guimarães Morais*

**MUSEU ORGÂNICO: PERTENCIMENTO E ENCONTRO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL ..... 165**
*Neycikele Sotero Araújo*
*Rodrigo de Sousa Melo*

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROGRAMA EDUCATIVO CULTURAL DO MUSEU DA VILA, LUÍS CORREIA, PIAUÍ, BRASIL ..... 177**
*Niuza Alves da Costa Ribeiro*
*Áurea da Paz Pinheiro*

**AÇÕES EDUCATIVAS CULTURAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE GOVERNANÇA COLABORATIVA PARA O MUSEU DA VILA ..... 185**
*Laiane Fontenele de Sousa*
*Áurea da Paz Pinheiro*

**TRABALHADORAS SEXUAIS E AS ARTES: VISIBILIDADE, RECONHECIMENTO E DIREITOS HUMANOS ..... 198**
*Bárbara Natália Lages Lobo*

**BREVE ANÁLISE SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NA LEGISLAÇÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA ..... 214**
*Fabio Garcia Leal Ferraz*
*Kelly Cristina Canela*

**COMPLIANCE E ARTE: O PROGRAMA DE INTEGRIDADE EFETIVO NO COMBATE AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO MERCADO BRASILEIRO DE ARTE ..... 225**
*Pedro Henrique Hernandes Argentina*

**FASCISMO: PULSÃO PEQUENO BURGUESA OU IMANÊNCIA DO CAPITAL? UMA CONVERSA ENTRE ANTONIO GRAMSCI E THEODOR W. ADORNO ..... 236**
*Manuela de Souza de Almeida Leite*

**FOTOGRAFIA E ENCENAÇÃO EM *ÁLBUM DE FAMÍLIA*, DE NELSON RODRIGUES ..... 243**
*Sérgio Ribeiro Pereira*

**A LEITURA DE POEMAS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR NAS TURMAS DOS SEXTOS ANOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE APARECIDA DE GOIÂNIA ..... 257**
*Patrícia Silva Valverde Rodrigues*
*Célia Sebastiana Silva*

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA E. E. E. M. PROFA. FLORENTINA DAMASCENO, SANTA LUZIA DO PARÁ – PA ..... 264**
*Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz*
*Ana Paula Vieira e Souza*

**NARRANDO HISTÓRIAS: UM COMPROMISSO COM A VERACIDADE DOS FATOS DE GROSLÂNDIA ..... 276**
*Neiva Guarienti Pagno*
*Claudia Landin Negreiros*

**O DIREITO ÀS "COISAS FINAS E ESPIRITUAIS" - A EDUCAÇÃO (POPULAR) COMO *INTERVENÇÃO*- O CASO DA REDE EMANCIPA ..... 291**
*Iolanda Silva Barbosa*

**A UTILIZAÇÃO DE RELATOS DE VIAJANTES DO SÉCULO XV NO CONTINENTE AFRICANO COMO UMA POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS VISÕES DE ÁFRICA ..... 299**
*Yasmin Daniella D'Avila*

**LETRAMENTO DIGITAL: A GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE MULTILETRAMENTOS DOS ALUNOS ..... 306**
*Risonete Gomes Amorim*

**OS RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE MOÇAMBIQUE E BRASIL ..... 312**
*Florentino Maria Lourenço*
*Cristiane Saraiva Bonifácio*

# IMPERIALISMO, NEOCOLONIALISMO E A DESCONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Roberto Bueno[1]

**Resumo**: O texto recorta como objeto a interdição imperial à concretização dos direitos humanos situada no discurso neoliberal aplicado aos países latino-americanos. A hipótese de trabalho é de que a aplicação da razão neoliberal solapa as bases materiais de recursos e riquezas que oferece suporte objetivo para sustentar a efetivação dos direitos humanos e da justiça social, elementos adensadores do tecido social e garantes da estabilidade da vida política. O sequestro de recursos e riquezas dos países periféricos os mantêm em circunstância de interdição objetiva da efetivação dos direitos humanos que o império apoia tão somente no plano formal enquanto os solapa com a aplicação de sua política externa que transpõe fronteiras sob as vestes do neoliberalismo que concretiza a destruição do catálogo de direitos humanos. Esta conjuntura configura o neocolonialismo operado pelo império e seus associados internacionais em escala global, dispondo também de estratégica representação interna nas oligarquias dos países latino-americanos cujo *ethos* é caracterizado pelas raízes senhoriais, potencializadoras da estratégia de depredação institucional para alavancagem da pilhagem. A superação desta conjuntura continental passa pela mobilização massiva e radicalização dos direitos humanos.
**Palavras-chave**: Imperialismo; Direitos Humanos; educação; neoliberalismo; neocolonialismo; soberania; periferia.

## Introdução [2]

Este breve texto está composto de suas principais seis primeiras partes, mas ainda não foi finalizado enquanto ao desenvolvimento de sua argumentação nem quanto a sua extensão projetada relativamente ao objeto recortado. Trata-se de primeira aparição de trabalho em curso que analisa as origens dos elementos de interdição à implementação dos direitos

---

[1] Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Paraná (2011) (UFPR / Nível 6 CAPES). Professor Associado III da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor da Faculdade de Direito da UFU. Foi Professor do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) (2016-2019). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (2009-2010). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (2011-2012). Mestre em Teoria do Estado e Filosofia do Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UNIVEM (2006). Especialista em Direito Constitucional e Ciência Política pelo Centro de Estudios Constitucionales de Madrid (1994). Pós-Doutor em Direito (2016) (UNIVEM). Pós-Doutor em Direito (2023) (Universidade Federal Fluminense). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (1992).

[2] Versão consideravelmente abreviada deste texto foi apresentada no "*I Congresso de Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos*" ocorrido entre os dias 05.12.2022 e 08.12.2022, na qual constaram apenas a Introdução, as reflexões preliminares além da terceira seção deste texto, "O humano como eixo organizacional: educação universal e direitos humanos". Agradeço penhoradamente aos organizadores do evento pelo convite e consequente estímulo ao desenvolvimento daquela exposição inicial, assim como à Universidade Federal de Goiás que sediou o evento, destacando tratar-se de momento político francamente adverso com sérias ameaças pairando sobre o mundo acadêmico em geral. Neste sentido agradeço especialmente ao Prof. Yvo Nery Ferreira e à Profa. Cristina Helou, com quem também compartilhei a mesa de trabalhos em que a versão preliminar deste texto foi apresentada.

humanos, aqui incluindo alguns tão nucleares quanto à saúde, à educação,[3] à previdência social, etc., todos eles perpassados pela social e democraticamente indispensável supremacia da dignidade humana em todas as esferas e instituições. Este texto recorta como espaço geográfico e cultural de sua análise os países periféricos latino-americanos,[4] considerando a preocupação com a progressiva deterioração de suas instituições e legítimos espaços de exercício do poder popular, isto em tempos críticos marcados pelo recrudescimento de vetustas inspirações fascistas hoje reconfiguradas no que classificamos como fáscio-pós-neoliberalismo financista (ver BUENO, 2020a, 2020b, 2018), reconstituição histórica viabilizada sob patrocínio de vigorosas forças operantes no núcleo duro do imperialismo sob completo desprezo dos princípios democráticos. Sob este cenário adotamos como parâmetro e paradigma reativo o exercício da política, reclamando sua afirmação nos países periféricos através da reconquista do espaço público para o exercício da razão política soberana que nos países periféricos latino-americanos precisa ser articulado pela população, dada a inapetência dos colonizados órgãos estatais para a luta pela sobrevivência ante a fúria totalizante imperial. São avassaladores os obstáculos impostos desde o centro do poder global através de inesgotáveis engenharias solapadoras da soberania dos países periféricos, lançando mão de recursos que casam o aumento de seu poderio e o travamento do desenvolvimento econômico desde as mais diversas órbitas.

Este texto foca desde diversos ângulos a prática imperial de sabotagem das condições de desenvolvimento dos países periféricos[5] no plano nacional e internacional, o que implica perfeito controle do acionamento de suas alavancas estruturais. São assim objeto de contenção, dentre outros, os direitos humanos em seu sentido material – embora não em sua dimensão retórica –, a saber, o acesso à educação, à saúde e à previdência social, assim como às estruturas que garantam aos países periféricos a independência, servindo como sólidos alicerces para sustentar a ascensão social e econômica de seus povos, assumindo em sua plenitude e potência o exercício da soberania nacional ao passo que garantindo condições de estabilidade sociopolítica e econômica.

Fundamentalmente, é destes objetos e suas interrelações das quais este texto se ocupa, bem como das formas de superação destas profundas relações de domínio estabelecidas e que o império procura manter intactas, ainda que sempre sob novas formas de modelação.

---

[3] É preciso reforçar a decisiva importância da saúde mental como um dos focos centrais de uma sociedade democrática popular, sendo ponto de articulação decisivo a conjunção da saúde mental individual com a saúde mental coletiva para fins de estabilizar as ações e reações políticas instituidoras de mecanismos de desenvolvimento sociopolítico e econômico sob a égide do princípio da supremacia do humano.

[4] À partida importa esclarecer a proposta de utilização do conceito de periferia neste texto. O tratamento e respeito reservado pelas economias centrais aos países-alvo é compatível com o de um "terceiro excluído" ou, se preferirmos, de Estados apenas formalmente inseridos no grande concerto das nações enquanto tais, os quais, de fato, são tratados como entes políticos de grandeza inferior. São classificados como subordinados cuja posição permite ao império e seus associados proceder a extração de suas riquezas e, por conseguinte, o amassamento de seus povos através da restrição máxima de seus direitos. Neste sentido utilizamos o termo "periferia", como construção intelecto-ideológica das economias centrais dotada de função específica. Este conceito está embarcado por visão etnocêntrica de origem imperial – originalmente europeia – de expansão global através do processo de ocupações a que seus povos deram lugar.

[5] Dentre as múltiplas formas de intervenção imperialista para assegurar os seus interesses se encontram as atividades de inteligência orientadas a instaurar cizânia e a mais profunda divisão interna nos países-alvo, visando submergir seus alvos em circunstâncias políticas internas de radical instabilidade, a ponto de interditar qualquer desenho político de projeto de desenvolvimento nacionalista, por mais modesto que seja o seu conteúdo.

## 1. Raízes oligárquicas e colonização cultural como dominação

A história latino-americana foi forjada ao longo de séculos sob o tacão da presença física de invasores de nacionalidades diversas e ânsia saqueadora similar, espírito posteriormente compartilhado através da associação entre algozes metropolitanos e personalidades locais encarregadas de dar sequência ao letal projeto. O desenvolvimento da etapa capitalista mundial tampouco afetou positivamente para a superação desta realidade regional latino-americana senão que, mantendo as estruturas de poder, o nascente capitalismo regional se foi amoldando às velhas formas de exploração e saque de tipo semifeudal que lhe precederam. Nestes termos o desafio de reconstruir as velhas formas de domínio não foi enfrentado e tampouco superado, posto que, como reconhecia Darcy Ribeiro (1972, p. 29), a "velha classe dominante patronal só pretendeu escapar ao colonialismo espanhol decadente para integrar-se no sistema econômico regido pelos centros imperialistas-industriais", muito conveniente porque mantinha a lógica de domínio e extração.

Precedendo à leitura filosófica marxista a partir da expansão econômica ocorrida no século XVI, a expansão comercial se desenvolveu na América Latina em convergência com os propósitos do capitalismo internacional (*cf.* MARINI, 2008, p. 110), embora discrepantes com os seus próprios preceitos teóricos de liberdade comercial. No caso brasileiro a realidade não foi diferente, senão que Ribeiro (1972, p. 28) reconhecia tratar-se da permanência de modelo de "patronato oligárquico", sob o qual as suas propriedades de "minas e fazendas" eram exercidas sob estilo de poder descritível como "patronato parasitário, dedicado aos negócios de importação e exportação, [*que*] exigem a persistência do sistema ocupacional arcaico", organização econômica e política sob a qual as relações de trabalho não requeriam a superação do semifeudalismo, senão que o pressupunha, algo que não causa espécie na medida em que o evolver histórico deu reiteradas mostras de que o "capitalismo desempenhou um papel semelhante ao do feudalismo e outras formações pré-capitalistas, apesar de que por seu caráter explorador, o fez de maneira muito violenta e selvagem". (SANTOS, 1977, p. 17).

As relações sociais historicamente estabelecidas no país retrocedem a modelos que inspiraram a vida do período colonial nacional, emulando tipologia hierárquica própria daquelas percebidas nos Engenhos de Açúcar, nos quais em todas as áreas e dimensões da vida local era soberana a figura do senhor de engenho,[6] e neste aspecto sugere Prado Júnior (2012, p. 24) tratar-se de que "O ser senhor de engenho [...] é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos", o que ocorre indiferentemente da posição real de poder de cada qual em sociedade inspirada pelo republicanismo democrático. Subjaz ao homem comum, inclusive o dos estratos menos privilegiados da sociedade, o paradoxal (e irreal) desejo de "ser servido" e a desmedida ambição de domínio sobre o *outro*, desvinculadamente do papel social democrático-popular

[6] Do ponto de vista econômico o período dos engenhos de açúcar no Brasil foi operado a partir de 1540 na recém-fundada vila de São Vicente, por Martim Afonso, ciclo que no Brasil encontraria seu período de competição com o estabelecimento de engenhos colocados em operação nas Antilhas Holandesas e Inglesas a partir de 1580, contando com a decadência a partir do século XVII – para o que contou a expulsão dos holandeses de Pernambuco em 1654 e a intensificação das atividades na região caribenha –, mas que se prolongou até meados do século XVIII, ciclo que uma vez encerrado levaria a descobertas do ouro em Minas Gerais e ao início do ciclo deste ciclo.

a ser desempenhado por cada indivíduo, assim como da mediação da racionalidade quanto às expectativas e possibilidades de chance de materialização deste anseio por ser obedecido.

Este atávico anseio pela condição de senhorio se situa para além da esfera de plausibilidade e das próprias condições e critérios de justiça e equidade que foram historicamente denegados à massa popular. Isto permite concluir que tal pretensão disseminada entre a população por ocupar posições internas de reconhecimento e poder não foi descolada de sua dimensão opressiva senão que, em tom intenso e replicador, este modelo foi aplicado pelos países imperialistas nas diversas latitudes em que exerceram – e exercem – o seu poder segundo processo facilitado em vista de contar com estratégicos segmentos de influentes personalidades internas parcial ou integralmente receptivas a esta tipologia de relações de domínio.[7] Partindo de seu contexto analítico africano natal no qual muitos processos independentistas não repercutiram na órbita econômica que permaneceu sob o controle das antigas metrópoles, Fannon (2019, p. 350) destacava fato convergente com os fundamentos deste análise acerca de que "Hace siglos que Europa ha detenido el progreso de los demás hombres y los ha sometido a sus designios y a su gloria; hace siglos que, en nombre de una pretendida "aventura espiritual" ahoga a casi toda la humanidad",[8] e precisamente este modelo foi sutil e eficientemente impresso a ferro e fogo nos países-alvo da furiosa ambição imperial por fazer triunfar a pilhagem sob modelo "(neo)colonial" que sempre foi o propósito das metrópoles invador-rapinadoras incluindo o seu antecedente britânico, perspectiva reafirmada pelos melhores intérpretes de sua realidade e da política, que encontrou uma adequada lente nas linhas de Hobson (1981, p. 217) ao destacar que nos territórios ocupados ("colônias") "El objetivo práctico más importante de nuestro país es explorar y desarrollar, por todos los métodos que la ciencia pueda hallar, los recursos naturales y humanos del globo que aún permanecen ocultos" e também, conforme a prática imperial objetivamente demonstrou, esta exploração inclui os recursos e riquezas naturais já identificados mas, em qualquer caso, mantendo o controle dos países-alvo.[9]

---

[7] O modelo imperialista norte-americano que sucessivamente é alardeado como exportador da síntese das virtudes do modelo democrático, em verdade, reitera o antecedente, e também anglófono modelo britânico, cujos governos coloniais eram reconhecidos por Hobson (1981, p. 131) como nada mais que "decididamente autocráticos", "esencialmente antidemocráticos" (HOBSON, 1981, p. 129) e, neste sentido, métodos avessos aos anunciados como princípios políticos superiores típicos do império colonizador, "antibritánicos", posto que não se fundamentavam no consentimento dos governados senão, estritamente, na vontade coordenada dos funcionários do império (*cf.* HOBSON, 1981, p. 129). Neste sentido é notável a similaridade da estratégia utilizada pelo império contemporâneo, embora nem sempre sejam perfeitamente visíveis os órgãos centrais desde o qual emanam as ordens, sendo que o mesmo não se pode afirmar das autoridades locais que as aplicam, explicitando contar com indivíduos nacionais dos países-alvo para cumprir os propósitos do império, o que implica em alguma medida incluí-los em hierarquia de poder cujo ápice se situa além da esfera interna nacional, estratégia também aplicada pelo império britânico em seu momento de auge.

[8] Para uma crítica ao eurocentrismo, ver AMIN, (1989).

[9] O poder imperial vigente em qualquer tempo mantém política orientada por incessante preocupação pela expansão de seu poderio, o que permite que não apenas mantenha a sua posição relativa como notavelmente a potencialize, sendo este um mecanismo para garantir-se ante o avanço das ameaças representadas por seus potenciais concorrentes. A este propósito convém recordar a mobilização nacional-socialista alemã em torno ao argumento do espaço vital (*Lebensraum*) para legitimar a sua guerra de agressão a outras nações com o fito de ocupá-las e sequestrar suas riquezas, sendo logo perceptível que as políticas aplicadas pelo império norte-americano são orientadas segundo a mesma lógica, embora por argumentos e instrumentos distintos, embora a noção de supremacia e destino civilizador permaneça nela subjacente. A busca de expansão do império não tem por horizonte e real objetivo o domínio regional segundo afinidades alegadamente étnicas como foi o caso alemão, senão o controle planetário, que não podendo ser exercido por meios militares diretamente em todas as latitudes, para isto mobiliza e conjuga diversos instrumentos que variam de assassinatos à cooptação de lideranças locais e intensíssimas ações de inteligência e chantagem. A busca do império por afirmar a sua

As práticas imperialistas não se descolaram do desprezo pelos povos invadidos, dominados e saqueados por instrumentalização física diretas das metrópoles e seus associados locais. No caso latino-americano destacava Galeano (1989, p. 15) que as classes dominantes do continente sempre estiveram incorporadas ao projeto de poder imperialista e, portanto, destituídas sequer do "menor interesse em averiguar se o patriotismo poderia ser mais rentável do que a traição ou se a mendicância é a única forma possível de política internacional", mendicância que em qualquer nível não interessou aos controladores do manche enfrentar, pois suporia sufragar os investimentos em direitos humanos, e seria inaceitável operar estes custos do sistema recaindo sobre estes setores dominantes. Em última instância, a oligarquia operará os direitos humanos sob a lógica democrática mas evitando sua abordagem no plano material, senão na dimensão estritamente formal, embora temperada com ligeiras concessões que envernizam o sistema. Resta assim evidente a contradição entre os interesses do império e o dos países periféricos sobre os quais exercem toda a sua capacidade de sequestro institucional segundo a tradição imperial britânica trabalhada por Hobson (1981, p. 144) ao ponderar que "El antagonismo existente entre imperialismo y mejoras sociales se convierte en una intrínseca incompatibilidad política, toda vez que los métodos y los procesos de gobierno que uno y otras requieren son contradictorios. Las cuestiones de financiación nos ofrecen algunos de los ejemplos más obvios de este antagonismo".

Há contradição entre o sistema capitalista e a efetivação dos direitos humanos, que dependem de submeter o poder do capital ao imperativo humano, derivando disto o incessante esforço imperial para manter subjugados os países periféricos. A alta capacidade de sequestro de que dispõe o império é potencializada pela associação com figuras influentes nos países-alvo latino-americanos, algo já destacado pela crítica de Galeano (1989, p. 5) ao destacar que a classe dominante latino-americana tem propensão à traição dos interesses nacionais. Esta é percepção compartilhada pela análise da classe dominante peruana que permeia as linhas de Quijano (1998, p. 231), que sublinhou o fato de que esta elite se encontrara historicamente "siempre más dispuestos[*a*] a identificar sus intereses con los dominadores del mundo eurocéntrico", e a motivação de fundo para tanto seria rasa e facilmente localizável na ordem de benefícios econômicos, mas que deveria ainda, em aras de sua consistência, incluir com destaque os fatores étnico, cultural e antropológico, cuja união aos olhos dos invasores(-"colonizadores") situaria aos povos originários como "inferiores". Percebidos como tais, seriam merecedores do jugo que lhes impunha o império, domínio e total controle para, alegada e falsamente, "ser objeto de esforço civilizatório por parte das nações superiores"[10] perante povos "incultos", "pré-civilizados", posto que, todavia, imersos na infância da história da humanidade.

---

hegemonia na órbita planetária hoje encontra grave interdição na rearticulação dos BRICS, não sendo casualidade que todos os seus países fundadores estejam sendo confrontados por diversos meios pelo império, sendo previsível que o Brasil passe a sofrer, novamente, o assédio de sucessivas administrações norte-americanas já a partir da metade do Governo Lula em funções desde 2023 pela mobilização de recursos de inteligência e de fortes campanhas de desestabilização por intermédio das redes sociais, contando com manifestações públicas de altos mandos da ativa do Exército no ápice desta intensa pressão no semestre precedente à realização das eleições presidenciais de 2026.

[10] Em momentos pretéritos o império britânico pretendeu justificar suas intervenções, controle e efetivo domínio de países soberanos a partir do pretenso papel civilizatório que desenvolveria junto a estes povos, a partir da auto-outorga da suposta missão de elevação da condição daqueles povos. É lapidar ao destacar a visão do império britânico que seria mantida com as devidas adaptações históricas e geopolíticas pelo imperialismo

O projeto da classe dominante na manutenção da posição de privilégios históricos sugeria encontrar o caminho mais fácil através da ação como mera corretora de riquezas a favor do império triunfante a cada momento antes que colocar-se ela própria na posição de controladora da exploração das riquezas locais. Isto suporia organizar o enfrentamento aos grandes poderes internacionais, tarefa para a qual revelavam indisposição ante as maiores facilidades do caminho disposto aos que se dispusessem a traição à pátria e aos interesses de desenvolvimento nacional e, assim, dos maiores interesses de seu povo. Estas foram variáveis descartadas pela dominante maioria das elites dos países latino-americanos, e neste aspecto Galeano (1989, p. 15) destacava a condição para a hipoteca da soberania nacional em detrimento do exercício da razão política soberana,[11] alegadamente, por inexistir outro caminho, sendo os álibis da oligarquia mobilizados para, interessadamente, confundir a impotência da classe social dominante com o que seria "presumível [*um*] vazio de destino de cada nação", desprezando o debate público sobre quais seriam os reais e necessários recursos de que carece cada país assim como a íntegra de nosso continente para, finalmente, dispor das condições indispensáveis para o exercício do magnífico poder soberano popular.

A superação da condição de dependência articulada pelos países metropolitano-controladores pressupõe a disposição massiva para *re*ação em toda a amplitude e neste sentido, ainda enquanto mera potência a compor o cenário da correlação de forças política, tampouco pode ser excluído, à partida, o uso da violência contra o bem organizado grupo – militarmente apoiado – de saqueadores que não hesitam em aplicar toda sorte de recursos contra os povos autóctones dos países-alvo. Esta mobilização – preferencialmente coletiva – do recurso extremo está plenamente justificada pelo princípio de que a necessidade e o direito à autopreservação, *lato sensu*, precede a imperatividade do direito, eventualmente alvo

---

norte-americano: "Si aceptamos que las técnicas del «progreso», o algunas de ellas, son comunicables, cosa que parece indiscutible, no pueden existir derechos innatos en un pueblo a negarse a recibir las enseñanzas obligatorias que precisa para pasar de la infancia a la madurez, dentro del concierto de las naciones" (HOBSON, 1981, p. 217). Sem embargo, este é argumento tão débil como a sua ideia de fundo de que haveria um dever de ser "civilizado" e/ou ser conduzido ao "progresso" por quaisquer meios e métodos adotados por um povo tecnologicamente mais avançado, sendo este um movimento que menospreza por completo o conceito de soberania e autodeterminação dos povos. Sob a perspectiva do império a busca de justificação política para as suas ações e admissão de liberdades políticas restritas nos territórios ocupados ("colônias") se situaria objetivamente em que "así lo exige la educación de las razas inferiores: la mayor parte de nuestros súbditos son «niños», y hay que enseñarles lenta y cuidadosamente las técnicas del autogobierno responsable" (HOBSON, 1981, p. 126). Esta restrição de direitos aplicada pelo império britânico às suas "colônias" é também instrumento manejado pelo imperialismo norte-americano que utiliza a retórica dos direitos humanos enquanto discurso legitimador, mas operando objetivamente na esfera interna de cada país-alvo para solapá-los. Assim, permanece atual a leitura de Hobson (1981, p. 122) que ao interpretar a estratégia de domínio do império britânico atualiza os instrumentos de controle aplicados pelo império norte-americano, a saber, desenhar plano institucional democrático nos territórios ocupados ao passo em que interditar-lhes o real funcionamento, assim como também o do mundo do direito, sendo este um projeto comum aos impérios, que não tem o propósito de respeitar e fazer cumprir a institucionalidade destes territórios, como bem admitia Hobson (1981, p. 122) a respeito dos britânicos ao afirmar que não havia a menor intensão de conceder o autogoverno (e a soberania) aos territórios invadidos ("colonizados").

[11] A razão política soberana dos povos dos países periféricos recebe camadas adicionais de exercício através de sucessivos encobrimentos e distorções do plano do real. Este é alvo de constantes esforços – frequentemente exitosos – de substituir a realidade e os princípios culturais orientadores dos países-alvo por uma redescrição afinada (e refinada) com os interesses do império e seus associados. Este é processo que ocorre no campo cultural, teológico e ideológico-político de forma casada. Em diálogo com a gramática de Dussel (2000, p. 30) poderíamos descrever este processo como violento enquanto objetiva negação da razão de um povo e de suas raízes assim como de suas matrizes identitárias através da ocupação e suave sequestro, por exemplo, de seu campo cultural. A razão "moderna" seria, na linhagem dusseliana, a própria negação da razão enquanto tal, posto que cristalizadora da "razón violenta eurocéntrica, desarrollista, hegemónica". (DUSSEL, 2000, p. 30).

de manipulações arbitrárias em sua redação e aplicação, ou seja, que quer se trate de indivíduos ou coletivos de nações, em qualquer caso, o "derecho a la autoconservación está por encima de todos los demás derechos, puesto que es condición previa para que éstos aparezcan y puedan ejercerse" (HOBSON, 1981, p. 215). Existir e garantir a sobrevivência é o direito básico e intuitivamente prévio a todas as demais derivações no mundo do direito, e é precisamente nesta dimensão que importa convergir com a ideia de que a renúncia à violência não pode ser entendida como eficiente instrumento para viabilizar a capacidade de *re*ação senão que, em verdade, a equação se resolve em sua inversa proposição, a saber, através de efetiva demonstração de capacidade de *re*ação cuja orientação para afirmação da soberania – considerados os interesses contrários – apenas pode ser viabilizada pela inclusão da possibilidade sempre "presentificada" de lançar mão da violência para restaurar as bases materiais essenciais para a vida humana.

Os direitos humanos, genérica e abrangentemente, não foram algo de graciosa concessão dos controladores do poder, senão que foram resultado de árduos processos de enfrentamentos e lutas em diversos níveis de intensidade. Desde outra perspectiva, os embates sociais foram percebidos por Quijano (1998, p. 234) desde sua leitura acerca da necessidade de alterações estruturais, algo que em sua gramática filosófico-política é concretizável tão somente através do conceito de "subversão". Objetamos que o conceito de subversão deve ser compreendido desde lente analítica qualitativa e sob esta perspectiva a genuína subversão ocorreria apenas quando do frontal ataque e apeamento do poder daquelas forças populares que legitimamente o ocupem. Sem embargo, ao penetrar na gramática de Quijano é perfeitamente compreensível a sua aplicação do conceito de subversão como proposta de reversão do quadro de domínio oligárquico. Neste sentido, para que se forme nova hegemonia sob o peso inclemente da resistência dos controladores do poder, é bem certo e previsível, que tal processo de parto de nova ordem não poderá ocorrer de forma indolor e pacífica, senão que a subversão virá carregada de todos os previsíveis sobressaltos e conflitos entre a massa que aspira a instauração da nova ordem e o conjunto restrito dos que manobram para manter as estruturas.

Realizar este movimento de reversão do quadro de domínio oligárquico aponta para o exercício do controle sobre as riquezas nacionais, algo que repercute diretamente sobre o sentido, o teor e a amplitude das políticas públicas concebidas e aplicadas pelo Estado e, por conseguinte, sobre a efetividade dos dispositivos de direitos humanos em contraposição ao evolver histórico de depredação das soberanias nacionais por parte do poder imperial de cada época e, logicamente, sua notável ação e prejuízo relativamente aos investimentos sociais de cada período.[12] Este incessante e esgotador movimento ocorre pela drenagem dos recursos do continente perpetrada sob a estrutura da legalidade econômico-financeira conduzindo as riquezas para além das fronteiras nacionais rumo ao núcleo dos controladores das operações financeiras globais, seja como ocorreu em seus primórdios, rumo à supremacia europeia e suas coroas ou, contemporaneamente, para os domínios do imperialismo norte-americano (*cf.* GALEANO, 1989, p. 14). Esta contínua drenagem de riquezas ocorreu através de diversas formas de extração, cujas mais modestas resistências nacionais já bastam para deparar com superlativa reação por parte do imperialismo, seja em sua versão histórica

[12] Para uma estatística das relações comerciais entre a América Latina, Caribe e os EUA elaborada neste último, ver "United States-Latin America...", (2022).

situada na península ibérica seja contemporaneamente por intermédio dos EUA – com ligeiras variações quanto ao método e potência – e sua política de domínio da América Latina e Caribe como mero "*backyard*", classificação geopolítica que não é sequer disfarçada, assim como tampouco os interesses econômicos estratégicos que visam na região para manter a sua condição de supremacia econômica[13] global, seguindo orientação que apenas aprofunda e radicaliza os termos da Doutrina Monroe.[14]

A cultura autóctone latino-americana deve ser mobilizada para servir como sólida base e alicerce para a afirmação dos valores e identidade dos povos originários e de seus descendentes diretos e das populações etnicamente enriquecidas pela mescla de culturas e que mantém a sua identidade através de seus referenciais comuns daquele grupo originário. O desafio a estes povos e seus entes estatais está colocado pelo crescente processo de colonização cultural que obstrui a percepção do real e das formas de domínio que substituem o antigo modelo militar colonial. Em análise histórica Quijano (1998, p. 233) aquilatava o prejuízo imposto aos povos, pois "Las consecuencias de esa colonización cultural no fueron solamente terribles para los "indios;" y para los "negros". Ellos fueron, es verdad, obligados a la imitación, a la simulación de lo ajeno y él la vergüenza de lo propio", e aqui justamente se encontra o âmago da estratégia do domínio cultural, a saber, a autosubmissão. O êxito deste movimento depende do aprofundamento da colonização cultural, desde a qual os indivíduos se apresentam e representam, como veem e descrevem o mundo e o significam, processo colonizador que ao aperfeiçoar-se conduz os indivíduos à voluntária submissão, movimento que remete à La Boétie (1999).

Sob este sentido é imperioso proceder à recuperação e densificação da cultura autóctone que serve como alicerce para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Isto pressupõe assumir as condições básicas para a promoção do desenvolvimento das capacidades humanas articulando o pensamento e a livre expressão, indispensáveis às prestações positivas, tanto por intermédio da oferta de bens quanto a de serviços mas, em

---

[13] O interesse do império nas reservas minerais latino-americanas é perceptível e muito especialmente recrudesceu após o final da Segunda Grande Guerra Mundial quando os EUA reorientaram seu esforço industrial para a reconstrução do devastado continente europeu, conferindo-lhes enorme lucro. Nos tempos correntes as jazidas petrolíferas da Venezuela e as mais recentes descobertas do pré-sal no Brasil despertaram intensamente a cobiça de grandes corporações transnacionais dispostas a financiar a queda e ascensão de governos, sempre e quando empenhados em defender os interesses do império em acessar tais reservas a baixíssimo custo. Esta grande articulação também ocorrida no Brasil com o golpe de 2016 contou com o apoio de outras grandes corporações transnacionais interessadas em apropriar-se de terras férteis e água abundante, assim como de recursos estratégicos como o lítio, o cobre e o ferro, além da prata, conjunto que a região detém as maiores reservas do planeta. Este processo não foi revertido com os resultados do processo eleitoral de 2022, alegadamente, devido a correlação de forças dele emergente, embora seja legítimo nutrir dúvidas, dado o perfil do maior partido de esquerda nacional, sobre se ele mobilizaria todas as esferas para reverter as consequências econômicas do processo golpista mesmo se o resultado das urnas tivesse sido francamente favorável à (centro-esquerda).

[14] Tal leitura expansionista da Doutrina Monroe não é recente, senão que remete aos idos das administrações norte-americanas situadas entre o pós-Segunda Grande Guerra Mundial e a perpetração do golpe militar de 1964 no Brasil (ver BRAGA, 2002). Análise sobre os interesses norte-americanos na América Latina para o período do pós-Guerra Fria pode ser encontrada em HERZ, (2002), cujo trabalho considera a política de segurança aplicada pelos EUA na América Latina a partir do final da Guerra Fria que, paulatinamente, incorporou novos temas para legitimar o intervencionismo no continente, e este foi o caso das drogas, temperando-o com a retórica da proteção à democracia no continente, sob o esforço de conjugá-los com o aumento da presença militar norte-americana (*cf.* HERZ, 2002). Sobre os interesses estratégicos dos EUA na América Latina, ver SCHOULTZ, SMITH, (1994). Para uma direta visão do próprio Governo norte-americano sobre a posição da América Latina no quadro de seus interesses, ver *The White House* (1999). Para minuciosa análise da importância geopolítica da América do Sul para os EUA, ver MONIZ BANDEIRA, (2008).

todo caso, necessariamente incluindo o (re)desenho e jurídico-político formalizando a equidade no acesso a posições e oportunidades, intervenção política no plano empírico que pressupõe assertividade tanto quanto solidez relativamente a mobilização dos referenciais culturais originários dos povos, projetando desafiador horizonte de enfrentar a lógica de poder imperial. O desafio é intenso e também profundo à medida em que requer intervir em extenso processo de colonização desempenhado ao longo de séculos de ocupação durante os quais, como bem retrata Quijano (1998, p. 230) em sua análise sobre o Peru, estes povos originários foram "impedidos de objetivar sus propias imágenes, símbolos y experiencias subjetivas, de modo autónomo, es decir, con sus propios patrones de expresión visual y plástica", e retomar este referencial identitário coletivo de fundo é instrumento indispensável para adensar a percepção de pertencimento que pavimenta a via coletiva na qual será celebrada a luta pela afirmação dos direitos.

Enquanto não revertida esta interdição à disseminação da cultura originária estará mantido o quadro de inviabilidade da retomada da soberania, projetando o povo em sua posição de deslocamento (e descolamento) de sua identidade, dimensão cultural que é reconhecida por Quijano (1998, p. 230) como mera "libertad de objetivación formal, [*sem a qual*] ninguna experiencia cultural puede desarrollarse". É exatamente este o motivo pelo qual os regimes coloniais dedicaram grande atenção e esforços à interdição das manifestações culturais dos povos originários assim como de suas manifestações simbólicas de identidade e suas tradições religiosas, todos eles atos de compartilhamento e afirmação de pertencimento que fortalece o sentimento de proximidade e comunhão, em detrimento do atomismo que descose por dentro o tecido sociopolítico. Era compreendido já naquele momento o papel decisivo deste elemento cultural ao qual era necessário enfrentar e sufocar, subjugando tudo quanto remetesse à experiências de percepção de pertencimento coletivo, posto que claramente ameaçador do propósito "colonizador" de desconstrução do alicerce cultural e de todas as experiências que fundamentassem determinada experiência de vida coletiva, potencialmente constitutiva de obstáculo para o propósito de estabelecimento definitivo dos invasores metropolitanos.[15]

Vencer este controle cultural é passo decisivo na encruzilhada de determinação da base material para a afirmação de políticas públicas de ampla proteção aos direitos humanos, visceralmente dependentes da mobilização de recursos materiais, e não apenas de elaborações teóricas gestadas na matriz imperial e associados, políticas que são ordinária e reiteradamente combatidas pela estrutura de poder imperial reverberada pelas grandes mídias corporativas regionais. Sob este grande aparato é disseminada a (alegada) insuficiência cultural e política da periferia para executar as "indiscutivelmente" certeiras teorias concebidas no núcleo do poder global, cujo sentido não contempla ou toma partido relativamente a imperativa necessidade de que incluam compromissos políticos com a transformação social assim como de inovadoras e apropriadas metodologias científicas (ver DUSSEL, 2000), pensamento a ser situado para além do tradicional referencial positivista que serve ao conservadorismo. Tal leitura é acompanhada pela crítica de Fannon (2019, p. 355) ao avaliar que a elaboração bem sustentada da esperança dos povos africanos – e, acresceríamos, dos demais alvos imperialistas – depende de transcender à fixação errática de

[15] Este nível de interdição deveria alcançar inclusive a possibilidade de expressão plástica autóctone, que deveria ser substituída por aquela típica dos dominadores (*cf.* QUIJANO, 1998, p. 231).

expandido segmento intelectual no modelo político e filosófico centrado nos referenciais europeus, ou seja, "hay que cambiar de piel, desarrollar un pensamiento nuevo, tratar de crear un hombre nuevo", e nisto precisamente reside a articulação da cultura autóctone dos países periféricos com o brutal propósito político de (*re*)assumir a soberania e a responsabilidade pelo desenho dos rumos a serem seguidos por seus respectivos países a partir da originalidade cultural que é constitutiva da identidade de seus povos.

Este compromisso prático evidencia a centralidade da revalorização e recuperação da(s) cultura(s) e experiências autóctones "para poder expresar sus propias experiencias, a su pesar no-europeas, para desarrollar su propio talento y sus recursos y facultades creativas" (QUIJANO, 1998, p. 233), sendo este um movimento visceral na (*re*)orientação pela libertação popular em sua mais ampla acepção. Para evitar esta afirmação no mundo objetivo os atores do império responsáveis pela implementação de seu projeto da forma mais eficaz requerem emular, em alguma medida, o próprio modelo dos dominados e, assim, conforme admite Quijano (1998, p. 233) "habría sido necesario aprender e imitar el trabajo de los dominados o. mejor, identificarse con ellos, porque sólo en ellos podía encontrarse las fuentes y las perspectivas de algo distinto, original y propio frente a lo eurocéntrico", e esta aproximação dissimulada é em si perigosa para a busca deste *ethos* original por espaço que é legitimamente seu, mas que por esta sua condição configura real ameaça as pretensões de domínio imperial por revelar toda a sua força e poder de aglutinação.

## 2. América Latina: recursos, riquezas e direitos humanos

Em diversos países da América Latina, dentre os quais sobressai o Brasil, é fato que não faltam recursos para atender as demandas básicas e os direitos fundamentais das respectivas populações. Estes recursos são essenciais para atender o direito à educação pública gratuita e as demandas por saúde pública universal e gratuita e demais investimentos sociais. Sem embargo, de longa data o continente vive sob espesso véu ideológico, político e econômico que, ao tempo que cobre a percepção pública acerca da real quantidade e disponibilidade de suas riquezas, também sofre com os ardis da oligarquia para retirar do alcance da população chave de acesso às decisões e manejo destas riquezas. A análise em chave histórica realizada por Prado Júnior (2012, p. 24) remete à população nacional composta por miseráveis, entre indígenas, mestiços e negros escravizados, figuras que já desde o início da ocupação sob o formato de colonização lançou mão dela enquanto massa produtora e reprodutora do capital e, por conseguinte, nela assentando a economia colonial, a ponto de permitir afirmação de quem sem a mão de obra escrava não teria sido possível aos invasores e colonos manter a privilegiada posição econômica que passaram a ocupar.

Tal relação de domínio tampouco poderia ter ocorrido se os seus atores não dispusessem de aparato de sustentação legitimador das manobras de ocupação retoricamente qualificadas como de colonização. Deste modo, para compreender as circunstâncias da dominação cobra importância a leitura de Fannon (2019, p. 264) ao ressaltar que "la reacción del colonizado no es unitária", algo que igualmente se observa nos meios intelectuais, posto que muitos dentre eles "se lanza[*n*] frenéticamente a una adquisición furiosa de la cultura del ocupante, cuidándose de caracterizar peyorativamente su cultura nacional", seja isto realizado por inadvertência, débil formação cultural, política ou, então, como não raro ocorre – também no meio da intelectualidade –, devido a oferta de horizonte imediato prenhe de

promissores retornos profissionais com recompensas diversas, efetivas e materiais ou sedutoras honrarias vãs. Sem embargo, o prejuízo coletivo para o Estado e sua massa populacional é nada menos que avassalador, dominação colonial que Quijano (1998, p. 229) descreveu como sendo marcada pelo "despojo y la represión de las identidades originales (mayas, aztecas, incas, aymaras, etc., etc., etc.) y en el largo plazo la pérdida de éstas y la admisión de una común identidad negativa", grau de negatividade determinado pela intensidade do êxito imperial na desconstrução cultural e política dos povos – ao menos, de importantes segmentos – e da solidez da institucionalidade de seus respectivos países.

Este avassalador aparato de pilhagem desprezou qualquer vertente priorizadora de estatutos e políticas sociais que, por definição, demandam alocação de recursos e sob tal guia o direito à educação e a íntegra dos direitos humanos foram desprezados tanto antes quanto após a sua consagração internacional na Revolução Francesa e, posteriormente, nos documentos da ONU, já no pós-Segunda Grande Guerra Mundial. Esta composição jurídica manteve existência no plano formal, enquanto no mundo objetivo teve continuidade o cenário de desprezo por tudo que priorizasse o humano foi desenhado desde os primeiros passos da invasão continental sob a perpetração do saque, cuja retirada de recursos impediu a efetivação de direitos, tais como a educação, saúde e dos demais componentes do catálogo de prioridades humanas, como é o caso da distribuição de riquezas, incluindo a disponibilização de recursos básicos para que os negros até recentemente escravizados pudessem emergir de sua desumana condição e, assim, pudessem ser incluídos na nova sociedade cuja estrutura que se anunciava era pouco ou nada promissora para aquela leva de gente abandonada à própria sorte, vagando errante em sua própria terra como se estrangeiros fossem. Como resta claro no trabalho de Ribeiro (1972, p. 34), o escravo teve de "apelar ao mais fundo de sua humanidade para conservar-se humano, na condição de besta de trabalho a que fora reduzido" e, certamente, a sua foi uma música de resistência alegre que sabiamente articulou o melancólico.

Sob estas tão adversas circunstâncias é que, ao ser "deculturado, só aprendia a falar boçalmente a língua do amo", fato derivado diretamente de "sua condição de indivíduo excluído e explorado", que, sem embargo, foi mantida, embora sob novas roupagens. Rigorosamente, como acertadamente observou Prado Júnior (2012, p. 32), "Sempre, na primeira linha, estão os interesses dos grandes proprietários rurais. É destes, portanto, e só destes, o poder político da colônia", sendo esta supremacia e modelo de construção sociopolítico de forte projeção econômica que atravessou o curso dos dias e, sucessivamente, dos regimes, perpetuando os "processos de brutal opressão que caracterizam toda sua conduta". Os grandes proprietários rurais encarnaram a foto da exploração durante o período colonial nacional, associados à práticas de quaisquer métodos e respectivos graus de vileza, e ao controlar de forma perfeita os meios de produção, permitiram que "evoluísse, que se formasse uma economia suscetível de exploração, para depois se atirar a ela num verdadeiro saque organizado" (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 37) sob diversas estratégias o que a violência dispõe, que direta ou indiretamente, sustentando os procedimentos de pilhagem.

Este modelo de saque foi organizado em nosso país sob expressa contradição com os interesses populares de curto, médio e longo prazo, tendo sido modelado e executado pela oligarquia nacional em associação com forças econômicas imperialistas internacionais segundo processo cuja lógica operacional remete ao período colonial latino-americano, que encontra entre seus herdeiros fiéis escudeiros comprometidos com a manutenção do modelo

imperial europeu de exploração entronizador do servilismo aliado ao saque contínuo. Malgrado a destruição que deixa rastros de morte, segue o império a construir, reconstruir e sofisticar o seu modelo de pilhagem. É sistema que leva à errônea suposição de que é destituído de racionalidade quando, contrariamente, como descreve Galeano (1989, p. 16), "seus donos estrangeiros e de nossa burguesia de intermediários, que vendeu a alma ao Diabo por um preço que teria envergonhado Fausto", agindo sob a pauta de engenhosos planejamentos. Tal arquitetura, sem embargo, está embarcada de desprezo pelo humano que a conduz facilmente ao rumo da violência, descritível como ínsita ao pacto mefistofélico, cujo sistema virtualmente "é tão irracional para com todos os demais que, quanto mais se desenvolve, mais se tornam agudos seus desequilíbrios e tensões, suas fortes contradições" (GALEANO, 1989, p. 16), irracionalidade tão somente infirmável desde a perspectiva analiticamente desmobilizada do objeto da violência. Este modelo, por definição, encarna o estatuto de interdição de qualquer política de redistribuição de riquezas como chave de acesso à justiça social e ao conjunto dos direitos humanos, demanda crescente e comum à América Latina e Caribe, regiões nas quais se configuram diferentes modalidades de resistência (*cf.* HIRST, BOBEA, BRANCO, 2023, p. 4) em paralelo a diferentes modalidades de golpes de Estado contra governos populares que apresentem projetos de desenvolvimento social e econômico e, por conseguinte, dos direitos humanos, como foi o caso do Governo João Goulart e, mais recentemente, Dilma Rousseff.

A virtual ineficácia material dos direitos humanos atinge frontalmente as expectativas de vida da população empobrecida, realidade que se coloca no âmago do projeto capitalista contemporâneo que comodamente segue sua trilha de braços dados com o neofascismo da era digital. Isto permite argumentar com Konder (2000, p. 84) admitia, à partida, que nosso modelo político sustentado no capital dá azo à criação de espaços que classificaríamos como anômicos, posto que os "favelados são excluídos da proteção da lei contra o arbítrio policial", e é sob este regime de exclusão que os pobres encontram interdição até mesmo no concernente ao acesso à justiça e, por conseguinte, da defesa de seus direitos.[16] Sob este sistema, antecipamos que, ao menos, metade da população, a feminina, sofre com grave discriminação, algo percebido por Konder (2000, p. 84) ao afirmar que sofrem "discriminações múltiplas e com freqüência se tornam vítimas de violências", relativamente às quais, não raro, os órgãos de Estado demonstram escasso apetite para o cumprimento de seu mister institucional.

A melhora das condições de vida da população passa, inexoravelmente, pela afirmação dos direitos humanos mas, sobretudo, de sua prática. O êxito deste movimento requer bases materiais, e neste aspecto ressaltava Alberto Pasqualini (2005b, p. 125) que se torna indispensável "instituir contribuições", e que com isto "não estamos procurando espoliar os que têm algo para dar", senão retirar daqueles que excessiva e ilegitimamente concentram riquezas extraídas da massa, esta sim, espoliada. Segundo Pasqualini (2005b, p. 125) a lógica

[16] Therborn (2015, p. 98) chama a atenção para que as ditaduras modernas apresentam novo perfil, vale dizer, não estão sustentadas na exclusão econômica, mas sim na "monopolización *de facto* del poder, ya sea a manos de instituciones jerárquicas, de la administración estatal y su aparato de seguridad, de los militares o del partido gobernante". Poderíamos compartilhar a leitura de Therborn se apresentasse recorte geográfico incluindo apenas as democracias centrais mas, sem embargo, no concernente aos países periféricos, tal tese não encontra objetiva confirmação, posto que em sua esmagadora maioria se trata de que ambos os elementos – exclusão socioeconômica e monopolização do poder – formam uma unidade monolítica praticamente inexpugnável por parte da população em vista da afirmação de seus interesses e direitos.

e o objetivo em uma sociedade bem estruturada apontam para outro lugar, ou seja, que "estamos pretendendo criar condições que lhes possibilitarão o desenvolvimento de suas atividades e, conseqüentemente, a percepção de maiores rendimentos, provindos, porém, não da miséria alheia, mas de uma situação de prosperidade geral", mas é justamente com estes preceitos de competitividade que a oligarquia nacional não se sente cômoda, habituada que sempre esteve às diversas formas de pilhagem. A proposta de Pasqualini (2005b, p. 126) era bem outra, assumindo uma visão de compromisso comunitário-coletivista segundo a qual "Se todos estiverem bem, ninguém estará mal; mas, se a maioria estiver mal, ninguém poderá sentir-se bem". Sem embargo, a oligarquia nacional, em suas profundezas, jamais compartilhou com nada próximo a esta visão de comunidade como a expressa por Pasqualini.

O salto qualitativo do bem-estar geral da população é preocupação típica de ideologia filosófico-política que privilegia a inclusão, pois como reconhece Galeano (1989, p. 14), ocupa lugar central em ordem política com reais pretensões de concretizar a democracia, ainda que em voltagens modestas, posto que, "por mais imperfeita que seja, tem uma tendência irrefreável à inclusão total, que contradiz abertamente o que ocorre no âmbito mercantil" (BORÓN, 2001, p. 180). Sem embargo, a realidade da América Latina é a de que "nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominados[*as*] de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga", cenário de submissão que uma sociedade com pretensões democrático-popular(es) precisa reverter urgentemente como condição de possibilidade de seu próprio triunfo.

Na quadra em que tocou aos movimentos antiescravagistas enfrentar o desafio histórico de submissão à vasta massa humana, não lograram força mobilizadora o suficiente para reverter o quadro que impunha ao povo escravizado a franca submissão material e que, agora, inseridos no quadro dos cidadãos livres, não contariam com recursos do Estado nem sequer a boa-vontade de possíveis empregadores, dentre os quais a classe de ex-senhores e proprietários de escravos. Falhas as lideranças do período, muitas décadas após o pensamento trabalhista de figuras como Pasqualini (2005b, p. 126) projetou arregimentar forças em torno a arranjos sociopolíticos de corte claramente inclusivista, iniciativa reconhecível, por exemplo, ao propor uma "distribuição justa da riqueza, no interesse da própria estabilidade social, que preconiza o trabalhismo", estabilização por intermédio da (*re*)distribuição cuja imperiosa necessidade não chegou a ser bem compreendida no curso da história nacional pelos segmentos privilegiados nem pelas capas socioeconômicas intermediárias.

Esta tradição de pensamento social foi reforçada por iminentes figuras nacionais como Florestan Fernandes (1986, p. 54), para quem "Uma burguesia que nada concedeu vê-se posta contra a parede e na iminência de aceitar associados que não são rebentos do capital estrangeiro e do imperialismo. São os "homens pobres livres", nas circunstâncias em que o trabalho livre se torna uma categoria histórica plenamente configurada", cuja pobreza, sem embargo, foi maximizada pela exploração, tendo sido assim gestada uma vasta massa de miseráveis. A concentração de riquezas no país deriva da estrutura das relações econômicas que foram sendo formadas desde o período colonial, nas quais a classe comercial então ligada aos portugueses – ou de portugueses – prosperava "à sombra da opressiva política comercial da metrópole, constituindo-se por essa forma em adversários natos das demais classes da colônia" (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 39). Desenhado com suficiente clareza os termos da oposição de classes e, logo, seguiram os enfrentamentos internos entre os ordenadores do

saque e seus executores diretos, evento que não redundou em maiores traumas, enquanto que permanecia a fonte alimentadora destes conflitos. Este desenho reclama atualidade quando conservamos que a oligarquia nacional nada mais continua a fazer do que operar movimentos moderados de retração para, momento seguinte, avançar e voltar a expressar contundentemente a sua falta de adesão e aculturamento político nos termos propostos pelo processo de civilizatório inclusivista, mas que quando observada de perto se torna notável que não sofreu corte epistemológico em suas categorias axiológicas, culturais e políticas, restando patente que desde então permaneceu latente a insatisfação não apenas com a abolição mas com a emersão dos direitos individuais e coletivos.

### 3. Razão neoliberal imperial como interdição aos direitos humanos

A amplíssima crítica e as disseminadas interdições impostas à cultura dos direitos humanos, à educação plural, assim como à saúde e à previdência social pública e universal nos territórios neofascistas embebidos pela razão neoliberal imperial deve ser compreendida em sua função de ataque ao pleno exercício da soberania popular, tal e como ocorre na América Latina. É indispensável propor a reflexão desta alta capilaridade neoliberal em nosso continente para compreender a lógica orientadora de sua disseminação por intermédio de potentes meios de comunicação, embora não sem associação a segmentos de veículos de transmissão cultural estabelecidos, incluindo diversos níveis de espaços escolares.

Há frontal choque entre a razão neoliberal e seu inerente fáscio-fiscalismo financista e a efetivação desta importante gama de serviços e prestações constitutivas dos direitos humanos. Em face desta tensão a sua efetivação está em relação direta com o grau de resistência pública popular encarnada no ente estatal ante os propósitos do poder imperialista e sua política externa concebida para o continente,[17] contraditória com o exercício da soberania sobre os recursos naturais da região. Esta política de interdição possui dupla face, mas ao longo dos tempos preserva um único objetivo, ainda que conjugando duplo instrumento, a saber, de (*a*) interditar o desenvolvimento continental e (*b*) desestabilizar os países-alvo periféricos.[18] Este propósito ocorre em movimento conjugado com o de alçar ao poder figuras locais "amigáveis", absolutamente cooptadas e dedicadas a privilegiar os interesses econômicos e geopolíticos do império.

As estratégias de sabotagem do desenvolvimento do continente latino-americano pelo imperialismo passam por sua colonização cultural, *lato sensu*, mas também científica, peça-chave a ser controlada para conter a formação de mentes dispostas à resistência política e econômica. Relativamente ao fator científico, nele são incluídos discursos econômicos

[17] Há mínima variação na política externa norte-americana relativamente a sua aplicação por democratas ou republicanos. Em verdade, na política externa adotada por ambos os partidos há um *continuum* perpassado por ligeiras variações de grau, cujo eixo comum é o desenho de fronteira entre amigos – que facilmente são deslocados pelos EUA para o campo de sua vassalagem e subsequente exploração radical – e os inimigos, definidos como elimináveis por toda sorte de recursos. Neste espaço apenas destacaremos o fato desta convergência de fundo cujo amálgama é realizado pelo grande capital transnacional sediado no núcleo duro do império e que serve como guia para a determinação dos "reais interesses" norte-americanos que determinam a linha mestra de sua política externa independentemente da administração escolhida pelas urnas.

[18] Os exemplos destas campanhas de desestabilização perpetradas pelo imperialismo são diversos e também admitidos como sucedâneos de campanhas militares, que podem ser realizadas quando falham as estratégias de desestabilização e a substituição de líderes políticos. Este é aspecto percebido por diversos atentos intérpretes (ver FLINDERS, 2013, p. 48).

falsificados, eficientemente envernizados como tal por setores da intelectualidade cobertos por dupla camada de legitimidade dotada de alto poder de persuasão da opinião pública – central por sua condição de legitimadora da esfera política –, a saber, por (*a*) laureadas instituições de conhecimento e, em movimento casado, (*b*) pela mídia corporativa, sendo por esta altamente disseminado o produto do trabalho da intelectualidade compromissada. Efeito desta dupla cobertura é a composição de espessa nuvem que dificulta extremamente a percepção do mundo real e os embates de fundo que emprestam a necessária dinâmica às múltiplas relações no mundo objetivo, incluindo o real papel do mundo dos direitos que devem assistir aos cidadãos e dos recursos disponíveis para a sua concretização.

O neoliberalismo é falsificação que passou a habitar a retórica econômica e habilmente disseminada entre importantes segmentos da população. Criada por segmentos dentre os mais célebres bancos acadêmicos do império a retórica fáscio-fiscalista financista embalada no discurso neoliberal foi destinada à periferia para cumprir a função de encobrimento do plano objetivo, espessa nuvem que funciona como fator mistificador dos reais instrumentos de poder. No plano empírico este conhecimento vulgar é tratado como se fosse real ciência econômica, posto que chancelado por intelectuais e grande mídia para logo ser aplicado pelas autoridades sob aceitação passiva de grande parte dos destinatários. Tal falsificação carrega em seu âmago a priorização da economia, à revelia da centralidade do humano e do conjunto de seus direitos historicamente afirmados.

Esta primazia da economia ocupa importante papel decisivo na efetivação dos direitos humanos, incluindo o direito à saúde e educação, dentre outros, assim como o devido cultivo da cultura e o pleno exercício da soberania em circunstância objetiva de embate entre o imperialismo e os países periféricos. O enfrentamento desta relação passa a requerer prévia e atenta elaboração crítica. A proposta de classificação do desenvolvimento econômico em termos neoliberais em face da prática assim como do ponto de vista consequencialista, impondo a tarefa analítica enquanto (*a*) mero resultado do somatório das riquezas expressas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), (*b*) diminuição do papel do Estado e privatização das estatais, (*c*) como sinônimo de acumulação de riquezas por restrito grupo sob o argumento pretensamente justificador – e legitimador – de que esta espiral de concentração redundaria em melhorias para os desprivilegiados – que configura a ridícula teoria do "goteamento" – e, (*d*) que os investimentos sociais são meros "gastos" e que, portanto, são comprometedores da higidez das contas públicas, condição que permite torná-los objeto de direto e incansável combate e sucessivos cortes,[19] política cuja aplicação a experiência latino-americana conhece bastante bem. A sustentação pretensamente "teórica"

[19] Os investimentos sociais não são nada mais do que o retorno para a população dos tributos recolhidos aos cofres do Estado devidamente calibrado pela mediação política em matéria de justiça social. Não se trata de quaisquer favores ou privilégios, senão do retorno dos tributos em formato de serviços e prestações do Estado que devem ser ao máximo potencializados quantitativa e qualitativamente. Sem embargo, estes recursos suscitam intensa mobilização por parte de grupos desejosos de capturar o grande volume de riquezas sob controle do Estado para cumprir este mister. Uma das vias para obter tal propósito é o sequestro dos bens e recursos do Estado através de sucessivos cortes no orçamento público, e de forma tão decisiva e incisiva, que se mostram dispostos a perseguir e excluir da vida pública todos responsáveis políticos proclives a aplicar recursos para o benefício público. Neste sentido, ainda nos estertores do século passado, o alemão Lafontaine (1999, p. 293) chamava a atenção para que o fenômeno neoliberal realizava movimento em diversos países, destacando que "Wer beim Sozialabbau nicht mitmacht, wird von den Finanzmärkten bestaft. Bei Renditeerwartungen von 15 Prozent ist für Lohnerhönungen kein Platz". Para uma livre tradução sugerimos o seguinte texto: "Quem não participar dos cortes sociais será punido pelos mercados financeiros. Com rentabilidade esperada de 15%, não há espaço para aumentos salariais".

desta proposta neoliberal aponta para a minimização do tamanho do Estado, cuja aplicação oculta o seu real propósito, pois é efetivado apenas no concernente ao atendimento estatal aos segmentos desprivilegiados da população, sob a retórica de evitar o "desequilíbrio" das contas públicas,[20] como se os recursos e riquezas tivessem função mais importante a cumprir do que atender aos interesses dos contribuintes situados à base da pirâmide e em posição de progressiva depauperação.

É notável a investida neoliberal contra o Estado sem que a população possa ser advertida objetivamente, dados os interesses financeiros de seus articuladores, indispostos para mobilizar as redações da grande mídia corporativa para proceder tal alerta.[21] Esta forte investida contra o Estado e o amplo conjunto de medidas articuladas e aplicadas internamente pela oligarquia nacional são inspiradas por seus associados transnacionais, promovendo destruição que, sem embargo, mantém em perfeita atividade os organismos do ente estatal que servem e garantem os interesses desta oligarquia controladora da casa de máquinas e do poder político e da economia que ela abriga. O Estado mínimo solapa o direito à educação, à saúde e aos direitos humanos, *lato sensu*, sendo esta restrição ao Estado fruto da falsificação neoliberal e tem por objeto unicamente a debilitação e final destruição dos organismos que realmente servem à população, mas nunca daqueles que se mostram altamente funcionais para os controladores da manopla.[22]

Diferindo desta perspectiva neoliberal podemos observar o trabalho laureados economistas que, mesmo aliados ao modelo capitalista de organização socioeconômica, preveem potente espaço em suas teorias para a aplicação de instrumentos básicos de civilidade, reconhecendo a importância da realização de investimentos sociais que resultam no adensamento da tessitura, garante de mínima funcionalidade das sociedades. Dentre estes economistas há acadêmicos ligados a setores moderadamente liberal-conservadores ligados

---

[20] A rigor, isto não passa de jogo de sombras, pois a diminuição do tamanho do Estado atinge exclusivamente aos órgãos, instituições e orçamento que atendam ao povo. Restringidas tais rubricas, tais recursos são deslocados de imediato para outras de direto interesse da oligarquia que no âmbito nacional patrocina a disseminação da retórica neoliberal.

[21] Os interesses que pautam a grande mídia corporativa apenas casualmente podem encontrar ponto de adesão e ancoragem com as políticas típicas de uma democracia popular. Tal perfil midiático já era observável na primeira metade do século XX por Laski (1946, p. 60) ao destacar que a imprensa não passava de uma "oficina de las grandes empresas comerciales, y está oganizada deliberadamente, como las otras instituciones industriales de una sociedad capitalista, sobre las bases de la ganancia de dinero".

[22] A educação popular se encontra entre os grandes instrumentos capazes de constituir linhas de força e contenção ao projeto neoliberal em suas diversas formas de aparição histórica, todas elas progressivamente mais destrutivas do humano. Neste sentido Darcy Ribeiro (1972, p. 22) chamava a atenção para a centralidade do papel da educação, posto que "nenhuma sociedade alcançou o desenvolvimento sem generalizar a educação primária a toda a população e, [*que*] nas áreas protestantes este requisito foi cumprido de forma mais completa do que nas áreas católicas", mas em nenhum caso podemos supor que esta verificação de maior incidência observada por Ribeiro seja marca de definição do processo civilizatório e de aculturamento senão, no limite, de uma verificação histórica que fotografou um determinado momento. Por outro lado, tampouco é de interesse da oligarquia do tipo da nacional que a população adquira autonomia intelectual e política, mas que, do ponto de vista estritamente econômico-laboral, destacava Ribeiro (1972, p. 23) uma "população maciçamente alfabetizada se encontra em melhores condições de integrar-se na civilização industrial, cujos procedimentos produtivos e de controle exigem um mínimo de educação formal, do que uma população cujo saber se difunde por tradição oral". Sem embargo, qual realmente seja este modelo de educação tão somente orientado para o adestramento às máquinas e ao conhecimento técnico é um tema que nos distancia do propósito deste texto, mas que, ainda que de modo meramente orientador, precisamos sublinhar que o adestramento e o conhecimento técnico restam posicionados bastante aquém do indispensável para posicionar aos seus membros em condições de integrar uma civilização dotada de seres políticos autônomos e, por conseguinte, posicionar-se enquanto atores soberanos e determinadores de seus rumos.

ao capitalismo, embora em moderada posição crítica ao *establishment* global, como é o caso de Amartya Sen (2001, 2000, 1999), cuja teoria econômica coloca em primeiro plano as liberdades e as condições materiais para sua existência, redundando na positiva afirmação da dignidade humana. Do ponto de vista político há muito que Pasqualini (2005b, p. 125) ao valer-se da melhor linhagem do trabalhismo propunha a centralidade e supremacia do humano sobre os referenciais estritamente economicistas, argumentando que "O índice de progresso econômico e social de um povo se mede pelo grau em que pode satisfazer as necessidades complementares". Estas necessidades não podem ser atendidas segundo os termos da completa liberalização da economia e privatização dos serviços públicos, senão que, segundo os princípios típicos de sociedade democrática popular as necessidades humanas básicas têm a sua satisfação em condição de adversidade à lógica do puro mercado e, por conseguinte, dependentes da operação de importantes segmentos do Estado e sua prestação de serviços. É indispensável considerar que o atendimento de direitos humanos como saúde, educação, segurança pública – sob polícia civil e civilizada –, previdência social e, não menos importante, o livre acesso aos meios de comunicação é tarefa que se encontra em relação de adversidade à lógica de mercado, razão suficiente para que o Estado e a sociedade civil enfrentem a falsificação científica neoliberal que pretende deslocar estas atividades de visceral importância do núcleo das prestações estatais.

Leitura crítica às vicissitudes do mercado já era avançada quando corria a primeira metade do século XX, e entre nós Pasqualini (2005b, p. 125) apresentava clara compreensão e irresignação quanto a que a maioria do povo brasileiro permanecia submersa em cenário repleto de demandas reprimidas pelo suprimento da miríade de suas necessidades básicas não atendidas, realidade que virtualmente hipoteca o futuro dos indivíduos bem como da sociedade. Estava em causa o horizonte de massa de indivíduos consumidos em indevidas e injustas batalhas pela sobrevivência – posto que existem riquezas disponíveis –, massa virtualmente inutilizada para o desenvolvimento socioeconômico em vista da corrosão e embotamento das melhores potencialidades dos indivíduos. Restariam comprometidas as suas mais significativas experiências e recursos humanos aptos a contribuir para o redesenho de cenário sob esta rica pluralidade capacitada para oferecer soluções para problemas progressivamente mais complexos para o que colaboram substancialmente a diversas individualidades encarregadas de seus respectivos sonhos e esperanças que são gestáveis coletivamente, subjetividades todas elas realizáveis quando disponibilizadas equânimes condições para o incremento de suas respectivas potencialidades por intermédio, da oferta universal de educação e demais serviços básicos resguardados sob o amplo guarda-chuva do conceito de direitos humanos.[23]

[23] Previstos no plano jurídico-formal das democracias constitucionais contemporâneos, sobretudo nos países periféricos, a sua efetividade ganha tons de dramaticidade que apontam para a instauração de crises institucionais e de quebra de confiança nas democracias. O revigoramento das democracias está articulado intimamente com a recuperação da confiança na seriedade do empenho institucional em cumprir suas promessas, dentre as quais, a efetivação do significado catálogo de direitos humanos. Sua concretização, sem embargo, encontra-se em ponto ótimo de tensão entre as forças populares que as demandam e o restrito, mas poderoso, circuito que resiste a sua implementação. Fazer pender tal correlação a favor do primeiro e mais amplo grupo tem uma de suas variáveis no fato cultural. Neste sentido a implementação dos direitos humanos depara com subvariáveis como a disposição para o enfrentamento ante violações políticas e de direitos ante a manifesta derrota da via comunicativo-dialógica que, ordem inversa, devem servir como plataformas de sustentação e positiva disseminação horizontal e vertical da cultura dos direitos humanos.

Utilizássemos a gramática política contemporânea e apontaríamos para que a análise do sentido de desenvolvimento econômico, extraindo a compreensão do conceito de progresso em chave democrático-popular inextricavelmente conectado aos dados objetivos do desenvolvimento humano e social, sendo esta a real e genuína base de consistente e sustentável projeto sociopolítico embalado pelo reconhecimento da supremacia do humano. Conexamente assiste razão a Borón (2001, p. 192) ao questionar a retórica econômica neoliberal que falsifica a interpretação do mundo (humano) real ao sugerir a decisiva pergunta sobre o quão (*in*)viável é "vangloriar-se por estes supostos "êxitos" econômicos brandidos pelos acólitos do neoliberalismo, posto que o custo para alcançá-los foi construir sociedades crescentemente injustas e desiguais, nas quais os pobres e miseráveis são colocados em posição de pagar com suas vidas o altíssimo preço desta experiência neoliberal.

É este cenário de trituração de vidas que interdita classificação de "progresso" ou desenvolvimento o cenário socioeconômico e político engendrado pelo neoliberalismo posto que seus resultados evidenciam estar desconectados da dimensão humana que deve caracterizar a sociedade democrático-popular. Borón (2001) foi indubitavelmente certeiro em sua descrição sobre a posição de bilhões de vidas sob o sistema capitalista mas todavia passível de ser acrescida de questionamento sobre qual seria a mínima base científica a permitir que a organização que protege o humano seja o elemento nuclear e ponto de convergência de todas as variáveis da organização sociopolítica e econômica e, por conseguinte, considerando o ordinário caráter de imperfeição das instituições qual seria o seu mínimo grau de funcionamento tolerável em sociedades democrático-populares. Seria ainda adequado priorizar a crítica à classificação como "êxito econômico" de políticas que destroçam a justiça social e que, por conseguinte, comprometem a higidez e o equilíbrio necessários à manutenção da tessitura social e do ente estatal. Não menos decisivo seria questionar a efetiva aplicação de tais políticas uma vez que habilitadas a destruir os fundamentos e acordos de toda a sociedade sob os seus desastrosos resultados.

## 4. A supremacia dos direitos humanos e a resistência neoliberal

A entronização do humano como valor e eixo da organização da sociedade e do Estado não encontra condições eficientes de realização senão através da disseminação horizontal e vertical dos direitos humanos, entendido o seu conteúdo como valor superior ordenador da estrutura do Estado e do conjunto de suas instituições. Neste sentido os direitos humanos têm entre seus pressupostos, elementos potencializadores – embora não definidores – a universalidade e consistência no acesso à educação, o que permite fortalecer a própria cultura de sustentação da Constituição enquanto acordo público básico da sociedade, cuja compreensão não define a militância, mas da qual se extrai a percepção de sua vinculação e pressão sobre o plano real ao associar os agentes à mobilização pela defesa dos pactos que organizam a convivência social, e neste aspecto se a educação universal não dispõe da condição de elemento decisivo e definidor, certamente, é enormemente facilitador do processo.

A função reordenadora do social sob o princípio da supremacia do humano é orientada pelo horizonte do exercício da soberania nacional, algo que pressupõe assumir a prioridade da educação para os direitos humanos, mas não apenas enquanto disciplina de formação escolar, senão como conteúdo a ser trabalhado horizontal e verticalmente nas instituições e

na sociedade civil, logo disseminando-o em todas as esferas, perpassando todas as áreas de conhecimento e interfaces das instituições governamentais com a sociedade. Disto depende a progressiva construção da tessitura social, coesa e resiliente o suficiente para sobreviver a tempos de desafios e duros ataques às bases do acordo político fundamental, tempos marcados pela mobilização da violência e da força crua que são radicalmente contraditórias com a experiência e prática dos direitos humanos.

A efetivação (ou não) dos direitos humanos produz diretas e imediatas consequências social e politicamente ademais de sérias reverberações na órbita econômica. A afirmação dos direitos humanos deve ser operada a partir de duplo sentido: (*a*) ao disseminar-se e colocar os alicerces para a sua edificação sociopolítica em determinada sociedade; (*b*) pavimentando a via para o desenvolvimento qualitativo de regime democrático eventualmente já estabelecido assim como para ampliação e sofisticação dos estatutos típicos da justiça social no plano econômico. A educação para os direitos humanos em sociedades com pretensões democrático-populares está inextricavelmente conectada ao seu posicionamento como eixo articulador transversal de todas as faces temáticas da Constituição, assumindo assim o signo da supremacia do humano. Esta compreensão de fundo alimenta o conceito genuíno de comunidade entendido como elemento orgânico da funcionalidade da sociedade e do Estado democrático, coletivo em experiência comum cuja autenticidade e estabilidade é posta à prova através da reiteração da afirmação de valores compartilhados em forma evolutiva ao longo da história sob o signo da intransigência com a cristalização axiológica, exceto quanto ao concernente aos seus princípios e fundamentos norteadores, garantindo assim estabilidade, organicidade e funcionalidade à dita comunidade.

Estes propósitos humanistas sofrem grave interdição na América Latina em face da operação da força imperial como dissolvente dos vetores elementos fortalecedores das comunidades locais, regionais, nacionais, bem como da indispensável identidade continental – que é continuamente tomada como alvo de boicote imperial –, pois intervém no sentido de potencializar os próprios interesses, em desfavor dos propósitos soberanistas dos povos do continente. Este elemento dissolvente é operado remotamente pelas forças imperialistas detentoras do poder financeiro e econômico, eficazes controladoras também do discurso público sobre a "cientificidade" das diversas apresentações sobre a teoria econômica e das variáveis culturais que oscilam entre todos os campos do saber. Malgrado o seu sofisticado envernizamento, é fato que a teoria econômica que recebe a chancela do império se revela insuficiente para penetrar no imaginário e receber a adesão popular quando desacompanhada da eficaz disseminação através dos meios de comunicação de massa, mobilizando argumentos falaciosos temperados pelo reconhecimento de cientificidade alegando a insuficiência de riquezas produzidas – variável também brandida em outras nações latino-americanas – para atender as demandas públicas básicas dos legítimos titulares dos recursos públicos,[24] dentre as quais algumas erigidas inclusive em âmbito de direitos em sede

[24] Na América Latina e Caribe a titularidade e a propriedade nacional dos recursos e riquezas não foram historicamente atrelados a produção de benefícios à população já nos albores da década de 1970 Gunder Frank (1970, p. 276) observava que a "distribución de ingreso se está haciendo crecientemente más desigual como resultado del desarrollo del subdesarrollo aun más estructural antes mencionado", e este movimento estruturante do subdesenvolvimento seria sofisticado nos anos e décadas subsequentes. O subdesenvolvimento logo passaria a ser observado empiricamente como função corrente, dinamizado pela própria lógica interna do subdesenvolvimento, cuja potência e dínamo eram operados além-fronteiras. São motivos alçados a condição

constitucional, como é o caso da educação, saúde, sistema previdenciário público, seguridade social, assumindo como ponto de partida político-democrático assumindo o caráter de universalidade dos direitos humanos, paralelamente à pluralidade, à igualdade de oportunidades e à tolerância.

Compreendidas as variáveis de fundo até aqui trabalhadas cabe questionar se procede a alegação oligárquica de que os direitos humanos básicos, ao menos em três de seus componentes essenciais, saúde, sistema previdenciário público e educação universal – incluindo a educação para os direitos humanos – são irrealizáveis, inviáveis do ponto de vista econômico em face dos recursos dos quais o Estado dispõe. A resposta a este tipo de argumentação é peremptoriamente negativa pois, como é evidente e cristalino no caso brasileiro, dispomos de recursos mais do que suficientes para atender ao universo de direitos da população e, se algum bloqueio há para a sua efetivação, este reside no índice tão constrangedor quanto em si mesmo violento de nossa desigualdade econômica que espraia seus efeitos por todas as esferas da vida e da sociedade para manter estrutura que continua a ser sustentada pela oligarquia.[25] Ante as pretensões dos detentores do poder econômico é preciso observar que ao final do século passado quando a desigualdade era algo inferior a dos níveis atuais tanto em escala nacional quanto internacional, pois conforme destacava Konder (2000, p. 31) a reversibilidade deste quadro estava posta e explicitada no trabalho de "Técnicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento calcularam que um imposto de 1% cobrado sobre a fortuna desses bilionários bastaria para custear a educação básica de todas as crianças em idade escolar existentes no mundo". Ao considerarmos o quadro evolutivo da desigualdade é notável a evolução da concentração de renda de um pequeno grupo de bilionários de projeção planetária, fato que resulta progressivamente importante quando contraposto às possíveis derivações da aplicação dos recursos concentrados em poucas mãos.

Este fenômeno tampouco escapou de Quijano (1998, p. 228) que detectou que o período histórico recente da América Latina em seu movimento de integração global está caracterizado por uma "drástica reconcentración del control de poder político y de recursos de producción en manos de los funcionarios del capital, especulativo sobre todo", e esta função de concentração não vem resultando e dando mostras senão de radical recrudescimento e geração de disfuncionalidades em tons intensíssimos e nível de abrangência planetário que sugere a imaginação de futuro distópico. Esta anotação estatística da ONU bem traduz a realidade de que a única variável decisiva para enfrentar este grave problema da debilidade do acesso à educação universal no planeta e todas as suas diversas e multifacetadas consequências – e a saúde é uma das áreas afetadas – é derivação direta do projeto de concentração de riquezas em escala global, algo que se repete na América Latina em vista do incessante processo de sequestro de riquezas de que o continente é alvo. Este propósito pressupõe a adoção de estratégias de interdição de políticas públicas e perseguição de políticos propugnadores da implementação de justiça social, mesmo quando propostos

estrutural (e estruturante) das sociedades periféricas, objeto que o mesmo Frank (1970, p. 276) admite ser interditado ao debate, crítica e análise em face da "inconveniência política".

[25] Uma das vias de sustentação dos benefícios e privilégios da oligarquia reside precisamente na manutenção da debilidade da estrutura de desenvolvimento científico e educação em geral, pois como observava Laski (1946, p. 60) "Todo régimen construído sobre la desigualdad saca su impulso de la ignorancia de la multitud, por ello trata de aplicar un sistema de educación tal que, por lo menos, no vaya en contra de sus propios fundamentos". A oligarquia brasileira compreendeu perfeitamente a interpretação mais egoísta e vil de seus interesses.

sob modestos patamares, mas que supõe alocação de recursos e riquezas de cada uma das nações-alvo da periferia em detrimento de sua drenagem para os países centrais e, sobretudo, para a esfera de controle imperial.

Ademais do alto e positivo impacto planetário gerado pela expansão da educação – e de sua aplicação aos direitos humanos –, é fato que ela redunda em inclusão e estímulo a percepção do decisivo papel exercido pela igualdade de oportunidades, elemento que garante crescente apoio a um modelo sociopolítico e econômico enquanto perpassado por justiça social, gerador do adensamento da tessitura política e sustentação à democracia. Nesta perspectiva a aplicação da educação aos direitos humanos intervém como objetivo reforço à base estrutural – e estruturante – democrático-constitucional e popular. O reforço da cultura dos direitos humanos deve incluir, à partida, a garantia de acesso público e universal à educação e a conexa livre circulação de informação e espaço de debate e formação de opinião, conjuntura que opera como piso sociocultural sobre o qual serão elevadas as esferas da política, do direito e da economia. Todas estas esferas estão entremeadas pela adesão cultural compartilhada pela coletividade e que opera como geradora de correlação de forças que condiciona o sentido do vetor destas esferas em seu favor. Tal ponto de ancoragem reforça a formalização e efetivação dos direitos humanos em geral, pois assim disponibiliza elementos básicos para a manutenção da densificação do tecido social e, por conseguinte, intervenientes como garante de estabilidade social e da funcionalidade das instituições de que depende a efetiva defesa de interesses nacionais.

A política de educação assim como à aplicada aos direitos humanos depende de variáveis que se encontram sob forte influência de organismos internacionais, os quais se encontram e desempenham sob o controle do alto projeto imperialista de poder global. A contradição entre a educação para os direitos humanos com orientação nacionalista e a orientação política e econômica do imperialismo reside em que este último promove a defesa de absoluto controle das riquezas nacionais dos países-alvo, o que se demonstra incompatível com projetos de concretização de direitos humanos básicos, que carecem de recursos para viabilizar o acesso universal à educação e à saúde, ao sistema previdenciário público e à seguridade, movimento que compromete os fundamentos da democracia dos países periféricos tomados como alvo pelo império, posto desconectá-los de suas condições básicas de êxito quando as suas populações são isoladas do acesso aos bens materiais, comprovando que o argumento democrático do império disseminado por todas as mídias globais apoiadoras nada mais é do que suave e persuasiva capa protetora que encobre eficazmente os seus reais interesses de ordem material.

Este contexto solapa as condições objetivas que permitiriam desmobilizar as melhores esperanças e expectativas populares na democracia, cenário que progressivamente se torna insustentável ao passo que o modelo desconecta os indivíduos do fundamental acesso a bens culturais e serviços essenciais prestados pelo Estado, defasagem que abre brecha pela qual transitam os autoritários de todos os vernizes e voltagens para assestar sua inclemente – e, não raro, desavisada – crítica ao sistema que desatende as suas promessas. A afirmação dos bens culturais que espelham a identidade originária dos povos – no caso nacional a afirmação da cultura indígena é central – é indispensável para a manutenção histórica dos valores comunitários regionais e nacionais, que emprestam substância à autopercepção de união originária, identidade e comunhão de destino a um povo e consistência à sua imagem coletiva. É este o piso que viabiliza a indispensável expectativa de futuro comum alvissareiro sob o

horizonte da soberania nacional, sendo ele compartilhado pela disponibilidade da força e empenho coletivo na manutenção dos valores fundantes temperado pela ousadia que a historicidade impõe às comunidades. A este propósito convém recordar a análise do contexto africano realizada por Fannon (2019, p. 263) ao observar que nos regimes antidemocráticos os executores da opressão não podem consentir com a possibilidade de afirmação dos referenciais nacionais de fundo e da cultura dos povos subjugados, senão que empregam todos os meios disponíveis para massacrá-las como forma de eliminar a própria autoimagem nacional do povo, pois estão cientes e seguros quanto a posição central – de eliminação – desta variável no concernente ao propósito de exercício do domínio total que requer sob quaisquer meios substituir os referenciais originários.

Desde esta perspectiva é evidente que os bens culturais ocupam posição de centralidade para a afirmação dos valores comunitários básicos que são operados no processo de defesa da soberania nacional, que não pode ocorrer exitosamente senão a partir da mobilização cidadã que, por seu turno, é precedida pelo compartilhamento ativo de valores e princípios. Sob este prisma é que Fannon (2019, p. 263-264) percebe que em contexto de rígida opressão "Se hacen todos los esfuerzos para llevar al colonizado a confesar abiertamente la inferioridad de su cultura", de todo o povo, o que incluir negar sua história, de desprezar seu *ethos* e cosmovisão, em suma, de sua autopercepção como ser humano e posição no mundo. Através desta reconstrução e reconhecimento é projetada pela oligarquia a condição ideal de autosubordinação, de modo a transformar as condutas dos indivíduos em instintivas e, assim, "reconocer la irrealidad de su nación y, en última instancia, el carácter desorganizado y no elaborado de su propia estructura biológica" (FANNON, 2019, p. 264), movimento que está também marcado pelo elemento racial (ver QUIJANO, 2005). O movimento do opressor está orientado a (*re*)afirmar a sua alegada posição de supremacia cultural e, inclusive, biológico-racial, desde a qual tratará de materializar o controle dos meios de reprodução cultural através de múltiplos instrumentos e, sobretudo, daqueles inerentes ao mundo da educação, cujo descolamento da via democrático-popular viabiliza a alocação de instrumentos e categorias que dialogam intimamente com o (neo)fascismo em suas versões e estratégias contemporâneas.

A proposta de subjugação das populações autóctones dos países periféricos é ocultada e praticada de forma travestida sob louváveis princípios libertários. O propósito de controle e domínio total perpassou a análise de Hobson (1981, p. 124) sobre o imperialismo britânico, ao destacar que os britânicos em sua posição de "povoadores" de pequenos territórios e ilhas haviam assumido a "responsabilidad de gobernar enormes masas de gentes de razas «inferiores» esparcidas por todos los rincones del mundo, utilizando para ello métodos diametralmente opuestos al sistema de gobierno por el que nosotros nos regimos, y del que tan orgullosos estamos". Sem embargo, rigorosamente em nenhum momento o imperialismo britânico esteve disposto e seriamente apresentou o propósito de implementar o seu "virtuoso e liberal" regime político aos territórios ocupados conhecidos como "colônias", sendo esta mesma lógica de poder aplicada pelo imperialismo norte-americano nos dias correntes, e de forma tão violenta que suscita forte reação global a exemplo do ocorrido com os BRICS ao receber dezenas de pedidos de adesão e terminar por aceitar alguns deles e realizar sua primeira expansão, esboçando o primeiro forte movimento de concretização de linha de contenção aos propósitos de dominação global do imperialismo.

Embora mantendo absolutamente ativas as suas condições viabilizadoras do pleno exercício de sua ameaçadora supremacia militar – e na América Latina isto foi afirmado a partir da reativação da Quarta Frota na região[26] –, o controle cultural pode ser exercido como "*soft power*" que passa praticamente despercebido à massa da população que, exemplificativamente, embora conectada em rede mundial, desconheceu a riqueza musical dos países asiáticos, africanos e até mesmo da Europa ocidental. Prontamente o imperialismo percebeu a eficácia do "*soft power*" e de sua altíssima capacidade de penetração e criação de viva e muito oportuna empatia cultural nos países-alvo. Logo após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, dado o baixo ônus, o significativo retorno econômico e a alta voltagem de poder real que deriva da aplicação desta estratégia da colonização cultural, quando apropriada e massivamente exercida reporta em impactantes benefícios para o império, tanto de ordem geopolítica quanto econômicos, mediata e imediatamente. Tal ordem de benefícios foram pragmaticamente aproveitados pelas sucessivas administrações do Estado norte-americano enquanto, paralelamente, gerando benefícios para as grandes transnacionais que realizam lucros em escala estratosférica em países periféricos convenientemente desprovidos de barreiras de contenção legal e econômica. Disseminando horizontal e verticalmente as estratégias de controle cultural, o imperialismo alcança mais facilmente a expansão de seu objetivo de subjugação dos povos sem a necessidade de mobilizar massivos recursos de força aberta, projetando o alargamento e recepção sem fronteiras de seu modo de vida através do arraigamento de sua cultura e valores, francamente articulados e compatibilizados com a retórica – apresentada como ciência – econômica elaborada em seus mais avançados centros de produção intelectual, mas não sem impor denso (e falsificado) verniz científico propagado desde o centro e também sob reconhecimento desde os mais avalizados núcleos acadêmicos da periferia contando com prévia chancela de seus homólogos dos países centrais.

Os diversos produtos culturais provenientes do império não causariam os efeitos esperados na periferia senão quando a ela chegassem sob o indelével "carimbo de procedência e qualidade" e atestado de cientificidade publicamente assumidos por intelectuais locais elevados a posições proeminentes no sistema através do reconhecimento

[26] A Quarta Frota norte-americana representou em seus primeiros momentos, assim como em sua retomada, uma indelével marca de força. Uma vez desativada no período pós-Segunda Grande Guerra Mundial, especificamente em 1950, durante o conflito ela cumpriu relevante papel militar. A sua desativação após manter-se operativa durante escassos 7 anos dava mostras de ter cumprido com os interesses militares dos aliados durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Sem embargo, o seu processo de reativação foi marcado pelo redesenho de objetivos, agora, visceralmente distintos daquele que deu azo a sua original criação durante o conflito bélico mundial. A sua reativação deveu-se a alegação imperial de que era necessário elevar as barreiras para conter as ameaças terroristas (ver "EUA reativam frota...", 2008), como se uma frota militar marítima deste naipe fosse instrumento eficaz para cumprir tal finalidade e, sobretudo, como se uma ameaça terrorista subsistisse na região de competência militar da Quarta Frota norte-americana. A rigor, em meados de 2008 esta reativação tratava de dar resposta à necessidade norte-americana de estabelecer marco físico de controle (ameaçador) sobre as gigantescas reservas de pré-sal descobertas pelo Brasil, e além disto, pelo zelo imperialista em garantir que a provisão de todas as riquezas minerais do continente continuaria tendo o destino de sempre, os EUA, e a "preços convidativos". além da variável geopolítica de blindar o continente de possível influência e assédio chinês, mesmo quando a história diplomática deste país indique que isto não ocorreria, senão pela aplicação de seu poderio econômico. O fato da reativação levou a aprovação pelo Senado Federal de declaração contra a decisão norte-americana (ver "Aprovada declaração...", 2008). Para uma aproximação ao avanço das relações comerciais entre a China e a América Latina e Caribe, ver (ARTECONA, PERROTTI, WELSLAU, (2022). Para análise das relações comerciais entre as exportações da América Latina e Caribe para os EUA segundo análise da competição com a China, ver ARTECONA, PERROTTI, WELSLAU, (2021).

e concessão de honrarias e distinções pela (*a*) grande mídia corporativa autóctone, e (*b*) por relevantes mecanismos de certificação acadêmica capazes de alocá-los em altas posições e provê-los do indispensável "etiquetamento" e reconhecimento. Típico produto deste gênero é a débil elaboração econômica conhecida por neoliberalismo, cujo alto poder de penetração nos países periféricos exerce função de genuíno Cavalo de Tróia, tão ineficaz instrumento para o desenvolvimento dos países periféricos – conforme anunciado e alegado a cada momento histórico para justificar sua aplicação – quanto eficaz para a potencialização dos interesses imperiais em (*a*) destroçar os organismos e estruturas dos Estados periféricos para, passo seguinte, quando não concomitante, (*b*) apropriar-se dos recursos públicos, finalidade para a qual mobilizarão e associarão agentes internos estrategicamente situados nestas sociedades periféricas. Deste modo passam estes agentes a operar sob perspectiva alheia aos interesses nacionais, sendo exemplo concreto disto a ditadura civil-militar brasileira de 1964 – associação que desde então não foi desfeita no país,[27] senão apenas encoberta – que, conforme observado por Ianni (2019, p. 86), "realizou largamente a articulação do aparelho estatal com a grande burguesia financeira, sem que essa precisasse necessariamente fazer-se presente no exercício do governo", pois dentro dele já dispunham de sequazes bem dispostos ao cumprimento de alto nível de colaboração.

Sabidamente torpe e nefasta em qualquer de suas reais aplicações, ao considerar o tema do impacto do neoliberalismo na América Latina, Borón (2001, p. 175) ressaltava a característica de "ostensiva diminuição dos espaços públicos nas sociedades latino-americanas, progressivamente asfixiadas pelo súbito deslizamento das fronteiras entre o público e o privado em benefício deste último, e por um acelerado e reacionário processo de "reconversão". A dimensão política destas sociedades é alcançada por fenômeno de duplo movimento paralelo, despolitização e mercantilização. Esta última trilha conduz à hipoteca de antigos e bem afirmados direitos humanos, tais como à educação, ao sistema previdenciário público, à saúde, à justiça, à segurança cidadã, à recreação e à preservação do meio ambiente mas também a novos "bens" ou "serviços"", entre os quais sobressai o direito à liberdade de acesso aos novos meios de comunicação – sem controle do grande capital[28] – e também à segurança da qualidade de procedência dos alimentos comercializados ademais de assegurar à alimentação em si mesma.

Esta frondosa e aparentemente inesgotável capacidade do neoliberalismo de atacar direitos e garantias individuais e das comunidades em todas as latitudes do planeta, se dá sob absoluto desprezo dos processos históricos e do estágio civilizatório alcançando após difíceis lutas ao longo de séculos, de modo que o neoliberalismo torpedeia conteúdo que é

---

[27] No período posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, e em sentido progressivo e com amplitude crescente, triunfou a ideia de que o militarismo típico do processo golpista de 1964, assim como as suas forças apoiadoras, tinham sido historicamente neutralizadas, quer pela superação geracional, por sua desativação ou superação ideológica, como se as ideias e ideologias encontrassem um ponto de detenção e definitiva derrota. Inversamente às disseminadas expectativas, o meio militar permaneceu politizado, embora de forma surda e discreta, em estado de hibernação e no aguardo de melhores e mais favoráveis dias, sendo este movimento de politização castrense observado por Hirst, Bobea e Branco (2023, p. 11) ao destacarem o fato da "cohabitación cívico-militar [*é*] perniciosa para la administración y gestión política de los recursos económicos y financieros", fato absolutamente comprovado no país, pelo menos, a partir dos preparativos e final implementação do golpe de Estado de 2016.

[28] Importa destacar brevemente que a maior ameaça presente e para o futuro imediato já não é o controle estatal, mas o encarnado no titânico e avassalador poder do capital transnacional que opera fortemente em escala planetária.

representativo da própria essência da estabilidade da vida em comunidade e que assim lhe solapa o adensamento adquirido ao longo do tempo, ou seja, de tudo quanto oferece genuína liga à sociedade enquanto povo organizado. Tudo quanto oferece o neoliberalismo é o incremento das condições crescentes de desestabilização sociopolítica e econômica, concretizando o interesse de todos aqueles que aguardam por águas turvas para lançar as suas potentes redes de captura das riquezas públicas e das privadas originadas do suor dos trabalhadores(as), incluindo empresas públicas construídas durante várias décadas de investimentos das arcas públicas alimentadas pelos contribuintes.

A derrota do mundo dos direitos no plano material interessa ao imperialismo, ainda mesmo em suas versões bestializadas que publicamente sejam apresentadas de forma contida, quando o sistema é operado sob moderadas restrições no plano formal, pois interessa aos condutores do manche manter o rosto "civilizado" do regime para obter camadas substantivas de legitimação pública sob menos intensa necessidade de investimentos, sendo inversa a configuração institucional quando os direitos são atingidos em cheio no plano da formalidade, quando então não será viável obter legitimidade, senão tão somente a pura submissão à ordem através da aplicação da força e violência que, assim, passam a ocupar o espaço dos moderados níveis civilizatórios anteriores. No primeiro caso é observável estratégia para conter o crescentemente desgastado discurso em torno à defesa das instituições de mercado e sua alegada conexão inexorável com a democracia. No segundo caso é observável a mobilização da força crua quando já não restam alternativas ao capital, sendo então viável às forças autoritárias mobilizar ataques públicos desde o centro imperial à funcionalidade das instituições democráticas – incluindo setores militares, embora contemporaneamente contando com a intervenção de agências e *think tanks* –, situação tendente a perdurar até que a reconfiguração histórica da correlação de forças nos países-alvo permita nova avalanche neoliberal e a ocupação do poder para impor todo o seu manancial de bestialidades, e desde esta posição agir já sem constrangimentos, hesitações, travas ou disfarces.

Em qualquer de suas versões que adquira, o neoliberalismo é potente arma econômica imperialista que, embora dotada da particularidade de não acionar o gatilho, tem poder para matar milhões de forma indireta, pois a supressão dos recursos materiais essenciais à vida não gera outro resultado. Esta é a estratégia lançada desde a metrópole como instrumento para conter o desenvolvimento social e econômico da periferia à custa de tantas vidas que "financiam" o bem-estar de milhões no centro imperial e metrópoles associadas, sobretudo nas últimas décadas, quando o incremento da já brutal concentração de riquezas que começou a atingir as populações dos países centrais. Ao imperialismo não interessa o avanço e desenvolvimento periférico para além da mera linguagem e retórica dos direitos, incluídas as restrições ao básico acesso universal à saúde, ao sistema previdenciário público e à educação. Os regimes pró-imperialistas são orientadas a manter a gramática dos direitos em seu plano estritamente formal, embora dotada de breves adereços materiais, de projeto político de futuro bem desenhado que suscite esperanças populares, mas, paralela e estrategicamente, tergiversando ou, mesmo, destruindo as vias de acesso que, se porventura forem traçadas e, de fato, percorridas, encontrarão o imperialismo sempre a postos para evitar que esta política se consume.

A progressiva interdição dos direitos básicos pelos atores condutores dos movimentos de expropriação de recursos e riquezas repercute no aumento de seus benefícios, o que

equivale ao avanço das restrições ao conjunto dos direitos cidadãos tais como moradia, segurança social e não menos frontalmente atingindo o essencial acesso popular à justiça,[29] reduzindo-o às capas sociais privilegiadas e desconfigurando uma das bases da democracia constitucional. Esta realidade sugere que estamos a experimentar – sem a necessária consciência coletiva quanto ao seu alcance e profundidade – um trânsito de época, algo que Borón (2001, p. 257) identifica através da alteração do jargão típico da economia neoclássica, sendo agora "os "direitos" convertidos em "bens" que, como todo objeto da esfera econômica, é tomado como passível de negociações no mercado e, logo, inseridos em relações de compra e venda. É nesta encruzilhada que deparamos com a progressiva mercantilização de todos os âmbitos da vida e desconexão dos laços sociais congregatórios das comunidades, contendo graves consequências tais como a disseminação da barbárie e da naturalização do bárbaro, e o direito à educação universal está incluído em posição de destaque como instrumento a ser interditado com vistas a perpetração desta tipologia de projeto político e econômico de domínio total. Sob estas circunstâncias observamos como a íntegra dos nossos corpos e mentes são colocados cotidianamente como objetos passíveis de aluguel – quando não à venda – consumindo sob esta rubrica o tempo de nossa existência humana, para assim prorrogar por algum tempo mais a nossa sobrevivência, sempre e quando na condição de "bens negociáveis"[30] reportem lucros aos controladores do manche.

Sendo a situação de intermitente consumo de nossa humanidade a tônica contemporânea, resta assumir a centralidade da resistência prática, o que significará a diferença entre dispor de serviços públicos ou não, dispor de políticas públicas que aloquem R$5 bilhões para a compra de tanques de guerra em país como o Brasil em que militares tem por exclusiva preocupação a repressão de seus cidadãos, seja direta ou indiretamente. A resistência coloca no horizonte a possibilidade de criar linha de contenção de projeto de poder militar permanentemente colonizador por ideologia e cultura política de matriz imperial transmitida geração após geração nas escolas da caserna, alimentando os seus oficiais para urdir golpes de Estado e trair a pátria, e ainda assim dispondo de orçamentos crescentes em detrimento de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como é o caso da

[29] No Brasil pós-golpe de 2016 este movimento foi notável com a inaudita extinção do Ministério do Trabalho sob a administração civil-militar de Bolsonaro, cujo anúncio se deu na primeira semana de dezembro de 2018. Com este movimento, a pauta dos trabalhadores foi retirada do âmbito cotidiano do Poder Executivo, realocando-a em instâncias inferiores submetidas à esfera de ação do grande capital. Sob este movimento político foi diretamente afetada a fiscalização em segurança e saúde no trabalho, até então de competência do Ministério do Trabalho. Assim também outas tantas das competências centrais do Ministério do Trabalho foram atingidas, tais como a de regular o mundo do trabalho, assim como a política salarial, a fiscalização das condições de trabalho, às quais se somam tarefas de fiscalização de terríveis casos de trabalho escravo e degradante bem como de situações análogas à da escravidão, situação sob a qual muitos trabalhadores ainda se encontram expostos nas áreas rurais e também urbanas. Dentre as importantes competências atingidas pela extinção do Ministério do Trabalho estavam igualmente a promoção de políticas públicas para a geração de emprego e renda, a formulação e execução de tarefas ligadas ao desenvolvimento profissional dos trabalhadores, ademais de atividades de mediação de conflitos sindicais, sendo algumas destas competências posteriormente distribuídas para ministérios que historicamente não as haviam executado, tais como o Ministério da Economia, da Justiça e da Cidadania.

[30] No processo político argentino emergiu o extremista de direita, Javier Milei. Entre as suas promessas está a legalização de, nada menos, do que da venda de órgãos humanos, mas enquanto divulga (perigosas) excentricidades que mobilizam as atenções públicas, realiza compromissos de corrosão completa do Estado e dos interesses nacionais de curto, médio e longo prazo, cuja orientação não tem outro sentido senão o da política externa norte-americana, país com o qual, somado a Israel, são projetados como o sumo da política externa de seu possível Governo.

educação e da ciência.[31] Enquanto a penúria fabricada pelo projeto de deterioração da educação é imposta, governos incapazes de mobilizar força política para enfrentar a estrutura continuam a endereçar dezenas de milhões ao orçamento das forças militares que reiteradamente ameaçam as instituições e a ordem jurídica e de Estado que juraram defender enquanto que, por outro lado, os estudantes que gestam o futuro da nação são abandonados à própria sorte com a diminuição expressiva da dotação orçamentária para a educação ademais de promover cortes nas bolsas e investimentos gerais na área da ciência.

Em países ameaçados constantemente pelo império, a rotina de lutas para que o futuro seja outro passa pela contínua defesa do direito à educação pública e, paralelamente, pelo enfrentamento, e defenestramento de nefastas figuras que assaltam os países-alvo em associação com políticas que descuidam da proteção de elementares direitos humanos à própria sorte, do que é exemplo cabal o abandono de postos de saúde e hospitais públicos pois, afinal, prestarão serviços a pessoas que não são reputadas como tais pela oligarquia seguindo a orientação de seu próprio ethos. Esta é a razão suficiente para que sejam aplicados os melhores esforços à resistência prática em defesa do Estado democrático popular de direito, que não pode deixar de oferecer universal acesso à educação, à saúde e à previdência social e ao amplo catálogo de direitos humanos, que devem compor o mais alvissareiro horizonte para a sociedade e a estrutura que a sustenta sob a organização do Estado e a imaginação do futuro para o povo brasileiro e dos países latino-americanos.

## 5. Ocultamento do real e naturalização da opressão econômica

A naturalização da vida sob a opressão e a violência econômica requer necessária e sofisticada dissimulação pela manipulação de estratégias culturais e de propaganda. O jogo de sombras e simulações é pressuposto de que carece a perpetração da barbárie e a ocultação do bárbaro para garantir a afirmação do regime e a manutenção de sua liderança. Sob o reino do triunfo da força inexistem espaços abertos para a livre criação e recriação das subjetividades e, todavia menos, para a sua tradução em ações. A opressiva forma econômica requer a instrumentalização do Estado e ganha expressão objetiva sob força vetorial indiscernível com direta repercussão sobre a vida humana tanto em sua dimensão social, cultural como política, apontando para efeitos implosivos da tessitura comunitária, dando azo à potencialização do objetivo imperialista de radicalizar a expropriação.

A democracia desencontra-se de qualquer condição de possibilidade de concretização futura até mesmo em suas mais baixas voltagens quando desconectada da oferta de mínima dignidade material aos seus cidadãos, condição cuja concretização não parte dos controladores do regime, senão de conquistas por parte de seus beneficiários populares. A instauração da democracia na esfera econômica[32] encontra decisiva oposição do *establishment*

[31] Exemplo da aplicação desta política ocorreu durante a administração civil-militar sob a face bolsonarista que conduziu às Universidades Federais à penúria, tendo contas e empenhos zerados e, eventualmente, não dispondo de recursos sequer para honrar o pagamento de contas de energia elétrica e água.

[32] Sob a aspiração de densificação e estabilização, a democracia política deve ser pensada como categoria reflexa da democracia econômica. A primeira delas se revela indissociável da segunda, que ao fracassar solapa as condições de possibilidade da primeira. Há relação de dependência verificável de forma direta, pois a democracia política não pode se concretizar sem o acesso universal a bens e recursos de ordem material que permitam à esfera política instaurada publicamente realizar as suas promessas. Neste sentido sublinha Tingsten (1969, p. 164) em sua leitura de Laski e Tawney que "en principio, la democracia debería estar complementada por la democracia económica", mas talvez não seja tão somente complemento que esteja em causa, senão uma

e requer da oligarquia a aplicação de espessas e reiteradas camadas de verniz para ocultar da percepção pública que, de outro modo, financiariam o conjunto de medidas concretas que garantiriam o acesso universal a bens e serviços básicos. Sob esta estratégia de manipulação e ocultamento a oligarquia viabiliza o descolamento público da percepção do real e, via paralela, com o curso dos dias promove o acomodamento da massa à indignidade, naturalizando-a, e para isto mobilizando recursos de ordem transcendente, como se sacros desígnios operassem através de homens para impor a dor e o sofrimento, uma vida sob a opressão, a violência, a pobreza e a crua miséria. Nenhuma sociedade é suficientemente leve e ligeira como para não atolar neste enlameada via edificada pelo imperialismo, insustentável politicamente a médio prazo, dado o altíssimo potencial desconstitutivo da existência individual e coletiva que afeta diretamente o ente estatal conforme pactado pela sociedade.[33]

É convergente com a crítica às vias de expropriação material e seu resultado corrosivo da democracia a análise desta proposta por Fernandes (1986, p. 59), está "vinculada à opressão econômica, social e política [*que, assim*] tem de ceder terreno à democracia que se vincula à emancipação civil dos oprimidos e à autonomia dos proletários",[34] mas que não é território ao qual o povo transite livre e desimpedidamente, senão sob lutas e enfrentamentos ingentes, que devem ser empreendidos na medida em que o horizonte desenhado por Fernandes constituía a única alternativa sustentável para que as instituições genuína e organicamente democráticas possam projetar sua existência a longo prazo, pois trata-se de modelo constituído sob a perspectiva de incessante diálogo e obtenção de sustentação popular e de interesse público, e nada disto converge com o interesse imperial. O mesmo Fernandes (1986, p. 59) destaca que "Desse ângulo, a democracia não é uma questão abstrata. Ela é uma questão concreta e histórica", e tão concreta é que a debilidade de suporte material coloca a democracia à deriva, sob crescente descrédito popular, movimento prático observável em diversos países da América Latina que, assim, reposiciona o império como suposto garante das remanescentes formalidades das democracias da região. Este processo de degenerescência nos últimos anos foi observável através da política sanitária aplicada no continente pelos governos neoliberais (autoritários) foi marca decisiva para a extensão da percepção do grau de violência que vitima a população do continente e, por conseguinte, da

relação de dependência da democracia política relativamente à democracia econômica temperada por justiça social.

[33] O império também fomenta a debilitação do ente estatal por intermédio do alimento constante às dissensões internas nos países periféricos, colocando as condições de possibilidade culturais, políticas e econômicas para, no limite do interesse imperial, acionar as forças secessionistas e, por conseguinte, implodir um Estado cujos rumos já não consigam controlar pelos meios ordinários. A integridade territorial dos países periféricos é a última estação de suas soberanias amplamente afetadas pela política externa imperialista.

[34] A democracia formal burguesa convive pacificamente com o amassamento físico e psicológico da massa de bilhões de indivíduos ao redor do planeta, seja na condição de coordenadora direta ou concorrente para a perpetração da miséria. Quer seja esta massa de bilhões de indivíduos classificados teoricamente como proletários ou sob outra categoria, o que lhes caracteriza é opressão sistêmica e a incessante degradação de suas condições objetivas de existência, que ao atingir patamares insustentáveis, leva a que os entes estatais dos países periféricos – sob a inspiração ideológico-filosófica imperialista – lhes reservará como resposta o emprego de seu aparato coercitivo. Neste sentido cabe dialogar com a obra dusseliana (2000, p. 30) ao sustentar que a negação do mito da civilização e da inocência da violência moderna é que abriu as portas para o reconhecimento da "injusticia de la praxis sacrificial fuera de Europa [...] se puede igualmente superar la limitación esencial de la "razón emancipadora". A democracia formal burguesa dispõe de dupla e contraditória razão, retórica e orgânico-funcional, oposição em que a primeira sustenta a emancipação e a liberdade humana das massas humanas sobre as quais é aplicado o sistema democrático, enquanto o efetivo exercício da razão, orgânico-funcional, radicaliza a contradição ao assentir – quando não organizar – o esmagamento humano.

razoabilidade que permeia a sua percepção de desconfiança do sistema que lhe é reiteradamente apresentada como democrático.

A opressão política e os regimes autoritários não são autoexplicativos nem esgotam seus objetivos em si próprios, senão no instrumental sequestro da autonomia dos indivíduos e povos, de suas esperanças e de seu futuro, pois este é o pressuposto necessário expropriação de riquezas. Na órbita interna dos países periféricos o sistema capitalista operado por controle remoto redunda em potente aumento da concentração de riquezas, movimento que apenas pode ser realizado sob a lógica identificada por Borón (2001, p. 191) que implica em "sacrificar a democracia no altar do mercado, e a justiça no troco do lucro" sob a certeza de que este regime não será substituído pelo mero desígnio das urnas.[35] Esta lógica de organização constrói um mundo que opera à distância do humano, *stricto sensu*, e, por conseguinte, da possibilidade de criação de modelo social, político e estrutura estatal que potencialize a densificação do tecido social, estimule a pluralidade, adotando à partida a justiça social. Estes são valores e princípios conjugados, por exemplo, com a estruturação de sistema previdenciário público aliado a benefícios sociais capazes de acomodar universalmente a todos os indivíduos, sobretudo os desprivilegiados e os miseráveis, evidenciando que a solidariedade que lhe permeia opera como amálgama da justiça social e da estabilidade sociopolítica.

Sob modelos em que a lógica de operação econômica a tudo subjuga, a única razão triunfante tem de ser de tipo instrumental, contexto em que tudo quanto privilegie a construção de modelo sociopolítico, cultural e econômico e que coloque o humano em seu centro termina por ser necessariamente alvo de detração e ataques. Conexamente, Ianni (1998, p. 118) destaca que no reino da instrumentalidade da razão é que se dá a operação dos "interesses das organizações, corporações", aglutinadoras de forças nacionais e transnacionais, genuíno bloco de poder "com os quais se dá a globalização pelo alto, [*e*] por dentro desse mundo sistêmico multiplicam-se e generalizam-se as desigualdades e intolerâncias de todos os tipos". Efetivamente, quando o humano é deslocado de sua posição de centralidade, percebe-se que não poderia mesmo ser outra a consequência que a instauração de um modelo de globalização edificado por cima e não desde baixo, ou seja, por oligarquia transnacional interessada em progressivos modelos de concentração econômica e não pelas nações e seus povos, cujos interesses são visceralmente contrários. Em perspectiva histórica Ianni (2019, p. 94) observava que a realidade econômica brasileira "é uma totalidade heterogênea, desigual e contraditória. Cria e recria disparidades", e o faz em processo contínuo e incessante, dada a indisponibilidade dos atores políticos nacionais-periféricos em

[35] A perspectiva de Borón sobre o "sacrifício" da democracia ante as instâncias de mercado tem dinâmica e fortaleza interna forte o suficiente para inviabilizar não apenas a alternância do sistema mesmo em níveis moderados ou médios. Neste sentido, o fato da intervenção política através das urnas converge com a leitura de Laski (1946, p. 63) de que uma "democracia capitalista no permitirá que sus electores se desplacen al socialismo por el veredicto de las urnas", pois o que está em causa é o núcleo duro do interesse da classe dominante que não pode ser tocado. Serão estes os interesses cuja predominância deve ser enfrentada quando, no limite e após vencer todas as estratégias e sofisticadas manipulações, o povo alcance formar maioria para transformar o resultado das urnas em explícita manifestação contra o sistema. Sem embargo, é realista a leitura de Laski (1946, p. 63) de que os "poseedores del poder económico no aceptarán los hechos, ni formularán su aceptación sino cuando han sido arrojados de sus posiciones; porque, un nuevo orden sólo resulta aceptable a la multitud cuando la voluntad del viejo orden aparece completamente anulada". É clara a resposta para o dilema político exposto por este enfrentamento de interesses quando temos em perspectiva a instauração de uma democracia popular.

posição de coordenação do poder para suplantar o modelo e impor reconfiguração da estrutura do sistema. Frank (1970, p. 275) chamava a atenção para o fato de que a "estructura y determinadas políticas de clase refuerzan la estructura colonial, así también la distribución de ingreso refuerza, a su turno, la estructura de clase", mas justamente estas é que, governo após o outro, permaneceram inalteradas e carregadas dos mesmos interesses, não sem as devidas matizações relativamente ao período colonial, tal como a emersão e desenvolvimento das grandes urbes e da concentração de rendas nela ocorrida com suas peculiaridades, mas mantendo idêntica estrutura de poder.

Em sua leitura da configuração e da herança do mundo colonial espanhol restava claro para Frank (1970, p. 275) que desde aquele momento a "estructura colonial y de clase determinaba gran desigualdad en la distribución del ingreso, lo que limitaba gravemente el mercado interno, inducía a la burguesía latinoamericana a invertir y gastar los excedentes expropiados a los obreros rurales, mineros y urbanos, para vigorizar los vínculos coloniales con la metrópoli y, por ende, para desarrollar el subdesarrollo", situação geral que expõe desde os primórdios o alto nível de desinteresse por investimentos tanto em políticas sociais quanto em infraestrutura em seus respectivos estados nacionais, que se fossem concretizados em paralelo aos direitos humanos, *lato sensu*, coloca as condições de possibilidade para a estabilização do sistema de liberdades e da democracia. Neste sentido é perceptível a indisposição oligárquica para a garantia da efetividade dos direitos humanos, tarefa cuja concretização depende de prévio movimento de averiguação do que "está por trás do centro imperial e detectar as malhas da exploração colonial direta ou indireta e das diversas modalidades de neocolonialismo e de dependência" (FERNANDES, 1986, p. 34), algo que contraria francamente os interesses do grupo que controla o manche.

Neste diapasão é imperioso a todo momento colocar em tela de juízo e discussão pública os limites de aceitabilidade de Estado qualificado pelas instituições e pelo aparato ideológico do capital como democrático, questionando os seus fundamentos, portanto, à contrapelo do discurso dominante e à luz do real. É preciso estar atento ao sentido adotado pelo modelo econômico que, paralelamente, promove e sustenta o vastíssimo peso das desigualdades econômicas – que se projetam sobre a política – a níveis estratosféricos, assumindo potentíssima forma de expressão na indisponibilização à massa da população as chaves de acesso ao democrático exercício de influência política. Perante quadros extremos de desigualdade e concentração de riquezas, Stiglitz (2014, p. 135) percebe que estes altos quadros que controlam o capital operam como decisivamente constitutivos de sociedades que "no funcionan de forma eficiente, y sus economías no son ni estables ni sostenibles a largo plazo", pois são evidentemente produtoras de toda sorte de disfuncionalidades que atingem a massa da população, e muito embora a curto e médio prazo sejam impactantes os nefastos efeitos de políticas públicas e econômicas impostas pela oligarquia, sendo certo que "Cuando un grupo de intereses detenta demasiado poder, [*efetivamente*] logra imponer las políticas que le benefician, en vez de las que beneficiarían a la sociedad en su conjunto" (STIGLITZ, 2014, p. 135), mas esta correlação de forças tampouco contém a potência necessária para impor-se a longo prazo.

Este contexto é revelador da tendência das democracias contemporâneas de testemunhar passivamente a corrosão de sua mais resistente e legítima base de apoio, a população, quando esta é exposta a conflitos e seus membros entregues à disputas existenciais por bens básicos. Esta realidade de extrema desigualdade provoca forte processo

de exclusão material espiritual impactando em todas as esferas da vida, com sensível repercussão na percepção da injustiça do processo de distribuição de riquezas, vantagens e benefícios, comprometendo o discurso legitimador do sistema de que à organização social subjaz algum princípio equitativo socialmente estabilizador, impondo assim progressivo desalinho, desgosto e desprezo popular pela cultura que a democracia e as instituições que as sustentam assumem como própria.

O radical processo de desigualdade que a oligarquia nacional impõe à ferro e fogo à massa popular não lhe causa desconforto senão que com ele convive prazerosa e confortavelmente remete à séculos. A história colonial brasileira e os primórdios do Império demonstram cabalmente como os valores próximos aos que hoje são identificados como democráticos sempre foram alvo de forte ataque e negação por parte da oligarquia, na qual ocupavam posição proeminente os latifundiários (ver KONDER, 2000, p. 83), sendo um destes estatutos gravosos a instituição da escravidão que deslocou do reconhecimento formal do status de humanidade a uma vasta massa de indivíduos sob cuja base teria espaço o secular desprezo por seus concidadãos sob o tacão da ordem econômica promotora de vil desigualdade que coloca a massa popular, na melhor das hipóteses, apenas um degrau acima da escravidão. Este cenário foi construído sob o patrocínio de elite agrária nacional monopolizando as decisões sobre os rumos do país, estrategicamente posicionada desde os primórdios da nação, mas que ainda sofreria matizações, sendo o regime mantido sob controle legal e relativo equilíbrio político apenas durante os poucos e breves regimes democráticos, mas intervindo desenvoltamente e sem freios durante os períodos autoritários e ditatoriais em detrimento da influência política do povo, fertilizando o solo para a proliferação da desigualdade acompanhada da pobreza e da miséria.

Este cenário de descolamento da oligarquia relativamente ao exercício de direitos e garantias que demarcam a fronteira que permitem discernir a afirmação de patamares básicos do que classificamos como marco civilizatório, emprestando consistência a sua objetiva indiferença pelas formas e valores democráticos em matéria econômica. A consequência histórica desta deletéria conjunção é o reiterado desprezo e isolamento de todos os princípios e valores que dialoguem com a cultura dos direitos humanos incluindo a basilar universalização da saúde assim como à educação e ao sistema previdenciário público. Esta configuração sistêmica de negação da situação de equidade entre os humanos remete aos primórdios da formação da nação e do Estado brasileiro, cuja cultura e *ethos* escravocrata é mantido e dá sustentação às condições objetivas de manipulação e interdição à institucionalização da justiça social, malgrado seja esta indispensável para a consolidação de bases socioculturais e econômico-políticas que empreste mínima organicidade à comunidade, justiça social que unida à solidariedade se revelam como os únicos parâmetros de cuja união deflui funcionalidade e solidez suficientes a modelo de projeto político nacionalista e soberano, cuja associação no plano internacional dotará os países periféricos de fortaleza suficiente para enfrentar o imperialismo.[36]

[36] É relevante sublinhar que o ponto de partida e atual estágio das relações internacionais é bastante próximo ao estado de natureza hobbesiano embora conte com ligeiras e tênues matizações pacifistas que, sem embargo, repousam em ardentes territórios minados. Perante este cenário em que a supremacia imperial é manifesta e a exportação do neoliberalismo é a tônica sob a pesada ameaça de uso de recursos de múltiplas formas de violência, para os países periféricos defenderem as suas respectivas soberanias restam poucas opções além de impor políticas antifinancistas e, por conseguinte, anti-imperialista. Em nossos dias os BRICS são iniciativa

## 6. Direitos humanos e justiça social: pressupostos do desenvolvimento democrático

Considerando os modestos passos e a progressiva superação de interdições histórico-institucionais para a instauração de regimes marcados pela efetividade da igualdade de direitos, paralelamente, vão sendo instalados instrumentos para a afirmação da justiça social cuja dinâmica interna se contrapõe à lógica operativa do capitalismo, sobretudo em sua versão fáscio-pós-neoliberal financista.

Nos dias correntes sobressaem desafios, dentre os quais a coordenação de emergentes focos de poder – alguns dos quais estrategicamente posicionados pelo imperialismo –, as novas e sofisticadas tecnologias que recebem fino tratamento por parte dos grandes controladores da manopla do poder. Sob tal aspecto sugeria Ianni (1998, p. 116) já na última década do século XX que as novas tecnologias intervêm como garantes do "predomínio e a abrangência de formas autoritárias, autocráticas ou simplesmente totalitárias de gestão das formas de produção, circulação, troca e consumo, em âmbito local, nacional, regional e mundial",[37] mas conforme sua operação contemporânea pelo império, elas têm se revelado não menos sanguinárias que as de uso aberto da força crua. As primeiras décadas deste século XXI nada mais fizeram do que confirmar plena e progressivamente o acerto da reflexão projetiva de Ianni (1998) ao indicar a continuidade do processo de potencialização das desigualdades e, paralelamente, as interdições às condições de realização da justiça social e do notável catálogo civilizatório de direitos humanos.

As severas condições de sufocamento político e sabotagem econômica dos países-alvo inviabilizam a efetividade dos direitos humanos configurando as circunstâncias que alimentam a desigualdade já em função crescente. Nos tempos correntes percebemos o impacto dos novos desafios tecnológicos que criam ainda outra dimensão de aprofundamento das desigualdades estruturais mantendo a interdição aos direitos humanos. O acesso universal à educação e disseminação horizontal da cultura dos direitos humanos deve ser operada por dentro como instrumento de corrosão interna do sistema em seu propósito de apropriação das novas tecnologias por parte de indivíduos orientados a sua autonomia. Este é o eixo de uma democracia popular cuja concretização une resistência política à efetivação dos direitos universais, tendo à partida o acesso à saúde, à educação e oferta de previdência social assim como nestes dias que correm não é menos decisiva a garantia de livre acesso ao mundo digital. Estes são direitos cuja efetividade viabiliza a concretização da justiça social, algo que pressupõe diversas prestações do Estado,

representativa desta leitura de aglutinação de estratégicas forças periféricas para resistir globalmente ao impacto de toda sorte de pressões e punições que o imperialismo materialmente impõe.

[37] Do ponto de vista da aplicação das novas tecnologias ao mundo da cultura é preciso considerar a sua importante capacidade de destruição de modelos de sociabilidade humana e, por conseguinte, desconectadas de práticas de direitos humanos. Neste sentido a leitura de Ianni (1998, p. 117) de que "Em escala crescente, aplicam-se conhecimentos científicos na administração das formas de sociabilidade e de comportamento, assim como no jogo de forças sociais. Aqueles que detêm os instrumentos de poder, não só econômicos e políticos, ou técnicos e administrativos, mas também culturais, dedicam-se a aprimorar e desenvolver as mais diversas técnicas sociais, de modo a aprimorar e desenvolver a produção e reprodução da sociedade, em todos os seus níveis. São técnicas de produção e reprodução que operam, simultaneamente, como técnicas de controle, administração, tutela, manipulação, regulação, de conformidade com o jogo de forças sociais dominantes, presentes e ativas".

sobremaneira em realidades socioeconômicas, culturais e políticas de extrema e injustificável disparidade como é o caso nacional.

Uma interpretação democrático-popular do conceito de justiça social sugere, em essência, que uma abordagem tardia sobre os instrumentos práticos para a sua implementação em nosso país está, à partida, intrinsecamente ligada a garantia do exercício das liberdades individuais e coletivas, assim como das condições objetivas de sobrevivência e bem-estar que potencializam o encorpamento de apoios populares às suas instituições. A concretização do mundo dos direitos é sua condição necessária (embora não suficiente) de uma democracia popular para que assegure as vias de incremento da justiça social, categoria potencializadora da retroalimentação aos direitos humanos e, assim, consolidando a própria dinâmica da democracia popular. Esta era a via adiantada por Pasqualini (2005a, p. 91) é seguir os "processos da liberdade e da democracia, resolver o problema da necessidade e realizar a justiça social". Este processo virtuoso indica a derrota das condições objetivas e estruturais sustentadas pelos (e orientadas para os) interesses da oligarquia, cujo posicionamento interdita material e ideologicamente a democracia popular e seu assentamento no conceito de justiça social. A realização dos direitos e garantias individuais e coletivas ademais da liberdade ante a pressão do grande capital econômico e financeiro é condição necessária para pavimentar a instauração da justiça social e dos direitos humanos, posto que as condições objetivas para tanto encarnam direto ataque aos interesses da oligarquia, cujos interesses colidem com a essência do conceito de justiça social e dos direitos humanos.

As consequências estruturais da defesa dos interesses da oligarquia são contraditórias com a disseminação vertical e horizontal dos direitos humanos, entendidos como prática de valores humanistas e democrático-constitucionais fundantes, sendo insustentável o seu compartilhamento da lógica do capitalismo em sua versão fáscio-pós-neoliberal financista. Os direitos humanos também revelam a sua impossibilidade de materialização em sua intersecção com as instituições de mercado segundo sua atual modelação, posto que, como sugere Borón (2001, p. 182), "Se a justiça é o valor orientador de uma democracia, o mercado é – tanto por sua estrutura como pela lógica de seu funcionamento – completamente indiferente diante dela. O que o mobiliza e o coloca em ação é a busca do lucro [...] e a paixão pela riqueza" é, em suma, o triunfo de versão radical do egoísmo sobre a solidariedade, e não do equilíbrio entre estas categorias, que permitem a sobrevivência tanto do indivíduo quanto do sistema político e, no limite, da própria espécie. Sob o atual modelo de mercado é radicalizado o individualismo, subvertendo as perspectivas de êxito da solidariedade ainda em níveis mais modestos, pois o capitalismo se mostra desconectado por completo de quaisquer variáveis que não sejam afins com a potencialização de lucros e riquezas ou alguma ordem de benefícios. A própria lógica inspiradora dos grandes atores do mercado explicita sua carga de contradição pois, paralelamente as suas declarações públicas em prol de livre competição, sorrateiramente operam pela construção de monopólios e construção articulada de preços. A formação de oligopólios passa a integrar o funcionamento prático do "livre mercado" por parte de seus grandes atores centrais, que os organizam de cima para baixo, colonizando o Estado em áreas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico, sendo

que este alto poder se revela profundamente desconectado dos princípios e propósitos da ordem democrática, mesmo aquela organizada sob o livre mercado.[38]

O propósito de concretização dos direitos humanos se esboroa e expõe com toda a clareza sua incompatibilidade ante o modelo econômico de produção capitalista, pois em seu pantanoso território tudo está orientado precisamente pelo "lucro" e, efetivamente, nenhuma de suas esferas pela "justiça" (ver BORÓN, 2001, p. 182). Esta última é, sem embargo, a guia dos direitos humanos, e em qualquer hipótese as categorias típicas do capitalismo, cuja melhor fotografia é a das periferias das grandes metrópoles dos países periféricos. O cenário sociopolítico criado pela esfera econômica – em franca posição favorável em sua relação assimétrica com o poder político popular – é amassado pelo controle do capital, deslocando das posições de poder real os legítimos representantes do poder político popular. Sob esta oposição triunfa o interesse do capital, para quem o anseio pela justiça é verdadeiro incômodo, uma "distorção "extra-econômica" que interfere no cálculo de custos e benefícios e que tem um efeito paralisante na dinâmica impiedosa dos mercados" (BORÓN, 2001, p. 182), posto que mesmo este propósito de interferir para corrigir disfunções – "externalidades" – e prejuízos exacerbados ao interesse público revelando que é alvo de rechaço, mesmo quando se trate da proposta de moderada política socioeconômica de contenção de desequilíbrios, quando muito moderadas reformas são avaliadas como inaceitáveis pelas forças que operam em favor do grande capital.

Ao operar sob a base dos direitos humanos em sistemas capitalistas as sociedades democrático-constitucionais com pretensões genuinamente populares devem manter a preocupação com a criação de instituições mediadoras e relativizadoras das consequências inexoráveis do eficiente funcionamento do mercado.[39] A este respeito sustenta Borón (2001, p. 180) que as relações travadas no mercado se desempenham como derivação da pura "competição" que emula o evolucionismo imanente à lei de Darwin, segundo a qual sobrevivem tão somente os mais aptos ou, em sua aplicação à matéria econômica, apenas os mais fortes e capazes de assestar derrotas aos seus adversários – não estritamente em matéria econômica – e que, assim, subsistirão, sejam quais forem os critérios que adotemos e suportemos para que isto ocorra. Acerta Borón (2001, p. 180) ao concluir que não está incluído nos planos do mercado qualquer versão da promoção do "acesso universal da população a todos os seus bens", nem tampouco às riquezas e benefícios socialmente

[38] Neste sentido cabe ressaltar a crítica moderada de Pasqualini (2005b, p. 126) relativamente ao capitalismo, que ganha expressão em suas linhas ao procurar divisar a taxonomia do mal na esfera da política econômica, ou seja, que ele não pode ser identificado estritamente na iniciativa privada, senão que o mal residiria no fato de que a iniciativa privada "seja conduzida num sentido egoísta e individualista, em explorar o povo ao invés de ser dirigida para o bem coletivo". A crítica de Pasqualini identifica o mal na desconexão das ações da iniciativa privada relativamente ao "bem coletivo", sendo que a própria lógica do capital que orienta o mercado e seus princípios funcionais tão somente se manifestam na medida em que existam benefícios econômicos que apenas pontualmente podem ocorrer em paralelo com a promoção do "bem coletivo". Nesta condição, embora não apresente diretamente, subjaz ao argumento de Pasqualini a contradição entre a iniciativa privada e o bem coletivo, pois mesmo quando nega o "mal" em posição originária e motor da iniciativa privada, a condicionante que coloca – "ser dirigida para o bem coletivo" – se revela inviável, posto que o mercado não pode assumir o bem coletivo como objetivo e guia para as suas ações.

[39] É preciso estar atento para que a eficiência do funcionamento do livre mercado em nenhum caso atua em benefício da realização das instituições e interesses da democracia popular, senão da oligarquia que, em maior ou menor grau, controla os seus rumos. Neste sentido, portanto, é um equívoco tratar da suposta eficiência do mercado como algo benéficioso à população. Por suposto, esta é questão complexa que aqui apenas podemos apontar o direcionamento da reflexão a ser oportunamente desenvolvida.

produzidos, posto que a inexorável regra econômica despreza critérios de justiça social, pois na ordinária prática do "livre mercado" "prevalece uma lógica completamente diferente. Não existe nele uma dinâmica inclusivista nem, menos ainda, um desejo de potencializar a participação de todos" (BORÓN, 2001, p. 180). A rigor, o mercado não considera a inclusão – e nem se propõe a isto – entre os seus objetos de preocupação, senão enquanto variável que afete a ampliação do mercado consumidor.[40]

Este é propósito de expansão de ganhos é sobejamente conhecido, mas não em igual medida o seu absoluto desprezo pelas consequências institucionais e sistêmicas, vale dizer, que há espécie de ocultamento dos propósitos de operacionalização do funcionamento do mercado pelo grande capital, cujos interesses divergem amplamente do exercício da liberdade política atinente aos atores políticos populares e sua esfera de representação. Sem embargo, em nossa tradição política esta visão econômica não deixou de deparar com firmes e consistentes opositores como foi o caso do trabalhismo democrático de Pasqualini (2005a, p. 92) a sustentar que a liberdade política requer proteção, mas para que isto ocorra é imperativo empenhar-se pela afirmação da "dignidade humana", e isto não se confirma senão através de instituições genuinamente democráticas, transcendendo os patamares impostos pelo formalismo burguês e seu substantivo "apreço" pelo mercado, mesmo quando não logremos a completa transposição do simulacro de democracia que Pasqualini avaliava ser a real descrição da época no Brasil.

## Considerações finais

A América Latina historicamente acusa fortemente o peso da política imperial espelhando as suas múltiplas estratégias de desestabilização. A população do continente é alvo de substantivos prejuízos em decorrência dos incessantes movimentos do império no sentido de proceder à expropriação. Através de seus agentes o império ocupa o centro do poder nos países periféricos, fator potencializador da recepção e aplicação de política externa imperialista reservada a países América Latina à Ásia, passando pela América Central até a África, defraudando as legítimas expectativas de sua população em dispor tanto de alimentação como desfrutar de acesso à saúde, à educação, à segurança alimentar e à previdência social, ademais de segurança pública e efetividade do direito à moradia. O que este breve texto propôs é que a resistência a este processo invasivo do império não dispõe de real horizonte de efetivação senão por intermédio do progressivo alargamento dos membros componentes da união entre as forças progressistas latino-americanas.

A justiça social encarnada na disponibilidade deste citado conjunto de direitos humanos, poderá ser concretizada apenas através de decisivo e exercício da soberania nacional, processo a iniciar-se pela garantia ao direito à alimentação, iniciativa reconhecida por Stiglitz (2014, p. 51) como grande mérito do governo Lula, em cuja administração reconhece que "hubo gastos sociales para reducir el hambre y la pobreza. Se redujo la desigualdad, aumentó el crecimiento y la sociedad se hizo más estable", política social cujo

[40] O movimento imperial pela ampliação de mercados carrega em seu âmago a lógica de intensificação do consumo de mercadorias em cuja base residem os interesses estritamente econômicos, bem como de garantir o triunfo do *american way of life*, conducente à aproximação a valores e princípios políticos radicalmente individualistas que insuflam a dinâmica interna que despotencializa e, finalmente, desconstrói as fundações de uma forma de organização coletiva da democracia (*cf.* FLINDERS, 2013, p. 67).

objeto é, a todas luzes, desprezado pelo núcleo discursivo do neoliberalismo e, por conseguinte, pelos interesses geopolíticos que balizam a política externa do imperialismo. Neste sentido, cobra evidência o fato de que a dotação de recursos orçamentários para políticas orientadas à implementação da justiça social nos países periféricos sempre encontrará forte resistência por parte do império, dado que a montagem do orçamento implicará deslocar recursos que, de outro modo, seriam alocados para regiões do orçamento desde as quais sejam facilmente deslocadas para a sua expatriação.

Em sua busca pela efetivação da pilhagem o imperialismo organiza instrumentos que travam o desenvolvimento econômico dos países periféricos situados nas diversas latitudes. Para cumprir esta finalidade são empregados seus mais efetivos instrumentos e agências, incluindo atividades de sabotagem, cujos exemplos são múltiplos, dentre os quais os casos dos golpes de Estado contra João Goulart (1964) e Salvador Allende (1973) – clássicos e contando com documentos comprobatórios bastante conhecidos –, e que como ocorreu naquelas oportunidades, o império evitou o acionamento das alavancas promotoras do exercício da soberania e do desenvolvimento nacional marcado pela implementação da justiça social. Esta disposição para operar o núcleo do poder imperialista é antípoda teórico e lógico do acionamento dos direitos humanos e, particularmente, do amplo conjunto de potencialidades derivadas da universalização da educação, da saúde e da previdência pública, em suma, do atendimento prioritário aos mais necessitados. Em face do redesenho nacionalista-desenvolvimentista do futuro por quaisquer dos países-alvo, logo, a política e toda a influência imperial será orientada no sentido da desconstrução da estrutura e dos órgãos destes poderes periféricos em todas as suas escalas de propagação.

Ao longo deste texto propusemos a retomada de elementos que demonstrassem o propósito de pilhagem de recursos e riquezas por parte do império e estratégia de aplicação através da razão neoliberal, o que finalmente interdita a afirmação dos direitos humanos nos países periféricos. Sob a articulação do grande capital transnacional prolifera o neocolonialismo alimentado pela política externa reservada desde os altos salões de Washington aos países latino-americanos em associação com atores internos situados em suas respectivas oligarquias. Ao apresentar o fenômeno do solapamento das condições de desenvolvimento socioeconômico dos países periféricos sugerimos que ele pode ser frutiferamente analisado pela ótica do ataque neoliberal coordenado pelo núcleo duro do poder imperial às instituições democráticas, aos direitos humanos e à justiça social que redunda na depredação institucional nestes países-alvo, movimento que permitiria observar com maior clareza que a auto-atribuída posição de garante universal da democracia e dos direitos humanos – não raro mediante armas – não passa de burda falsificação.

É imperativo disseminar a compreensão política de que os direitos humanos não ocupam posição nem desfrutam de boa reputação ou cumprem seu papel senão quando de sua efetivação radical. Esta é a conjuntura pavimentadora de uma democracia popular, única condição sob a qual pode esta ser mantida e desenvolvida e, portanto, superando o fracassado discurso estritamente formal dos direitos humanos apresentado sob pretensões legitimatórias das democracias liberais mas que, em sua essência, tão somente a corrói e debilita *in extremis*. Outro não pode ser o elemento que não esta versão radicalmente efetiva dos direitos humanos para operar como amálgama do real soberano político, o povo.

A afirmação dos direitos humanos no plano material desconstrói a apresentação imperialista prenhe do formalismo liberal dos direitos humanos que funciona como

arrefecedora de paixões e legítimas aspirações materiais dos povos periféricos, distraído ante a vileza com que é praticado o saque de forma camuflada. A radicalização da efetividade dos direitos humanos viabiliza a superação do projeto neocolonialista imposto desde o núcleo duro do imperialismo em prol da constituição de projeto democrático-popular. Tendo por horizonte tal propósito é inevitável coordenar amplos esforços coletivos em resistência à oligarquia transnacional que tem na efetividade dos direitos humanos um antípoda, interesse que serve como eixo estruturante da política externa imperialista. Neste sentido a cultura de efetivação radical dos direitos humanos constitui a linha de contenção e consistente reversão dos mais profundos interesses do imperialismo e do neocolonialismo nos países periféricos.

**Referências**

AMIN, Samir. **Eurocentrism**. Nueva York: Monthly Review Press, 1989.

ARTECONA, Raquel; PERROTTI, Daniel; WELSLAU, Lennard. China and Latin America and the Caribbean: Exports competition in the United States market. **ECLAC Washington Office Series**. N 23, 2022.

_____ . Latin America and the Caribbean exports to the United States: Analysis of the competition with China and other regions at product level, 2002-2018. **Oficina de la CEPAL en Washington**. Estudios e Investigaciones. 47058, Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). 2021. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/ecr/col896/47058.html>. Acesso em: 20.03.2023.

BORÓN, Atílio. **A coruja de Minerva**. Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. **Rotas de Interesse**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 45, no. 2, p. 46-65, dez., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/gQ3VbLrZQfPGVJ7QvZy6xwM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20.02.2023.

BUENO, Roberto. **A crise da democracia ocidental e o desafio autoritário**. São Paulo: Max Limonad, 2020a.

_____ . Democracia, formas políticas e o impacto desconstitutivo do neoliberalismo. A atualidade radical da versão neofeudal tecnológico-capitalista e as vias para a recuperação da democracia. In: BUENO, Roberto. **A crise da democracia ocidental e o desafio autoritário**. São Paulo: Max Limonad, 2020b. p. 369-388.

_____ . **Democracia sequestrada.** Oligarquia transnacional, pós-neoliberalismo e mídia. São Paulo: Max Limonad, 2018.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidad y eurocentrismo**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708040738/4_dussel.pdf>. Acesso em: 20.02.2023.

EUA reativam frota para patrulhar mares latino-americanos. [Depois de 58 anos, a Marinha dos Estados Unidos vai reativar sua Quarta Frota para patrulhar os mares da América Latina]. **BBC Brasil**. 08.05.2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080508_exercitoeuaalfn>. Acesso em: 20.02.2023.

FANNON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Nova República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FLINDERS, Matthew. **Defending politics**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANK, André Gunder. Dependencia economica, estructura de clases y política del subdesarrollo en Latinoamerica. **Revista Mexicana de Sociología**. Vol. 32, No. 2, Memorias del IX Congreso Latinoamericano de Sociología. Vol. 3, Mar.-Apr., 1970, p. 229-282.

GALEANO, Eduardo. **Patas arriba**. La escuela del mundo al revés. Madrid: Siglo Veintiuno, 2019.

_____ . **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HERZ, Monica. Políticas de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados**. Vol. 16, no. 46, p. 85-104, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Bb8RBvXjMrjz3S3ZbPC43Kt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20.01.2023.

HIRST, Monica; BOBEA, Lilian; BRANCO, Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo. La violencia y la calidad de las democracias en América Latina y el Caribe. Paz y seguridad. Agosto de 2023.

HOBSON, John Atkinson. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

IANNI, Octavio. A ditadura do grande capital. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
_____ . Neoliberalismo e nazi-fascismo. **Crítica Marxista**. São Paulo. Xamã, v.1, n. 7, 1998, p. 112-120. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf. > Acesso em: 23.01.2021.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do "homem burguês"**. São Paulo: Senac, 2000.

LA BOÉTIE, Ettiene de. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LAFONTAINE, Oskar. **Das Herz schlägt links**. München: Econ, 1999.

LASKI, Harold Joseph. **La crisis de la democracia.** Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1946.

Latinobarômetro reflete o descontentamento social pela pandemia. Por Carlos Salinas Maldonado. **El País**. Internacional. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-15/latinobarometro-reflete-o-descontentamento-social-pela-pandemia.html>. Acesso em: 10.09.2022.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. In: MARTINS, Carlos Eduardo. (*Compilador*). Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Vol. 24, n. 50, p. 7-35, jul/dez. 2008.

PASQUALINI, Alberto. Nas vésperas da Constituição. In: PASQUALINI, Alberto. **O pensamento político de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005a. p. 89-92.

_____ . Trabalhismo e socialismo (Discurso em Caxias do Sul). In: PASQUALINI, Alberto. **O pensamento político de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2005b. p.109-127.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. p. 117-142, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 20.02.2023.

_____ . Colonialidad del poder, cultura, y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate**. Quito-Ecuador. No. 44, p. 227-238, Agosto, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

SANTOS, Theotonio dos. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

SCHOULTZ, Lars; SMITH, William C. Introduction. IN: SCHOULTZ, Lars; SMITH, William C.; VARAS, Augusto. **Security, democracy, and development in U.S.-Latin American relations**. Miami: University of Miami North South Center Press,1994.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____ . **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____ . **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya; DRÈZE, Jean. **Glória incerta – a Índia e suas contradições**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STIGLITZ, Joseph E. **El precio de la desigualdad**. Barcelona: Santillana, 2014.
The White House. **A national security strategy for a new century**. 1999. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/regional/ar/natsec2k)>. Acesso em: 12.12.2019.

THERBORN, Göran. **Los campos de exterminio de la desigualdad**. México: Fondo de Cultural Económica, 2015.

United States-Latin America and the Caribbean Trade Developments. Economic Commission for Latin America and the Caribbean. **ECLAC Office in Washington, D.C**. 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/trade_web.pdf>. Acesso em: 22.08.2023.

# TRAUMA, POLÍTICA E DISJUNÇÃO GERACIONAL EM *LOS RUBIOS*, FILME DE ALBERTINA CARRI

Ana Lucia Oliveira Vilela[41]

**Resumo:** O filme *Los Rubios*, dirigido e roteirizado por Albertina Carri, enfoca a busca da diretora pela memória dos pais, sequestrados e assassinados em 1977, durante a ditadura capitaneada pelo general Jorge Rafael Videla, na Argentina. Lançado em 2003, o filme gerou um grande debate que ultrapassou o campo cinematográfico. Beatriz Sarlo, renomada crítica literária, realizou uma crítica relevante ao filme, destacando que Carri não buscou "as razões de seus pais". Carri estaria imbuída de uma cultura contemporânea que valoriza os testemunhos e as narrativas centradas no eu e, por isso, teria desprezado as razões paternas e maternas para sua atuação intelectual e política. Neste artigo me oponho à interpretação de Sarlo argumentando que Carri elabora um percurso para o luto dos pais e os interpela no que diz respeito à sua compreensão dos processos políticos. Assim, buscar pelos pais, tecer o luto, não significa entronizá-los em pedestais, mas dialogar, de forma crítica, com sua herança.
**Palavras-chave:** Trauma Studies, ditadura argentina, documentário, Albertina Carri, Los Rubios.

## Recolocar em cena: trauma e luto

*Portanto eu, que sou seu espelho, do que posso acusá-lo?*
Ricardo Piglia

*Não será pouco, o trabalho. Suprima, emende, mude, mas, se isso acontecer, que algo fique.*
Macedônio Fernandez

Em 2003, aos 30 anos, Albertina Carri, filha de vítimas da ditadura argentina, estreou o filme "Los Rubios", no qual busca aproximar-se da vida pregressa dos pais, sequestrados em fevereiro de 1977, quando a diretora tinha apenas 3 anos de idade. Foram assassinados, provavelmente, no fim do mesmo ano. Primeiro filme associado à virada autobiográfica do cinema documental argentino, visava os eventos traumáticos da ditadura sob a perspectiva subjetiva da geração que se seguiu àquelas que se opuseram à ditadura.

O filme produziu um debate efervescente em torno da diferença memorial entre a geração dos jovens imbuídos de uma perspectiva utópica da história - militantes contra ditadura militar e por ela perseguidos, muitas vezes encarcerados, torturados, assassinados e desaparecidos -, e a geração de seus filhos.

A questão geracional é especialmente importante no que concerne às consequências da ditadura argentina. Quando o General Jorge Rafael Videla assume a presidência, depois

[41] Professora na Universidade Federal de Goiás. Realiza pesquisa nas áreas da História da Arte Brasileira e cinema documental e ficcional latino-americano sob perspectiva dos *Trauma Studies*.

do golpe que depôs a María Estela Martínez de Perón, a política de repressão aos oponentes e dissidentes passa, de uma prática repressiva e carcerária, à articulação de um "poder desaparecedor", segundo Pilar Calveiro. Estima-se que entre quinze e vinte mil pessoas foram encarceradas; dessas, por volta de 90% desapareceram. (CALVEIRO, 2013, p. 41) Assim, esses desaparecidos, em sua maioria jovens, deixavam suas mães sem filhos e seus filhos órfãos. O "poder desaparecedor" tinha por objetivo o apagamento total dos oponentes, de seus vestígios e memórias e de suas utopias. Tal pretensão foi levada a extremos, como a prática regular da adoção das crianças descendentes dos desaparecidos por famílias simpatizante e/ou aderidas ao regime. De todo modo, eu gostaria de assinalar como essa política deixou marcas profundas e traumáticas em todas as gerações no entorno das vítimas da ditadura, colocando a geração que Calveiro denomina "a vanguarda iluminada" no centro das narrativas memorialísticas e historiográficas desse período. Assim, a luta por essa geração foi primeiramente protagonizada pelas Mães da Praça de Maio. Nos anos 2000, a geração de filhos assume novas reivindicações e interrogações frente à herança da ditadura.

Neste sentido, não gera espanto que, quando a geração que se sucede à "vanguarda iluminada" propõe suas próprias questões à formação da memória do período ditatorial, muitas vozes tenham se erguido em questionamento e oposição (BARTALINI, 2019). Beatriz Sarlo, expoente crítica literária argentina e intelectual latino-americana, manifestou-se assim sobre o filme Los Rubios:

> Carri não procura as "razões" de seus pais, muito menos a tradução dessas "razões" pelas testemunhas a quem recorre; procura *seus pais* na abstração de uma vida cotidiana irrecuperável, e por isso não consegue se concentrar nos motivos que os levaram à militância política e à morte. (SARLO, 2007, p. 106)

Neste artigo, proponho uma interpretação diversa do filme de Albertina Carri. É importante lembrar que Carri inicia as filmagens de Los Rubios em 2001 e o lança em 2003, portanto no primeiro ano do governo de Néstor Kirchner, que revogou o indulto (concedido pelo então presidente Carlos Menem entre os anos 1989 e 1990) aos militares condenados por crimes cometidos durante a última ditadura. Articula-se outro contexto em que é possível, para além de defender as vítimas e estabelecer e perpetuar sua memória, interrogar tanto a capilaridade do regime ditatorial – enraizado na sociedade argentina em uma dimensão que ultrapassava em muito os quartéis e casernas ou a burguesia, alcançando as famílias de todas as classes –, quanto a pertinência e as motivações das ações revolucionárias dos grupos de esquerda.

Assim, a hipótese que busco desenvolver é a de que o filme de Carri é uma produção documental inovadora que elabora, tanto no sentido psicanalítico quanto intelectual, novas formas de conceber os traumas que a ditadura impôs, e articula uma cultura política, não necessariamente oposta, mas, em alguns aspectos, conflitante com a dos pais.

## Duplicar-se para ver-se, entender-se: o declínio das utopias

As primeiras tomadas do filme mostram uma animação com uma casinha de Playmobil com seus acessórios e personagens, desejo das crianças nascidas nos anos 1970. O brinquedo emulava a vida familiar perdida e idealizada na tonalidade lúdica das fantasias infantis. Toda a estética, desde a movimentação dos bonecos, até a iluminação e a trilha

sonora enfatizam o caráter artificial, quase farsesco, dessa emulação. A cena seguinte mostra um campo verdejante e aberto sobreposto por uma cerca, em primeiro plano, com uma pequena placa que anuncia: "campito". A associação imediata é aos campos de concentração e, no entanto, o ambiente é alegre. Ouvem-se duas vozes, uma dizendo à outra como se monta em um cavalo. O recurso irônico, visto em conjunto com outros, evidencia um desejo imperioso de buscar os pais. A evidente impossibilidade foi trabalhada, não como tragédia, mas como poética, ou seja, como produtividade imaginativa em torno de uma memória ausente.

Albertina Carri cultivou vários recursos cinematográficos experimentais estranhos à tradição documental e ficcional voltada ao tema da ditadura. Um primeiro aspecto chocoso do filme são as animações rudimentares com peças de Playmobil.

Um outro aspecto experimental é que Albertina Carri substitui-se, em seu papel de filha em procura dos vestígios dos pais, por uma atriz, Analya Couceyro, ausentando-se parcialmente da cena. Duplicando-se. Ouvimo-la dirigindo seu duplo, explicando à atriz, por exemplo, como se monta a cavalo, arte que tinha dominado ao viver com os tios no campo, após a morte dos pais. Ou então, como deve modular a voz e os gestos para referir-se à busca empreendida no filme. Em cenas posteriores, Albertina Carri empunha uma câmera. A diretora filma a atriz que a representa, em uma tentativa angustiante de ver-se, registra-se a si, num jogo de espelhos ao mesmo tempo labiríntico e abismal, interrompendo procedimentos clássicos do documentário. Se o documentário trata do real[42], como introduzir-lhe atores? A que essa atitude responde? Parece-me, esta é uma hipótese que ficará em aberto, que se trata de questionar não apenas uma sociedade estruturada em classes sociais, os papéis sociais atribuídos a cada indivíduo, mas também os gêneros cinematográficos, no caso o documental, em sua pretensão de verdade. Guy Gaultier examina os limites entre os gêneros documentais e ficcionais do cinema, procurando-lhes as distinções que, se não podem ser caracterizadas como atributos essenciais, podem fornecer balisas analíticas válidas para a sua compreensão. Nesses termos, a partir do cineasta Chris Marker, supõe que a verdade não seja o objetivo final do documentário, mas "talvez seja o caminho." (MARKER apud GAULTIER, 2011, p.13) Depois de um longo debate, o autor sugere uma única característica para definir o gênero documental: "a ausência de atores; (ou seja) o personagem desempenha seu próprio papel" (GAULTIER, 2011, p.13). Ora, Albertina recusa essa espécie de atestado último do documentário. Vale a pena lembrar: o documentário Jogo de Cena, de Eduardo Coutinho, que propôs a convivência, na mesma película, entre atores que narram acontecimentos vividos por outras pessoas e não-atores narrando eventos acontecidos a si próprios, foi lançado apenas em 2007, portanto alguns anos após o de Albertina. Essa estratégia de substitui-se como personagem, embora seja

[42] Para Lacan, o Real (a grafia é com R maiúsculo) não denota a realidade em si, mas, justamente, aquilo que, dessa realidade, não alcança expressão nem simbólica, nem imaginária. Nesse sentido, articular o cinema documental, principalmente aquele que trata dos traumas causados por experiências extremas, à essa noção de Real pode ser produtivo, porque possibilita o exercício de simbolização que será, de antemão, sempre fracassado (não é possível reaver os pais, não é possível saber como seria uma infância cercada pelos pais que lhe foram subtraídos). No entanto, esse exercício contribui para circunscrever e delimitar o vazio, concedendo-lhe um lugar tanto social quanto subjetivo. Se não se pode simbolizar o vazio ou o trauma, pode-se lhe estabelecer fronteiras como forma de processo de luto, processo de elaboração de uma perda irremediável. Pode-se experimentar maneiras de acercar-se dele, conduzindo a um processo de luto que pode ser tanto individual quanto coletivo.

escasso até a data do lançamento do filme (em pesquisa, não encontrei outros exemplos anteriores a Los Rubios), está presente na literatura argentina.

Entre 2015 e 2019, publicou-se uma trilogia intitulada *Os diários de Emílio Renzi*, de autoria de Ricardo Piglia. O romancista retomou seus próprios diários, escritos desde 1957 até as vésperas de sua morte, editou-os e os publicou atribuindo-os a Emílio Renzi, *alter ego* de Piglia, personagem central ou secundário de outros livros do autor. A escrita dos diários tem início em um trauma: em 1957, o pai de Piglia, peronista, obrigou-se a mudar de cidade em razão das perseguições sofridas em Aldrogué, onde residia a família. Em Mar del Plata, o filho sentiu a mudança como um exílio. Em desalinho com o pai por variados motivos, o peronismo era um dos pontos da discórdia familiar. Historiador e professor de história na *Universidad Nacional de la Plata*, Piglia escreve interrogando as fronteiras entre literatura e história. Nos interessa na escrita de Piglia o artifício de um personagem que toma seu lugar nos diários, e que, nesse ponto precede Carri, e pode fornecer uma chave de interpretação ao filme *Los Rubios*.

Em uma entrada do diário, a de um domingo, dia 08, sem registro do mês, do ano de 1968, Renzi/Piglia menciona o aniversário do pai e escreve sobre ele: "Sentiu a fúria e o ódio político como uma questão pessoal, isso era o peronismo para ele, uma questão privada, como se tratasse de ser fiel a um amigo (o peronismo fez da política uma questão sentimental, por isso persiste)" (PIGLIA, 2019, p. 57). A observação de Piglia sobre o pai ressoa nas próprias considerações sobre a política na Argentina. Com efeito, Piglia, analisando seus diários, classificou as entradas em séries, uma das quais, a Série A, foi dedicada à política: "... uma série poderia ser organizada a partir do cruzamento da vida própria e das forças alheias, digamos, externas, que sob os modos da política costumam intervir periodicamente na vida privada das pessoas na Argentina." A vida na Argentina seria, assim, atravessada pelas injunções políticas na forma da tragédia grega, submetida a um destino que atua como "a mão da fatalidade" (PIGLIA, 2019, p. II). Em 1968, percebendo movimentações policiais em seu bairro, Piglia reúne rápida e sorrateiramente os bens possíveis, e muda-se de bairro, separando-se da mulher com quem vivia: "...eu me separei de uma mulher, não por motivos sentimentais, mas pelo fato catastrófico causado pela intervenção militar no meu pequeno círculo pessoal" (PIGLIA, 2019, p.12). Ora, na Argentina (condição que pode ser estendida para a América-Latina), segundo a percepção de Piglia, estamos distantes de uma separação contundente entre espaço público e espaço privado. Não teremos condições suficientes para, neste artigo, alimentar esse debate, mas vale destacar que estamos distantes da concepção de Hannah Arendt para quem, após a diluição do espaço público da Antiguidade sob o capitalismo, o espaço privado, não mais estabelecido como esfera da produção e reprodução da vida, passa a uma condição residual em relação ao espaço social, campo da produção, que se apodera do político, antes voltado à liberdade e ao comum, ao governo da Pólis (ARENDT, 2018). Na modernidade, ou seja, sob o capitalismo, a prevalência da produção (como domínio da técnica) na exterioridade do patriarcado privado, destituiu a política como espaço do debate entre homens livres sobre o destino comum. Mesmo considerando Norbert Elias, que observa uma complementariedade necessária (não uma oposição como em Arendt) entre público e privado, este espaço último resiste, como reserva da intimidade[43],

[43] Leonor Arfuch (2010) sintetiza as reflexões sobre a noção de espaço público em Hannah Arendt, Norbert Elias e Jürgen Habermas.

protegido, em certo grau, dos ordenamentos sociais. Ora, a convergência entre Ricardo Piglia e Albertina Carri se expressa na constatação da insegurança das fronteiras entre público e privado e, mesmo a inviabilidade dessa distinção no contexto Argentino. Nesse sentido, a crítica que Sarlo dirige à Carri (a de que a cineasta teria privilegiado a própria subjetividade em detrimento do papel social dos pais), torna-se frágil, na medida da interveniência e das cumplicidades ao regime ditatorial no cotidiano privado. Assim, chegamos a um ponto interessante. Piglia pertence à geração dos pais de Albertina Carri (Piglia nasceu em 1941, Alberto Carri em 1940 e Ana Maria Caruso em 1942). Como sabemos, Ana Maria e Alberto não sobreviveram à ditadura. Falecido recentemente, Piglia pôde acompanhar todo o desenvolvimento da ditadura, seu fim com os processos de redemocratização, e suas consequências.

Podemos observar a tonalidade do clima criado com o fim da ditadura em uma entrada do diário de Piglia/Renzi. Em um dia de agosto do ano de 1982, menciona os "exilados desencantados" com quem convivera durante um mês: "Tornaram-se "realistas" e "democráticos", já mortas todas as ilusões que cultivaram na juventude" (PIGLIA, 2021, p. 183 e 184).

Com o diagnóstico de uma doença debilitante e progressiva, recebido em meados dos anos 2010, Piglia, decide que precisaria parar de recorrer aos diários e encerrar sua última obra antes que a doença o vencesse. Acossado pelo adoecimento, parou de rever os diários a partir do ano de 1982. Outra justificativa na escolha da data surgiu adicionalmente. Em 1982:

> [...] terminava uma época em que uma realidade melhor era possível, uma época em que ele (Piglia escreve sobre Emilio Renzi em terceira pessoa) e seus amigos viviam numa sociedade paralela, num mundo próprio, alheio à corrente principal da cultura argentina. Tinham vencido porque continuavam vivos e combatiam, mas também tinham sido derrotados, tinham no corpo as cicatrizes e marcas, eram sobreviventes, eram feridos de guerra. As ilusões agora, frisou, eram mais iludidas que nunca, mas a vida social e política agora era mais benigna que nunca. [...] Emilio percebeu com clareza que uma época tinha terminado e que uma cultura tinha sido derrotada. Antes, pensava Renzi, podíamos circular nas margens ligados à contracultura, ao subterrâneo a da arte e da literatura, mas agora todos éramos figurinhas em um cenário empobrecido e devíamos jogar o jogo que dominava o mundo. Não havia esperança, nem vontade, nem coragem para mudar as coisas ou, pelo menos, para correr o risco de viver ilusões. (PIGLIA, 2021, p. 183 e 184)

A redemocratização havia sido percebida como uma derrota, mais precisamente, uma derrota às utopias (concebidas, agora, como ilusões) que guiaram as atividades políticas de Alberto Carri, Ana Maria Caruso e Ricardo Piglia, cada um à sua maneira. Não seria de se espantar que Albertina Carri herdasse, para além do trauma, a percepção da derrota, o ceticismo em relação às "ilusões", e a necessidade de criar outras formas de condução da luta política.

**A herança, a discórdia**

Em uma cena de Los Rubios, a atriz lê um livro de Roberto Carri (2001)[44] publicado em 1968 sobre Isidro Velazquez, um bandido cujas ações considerava pré-revolucionárias. Para o sociólogo, Isidro Velazquez encarnaria a forma inicial do "proletariado total", integrado por pessoas oriundas de um mundo rural, submetidos à dupla dominação, colonial e imperialista. Carri visava a crise pela qual passavam os sindicatos (constituídos pelo "proletariado relativo") na Argentina, considerando-os integrados, ainda que parcialmente, ao "sistema" e, por isso, menos susceptíveis aos chamados revolucionários. Buscava os atores sociais mais propícios a protagonizarem a revolução. Segundo Roberto Carri, citando Juan Díaz del Moral, quando cansada da opressão e ciente das injustiças, a massa faria renascer o sentimento subjacente "de sua unidade originária (e) a multidão se faz povo. O egoísmo, o interesse privado e a preocupação pessoal desaparecem" (2001, p.27). A degradação da vontade individual encontra seu contraponto necessário na "vontade geral" cuja força, desaguaria, evidentemente, na revolução.

O filme argentino *Ficción Privada* (2007), de Andrés di Tella, aborda um tema próximo. Após a morte do pai, Di Tella vasculha cartas e fotografias deixadas por seu pai para encontrar-lhes. "Preciso ouví-los", afirmou o diretor-narrador. De uma geração intermediária aos pais da diretora de *Los Rubios*, e herdeiro de uma família de industriais e intelectuais moderados ou de esquerda com significativa atuação pública, Di Tella parece partir, em seu filme, do mesmo desejo e da mesma questão de Albertina, saber quem são seus pais. Situados em contextos diversos (Albertina perdeu os pais ainda na primeira infância e Andrés os perdeu os pais já adultos), ambos os filmes abordam a busca de filhos por seus pais. Torcuato Di Tella foi, como Roberto Carri, um importante intelectual argentino. A obsessão de Torcuato por Toussaint Louverture, personagem central da Revolução do Haiti, aproxima-se do interesse de Roberto Carri por Velázquez. Ambos buscam encontrar os atores capazes de produzir e sustentar processos revolucionários.

O texto que Analya Couceyro lê logo no início de *Los Rubios* é a epígrafe do livro de Roberto Carri, de autoria de Juan Díaz del Moral[45]. Relata o processo através do qual a massa antes "indiferente ao social (e) submissa a todos os poderes", se subleva.

---

[44] Roberto Carri foi um sociólogo argentino, professor da Universidade de Buenos Aires. Trotskista, aproximou-se ao peronismo e integrou a organização Montoneros. Publicou três livros e vários artigos. Dentre os livros o título "Isidro Velazquez: formas prerrevolucionarias de la violência", aborda a vida de Velazquez e argumenta que suas ações seriam políticas na medida em que interpelavam "o sistema".

[45] No prólogo do livro sobre Velázquez, Roberto Carri (2001) cita Juan Díaz del Moral, que havia publicado, ainda em 1923, um livro sobre as revoltas camponesas na Espanha, abordando, à distância de um marxismo já clássico, a potencialidade revolucionária do campesinato. O livro de Eric Hobsbawm, "Rebeldes primitivos" é igualmente citado por Carri. Horácio Gonzáles, no prefácio da edição de 2001 do livro de Carri, aborda a tradição do "bandoleirismo social" na Argentina e sua expressão no ensaio. Cita o filme de Glauber Rocha, lançado um ano antes do livro de Carri, enquanto Hobsbawn (1970), em Rebeldes Primitivos, cita os Sertões de Euclides da Cunha. No primeiro capítulo do livro, Carri cita Franz Fanon e "o famoso Lampião". A associação entre essas figuras delineia uma certa mentalidade utópica que busca, entre os atores sociais de uma época, aqueles mais propensos - em razão de suas condições materiais e subjetivas - , a levar a frente a revolução. Curiosamente, Glauber Rocha, no ano seguinte, com o filme "Terra em Transe", deslocará o problema político para um polo mais próximo ao da filha de Roberto Carri, Albertina. Glauber destaca como uma pequena burguesia (encarnada no personagem de Paulo, um jornalista revolucionário) situada à esquerda do espectro político, está atravessada pelas condições que combate e à elas sucumbe, mimetizando e repetindo a opressão de classe e de pensamento. Albertina Carri está atenta, justamente, à complexidade dessas condições culturais.

Todo o filme de Carri parece opor-se a essa primeira declaração que evoca e caracteriza seus pais, indicando que o filme tratará de uma disjunção memorial: os filhos não podem recordar-se nem conceber o tempo da mesma maneira que os pais. Uma outra disjunção geracional será igualmente tratada; aquela relativa a concepção de política das gerações dos pais revolucionários e vítimas da ditadura, a "vanguarda luminosa", e de sua filha.

Para saber mais sobre os pais, Albertina Carri busca ex-vizinhos, seus familiares, amigos e amigas, companheiros e companheiras e os interpela. Seus nomes aparecerão somente em uma lista, nos créditos, ao fim do filme. Suas imagens, frequentemente, não se oferecem ao espectador, senão em um jogo metalinguístico. Assistimos – em segundo plano, uma TV, conectada a aparelhos reprodutores de vídeo – a reprodução de uma fita de vídeo que mostra um depoimento sobre os pais de Albertina Carri, enquanto Albertina (a personagem interpretada por Analya Couceyro), em primeiro plano e de costas para a TV, faz anotações em um caderno. As perguntas insinuam-se na intimidade dos pais. As respostas foram situadas no campo da política ou do elogio póstumo. Os diálogos são truncados por uma incompreensão mútua. Aqui localizamos o eixo da questão geracional articula pelo argumento do filme: a filha busca pela familiaridade, pelas pequenas anedotas privadas, enfim, busca os pais. Encontra, entretanto, militantes imbuídos da "vontade geral" ou enaltecimentos excessivos para a filha sedenta da realidade mais crua. Assim, instaura-se um choque entre a política e o espaço privado, a luta contra a ditadura e o afeto familiar. Desvinculados de seus nomes e reproduzidos em telas dentro de telas, esses personagens da recente história argentina são distanciados do espectador, dificultando um laço fundamental ao documentário e ao testemunho, aquele da empatia entre o espectador e o depoente. O documentário se afasta da tradição melodramática do filme *La História Oficial*[46], marco fundador da filmografia acerca da ditadura. Para esta filha, não é possível situar os pais em lugar algum da memória. Os testemunhos, todos aqueles que foram ou não levados aos tribunais, todos aqueles que, aos poucos, construíram uma memória da ditadura, não recobriram a falta essencial e inescapável de uma filha que teve seus pais sequestrados e mortos. Albertina reencena, não sua vida com os pais, mas sua ausência inescapável. Não é possível encontrá-los em lugar algum: nem nas fotografias familiares, nem nos testemunhos de familiares, amigos ou companheiros, nem nos livros do pai. Destarte, o filme não é apenas essa ausência dolorosa com a qual é preciso jogar. Lidar com o trauma, para Albertina, não significa compreender as motivações paternas e maternas, com queria Beatriz Sarlo, mas explicitar um vazio inescapável. Para Albertina, a utopia paterna não é incompreensível. É inexperienciável, como, aliás, Piglia anotou em seus escritos. São, portanto, duas as ausências irremediáveis que o filme trata de elaborar: a ausência dos pais e o declínio das utopias que os guiaram a seu fim trágico.

[46] Filme argentino dirigido por Luis Puenzo. Lançado em 1985, recebeu o Oscar de melhor filme estrangeiro. Narra a história de Alicia professora de classe média. Mãe zelosa, cuida da filha adotiva Gaby, trazida por seu marido. Com a volta da amiga Ana, ex-presa política, do exílio, Alicia desconfia que sua filha possa ser descendente de vítimas da ditadura argentina.

**Beatriz Sarlo, a pós-memória e *Los Rubios***

Beatriz Sarlo, no livro *Tempo passado: cultura da memória e giro subjetivo*, realiza uma crítica relevante e cuidadosamente argumentada, contra a prevalência dos testemunhos como fonte da reflexão historiográfica e como documento fidedigno de eventos de uma época. O livro foi publicado em 2005, portanto apenas três anos depois do lançamento do filme de Albertina Carri e duas décadas após o Julgamento das Juntas Militares[47], o primeiro a recorrer extensamente aos testemunhos como prova de acusação. Será útil rever os argumentos da crítica literária porque o filme de Albertina Carri é tomado como um exemplo das consequências supostamente deletérias da pós-memória.

O estatuto relativo do passado será o primeiro tema da autora. Não existindo senão por contraste ao presente e subsistindo nele, o passado teria algo de intratável, conflituoso. O passado pode mesmo capturar o presente, à maneira do recalcado freudiano. Neste sentido, Sarlo observa que, com o declínio das "grandes narrativas" - diagnosticado por, entre outros, François Lyotard - decorrente da descrença nas utopias que guiaram processos revolucionários, lutas sociais por direitos e contra regimes ditatoriais no Século XX, resta às gerações afetadas por uma impossibilidade de projetar um futuro, voltar-se para o presente e para si. Sarlo distingue alguns fatores que conformam a sobrevalorização do testemunho: a) o jurídico, como suporte aos julgamentos aos perpetradores da ditadura recente (viabilizados também pelo papel central do testemunho nos julgamentos dos crimes nazistas e na construção das memórias do evento); b) o da construção de uma memória pública da ditadura, elemento central a partir do qual seria possível exigir que "*nunca más*" os crimes da ditadura argentina se repitam; c) o da cena artística internacional onde, em razão das questões que emergiram com o nazismo, o testemunho também se ergue como fator central na reconstituição dos fatos concernentes à Segunda Guerra. Assim, segundo Sarlo, "no campo artístico, a pró-memória tem um decálogo internacional unificado e fortemente criador de consenso." (SARLO, 2007, p.102). Um último fator, correlacionado aos anteriores, diz respeito à valorização da primeira pessoa, seja nos discursos testemunhais, seja em outros gêneros discursivos de preponderância do eu tais como a biografia, a autobiografia, os diários, as missivas etc.

Ora, a centralidade do testemunho e a inquestionabilidade dos discursos do eu impõem, a um procedimento central da história como disciplina acadêmica, um duro golpe: como compreender eventos históricos abstendo-se da crítica às fontes e aos documentos, portanto dos testemunhos de quem quer que seja? De fato, eventos mais ou menos recentes vem mostrando que a centralidade do eu e do testemunho continuam vigendo e que a crítica aos testemunhos como expediente historiográfico fundamental mantém-se em cheque. Se, em 1985, o *filme La História Oficial*, dirigido por Luis Puenzo, estreia na Argentina como parte de um movimento que buscava afirmar os crimes da ditadura argentina em sua face mais perversa - o rapto e adoção dos filhos das vítimas da ditadura por seus vitimadores -, em

[47] O julgamento foi possível após que o então presidente Raúl Afonsin assinou, em 1983, o Decreto 158, que viabilizava os processos judiciais acerca dos crimes contra a humanidade cometidos no contexto da ditadura. O Julgamento das Juntas Militares foi tema do filme Argentina 1985, estreado em 2022. A ditadura argentina é retomada sob perspectiva melodramática justamente quando uma grande crise econômica social e política assola o país e a extrema direita ganha impulso significativo, personificada na figura do histriônico Javier Mieli, candidato a presidência na próxima eleição presidencial, a ocorrer ainda neste ano de 2023.

2022 afirma-se outro movimento. O filme *Argentina 1985* (2022) retoma o tom dramático do primeiro filme e reafirma a legitimidade do testemunho como peça jurídica. O mesmo processo se dá, ressalvadas as devidas diferenças, no campo intelectual. Autor central na cena intelectual e universitária brasileira, Márcio Seligman-Silva, afirma que há uma solidariedade entre a lógica genocida e o "regime positivista de verdade". Em consequência sustenta a necessidade de uma "virada testemunhal da história" caracterizada por sua necessária e urgente insubmissão "à lógica da comprovação" (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 175). Ora, parece que – tracemos uma hipótese elementar – diante do atual e perigoso levante da extrema direita no continente latino-americano e fora dele, é preciso reforçar e legitimar o testemunho das vítimas, mais uma vez postergando a crítica à fonte[48]. Nesse sentido, devo sublinhar a correção e a pertinência da crítica de Sarlo, mesmo vinte anos após a publicação de seu livro. E, no entanto, parece-me que há um equívoco quanto a leitura que a autora empreende do filme de Albertina Carri, decorrente, inclusive, de sua concepção particular de cinema ou de cultura. Desejo afirmar que Albertina Carri propõe uma outra articulação entre privado e público, cuja consequência seria uma outra abordagem da política, distante, aliás, daquela de seus pais, e de Beatriz Sarlo.

O filme Los Rubios foi comentado por Sarlo no quinto capítulo do livro, intitulado "Pós-memória, reconstituições", em uma subseção intitulada "Exemplos e contra-exemplos". O capítulo articula uma crítica à noção de pós-memória elaborada por Marianne Hirsch. A pós-memória seria a lembrança que não tem origem na experiência direta, a lembrança de algo que ocorreu a uma geração e transmitiu-se à próxima. É vicária, fragmentada e mediada em sua essência e constitui-se em marca inédita da história recente, segundo Hirsch. Sarlo alega que mesmo a memória de um evento vivido em primeira mão carece de mediação para ganhar existência como tal, derrogando a distinção geracional entre memória e pós-memória. Mesmo considerando a hipermediação contemporânea e a debilidade da transmissão por meio da voz viva, não haveria distinção qualitativa entre memória e pós-memória. Tal distinção, entretanto, pode ser encontrada em outro lugar. Sarlo aceita a pertinência da noção de pós-memória se ela não for delineada pelas diferenças geracionais, mas se privilegiar o grau de envolvimento subjetivo daquele que interroga e busca reconstituir a memória. Assim, a diferença recai não entre pais a quem algo traumático acontece e filhos que lidam com a memória vicária, mas entre, por exemplo, uma pessoa em encargo profissional como um arqueólogo forense, um historiador ou um juiz e o filho de uma vítima das ditaduras latino-americanas ou do nazismo. Questionando a necessidade mesma da noção de pós-memória, Sarlo afirma que "a inflação teórica da pós-memória se reduplica (...) num armazém de banalidades pessoais legitimadas pelos novos direitos da subjetividade, que se exibem não só no espaço trágico dos filhos do Holocausto, mas naquele mais amável de imigrantes centro-europeus (Sarlo refere-se à Hirsch) que se deram bem na América do Norte" (SARLO, 2007, p. 96).

Beatriz Sarlo observa que as diferenças entre as memórias da primeira e da segunda geração seriam insuficientemente explicadas por seu caráter fragmentário e vicário. Sobre esse aspecto, Sarlo adverte que o caráter fragmentário da memória não se deve à geração, mas antes aos regimes políticos que proposital e sistematicamente destruíram evidências necessárias à construção das memórias e das narrativas coletivas. Por outro lado, a autora

relembra que as "grandes sínteses e totalizações" (SARLO, 2007, p. 98) não podem mais ser alcançadas contemporaneamente, quando, por todos os lados, a noção de Universal faz água. A posição de Sarlo é corajosa. Ela desarma o discurso da irrepresentabilidade do Holocausto, estendendo o caráter lacunar dessa historiografia a toda e qualquer historiografia. A advertência vale para o contexto latino-americano – por isso Sarlo volta ao tema – porque este se serviu sobejamente do arcabouço teórico articulado no âmbito das reflexões sobre o nazismo e o Holocausto.

Assim, Sarlo demonstra a articulação necessária entre a concepção segundo a qual o Holocausto é irrepresentável, a emergência do testemunho como fonte incontestável e os "novos direitos da subjetividade" (SARLO, 2007, p. 96) e do eu.

A partir de uma diferença geracional em sua relação com o passado, Sarlo articula sua crítica ao filme de Albertina Carri. Segundo Sarlo, a geração que lutou contra a ditadura argentina construiu uma narrativa situada no político: a geração dos seus pais havia errado (refere-se às diversas relações com o peronismo), e era preciso corrigir os rumos. Distanciavam-se assim, de seus progenitores e colocavam-se como atores do futuro a construir. Protagonistas, suas ações eram guiadas por perspectivas coletivistas e utópicas em direção a uma nova história cuja temporalidade era evidentemente teleológica: desenvolvia-se "da queda à redenção revolucionária". Assim, "...não foi sua condição de filhos mas a de jovens intelectuais, que definiu sua relação com o passado em que os pais tinham vivido." (SARLO, 2007, p. 103). Para "corrigir politicamente" (p. 104) seus pais, aqueles jovens "propuseram um relato compacto e global (da) história contemporânea". Quem eram eles, então? Não filhos, mas protagonistas de uma história que visava uma "dimensão pública". Para eles, ainda segundo Sarlo, "a memória devia funcionar como mestra da política" (p. 104).

No cerne do seu argumento, Sarlo alinha, na esteira de Hannah Arendt, a política com uma dimensão pública da vida social. Por hora, eu gostaria de analisar as afirmações de Sarlo em torno da diferença geracional na relação com o passado. Considerando a geração dos jovens dos anos 1960, a autora afirma que "A época pensava desse modo e os jovens pensavam de acordo com a época". A geração seguinte, os filhos dos jovens dos anos 60, tomaram "diante dos pais, posições bem diferentes. Ao fazê-lo, atém-se igualmente a normas de época" (p. 105). Uma tautologia sustenta o raciocínio de Sarlo: a época pensa, e o que a época pensa, os jovens pensam. Logo, o que pensam os jovens somente pode ser articulado em conformidade com o que pensa a época. Talvez Sarlo, nesse aspecto em particular, não tenha podido escapar às injunções do que podia pensar sua época.

Em primeiro lugar gostaria de destacar um outro aspecto da mentalidade dos jovens dos anos 60 desconsiderados por Sarlo: o experimentalismo nos campos da vida privada e da criação artística. Assim, voltemos ao filme de Di Tella. Nele aparece uma troca intensa de cartas entre os pais. A mãe, Kamala, uma indiana, envolvera-se com uma clínica psicanalítica onde não havia hierarquia entre pacientes e terapeutas. Ela reclama a participação do marido na clínica, a fim de confrontar suas neuroses. Os Di Tella associaram-se, até o fim da vida, ao experimentalismo cultural que produziu mudanças culturais relevantes no cenário argentino pós redemocratização. Por outro lado, em uma das cartas, Torcuato Di Tella, que havia recusado ao pai assumir a direção das empresas familiares, confessa a Kamala e afunda-se em culpa: "Há algo que não contei a ninguém: às vezes sinto que matei meu pai". Experimentalismo e o tradicional laço familiar (na forma do mandato da herança) não se

excluem. Esse experimentalismo também está presente tanto na vida pessoal de Ricardo Piglia quanto em sua escrita. Ora, esse aspecto experimental, muito relacionado à criação das novas sociabilidades propostas pela contracultura em grande parte do mundo ocidental incidia, justamente, na vida privada[49].

**Narrar-se: limiares entre o público e o privado**

Narrar-se em busca. O gesto autobiográfico pode ser considerado como fruto de um desejo de inscrever-se, deixar uma marca pessoal. Inicia-se no espaço privado e dele trata, busca afirmar uma singularidade. E, no entanto, o espaço onde busca inscrever-se é o espaço público. Trata-se, portanto, do gesto de atravessar uma fronteira, muitas das vezes, de averiguar esta fronteira, que terrenos demarca, como se constitui. Nesse aspecto, podemos dizer que Albertina aceitou, ao menos em parte, a herança materna e paterna, a herança utópica. Uma utopia, entretanto, urgente que não pode ser postergada ao futuro, precisa ser realizada no aqui e agora, mesmo na escala diminuta das pequenas ações, das pequenas transgressões das condutas sociais. Neste sentido, Albertina concebe e busca desvendar O poder que corre nos interstícios da vida social, nas frestas da vida privada, um poder infiltrado. A revolução, nesse contexto, não é universal. Situa-se sempre de forma parcial, fragmentária. Explica-se assim, o que acontece quando a atriz que interpreta Albertina pergunta sobre os pais aos vizinhos do bairro pobre para onde a família havia se mudado, tentando escapar da perseguição política. As duas vizinhas que conheceram Roberto e Ana os consideravam loiros, *rubios* (daí o título do filme), embora fossem, inequivocamente castanhos, eles e as três filhas. Albertina interpreta o fato a partir de um não-reconhecimento: os *rubios* não pertenciam àquele bairro, não eram reconhecidos por seus moradores. Além de observar a ingenuidade dos pais em tentar camuflar-se entre "o proletariado", Albertina observa algo mais: a aliança que produziria a comunidade utópica não era viável. De fato, Albertina pergunta-se por que seus pais não se exilaram. Estampa o seguinte texto na tela: "Primero mataremos a todos los subversivos, luego mataremos a sus colaboradores, después a sus simpatizantes, enseguida a aquellos que permanecen indiferentes y, finalmente, mataremos a los tímidos". Essas palavras foram pronunciadas pelo General Ibérico Manuel Saint-Jean em um discurso em maio de 1977. Do campito, seguem-se imagens de cabeças de gado sendo conduzidas, ao que parece, ao abate. Depois, imagens da produção do filme: as câmeras filmando diversas cenas, equipe em conversas. Por último, entre gritos, ao mesmo tempo lancinantes e farsescos. ouvimos a voz de Albertina/Analya: "Tenho dificuldades de compreender a escolha de mamãe. Porque não saiu do país, me pergunto uma e outra vez.

[49] Talvez não seja demais relembrar que Thomas More escreveu Utopia, concebido e publicado no início do Século XVI, justamente em um intervalo entre a sua vida pública, a de profissional liberal devotado à advocacia e sua vida familiar. Por meio do artifício de uma carta fictícia ao amigo Peter Giles - a quem, juntamente com o próprio More, Rafael Hitlodeu teria narrado sobre as proezas que observou na ilha da República Utopiana - More introduz o livro afirmando que o escreveu roubando tempo do seu próprio sono e alimentação, já que o resto do tempo estava tomado pelas atividades profissionais e pelos deveres familiares. Não seria demais pensa que o texto de More seria talvez um primeiro indício dessa vida privada que se insinua como lócus do íntimo, de expressão dos desejos recônditos do indivíduo. Um outro aspecto interessante é que More afirma ter esquecido, como lhe havia informado Hitlodeu, "em que região do Novo Mundo se encontra Utopia" (MORE, 2009, P. 9). Ou seja, embora não se saiba onde, Utopia só pode ter surgido no Novo Mundo, podemos dizer, nas Américas, esse lugar onde o futuro está aberto, pode ser imaginado e construído a partir do desejo de um outro presente.

Às vezes me pergunto por que me deixou aqui, no mundo dos vivos. E quando esta pergunta chega, me revolve a ira..." As questões postas ao pai e à mão continuam por mais alguns segundos. Embora seja legítima a demanda pessoal acerca da escolha dos pais, há algo mais no desespero de Albertina interpretada pela atriz. Pilar Calveiro, sobrevivente da ditadura aborda precisamente as escolhas da esquerda diante do recrudescimento da repressão:

> Quando se deu o golpe de 1976 – que gerou a repressão massificada da guerrilha e de toda oposição política, econômica ou de qualquer tipo, com uma violência inédita –, ao desgaste interno das organizações e seu isolamento tomavam-se as baixas produzidas pela repressão da Triple A[50]. No entanto, tanto o Exército Revolucionário do Povo (EPR) quanto os Montoneros se consideravam indestrutíveis e concebiam o triunfo final como parte de um destino histórico preestabelecido. (CALVEIRO, 2013, p. 32)

As perguntas que Albertina dirige aos pais não são irrelevantes, não são uma "expressão do ego ferido", não são uma espécie de *Zeitgeist* contaminado pelo ressentimento de filhos presos edipianamente aos pais. É um questionamento preciso, elaborado em termos cinematográficos, sobre uma cultura política, feito e refeito pela geração de Albertina, mas também por sobreviventes da geração dos jovens de 60, como Calveiro e Piglia. Ora, ao buscar os pais, ao traçar o vazio da busca, Albertina busca a também a si como geração. Propõe uma forma de elaboração e luto centrada na reflexão sobre a herança. Não se trata nem de arranjar um pedestal para os pais, nem de apagar sua memória, mas de trabalhar com o que resta para poder seguir adiante.

**Referências**

ARENDT, Hannah. **A condição hum**ana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2010.

BARTALINI, Carolina C. La crítica a la edad. **Los Rubios de Albertina Carri y M de Nicolás Prividera en los debates de la memoria contemporâneos**. Nueva Revista del Pacifico, Valparaiso/Chile, n. 71, 2019.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARRI, Roberto. **Isidro Velázquez**: formas prerrevolucionarias de la violencia. Buenos Aires, Colihue, 2001.

GAUTHIER, Guy. **O documentário**: um outro cinema. Campinas, SP: Papirus, 2011.

[50] Triple A (Alianza Anticomunista Argentina) foi uma milícia de extrema direita acusada de matar artistas, intelectuais, estudantes, sindicalistas e políticos de esquerda. Começou a operar mais abertamente após a morte de Perón. Teve apoio do governo liderado por Videla.

HOBSBAWN, Eric. **Rebeldes primitivos**: estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MORE, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

PIGLIA, Ricardo. **Anos de formação**: os diários de Emilio Renzi. São Paulo: Todavia, 2017.

PIGLIA, Ricardo. **Os anos felizes**: os diários de Emilio Renzi. São Paulo: Todavia, 2019.

PIGLIA, Ricardo. **Um dia na vida**: os diários de Emilio Renzi. São Paulo: Todavia, 2021.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

# PELA AMÉRICA LATINA: A REVOLUÇÃO POLÍTICA E CULTURAL DE *VERSUS*

Mariana Link Martins[51]

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre *Versus*, um importante jornal alternativo que circulou durante a ditadura militar brasileira, entre 1975 e 1979. Fundada pelo gaúcho Marcos Faerman a partir de um projeto político-cultural inédito e revolucionário que assumia a América Latina e a colocava como o tema central de suas edições, a publicação reivindicou em suas páginas a liberdade dos povos latino-americanos e o fim dos regimes autoritários instaurados nos países do Cone Sul, assim como defendeu os direitos humanos e denunciou a tortura. Além disso, estabeleceu uma rede de conhecimento latino-americano, um intercâmbio entre o Brasil e o restante da América Latina, redescobrindo a identidade latina da nação brasileira. Nos seus 39 números publicados, entre edições normais e especiais, encontram-se narrativas ficcionais – principalmente dos heróis da esquerda – poesias, histórias em quadrinhos, pinturas, desenhos, entrevistas, ensaios críticos, entre outras manifestações que permitiam empregar uma linguagem literária e subjetiva, sua marca registrada. *Versus* foi um importante instrumento literário e artístico, que difundiu as mais diversas expressões, priorizando especialmente aquelas desconhecidas pelos brasileiros, sendo responsável, em certo ponto, pela apresentação de autores de outras partes do continente. Portanto, a intenção deste trabalho é destacar a posição precursora de *Versus*, demonstrando como sua intervenção foi significativa, sobretudo, no cenário político-cultural do Brasil. Para tanto, o estudo parte das noções teóricas de Bernardo Kucinski (1991), Maria Paula Araújo (2000) e Regina Crespo (2018).
**Palavras-chave:** *Versus*; imprensa alternativa; resistência cultural; América Latina.

Em outubro de 1975 chegava nas mãos das brasileiras e dos brasileiros a primeira edição de *Versus*, um "jornal bimestral de reportagens, ideias e cultura" que iria revolucionar o jornalismo alternativo. Em formato tablóide, com 52 páginas e tiragem inicial de 12 mil exemplares em média, seu primeiro número apresentou um tema que atravessava a América Latina da década de setenta: a morte. A capa (figura 1) é estampada por um rosto marcado pelo medo, repetido diversas vezes, logo abaixo os títulos das matérias ecoam a palavra *morte* e marcam a nacionalidade da qual partem. Com colaborações do argentino Ernesto Sábato, do uruguaio Eduardo Galeano, do peruano José María Arguedas e do mexicano Octavio Paz, o número 1 de *Versus* assume a identidade latino-americana, demonstrando que seu propósito enquanto periódico da imprensa alternativa consistia em apresentar a América Latina, sua história, seus heróis e sua cultura.

Elegendo a ação cultural como prática política, *Versus* constrói, desde seu início, uma rede de conhecimento latino-americano, um intercâmbio entre o Brasil e o restante da América Latina, principalmente com aqueles países que também viviam o terror de Estado praticado pelas ditaduras. A publicação construiu em suas páginas críticas a todos os regimes

[51] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras, na linha de pesquisa Literatura, Cultura e Tradução, da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: marianalinkk@gmail.com

autoritários que no passado e na sua contemporaneidade assolavam o continente latino-americano, no entanto, suas manifestações eram expressas através de metáforas, a partir de ficções, histórias em quadrinhos, ilustrações, poemas, ensaios, entrevistas, entre outras que permitiram o uso de uma linguagem literária.

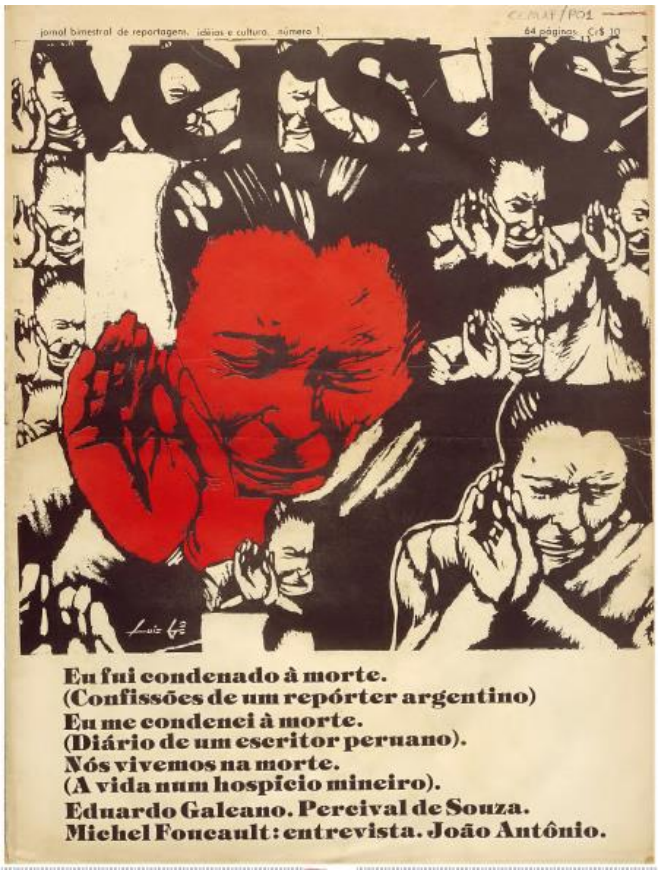



Figura 1: Capa da primeira edição publicada de *Versus*.

*Versus* foi idealizado e fundado pelo gaúcho Marcos Faerman. Foi ele quem construiu o projeto político-cultural do jornal com foco no continente latino-americano. Faerman começou sua carreira na imprensa bem jovem, com apenas 17 anos já era contratado do jornal *Última Hora* de Porto Alegre. Com o golpe de 1964, o jornal foi fechado e substituído pelo *Zero Hora*, onde Faerman criou o Caderno de Cultura com Luís Fernando Veríssimo e trabalhou como secretário de redação e repórter. A militância política foi o catalisador da vida jornalística do gaúcho que desde muito novo convivia com os ideais de esquerda em virtude de seu tio, Carlos Scliar, que atuava no Partido Comunista no sul do Brasil. Na escola, Faerman foi líder da juventude estudantil comunista, produziu jornais estudantis engajados e manifestos. Inclusive, foi devido a um manifesto de sua autoria que ele conseguiu seu primeiro trabalho como jornalista profissional no *Última Hora*. Desde então, a militância política e o jornalismo andaram de mãos dadas na vida do gaúcho. Em 1964 filiou-se ao Partido Comunista do Brasil e já em 1967 participou da direção da Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul. Em 1968, quando ajudou a fundar o Partido Operário Comunista, tornando-se diretor nacional, mudou-se para São Paulo e começou a trabalhar como redator no *Jornal da Tarde*, onde ficou por vinte e quatro anos.

Sendo perseguido pelos militares desde o início do governo Médici (1969 - 1974), momento de maior repressão e violência da ditadura, Faerman se afastou da militância direta após ser detido e torturado por um mês na Operação Bandeirantes em 1970. A partir de então, passou a participar efetivamente da imprensa alternativa. Escreveu textos e produziu reportagens para *O Pasquim*, assim como ajudou a elaborar o combativo jornal *Ex-*, o qual dirigiu por seis edições em 1974. Este breve percurso pela trajetória de Faerman é importante para compreender como nasceu *Versus*. De acordo com Kucinski (1991), já no Caderno de Cultura do *Zero Hora* o gaúcho utilizava os elementos básicos que viriam a compor *Versus*, como a estética e a diagramação, também a importância dada às imagens e às fotografias, as quais ocupavam um espaço essencial e não apenas acessório. Além disso, ainda segundo Kucinski (1991), houve uma edição dedicada a falar sobre a América Latina.

Nas seis edições de *Ex-* dirigidas por Faerman, a orientação do jornal passa a ser mais literária com certo foco no continente latino-americano, desviando brevemente da proposta inicial de produzir discursos diretos e sem barreiras, quase inteiramente políticos. Em entrevista a Kucinski (1991), Faerman afirma que o pessoal do *Ex-* possuía uma visão suicida, de fazer o necessário independente das circunstâncias, ele, no entanto, era mais cauteloso e leninista e gostaria de realizar uma construção a partir da cultura, pois "sempre havia brigado mais pela cultura, mesmo à custa de vender menos" (FAERMAN, 1991 apud KUCINSKI 1991, p. 128). Ao longo de sua carreira, Faerman foi construindo um projeto de ação cultural, que privilegiava a cultura dos povos latino-americanos e incluía o Brasil como parte dessa entidade. É com *Versus* que o gaúcho consegue efetivar tal projeto.

Na antologia *Versus: páginas da utopia* (2007), Omar de Barros Filho, editor da publicação durante seus quatro anos, relata que a influência cultural e política que *Versus* construiu foi imensa, muito maior do que pretendiam. Quando seu primeiro número foi lançado, seus editores não imaginavam que ainda iriam publicar outros 33, sendo o último publicado em outubro de 1979. Nesses quatro anos, *Versus* publicou então 34 edições, com cinquenta páginas em média, mais alguns números especiais, dentre eles três em formatos de quadrinhos. Distribuída de forma precária no início, vendida de mão em mão por seus editores e colaboradores e em algumas bancas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, seu alcance nacional não demorou, já em dezembro de 1976, o jornal estava nas bancas de todo o país, distribuído pela Abril. No ano seguinte, sua tiragem chegou a 30 mil exemplares por edição. Como muitos de seus colaboradores eram de outros países, *Versus* também circulou internacionalmente. O jornal rompeu com diversas barreiras e chegou em muitos lugares, para muitas pessoas, mesmo em um momento complexo, onde a censura estava violenta, apesar da promessa do presidente Ernesto Geisel de uma abertura política.

Sua ampla circulação foi possível porque *Versus* manteve-se longe do crivo da censura, pois, além de utilizar uma linguagem metafórica e literária, muitas vezes seus editores praticaram a autocensura, como relata Barros Filho (2007). É claro, entretanto, que o seu grande alcance se deu, especialmente, pelo projeto inovador de Faerman, algo não visto em outros jornais ou revistas da imprensa alternativa, o que cativou muitos leitores. Outro ponto foi a beleza das suas edições. A personalidade estética de *Versus* era tão original quanto seu conteúdo. Com capas impressas em papel *offset,* o jornal utilizava elementos gráficos para chamar a atenção do leitor, geralmente com o uso de cores fortes e contrastantes, bem como recorria a recursos que estabelecem certa harmonia com as temáticas das edições.

A beleza visual encontrada nas páginas de *Versus* faz com que a publicação seja vista também como um objeto artístico, declara Kucinski (1991, p. 133). Segundo o autor, o seu projeto gráfico é inovador e diferente de tudo que já havia sido feito pela comunicação alternativa. A identidade visual proposta não transmitia apenas beleza, mas especialmente tensão e angústia, visando o "choque estético" (KUCINSKI, 1991, p. 134). A originalidade estava, sobretudo, na rejeição de um padrão fixo e na forma como os textos e as imagens eram dispostas ao longo de suas publicações, demonstrando não haver hierarquização entre ambos. As imagens, as fotografias e as ilustrações estabeleciam narrativas próprias e eram tão importantes quanto os textos e tinham grande espaço em todas as edições. Às vezes apareciam relacionadas às palavras que preenchiam a página, outras vezes não.

Para produzir a *Versus*, elucida Crespo (2018), Faerman inspirou-se, sobretudo, no projeto editorial de duas outras publicações: a uruguaia *Marcha* (1939 - 1974) e a argentina *Crisis* (1973 - 1976). Ambas possuíam o "mesmo espírito combativo e engajado no estudo e na defesa da América Latina" (CRESPO, 2018, pp. 282-283), o qual Faerman buscou incorporar em sua publicação. Inclusive, inúmeros textos originalmente publicados nessas duas revistas foram republicados no jornal brasileiro. Houveram trocas significativas entre os editores paulistas e os editores das outras publicações, o fundador de *Marcha,* Carlos Quijano, e o de *Crisis*, Eduardo Galeano.

Percebe-se que esse intercâmbio entre brasileiros e outros latino-americanos já está presente no processo de formação de *Versus*, o que acaba refletindo em seu conteúdo. O jornal não apenas deu destaque para a história da América Latina, mas, principalmente, trouxe para suas páginas muitos autores latino-americanos como Gabriel García Márquez, Julio Cortázar, José María Arguedas, Carlos Fuentes, o próprio Eduardo Galeano, Octavio Paz, Ernesto Sábato, entre outros, e assim deu visibilidade para obras pouco conhecidas no país. Já no primeiro número publicado, conforme destacado anteriormente, o periódico demonstra esse desejo de dar espaço para a literatura e a arte do restante do continente. Na edição há uma entrevista com o escritor argentino Sábato, um texto literário do uruguaio Galeano, algumas passagens dos famosos diários do peruano Arguedas e também poemas do mexicano Octavio Paz. Os números seguintes também seguem demonstrando o empenho de *Versus* para que os brasileiros conheçam o restante do seu continente: a segunda edição é publicada sob o título "História de nuestra América", a terceira, "No continente da morte e da esperança", a quarta, "Imaginação e violência na América".

Além de publicar muitos autores latino-americanos, narrativas ficcionais e ensaios sobre outros países do continente e reportagens de repórteres que iam até esses lugares e discutiam sobre eles, *Versus* também deu destaque para as produções brasileiras. O jornal, portanto, pode ser visto como um baluarte da cultura latino-americana, onde o Brasil é integrado a essa entidade, assim como a África. Em seu primeiro número não há um editorial falando sobre seus objetivos e propostas, esse pronunciamento vem apenas no número 6 (1976), para comemorar seu aniversário de um ano. No entanto, conforme é possível observar no trecho abaixo, seu projeto já ficou claro desde o seu número 1.

> Há um ano, Versus nasceu. No dia 22 de outubro. Num cenário sombrio. Trazíamos a proposta: fazer um jornal brasileiro assumindo a América Latina. Em que a busca por nossas raízes fosse um programa. No qual a História seria um tema tão importante quanto 'as novidades'. Um jornal sem vergonha de assumir a reflexão e a cultura, num momento em que na grande imprensa Letras, Artes e

> Pensamento eram relegados à 'variedades' [...] Por um jornal profundamente brasileiro, latino-americano, popular nas pesquisas e nos anseios, apoiado numa consciência crítica e democrática. Um jornal distante das igrejinhas intelectualistas. Mas, ao mesmo tempo, estranho à demanda populista que tanto fascina alguns. Um jornal que não tem vergonha de ser apaixonado, apesar da moda ser o sociologuês e o economês (VERSUS, 1976d, p. 2).

No editorial seguinte, presente no número 7 (1976), o jornal relembra como a colonização destruiu as culturas nativas e escravizou os indígenas, identificando tais questões como algumas de suas muitas inquietações. Por isso, seu objetivo também era buscar os arquétipos da identidade latino-americana, compreender onde a América Latina estava situada: "nas flautas de nossos índios? Nas ruínas dos Sete Povos das Missões? Na pele de um emigrante nordestino? No medo de um fuzilado de Buenos Aires? Nos escritos de José Martí? [...] Nos quadrinhos de Jô de Oliveira? Na voz de Noel Guarany?" (VERSUS, 1976e, p. 2). *Versus* responde, ao longo de suas publicações, que o continente encontra-se em todos esses lugares, em todas essas vozes, as quais estão presentes em suas páginas.

A cultura dos povos indígenas, sua arte e sua história, não somente dos brasileiros, mas também de todo continente americano, é assunto recorrente em *Versus* (ARAÚJO, 2000). Desde uma pequena resenha sobre o livro de Carmem Junqueira, *Os índios de Ipavu: um Estudo sobre a vista do Grupo Kamaiurá* (1975), até histórias em quadrinhos sobre o líder indígena Tecumtha, *Versus* procurou diferentes formas de dar visibilidade ao tema. Mas não eram apenas matérias falando sobre os indígenas. Na publicação, eles tinham voz, por meio de depoimentos, entrevistas, relatos, manifestos, inclusive transcrições de assembléias onde lutavam por seus direitos.

No mesmo editorial do número 7, o jornal afirma que está atento à África, "uma das Mães de nosso povo", pois "esta é outra memória que nos importa- e que estamos ajudando a sair das entranhas em que foi soterrada" (VERSUS, 1976e, p. 2). Apesar de abordar o assunto em seus primeiros números, é a partir do número 12, de 1977, que *Versus* demonstra de fato sua ajuda para iluminar a história de opressão dos povos africanos, ao criar o caderno "Afro-Latino-América". Idealizado por Faerman e organizado por Neusa Maria Pereira, Hamilton Bernardes Cardoso (Zulu Nguxi), Jamu Minka e com o auxílio de Lélia Gonzalez, o caderno tinha como proposta resgatar a imprensa negra e dar voz aos negros latino-americanos[52]. *Versus* escreve:

> Afro-América-Latina, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas - prova da vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo - vem sendo avaliadas com maior exatidão e resulta da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana (VERSUS, 1977a, p. 30)

[52] A criação do caderno foi outra inovação de *Versus*. O jornal colocou em destaque a importância da chamada imprensa negra dentro de um periódico de ampla circulação que não tinha como seu principal objetivo essa temática. Conforme Lélia Gonzalez (2020), *Versus* era o único "jornal progressista", fora dos específicos, que discutia sobre o racismo naquele momento. O caderno fez parte da publicação até seu último número, em outubro de 1979.

Figura 2: capa do número 12 de *Versus*, de 1977.

A partir de então, um dos subtítulos presentes na capa, que desde o número 7 era "América Latina", passa a ser "Afro-américa-latina". As mudanças, contudo, não referem-se apenas a títulos e subtítulos. Do número 13 em diante, *Versus* começa a mudar seus rumos, dando certa prioridade para assuntos relacionados à situação presente do país, diminuindo as manifestações referentes à história da América Latina. Ou seja, o projeto de *Versus* passa a ser mais politizado, inclusive pelo viés partidário, enquanto gradativamente abandonava a ação cultural. Levando em consideração as mudanças que ocorriam no cenário político dessa época – a volta dos movimentos estudantil e operário, as grandes greves dos metalúrgicos e dos sindicatos, além da questão internacional, com os Estados Unidos retirando o apoio às ditaduras – é possível compreender essa mudança na redação.

Barros Filho (2007) relata que muitos colaboradores de *Versus* eram militantes de organizações políticas clandestinas, outros participavam da oposição institucional apenas e ainda tinham alguns que simpatizavam com o movimento estudantil e universitário. Diferentes posições políticas eram comuns em periódicos alternativos, o que por vezes acarretava confrontos nas redações e as publicações não conseguiam continuar com as divergências. No caso de *Versus* foi um pouco distinto, quando as diferenças entre seus editores tornou-se um problema de fato, uma parte da redação deixou o jornal, enquanto a outra modificou de uma vez por todas o projeto inicial. É importante registrar que, ao longo de seus primeiros anos, *Versus* atraiu muitos militantes políticos. Além disso, o espaço onde era editada tornou-se um porto seguro para refugiados políticos brasileiros e latino-americanos. Nas palavras de Barros Filho (2007, p. 12):

> [...] a redação era uma espécie de 'cruz vermelha'. Recebia não só fugitivos estrangeiros em busca de asilo, trabalho e documento, como dava guarida a qualquer brasileiro com talento atrás de um espaço em uma folha de jornal para registrar suas ideias, crenças ou experiências. Muitos iniciaram em *Versus* o ofício de escrever, reportar ou desenhar. Era uma casa caótica e de poucas regras, mas sempre aberta, onde se respirava o jornalismo em sua verdadeira essência quase artesanal.

Em um território de poucas regras como a redação de *Versus*, é difícil manter uma linha de pensamento única para compor as edições. Jeferson Candido (2008), em sua pesquisa sobre o jornal, identifica que a mudança mais radical no corpo editorial se dá com a entrada de Jorge Pinheiro, ex-militante da Ação Popular e ex-guerrilheiro do Movimento Nacionalista Revolucionário. Na época em que entrou para o jornal, no final de 1977, Pinheiro era parte da Liga Operária, uma organização política clandestina, a qual reunia brasileiros que em certos momentos exilaram-se no Chile e na Argentina. Alguns outros membros da Liga também passaram a colaborar em *Versus*, sobretudo por intermédio de Omar de Barros Filho e Vitor Vieira, ambos presentes desde os primeiros números. A politização da publicação que já vinha ocorrendo desde meados de 1977, passa a ser consistente com essas entradas. Jorge Pinheiro foi quem propôs a formação de um partido socialista brasileiro e, ao lado da Liga Operária e com o apoio de Faerman, no número 17, de janeiro de 1978, lançou o movimento Convergência Socialista, apoiado nas ideias de Leon Trotski, que tinha como objetivo construir o partido socialista. O destaque da capa era: "O Partido Socialista está nascendo".

O número seguinte apresenta um editorial explicando que *Versus* mudou. Elucidando que, em vista do cenário político brasileiro, somente a cultura como forma de ação era insuficiente, por isso passou a assumir o discurso político. A edição 19 demonstra mais uma mudança: o subtítulo "jornal de aventuras, ideias, reportagens e cultura" é trocado por "jornal de política, cultura e ideias". O termo *política* estar em primeiro lugar não é por acaso, afinal a redação já estava completamente dominada pela Convergência Socialista. Como boa parte da redação ainda era mantida por seus colaboradores mais antigos, que acreditavam na ação cultural, existe uma clara tentativa de manter a cultura como parte essencial do jornal. Todavia, o novo *Versus* não tinha a intenção de acolher também o discurso cultural, seu foco era a política partidária.

Embora Faerman tenha inicialmente apoiado a criação do partido socialista, a forma como seu periódico cultural tornou-se um veículo de propaganda partidária não o agradava. Assim, em setembro de 1978, Faerman deixa a equipe de *Versus*. No texto em que anunciam sua saída, na edição 24, Faerman e outros membros da redação apontam que, apesar de concordarem com a formação do partido, a intervenção de *Versus* nesse sentido acabou por empobrecer o periódico, reduzindo a "proposta cultural da publicação ao tom cansativo de muitos textos políticos" (VERSUS, 1978b, p. 2). A resposta dos novos editores vem logo abaixo e eles acusam Faerman de não posicionar-se politicamente de maneira contundente e também de ser autoritário em sua função de editor chefe. O chamam de contraditório, pois pouco tempo antes havia aceitado representar a Coordenação Nacional da Convergência em *Versus*. Para eles, o gaúcho "não foi capaz de arregaçar as mangas, descer na arena, discutir" (VERSUS, 1978b, p. 2).

A partir do número 24, então, *Versus* torna-se oficialmente um instrumento de política partidária, abandonando por inteiro o projeto inovador de Faerman, mantendo apenas algumas características estéticas. A capa dessa edição (figura 3) é simbólica, pois traz estampada a fotografia de Trotski, "o herói vermelho" da Convergência Socialista. Porém, conforme destacado anteriormente, a mudança de rumo já começa a ser perceptível no número 12. Dessa forma, a trajetória do jornal pode ser divida em três fases, como sugerem Bucchioni e Ogassawara (2009). As autoras dividem da seguinte forma: a primeira fase vai da 1ª edição até a 12ª, na qual o foco encontrava-se na cultura latino-americana como ação política; a segunda, a partir da 12ª até a 24ª, consiste em uma fase de transição do discurso cultural para o político; a terceira etapa começa no número 24 e termina junto com sua circulação, no 34, e é caracterizada pela posição política partidária.

Figura 3: capa do número 24 de *Versus*, de 1978.

Enquanto foi uma *publicação cultural*, que tinha como eixo temático a América Latina e utilizava seu discurso original, de linguagem poética e épica, *Versus* não chamou a atenção da censura e não sofreu nenhum ataque. Crespo (2018) considera que o projeto inicial de Faerman foi uma estratégia inteligente para driblar a censura. Seu conteúdo plural e artístico passou despercebido pelos "censores abrutalhados e ignorantes, que se realizavam destruindo os textos dos demais periódicos" (CRESPO, 2018, p. 305). Contudo, destaca a autora, o cuidado com que *Versus* era editada na primeira fase e em grande parte da segunda, quando Faerman ainda coordenava, demonstra que seu objetivo não era apenas fugir da

censura. Sem dúvidas, sua proposta era assumir a identidade latino-americana e apresentá-la aos brasileiros, inserindo o Brasil como parte desta entidade.

Ao tornar-se uma *publicação política,* que representava uma organização de esquerda, um partido da oposição, *Versus* virou todos os holofotes para si. Apesar de não ter tido nenhum número censurado, em 1979, já totalmente dirigido pela Convergência Socialista, o jornal começa a ser atacado. Bucchioni (2018, p. 19) relata que em maio de 1979 foi feita uma perícia contábil nos documentos do jornal, no entanto, os editores haviam sido avisados por fontes de dentro da Receita Federal que a visita seria feita e conseguiram organizar sua documentação. Alguns dias depois, a sede da redação foi invadida e depredada. Todos os documentos da contabilidade foram roubados. Apenas dois dias se passaram quando a perícia voltou a *Versus*, a qual foi multada em 240 mil cruzeiros pela Receita Federal, por não estar com a documentação correta. O jornal responde ao acontecimento na edição de número 32, onde seus editores afirmam que a luta não acabou, pois ainda não jogaram a toalha: "vamos para outro round" (VERSUS, 1979, p. 4). No mesmo ano, em outubro, a última edição do jornal ia para as bancas. Dessa forma, para Crespo:

> *Versus* sofreu os efeitos da guerra intestina que acometeu muitos dos periódicos alternativos e contribuiu para sua extinção. A transição paulatina da revista[53] a uma postura politicamente militante retirou seu lugar diferenciado no âmbito da imprensa alternativa e também no campo cultural brasileiro do período. *Versus* se transformou em mais uma revista partidária (CRESPO, 2018, p. 305).

No que concerne a resistência à ditadura militar, *Versus* foi significativa em suas duas etapas. Se na primeira fase era palco da história de todo o continente latino-americano, na segunda é a história de seu Brasil contemporâneo, ainda sob a violência da tirania do governo militar, que está em evidência. Mais precisamente as questões políticas do país. O número 25 é publicado com o título "A farsa dos generais: o regime procura sobreviver com as manobras de Geisel e Figueiredo", seus sucessores apresentam os títulos "As duas mortes de Figueiredo" e "Os herdeiros de Getúlio". As últimas edições de *Versus* seguem esse mesmo caminho e demonstram que de fato o jornal tornou-se um periódico de cunho político, que utilizava às vezes alguns recursos culturais. Apesar de terminar asfixiada, como acertadamente ressaltou Araújo (2000), o *Versus* editado pelos militantes da Convergência Socialista também foi uma frente notável de oposição ao regime militar.

Entretanto, a instrumentalização política da publicação e o abandono do projeto inicial levaram ao fim de sua circulação (CRESPO, 2018). Essa afirmação se confirma quando observa-se as mudanças na periodicidade. O jornal começou como bimestral e no início de 1977 passou a ser mensal, quando suas vendas aumentaram significativamente. A partir do número 32, com a baixa vendagem, volta a ser bimestral, fechando suas portas apenas dois números depois. O *Versus* após a saída de Faerman passou a ser mais do mesmo, um periódico de oposição partidária que apresentava sua ideologia à esquerda de forma explícita. Os leitores sentiram falta das narrativas ficcionais, das metáforas, dos poemas, das histórias

[53] Crespo (2018, p. 294) caracteriza *Versus* como revista, uma vez que suas características técnicas apontam para esse tipo de veículo.
Crespo (2018, p. 294) caracteriza *Versus* como revista, uma vez que suas características técnicas apontam para esse tipo de veículo.

épicas, das reportagens literárias e das ricas ilustrações. Ao transformar-se em um órgão da Convergência Socialista, *Versus* perdeu seu caráter crítico e passou a veicular um discurso doutrinário, igual a tantos outros alternativos (ARAÚJO, 2000).

Em sua primeira fase, o jornal foi uma publicação de vanguarda, um espaço onde a luta política estava atrelada ao debate teórico e estético, sempre privilegiando a ação cultural. As críticas que construía não eram destinadas apenas aos militares, a ditadura e a extrema direita, também eram para a esquerda ortodoxa, ao stalinismo e ao modelo soviético (ARAÚJO, 2000). Além disso, ao considerar a América latina como uma entidade política e cultural, "foi um agente importante na criação de um sentimento de latinidade que marcou certos setores intelectuais e artísticos nos anos 1970" (ARAÚJO, 2000, p. 26). Contudo, como declara Crespo (2018), mesmo com um projeto tão excepcional, *Versus* não fez herdeiros, e esse sentimento de latinidade se perdeu na conjuntura político-cultural brasileira, apesar dos esforços de seus primeiros editores e colaboradores.

*Versu*s foi uma publicação que não teve vergonha de ser apaixonada. Um jornal que teve como princípios a resistência a todo tipo de prática autoritária, a oposição à ditadura militar e a crítica a qualquer ortodoxia. Um dos mais ilustres periódicos da imprensa alternativa, que fugia dos padrões, fundado por um jornalista que defendia a ação cultural acima de tudo e produzia um jornalismo literário. Revolucionário por se nomear como um jornal, apesar de não fazer uso da reportagem clássica, nem do imediatismo da notícia, mas que também não gostava de ser chamado de revista literária ou de revista cultural, pois os conceitos de literatura e cultura conduziam a outros caminhos, como seus editores sempre afirmaram. Os conceitos fixos e fechados não caracterizavam uma publicação de aventuras, ideias, reportagens e cultura. *Versus* priorizou ser livre para lutar por uma América Latina melhor, "com povos cada vez mais livres, com o destino nas mãos" (VERSUS, 1977c, p. 2).

**Referências**

ARAÚJO, Maria Paula N. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. São Paulo: FGV, 2000.

BARROS FILHO, Omar (org.). **Versus: páginas da utopia**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

BUCCHIONI, Xenya de A. **Caminhos cruzados:** Versus (1975-1979) e a América Latina – aproximação, presença e (re)leitura. 2018. P. 313. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2018.

_____; OGASSAWARA, Juliana. Versus: a busca por uma identidade latino-americana. **Contratempo**, n. 20, pp. 94-106, 2009.

CANDIDO, Jeferson. **Dois lados da moeda?: Versus, um jornal alternativo, e Cultura, uma revista do MEC (1976 - 1978).** Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p. 405. 2008.

CRESPO, Regina A. Versus: um espaço da América Latina na imprensa alternativa (1975-1979). **Matrizes**, v. 12, n. 2, pp. 281-307, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

VERSUS. São Paulo: **Versus**, n. 1, out. 1975.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 2, jan. 1976a.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 3, fev./mar. 1976b.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 4, abr./maio. 1976c.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 6, out. 1976d.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 7, dez. 1976e.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 12, ago./set. 1977a.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 15, out. 1977b.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 16, nov. 1977c.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 19, mar./abr. 1978a.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 24, set. 1978b

_____. São Paulo: **Versus**, n. 25, out. 1978c

_____. São Paulo: **Versus**, n. 26, nov. 1978d.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 27, dez. 1978e.

_____. São Paulo: **Versus**, n. 32, jan. 1979.

# O COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI E AS IMPLICAÇÕES NEGATIVAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

Marco Aurélio Cardoso[54]

**Resumo**: Pensar o conceito de razão e Estado e sua relação com a Democracia de emergência e segurança no combate ao terrorismo internacional no século XXI e as implicações junto aos direitos humanos é o que motiva este trabalho. A vinculação destes três conceitos na guerra contra o terrorismo a princípio parece ser algo simples, mas trata-se de uma relação demasiadamente complexa e intrincada do ponto de vista político, ético, jurídico e social. Essa abordagem teórica dos referidos temas, em particular as dificuldades e incertezas terminológicas, garantem a polissemia destes conceitos hodiernamente, principalmente no que tange ao conceito de Democracia de Emergência e sua vinculação com o direito constitucional e os direitos humanos. O conceito de emergência é uma temática clássica da reflexão política e jurídica, tornando-se recorrente no século XXI devido à grande escalada do terrorismo internacional, sobretudo nos Estados Unidos da América e no Continente Europeu, provocando pânico e medo na população e gerando forte crise econômica. Um ataque terrorista, que pode levar a uma democracia de emergência, é imprevisível e pode se suceder a qualquer momento. A ideia de emergência é estritamente ligada a uma situação de crise; termo este utilizado para sanar um momento crítico e que iremos abordar no referido artigo.
**Palavras-chaves:** Terrorismo; Razão de Estado; Democracia de Emergência; Segurança; Direitos Humanos.

## O Combate ao Terrorismo Internacional no século XXI e as implicações negativas para os Direitos Humanos

Nas duas últimas décadas, presenciamos modificações constitucionais onde a utilização de poderes emergenciais referentes as questões políticas securitárias se sobressaem as questões jurídicas e as liberdades civis. E como se o governo democrático público cedesse lugar a um governo político autoritário para lidar com as ameaças junto ao espaço público, que acaba sendo uma característica quase nova dos Estados liberais na atual conjuntura. A política emergencial, como por exemplo, do governo estadunidense e do governo francês nos últimos anos, para combater a ameaça terrorista e as consequências para os direitos humanos e as liberdades públicas é o que pretendemos apresentar este artigo.

Hoje, a Democracia de emergência é utilizada por diversos países com a finalidade de confrontar a ameaça terrorista e fazer valer a segurança estatal. Olhar uma perspectiva de emergência para sanar uma crise, seja ela política, sanitária, ambiental, econômica, dentre várias outras existentes, não é tarefa fácil para aqueles que estão à frente da máquina governamental democrática representativa.

[54] Professor do curso de Filosofia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutorado em Filosofia pela Universidade do Porto (2022). E-mail: marcoaurelio1469@gmail.com

Numa democracia de emergência existe uma tríade fundamental que pode definir-se de tal maneira: (1) o caráter de urgência, (2) a necessidade de utilização de recurso extraordinários (como violência, prisão, tortura, dentre outros) e (3) o artifício da derrogação. No primeiro caso é preciso que ocorra uma situação real de crise, no que estamos a trata nesta tese é a crise terrorista; na segunda situação o governante pode utilizar de todos recursos disponíveis para sanar tal situação emergencial/extraordinária (como os preceitos da razão de Estado) e, por último, o caráter derrogatório que possibilita a introdução de novas leis ou constituição, que pode possibilitar o surgimento de um governo democrático com raízes autoritárias e totalitárias.

Para o professor de Direito da Università degli Studi di Messina, Roberto Ravi Pinto, a emergência é caracterizada segundo coordenadas espaço-temporais, ou seja, haverá emergência de caráter externo e de caráter interno. Ele avalia que, no caso externo, a emergência "si esaurisce (probabilmente) nello stato di guerra (argomento che, in ogni caso, esula dalle considerazioni qui espresse)" e, no interno, pode-se manifestar de muitos modos: "può essere politica, economica, sanitaria, ambientale e rileva a seconda che investa una parte o l'intero territorio nazionale". E acrescenta que a

> estensione spaziale del fenomeno considerato non è di secondaria importanza, come si vedrà, sotto il profilo del bilanciamento dei rapporti centro/periferia (forma di Stato in senso orizzontale) e delle misure che possono essere adottate per contrastarla. L'altra coordinata interpretativa è quella temporale: l'emergenza si assume, già sul piano fattuale, come limitata nel tempo. Un'emergenza duratura e costante cessa di essere tale, per divenire normalità. A quel punto anche l'ordinamento giuridico ne verrà mutato radicalmente.[55]

A Democracia de emergência se dá em determinado espaço e tempo, isto é, se dá no plano da imanência do próprio Estado, caracterizado pelo binômio crise-emergência. Cabe a determinado governo, diante de uma situação-limite, decidir se alterações devem ser feitas no plano jurídico-constitucional. Pode-se definir a emergência, nas palavras de Paolo Bonetti, professor de Direito Constitucional da Universidade de Milão, como uma situação na qual as normas jurídicas vigentes

> si rivelano inadeguate a rimediare alle lesioni o ai pericoli di lesioni grave ai principi fondamentali dell'ordinamento, che provengono da accadimenti naturali o da comportamenti umani imprevisti o imprevedibili: tra li eventi vi sono le guerre, le guerre civili, le crisi economiche, le catastrofi naturali e i disastri ambientali, le varie forme di criminalità organizzata, tra le quali spicca quella terroristica. Il fatto emergenziale non necessariamente è un fatto nuovo, ma comunque mette in crisi ogni ordinamento giuridico, quale sistema di norme destinate a regolare *pro futuro* un numero indeterminato di fattispecie concrete, perché si tratta di un evento non previsto dal diritto vigente, che pertanto si rivela inadeguato a provvedere per pervenire o rimediare agli effetti da esso prodotti che appaiono lesivi di beni costituzionalmente garantiti.[56]

---

[55] PINTO, Roberto Ravi. Brevi considerazioni su Stato d'Emergenza e Stato Costituzionale. *In*: BioLaw Journal - Rivista di BioDiritto. Diritto, diritti ed emergenza ai tempi del Coronavirus, n.2/2020, p. 01. Disponível em: <Online First - BLJ 2/20: Instant Forum - Diritto, diritti ed emergenza ai tempi del Coronavirus / Online First - BLJ / Biodiritto - Biodiritto>.

[56] BONETTI, Paolo. Terrorismo, Emergenza e Costituzioni Democratiche. Bologna: Il Mulino, 2006, p. 61.

Uma situação de emergência é, dessa forma, estruturada no corpo político - força - para prevalecer sobre a lei, de modo derrogatório ou não. O caráter emergencial leva à utilização de ferramentas específicas e atípicas, representando uma excepcionalidade à situação ordinária, pois tende a se colocar em tensão ou a contradizer alguns princípios e regras em vigor antes da emergência. Poderíamos, portanto, dizer que, do ponto de vista jurídico, a emergência ou o evento emergencial nada mais é do que o pré-requisito funcional para a ativação de instrumentos jurídicos particulares preparados para determinadas ocorrências em tempos de crise.

O conceito de "guerra ao terror" foi utilizado pelos governos para salvaguardar a segurança dos cidadãos e para garantir as liberdades públicas. Em um regime de emergência, medidas severas de excepcionalidades são impostas para impedir que o Estado não entre em colapso. O conceito de "guerra" é utilizado como forma de transmitir a emergência que determinada nação vive para combater uma determinada ameaça, terrorista ou não, em potência. De acordo com o professor e politólogo português, Jaime Nogueira Pinto, a guerra, enquanto conflito "agonal", faz cessar o direito comum entre os "beligerantes e mesmo as normas internas dos próprios Estados dos combatentes". Ele aponta, acertadamente, que em um momento de crise ocasionado por uma guerra, o

> homicídio, que é punido em condições normais, passa a ser até encorajado em relação aos inimigos. Por outro lado, o 'direito de guerra' leva ao congelamento de muitas leis e regulamentos, ou à justificação de actos praticados no seu âmbito. A guerra é a actuação das razões de Estados dos Estados inimigos, sem outros limites que não as próprias 'leis de guerra', isto é, os códigos internacionais do '*jus publicum europaeum*', convenções de Genebra sobre prisioneiros etc. Nas guerras ideológicas ou subversivas – e no quadro terrorismo/contra-terrorismo – afastam-se tais práticas limitativas. Na luta antiterrorista, cria-se um estado paralelo ao estado de guerra, que leva à suspensão declarada ou tácita e discreta de parte dos direitos, liberdades e garantias individuais.[57]

O conceito de razão de Estado e Democracia de emergência são expressões utilizadas hoje quando a ordem estatal sofre uma ameaça real e de fato, com maior ênfase no segundo conceito: o próprio Estado, por meio de seus representantes legais, é obrigado a utilizar mecanismos extralegais que não seriam utilizados em situações normais no Estado democrático de direito. Em outras palavras, numa situação de emergência, o político se sobressai ao direito. Importante dizer que o Direito, nas palavras de Diogo Pires Aurélio, "estrutura e consolida a organização política" e também trata-se da "própria extensão do poder". Para o filósofo e professor português, não existe um autêntico direito, se este não tiver a "capacidade de impor a lei, exigir a obediência, e em caso de desobediência, aplicar a devida sanção".[58] Deste modo, a aplicação do direito em determinado país é um arcabouço de normas de conduta determinadas por parte daqueles que detém tais poderes. Acontece que em situações emergenciais o direito torna-se, em nosso entender, submisso e até mesmo refém do político. Diogo Aurélio em sua defesa ao direito, avalia que este, por sua vez, pode ser

[57] PINTO, Jaime Nogueira. Democracia e razão de Estado. *In*: BENTO, António [org.]. Razão de Estado e Democracia. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 305.
[58] AURÉLIO, Diogo Pires. Razão e Violência. Lisboa: Ed. Prefácio, 2007, p. 29.

> um travão ao poder, sobretudo ao poder arbitrário, na medida em que, ao definir previamente o que os cidadãos podem e dever fazer, representa um quadro a que o soberano também está sujeito e que não pode mudar por capricho. De alguma forma, o direito tende a tornar o poder impessoal: onde prevalece o direito, a soberania tende a ser limitada e a diluir-se em instituições. Chamamos, precisamente, 'estado de direito' ao estado onde existe respeito pelas leis, independentemente das formas de governo, e onde, por conseguinte, não imperam o livre arbítrio ou os interesses de um indivíduo ou de um grupo particular (AURÈLIO, 2007, p. 29)

O Estado democrático de direito consiste, grosso modo, em organizar os direitos fundamentais e frear a utilização do poder por parte dos governantes. Assim, os direitos fundamentais não devem ser somente salvaguardados pelo poder público, mas também por ele promovidos. Atualmente, com as medidas utilizadas pelos governos para se prevenirem de ameaças terroristas, percebemos, claramente, que existe um conflito entre Democracia de emergência, por um lado, e direitos fundamentais, por outro.

Pensamos que a utilização de leis de emergência opera uma ruptura na ordem constitucional. Vale lembrar que a razão de Estado é o princípio que garante a segurança do próprio Estado e dos cidadãos; e é considerada necessária e legal em determinadas circunstâncias. E, conforme Alessandro Arienzo, professor de História das Doutrinas Políticas da Universidade Federico II/Napoli, a razão de Estado está "relacionada com uma série de dispositivos e de privilégios constitucionais de natureza extraordinária ou derrogatória. O contraste que se expressa entre *right* e *might*, entre liberdade e segurança, entre direito e necessidade constituiu uma das constantes da modernidade política ocidental e dos percursos constitutivos do paradigma político-jurídico da soberania".[59] Historicamente, o Estado de emergência foi largamente utilizado pela república romana na Antiguidade. Bruce Ackerman, especialista em Direito Constitucional americano e professor da Universidade de Yale, afirma que

> La Repubblica romana rappresenta il primo grande esperimento in fatto di stati di emergenza […]. In un momento di crisi il Senato poteva proporre ai suoi comandanti in capo ordinari (i due consoli) che nominassero un dittatore per esercitare poteri di emergenza. Talvolta i consoli agivano di concerto; talvolta a uno dei due veniva assegnato a sorte il potere di nomina. Ma in tutti i casi vigeva una rigida regola: il nominante non poteva selezionare se stesso. Di conseguenza i consoli avevano ogni motivo di resistere all'invocazione di una dittatura a meno che non fosse veramente necessaria. C'era una seconda limitazione fondamentale: i dittatori non potevano durare in carica per più di sei mesi. In nessuna circostanza il mandato poteva essere rinnovato.[60]

---

[59] ARIENZO, Alessandro. Razão de Estado constitucional e democracia de emergência: os percursos da conservação contemporânea. *In*: BENTO, António [org.]. Razão de Estado e Democracia. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 247.

[60] ACKERMAN, Bruce. La Costituzione di Emergenza – Come salvaguardare libertà e diritti civili di fronte al pericolo del terrorismo. Trad. Alessandro Ferrara. Roma: Meltemi editore, 2005, p. 38-39. Pasquale Pasquino e John Ferejohn dizem que é útil relembrar que o "dittatore Romano era un magistrato nominato dai consoli per un periodo massimo di sei mesi dal momento in cui il Senato dichiarava l'esistenza di una condizione di emergenza. Il dittatore aveva la prerogativa di sospendere sia la *tribunitia potestas* – il veto che i tribuni potevano opporre alle decisioni delle altre magistrature pubbliche – sia la *provocatio ad populum* – la possibilità a disposizione di un cittadino romano di sfuggire la pena capitale in assenza di un processo regolare svolto da una corte

Esse poder de emergência funcionou eficazmente no período republicano de Roma, como bem assinalaram vários especialistas no assunto.[61] Pasquele Pasquino, professor de Ciência Política da Universidade de *New York*, e John Ferejohn, jurista e professor de Ciência Política da Universidade de Stanford junto ao Instituto Hoover, apontam que a "contituzione" Romana tinha um ou possivelmente dois regimes constitucionais emergenciais:

> il primo, è il 'dittatore' classico che era nominato dai Consoli dopo che il Senato aveva riconosciuto l'esistenza di condizione di emergenza. La dittatura venne applicata abbastanza spesso dall'inizio della repubblica fino al 200 a. C. quando tale strumento, per diverse ragioni, cadde in disuso. Il secondo, era il *senatus consultum ultimum*, utilizzato nel secolo e nel primo secolo, nel quale il Senato (così come in precedenza) proclamava un'emergenza, ma che non richiedeva che i Consoli nominassero un dittatore (PASQUINO & FEREJOHN, 2006, p. 94).

Isso não quer dizer que tal poder de emergência funcione tão bem na atualidade. Pensar uma Democracia de emergência permanente é demasiado perigoso para o Estado democrático de direito e, consequentemente, para os direitos humanos. Ackerman salienta que tais medidas de normalização das condições de emergência podem propiciar "la creazione di precedenti legali che autorizzano misure restritive senza fine" (ACKERMAN, 2005, p. 34). Com essa concepção de Ackerman sobre o conceito de Estado de emergência estamos de acordo. Não concordamos com o jurista estadunidense quando ele afirma que o

---

popolare". PASQUINO, Pasquale & FEREJOHN, John. Poteri di Emergenza. In: DINI, Vittorio [Org.]. Eccesione. Napoli: Edizione Libreria Dante & Descartes, 2006, p. 105. Maquiavel, na sua obra *Discorsi sopra la Prima Deca di Tito Livio*, fala da importância que foi para a Republica romana eleger um ditador em tempos de crise política para sanar determinada situação de crise. No capítulo XXXVI do livro I, ele aponta que a ditadura romana era um órgão do estado romano republicano, certamente extraordinário, mas constitucional, da mesma forma que os cônsules e outros chefes. Afirma: "E si vede che 'l Dittatore, mentre fu dato secondo gli ordini publici, e non per autorità propria, fece sempre bene alla città. Perché e' nuocono alle republiche i magistrati che si fanno e l'autoritadi che si dànno per vie istraordinarie, non quelle che vengono per vie ordinarie: come si vede che seguì in Roma, in tanto processo di tempo, che mai alcuno Dittatore fece se non bene alla Republica (...)". MACHIAVELLI, Niccolò. Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio. *In*: MACHIAVELLI, Niccolò. Tutte le Opere. A cura di Ezio Raimondi. Milano: Ugo Mursia Editore, 1971, p. 188. Oren Gross, professor de Direito da Universidade de Minnesota, parafraseando Maquiavel, irá dizer que se esperava que o ditador romano restaurasse a ordem e a segurança da república diante de uma ameaça específica e que "he could not embark, of his own initiative, on an aggressive war against an external enemy. His was a defensive role. Similarly, the dictator was called to maintain and protect the existing constitutional order. He could not use his powers to change the basic character of the state or its institutional framework. Nor could he promulgate new legislation. Although the appointment of a dictator was a radical constitutional move undertaken in exceptional times of crisis, the regular institutions of the state – the consulship, the tribunes, the Senate, and all other office holders – continued to fulfill their normal functions and retained their full authority. The result was that 'the Senate, the consuls, the tribunes, remaining in their authority, came to be like a guard on [the dictator] to make him not depart from the right way". GROSS, Oren. Constitutions and emergency regimes. *In*: GINSBURG, Tom; DIXON, Rosalind [org.]. Comparative Constitution Law. Cheltenham, UK/Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 2011, p. 335. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/view/edcoll/9781848445390/9781848445390.xml>.

[61] Dentre estes teóricos podemos citar: GROSS, 2011, p. 334-355; BRANDÃO, José Luís. Síntese sobre a História da Ditadura em Roma. *In*: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco De [org.]. História de Roma Antiga – Das origens à morte de César. Volume I, 2015, p. 429-440. Disponível em: <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/69695>, último acesso: 14/03/2022; ver também: DIREITO, Carlos Gustavo. Considerações Jurídicas sobre a Ditadura Republicana Romana. *In*: Revista EMERJ, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 79, p. 143-158, Maio/Agosto, 2017. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista79/revista79_143.pdf>.

terrorismo não é uma grande ameaça à democracia no Ocidente. Ele afiança que "il terrorismo – esemplificato dall'attacco alle Torri Gemelle – non pone una minaccia esistenziale, almeno per ciò che riguarda le solide democrazie dell'Occidente" (ACKERMAN, 2005, p. 35).

Nas duas últimas décadas, o terrorismo provocou uma série de medidas excepcionais da parte dos governos que sofreram com tal ameaça com o objetivo de instaurar que a ordem democrática fosse salvaguardada e a segurança de todos garantida. Acontece que tais medidas emergenciais minaram, significativamente, as liberdades públicas, como o advento do *Patriot Act* nos Estados Unidos da América e a promulgação do Estado de emergência na França. Bruce Ackerman apresenta uma proposta política baseada num poder de emergência para o Estado lidar com uma situação de crise eminente:

> gli stati di emergenza possono essere proclamati solo dopo un vero attacco. Possono essere rinnovati per brevi intervalli solo sulla base si maggioranze qualificate crescenti in Parlamento e soltanto dopo che i partiti di opposizione ottengano opportunità speciali di ottenere informazioni intorno al funzionamento reale de regime di emergenza e di pubblicizzare i fatti a loro piacimento; e la portata dei poteri di emergenza è limitata alle esigenze di soccorso e prevenzione che in primo luogo ne costituiscono la giustificazione (ACKERMAN, 2005, p. 58).

Certamente que, nas constituições dos Estados, existem vários tipos de situações em momentos de crise que necessitam de uma aplicação de emergência. Essas situações podem ser uma ameaça de guerra, desordens, invasão estrangeira, pandemias, desastres naturais e ataques terroristas. Ackerman alerta para o fato de que os ataques terroristas estão numa outra ordem emergencial e devem ser bem explicitados nas constituições. Cita como um bom exemplo de constituição o Canadá, por meio de seus "*Emergencies Act*" (ACKERMAN, 2005, p. 59).

Ackerman ainda salienta que os ataques terroristas não irão cessar futuramente. Sua proposta para impedir o autoritarismo de determinado governo em tempos de crise por meio de medidas emergenciais que não prejudiquem os direitos fundamentais é a de que novas medidas constitucionais devem ser criadas para salvaguardar as liberdades públicas em situações emergenciais e para que não haja interrupção dessas mesmas liberdades. De maneira que as medidas emergenciais adotadas devem ter um período reduzido de tempo, ou seja, é preciso efetivar um período de temporalidade.

A finalidade de uma Democracia de emergência, no caso de ações terroristas, é amenizar a desordem provocada junto à opinião pública e demonstrar que o governo está utilizando as medidas necessárias para evitar novos ataques. Lidar com um sistema constitucional de direito face a uma transição para uma Democracia de emergência é uma tarefa hercúlea. Acreditamos que a Democracia de emergência pode ser utilizada para a manutenção das liberdades públicas. Para tal, algumas medidas devem ser levadas em consideração. Ackerman fala de uma "função retranquilizante". Tal conceito refere-se a certas medidas utilizadas por determinado governo para, por exemplo, deter suspeitos de ações terroristas, desde que seja comprovado o envolvimento do indivíduo.[62]

[62] Importante dizer que Bruce Ackerman é contra as medidas adotadas pela administração Bush contra o terrorismo, principalmente com a efetivação do *Patriot Act* após os atentados de 2001.

Uma constituição de emergência é introduzida quando uma ameaça real (terrorista ou não) atinge diretamente o Estado democrático de direito e a segurança e a sobrevivência do Estado estão em jogo. Diante de tal situação, o governo deve se utilizar de medidas extraordinárias/emergenciais para manter a existência do Estado em todas as suas instâncias. A grande preocupação é saber se essas medidas irão ou não sacrificar as liberdades públicas, direitos fundamentais, assim como os direitos humanos. O verdadeiro risco do modelo democrático emergencial é justamente a atribuição de poderes e o fortalecimento da esfera executiva, que pode ter como consequência a destruição das liberdades políticas e civis.

O professor de Direito da Universidade de Yale irá propor que, em uma constituição de emergência, deve haver uma "reassurance function". Essa "função tranquilizante" é, para Ackerman, norteadora da Democracia de emergência. Ele assevera:

> Call it the reassurance function: When a terrorist attack places the state's effective sovereignty in doubt, government must act visibly and decisively to demonstrate to its terrorized citizens that the breach was only temporary, and that it is taking aggressive action to contain the crisis and to deal with the prospect of its recurrence. Most importantly, my proposal for an emergency constitution authorizes the government to detain suspects without the criminal law's usual protections of probable cause or even reasonable suspicion. Government may well assert other powers in carrying out the reassurance function, but in developing my argument, I shall be focusing on the grant of extraordinary powers of detention as the paradigm.[63]

Essa ideia de "função tranquilizante" ocorre em situações em que determinado governo se depara com uma crise. Sem dúvida alguma, o sistema político representativo de vários governos, depois do 11/09, viveu (ou vive) um momento de crise. Em outras palavras, existe uma crise no Estado democrático de direito. Nesse sentido, nos perguntamos: que entendemos por crise? Essa é uma palavra que escutamos e vemos muito, ultimamente, nos telejornais, nos periódicos, em roda de conversas diárias. Escutamos sobre crise econômica/financeira, crise sanitária, crise ambiental e climática, aumento de preços, dentre outras. O momento de crise que estamos a pensar e a defender é o de uma crise no Estado democrático de direito acerca das medidas emergenciais adotadas pelos próprios Estados para dirimir as ações terroristas perpetradas por grupos ou indivíduos e que tendem a minar as liberdades dos cidadãos e instaurar o pânico. Esta, sim, é a real crise vivida após o 11/09 e que estamos demonstrando neste artigo.

Zygmunt Bauman, filósofo polonês, e Carlo Bordoni, sociólogo italiano, apontam que o momento de crise vivido pelo mundo ultimamente perdeu seu significado originário e que gira somente em torno da "crise económica" atual.[64] Os autores se atentam ao fato de que, quando se trata de crise hoje, na atual conjuntura, é somente o lado econômico que prevalece. Apontam que "la parola 'crisi' si è legata essenzialmente al campo economico, per indicare una condizione complessa e contradditoria, che non è definibile come 'inflazione', 'stagnazione' o 'recessione', ma dove una serie di cause ed effetti se mescolano in una ridda di problemi contrastanti" (BAUMAN & BORDONI, 2015, p. 05).

---

[63] ACKERMAN, Bruce. The Emergency Constitution. *In*: *The Yale Law Journal*, V. 113, p. 1037, 2004. Disponível em: <https://www.yalelawjournal.org/pdf/289_jz567rmk.pdf>.

[64] BAUMAN, Zygmunt & BORDONI, Carlo. *Stato di Crisi*. Trad. Lorenza Chiesara. Torino: Einaudi Editore, 2015, p. 03.

Bauman & Bordoni afirmam que, quando um Estado passa por uma situação de crise, esse é o momento certo de decidir os mecanismos que irá adotar para sanar o problema. No entanto, arrematam que, de todas as medidas disponíveis, "non sembrano esservi strategie fidate tra cui scegliere" (BAUMAN & BORDONI, 2015, p. 14). Não concordamos com a ideia apontada no primeiro capítulo do livro intitulado *Crisi dello Stato*: se um Estado vive uma situação verdadeira de crise política, certamente que o governante, no caso de um sistema presidencialista representativo, como os Estados Unidos da América, já tem as medidas emergenciais a serem tomadas para acabar com ela por meio de sua administração. E tais medidas certamente incluem o uso da força, por meio do aparato policial e bélico, serviço de espionagem, tortura e outras medidas excepcionais. Tais poderes, desse modo, fazem parte do leque de possibilidades que um Estado possui para lidar com o momento de crise. E, como bem apontam Francesco Benigno, professor de História Política Moderna da Escola Superior de Pisa, e Lucca Scuccimarra, professor de Ciência Política da Universidade de Roma, a maioria dos cidadãos estadunidenses está disposta, em uma situação de crise, "ad accettare senza problemi misure anche estreme di compressione della sfera di azione individuale quando esse vengono adottare in nome della sicurezza e della lotta al terrorismo".[65]

Compactuamos com o argumento de Ackerman que, depois de instaurada uma Democracia de emergência, dificilmente o retorno à normalidade jurídica de determinada nação acontecerá; e que a guerra ao terrorismo não terminará jamais. Ele afiança que

> Esisteranno sempre gruppi alienati da mercanti d'armi senza scrupoli e da stati canaglia. Esisteranno sempre politici guerrafondai che puntano il dito allarmisticamente verso le vuole tempestose all'orizzonte ed esisteranno sempre molte persone che, comprensibilmente, non si sono pienamente riprese dal trauma dell'ultimo vergognoso attacco. Persino i solerti difensori delle libertà civili troveranno arduo sopprimere nella loro mente un dubbio residuo: ci si può permettere veramente di far cessare lo stato de emergenza? (ACKERMAN, 2005, p. 71).

Vemos, claramente, esses políticos belicistas da velha ordem, por assim dizer, na administração neoconservadora de George W. Bush, nas ditas duas guerras contra o terror (Afeganistão e Iraque).[66] O Congresso dos Estados Unidos da América, sob os auspícios da administração Bush, aprovou uma resolução que deu plenos poderes ao governo de utilizar toda a força necessária contra as nações, organizações e pessoas que haviam participado dos atentados de 11/09 e de prevenir a nação estadunidense de sofrer novos atentados.[67] E o

---

[65] BENIGNO, Francesco & SCUCCIMARRA, Lucca. Introduzione. In: BENIGNO, Francesco & SCUCCIMARRA, Lucca [org.]. Il governo dell'emergenza – Poteri straordinari e di guerra in Europa tra XVI e XX secolo. Roma: Viella Libreria Editrice, 2007, p. 10.

[66] Ver: WOODWARD, Bob. Plano de Ataque. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2004.

[67] A guerra ao terror iniciada pela administração Bush após o 11/09 deu legitimidade aos órgãos competentes para utilizarem todos os recursos necessários para salvaguardar a segurança do território estadunidense e tais medidas contrariavam os ideais republicanos de liberdade. Para corroborar a ideia de que essa administração utilizou todos os recursos como forma de minar as liberdades públicas, podemos citar a seguinte situação: de acordo com o diretor da Central de Inteligência Americana da administração Bush, James Pavitt, a Agência de Inteligência estava desenvolvendo um programa de "acções clandestinas sem precedentes com o objectivo claro de lançar a destruição e eliminar os patrocinadores e apoiantes do terrorismo radical islâmico". E, dirigindo-se aos seus agentes clandestinos, disse: "Pensem em formas novas, ainda não testadas, de realizar a missão; este programa de acção clandestina vai incluir forças paramilitares, logísticas e psicológicas, bem como espionagem

desejo de mover guerra esteve no sangue de tal administração. As consequências nefastas das guerras foram, por um lado, o número de mortes provocadas, devido às ações belicistas de interesses duvidosos e, por outro lado, a redução das liberdades civis dos cidadãos, que gerou consequências civis e de natureza político-econômicas de grande porte para o espaço público, ao ponto de tais práticas propiciarem, nas palavras de Francesco Benigno e Lucca Scuccimarra, "un attentato alle garanzie constituzionali fondamentali" e de um retorno a "pratiche inquisitorie" (BENIGNO & SCUCCIMARRA, 2007, p. 09).

O poder coercitivo de um governo, com os preceitos da razão de Estado, está fortemente ligado à concepção política vigente. No caso de um regime democrático representativo, a política e o poder caminham juntos. E uma Democracia de emergência é difícil de ser concebida sem poderes para traçar suas metas e objetivos. Mais uma vez, iremos discordar de Bordoni & Bauman. Os referidos autores, em seu livro "Stato di Crisi", reiteram que poder e política se relacionam de forma distante um do outro, em outras palavras, praticamente não existe relação entre esses dois conceitos. Partem da premissa de que o poder está ligado ao mercado e aos grupos financeiros, que fogem das mãos do Estado democrático, não aceitando nenhum tipo de interferência estatal (BAUMAN & BORDONI, 2007, p. 20). Entendemos que Bauman & Bordoni relacionam que a perda de poder por parte do governo se deve às questões que envolvem a sua política econômica. Eles avaliam que a

> perdita di potere si traduce in un indebolimento della politica economica, che a sua volta si riflette sui servizi sociali. La crisi dello Stato è data dalla compresenza di questi due elementi: l'incapacità di prendere decisioni concrete sul piano economico e, di conseguenza, l'impossibilità di fornire adeguati servizi sociali (BAUMAN & BORDONI, 2007, p. 22)

Quando um Estado se encontra em um momento de sobrevivência, em momento de crise propriamente dito, deve utilizar todos os mecanismos e ações que julgue necessários para sanar a crise, que pode ser uma crise sanitária, climática, social, dentre outras. Desse modo, poder e política estão efetivamente concatenados e é inegável que tal Estado possui um vínculo com o poder, pois, se assim não fosse, já estaria em colapso. Sem falar que, mesmo o Estado não se imiscuindo no mercado econômico, ele ainda goza de poderes para empreender uma ação contra determinada crise, visando ao bem-estar (segurança, saúde, educação, moradia, etc...) da população. Portanto, segundo o ponto de vista de Ackerman, o estado de emergência "pone il governo in grado di assumere misure straordinaria nella sua lotta all'ultimo sangue per sopravvivenza" (ACKERMAN, 2005, p. 26).

Quando pensamos o Estado de emergência hodiernamente, em pleno século XXI, estamos pensando na função conservativa do Estado por meio de uma constituição de emergência, de caráter derrogativo, que é a ideia central da razão de Estado democrática. Alessandro Arienzo aponta que as democracias contemporâneas, mais do que pelo recurso a dispositivos excepcionais de natureza constitucional ou a políticas secretas e extralegais,

> caracterizar-se-iam como 'democracias de emergência', ou seja, como sistemas políticos e institucionais marcados por um quotidiano de emergências (*quotidianità*

clássica; por outras palavras, tudo é possível" (PAVITT *apud* WOODWARD, 2003, p. 66-67). Percebemos que essas "ações clandestinas" (em segredo) eram, efetivamente, a utilização da tortura como meio de obter informações. Esse é um preceito da razão de Estado e também um exemplo claro de poder de emergência.

> *emergenziale*) que transforma, em sentido conservador, a vida democrática. A operacionalização de instrumentos excepcionais, extra-legais ou derrogatórios, e o recurso ao uso da força, constituem, pois, um elemento resolutivo de última instância [...] (ARIENZO, 2012, p. 250).

Um ato terrorista, de pequena ou grande proporção, dentro de um Estado democrático de direito, é motivo suficiente para se declarar uma situação de emergência. Arienzo avalia que o Estado de emergência "pone l'attenzione sull'attivazione di una costituzione straordinaria nella quale il potere sovrano non si esercita più entro vincoli normativi e nella quale la titolarità del potere di eccezione, e il suo esercizio, coincidono"; nesse sentido, "si dà una condizione assoluta, irriducibile al diritto, nella quale lo stato si pone esclusivamente come 'autorità'".[68]

O que está em jogo com essas medidas autoritárias de um governo de emergência é, seguramente, onde podemos pensar o lugar das liberdades civis. Em relação às medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos da América no seu momento de crise vivido com os ataques de 11/09, a administração Bush deveria ter pensado, prementemente, em novas categorias constitucionais para tratar das liberdades civis. Tais liberdades não podem ser sacrificadas em nome de desejos caprichosos de determinados políticos. Bruce Ackerman, sobre a constituição de emergência que foi adotada pela administração Bush, pondera, em favor das liberdades civis, que "nessun governo democratico può mantenere la fiducia popolare senza agire efficacemente al fine di calmare il panico e impedire un secondo attacco terroristico. Se il rispetto per le libertà civili richiede la paralisi dell'azione di governo, i politici seri non esiteranno a sacrificare i diritti a favore della guerra contro il terrorismo" (ACKERMAN, 2005, p. 14-15).

A preocupação em uma Democracia de emergência é com o abuso de poder por parte dos governantes (políticos em geral, que foram eleitos democraticamente para atender aos interesses da nação), que podem, conforme seus desejos e predileções geopolítico-econômicos, minar todos os recursos relacionados aos direitos humanos. Em relação às medidas emergenciais adotadas por um governo por causa de um ameaça terrorista, é importante que se articulem estruturas diferentes de poderes emergenciais diferentes. Ackerman considera que

> per andare al punto chiave si distingua fra due diversi pericoli posto dal terrorismo: la minaccia fisica alla popolazione e la minaccia politica al regime esistente. Gli attacchi futuri sicuramente porranno una grave minaccia fisica: il prossimo attacco in grande stile porrà uccidere centinaia di migliaia o persino milioni di persone. Ma tali attacchi non pongono un pericolo chiaro e attuale al regime esistente. […] Il governo non si disintegrerà di fronte a una minaccia terrorista ma i politici avranno un potente incentivo ad abusare della funzione rassicurativa" (ACKERMAN, 2005, p. 27).

A Democracia de emergência, por meio dos seus dispositivos extrajurídico-administrativos, serve para garantir a segurança e a ordem da esfera estatal juntamente com o bem-estar dos cidadãos. O Estado de emergência, portanto, de acordo com Alessandro

---

[68] ARIENZO, Alessandro. Il governo delle emergenze e la conservazione politica: ragion di stato democratica e *security governance* internazionale In: DINI, Vittorio [org.]. *Eccezione*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2006, p. 38.

Ferrara, professor de Filosofia Política da Universidade de Roma, significa mais poder "all'esecutivo e meno garanzie sul fronte dei diritti, è evidente che vi saranno vittime dell'azione di contrasto al terrorismo, innocenti ingiustamente accusati, in mesura proporzionalmente maggiore rispetto ai tempi normali in cui sono pienamente operanti le garanzie di legge".[69] Essa razão de Estado democrática que ocorre em momentos excepcionais, por conseguinte, serve aos interesses das democracias contemporâneas que se deparam com situações de crises e utilizam o autoritarismo e a força para salvaguardar a nação dos perigos que venham a surgir, mesmo que para isso as liberdades civis sejam abandonadas em razão de um bem maior, que é o da conservação do Estado por inteiro.

Para concluir, afirmamos que existem duas facetas do Estado democrático constitucional contemporâneo depois dos atentados terroristas de 11/09. A primeira faceta é a situação de normalidade político-jurídica ordinária do Estado e a segunda é a situação de excepcionalidade político-jurídica extraordinária do Estado depois de uma tentativa ou efetiva ameaça terrorista ou não-terrorista.

Sobre essas duas facetas, observe-se que existe uma relação soberana do Estado democrático no plano político interno (doméstico) e outra no plano político externo (interestatal). Na primeira, temos o respeito às normas constitucionais jurídicas e, pois, uma garantia de moralidade política; na segunda, opera-se uma ruptura na ordem constitucional vigente tendo em vista uma derrogação da lei por motivos emergenciais, que pode ser utilizada dentro ou fora da fronteira estatal.

A Democracia de emergência surge como um remédio para curar os ferimentos quando a ordem constitucional ordinária está ameaçada e não possui recursos para se curar por si. Arienzo fala, em outras palavras, que existe uma "separação nítida entre governo ordinário e governo extraordinário – pelo menos no plano da doutrina – [que] permite a activação de políticas excepcionais que actuam como suspensão, e não como transformação, do sistema ordinário e constitucional de governo" (ARIENZO, 2012, p. 262). Portanto, o fator extraordinário significa um procedimento por meio de uma possibilidade de derrogação do direito positivo/comum.

Assim, o direito ordinário é solapado (modificado) em prol de um poder político emergencial que visa a garantir a ordem, a segurança e o bem-estar da soberania estatal, tanto interna quanto externamente, por meio de medidas que contrariam o poder político-jurídico vigente. Em outras palavras, portanto, é como dizer que o Estado democrático contemporâneo possui dois planos de governo: um democrático-ordinário-constitucional e outro extraordinário/emergencial jurídico-político-democrático. Nesse sentido, afirmamos que existe uma nova maneira de ver a razão de Estado, conservativa, que é uma ótica política no plano internacional que implica uma diminuição dos espaços públicos, ocasionando um colapso ou uma mudança de paradigma no modelo tradicional de política liberal-representativa. Utilizar preceitos da razão de Estado para a manutenção da segurança em tempos de crise é válido e defendemos que tais recursos devem ser feitos, se possível, à luz do aparato jurídico-constitucional sem impactar os direitos humanos.

---

[69] FERRARA, Alessandro. Prefazione. In: ACKERMAN, Bruce. *La Constituzione di Emergenza* - Come salvaguardare libertà e diritti civili di fronte al pericolo del terrorismo. Trad. Alessandro Ferrara. Roma: Meltemi Editore, 2005 p. 13.

**Referências**

ACKERMAN, Bruce. The Emergency Constitution. *In*: **The Yale Law Journal**, V. 113, p. 1037, 2004. Disponível em: <https://www.yalelawjournal.org/pdf/289_jz567rmk.pdf>. Último acesso em: 05/01/2023.

_____. **La Costituzione di Emergenza** – Come salvaguardare libertà e diritti civili di fronte al pericolo del terrorismo. Trad. Alessandro Ferrara. Roma: Meltemi editore, 2005.

ARIENZO, Alessandro. Il governo delle emergenze e la conservazione politica: ragion di stato democratica e security governance internazionale In: DINI, Vittorio [org.]. **Eccezione**. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2006.

_____. Razão de Estado constitucional e democracia de emergência: os percursos da conservação contemporânea. *In*: BENTO, António [org.]. **Razão de Estado e Democracia**. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 245-272.

AURÉLIO, Diogo Pires. **Razão e Violência**. Lisboa: Ed. Prefácio, 2007.

BAUMAN, Zygmunt & BORDONI, Carlo. **Stato di Crisi**. Trad. Lorenza Chiesara. Torino: Einaudi Editore, 2015.

BENIGNO, Francesco & SCUCCIMARRA, Lucca. Introduzione. In: BENIGNO, Francesco & SCUCCIMARRA, Lucca [org.]. **Il governo dell'emergenza – Poteri straordinari e di guerra in Europa tra XVI e XX secolo**. Roma: Viella Libreria Editrice, 2007.

BONETTI, Paolo. **Terrorismo, Emergenza e Costituzioni Democratiche**. Bologna: Il Mulino, 2006.

BRANDÃO, José Luís. Síntese sobre a História da Ditadura em Roma. *In*: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco De [org.]. **História de Roma Antiga – Das origens à morte de César**. Volume I, 2015, p. 429-440. Disponível em: <https://ucdigitalis.uc.pt/pombalina/item/69695>. Último acesso: 14/01/2023.

DIREITO, Carlos Gustavo. Considerações Jurídicas sobre a Ditadura Republicana Romana. *In*: **Revista EMERJ,** Rio de Janeiro, vol. 20, n. 79, p. 143-158, Maio/Agosto, 2017. Disponível em: <https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista79/revista79_143.pdf>. Último acesso: 16/01/2023.

FERRARA, Alessandro. Prefazione. In: ACKERMAN, Bruce. **La Constituzione di Emergenza - Come salvaguardare libertà e diritti civili di fronte al pericolo del terrorismo**. Trad. Alessandro Ferrara. Roma: Meltemi Editore, 2005.

GROSS, Oren. Constitutions and emergency regimes. *In*: GINSBURG, Tom; DIXON, Rosalind [org.]. **Comparative Constitution Law**. Cheltenham, UK/Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 2011. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/view/edcoll/9781848445390/9781848445390.xml>. Último acesso em: 23/01/2023.

MACHIAVELLI, Niccolò. Discorsi Sopra la Prima Deca di Tito Livio. *In*: MACHIAVELLI, Niccolò. **Tutte le Opere**. A cura di Ezio Raimondi. Milano: Ugo Mursia Editore, 1971, p. 127-396.

PASQUINO, Pasquale & FEREJOHN, John. Poteri di Emergenza. In: DINI, Vittorio [Org.]. **Eccesione**. Napoli: Edizione Libreria Dante & Descartes, 2006.

PINTO, Jaime Nogueira. Democracia e razão de Estado. *In*: BENTO, António [org.]. **Razão de Estado e Democracia**. Coimbra: Edições Almedina, 2012, p. 301-313.

PINTO, Roberto Ravi. Brevi considerazioni su Stato d'Emergenza e Stato Costituzionale. *In*: **BioLaw Journal** - Rivista di BioDiritto. Diritto, diritti ed emergenza ai tempi del Coronavirus, n.2/2020. Disponível em: <Online First - BLJ 2/20: Instant Forum - Diritto, diritti ed emergenza ai tempi del Coronavirus / Online First - BLJ / Biodiritto - Biodiritto>. Último acesso em 20/01/2023.

WOODWARD, Bob. **Bush em guerra**. Trad. Lúcia Magalhães e Graziella Somaschini. São Paulo: Ed. Arx, 2003.

_____. **Plano de Ataque**. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2004.

# ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CAMPO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: INTERSETORIALIDADE NA GARANTIA DO DHAA EM MANAUS/AM

Elizabeth Cristina Castro Gomes[70]

**Resumo**: O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), instituído dentre outros documentos por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos, se caracteriza como o direito de todas as pessoas a terem acesso regular, permanente e irrestrito, diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas, respeitando as tradições culturais dos povos e garantindo uma vida plena nas dimensões física, mental, individual e coletiva. Nesta direção, o DHAA se configura como indispensável à sobrevivência humana e um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos fundamentais, os quais de forma conjunta representam estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais. Reconhecendo a importância e a necessidade de debater o direito à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no processo de desenvolvimento humano e social dos indivíduos, o presente trabalho tem como objetivo discutir o aspecto intersetorial das políticas públicas de assistência social e de SAN na garantia do DHAA, tendo como referência os profissionais atuantes na Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) do Amazonas, cuja sede está localizada na cidade de Manaus. Os dados expostos foram organizados mediante pesquisa bibliográfica, documental e de campo, cabendo enfatizar a articulação deste estudo a uma pesquisa de Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no ano de 2020.
**Palavras-chave:** Assistência Social. Segurança Alimentar e Nutricional. Intersetorialidade.

## Introdução

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), aliado a um conjunto de direitos como a vida, a liberdade, a saúde, a terra, o trabalho, a educação e a moradia constitui um importante direito social, o qual sofre influências por parte de costumes e valores determinados pelos diferentes momentos históricos, além de estar passível a mudanças, de acordo com as regras e necessidades de cada grupo e/ou população.

Em conformidade com a Associação Brasileira Pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH, 2013), o DHAA se caracteriza como o direito de todas as pessoas a terem acesso regular, permanente e irrestrito, diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas, respeitando as tradições culturais dos povos e garantindo uma vida plena nas dimensões física, mental, individual e coletiva.

70 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Pós-graduada em Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência Intrafamiliar pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente é Assistente Social no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, Campus Parintins/AM.

Considerando a relevância social, acadêmica e profissional das discussões fomentadas no universo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), se pontua que os dados compilados neste trabalho, compõem a Dissertação de Mestrado intitulada "Segurança Alimentar e Nutricional: Estudo a partir dos Beneficiários do Programa Bolsa Família nos CECFs em Manaus/AM", apresentada ao Programa de Pós-graduação e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM) no ano de 2020.

Nesta direção, o objetivo do artigo é discutir o aspecto intersetorial das políticas públicas de assistência social e de SAN na garantia do DHAA, tendo como referência os profissionais atuantes na Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) do Amazonas.

A estrutura do trabalho contempla 02 (duas) seções, sendo a primeira voltada à discussão conceitual da SAN e a segunda à interlocução entre a assistência social e a SAN na garantia do DHAA.

## Aspectos Conceituais da Segurança Alimentar e Nutricional

O debate em torno do conceito e execução da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) concentra um processo dinâmico e de permanente construção, uma vez que a questão alimentar envolve diferentes interesses e aspectos, justificando neste cenário, a sua participação em debates nacionais e internacionais, especialmente no âmbito da intersetorialidade entre as políticas públicas. Por esta razão, torna-se relevante introduzir à concepção de SAN, os elementos históricos pertencentes a esta construção, considerando-os enquanto subsídios para compreender o papel das legislações brasileiras neste segmento.

De acordo com a ABRANDH (2013), a estruturação do conceito em pauta iniciou a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e da instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945. Neste período, a questão da alimentação a nível mundial, era tratada e reduzida à ótica da insuficiência de alimentos, sendo executada como forma de garantir o acesso à alimentação, iniciativas de promoção de assistência alimentar por meio dos excedentes produzidos pelos países ricos. Até então, o conceito de SAN utilizado fazia referência somente à segurança alimentar.

Partindo do entendimento da relação entre (in)segurança alimentar e produção insuficiente de alimentos nos países mais pobres foi lançada em meados da década de 1960, uma experiência para alavancar a produtividade alimentar, conhecida como Revolução Verde. Segundo a ABRANDH (2013), a ampliação da oferta de alimentação promovida pela referida iniciativa, infelizmente não foi acompanhada pela redução da fome mundial como se almejava. Tal constatação se explica mediante a identificação de um conjunto de fatores relacionados à perpetuação da fome, os quais vão desde a ausência e/ou dificuldade de acesso à terra para a produção até a insuficiência de renda para a compra de alimentos.

A crise mundial na produção de alimentos culminou na realização da Conferência Mundial de Alimentação em 1974, que discutiu expressivamente a necessidade de constituição de uma política de armazenamento e oferta de alimentos, intensificando no contexto da Revolução Verde, a produção de soja no Brasil. Entretanto, a estratégia de ampliação da produção de alimentos cooperou contraditoriamente para o crescimento da fome e dos excluídos, pois o aumento da produção não articulou a garantia de acesso aos alimentos (ABRANDH, 2013). Dada a complexidade pertencente à questão da alimentação,

difundiu-se a partir da década de 1990, o conceito de SAN, o qual incorporou o acesso a alimentos seguros e de qualidade produzidos de forma sustentável.

No Brasil, posterior aos debates desenvolvidos na I e II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994 e 2004 respectivamente, se adotou o seguinte conceito de SAN por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, 2006):

> [...] A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º da Lei 11.346/2006 - LOSAN).

A materialização deste conceito e a sua articulação a um conjunto de legislações brasileiras reflete além de significativos avanços, uma série de desafios intrínsecos à promoção e garantia do DHAA, dentre estes a efetivação do caráter intersetorial entre as políticas públicas afetas aos objetivos trazidos pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN, 2010).

Além da inclusão da questão nutricional ao conceito de SAN, se verifica no decorrer do processo de construção da concepção em questão, um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), previsto dentre outros documentos, na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

> "[...] os direitos humanos existem para proteger o ser humano da tirania e da injustiça e garantir a dignidade de direitos entre homens e mulheres, com a finalidade última de promover o progresso da sociedade, o bem comum e a paz, em um estado de ampla liberdade" (LEÃO APUD ABRANDH, 2013, p.25).

Nesta perspectiva, o DHAA representa um fator indispensável à sobrevivência humana e um pré-requisito para a realização de outros direitos humanos fundamentais, os quais em conjunto atuam no combate às desigualdades existentes no país, refletidas dentre outras situações, nos elevados indicadores da fome. Compreende-se assim, que o direito de estar livre da fome e da má nutrição aliado ao direito à alimentação adequada refletem dimensões indivisíveis do DHAA, além de serem objetos essenciais das políticas sociais pautadas na garantia do bem-estar coletivo.

## Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional: interlocução na garantia do DHAA

As reflexões promovidas no início deste trabalho caracterizam a SAN enquanto política, temática e objetivo essencialmente intersetorial. Esta afirmação remete ao entendimento da participação social e profissional, por meio do desenvolvimento de ações para a sua promoção, de todos os grupos a ela articulados.

Dada a amplitude desta proposta, importa pontuar que este princípio não se desenha como uma simples execução. A intersetorialidade deve ser concebida como um conjunto articulado de diversos setores, incluindo governo e sociedade civil, bem como na condição de elemento fundamental para o êxito da política pública de SAN (ABRAND, 2013).

Com base na perspectiva de Sorrentino (2005) acerca do conceito de política, compreendida enquanto o movimento definidor de limites na sociedade, ou seja, do bem comum, far-se-á nesta seção o debate em torno da política pública de assistência social no campo da SAN em Manaus/AM, tendo como finalidade a identificação do processo de intersetorialidade na garantia do DHAA.

Para a execução desta análise, elencou-se uma parcela dos dados coletados entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020, mediante aprovação de uma pesquisa vinculada ao PPGSS/UFAM no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFAM), tendo como número de Parecer 3.806.092 e número de CAAE 23305019.9.0000.5020, os quais foram consolidados na dissertação de mestrado mencionada no início deste trabalho. Tendo como referência a perspectiva de sustentabilidade, foram identificados 04 (quatro) indicadores principais a partir do roteiro de entrevista semiestruturada, quais sejam:

- Quantitativo de profissionais atuantes nas políticas públicas em questão;
- Entendimento dos profissionais sobre a SAN;
- Participação dos profissionais em atividades voltadas a SAN;
- E compreensão dos profissionais acerca da articulação entre as políticas públicas de assistência social e de SAN.

Ao serem perguntados se o quantitativo atual de profissionais é suficiente para suprir todas as demandas relacionadas à assistência social e à SAN, 100% dos entrevistados, o equivalente a 04 (quatro) informantes, responderam não.

Para o informante 23, faz-se necessária a contratação de mais assistentes sociais e nutricionistas com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. O posicionamento deste informante chama a atenção para um fator a ser discutido, representado na carga horária do profissional de Serviço Social. Desde a atualização da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social em 2010, a jornada de trabalho deste profissional foi definida em 30 (trinta) horas semanais.

Neste sentido, vale salientar o quanto a categoria profissional precisa ser fortalecida, especialmente no setor público, o qual de acordo com Iamamoto (2009) simboliza o maior campo de empregabilidade do assistente social no Brasil, sendo imprescindível a garantia de condições dignas de trabalho a este profissional. Entende-se, portanto, que a elevação da carga horária de trabalho do assistente social além de violar um direito, não garante o atendimento de todas as demandas das políticas públicas investigadas, ao contrário, fragiliza dentre outros, o aspecto intersetorial.

Para o informante 24, a realização de concursos públicos na política de assistência social é algo emergencial para o aprimoramento do trabalho intersetorial realizado. Ainda na concepção do referido informante, o fato de a assistência social concentrar um quantitativo elevado de profissionais ocupantes de cargos comissionados, reflete um empecilho à evolução da política, pois o caráter continuado das ações é comprometido.

A pesquisa revelou ainda que 100% dos profissionais entrevistados ocupam cargos comissionados e por este motivo, se reforçou a essencialidade de mobilização estatal para a execução de concurso público. O relato em evidência aponta a preocupação profissional sobre esta questão, haja vista a indicação do convívio com situações de retrocessos na política, sendo relevante a análise comprometida da gestão em torno deste indicador.

Segundo o informante 25, em função do conjunto de atividades executadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS) do Amazonas, o qual representa um dos campos pesquisados, atualmente o quantitativo é insuficiente. Salienta-se então a característica dinâmica, intersetorial, descentralizada e multiprofissional de ambas as políticas públicas estudadas na ótica da sustentabilidade. Tal configuração exige uma base de profissionais sólida para o cumprimento dos objetivos propostos, destacando a importância de profissionais de diversas áreas e em quantidade suficiente para o desenvolvimento das ações propostas.

Na leitura do informante 26, em decorrência do quantitativo reduzido de profissionais, ocorre o acúmulo de funções. Este cenário é delineado conforme Iamamoto (2012), como consequência da reestruturação tecnológica e organizacional das empresas e dos organismos estatais, os quais impulsionam o redimensionamento do trabalho e das funções desempenhadas, interferindo inclusive nas rotinas profissionais.

Ainda em conformidade com a autora, os assistentes sociais sofrem diretamente os efeitos da intensificação do trabalho, da focalização das políticas públicas, das exigências de requalificação da força de trabalho e da polivalência. O retrato do acúmulo de funções verbalizado pelo informante 26, pode ser explicado ainda em decorrência da ausência de profissionais de Psicologia na unidade socioassistencial em questão, pois sem este importante profissional, os assistentes sociais atuam sozinhos na execução do trabalho social com famílias, especialmente nas dimensões do atendimento e acompanhamento.

É relevante salientar que a efetivação da perspectiva intersetorial presente na PNSAN, (2010) e na PNAS (2004), pautada nos princípios da sustentabilidade, demanda dentre outros fatores, a presença efetiva de diversas categorias profissionais em quantitativo adequado, como também condições de trabalho favoráveis ao desenvolvimento de ações, serviços, programas e projetos pautados na garantia de direitos, com destaque ao DHAA.

O segundo indicador articulado à análise da intersetorialidade entre as políticas públicas pesquisadas, corresponde ao entendimento dos profissionais participantes do estudo a respeito da SAN, haja vista a instituição de uma gerência específica para trabalhar as demandas desta pasta na SEAS. O quadro 01, organizado pela pesquisadora com base nos resultados expostos na Dissertação de Mestrado, apresenta as sínteses das falas dos sujeitos sobre esta questão, as quais foram trabalhadas por meio da técnica de análise de conteúdo discutida por Bardin (2016).

**Quadro 01 - Entendimento dos Profissionais sobre a SAN**

| Categoria | Subcategoria | Fala dos Entrevistados |
|---|---|---|
| Entendimento dos Profissionais sobre a SAN | Intersetorialidade e Participação | A SAN é uma estratégia que compõe um conjunto de ações intersetoriais e participativas, que vai desde o plantio até a oferta de alimentos às famílias. |
| | | Eu compreendo essa pasta como uma política pública intersetorial que atua no âmbito da alimentação e nutrição, auxiliando nas estratégias de políticas complementares. De forma geral ela representa a garantia de um direito básico. |
| | Alimentação como Elemento Primordial | A alimentação é um elemento primordial para o ser humano, o qual interfere no desenvolvimento físico, mental, social e intelectual. |

| | | |
|---|---|---|
| | Garantia da Qualidade de Vida | Na minha concepção, esta política pública é extremamente relevante e está articulada à garantia da qualidade de vida, ao bem-estar e aos direitos sociais. |

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2020.

Os fragmentos das entrevistas expostos no quadro 01, indicam percepções diferentes e complementares em torno da SAN, deste modo, como forma de qualificar a reflexão proposta nesta seção, serão tecidas considerações a partir das respostas dos 04 (quatro) informantes.

Conforme ilustrado no quadro 01, as falas dos informantes 23 e 24, atribuíram destaque à intersetorialidade. É válido enfatizar inicialmente a própria determinação da PNSAN (2010), quanto às responsabilidades dos órgãos e entidades da União integrantes do SISAN, incluindo a assistência social, a qual reconhecidamente atua na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de ações, serviços, programas, projetos e benefícios intersetoriais ancorados na efetivação do DHAA.

Frente a esta disposição legal, é possível verificar avanços no desenvolvimento da política estadual de SAN, considerando o conhecimento dos profissionais acerca do caráter intersetorial desta. Por outro lado, não se pode descartar a exigência de ampliação e aprimoramento desta visão, tanto no campo profissional como em nível de gestão.

Na visão de Bellini e Faler (2014), a intersetorialidade remete a urgência em adensar o conhecimento, criar estratégias para a motivação e comprometimento de gestores e trabalhadores de diversas políticas e propor novas possibilidades de intervenção junto às famílias usuárias dos sistemas públicos. O sentido amplo da intersetorialidade evidenciado pelas autoras envolve, portanto, as mais variadas etapas e processos de trabalho das políticas públicas.

No tocante à fala do entrevistado 25, o destaque diz respeito à compreensão da alimentação na figura de um elemento primordial para o ser humano, perspectiva que vai de encontro à teoria das necessidades, de Abraham Maslow. De acordo com o referido teórico, o fator fisiológico ocupa a base da pirâmide das necessidades, incluindo neste contexto o acesso do ser humano à água e à alimentação como pressuposto à garantia das demais dimensões do seu desenvolvimento. Dito isto, se pontua a alimentação além de participante do processo de manutenção da vida humana, como mecanismo de efetivação dos demais direitos sociais fundamentais, tais como, saúde, educação, segurança, lazer, trabalho e assistência social.

Com relação à fala do entrevistado 26, verifica-se o entendimento da política pública de SAN enquanto promotora de bem-estar, qualidade de vida e direitos sociais. É relevante destacar o papel da SAN no combate a todas as situações vinculadas à fome e à (in)segurança alimentar e nutricional. Esta característica determina a sua face intersetorial, fazendo-a compartilhar dos mesmos objetivos de um conjunto de políticas públicas.

Mesmo diante de todos os avanços trazidos pela política pública de SAN e demais pastas afetas ao seu perfil, é necessário pontuar o quanto o alcance dos objetivos por ela propostos representa um desafio no território nacional e local. Dentre tantos empecilhos, a operacionalização da referida política pública na perspectiva da sustentabilidade, de acordo com o previsto nos instrumentos legais configura-se ao lado da intersetorialidade como um

dos mais complexos. Por esta razão, é essencial discutir o processo de oferta da política, pois a dinâmica da realidade demonstra os verdadeiros anseios da população demandatária.

Outro importante indicador utilizado no debate da intersetorialidade entre as políticas públicas em evidência se refere à participação dos profissionais na instituição na qual atuam em atividades voltadas à promoção da SAN. Os resultados revelam que 100% dos entrevistados afirmam ter participado de eventos e/ou ações de SAN no local de trabalho. Em contrapartida, quando perguntados sobre as modalidades e temáticas das atividades das quais fizeram parte, somente 01 (um) informante realizou a descrição deste processo.

> [...] Eu já participei de várias ações da segurança alimentar, dentre estas posso destacar a oficina sabor e cor, realizada nas nossas unidades, e as atividades celebradas anualmente na semana mundial da alimentação, mas é importante que ocorram mais atividades (Informante 26).

O indicador de participação dos profissionais em atividades afetas à SAN, foi incluído na análise em função da viabilidade de identificação de fatores relacionados à intersetorialidade e ao atendimento dos objetivos previstos na Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP-SUAS/2013).

Tendo como objetivo geral institucionalizar no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente, a referida legislação tem sido atendida no contexto de trabalho articulado entre assistência social e SAN em Manaus/AM, considerando a execução de atividades neste sentido.

É importante frisar a ampliação deste processo como tarefa imprescindível de gestores e trabalhadores de ambas as políticas públicas, enfatizando o significado da participação em eventos e/ou ações de SAN, entretanto, esta não deve ser centralizada em determinadas categorias profissionais e/ou cargos, nem reduzida a ações de caráter não continuado.

De modo a identificar o nível de vontade e decisão política dos atores envolvidos no processo de intersetorialidade entre assistência social e SAN na cidade de Manaus/AM, os profissionais participantes da pesquisa foram perguntados sobre a forma como concebem esta articulação. As falas dos informantes foram analisadas por intermédio da técnica de análise de conteúdo e estão organizadas no quadro 02.

**Quadro 02 - Compreensão dos Profissionais acerca da Intersetorialidade entre a Assistência Social e a SAN**

| Categoria | Subcategoria | Falas dos Informantes |
|---|---|---|
| Compreensão dos Profissionais acerca da Intersetorialidade | Políticas Públicas Articuladas | As duas políticas públicas em articulação com a saúde, educação, segurança e outras, representam instrumentos de superação de vulnerabilidades sociais. |
| | | No meu ponto de vista a articulação está no fato das políticas primarem pelo desenvolvimento humano e social. |
| | | A articulação entre essas políticas públicas é fundamental para o alcance dos objetivos propostos, pois a erradicação da pobreza, que também envolve a fome exige um conjunto de |

| | | |
|---|---|---|
| entre a Assistência Social e a SAN | | ações do Estado. Além disso, eu entendo que a assistência social sozinha não é capaz de enfrentar essa problemática. |
| | Erradicação da Pobreza | Compreendo aqui duas políticas públicas em ascendência, tanto a assistência social, como a segurança alimentar, que de forma conjunta atuam no alcance da erradicação da pobreza e consequentemente da fome, ainda marcante em nosso Estado. |

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2020.

Em linhas gerais, o entendimento dos profissionais participantes da pesquisa está concentrado no papel assumido pelas políticas públicas em análise no processo de garantia de direitos sociais e erradicação da pobreza, os quais perpassam pela dinâmica da intersetorialidade.

Na visão de Bellini e Faler (2014), é de suma importância o reconhecimento da necessidade de interconexão entre as políticas sociais, pois tal concepção atribui centralidade ao Sistema de Proteção Social em seu sentido mais amplo. Constatou-se a partir das falas dos informantes 23, 24 e 25, a atenção quanto ao elemento intersetorial, o qual além de orientar posturas profissionais integradas, tende a reforçar a construção de novas governanças na gestão de políticas públicas.

O mérito da intersetorialidade entre a assistência social e a SAN se justifica ainda pelo fato de caracterizar um aspecto fundamental para o atendimento, respeito e efetivação dos direitos de cidadania de cada brasileiro. Incorporando esta perspectiva às dimensões da sustentabilidade e ao cenário amazonense, se pontua que a realização e o sucesso deste princípio também englobam o reconhecimento sobre os diferentes modos econômicos, culturas, crenças, condições de trabalho, dentre tantas outras especificidades, haja vista o caráter dinâmico deste processo.

Outra questão a ser verbalizada, vai de encontro ao relato do informante 25, o qual chama a atenção para o apoio das demais políticas públicas no enfrentamento da pobreza e da fome. Segundo Bellini e Faler (2014), a intersetorialidade entre as políticas se faz necessária em razão de uma só pasta não dispor de mecanismos suficientes para responder a todas as demandas da população mais vulnerável, demandante do aporte e proteção do Estado.

A intersetorialidade, vinculada por Bellini e Faler (2014) à interdisciplinaridade, tem na sua base os elementos de um projeto societário justo e igualitário, característica que permite a vinculação com o paradigma da sustentabilidade. Diante da pesquisa, se verificou nos relatos dos informantes, a compreensão e execução do trabalho da assistência social e da SAN na ótica intersetorial, no entanto, é necessário entender e fortalecer tal dinâmica no âmbito da gestão, pois de forma isolada, os profissionais se deparam com uma série de empecilhos.

O movimento em torno da garantia do DHAA na cidade de Manaus/AM por meio da intersetorialidade e sustentabilidade das políticas públicas em pauta deve priorizar as pessoas, as comunidades e as suas necessidades, as quais na maioria das vezes não são as mesmas do mercado. A humanização associada ao princípio intersetorial, configuram estratégias de garantia do DHAA neste território, no Brasil e no globo, enfatizando o compromisso e sensibilidade dos representantes de Estado como elemento chave.

## Considerações Finais

Os resultados expostos neste trabalho demonstraram por meio das literaturas, instrumentos legais e dados coletados na etapa de campo que a intersetorialidade entre as políticas públicas em debate se configura enquanto tarefa primordial para a efetivação de objetivos comuns, com ênfase à erradicação da fome e à garantia do estado de SAN da população. Deste modo, o elemento em evidência deve incorporar as mais variadas etapas e processos de trabalho destas, característica a ser modelada pelos gestores de forma intensa, porquanto o estudo revelou a mobilização dos profissionais neste sentido, entretanto, a vontade política também se faz necessária neste segmento.

Considerando as informações apresentadas, foi possível constatar a insuficiência de profissionais para o suprimento das inúmeras e complexas demandas relacionadas à assistência social e à SAN, situação expressa na fala de 100% dos entrevistados. O cenário de precarização do trabalho visualizado na cidade de Manaus/AM, impacta não apenas os assistentes sociais, como também as demais categorias profissionais integrantes dos sistemas públicos referenciados, sendo necessária a elaboração e implementação de estratégias pautadas na qualidade dos serviços ofertados e na garantia de condições dignas de trabalho.

Outro aspecto identificado durante a pesquisa diz respeito à dificuldade de acesso dos gestores e profissionais atuantes na linha de frente das políticas públicas estudadas, a informações qualificadas acerca do processo de operacionalização destas no viés da sustentabilidade e intersetorialidade, considerando a presença dos referidos elementos no corpo das legislações, fato que demanda o fortalecimento e investimento em capacitações continuadas destes trabalhadores.

Dito isto, se reforça a relevância dos resultados da pesquisa, os quais foram construídos com base nos relatos dos trabalhadores, sendo este contexto de pós-pandemia, repleto de desafios a serem superados pelo Estado e sociedade civil, um momento propício para repensar o atual modelo de execução das políticas públicas pautadas no enfrentamento à fome e insegurança alimentar e nutricional da população.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Organizadora: Marília Leão. Brasília: 2013. 263 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLINI, Maria Isabel Barros; FALER, Camília Susana. ***Intersetorialidade e Políticas Sociais:*** Interfaces e Diálogos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

BRASIL. Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. ***Política Nacional de Assistência Social.***

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.*

_____. Decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010. ***Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.***

_____. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 1ª ed. - Brasília: MDS, 2013, 57p.

GOMES, Elizabeth Cristina Castro. **Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva da Sustentabilidade***:* Estudo a Partir dos Beneficiários do Programa Bolsa Família nos CECFs em Manaus/AM. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Manaus: 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. ***Serviço Social*: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: 2009.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). ***Atribuições Privativas do/a Assistente Social em questão.*** 1ª Edição Ampliada. 2012.

# PARA O BRASIL, SUAS IMAGENS: RASCUNHO CRÍTICO SOBRE OS CADERNOS DO POVO BRASILEIRO DE LEILA DANZIGER

Bárbara Mol[71]

**Resumo:** É para o Brasil que se olha através da publicação da artista brasileira Leila Danziger, em *Cadernos do Povo Brasileiro* (2021), com o desejo de refletir sobre o gesto sensível que faz ver o apagamento das vidas desintegradas pela ditadura e pela violenta democracia atual. Articula-se, então, uma filosofia desde as imagens na tentativa de encarar a incompreensão e o luto público. É preciso dizer: SOS Brasil, intuindo que a arte, cuja linguagem é parte constituinte da democracia que sustentamos, dialoga por sua alteridade com os dissensos e as exigências de visibilidade, com a responsabilidade da ética do olhar e como dever com a vida mesma.
**Palavras-chave:** Leila Danziger. Luto público. Olhar. Política das imagens. SOS Brasil.

No mercado inflacionário de imagens em que muitos reclamam a visibilidade – na tentativa, sem garantias, de que sua forma visível seja validada, em nome da sua legítima enunciação e presença existencial-social –, refletir sobre as questões em torno do deixar de ver e do não deixar cessar é adentrar na problemática da imagem, essa instância que é um *caso de coragem e um caso de medo.*

Que há um grande fluxo em marcha do comércio do olhar no qual a desvalorização do sensível permanece ativada, bem sabemos. E, todavia, a condição política do ver segue reagente em plenos 34 anos da redemocratização brasileira que experimenta uma atmosfera eleitoral no centro da qual se acumulam esquecimentos, esperanças e incertezas de toda sorte. Sobretudo, sabemos da instabilidade que o poder neoliberal fomenta e ele não é apenas heteronormativo e colonialista. Experimentamos, além disso, uma crise das memórias e, o que nos concerne aqui, do discernimento ético do olhar para com a imagem. Ora, abordar incertezas e crises é reduto igualmente da arte contemporânea brasileira, que nos dirige às incompreensões da história e as cruzas de tempos que não podemos, ainda, considerar concluídos. Daí, observamos, uma criação que partilha as aparições e desaparições humanas no mundo, comprometida com um desejo inalienável da vida como os trabalhos de Leila Danziger, cuja trajetória artística caminha com a trajetória da redemocracia brasileira.

Uma de suas mais recentes obras é a publicação *Cadernos do Povo Brasileiro* (2021). Trata-se de uma edição de arte na qual Danziger compõe imagens que fazem ver sem muito mostrar, imagens que a artista não deixa ao alcance de consciências irresolutas e, assim, reforça seu posicionamento filosófico com a nossa história.

O livro homenageia uma das grandes coleções gráficas do Brasil, editadas pela **Civilização Brasileira**, sob organização de **Ênio Silveira**, em parceria com o **Instituto Superior de Estudos**

[71] Artista, poeta e pesquisadora em arte contemporânea. Pós-doutorado em Comunicação, na linha de pesquisa Pragmáticas da Imagem, UFMG (2022). Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UFMG, com pesquisas sobre a produção e postura de artistas no contexto atual; uma delas se tornou o livro "Babel: sobre as posturas do artista no paradigma da arte contemporânea" (2021). Dedica-se à reflexão artística entre a história da arte, a filosofia, a sociologia e a literatura, em especial, conduzidas por mulheres. Atua como educadora desde 2011. Orcid:0000-0003-1104-8387

**Brasileiros (Iseb) e do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE**, entre as décadas de 1950-1970. Foram 28 livros com tiragens de 20 a 100 mil exemplares feitos em brochuras simples, papel barato e linguagem acessível que abordam temas como Quem é o povo no Brasil?, Nelson Werneck Sodré (1962); Quem dará o golpe no Brasil?, de Wanderley Guilherme (1962); De que morre o nosso povo?, Aguinaldo Nepomuceno Marques (1963); Violão de rua – poemas para a liberdade, antologia (1962).

*Cadernos do Povo Brasileiro* (2021) é um desdobramento da obra *Perigosos, subversivos, sediciosos [cadernos do povo brasileiro]*, instalada no Memorial da Resistência/Pinacoteca de São Paulo (local em que funcionou entre 1940-1983 o Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Deops/SP), por ocasião da exposição coletiva *Hiatus: a memória da violência ditatorial na América Latina*, com a curadoria de Márcio Seligmann-Silva, em 2017/2018.

A partir deste contexto ditatorial, regime historicamente marcado de 1964 a 1985, reconhecido pelo extremo autoritarismo e pela violência – para dizer o mínimo ante a onda revisionista –, Danziger inviabiliza as imagens retiradas de um arquivo público, o Relatório da Comissão da Verdade, e as leva ao olhar do espectador, solicitando sua sobrevivência de outro modo. Assim, o olhar reconhece e identifica uma dada visibilidade que não diz ou esconde. Ela diz e esconde em uma tentativa de indicar como mostrar e dizer aquilo que ela não mostrará nem dirá. Não sem a presença crítica-sensível dos leitores. Não sob o mesmo enunciado que lucra ao operar as subjetividades pelas vias do terror e ódio.

Na exposição coletiva de 2018, Danziger dispôs, no Memorial da Resistência, duas situações correlatas em um espaço de canto. De um lado, três estantes horizontais com fotografias apoiadas em uma parede e, na outra, na extrema-direita, três fileiras lineares de livros[72] pregados verticalmente, livros censurados pela ditadura devido ao conteúdo político e moral, segundo o juízo burocrático do poder.

Em uma breve descrição, as fotografias de pessoas que viveram em épocas e regiões diferentes do Brasil – e, no entanto, foram mortas pela mesma tática da política de perseguição – são instaladas feito porta-retratos sem moldura. Um conjunto de retratos vieram do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, arquivo tornado acessível aos cidadãos somente em dezembro de 2014[73]. Os retirados do volume III do Relatório fazem parte desse dossiê porque foram usados pelo Estado repressor que estimulou a delação daqueles sujeitos, considerados "subversivos", "perigosos", "foragidos", propagados amplamente sob o *status* de documento policial para a manutenção do controle e medo. Parte dos retratos à mostra são de jovens da periferia brasileira hostilizados pelo racismo, pela homofobia, pela razão do extermínio que controla e determina as vidas que merecem ser vividas e daquelas incontáveis.

---

[72] Há livros de diferentes autores e tipos literários, como Franz Fanon com *Os condenados da Terra*, Cassandra Rios com *Macária*, Rose Marie Muraro com *A mulher na construção do mundo futuro*, além das edições dos *Cadernos do povo brasileiro*, de onde a artista retira certas páginas que irão introduzir outros rostos.

[73] A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada, não sem muito tumulto, em 2011, para apurar as causas e consequências das violações infringidas aos brasileiros no período do golpe militar. Um grupo de trabalho elaborou um arquivo que expõe as práticas de suspensão radical dos direitos humanos infringidos pelo Estado Brasileiro entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O documento foi organizado por uma comissão que investigativa instituída pelo governo do Brasil. Em especial, a artista se dedicou ao volume 3, integralmente dedicado às vítimas, na qual são reveladas as circunstâncias da morte de 434 mortos e desaparecidos políticos.

O que temos à frente dos olhos são retratos alcançáveis apenas em certa medida porque surgem escondidos e tampados por diferentes páginas daqueles exemplares imobilizados no canto vizinho. A ocupação da letra toma o retrato.

O campo visual preparado deixa passar a dedicatória, um índice, a introdução, um fragmento do texto, guardando o corpo de um corpo que, em muitos casos, aguarda o direito ao luto. Os rostos, de um lado, cobertos, invisibilizados.

O que fazer em um país cuja democracia nasce sobre a morte de tantos corpos resistentes? Diante dos nomes, uma nebulosa.

Na edição da artista, a melancolia respira fora do Memorial. As imagens assumem outra posição, em cada página><parede. A artista imobiliza os objetos sem aprisionar o visível, onde os signos não silenciam, porque também ainda seguem irrisoriamente resolvidos. C*adernos* (2021) trata, além de tudo, de um método de conhecimento a partir dos olhares. Afinal, qual o sentido de um rosto? Como lemos a memória coletiva em nomes próprios? Qual o desejo real e ficcional dos sintomas?

Neste arquivo onde o mal do olhar se torna um posicionamento crítico Danziger, o retrato de um povo surge enquanto letra. Se lemos trechos e pedaços dos inícios dos livros perseguidos justapostos aos rostos já desabilitados, é, pois, porque uma rememoração nos faz passar por uma via de luto coletivo, em que o início e o fim se confundem. Se não vemos o rosto de quase ninguém, uma invisibilidade está sugerida: a que recobre as memórias. A artista, portanto, opta por uma visibilidade *alter*ada e, justo aí, nesse elo ininterrupto entre imagem><alteridade nos faz ver os temas dos livros marcados pela ditadura, deixando sentir, nome a nome, a [im]potência espacial da letra e a sedução imageante da história.

Neste sentido, o não-ver (e o não-saber seletivos) demanda do olhar um lance mais afiado do que dócil, um exercício com a incompreensão. Às margens do que não se compreende, mínimos rastros produzem verdadeiros espantos.

Um desses espantos é o encontro com o pensamento filosófico de Marie-José Mondzain que expande, incomensuravelmente, essa escrita – que por isso mesmo ainda é rascunho –, que reconhece uma afinidade do gesto de Danziger nas palavras da filósofa: "mostrar o homem ao homem, oferecer-lhe o seu rosto e dar-lhe os meios para partilhar a sua presença com o olhar do outro, é o sentido fundador do gesto imageante" (MONDZAIN, 2014, p.44, tradução nossa).

A afinidade invocada encoraja também nosso ato crítico, uma vez que nos interessa a salvaguarda da liberdade no visível em sua relação com o invisível, como essencial para seguir na exigência da ética do olhar capaz de fazer luzir, por sua linguagem, os dissensos, as contradições e as disputas sobre as políticas da imagem. E, em uma dimensão mais íntima, seguir sendo um gesto inevitável de luto público e memória comum, principalmente, na presença da política de aniquilamento e da situação atroz que alguns querem banalizar. Notamos que a biblioteca da artista partilha o enorme e difícil exercício de elaborar um luto público, para o qual muito esforço precisa ser feito quanto se trata das vítimas da ditadura e das vítimas da violência extrema que perdura neste país.

Segundo Carla Rodrigues, filósofa brasileira, vida e morte são categorias relacionais de maneira que o valor de uma vida está diretamente ligado como integramos socialmente o outro e, mais, como o enlutamos. Em *O luto entre a clínica e política: Judith Butler para além do gênero* (2021), a filósofa argumenta que o luto é um direito, logo, instância política. O luto é uma política de reconhecimento capaz de dividir as vidas que importam daquelas abandonadas, despossuídas – para falar com Butler. Para as pensadoras, o tratamento desigual do luto público sinaliza que a

política performa e perdura a discriminação, a opressão e a violência, de modo a sustentar a ausência de uma rememoração legítima, simbólica e refundadora dos significados éticos da vida. Na medida que "ser enlutável é condição para que uma vida seja cuidada desde o seu nascimento, é condição para que uma vida seja reconhecida como vida" (RODRIGUES, 2021, p. 87).

Na posição de quem faz ver, se apresenta em *Cadernos* um diálogo diluto entre arte e política das imagens como instrumento de compreensão que traduz, sem hierarquia, os corpos destroçados e desaparecidos pela ditadura até a democracia, associando-os a uma literatura subversiva.

Isso se dá por uma postura à revés perante a máquina de *disputas pelas imagens* que exige que se adentre ao confronto *com as imagens* e *entre as imagens*, tal qual afirma a cineasta brasileira Anita Leandro (2016). A disputa de narrativas e ficções é um embate pela história, para que se possa fazer frente, de algum modo, às imagens que preferem incriminar e censurar do que expressar hospitalidade e respeito, bem como à "intimidação ideológica [que] mergulha o presente nas trevas do esquecimento, em nome de um futuro que, sem o esclarecimento sobre os crimes do passado, jamais chegará" (LEANDRO, 2016, p.114). Esta leitura crítica entende que, no caderno para o Brasil de Danziger, a exposição à imagem acontece com um pensamento artístico e filosófico engajado no uso reparador do visível, esteticamente refundante, a fim de fazer ver e sentir a ética nos diálogos que construiremos democraticamente para as imagens. Talvez, a essa altura da escrita, seja oportuno ressaltar o pensamento de Mondzain sobre a imagem como gesto político:

> A imagem é uma instância antropológica que institui ou destitui a humanidade do homem e, portanto, é sempre um gesto político. A questão do direito da imagem tem uma história que, antes de ser econômica e jurídica, é primeiramente e antes de mais nada política. O direito de ser visto está ligado ao direito de ser ouvido e reconhecido (MONDZAIN, 2014, tradução nossa).

Assim, o indelével direito de ser visto e ouvido na obra de Danziger se dá heterogeneamente, inverso ao mercado dos olhares em que expor mais é ver e vender melhor. Ao considerar que a imagem é uma instância antropológica, social e política – cuja atividade de fazer ver propõe a aparição do reconhecimento –, a filósofa também destaca sua potência ambígua, capaz de *instituir e destituir a humanidade do homem*. Nessa zona das indiscernibilidades, acreditamos ser necessário reescrever uma singular relação diante do estatuto do olhar como objeto de análise a ser questionado, sem passar por nenhuma espécie de interrogatório. Portanto, reconhecemos que a elaborada obra de Danziger expropria as imagens do abuso para realinhar-se com um destino que mais desmonta do que qualifica. Quiçá, então, esteja aí, a proposta política do sensível para a circulação dos olhares.

Dar a ver interpela tanto as graves ações infringidas pelo Estado brasileiro (seja na ditadura militar ou nas operações policiais), em um jogo de ocultamentos e restituições de justiça, quanto reformula uma política da arte na qual a invisibilidade coloca em xeque as dívidas da memória, as fraturas da dignidade e o limiar das experiências de liberdade e estar social.

Na cultura em que um certo império visual nos acomete, em que o capital de sensibilidades, dadas a ver por um acúmulo inumerável das visibilidades, não parece indicar qualquer sinal de decadência, precisamos refletir sobre a retração, a recusa. A sugestão não é que se retire a imagem, mas a operação é de recuo, pelo avesso, com a probabilidade do *rever*sível. O movimento seria contrário ao apetite insuflado do consumo sem gravidade, e sem possibilidade para o pensamento crítico-sensível, a partir do qual os nossos olhos e, todo corpo, se chocam, deliram.

Há uma potencialidade na arte implicada com a reescritura das imagens de arquivos, produzidos pelo regime ditatorial a serviço da repressão. Essa obra pela própria forma estética e política é uma maneira singular de reverter a narrativa oficial militar. Logo, porque aqui é Brasil, esse rascunho interpreta a obra de Danziger também como um processo de desmontagem dos entendimentos, uma vez que o livro reescreve o arquivo, isto é, o arquivo que se recusa a servir ao olhar para a identificação persecutória e opressora.

Como signos da separação e ausência vindas de uma montagem fotográfica, as imagens retraídas reinstauram, assim, o sentido original e a condição sensível das imagens subvertidas. Passam a propor outro modo de existência em nome daqueles que foram vencidos, porém, sobrevivem ao serem lembrados. E, assim, a possibilidade de um "nunca mais" se fará vociferada, pois, enquanto forem retomados e rememorados estarão vivos para avisar também àqueles expostos aos revisionismos e negacionismos, soltos na atualidade, da história acerca da violenta atuação militar da época no Brasil (BARTOLOMEU; VEIGA; MAROTTA, 2019). Não é exaustivo retomar que a nossa história está sendo recontada pelo atual cenário político conservador. Tampouco não é exagero reafirmar que ela não será cristalizada enquanto pesquisadores, artistas, cidadãos responsáveis souberem de seu papel fundamental na construção e manutenção da crítica e do pensamento na contemporaneidade. Assim como os espectadores podem, com seu próprio olhar, reclamar que essa situação tem que mudar, desejando coproduzir narrativas que alimentem a reflexão, o diálogo, a partilha, ao aprender com a artista e exigir de seu lugar que não esqueçamos de lembrar dos invisíveis da "ordem e progresso".

Pensemos apesar de tudo, e por um aprendizado benjaminiano, à contrapelo, se ainda pudermos trabalhar com as imagens em sua aparição insidiosa, ambígua e portadora de um refluxo, de uma certa ressaca, que pode oferecer e deve ver nossa justiça e nossa história enquanto formas estratégicas da subversão da memória e do esquecimento. Trata-se, portanto, de uma potência da visualidade que não deixa de e deixa mostrar, ininterruptamente. É como se nada fosse mais estranho do que saber governar o medo que a sociedade tem em relação à invisibilidade. Como se nada fosse mais perigoso do que uma artista consciente da força aporética das imagens capaz de remontar uma história sem grandes discursos, uma mulher que saber cuidar da linguagem da arte em sua experiência com a vida e, pode, de fato, comprometer o poder patriarcal e fascista ao qual resistimos.

A construção em Cadernos (2021) é muito mais do que uma crítica histórica que indica um sólido programa político de extermínio. É mais do que um lembrete sobre o dispêndio intolerável para manter incurável o trauma e viver a angústia de um presente cujo passado não passa. Com tudo isso, importa constituir a ética do olhar e nos constituir como sujeitos de linguagem que convivem com as imagens enquanto um caso de coragem e um caso de medo, como refletem Mondzain e Danziger. É, finalmente, por "defender o princípio do 'pensamento apesar de tudo'", como escreveu Mondzain (2017, p.15, tradução nossa) e por tentar tratar do intratável, que investimos na reflexão justo quando a imagem começar por se fazer ver na pulsação de sua própria invisibilidade – até mesmo em sua instabilidade.

Comecemos, então, por remover o incontrolável, tentando fazer surgir no sensível a presença><ausência visível de uma vida, pelo dever com a vida mesma.

**Referências**

BARTOLOMEU, Anna Karina Castanheira; MAROTTA, Letícia; VEIGA, Roberta. **A ditadura militar "por" e "entre" mulheres: o cinema contra o apagamento histórico em Retratos de Identificação e Setenta**. Belo Horizonte: Cadernos Benjaminianos, 2019. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/15175/112561 2608 . Acesso em: 10 ago. 2021.

COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. **A história do rosto**. Lisboa: Círculo de leitores, 1997.

DANZIGER, Leila. **Cadernos do povo brasileiro**. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2021.

DANZIGER, Leila. https://www.leiladanziger.net. Acesso em 05 dez. 2022.

DANZIGER, L. **Perigosos, subversivos, sediciosos**. Campinas: MODOS: Revista de História da Arte, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8663344. Acesso em: 5 dez. 2022.

HEINICH, Nathalie. **L'élite artiste :** excellence et singularité en régime démocratique. Paris: Éditions Gallimard, 2005.

HUSSAK, Pedro. **A memória do que não passou:** Leila Danziger e a elaboração da memória da ditadura brasileira nas artes visuais. Rio de Janeiro: Viso, 2018. Disponível em: http://revistaviso.com.br/articleview/288. Acesso em: 05 dez. 2022.

LEANDRO, Anita. **Os acervos da ditadura na mesa de montagem**. Rio de Janeiro: Revista LOGOS 45, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/viewFile/27512/20175. Acesso em: 05 dez. 2022.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br Acesso em: 05 dez. 2022.

MEMORIAL DA DITADURA. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/ Acesso em: 05 dez. 2022.

MOLINA, Fulvia; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Hiatus:** A memória da violência ditatorial da América Latina. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2018. Catálogo de exposição. Disponível em: http://memorialdaresistenciasp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/HIATUS_MIOLO_REVISAO_ABR2021-compressed.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

MONDZAIN, Marie-José. **A imagem pode matar?** Lisboa: Nova Vega, 2017.

MONDZAIN, Marie-José. **Confiscation des mots, des images et du temps**. Paris : Les Liens qui Libèrent, 2017.

MONDZAIN, Marie-José. **Homo Spectator:** ver, fazer ver. Lisboa: Editora Orfeu Negro, 2015.

MONDZAIN, Marie-José. **L'appétit de voir et appétit de vivre**. Noisy-Le-Sec: Editions D-Fiction, Colletions Frontiers, 2014.

**NOSSA** Música. Dir. Jean-Luc Godard, França, 2014.

**RETRATO de Identificação**, Dir. Anita Leandro, Brasil, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7tmN6VMaP8o . Acesso em: 05 dez. 2022.

RODRIGUES, Carla. **O Luto entre a clínica e política:** Judith Butler para além do gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura:** exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

# TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO: UM ESTUDO DAS TÉCNICAS ARGUMENTATIVAS PRESENTES NAS FALAS DE JOÃO ROMÃO EM O CORTIÇO (1890) DE ALUÍSIO AZEVEDO

Jackeline Braga Cunha [74]
Jessica Soares Dantas Fernandes[75]

**Resumo:** O Cortiço (Original publicado em 1890) é uma obra naturalista de Aluísio Azevedo que retrata a vida cotidiana de pessoas que habitam um cortiço simples no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. À Luz da Teoria da Argumentação, este breve artigo tem por objetivo discutir e analisar as técnicas argumentativas presentes nas falas do personagem João Romão, que se caracteriza como um imigrante português, ambicioso e avarento, disposto a tudo para enriquecer. No que diz respeito à argumentação, esta pode ser entendida como a arte de convencer e persuadir, de maneira a gerenciar informações e relações. O argumentador, por sua vez, faz uso de diferentes estratégias e técnicas para convencer seus interlocutores a aderirem suas ideias. Tais técnicas podem, ainda, fazer uso de diferentes recursos da linguagem. Deste modo, a fim de alcançar os objetivos deste trabalho, serão verificados os argumentos utilizados por João Romão na obra O Cortiço, por meio de alguns recortes textuais de suas falas, para defender suas teses (ideias) diante do seu auditório (uma ou mais pessoas com quem ele fala). Os dados serão analisados de acordo com a Teoria da Argumentação, tendo como base o referencial teórico Reboul (2004), Perelman e Olbrecths-Tyteca (2005), Abreu (2009) e Amossy (2018). O processo metodológico se dará pela análise do corpus de maneira qualitativa, explicativa e bibliográfica. O trabalho está organizado em introdução, seguida das seções específicas do desenvolvimento da pesquisa e análise da obra, por último são apresentadas as considerações finais. A partir da reunião dessas contribuições para a análise da obra O Cortiço, esperamos colaborar com os estudos da argumentação no campo da literatura, de maneira a ampliar horizontes em próximas pesquisas relacionadas ao tema.

**Palavras-chave:** O Cortiço; João Romão; Teoria da Argumentação; Técnicas Argumentativas; Argumentação.

## Introdução

A obra *O Cortiço* de Aluísio Azevedo é um romance naturalista publicado em 1890. Temas como pobreza, ambição e exploração do homem são retratados pelo autor, que faz uma crítica aos costumes da sociedade brasileira durante o século XIX.

O cortiço é situado no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro e fundado por João Romão, um dos principais personagens explorados neste artigo. Na busca pelo

[74] Graduada em Letras Inglês pela Faculdade do Maranhão (FACAM), especialista em Docência no Ensino Superior pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), especialista em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Materna e Estrangeira pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestranda em Letras pela Universidade federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jack_brag@hotmail.com
[75] Graduada em Letras Espanhol pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Letras pela Faculdade de Educação São Luís (FESL) e mestranda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jessidanatas16@gmail.com.

enriquecimento, Romão age de maneira gananciosa, furta objetos e explora Bertoleza, personagem descrita como escrava, que trabalha arduamente em sua quitanda para sobreviver e custear sua tão sonhada alforria.

Durante a obra, Azevedo narra o surgimento do cortiço e apresenta os personagens que passam a habitar o lugar, sendo em sua maioria pessoas negras. Em determinados momentos, percebe-se que o autor personifica o cortiço, tornando o ambiente o principal personagem da história.

Ao analisar os trechos que serão explorados nas próximas seções, o leitor verifica que havia uma união estável entre os dois personagens. Segundo Azevedo (2015), João Romão e Bertoleza eram 'amigados', termo que utiliza para tratar sobre a relação que os dois estabeleceram.

No entanto, levando em consideração o período em que o romance foi escrito, a união estável entre os dois poderia ser reconhecida somente a partir de 1996, visto que na época o relacionamento entre João Romão e Bertoleza era considerado irregular, não sendo concedida as bênçãos da igreja católica (GAMA, 2013).

Tendo em vista o art. 2° da Lei n. 9.278 de 10 de maio de 1996, e analisando o relacionamento dos personagens sob a perspectiva dos dias atuais, tem-se que alguns dos direitos e deveres previstos dos conviventes gira em torno de respeito e consideração, assim como assistência moral e material mútua. Contudo, tais premissas não eram cumpridas por Romão, levando em conta o seu comportamento e suas ações narradas na obra.

Além da problemática dos direitos e deveres não serem cumpridos, Azevedo (2005, p. 14) descreve a jornada de trabalho de Bertoleza como exaustiva, que embora não fosse reconhecida pela personagem, sua condição de vida ao lado do vendeiro era análoga à de uma escrava como confirma-se no trecho "Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante [...]". A mulher trabalhava dia e noite em sua quitanda, dedicava-se às tarefas domésticas rotineiras, além de lavar e consertar as roupas de seu companheiro.

Por outro lado, João Romão ansiava cada vez mais por riquezas e para ascender na sociedade, percebia a necessidade de modificar o seu estilo de vida como vestir-se bem, ler livros e frequentar lugares privilegiados. Além da mudança do comportamento do personagem, o leitor percebe a mudança do próprio cortiço.

Não satisfeito com suas conquistas, Romão decide casar-se com Zulmira, filha do comerciante Miranda, de quem sente muita inveja. A partir daí percebe que seu relacionamento com Bertoleza se constituía como uma barreira para que seu objetivo fosse alcançado. Deste modo, livrar-se de Bertoleza tornou-se uma de suas dores de cabeça.

Em um ato de traição, João Romão denuncia Bertoleza como escrava fugida à polícia. De modo infeliz, "[...] Bertoleza decide morrer de pé para não viver de joelhos." (GONÇALVES, 2019, p. 158), tirando sua própria vida com a faca que utilizava para limpar peixes.

O destino trágico de Bertoleza revela que mesmo ao dedicar-se aos serviços domésticos de maneira exaustiva, além de assumir o serviço de vendedora, não foram ações suficientes para que João Romão a visse como uma companheira com quem pudesse desfrutar de uma relação amorosa pública. Romão apenas se importava em acumular mais riquezas e encaixar-se nos padrões da alta sociedade.

Deste modo, como uma forma de delimitar este trabalho, a relação entre os personagens João Romão e Bertoleza será utilizada para o estudo da argumentação. Surge o interesse em investigar como se dá a construção de um personagem branco e capitalista ao utilizar o poder da argumentação para ascender socialmente, que não recorre à violência, mas que age de maneira antiética e imoral durante toda a narrativa, principalmente com uma mulher escrava que anseia por liberdade.

No que tange à argumentação, segundo a visão de Perelman e Olbrecths-Tyteca (2005), é o modo de promover a adesão do pensamento ou ideias por meio do discurso entre o orador e o ouvinte, sem que haja violência. Além destes autores, Reboul (2004), Abreu (2009) e Amossy (2018), servirão de base para a fundamentação desta pesquisa.

De maneira geral, à luz da Teoria da Argumentação, pretende-se discutir e analisar as técnicas argumentativas presentes nas falas do personagem João Romão que visam defender suas teses. De maneira mais específica, objetiva-se verificar como o narrador constrói o *ethos* do personagem João Romão, assim como identificar quais são as características do auditório a quem o orador visa atingir com seus argumentos.

O processo metodológico se dará pela análise do corpus de maneira qualitativa, explicativa e bibliográfica. O trabalho está organizado em introdução, seguida das seções específicas do desenvolvimento da pesquisa e análise da obra, por último são apresentadas as considerações finais.

## A construção do ethos diante de um auditório peculiar: Bertoleza

Nesta seção, pretende-se verificar como o narrador constrói o *ethos* do personagem João Romão - visto nesta pesquisa como orador. Além disso, baseado nas narrativas, identifica-se as principais características da personagem Bertoleza que será tratada como o principal auditório do orador. Tais informações serão de extrema relevância para a análise das técnicas argumentativas.

Logo no primeiro capítulo da obra, Azevedo (2005) descreve a relação dos principais personagens. Bertoleza era uma quitandeira que trabalhava durante período integral a fim de custear sua liberdade, uma vez que era escrava de um homem branco a quem pagava um valor mensal para manter seu próprio negócio.

Por outro ângulo, João Romão era dono de uma venda que herdou de seu patrão com quem trabalhou por mais de dez anos. Romão levava uma vida simples e economizava todo o dinheiro que recebia, visto que seu maior desejo era enriquecer.

Após a morte do companheiro de Bertoleza, que era português e fazia fretes com uma carroça, João Romão despertou grande interesse pela quitandeira. Ela passou a contar suas aflições e até mesmo os seus segredos, inclusive contou ao vendeiro sobre o dinheiro que guardava para pagar por sua alforria e, pediu-lhe, ainda, que o guardasse para ela.

> Daí em diante, João Romão tornou-se o caixa, o procurador e o conselheiro da crioula. No fim de pouco tempo era ele quem tomava conta de tudo que ela produzia [...] E por tal forma foi o taverneiro ganhando confiança no espírito da mulher, que esta afinal nada mais resolvia só por si, e aceitava dele, cegamente, todo e qualquer arbítrio [....] (AZEVEDO, 2015, p. 12).

Com base no trecho, pode-se perceber como se dá a construção do *ethos* do personagem João Romão. O *ethos* nada mais é do que a imagem que o orador constrói de si mesmo em seu próprio discurso, visando contribuir para a eficácia de sua fala (AMOSSY, 2018).

Romão aos poucos conquistou a confiança de Bertoleza, por meio da imagem de um homem compreensivo e prestativo, que poderia ajudá-la com suas finanças. Em outro trecho da obra, tem-se que:

> Ele propôs-lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 2015, p. 12).

Pelo exposto, o autor também nos dá características sobre o auditório, que pode ser definido como o conjunto de pessoas que queremos persuadir, podendo conter um grande número de pessoas ou, até mesmo, ser composto por um único indivíduo (ABREU, 2009).

Na visão de Reboul (2004), sempre se argumenta perante um determinado auditório (uma multidão, grupos de pessoas, leitores ou até mesmo um único indivíduo). De acordo com o autor, cada auditório possui suas peculiaridades, visto que comportam diferentes emoções e pontos de vista. A tarefa desafiadora, no entanto, é modificar o ponto de vista deste auditório dotado de emoções e crenças particulares.

Bertoleza buscava um homem branco, o que, de certo modo, foi utilizado por Romão como uma vantagem para a adesão da sua imagem positiva, pois ele conhecia exatamente os interesses de seu auditório.

> [...] podemos notar que desde o início, mesmo antes de conhecer a "crioula", João Romão empenhava todas as suas forças em ascender econômica e, por conseguinte, socialmente, mas viu na situação da morte do companheiro da crioula, na sua tristeza e na sua solidão o momento perfeito para aproveitar-se da boa disposição para o trabalho que a mulher possuía e ter ao seu lado alguém forte o suficiente para ajudá-lo nessa escalada social. (SANTOS, 2018, p. 13 – 14).

Sendo assim, a construção do auditório no discurso pode ser considerada uma técnica argumentativa, dado que "[...] Trata-se de fazer o alocutário aderir a uma tese ou adotar um comportamento por se identificar a uma imagem de si que lhe é agradável [...]" (AMOSSY, 2018, p. 55). Na visão da autora, esta é uma grande vantagem para um orador, uma vez que:

> [...] Ele deve conhecer o nível de educação de seus interlocutores, o meio social do qual fazem parte, as funções que eles assumem na sociedade. É somente quando ele consegue ter uma ideia de seu público que o orador pode tentar aproximá-lo de seus próprios pontos de vista [...] (AMOSSY, 2018, p. 55).

Ao aproximar-se de Bertoleza, Romão tinha ciência de que ela era uma mulher negra, escrava e analfabeta. Além disso, não media esforços para conquistar sua cobiçada liberdade. Envolver-se com Romão, portanto, era uma oportunidade para desfrutar de uma vida livre e digna. Os dois, por conseguinte, somariam suas riquezas para alcançarem seus objetivos.

Após Bertoleza e João Romão concordarem em morar juntos, Azevedo (2015, p.12 – 13) nos revela que:

> João Romão comprou então, com as economias da amiga, alguns palmos de terreno ao lado esquerdo da venda, e levantou uma casinha de duas portas dividida ao meio paralelamente à rua, sendo a parte da frente destinada à quitanda e a do fundo para um dormitório que se arranjou com os cacarecos de Bertoleza. Havia, além da cama, uma cômoda de jacarandá muito velha com maçanetas de metal amarelo já mareadas, um oratório cheio de santos e forrado de papel de cor, um baú grande de couro cru tacheado, dois banquinhos de pau feitos de uma só peça e um formidável cabide de pregar na parede, com a sua competente coberta de retalhos de chita.

É possível perceber que o terreno foi adquirido com o dinheiro de Bertoleza. O espaço foi ainda utilizado para atividade comercial e residencial, preenchido com pouca e simples mobília que pertencia à quitandeira.

Vê-se que Bertoleza era a pessoa ideal para Romão, pois apresentava-se como uma mulher boa, obediente e muito trabalhadora. Além disso, era fiel ao seu senhor. "Essa descrição fazia dela a pessoa certa para estar ao lado dele naquele momento em que ainda não tinha nada além de uma vendinha e muita vontade de tornar-se rico." (SANTOS, 2018, p. 37).

Tendo ciência de como se dá a construção do *ethos* do orador e as características do auditório a quem o orador visa atingir com seus argumentos, propõe-se, na próxima seção, analisar algumas falas argumentativas de João Romão diante de Bertoleza.

**Análise das técnicas argumentativas presentes nas falas do orador**

Após estabelecerem uma união estável, João Romão faz uso de alguns argumentos para convencer Bertoleza a aderir suas proposições. Analisa-se o seguinte argumento de Romão "- Agora, disse ele à crioula, as coisas vão correr melhor para você. Você vai ficar forra; eu entro com o que falta." (AZEVEDO, 2015, p.13).

Pela fala de Romão, ao afirmar que Bertoleza seria livre, ele propõe-se a prover suas necessidades, providenciando-lhe uma vida melhor. Logo, há o estabelecimento de um vínculo causal, visto que há um acontecimento que tende a resultar em um efeito (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Ademais, ao dizer à Bertoleza que sua vida seria facilitada, João Romão reforça a imagem de um homem bom, pois dali em diante a quitandeira não teria mais com o que se preocupar, pois ela seria uma mulher livre e poderia confiar-lhe. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a natureza do auditório dita quais argumentos poderão ser utilizados pelo orador para convencer ou persuadir. O orador deve adaptar seu discurso ao auditório, visto que cada indivíduo é dotado de pensamentos e crenças distintas.

Logo em seguida, Azevedo (2015, p. 13) nos fornece informações de que Romão, em poucas semanas, surge com uma folha de papel que lê à sua companheira "- Você agora não tem mais senhor! declarou em seguida à leitura, que ela ouviu entre lágrimas agradecidas. Agora está livre! Doravante o que você fizer é só seu e mais de seus filhos, se os tiver. Acabou-se o cativeiro de pagar os vinte mil-réis à peste do cego!".

Para reforçar a tese de que Bertoleza era uma mulher livre, Romão faz a utilização de uma carta de alforria para dar força e credibilidade ao seu discurso, de modo que a mulher foi levada a acreditar na citação de uma fonte confiável. Pode-se dizer então que ele estaria utilizando o argumento de autoridade, uma vez que "[...] utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese." (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 349).

Além disso, percebe-se as marcas estilísticas nos trechos "Você agora não tem mais senhor"; "Agora está livre!" e "Acabou-se o cativeiro de pagar os vinte mil-réis à peste do cego!". Na fala de Romão, verifica-se as repetições de palavras para expressar a ideia de liberdade, dado que este recurso é capaz de provocar emoções no auditório, de tal modo que outras palavras não alcançariam o mesmo efeito (AMOSSY, 2018).

Sendo assim, Romão suscita as emoções de Bertoleza com o fato de que ela está livre, causando-lhe um choro de agradecimento. No que concerne à essas emoções, Reboul (2004, p. 17) diz que:

> Os meios que dizem respeito à afetividade são, por um lado, o etos, o caráter que o orador deve assumir para chamar a atenção e angariar a confiança do auditório, e por outro lado o patos, as tendências, os desejos, as emoções do auditório das quais o orador poderá tirar partido [...]

Pode-se considerar o patos (*pathos*) como as emoções e os sentimentos que o orador suscita no seu auditório, o que pode variar de acordo com sua natureza. Deste modo, retomando os conceitos de Perelman e Olbrecths-Tyteca (2005), o orador deve adaptar o seu discurso de maneira a englobar os sentimentos do seu alocutário.

Convencida de sua liberdade, temos que:

> Contra todo o costume, abriu-se nesse dia uma garrafa de vinho do Porto, e os dois beberam-na em honra ao grande acontecimento. Entretanto, a tal carta de liberdade era obra do próprio João Romão, e nem mesmo o selo, que ele entendeu de pespegar-lhe em cima, para dar à burla maior formalidade, representava despesa, porque o esperto aproveitara uma estampilha já servida. O senhor de Bertoleza não teve sequer conhecimento do fato; o que lhe constou, sim, foi que a sua escrava lhe havia fugido para a Bahia depois da morte do amigo. (AZEVEDO, 2015, p.13).

João Romão utilizou uma carta de alforria falsa para convencer Bertoleza de que ela estava livre de seu senhor. Ele conhecia a sua história de vida e, para conquistá-la, bastaria utilizar aquilo que era mais sensível para ela: sua liberdade.

No entanto, de acordo com a Teoria da Argumentação, a estratégia de Romão não seria ética, visto que o argumento de autoridade utilizado, ou seja, o documento falso, não é válido. De acordo com Reboul (2004, p. 18):

> Note-se que etos é um termo moral, "ético", e que é definido como o caráter moral que o orador deve parecer ter, mesmo que não o tenha deveras. O fato de alguém parecer sincero, sensato e simpático, sem o ser, é moralmente constrangedor; no entanto, ser tudo isso sem saber parecer não é menos constrangedor, pois assim as melhores causas estão fadadas ao fracasso.

Vê-se que o orador age de maneira antiética perante o seu auditório. No entanto, caso o seu caráter real fosse apresentado, suas teses não seriam aceitas. A condição de agir de maneira ética é imprescindível dentro do processo de argumentação, visto que ao não agir de forma honesta e transparente, a argumentação torna-se uma manipulação (ABREU, 2009).

João Romão conseguiu - com sucesso - convencer Bertoleza de que ela era uma mulher livre. Mais do que isso, além de persuadi-la a morar com ele, Romão fez de Bertoleza sua escrava.

> Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre; às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. Varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda, e, defronte de um fogareiro de barro, fritava fígado e frigia sardinhas, que Romão ia pela manhã, em mangas de camisa, de tamancos e sem meias, comprar à praia do Peixe [...] (AZEVEDO, 2015, p.18).

No entanto, Romão almejava crescer cada vez mais na alta sociedade. Mesmo tendo Bertoleza a seu dispor, lavando e consertando suas roupas, isso não era suficiente para tê-la ao seu lado como uma mulher da qual pudesse assumir um relacionamento público, ou até mesmo com quem pudesse continuar a colher bons frutos. A partir disso, surge o interesse em casar-se com Zulmira, filha do comerciante Miranda. Para isso, seria necessário livrar-se de Bertoleza.

Em uma conversa com Botelho, agregado da família de Zulmira do qual ajudaria a concretização da união entre ela e Romão, o vendeiro conta-lhe que não sabe como livrar-se de Bertoleza. A quitandeira, ao ouvir a conversa, revolta-se com Romão e o questiona sobre todo o tempo que viveram juntos e o árduo trabalho que teve ao seu lado. João Romão (AZEVEDO, 2015, p. 251) responde a ela que:

> - Mas não vês que isso é um disparate?... Tu não te conheces?... Eu te estimo, filha; mas por ti farei o que for bem entendido e não loucuras! Descansa que nada te há de faltar!... Tinha graça, com efeito, que ficássemos vivendo juntos!... Não sei como não me propões casamento!

Deste modo, Bertoleza (AZEVEDO, 2015, p. 251-252) retruca que:

> - Ah! agora não me enxergo! agora eu não presto para nada! Porém, quando você precisou de mim não lhe ficava mal servir-se de meu corpo e aguentar a sua casa com o meu trabalho! Então a negra servia pra um tudo; agora não presta para mais nada, e atira-se com ela no monturo do cisco! Não! assim também Deus não manda! Pois se aos cães velhos não se enxotam, por que me hão de pôr fora desta casa, em que meti muito suor do meu rosto?... Quer casar, espere então que eu feche primeiro os olhos; não seja ingrato!

Pela resposta do auditório, vê-se que o *ethos* construído e aceito anteriormente é desmascarado. Bertoleza, em sua fala, reconhece que Romão usou não somente a sua força

de trabalho, mas também o seu corpo. Além disso, percebe-se que o orador estaria entrando em uma contradição em seus argumentos, visto que ao afirmar que "Então a negra servia para um tudo; agora não presta para mais nada", Bertoleza insinua que foi convencida de que era uma mulher com quem ele poderia desfrutar de uma relação amorosa e que poderia ainda contribuir com seu companheirismo, ou seja, com seu trabalho.

Romão demonstrou ser um homem simpático e justo ao persuadir Bertoleza no início da relação entre os dois. No entanto, tais modos de se apresentar não condiziam mais com seu modo de se portar perante ao seu auditório. Reboul (2004, p. 48) diz que o orador tem de apresentar determinadas características perante seu auditório, visto que:

> [...] em todo caso, ele deve preencher as condições mínimas de credibilidade, mostrar-se sensato, sincero e simpático. Sensato: capaz de dar conselhos razoáveis e pertinentes. Sincero: não dissimular o que pensa nem o que sabe. Simpático: disposto a ajudar seu auditório [...]

Bertoleza, antes de juntar-se com o vendeiro, poderia ter recusado as proposições que lhe foram feitas, justamente pelo caráter tendencioso da argumentação de Romão (PERELMAN, OLBRETCHS-TYTECA, 2005). No entanto, foi levada por suas emoções e aderiu às premissas do orador, de modo a levar em consideração a *sensatez, sinceridade e simpatia* demonstrada por ele (REBOUL, 2004).

Ao retirar-se da sala, em um ato de fúria, Romão (AZEVEDO, 2015, p. 252) exclama "- Arre! Não a posso aturar nem mais um instante! Que vá para o diabo que a carregue! em casa é que não me fica!". Ao ser acalmado por Botelho, o vendeiro complementa "- Se não quiser ir por bem, irá por mal! Sou eu quem o diz!".

Nos trechos percebe-se que não há mais a preocupação com o *ethos* apresentado e nem com as promessas feitas à quitandeira. João Romão estava disposto a expulsá-la da casa onde viviam juntos, construída com a ajuda da própria Bertoleza.

A partir daí, o autor nos leva para o fim trágico de Bertoleza, que suicidou-se ao ser denunciada por João Romão como escrava fugida.

> [...] lembraremos que só após tentar convencer pela palavra João Romão, lembrando a ele a dedicação de toda uma vida, o trabalho extenuante e incessante e a doação erótica do próprio corpo, na tentativa de gerar empatia e demover o seu companheiro de livrar-se dela e realizar votos de casamento com outra mulher – além da tentativa de empreender fuga diante dos soldados que acompanham o filho de seu antigo dono no momento da prisão – é que Bertoleza decide se autoimolar [...] (GONÇALVES, 2019, p. 158).

Vê-se que mesmo tentando convencê-lo de seus bons feitos, assim como enfatizando a relação conjugal que tiveram, não foi suficiente para que o orador mudasse de opinião em relação ao seu futuro casamento, nem tampouco no que tratava em livrar-se de Bertoleza.

Concluída a breve análise das falas do orador, segue-se para a próxima seção com as considerações finais.

## Considerações finais

De acordo com o que foi exposto, buscou-se, por meio deste estudo, discutir e analisar as técnicas argumentativas presentes nas falas do personagem João Romão que visam defender suas teses. Objetivou-se, ainda, verificar como o narrador constrói o *ethos* do personagem João Romão, assim como identificar quais são as características do auditório a quem o orador visa atingir com seus argumentos.

Portanto, pelas discussões e o estudo das descrições fornecidas pelo autor, assim como a análise das falas dos personagens, pode-se concluir que o orador influencia o seu auditório a aderir às suas teses por meio da construção de uma imagem positiva, que visa contribuir com a força do seu dizer. Desta forma, o orador faz uso de diferentes técnicas argumentativas para adaptar-se ao seu alocutário.

Faz-se importante ressaltar que por meio da argumentação podemos estabelecer uma relação com o outro. Quanto mais consciência o orador possuir sobre tais técnicas, maior será seu impacto no interlocutor. Mesmo ao agir de forma antiética e apresentar argumentos falaciosos, o orador suscinta emoções e paixões em seu auditório que o impedem de analisar a veracidade das premissas que são apresentadas.

## Referências

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. et al. São Paulo: Contexto, 2018.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 103.ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2015.

GAMA, Raimundo Nascimento. **A UNIÃO ESTÁVEL DE BERTOLEZA E JOÃO ROMÃO EM O CORTIÇO**. Web artigos, 2013. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/a-uniao-estavel-de-bertoleza-e-joao-romao-em-o-cortico/114214. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.278**, de 10 de maio de 1996. Regula o § 3° do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/pl2686.htm#:~:text=DO%20CONCEITO-,Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acesso em: 28 jan. 2023

GONÇALVES, Emanuel Régis Gomes. **Morrer de pé para não viver de joelhos**: o suicídio de Bertoleza em O cortiço, de Aluísio Azevedo. Anuário de Literatura, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 149-159, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2019v24n1p149. Acesso em: 20 nov. 2022.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação – A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Keilla Vila Flor. MULHERES NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO: Uma análise da personagem Bertoleza, de O Cortiço de Aluísio Azevedo. 2018. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19720/1/2018_KeillaVilaFlorSantos_tcc.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

# TERRITÓRIO POLÍTICO: REFLEXÕES SOBRE O PROJETO-AÇÃO "MEU VOTO SERÁ FEMINISTA"

Raabe Bastos[76]
Gabriela Santos Alves[77]

**Resumo:** O artigo visa a análise, a partir de autorias ligadas à teoria feminista contemporânea e dos discursos, do projeto-ação "Meu voto será feminista" na promoção da paridade de gênero na política e na criação de ambiente que viabiliza memória a respeito de mulheres candidatas. Produzindo artigos jornalísticos, vídeos e variadas outras mídias para as redes sociais, o projeto protagoniza mulheres candidatas em suas interseccionalidades, pautando as que possuem uma representatividade real e efetiva, não elencando-as apenas por sua categoria de gênero, mas, antes, preocupando-se com consciência de classe, noções de privilégios e pautas relevantes para minorias. As ações do "Meu voto será feminista" contam também com a explanação de termos e feitos feministas, leis que tocam as vivências de mulheres e mapeamento das construções de discursos negativos sobre mulheres candidatas. O papel desempenhado nas comunicações do projeto visa o fomento da cultura de voto em mulheres para que haja a desconstrução de noções como a de que a política é realizada por e para homens, bem como explana realizações das mulheres que ocupam lugares públicos, sendo estímulo para que outras se coloquem em tais espaços, construindo identidades pautadas no rompimento do ideal de espaço privado como feminino e espaço público como masculino. Toda a mídia realizada por "Meu voto será feminista" perpassa questões quanto a legitimação de determinados discursos que se referem aos corpos de mulheres em seus espaços públicos e privados, de forma que se trata de um projeto-ação visando visibilidades e esclarecimentos quanto aos ambientes e corpos políticos. Portanto, a análise se dará a partir da cobertura do projeto-ação "Meu voto será feminista" das mulheres candidatas nas eleições de 2022.
**Palavras-chave:** mídia; memória; teoria feminista; mulheres candidatas; identidade.

## Espaço público e privado

A divisão sexual do trabalho é sustentada pela dicotomia entre público e privado, sendo o primeiro espaço reservado aos homens e o segundo às mulheres, de forma que o fazer político, de acordo com as normas patriarcais, não cabe à mulher, lhe sendo próprio o doméstico, os cuidados para com a sociedade e um lugar de imanência e quietude quanto a si e quanto ao mundo (FEDERICI, 2021). Houve a construção da noção de domesticidade da mulher como traço característico de si em função de características físicas, são legitimações que impõem papéis de gênero, hierarquizando relações e mantendo o controle sobre corpos para além do homem, assegurando o controle masculino em detrimento da

[76] Graduanda e bolsista, pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), de Iniciação Científica no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: raabebastos19@gmail.com. Vitória-ES
[77] Pós-doutora em Comunicação e Cultura (Eco/UFRJ). Professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades (UFES). E-mail: gabriela.alves@ufes.br. Vitória-ES.

autonomia feminina (BIROLI, 2014). Assim, tal separação gera, também, diferenças políticas no que se refere aos espaços e possibilidades das mulheres, vetando vivências da construção de si e do social.

O capitalismo institui um contrato social onde os homens ocupam a vida pública, econômica e política e às mulheres cabe a vida privada, revelando, também, um contrato sexual, dando aos homens privilégios e sequer garantindo direitos para as mulheres, estando o primeiro grupo com livre acesso ao público e o segundo logrado a desimportância social e econômica (FEDERICI, 2021). É o artifício utilizado para relacionar o masculino aos princípios universais, os garantindo espaços que lhe pareçam naturais, porém, enclausurando o feminino no privado, em justificativa de imanência nata das mulheres (Id., 2021). O modelo de convívio social que subordina mulheres as coloca em silenciamento e invisibilidade, de maneira a inviabilizar a elaboração das vivências, logrando a prisão de ideais por pertencerem à categoria feminina. A construção da mulher como sujeito é recente (PERROT, 2005), de modo que a noção antes imposta era a da submissão e impotência, onde deveria permanecer no espaço doméstico, imanente.

Segundo Simone de Beauvoir, 2019, ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher; frase que diz respeito às naturalizações que são impostas as experiências femininas, onde ideais são colocados como próprios da categoria de gênero, estabelecidos como naturais para que haja a uniformização de indivíduos de acordo unicamente com sua genitália. O estabelecimento da esfera privada como "natural" da mulher, em contraposição ao público, situada no âmbito político das relações de poder, constitui-se como uma forma de afastar os debates e as reflexões sobre as relações de poder da vida cotidiana, separando e hierarquizando para a negação da dimensão política das relações de trabalho e familiares (BIROLI, 2014), se trata da impossibilidade de percepção e reflexão a respeito dos controles que perpassam as vidas femininas.

A dualidade entre esfera pública e privada implica diferenças nas suas construções de fronteiras, determinando implicações diferenciadas nas vivências masculinas e femininas. Entender as definições que esta cisão gerou faz compreender a invisibilização das relações de poder exercidas no âmbito da vida familiar, assim como as violências sofridas por mulheres em suas vidas particulares e públicas. Essa dualidade está na base da hierarquização entre os sexos, preservando a esfera familiar como alheia ao interesse público, constituindo um dos mecanismos de reprodução da dominação masculina, enclausurando os corpos femininos a partir de um regime que impossibilita a mobilidade quanto ao público, reforçando por diversos meios que o espaço da mulher é o doméstico (SAFFIOTI, 2013). Outro reflexo de tal dicotomia entre mulher/privado e homem/público, é o silenciamento imposto ao feminino (SOLNIT, 2021), norma que vai contra a noção de público, pois impossibilita a expressão.

O tratamento assimétrico em relação aos gêneros historicamente marcado pelo patriarcado denota a perpetuação do padrão de poder masculino, passando a se expressar em diversos âmbitos sociais, possuindo o artifício de se refazer de acordo com cada povo e época, sempre mantendo o poderio masculino. Os argumentos que visam legitimar tal separação passam pela divisão sexual, de maneira que determinados padrões são instituídos para cada indivíduo. Portanto, as concepções de espaço público e privado foram alicerçadas no regime de divisão sexual que exerce violência físicas e simbólicas em relação às mulheres.

A marginalização do feminino no espaço público impede sua participação na política, pois as formulações para manter a dicotomia que estabelece público como masculino e privado como feminino trabalha na renovação de tal claustro, acentuando assimetrias entre os gêneros (PERROT, 2005). A consequência dessa atribuição prévia de papéis sociais em função do sexo é a dependência das mulheres em relação aos homens, no campo econômico, político e social.

**A mulher na política: representação e discursos**

A assimetria em relação à ocupação de mulheres e homens na política brasileira se trata da desconsideração de seus corpos e demandas. A dinâmica da atividade política, práticas e funcionamento de partidos, linguagens e valores políticos reconhecidos são feitos, baseados em modelos idealizados como masculinos, de maneira que a exclusão feminina é institucionalizada, se tratando do que tem sido a política até então (BIROLI, 2014). Os efeitos causados por tal estratégia patriarcal são evidentes: A *InterParliamentary Union* realizou uma pesquisa sobre a quantidade de mulheres na política; em fevereiro de 2022, o Brasil encontrava-se na 145ª posição, dentre 186 países analisados. A representatividade feminina, no Poder Executivo, alcança somente 3,7% nos estados e 11,8% nos municípios. No Poder Legislativo, são 17,3% de mulheres no Senado, 15% na Câmara dos Deputados e 16% nas Câmaras de Vereadores.

A sub-representação das mulheres na política brasileira se trata do ideal cultural de que o espaço reservado às mulheres é o da servidão em relação ao homem, de forma que os atravessamentos vividos pela sociedade brasileira em relação a pouca presença feminina nos cargos do Executivo e do Legislativo são históricos, possuindo raízes nas noções patriarcais fundadas na dicotomia mulher/privado e homem/público, cabendo o primeiro servir ao segundo devido aos seus níveis de importância estabelecidos nos ideais do patriarcado (FEDERICI, 2021).

Mesmo com a criação de leis de cotas que estabelecem um percentual mínimo para a participação de mulheres nas candidaturas dos partidos, as objeções permaneceram, por várias razões: as legendas não obedecem à lei; ou colocam uma mulher apenas para ocupar a cota, onde ela sequer faz campanha, não concorrendo ao cargo realmente, não tendo acesso às verbas de campanhas. A grande batalha da mulher é ainda a ocupação de espaços de poder, pois sempre foram impossibilitadas de estarem em tais locais (PERROT, 2005).

A dominação de gênero na política estabelece limites aos corpos femininos quanto sua ação em tal ambiente. Excluídas do poder público, portanto incapazes de articulação quanto a ele, as mulheres estão sob leis que vão contra seus direitos e demandas, tal problemática em relação à representatividade é resultado de séculos de mecanismos que as excluem e impossibilitam de se mobilizarem quanto a hierarquia de gênero, são anos de educação social que vincula o homem a política e a mulher a casa (FEDERICI, 2021). É a subordinação da construção social da mulher, perpassando como estatutos de como devem agir e como são vistas em sociedade.

A pouca participação de mulheres na política também é reflexo dos discursos a respeito de tal categoria, onde, quando se coloca como pública e decide candidatar-se, recebe críticas que envolve desde sua psique até suas vestimentas e modos de agir, se tratando de

vetos que se complementam com o único intuito de não permitir que o feminino esteja em um lugar cultura e historicamente reservado aos homens.

A estruturação social que visa o aprisionamento feminino na impossibilidade de mobilidade quanto ao público, a intelectualidade e autonomia cria representações simbólicas da mulher, configurando pensamentos e ações em prol do privilégio masculino em detrimento do feminino. Trata-se da intencionalidade de formação de mecanismos de controle social, onde a produção de espaço e memória apenas para o masculino se torna poder (FOUCAULT, 2016). Assim, não é possível que exista democracia genuína e/ou igualdade de direitos, pois há hierarquização de indivíduos.

**Projeto-ação "meu voto será feminista"**

Há mais de quatro anos, o projeto-ação "Meu voto será feminista" tem a finalidade de eleger mulheres plurais para os poderes executivos e legislativos, protagonizando mulheres em suas mais diversas vivências, reconhecendo a interseccionalidade presente nas vidas femininas brasileiras (MEU VOTO SERÁ FEMINISTA, 2022) (Figura 1). A iniciativa propõe um Mosaico de cada ano eleitoral, onde as candidatas são expostas de acordo com seu estado, contando sua trajetória e suas intenções enquanto políticas, igualmente, veiculando suas demandas e mostrando a importância de debates que não alcançam a grande mídia ou a discussão popular com facilidade por conta dos vetos exercidos pelo patriarcado quando a respeito de vivências femininas. As promoções da paridade de gênero na política são feitas também em encontros e congressos promovidos pelo projeto-ação juntamente com outras organizações que igualmente visam maior espaço para o feminino nas cadeiras do Executivo e do Legislativo (Figura 2).

Figura 1: Mapa, Meu voto será feminista, 2022.

Figura 2: Campanha feminista, Meu voto será feminista, 2022.

A principal função do projeto se trata da disseminação do que chama de voto feminista, sendo uma ação consciente com a intenção de democratizar espaços públicos da política brasileira, promovendo uma maior participação das mulheres. "Meu voto será feminista" tem trabalhado em prol de governanças que digam a respeito da pluralidade de vivências do Brasil, assim como pela atenção as demandas que raramente são colocadas em pauta e tratadas com devida relevância, já que dizem para corpos além do masculino cisgênero e heteronormativo, incluindo mulheres e LGBTQIA+. O projeto efetiva um contradiscurso ao que é erroneamente veiculado a respeito de mulheres candidatas para que estas possam ter seus projetos políticos em maior difusão, levando em conta que mulheres e homens não possuem o mesmo espaço nem mesmo em seus partidos políticos, estando elas raramente à frente (Figura 3).

Figura 3: Mosaico feminista, Meu voto será feminista, 2022.

No site, existem mapas onde, em períodos de eleições, quem navega pode clicar em regiões ou estados e conhecer as mulheres que estão candidatas. O espaço possui fotos das candidatas, pequena biografia, validade de suas propostas políticas e importância daquelas candidaturas no cenário brasileiro, visto que este há muito é ocupado quase que inteiramente por homens, possuindo caráter masculino nos mais diversos locais públicos.

Nas eleições de 2022, foram divulgadas 252 mulheres de todas as Unidades Federativas do Brasil, todas elas possuindo uma representatividade efetiva em suas propostas políticas, abarcando projetos e demandas sociais importantes para seus respectivos estados. Destas, apenas 25 foram eleitas (MEU VOTO SERÁ FEMINISTA, 2022). Depois das eleições, o mapa mostra as candidatas eleitas em cada estado, assim como dados da quantidade de votos que receberam, acompanhando ao longo dos anos os trabalhos exercidos por estas que estão em exercício.

As redes sociais do projeto contam com a divulgação de todas as ações feitas por "Meu voto será feminista", sejam estas realizadas de forma presencial ou online, protagonizando, também, campanhas como "#MeuvotoValeMuito",

"#PorUmSenadoFeminista" e "#ADemocraciaQueQueremos", veiculando fotos, vídeos e tirinhas que promovem conhecimentos a respeito da causa pela qual trabalham (Figura 4).

Figura 4: Parcerias redes, Meu voto será feminista, 2022.

O site também conta com um espaço onde compartilha matérias jornalísticas, artigos de opinião, entrevistas, debates, palestras, análises e encontros, todos pautando a importância das discussões de gênero, assim como sexualidade e identidade de gênero no que se refere às mulheres LBT. Trabalhando em diversas frentes, o "Meu voto será feminista" busca levar à sociedade brasileira maior conhecimento sobre as experiências femininas no país, dizendo não apenas de cargos políticos, mas do cotidiano de mulheres em suas mais diversas dificuldades e violências, sempre protagonizando mulheres em suas plurais demandas, reconhecendo a diversidade de processos que ocorrem nas variadas existências femininas. Trata-se, também, da explanação de que a categoria mulher não é homogênea, portanto, carente em diferentes contextos. A importância do projeto-ação diz sobre a ocupação de espaços no discurso e na política, abarcando o que é necessário para uma maior representatividade das mulheres, sendo de grande valia para os avanços feministas (figura 5).

Figura 5: Formulação política, Meu voto será feminista, 2022.

**Considerações finais**

O patriarcado historicamente produziu e cristalizou relações assimétricas, sobretudo violentas, de gênero. A história das mulheres é marcada por diversas interdições no que diz respeito às suas possibilidades enquanto sujeito, sendo, então, construída a noção de que a política não lhe seria própria, abarcando discursos que estabelecem papéis próprios dela, estando todos estes ligados ao doméstico (FEDERICI, 2021). Portanto, a desconstrução de opressões legitimadas ao longo dos séculos a respeito das vivências femininas é necessária em diversas frentes, sendo o projeto-ação "Meu voto será feminista" uma das maneiras pela qual diversas mulheres dizem sobre si elencando outras mulheres que estão disposta a enfrentarem o machismo estrutural produzido pelo patriarcado no ambiente político.

A percepção de imagens e discursos sobre as vivências femininas traz a apreensão da cristalização de figuras que desejam a naturalização de ideais a respeito de mulheres, determinando a noção que elas têm de si mesmas, invalidando qualquer outra forma de experimentação de vida. As determinações sociais que estabelecem quem e o que é permitido ou não no domínio patriarcal emprega "uma hierarquia que se transforma em realidade social" (BUTLER, 2021, p. 64). As mulheres são vetadas dos espaços políticos pois são ameaças a estes, estando eles construídos em lógica de hegemonia masculina patriarcal, lhe cabe a utilização da misoginia para que as relações de poder se perpetuem. As manifestações

dos efeitos pelos quais a disputa por poder, este referente ao simbólico e a memória, significam domínio social, controle de histórias e corpos que devem ser lembrados e os que devem ser esquecidos ou silenciados (BUTLER, 2021), representam a tentativa de manter sempre à margem da representação e da cidadania os corpos que não estão em consonância com o patriarcado.

Impossibilitar mulheres de alcançarem cargos políticos ou as menosprezar quando alcançam tal, se trata de violência que atinge não apenas as mulheres políticas, mas toda a categoria de gênero, pois viola o direito de todas quanto a representação política, assim como não permite um horizonte político onde haja paridade de gênero, antes, mantém o *status quo* onde homens são o centro do espaço público.

A iniciativa que gerou a criação do "Meu voto será feminista", possuindo canais e ações com as mais variadas informações a respeito de candidatas, é uma inovação potente para a explanação de pessoas e projetos que visam a paridade de gênero nos cargos eletivos do Executivo e do Legislativo, possuindo caráter democrático feminista em prol de maior representação de mulheres. O projeto-ação se coloca como agente social que reconhece a diversidade presente na categoria de gênero "mulher", elencando suas demandas de acordo com a interseccionalidade desse grupo que não é homogêneo, carecendo de devida atenção, sendo um combate à negação de lugares de poder para as mulheres.

**Referências**

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. Boitempo: São Paulo, 2021.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in Parliament**. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2022>.

**MEU VOTO SERÁ FEMNISTA**. 2022. Disponível em: <https://mosaico.meuvotoserafeminista.com.br/>.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Expressão popular: São Paulo, 2013.

SOLNIT, Rebecca. **Os homens explicam tudo para mim**. São Paulo: Cultrix, 2021.

# ENTRE MARGARIDAS E MARGINAIS: A HISTORICIDADE DO THRASH METAL (1980-1990)

Anandrey Cunha[78]

**Resumo:** O presente trabalho busca compreender historicamente a produção e o desenvolvimento do gênero musical conhecido como Thrash Metal, enquanto manifestação artística situada e popularizada na década de 1980, através da análise de produções do estilo. Parte-se do pressuposto de que toda produção artística reproduz, em algum grau, as condições que as mobilizaram. Mais especificamente, concebe-se aqui ainda que, na pós-modernidade, simultaneamente ao fato de que, ao mesmo tempo em que se evidenciam fragmentações e colapsos (HALL, 2005), cada vez mais os limites entre o global e o local diminuem e contribuem para um novo jeito de fazer e conceber arte, no qual produções de caráter local, relacionadas a determinados nichos ou grupos sociais conseguem, por via de estruturas diversas, popularizar-se a ponto de ultrapassarem os limites do tribal e internacionalizar-se, tornando-se, por exemplo, elementos de uma Cultura de Massa. Considerando os pressupostos acima, utiliza-se para esta discussão arcabouço teórico relacionado aos conceitos de Arte (COLI, 1992; HEIDEGGER, 1977; MARCUSE in LIMA, 2000;), Industria Cultural (SILVA, SILVA, 2009), Pós-modernidade (BERMAN, 2005;), como via para o estabelecimento de elos históricos entre a conjuntura sociopolítica e cultural ocidental das décadas finais do século XX com base em pesquisas bibliográficas (HOBSBAWM, 1995; 2013) e algumas produções populares dentro do estilo em questão. Observam-se aqui as características que delineiam tal estilo musical, enfocando principalmente sobre as letras de algumas canções produzidas por bandas tidas como referência do estilo referido dentro da década de 1980, buscando perceber laços que as conectem ao tempo de seu desenvolvimento ao mesmo tempo em que se considera que tais elementos contribuem tanto para a construção de sua identidade e para a do grupo que a absorve como elemento da sua própria imagem.
**Palavras-Chave:** Arte; Indústria Cultural; Pós-Modernidade; Thrash Metal.

O Thrash metal explode enquanto gênero musical no início da década de 1980, com destaque original na cena norte-americana de San Francisco. Pode ser conceituado como um subgênero do Heavy Metal, influenciado ainda por movimentos musicais como o Punk, o Rock progressivo e a *New Wave of the British Heavy Metal* (NWOBHM), de bandas como Iron Maiden, Diamond Head, Mercyful Fate e Venom (WEINSTEIN, 2000. p. 48-49). Dentro da cena americana merecem destaque, entre outras, Metallica, Megadeth, Slayer, Exodus, Testament, mas não se deve ignorar o surgimento de cenas fora dos Estados Unidos cuja produção também foi e ainda é importante, como a cena alemã, com bandas como Kreator, Sodom, Tankard, Exumer e Destruction, além de outras como Celtic Frost, Coroner (suíças), Voivod (canadense) e Sepultura (brasileira).

[78] Mestre em Ensino de História (PROFHISTORIA UESPI/UFRJ), Graduado em Licenciatura em História (UVA), professor efetivo da rede estadual de ensino do Ceará. E-mail: anandreycunha@hotmail.com.

Embora seja tido como uma versão mais acelerada do heavy metal (speed metal), postulam-se diferenciações tendo como base uma evolução do punk, que estaria a partir de então mais próximo do metal tanto musical quanto performaticamente, mantendo, porém, a tradicional crítica social. Neste aspecto, o Thrash pode ser pensado como um movimento chave na história do heavy metal por ter aberto portas para diversas inovações estilísticas (PHILLIPS, COGAN, 2009. p. 234).

Do ponto de vista musical, tratam-se de composições geralmente criadas e performadas por bandas cuja estrutura básica seja com duas guitarras, baixo, vocal e bateria, sendo que seu vocal é carregado de *drives*, sendo rasgada e agressiva. Suas músicas possuem andamento veloz, girando, em média, acima dos 150 bpm (batidas por minuto), e são marcadas pelo uso de técnicas como *palm-mutting* nas guitarras, além de pedais de distorção, baterias de bumbo duplo. Segundo Tom Leão (1997),

> Emprestando do punk a retórica de mudanças e as instrumentações aceleradas do death metal e também do hardcore americano, o Thrash metal foi o mais importante passo dado pelo heavy metal para sua evolução em quase 20 anos. Desde as bandas proto-metal que não se fazia tamanha faxina no gênero, que, em si, é um dos mais conservadores do universo rock e, por ser conservador, muda muito lentamente. (p. 159)

O desenvolvimento do Thrash metal pode ser pensado dentro de uma atitude revigorante dentro do Heavy metal, cuja base estivesse no retorno de uma postura mais agressiva, notoriamente rebelde, porém, distinta do universo punk pelo virtuosismo dos seus músicos, e em contraponto ao Glam metal, cuja estética colorida, chamativa e erotizada começava a se popularizar. Tal atitude pode ser compreendida como uma reforma estilística importante[79], interessada no retorno às bases do metal, da simplicidade nas performances ante as extravagâncias, da aproximação entre artistas e fãs e do enfoque sobre a realidade nas temáticas de suas composições ante temas fantásticos, heroicos, sobrenaturais ou dionisíacos. A rebeldia retorna como essência para o metal.

A referida mudança de atitude que emergiu com o Thrash metal não se limitou, como se pôde observar, nas letras das músicas. Aliás, reduzir o Thrash e o Heavy metal a simples movimentos musicais é ignorar diversos elementos que lhe dão sentido enquanto um conjunto complexo de valores, práticas e símbolos, ou seja, enquanto cultura. Do ponto de vista sociológico, é possível discutir o Thrash metal enquanto performance musical, que possui aspectos fisiológicos, emocionais, estéticos e cosmológicos particulares, que compõem padrões compartilhados entre um grupo de pessoas que os consome e os preserva sem distanciar-se completamente do modo de vida predominante socialmente.

> "O heavy metal não é somente um estilo musical. Ao longo de sua história, formaram-se nas cidades grupos que têm como causa de sua convivência a experiência do heavy metal. Na vivência da música organizou-se uma sociabilidade específica, formada por elementos próprios, como a vestimenta e cortes de cabelo. Este estilo espalhou-se pelas ruas e becos das cidades nos corpos

[79] Weinstein (2000, p. 49-50) inclusive compara a ascensão do Thrash metal com o movimento reformista iniciado por Lutero e Calvino, por exemplo, no século XVI, contra a Igreja Católica. Ambos estariam interessados em um retorno às origens para o desenvolvimento de novas práticas, melhores que as vigentes dentro de suas instituições, digamos.

> e discursos de seus apreciadores. Ele tornou-se uma conduta, e vale dizer, com regras". (CAMPOY, 2005, p. 37 e 38).

Portanto, seria mais correto enquadrar o Thrash, e o Heavy metal, de modo geral, como uma subcultura, posto que não são apenas produtos culturais enquadrados em determinados contextos de valorização, mas elementos centrais na criação de um modo de vida para seus adeptos, incluindo um certo estilo (WEINSTEIN, 2000. p. 97-98). Neste caso, enquanto gênero musical, é central no estabelecimento dos valores gerais da subcultura que nomeia, dando-lhe sentido e sendo instrumento de coesão entre seus participantes, para além de outros elementos como trajes, códigos, hábitos, entre outros.

Abrem-se espaços na sociedade moderna para a formação de identidade plurais que congregam no sujeito interconectado da modernidade os reflexos de suas experiências numerosas, em uma concepção relativamente nova que tende a não admitir isolamentos ou singularizações. De acordo com Stuart Hall,

> O sujeito [...] está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (2005. p. 12)

Inicialmente caracterizado como estilo musical que foge da tendência à padronização dos e da massificação do consumo, verifica-se agora em escala planetária. Os elementos da subcultura Thrasher se difundiram pelo globo ao longo das últimas décadas, permitindo que o referido estilo musical se popularizasse e ocupasse lugares de destaque dentro da indústria cultural contemporânea, mobilizando eventos, festivais, gravadoras, emissoras de rádio e plataformas de streaming e mídias diversas a dedicarem espaços para sua veiculação, gerando montantes notáveis de dinheiro anualmente. Cabe refletir sobre a arte em tempos de industrialização da cultura e massificação cultural é visualizar correlações entre interesses mercadológicos e fruições criativas cuja função primária não é lucrativa, mas subjetiva, atrelável aos interesses dos grupos que lhes depositavam sentidos para além dos musicais.

O Heavy metal só inicia sua consolidação no meio da cultura de massa quando começa, em um processo análogo ao ocorrido com o Rock no início da década de 1970, a ser alvo de uma estrutura específica de negócios relacionados aos seus produtos: enquanto o Rock e a *Pop Music* encontravam-se consolidadas no mercado musical neste período, grupos médios da sociedade norte americana passaram a produzir uma nova música, mais desapegada daquilo que era veiculado no *mainstream* e consumido massivamente, motivados pelos problemas econômicos da época nas principais nações industrializadas do planeta simultaneamente a processos de barateamento e simplificação da produção fonográfica (STRAW, 1984).

Neste sentido, a ausência de espaços próprios para o consumo e a produção em massa do Thrash, motivada, em muito, pela sua condição marginal imposta pelo tom de suas composições, atrelada a existência de uma pluralidade social caracteristicamente suburbana, teria dado condição para o surgimento de uma música marginalizada. A popularização deste

gênero só ocorreria, então, atrelada à formação de espaços para consumo especializadas, gravadoras independentes, *fanzines*, que eram quase inexistentes na cultura do Heavy metal no início dos anos 1970, e tiveram uma emergência somente na década seguinte. O surgimento de gravadoras independentes nos EUA durante os primeiros anos da década de 1980, como Megaforce Records (1982), Combat Records (1983) e Metal Blade Records (1981) são fortes indicativos dessa estrutura de produção fonográfica diretamente vinculada à subcultura em questão, paralelamente à existência de gigantes gravadoras como Universal, Warner, EMI, entre outras[80].

O interesse temático pelo protesto, então, deu inicialmente à cultura Thrasher o lugar do *underground*, entendido aqui como um espaço de produção e consumo marginalizado em relação às produções alinhadas aos interesses mercadológicos hegemônicos em determinado momento. Não se compreenda aqui o cenário underground como pior, ou desqualificado, em comparação como o *mainstream* musical. Tanto que diversas bandas preferiram manter-se em suas características originais, em um ato de resistência às imposições mercadológicas, produzindo às margens do grande sistema de produção de cultura de massa, a fim de preservar-se diante deste cenário. Esta posição estaria associada ainda a uma suposta função revolucionária da arte, em que ela, para sê-lo, não poderia jamais tornar-se parte de qualquer *establishment* (MARCUSE, p. 261)

Em torno desta posição, o interesse na permanência desta condição marginal pode ser observado como resistência ainda hoje notável a uma massificação "vendida" de sua cultura quanto mais se aproxima do mercado de mídias. Este movimento de aproximação ao mercado, como a quebra de uma convenção básica, é visto como arriscado, embora possa ser vital para a sobrevivência destes grupos musicais, cuja produção independente seria insustentável se mantida por muito tempo.

> "Em geral, a quebra das convenções existentes e suas manifestações na estrutura social e nos artefatos materiais aumenta o problema do artista e diminui a circulação de sua obra, por um lado, mas ao mesmo tempo aumenta sua liberdade de escolher alternativas não convencionais e de se afastar substancialmente da prática usual. Se isso é verdade, podemos entender qualquer obra como o produto de uma escolha entre a facilidade do convencional e o sucesso ou o problema do não-convencional e a falta de reconhecimento, procurando as experiências e elementos situacionais e estruturais que dispõem o artista numa ou noutra direção." (BECKER, 1976.p.217)

Por mais que, em sentido político, a música thrasher tenha um valor galvanizador frente aos protestos nelas expressos, A música extrema, ora contra cultural e *underground*, ascende aos espaços do *mainstream* ao lado de gêneros já consolidados naquele período, como a música Pop e as batidas eletrônicas, já mencionadas anteriormente. Evidencia-se o papel da Indústria cultural, marcado na disposição a uniformizar os comportamentos e hábitos de

[80] Quanto mais os trabalhos lançados pelos selos independentes se popularizaram, mais se preocuparam em aproximar-se delas, seja através do licenciamento internacional, por parte das *majors*, de artistas produzidos pelas indies, através de acordos de distribuição nacionais e internacionais, da aquisição de parte do controle das empresas com manutenção da administração original, ou simples incorporação pelas grandes gravadoras (HESMONDHALGH, 1996 apud VICENTE, 2002. p. 36).

consumo, tendo as grandes empresas de mídia como disseminadoras dessa estandardização dos valores e hábitos da população mundial[81].

> A pretensão da indústria cultural, desde seu início, foi a universalização do consumo. Mas isso implicou um rebaixamento da qualidade dos bens culturais para atender ao "gosto médio" das pessoas. Se antes a cultura era vista como instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento (embora restrita a determinados grupos), daí em diante ela passou a ser um produto a ser vendido (que deveria ser revertido em lucro para o produtor), tornando-se barata o suficiente para ser consumida por um público mais amplo. O barateamento e a democratização do acesso a certos bens culturais resultou na fabricação de *produtos* elaborados sob normas padronizadas, adaptadas ao mercado. Criaram-se então bens culturais simplificados, de consumo rápido, para um público que não tem tempo para "pensar" sobre tais produtos ou se debruçar lentamente sobre outros bens culturais. (SILVA; SILVA, 2009, p.226)

Coaduna-se aqui com Eric Hobsbawn quando afirma que

> "A indústria de discos, que fez fortunas com o ***rock,*** não o criou, e muito menos planejou, mas tomou-o de amadores e pequenos executantes de esquina que o descobriram. Não há dúvida de que o ***rock*** se corrompeu nesse processo. Via-se a "arte" (se esta era a palavra certa) vindo do solo, e não das flores excepcionais que dele brotavam. Além disso, como dizia o populismo partilhado pelo mercado e o radicalismo antielitista, o importante não era distinguir entre bom e ruim, elaborado e simples, mas no máximo entre o que atraia mais ou menos pessoas. Isso não deixava muito espaço para o clássico conceito das artes." (2013. p.496)

É dentro da lógica supracitada que as ideias de Indústria cultural e Cultura de massa vem a se tornar mais evidentes. A indústria cultural, por excelência, produz mercadorias voltadas para o consumo de um dado público; a arte coisificada, tornada mercadoria, é produzida dentro dos moldes da produção capitalista e de sua lógica mercadológica. A mercadoria "arte", à medida que é consumida, e tendo este consumo sendo facilitado pelo acesso quase sempre involuntário do consumidor ao produto de massa promovido especificamente pelos meios de comunicação modernos, cria novos públicos, se adapta a eles em prol do consumo, remodela-se, inova-se, busca atender demandas específicas em realidades diferentes. A arte "fetichiza-se", de acordo com o surgimento de uma revolucionaria indústria de diversão popular voltada para o mercado de massa (HOBSBAWM, 2013).

No sentido da globalização da produção da arte de acordo com o já posto sobre os efeitos da pós-modernidade e ainda considerando a Globalização como um desses efeitos, evidenciam-se paradoxos: a produção, que ganha seu sentido dentro do raciocínio convencionado no interior de um determinado grupo, dada uma determinada realidade,

[81] Esta aproximação com o *Mainstream*, vale ressaltar, embora marcante, estaria distante de uma posição hegemônica na indústria cultural. A primeira vez, por exemplo, em que a categoria "Melhor Performance de Hard Rock/Heavy Metal – vocal ou instrumental" aparece em uma premiação do Grammy Awards foi em 1989, ao lado de outras 75 categorias. Inclusive, naquela edição, houve memorável polêmica sobre os méritos do vencedor da categoria o trabalho da banda Jethro Tull, "Crest of a Knave", que venceu, entre outros gigantes do gênero, o quarto álbum da banda Metallica, o renomado "...And Justice For All". Esta situação obrigou a *National Academy of Recording Arts and Sciences*, organizadora da premiação, a criar no ano seguinte a separar a categoria em duas: Melhor Performance de Metal e Melhor Performance de Hard Rock, sendo esta última reorganizada em 2012.

começa a fazer "sucesso" justamente quando se distancia do micro espaço de sua produção e se adapta dentro de determinada demanda comercial.

Dentro do recorte temporal estabelecido para a realização desta pesquisa, torna-se possível realizar análises sobre o teor das produções de diversas bandas. Porém, a fim de sintetizar nosso trabalho, delimitou-se o olhar para os álbuns das quatro bandas mais populares do referido estilo musical – O Big Four (Anthrax, Megadeth, Metallica e Slayer). Foram analisados os álbuns a seguir e, ao longo do texto, se discorrerá acerca da abordagem de algumas produções, tidas pelo autor como representativas de notórios elementos temáticos do Thrash metal.

**Tabela 1: Álbuns produzidos pelo Big Four entre 1980 e 1989.**

| Anthrax | Megadeth | Metallica | Slayer |
|---|---|---|---|
| 1984 - Fistful of Metal<br>1985 - Spreading the Disease<br>1987 - Among the Living<br>1988 - State of Euphoria | 1985 - Killing Is My Business... and Business Is Good!<br>1986 - Peace Sells... but Who's Buying?<br>1988 - So Far, So Good... So What! | Kill 'Em All (1983)<br>Ride the Lightning (1984)<br>Master of Puppets (1986)<br>...And Justice for All (1988) | 1983 - Show No Mercy<br>1985 - Hell Awaits<br>1986 - Reign in Blood<br>1988 - South of Heaven |

Fonte: Wikipédia.

Uma percepção sobre a condição artística do estilo em questão condiz com o interesse no retrato de uma realidade. Neste sentido, a manifestação daquela linguagem artística evocaria o real, o político, como alvo, como objeto para a arte, desviando-se de um belo ilusório e aproximando-se de um belo catártico, engajado e autêntico, no qual a arte perde progressivamente seu simulacro de neutralidade ao passo que caminha para a direção da recusa, da repulsa e do protesto, quanto mais caminha em direção ao real, mudando mesmo o próprio sentido tradicional de arte.

Martin Heidegger (1977, p. 58-59) aponta para a existência de uma condição de arte, em que algo, uma coisa, ultrapassa o sentido da forma e adquire uma essência poética, capaz de dizer, enquanto expressão da linguagem, o indizível. Amplia-se aqui o leque da definição de arte para toda expressão entendida como manifestação poética humana sobre a realidade, independentemente de sua forma.

Howard Becker considera, em um aprofundamento da linha conceitual anterior, que a definição dos limites da arte parte de convenções sociais. Segundo ele, a linguagem artística "traz consigo uma estética, segundo a qual o que é convencional torna-se o padrão por meio do qual a beleza e a capacidade artística são julgadas." (BECKER, 2008. p. 215)

Considerando este ponto de vista, é possível conferir ao estatuto artístico uma condição histórica, variável, de acordo com as condições nas quais se organizam instituições sociais e valores culturais, a ponto de permitir a revisão de seus padrões e noções. Essa condição histórica ao mesmo tempo em que reposiciona o conceito de arte em uma condição fluida, dissolve discursos cientificistas e preconceitos enrijecidos em determinadas tradições.

> Os discursos sobre as artes parecem, com frequência (sic), ter a nostalgia do rigor científico, a vontade de atingir uma objetividade de análise que lhes garanta as conclusões. E na história do discurso, na história da crítica, na história da história da arte, constantemente encontramos esforços para atingir algumas bases sólidas sobre as quais se possa apoiar uma construção rigorosa. (COLI, 1992. p.24)

Deslocando nossos olhares para a produção artística na atualidade, e já reconhecendo-a como histórica, Herbert Marcuse contribui para o debate sobre o estatuto moderno da arte, afirmando que

> [...] a arte enquanto tal, não apenas seus vários estilos e formas, é um fenômeno histórico. E talvez a história esteja agora superando a arte e a arte, a história. A situação e a função histórica da arte estão mudando. O *real* e a *realidade* estão se tornando o domínio prospectivo da arte e a arte está se convertendo em técnica no sentido literal, "prático" do termo: fazendo e refazendo coisas, mais do que pintando quadros; experimentando a potencialidade das palavras e dos sons, mais do que escrevendo poemas ou compondo músicas. (MARCUSE, 269)

Embora Marcuse defenda uma arte que se dirija para o belo, porém um belo como expressão da necessidade de um novo sistema de vida, a arte adquire um sentido utópico, no qual pela crítica se deseja um novo. O horror, que não é aclamado, mas sim trazido aos olhos (ouvidos, no caso), é o alvo da crítica, denunciado e escancarado para aqueles que em algum momento evitaram vê-lo, por conivência ou ingenuidade, e é, ao mesmo tempo, entendido como recurso estético dentro de uma determinada coletividade que o valida enquanto recurso para comunicar sobre a realidade em questão.

É possível analisar o século XX, sobretudo em sua segunda metade, dentro de uma perspectiva interessada no rompimento com o passado, em busca da criação de um novo tempo, completamente novo, capaz de ultrapassar os dilemas antigos e abrir-se esperançosamente rumo à uma suposta prosperidade por vir (LE GOFF, ibidem. p. 220). Em um sentido mais amplo, cabe considerar que a modernidade, enquanto espaço temporal destas mudanças, trouxe ao ocidente novos desafios:

> "A modernidade [promove] uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. [...] O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, como a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, [...] sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento , que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades [...]. No século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se de "modernização". (BERMAN, 1988. p. 16)

O cenário generalizado de crise estabelecido naquela década seria motivo para uma postura indignada, cujas dores, mais que reprimidas, explodiriam em expressões enérgicas. Estas explosões são aspecto presente em diversas composições de Thrash metal, merecendo destaque aqui "Battery" da banda Metallica, do álbum Master of Puppets, de 1986, certificado

seis vezes com certificado de Platina pela RIAA (Recording Industry Association of America)[82].

*"Smashing through the boundaries*
*Lunacy has found me*
*Cannot stop the battery*
*Pounding out aggression*
*Turns into obsession*
*Cannot kill the battery*
*Cannot kill the family*
*Battery is found in me* […]"[83]

Neste trecho da canção, por exemplo, que faz alusão ao sentido de estar pilhado, dotado de uma energia descomunalmente violenta, observa-se uma insaciável sede de destruição, lunática, imparável, no eu-lírico da música, que foi por ela encontrado e não consegue fugir dela. A violência é temática também na canção "Harvester of Sorrow" (Metallica, 1988) e "Armed and Dangerous" (Anthrax, 1985).

Do ponto de vista econômico, o mundo do pós-guerra assistiu ainda a duas impactantes crises – a capitalista pós-1973 e a socialista, que teria seu ápice e fim em 1991 – que alavancaram graves problemas sociais em todo o planeta, como a desigualdade social, que aumentou nas "economias de mercado desenvolvidas", sobretudo desde que o ciclo de aumentos nas rendas reais a que as classes trabalhadoras teriam vivido logo antes teria chegado ao fim (HOBSBAWM, 1995. p.397).

Especificamente na década de 1980, observam-se os momentos finais da Guerra Fria: o caos no oriente médio e na América latina coexiste com a fragilização do leste europeu, espaço no qual torna-se evidente a contraposição ao intervencionismo imperialista norte-americano. As figuras políticas conservadoras de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, nos EUA e na Inglaterra, respectivamente ascenderiam como as grandes lideranças mundiais. Esta reviravolta no panorama político mundial deu forma a um cenário turbulento que permitiu à crítica das bandas de rock ir ainda mais além. A popularidade do estilo, adquirida pelos ecos comerciais da NWOBHM, inflamou o espírito indignado de uma juventude que se viu ainda mais perdida na busca pelo seu espaço no caos contemporâneo, e que fez da música extrema um canal para a expressão de sua ira, ideologicamente superficial, politicamente alargada – não teve um foco em especial; a vida na modernidade foi o alvo.

---

[82] A Associação Americana da Indústria de Gravação, criada em 1952, representa diversas gravadoras norte-americanas em prol do fortalecimento da vitalidade da indústria fonográfica em diversas frentes, seja no apoio às gravadoras, na valorização dos expoentes, na proteção dos direitos autorais, na regulamentação de políticas de controle de conteúdo parental. Inclusive, sobre este último, criado em 1985 a fim de rotular músicas com temáticas "imorais" com o selo Parental Advisory e entre outras medidas de censura. A polêmica acabou resumindo-se na utilização do selo, e o efeito acabou não sendo desejado, pois, como mostram imagens do documentário Get Thrashed: The History of the Thrash Metal (Rick Ernst. EUA: Saigon1515 Productions, 2006 Color, 100min), a marca da proibição acabou representando um estímulo a mais ao consumo por parte da juventude norte americana a estas mercadorias.

[83] "Esmagando através das fronteiras / A loucura me encontrou / Impossível parar a bateria / Expelindo agressão / Tornando-se obsessão / Impossível matar a bateria / Impossível matar a família / A bateria se encontra em mim". Tradução disponível em https://www.letras.mus.br/metallica/25949/traducao.html. Acesso em 29.01.2018

Torna-se possível traçar correlações entre o caos econômico das décadas finais do século passado e a destruição do estilo de vida ocidental capitalista, cujo solapamento colocou à prova diversas estruturas básicas da sociedade contemporânea.

> "A combinação de depressão com uma economia maciçamente projetada para expulsar a mão-de-obra humana criou uma acerba tensão que penetrou nas políticas das Décadas de Crise. [...] Foram tempos em que era provável que as pessoas, com os antigos estilos de vida já solapados e mesmo desmoronando [...] perdessem suas referências. Terá sido por acaso que "dos dez maiores assassinatos em massa da história americana [...] oito ocorreram desde 1980", tipicamente atos de homens brancos de meia-idade, em meados da casa dos trinta e quarenta, "após um prolongado período de solidão, frustração e raiva total", e muitas vezes precipitados por uma catástrofe em suas vidas, como perda de emprego ou divórcio?" (HOBSBAWM, 1995. p.405-406)

Tornou-se também elemento temático do Thrash metal assassinatos em massa e outras práticas hediondas, expressas em composições como "Piece by Piece" e "Criminally Insane" (Slayer, 1985), e "Good Mourning, Black Friday" (Megadeth, 1986), sobre a qual um trecho pode se observar em seguida, em que se evidenciara, pelo eu-lírico, um suposto prazer em causar sofrimento sordidamente sobre suas vítimas.

[…] *Their bodies convulse, in agony and pain*
*I mangle their faces, till no features remain*
*A blade for the butchering, I cut them to shreds*
*First take out the organs, then cut off the head*
*The remains of flesh now sop under my feet*
*One more bloody massacre*
*The murders' complete*
*I seek to dismember, a sadist fiend*
*And, blood baths are my way of getting clean*
*I lurk in the alleys, wait for the kill*
*I have no remorse for the blood that I spill*
*A merciless butcher who lives underground*
*I'm out to destroy you and, I will, cut you down*
*I see you, and I'm waiting, for black Friday* […][84]

Se as letras sobre violência conseguem destacar-se pela forma como tratam destes assuntos, evidenciando o lado de quem comete crimes, assim como letras sobre drogas mostram as reações destas no corpo de seus usuários, seja para o bem ou para o mal, as letras sobre guerras e política são verdadeiros manifestos de repúdio aos seus efeitos. A letra de "Skeletons in the Closet", da banda Anthrax, de 1987, é representativa da presença da guerra como temática central no estilo musical em questão.

[84] "[...] Eu mutilo seus rostos, até que não fique nenhum traço / Uma lâmina para o abate, eu os corto em pedaços / Primeiro tiro os órgãos, depois corto a cabeça / Os restos da carne agora ensopam debaixo de meus pés / Mais um massacre sangrento / Um assassinato completo / Eu procuro desmembrar, sou um sádico demônio / E, banho de sangue, é a maneira que eu me limpo / Eu me escondo nas vielas, esperando pela matança / Eu não tenho nenhum remorso pelo sangue que derramo / Um açougueiro impiedoso que vive nos subterrâneos / Estou aqui fora para te destruir e, eu vou, te estraçalhar / Eu vejo você, e estou esperando, pela sexta feira negra [...]". Tradução disponível em https://www.letras.mus.br/megadeth/106800/traducao.html. Acesso em 29.01.2023.

*All American, an evil game of extortion*
*A sick old man, and who would guess*
*He was once S.S*
*A deadly fascination, of a madman's solution*
*Six million dead, poison tales pollute his head*
*Tell me a story - Will ya, Will ya*
*A real good story, I won't leave till ya*
*Spill your guts old man*
*Leave out any secrets, Hiding in the*

*Any skeletons, and all your other sins*
*Any skeletons in the closet*
*Any skeletons, any misfortunes*
*Any skeletons, Hiding in the closet*
*Any skeletons, Any skeletons*
*In the closet* […][85]

Os horrores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também são abordados, inclusive, em outras composições dentro do recorte estabelecido, como "Angel of Death" (Slayer, 1986). Além disso, músicas como "Peace Sells" (Megadeth, 1986) e "For Whom the Bell Tolls" (Metallica, 1984) também são relevantes produções sobre guerras.

Considerando a sociedade global na metade final do séc. XX, sobretudo a partir dos anos 1970, a ascensão, no ocidente, de formas mais subjetivas de espiritualidade estaria atrelada a fragilidade da relação entre estado e religião, que abriu espaço para novas espiritualidades marginais altamente subjetivas e distantes de religiões institucionais. A instabilidade e a destruição das grandes metanarrativas da civilização ocidental, se assim observada, enfraqueceu também o catolicismo em sua forma tradicional, o que é notório ao observar-se que "a autoridade moral e material da Igreja sobre os fiéis desapareceu no buraco negro que se abriu entre suas regras de vida e moralidade e a realidade do comportamento de fins do século XX" (HOBSBAWM, 1995. p. 325).

Em torno desta conjuntura, é possível observar também na segunda metade do séc. XX uma grande fragilização dos arranjos familiares tradicionais, seja no sentido de instituições tradicionais como o matrimônio heterossexual ou mesmo da composição de núcleos familiares.

> "[...], na segunda metade do século XX, esses arranjos básicos e há muito existentes começaram a mudar com grande rapidez, pelo menos nos países ocidentais "desenvolvidos", embora de forma desigual mesmo dentro dessas regiões. Assim, na Inglaterra e no País de Gales — reconhecidamente um exemplo um tanto dramático —, em 1938 houve um divórcio para cada 58 casamentos (Mitchell, 1975, pp. 30-2), mas, em meados da década de 1980, a

[85] "Todos americano, um jogo mau de extorsão / Um velho doente, e quem adivinharia / Ele uma vez foi S.S / Um fascínio mortal, da solução de um alienado / Seis milhões de mortos, contos venenosos poluem sua mente / Conte-me uma história - Você vai? Você vai? / Uma história muito boa, eu não vou sair até que você /Derrame sua coragem, velho homem / Deixar de fora qualquer segredo, escondendo em / Quaisquer esqueletos, e todos os seus outros pecados /Quaisquer esqueletos no armário / Quaisquer esqueletos, quaisquer desgraças / Quaisquer esqueletos, esconderijo, no armário / Quaisquer esqueletos, quaisquer esqueletos / No armário [...]"
Tradução disponível em https://www.letras.mus.br/anthrax/104300/traducao.html. Acesso em 29.01.23

> proporção era de um divórcio para cada 2,2 casamentos ***(UN Statistical Yearbook,*** 1987). Além disso, podemos ver a aceleração dessa tendência nos desvairados anos 60. No fim da década de 1970, houve mais de dez divórcios para cada mil casais casados na Inglaterra e Gales, ou cinco vezes mais que em 1961." (HOBSBAWM, 1995. p.315)

Neste contexto, percebe-se paralelamente o desenvolvimento de movimentos cristãos carismáticos, católicos e protestantes, enquanto em outros espaços do planeta desenvolviam-se outras formas alternativas de práxis religiosas, como os movimentos fundamentalistas islâmicos e judaicos – movimentos que podem, inclusive, ser vistos como antimodernos. o crescimento do neopentecostalismo, vertente do cristianismo cujas expressões trataram-se de novas formas cristãs de vivência religiosa, fortemente atreladas a práticas como declarações de vitória e prosperidade, cânticos triunfalistas, pela superação milagrosa de problemas atrelados a casamento, trabalho, doenças, etc., que encontrou larga aceitação[86] muito por conta do massivo uso dos artifícios da indústria cultural, já que se utilizou, por exemplo, da comercialização da música gospel, da apropriação e reserva de canais e horários televisivos entre os anos 70 e 80 para sua popularização. Paralelamente, também como resposta aos dilemas desse contexto caótico, o apelo a formas alternativas de religiosidade – como a bruxaria e a magia – também se evidencia, buscando, sobretudo, novas vias para o entendimento sobre a experiência de vida e a, talvez consequente, superação da realidade e suas agruras.

> "Quando a religião perdeu gradativamente a sua força, na medida em que diminuiu seu papel de garantir a ordem social e o fornecimento da educação e bem-estar, a espiritualidade começou a reviver. Mas o que renasceu não foi o mesmo que estivera no lugar antes do início do período moderno. Isso fora uma forma de espiritualidade preocupada com a obtenção do que pode ser chamado de "bens objetivos" e "propriedade externa". A tecnologia aperfeiçoada, a riqueza crescente e o desenvolvimento de uma sociedade pós-materialista agora originavam novas formas de espiritualidade mais interessadas em bens subjetivos e prosperidade interna. Era uma nova e personalizada forma de magia, cujo objetivo era encantar não o mundo, mas o eu." (WOODHEAD in SWAIN, 2010. p. 225)

Esses abalos foram absorvidos por uma geração que, dentro do que tais estruturas ofereciam, não viu no engajamento nem nas armas meios para a mudança, mas sim na música um caminho para externar sua indignação. Fazer-se ouvido, fazer ouvir, e ver, em um sentido performático para além dos sons, era o desejo de uma geração que nestes vinte anos se questionou, e que nas duas décadas seguintes sofreu mais profundamente os efeitos dos eventos na macroestrutura mundial.

Tais demonstrações de descrença e crítica são visíveis, por exemplo, nas faixas "Leper Messiah" (Metallica, 1986), "Antichrist" (1983) e "Jesus Saves" (1986) da banda Slayer. Observa-se também a exploração de temáticas associáveis a práticas marginais de espiritualidade, como a bruxaria, a magia negra, o satanismo. A música "The Conjuring" (Megadeth, 1988) é exemplo disso ao mostrar, em sua letra, a realização de um ritual satanista.

---

[86] Sugere-se aqui a leitura do trabalho de Orivaldo P. L. JUNIOR. Multiplicação sem milagre. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 8. nº 87, dezembro de 2012.

*"Welcome to out sanguinary sect of worship.*
*Feel at home in our black conventicle,*
*As we anathematise*
*All of those who oppose us.*
*Don't summon the devil,*
*Don't call the priests,*
*If you need the strength*
*The conjuring. Obey!!!"*[87]

Essa predileção pelo caos, ou por elementos caóticos como temáticas centrais para a produção musical do Thrash metal não representa, porém, uma apologia ao terror em sociedade, como se pode até imaginar. As composições em questão são exemplares de uma postura de rejeição a estes tantos problemas que assolavam, e assolam, fortemente, a sociedade ocidental, não somente nos EUA ou na Europa, mas em diversos espaços do planeta. Tanto é que este gênero musical se globaliza e permanece ocupando espaços importantes no *mainstream* e em redes de circulação alternativas, no *underground*, nas redes sociais e em plataformas diversas muito por conta da permanência dos problemas que lhes inspiram. Interessa-se então pela crítica, embora não se parta para uma mobilização organizada de enfrentamento direto aos problemas sociais que não seja pela via artística, geralmente, ou não se desvinculem tais produções, sobretudo das grandes bandas, das grandes marcas e dos processos comerciais inerentes à sua popularização e circulação como produto da indústria cultural contemporânea.

À despeito do interesse por temas mórbidos ou, pelo menos, sensíveis, a música Thrash debruçou-se ainda sobre sua própria condição rebelde, percebendo-a como elemento de distinção em meio ao caos social, libertador, enérgico, e mesmo alegre, onde a descarga da agressividade, da raiva, da tristeza, encontra espaço ideal e parceiros para tal. Merecem destaque composições como "Metal Thrashing Mad" (Anthrax, 1984), "Mechanix" (Megadeth, 1984) e "Whiplash" (Metallica, 1983). Esta última será observada em um fragmento a seguir:

*Late at night, all systems go*
*You've come to see the show*
*We do our best, you're the rest*
*You make it real, you know*

*There's a feeling deep inside that drives you fucking mad*
*A feeling of a hammerhead*
*You need it, oh, so bad*

*Adrenaline starts to flow*
*You're thrashing all around*
*Acting like a maniac*
*Whiplash*

*Bang your head against the stage*

[87] "Bem-vindo a nossa sanguinária seita de adoração / Sinta-se em casa na nossa reunião secreta e obscura / Enquanto nós amaldiçoamos / Todos aqueles que estão contra nós / Não invoque o demônio / Não chame os padres / Se você precisa do poder / A invocação. Obedeça!!!". Trad. Disponível em https://www.letras.mus.br/megadeth/25597/traducao.html. Acesso em 29.01.18

*Like you never did before*
*Make it ring, make it bleed*
*Make it really sore [...]*[88]

Percebe neste último recorte temático um apelo no qual valida-se um ponto anterior do texto, sobre a condição subcultural do Thrash, que ultrapassa os limites da música e evoca normas e hábitos aceitas internamente entre seus praticantes. A música citada anteriormente valoriza o "thrashing" como ação, atitude, não apenas estilo musical, mas estilo de vida, no qual se deve, em seu nome, viver experiências emocionantes, arriscadas, que dariam sentido, assim, a vida – ou, pelo menos, a um determinado estilo de vida – que se contraporia ao presente comum, do cotidiano maçante, triste, tedioso e intragável.

## Considerações finais

A escolha pelo caos não é despretensiosa. É nela que estes homens se situam no tempo e no espaço e expressam suas questões e as do seu tempo, entrelaçadas umas nas outras, ressignificando sua experiência de vida e usando a arte para manifestar sua indignação. E esta escolha agora conecta diretamente produto e contexto de produção, já que a idealização de um belo outrora já convivia com o horror, com o trágico, mas o eliminava das representações, silenciando-o, iludindo. A arte enquanto expressão das sensações e dos sentimentos humanos não se furta de sua condição de retrato da existência e se aproxima dos interesses daquela subcultura, sustentando-a, reproduzindo-a e disseminando-a.

Compreender os trabalhos deste gênero musical é perceber as expressões individuais de seus compositores e os laços que as identificam aos grupos envolvidos tanto no processo de produção como no de comercialização destas mídias, à medida que se entende aqui que estes produtos seriam filhos do contexto onde foram produzidos, estando nelas expressos, direta e/ou indiretamente. O Thrash, quando surge no início da década de 1980, é retrato fiel disso, já que transparece no seu som as dores de uma juventude em crise, filha de uma sociedade em declínio no interior de suas contradições, que usa da rebeldia de suas letras e suas performances para ser ouvida. O que acontece também, todavia, é a necessidade de atender aos custos e às necessidades econômicas do grupo, e para tal é necessário dar uma resposta ao mercado. Caso seja positiva, pode ser que se incorra na suposta corrupção de um determinado espírito original daquela coisa-arte, que lhe garantia sentido e aprovação entre seus consumidores, fãs e pares, o que pode render alcunhas como a de "vendidos" aos seus expoentes.

Observar a produção dessas músicas somente sobre a égide do pensamento global pode incutir na imersão desta prática cultural no mundo das culturas de massa. Vale ressaltar, contudo que, ainda que haja popularidade de algumas bandas (em caráter excepcional), todo o mundo artístico e a contextualização etnomusicológica por trás da realização destas músicas apropria-las de sentido absoluto quando inseridas dentro do espaço original de sua produção,

[88] "Tarde da noite, todos os sistemas ligados / Você veio para ver o show / Nós fazemos o nosso melhor, você faz o restante / Você torna real, você sabe / Há uma sensação aí dentro que te leva a loucura / Uma sensação que martela / Você precisa disso, oh, tanto / A adrenalina começa a fluir / Você começa a se debater por toda parte / Agindo como um louco / Efeito chicote / Bata sua cabeça contra o palco / Como você nunca fez antes / Faça ela tilintar, faça ela sangrar / Faça ela ficar realmente dolorida [...]". Tradução disponível em https://www.letras.mus.br/metallica/25910/traducao.html. Acesso em 29.01.23.

de maneira que sendo estas concebidas atreladas a determinados fenômenos ou eventos, só são satisfeitas caso inseridas no contexto social, político, econômico, local e global de sua época, o que é refletido dentro das letras e de toda o processo de concepção dessas obras, e ainda na relação entre autores, organizadores de eventos, divulgadores, produtores e público.

Um outro ponto sobre o qual este trabalho versa é sobre a historicidade destes trabalhos. É fato que tais produções, à medida que se inserem em um dado espaço, recebem influências dos eventos que nele se realizam ou nele respingam, dado o advento do mundo globalizado e das fronteiras reduzidas, que permitem que eventos ocorridos do outro lado do mundo afetem diretamente nossas vidas e ainda que reajamos a estes através das mais diversas formas de expressão. A música, enquanto expressão artística que, por conta do valor a ela agregado na pós-modernidade, ganhou dimensões para além do seu próprio mundo, alargando suas preocupações e intencionalidades, politizando-se e questionando o espaço de onde vem, reforçando outros gritos com novos, fazendo coro a vozes silenciadas pela História, posicionando-se de maneira rebelde como jamais a música pode fazer em outro instante da história humana. Hoje, com o advento das redes sociais, dos serviços transmissão via *Streaming* e de muitos outros fatores atrelados ao desenvolvimento tecnológico, a realidade da produção artística na atualidade é ainda mais conectada ao mundo global, de onde absorve características inerentes a ele e, simultaneamente, deixa suas marcas pelas vias mais diversas.

Por fim, reforça-se a necessidade de se pensar tais produções em uma perspectiva na qual o processo de construção destes elementos culturais, desde a concepção, à performance e os ecos desta, comerciais ou não, sejam percebidos como parte de um complexo sistema de interações sociais e históricas, de representações e sentidos compartilhados no interior do seu grupo de adeptos.

**Referências**

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Trad.: Maria Luiza X. de Borges. Rev.: Karina Kuschnir. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Uma teoria da Ação Coletiva**. Trad.: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés/Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das letras, 1986

CAMPOY, L. C. Esses Camaleões Vestidos de Noite: uma etnografia do underground heavy metal em Curitiba. **Revista Sociedade em Estudos**, v. 1, p. 37-54, 2005. Disponível em http://www.sociedadeemestudos.ufpr.br/anteriores/arquivos/Leonardo%20Carbonieri%20Campoy.pdf. Acesso em 24.08.2022

COLI, Jorge. **O que é Arte**. 15ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo – SP, 1995

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Trad.: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, *1990*. (Coleção Repertórios)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005
HEIDEGGER, M. **A Origem da obra de arte**. Lisboa: Edições 70, 1977

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). 2ª ed. Trad. Marcos Santarrita. Rev.: Maria Celia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Tempos Fraturados**: Cultura e sociedade no século XX. Trad. Berilo Vargas —1ª ed — São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

LEÃO, Tom. **Heavy metal**: guitarras em fúria. São Paulo: Editora 34, 1997.

MARCUSE, Herbert. A Arte na Sociedade Unidimensional. In: LIMA, Luis Costa (Org.). **Teoria da Cultura de Massa**. Trad. Luis Costa Lima. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. p. 259-272.

PHILLIPS, William; COGAN, Brian. **Encyclopedia of heavy metal music**. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 2009.

SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos.** 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2009.

STRAW, Will. Characterizing Rock Music Cultures: The Case of Heavy Metal. Canadian University Music Review / **Revue de musique des universités canadiennes**, n° 5, 1984, p. 104-122. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/1013933ar>. Acesso em 28.06.2016.

VICENTE, Eduardo. **Música e disco no Brasil**: a trajetória da indústria nas décadas de 80 e 90. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em https://repositorio.usp.br/item/001249819. Acesso em: 31.08.2022.

WEINSTEIN, Deena. **Heavy Metal**: The Music and its Culture. Cambridge: Da Capo Press, 2000.

WOODHEAD, L. Por que crescem os movimentos religiosos e espirituais? In: SWAIN, H. (org.). **Grandes questões da História**. Trad.: Geraldo G. Ferraz. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. p. 219-227.

# UM ESTUDO DA COBERTURA DOS DIREITOS HUMANOS NA ÍNDIA ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO ABSORVENDO O TABU: UMA PESQUISA SOBRE A POBREZA MENSTRUAL[89]

Adriane Stefany Oliveira Souza[90]
Jéssica Albuquerque Vieira Oliveira[91]

**Resumo: Introdução:** O presente estudo crítico, visa analisar a real eficácia dos direitos humanos dentro da Índia, fundamentado no documentário denominado *Absorvendo o Tabu*[92]. O documentário em análise discute os desafios vividos ordinalmente em uma pequena comunidade rural localizada próximo a Nova Delhi, e sua relação com a pobreza menstrual. Objetivo: A presente artigo científico tem seu escopo no debate pela temática contemporânea, complexa, atual, no que concerne à efetividade da dignidade menstrual sobre o olhar da tutela dos direitos humanos na Índia. **Materiais e métodos:** foi realizado um estudo de caso, a partir do documentário supramencionado, conglobado a uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de alcançar o objetivo da pesquisa[93], por meio das plataformas Scielo e Periódicos Capes, conjuntamente a doutrinas que discutem a presente temática. **Resultados:** Empreende-se por pobreza menstrual a privação ao acesso e uso a insumos mínimos, tal como materiais de higiene primordiais, insubstituíveis ao ciclo menstrual dos indivíduos que menstruam[94]. Depois da sanção da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada no ano de 2014, foi declarado como atribuição de saúde pública global o intitulado direito à higiene menstrual, essa passa a ser tutelada e protegida pelo status de direitos humanos. Dada a sensibilidade do tema, destaca-se que na Índia, a cada cinco meninas, objeto da pesquisa detalhada no documentário, uma necessita sair do seu ambiente escolar quando está no período menstrual. No ano de 2014, mais de 3 milhões de meninas não conseguiam as aulas de modo presencial. O estudo destaca que além da questão sanitária, questões psicológicas permeiam essa parcela da sociedade, visto que o medo é uma emoção vivenciada por estas meninas, somado ao sentimento de vergonha e possíveis chacotas dos colegas. Como consequência direta a abstenção das aulas é um reflexo por elas suportado. **Conclusão:** Partindo do estudo da produção analisada, constata-se que a escassez de recursos para manutenção da higiene menstrual, assim como a falta do apresto deste processo natural fisiológico nas pessoas que menstruam, alicerça desigualdade de gênero. Por efeito, estes indivíduos limitam-se a estar presentes em espaços sociais, como escolas, templos e etc.

[89] Agradecimentos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Centro Universitário FUNORTE. A estudante Adriane Stefany Oliveira Souza recebeu fomento para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.
[90] Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Funorte, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1894-8425,
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2267012449101153.
[91] Advogada; Especialista em Docência do Ensino Superior; Especialista em Direito Penal; Especialista em Gestão Pública com Ênfase em Políticas Públicas; Professora do Centro Universitário Funorte, ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0924-0839, Lattes: http://lattes.cnpq.br/9728298998748055.
[92] Produzido no ano de 2019, por Rayka Zehtabchi, disponível na plataforma de *stream Netflix*.
[93] Conforme Gil (2018).
[94] Utiliza-se o termo "pessoas que menstruam", porque além das mulheres e meninas, homens transexuais e pessoas não binárias podem menstruar, informa.

Contraproducente a um dos objetivos dos direitos humanos, a igualdade social, tendo assim gargalos na sua eficácia nas nações em desenvolvimento, como a Índia.
**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Absorvendo o tabu; Índia; Pobreza Menstrual.

## Introdução

A escolha da temática em apreço é fruto da importância da discussão de uma realidade por vezes esquecida, a pobreza menstrual, este tema não está no cenário das discussões hodiernas, mesmo sendo algo presente na vida das pessoas que menstruam.

O estudo da relevância desse objeto deveria ser algo mais próximo dos debates sociais, uma vez que abordar essas fragilidades fruto da disparidade capitalista gera reflexos imensuráveis cotidianos. Não só nas pessoas que vivem o ciclo menstrual, como naquelas que indiretamente são por ele abalados.

O objetivo geral deste artigo, foi intensificado após o estudo crítico do documentário *Absorvendo o Tabu*, corroborado aos números e ações realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas organizações subsidiárias, no combate a pobreza menstrual, que atuam diretamente na mitigação da desigualdade frente às estruturas capitalistas de poder, que oprimem as pessoas que menstruam, ao não ofertar informações e insumos básicos para o problema social e de saúde pública denominado pobreza menstrual.

A pesquisa realizada só foi possível com o apoio de procedimentos metodológicos adequados, que permitiram a aproximação ao objeto de estudo, neste caso a análise da pobreza menstrual a partir do documentário *Absorvendo o Tabu*, o que caracteriza um estudo de caso. Para a elaboração do referencial teórico, o método de procedimento adotado foi a pesquisa bibliográfica documental.

## Direitos Humanos: O fundamento negligenciado nos sistema que visa capital

Iniciar diálogos sobre a temática, perpassa os estudos iniciais dos Direitos Humanos, e não há nada mais plausível para o *start* na discussão que repensar o contexto atual, sobre o viés do pleno desenvolvimento dos indivíduos. Nesse sentido, alude Melo:

> A sociedade humana, onde ainda prevalece a ideologia patriarcal (que estabelece a supremacia masculina) tem ainda impedido de todas as formas o pleno desenvolvimento das mulheres, discriminando-as de diferentes maneiras (MELO, 2004, p. 16).

Dentro desse estudo, visando a coletividade tipicamente patriarcal, está configurada as arcaicas diferenças fundadas na disparidade de gênero que tem levado discussões desde a antiguidade até a presente data.

> No que se refere à discriminação fundada na diferença de sexo, a Declaração não vai e não pode ir além dessa enunciação genérica, já que se deve entender que, quando o texto fala de "indivíduos", refere-se indiferentemente a homens e mulheres. Mas, em 20 de dezembro de 1952, a Assembléia Geral aprovou uma Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, que —nos primeiros três artigos — prevê a não discriminação tanto em relação ao direito de votar e de ser

> votado quanto à possibilidade de acesso a todos os cargos públicos (BOBBIO, 2004, p. 20).

Tal fala, tão real e atualizada deixa clara a dificuldade do cumprimento dos princípios de direitos humanos, mais especificamente os relacionados às mulheres que deveriam ser os pilares dessa geração, visto que, são diretrizes indispensáveis em qualquer procedimento. Destarte, informa Piovesan:

> [...] discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade (PIOVESAN, 2021, p. 549).

Entende Martins (2019) que o princípio jurídico que é supremo, qual seja: a dignidade da pessoa humana é assim consagrado na esfera do Direito Internacional, assim como no âmbito do Direito Constitucional Brasileiro na segunda metade do século XX, logo esse conceito é recente, que sofre interferências por várias esferas, seja das múltiplas origens no domínio da religião, da filosofia e dos ideais políticos.

> Quando a Assembléia Geral da ONU, em sua última sessão, acolheu a proposta de que a Conferência Internacional dos Direitos do Homem, decidida na sessão do ano anterior, fosse realizada em Teerã na primavera de 1968, fazia votos de que a conferência assinalasse "um notável passo à frente na ação empreendida no sentido de encorajar e ampliar o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais"? Entende-se que a exigência do respeito" aos direitos humanos e às liberdades fundamentais nasce da convicção, partilhada universalmente, de que eles possuem fundamento: o problema do fundamento é ineludível. Mas, quando digo que o problema mais urgente que temos de enfrentar não é o problema do fundamento, mas o das garantias, quero dizer que consideramos o problema do fundamento não como inexistente, mas como — em certo sentido — resolvido, ou seja, como um problema com cuja solução já não devemos mais nos preocupar. Com efeito, pode-se dizer que o problema do fundamento dos direitos humanos teve sua solução atual na Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1848 (BOBBIO, 2004, p. 17).

As ações no campo internacional, geram reflexos no ordenamento jurídico pátrio, a repercussão mais clara é o texto constitucional vigente que possui em toda a sua essência uma busca real pela tutela dos direitos humanos, com o foco no cuidado com indivíduo para que ele seja visto como alguém que tem direito à atenção e respeito estatal.

> A Constituição Federal de 1988 é o marco do reingresso do Estado de Direito no nosso sistema jurídico, na medida em que constituiu o documento da transição democrática, com o consequente reconhecimento dos direitos humanos, sendo regularmente denominada Constituição Cidadã (CARVALHO, 2012, p. 20).

A presente pesquisa, se preocupa em problematizar a discriminação, acendendo alertas sobre a vivência da pessoas que menstrua, com enfoque na violação direta aos direitos humanos. Assim a ONU, vem constantemente apresentando estratégias de atuação com a

finalidade de eliminar atos discriminatórios, criando mecanismos que objetivam tutelar direitos básicos das mulheres e outras minorias e, cumulativamente, repelindo condutas que agem de modo oposto a elas.

> Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (conhecida também pela sigla de sua denominação em inglês, CEDAW) foi adotada pela Resolução n. 34/180 da Assembleia Geral da ONU, em 18 de dezembro de 1979, tendo em vista a persistente manutenção das discriminações contra a mulher. [...] Para tanto, comprometem-se, dentre outras medidas, a: consagrar em suas Constituições nacionais ou em outra legislação apropriada, o princípio da igualdade do homem e da mulher, assegurando outros meios apropriados à realização prática desse princípio; adotar medidas adequadas com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher; garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação; abster-se praticar qualquer ato de discriminação contra a mulher e, finalmente, tomar medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa (art. 2º, novamente, há menção à aplicação dos direitos humanos nas relações entre particulares) (RAMOS, 2017, p 186-187).

Falar de políticas que atuam pró mulheres é algo recente sob o olhar histórico da humanidade. Movimentos específicos, intitulados como feministas começaram a ganhar um espaço no século XX.

> Ao se levar em conta todo o curso da história, nota-se que apenas muito recentemente as mulheres conquistaram a maioria dos seus direitos em todo o mundo. [...] somente com o movimento feminista por direitos iguais, que ganhou força internacional a partir do século XX, mais precisamente na década de 70, que os direitos humanos das mulheres começaram a ser reivindicados com maior vigor em todo o mundo.Prova disso foi que em 1975 decidiu-se, por intermédio das Nações Unidas, que aquele seria o Ano Internacional da Mulher. Desde 1975, também por designação da ONU, instituiu-se o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher (MAZZUOLI, 2019, p. 269).

Diante o exposto, as reflexões feitas até o momento voltam nosso olhar sobre o viés social da minoria que menstrua, e a atuação histórica de movimentos que vão de encontro ao sistema patriarcal capitalista, estrutura essa criada para subsidiar os interesses de grupos sociais liderados pelo homem. A fim de mitigar os efeitos mencionados, organizações sociais buscam meios de divulgar a escassez da dignidade menstrual, e em contrapartida, pleiteiam o acesso à dignidade, a qual esses indivíduos mesmo tendo garantida de forma legal, não as tem de forma efetiva.

### *Absorvendo o Tabu: The Pad Project*

Uma forma de dar visibilidade para a violação aos direitos humanos das pessoas que menstruam, relacionado a pobreza menstrual, são ações em redes sociais, cartilhas, palestras, entrevistas e como é o caso em debate documentários (CORBELINO, 2022).

A precarização da higiene pessoal dos indivíduos menstruantes, afetados pelo sistema capitalista deixa evidente a necessidade de efetivas políticas para enfrentamento deste tabu

de saúde social. Na busca por esse enfrentamento o *The Pad Project*, trabalha a educação menstrual buscando apresentar as vivências da Índia, com o intuito de que esta não seja negligenciada pelos entes que deveriam garantir o acesso a higiene e a insumos daqueles que menstruam, no curso do documentário (JHA, 2014).

O enredo da obra documental tem o escopo de não apenas mostrar histórias de ficção e, sim, refletir os acontecimentos da vida real. Assim, versa sobre os entraves enfrentados em uma comunidade próxima a Nova Delhi, em face da pobreza menstrual. Seja na falta de conhecimento sobre esse processo fisiológico, a precariedade no manejo da higiene menstrual, bem como na não ocupação de espaços sociais. Relata sobre a ONG The Pad Project, projeto iniciado em 2013 por uma comunidade jovem de estudantes e educadores convencidos de que a menstruação é importante para todos. Visa não apenas distribuir produtos, mas empregar mulheres para administrar seus próprios negócios, fabricando e vendendo absorventes menstruais. O objetivo é garantir que todas as pessoas que menstruam possam frequentar a escola (NETFLIX, 2019).

No ano de 2013, um grupo de jovens estudantes ao lado de profissionais da educação iniciou o *Pad Project.* A finalidade era dar *start* no diálogo sobre a importância da menstruação, fruto deste debate surge no ano de 2019 um documento, vencedor do *Oscar* de Melhor Curta, que apresenta a realidade vivida pelas pessoas que menstruam naquele país. A proporção do documentário gera reflexos diretos na vivência daquelas (THE PAD PROJECT, 2019).

Como exemplo prático e de incentivo a ações reais que enfrentam a pobreza menstrual, surge o uso de máquinas de absorventes e os programas de absorventes de pano laváveis do *Pad Project* (THE PAD PROJECT, 2019). Através de um modelo de empresa social, neste mesmo sentido temos um outro documentário que analisa a má higiene menstrual, na Índia, denominado: *Menstrual Man*[95], do ano de 2013, que acompanha o Arunachalam Muruganantham[96] enquanto ele instala suas máquinas de absorventes em toda a Índia. Até o presente momento, em 18 meses ele já construiu 250 máquinas e tem levado as partes vulneráveis financeiramente da Índia. O que reafirma a necessidade de trazer as discussões sobre a precariedade na higiene e insumos para sua manutenção, neste país (VENEMA, 2014).

Tal ação gera reflexos econômicos e sociais na vida das pessoas que menstruam, podendo alcançar outras pessoas de modo indireto. Não se trata de uma simples distribuição de produtos, esses programas geram emprego, renda, para que estes possam gerir seus próprios negócios, criando e vendendo absorventes menstruais (THE PAD PROJECT, 2019).

## Sistema Capitalista X Pobreza Menstrual

No sistema capitalista temos a sociedade dividida em classes o que diretamente reflete a relação direta estrutural que deixa clara a disparidade entre riqueza (acumulação) e pobreza. Dentro deste sistema a pobreza apresenta com uma das suas explicações o viés de possui

[95] MENSTRUAL Man. Direção de Amit Virmani. Singapura: Prime Video, 2013. (52 min.).
[96] Empreendedor social de Coimbatore em Tamil Nadu , Índia. Inventor de uma máquina de fabricação de absorventes de baixo custo e é creditado por inovar os mecanismos de base para gerar conscientização sobre as práticas anti-higiênicas tradicionais em torno da menstruação na Índia rural.

uma indissociável discrepância dentro das classes sociais, que não se estabelecem como classes homogêneas (SIQUEIRA, 2011, online).

> Pobreza menstrual é um conceito que reúne em duas palavras um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, vivenciado por meninas e mulheres devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação. É recorrente o total desconhecimento do assunto ou, quando existe algum conhecimento, há a percepção de que este é um problema distante da realidade brasileira. Imagina-se que a pobreza menstrual atinja apenas países que, no senso comum, seriam muito pobres ou mais díspares em termos de desigualdade de gênero que o Brasil (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021, p. 5).

A partir das inferências apresentadas, partiremos do contexto da acumulação capitalista e seu direto reflexo na pobreza. De fato, o sistema capitalista é um claro modo de produção, em que a população produz e se reproduz na vertente social como no modo econômico. Nesse sentido, o sistema capitalista requer a produção e reprodução de relações sociais, com a fixação de duas classes distintas: os capitalistas e os proletários. Esses dois pólos antagônicos se classificam enquanto duas classes basilares que o representam o sistema que é tutelado pelo capital através da burguesia e do trabalho que é protagonizado pela figura do proletariado (YAZBEK, 2010; NETTO; BRAZ, 2012)

Após a contextualização histórica breve da terminologia pobreza dentro do sistema capitalista, é necessário delimitar o estudo para o foco da pesquisa no que se refere à pobreza menstrual. Trabalhar o cenário social da pobreza menstrual pressupõe considerarmos dois aspectos basilares que norteiam a existência deste fenômeno, que atuam de modo conjunto. Partindo do pressuposto que o aspecto é determinável pelo estigma social alicerçado em torno de todas as variáveis relacionadas ao corpo feminino, tendo como consequência uma estruturação que antecede o sistema capitalista, o patriarcado (SOUZA; SILVA, 2022).

A caracterização da pobreza menstrual consiste num elemento enfincado na sociedade, que engloba a real escassez de acesso a produtos basilares e adequados para a menstruação.

> Evidenciamos que a pobreza menstrual se mostra um fenômeno intrincado, que envolve imprescindivelmente falar sobre a falta de acesso a produtos fundamentais e adequados para a menstruação, como absorventes e papel higiênico. Mas também envolve questões estruturais, como a falta de acesso a banheiro e saneamento básico, ligado diretamente à questão do não acesso ao direito à cidade (SOUZA; SILVA, p. 40).

A estudiosa Tarzibachi (2017) em seu texto: Menstruar também é político apresenta as perspectivas da menstruação apresentando o viés político cultural realçando também a sua característica social. Conforme expõe a autora, os corpos menstruais são os que vivem o ato da menstruação de maneira vergonhosa, uma vez que esta, faria parte de uma política regulatória de gênero. Em sua análise, ela considera que via de regra o corpo menstrual na maioria dos casos seria aceito como um índice de fertilidade, assim como caracterizado como uma representação da vitalidade de um corpo.

Com a fragilidade que norteia a temática, é mister salientar que, na Índia, a cada cinco meninas uma precisa se ausentar do ambiente escolar durante o período menstrual. Em 2014, mais de 3 milhões de meninas não conseguiam comparecer às aulas. Em tempo, é preciso trazer a baila, que o medo e a insegurança são emoções experienciada por estas meninas, somada ao sentimento de vergonha e chacotas dos colegas. Atingindo de modo efetivo na ausência das aulas (VASHISHT, 2018).

## Considerações Finais

Após realização do estudo do objeto de pesquisa, vemos que a pobreza menstrual é uma modalidade de controle dos corpos, de modo mais específico daqueles que menstruam. Essa realidade alcança a esfera internacional, ao passo que as ações estatais para combatê-la ainda são ineficazes, ou em alguns casos inexistentes. A falta de discussão do tema em ambientes vastos, tais como, escolas, igrejas, comunidades, demonstra ainda mais a negligência de ações específicas de caráter público que devem ser combatidas de modo rápido e eficiente.

Mesmo com a negligência estatal, a busca no caráter privado para romper com as consequências da pobreza menstrual vem ganhando força e espaço mesmo que ainda singelo no cenário internacional. Como é o caso do documentário *Absorvendo o Tabu*.

## Referências

ABSORVENDO o Tabu. Direção de Rayka Zehtabchi. Estados Unidos: Netflix, 2019. (26 min.).

BOBBIO**,** Norberto; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. **A era dos direitos**. 7. tir. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORBELINO, José Ricardo Costa Marques. **A (má) influência da mídia na sociedade**. OABMT, Mato Grosso, 2022. Disponível em: https://www.oabmt.org.br/artigo/1653/a-(ma)-influencia-da-midia-na-sociedade. Acesso em: 21 mar. 2023.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; FUNDO DE POPULAÇÃO DAS
NAÇÕES UNIDAS. **Pobreza Menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direito. São Paulo; 2021. Disponível em:
https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

GIL Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **In: GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JHA, Rupa. **Me sentia suja - o tabu de menstruar na Índia.** BBC, Nova Déli, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141028_menstruacao_india_lab. Acesso em: 19 set. 2022.

MARTINS, Flávio Martins Alves Nunes Júnior. **Curso de direito constitucional**. 3. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

MELO, Mônica. O princípio da igualdade entre mulheres e homens e seu impacto no novo código civil brasileiro. **In: SÃO PAULO (ESTADO). Procuradoria Geral do Estado. Grupo de Trabalho de Direitos Humanos. Direitos humanos no cotidiano jurídico**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2004. 460 p. (Série Estudos n. 14). Disponível em: https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/Direitos%20Humanos.pdf**.** Acesso em: 4 mar. 2023.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Pobreza e serviço social:** diferentes concepções e compromissos políticos. 2011. 374f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/15877. Acesso em: 7 mar. 2023.

SOUZA, Elaine Pereira de; SILVA, Letícia de Oliveira. **Sangrar é político:** diálogos acerca da pobreza menstrual na vida de meninas pretas e pardas. 2022. Trabalho de Conclusão Curso (TCC) - Curso de Ciências Sociais - Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/216609. Acesso em: 09 mar. 2023.

TARZIBACHI, Eugenia. **Cosas de Mujeres:** Menstruación, Género y Poder. Sudamericana. 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7042827.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.

THE PAD PROJECT. **Media: Period End of Sentence.** Disponível em: https://thepadproject.org/period-end-of-sentence/. Acesso em: 21 mar. 2023.

VASHISHT, Aditi; PATHAK, Rambha; AGARWALLA, Rashmi; PATAVEGAR, Bilkish N.; PANDA, Meely. School absenteeism during menstruation amongst adolescent girls in Delhi, India. **Journal of Family and Community Medicine**, Al-Khobar, v. 25, n. 3, sep./dec., p. 163-168, 2018. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6130156/. Acesso em: 26 set. 2022.

VENEMA, Vibeke. **The Indian sanitary pad revolutionary.** BBC, Nova Déli, 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/news/magazine-26260978. Acesso em: 21 mar. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e Pobreza. **Rev. Katálysis**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010. Disponível em: 76 https://www.scielo.br/j/rk/a/n5fRj6CbctsZwBsnzvNyVpc/?lang=pt. Acesso em: 07 mar. 2023.

# SUPERENCARCERAMENTO FEMININO, SELETIVIDADE PENAL E MONITORAMENTO ELETRÔNICO: A LIBERDADE VIGIADA, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES ENQUANTO DISPOSITIVO TECNOPENAL À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS[97]

Lavinia Rico Wichinheski[98]

**Resumo:** No Brasil, entre os anos de 2000 a 2016, a taxa de apriosamento de mulheres teria representado um aumento de 656%, enquanto a população prisional masculina teria crescido apenas 293%. Nesta seara, vislumbra-se que o aumento do encarceramento feminino no Brasil possui relação direta com a institucionalização da desigualdade de gênero, ou seja, o estado promove um discurso excludente e punitivista em relação as mulheres. As mulheres presas representam em sua maioria a clientela do sistema prisional que é composta por jovens, negras, de baixo grau de escolaridade e mães solteiras. Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva avaliar o viés instrumental da monitoração eletrônica no âmbito jurídico-penal em relação ao enfrentamento do superencarceramento feminino no Brasil, à luz da efetivação da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), e da Resolução nº 412/2021 do Conselho Nacional de Justiça. Assim, o monitoramento eletrônico como uma ferramenta de substituição da pena privativa de liberdade e uma medida de ressocialização da mulher condenada encontra-se próximo de uma política penal de boas intenções, e portanto, é de suma importância observar quais são os limites de possibilidades do monitoramento eletrônico de mulheres como método de enfrentamento a seletividade punitiva brasileira, bem como, de humanização da execução penal. A presente pesquisa fora desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul - UNIJUI, possui concentração na área dos Fundamentos e Concretização do Direitos Humanos. A mesma é fruto de uma das integrantes do grupo de pesquisa Rede de Mediação Sanitária e Biopolitica e Direitos Humanos. Para o êxito na elaboração da temática contou com a orientação da professora Drª Rosane Teresinha Carvalho Porto e Co-orientação do Coordenador do Mestrado do mesmo programa Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth. A pesquisa será do tipo exploratória, com método de abordagem hipotético-dedutivo.

**Palavras-chaves:** Mulheres; Desigualdade; Sistema Prisional; Direitos Humanos; Monitoração Eletrônica.

## Introdução

O sistema penal brasileiro é alimentado pela negligência aos principais direitos e garantias das mulheres, e a consequência disso encontra-se no aumento estarrecedor dos índices de encarceramento feminino e do fenômeno da feminização da pobreza. O impacto do sistema penal tende a ser muito pior em relação às mulheres do que aos homens, uma vez que elas se encontram alojadas em estabelecimentos penais projetados exclusivamente, para

[97] Resultado Parcial da Pesquisa de Dissertação de Mestrado.

[98] Mestra em Direitos Humanos (2023) e bacharela em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (2020). Advogada Criminalista OAB/RS 130.323. Pesquisadora Criminal. E-mail: lavinia_rico@hotmail.com, lavinia.wichinheski@sou.unijui.edu.br.

abrigar indivíduos do sexo masculino. Sendo assim, as peculiaridades do feminino são colocadas diante do perecimento e do esquecimento, e as celas dos presídios femininos representam a triste realidade de mortos-vivos.

Nesse sentido, há uma urgente necessidade de investimento em políticas alternativas voltadas ao encarceramento em massa de mulheres em estabelecimentos prisionais, os quais não possuem as mínimas condições de proporcionar, ainda que minimamente, seus direitos, garantias e, acima de tudo, o reconhecimento e a promoção da dignidade da pessoa humana.

O monitoramento eletrônico como instrumento substitutivo da pena de privação de liberdade tem demonstrado ser uma das ferramentas de punição moderna mais próximas do tratamento humanitário e digno. No entanto, assim como qualquer instrumento de controle social, o monitoramento também possui muitas críticas; a virtualização da pena, se empregada de maneira incorreta, tende a ser um instrumento de discriminação e repressão da pessoa humana.

A pesquisa propõe-se a responder à seguinte problemática: quais são os limites e as possibilidades dos dispositivos de monitoramento eletrônico em relação à superpopulação carcerária feminina no sistema prisional brasileiro?

## Seletividade punitiva e encarceramento feminino: uma leitura sob a criminologia crítica

Quando se fala- sobre seletividade punitiva na perspectiva de gênero, aos homens são destinados espaços públicos, e às mulheres os espaços privados e de constante vigilância. As diferenças biológicas entre um homem e uma mulher atribuem a esses sujeitos papéis baseados no poder e na submissão. Para Soraia Mendes (2014, p. 157), a criminologia nasceu como um discurso de homens sobre mulheres, em que estas iriam aparecer apenas como uma variável e jamais como um sujeito – ao feminino, resta a definição de invisibilidade. Sob esse viés, a criminalidade está longe de ser um elemento pré-constituído, uma vez que ela é um processo que depende de inúmeras engrenagens capazes de selecionar quem entra ou não na esteira penal.

Soraia Mendes (2012) assevera que a negação da mulher na dimensão pública é um problema de função, uma vez que as mulheres "não entravam nos tribunais, não governavam, não ensinavam, não pregavam". Nesse sentido, "A palavra do juízo, do poder, da cultura, da cura e da salvação deviam manter-se masculinas. Os ordenamentos jurídicos e políticos excluíram a mulher do exercício jurídico ou do poder" (MENDES, 2012, p. 150).

Nessa perspectiva, Glaucia Starling Diniz (2006, p. 38) enfatiza que as mulheres são ensinadas a se sacrificar e a negligenciar suas necessidades para apoiar-se nas necessidades dos outros. Há o esquecimento de si, e o cuidado com o outro passa a ser uma marca evidente no comportamento das mulheres, principalmente quando o outro é uma figura masculina. A mulher encontra-se submetida ao controle da família, escola, trabalho e meios de comunicação, e o sistema penal funciona como uma ferramenta disciplinadora para manter esse

O ambiente prisional criado por homens e para homens, segundo Nana Queiroz (2016, p. 12), ignora as transgressões das mulheres, com a finalidade de controlar aquelas que ainda não se rebelaram contra o padrão de feminilidade pacífica, mantendo o discurso de que a violência faz parte unicamente da natureza do homem e não da mulher. Desse modo, "é

fácil esquecer que mulheres são mulheres sob a desculpa de que todos os criminosos devem ser tratados de maneira idêntica. Mas igualdade é desigual quando se esquecem das diferenças".

As desigualdades entre homens e mulheres repetem-se não apenas nas relações de trabalho e nas relações sociais, mas, também, no contexto criminal. Basta observar que, ao serem detidas no cárcere, é muito comum que sejam propostas às mulheres atividades ocupacionais voltadas exclusivamente a trabalhos manuais, como as de artesanato e costura, de modo a reforçar às prisioneiras um padrão de vida doméstica e de docilidade, enquanto aos homens são destinadas atividades que auxiliam no estímulo do desenvolvimento físico, intelectual e psíquico. Não se ouve falar sobre a existência desses espaços às mulheres justamente pelo fato de que não há pretensão alguma de que elas possam ter uma vida fora da prisão que não se baseie apenas no doméstico.

A segregação imposta às mulheres, tanto dentro do cárcere como fora, as prepara exclusivamente para o mundo doméstico, sendo assim, não lhes são oportunizados novos desafios nem um novo modelo de vida, pelo contrário, o que lhes resta são subempregos, cujo papel, muitas vezes, é o de guardar em casa e empacotar drogas ou, até mesmo, servir de "mula" aos seus companheiros. Ou seja, a conduta que levara a mulher ao cárcere volta a ser repetida por uma questão de subsistência.

Soraia Mendes (2012, p. 145) salienta que, em meados do século XIII, Aristóteles costumava definir as mulheres como homens incompletos, imperfeitos e por consequência, como seres irracionais e incapazes de governar suas paixões, uma vez que seriam frágeis, plasmáveis, e, acima de tudo, passionais. Ainda, seus corpos, por ser excessivamente úmidos, fazem com que elas vaguem continuamente em busca de novidades, portanto, tornam-se incapazes de ter opiniões estáveis.

A ideia de Aristóteles de corpo mole e instável é uma das primeiras ideias que justifica o fato de que a mulher deve ser guardada por natureza, ou seja, daí em diante já começa a cultura da custódia feminina, tornando-se logo uma palavra de ordem em que se delimita o que pode ou não ser feito para educar as mulheres de acordo com os bons costumes, através da vigilância e repressão. Ainda, com a cultura da custódia, as mulheres passaram "a ser guardadas e protegidas como um bem, escondidas como um tesouro frágil e valioso, vigiadas como um perigo sempre iminente, encerradas como um mal de outro modo inevitável", desse modo, "este conjunto de ações em relação a elas deveria ser praticado desde a infância até o fim de seus dias, fosse ela leiga ou religiosa" (MENDES, 2012, p. 145).

O poder punitivo delimita e demarca o espaço da mulher. A cultura da custódia desenvolve-se através dos homens e destina-se às mulheres – sua finalidade é reprimir, vigiar e prender.

As mulheres carregam consigo castigos ligados ao seu gênero e também ao encaixe de padrões historicamente institucionalizados. O envolvimento de mulheres em atividades criminosas é interpretado, até os dias atuais, como uma perversão à cultura patriarcal, portanto, as mulheres são duplamente reprovadas, primeiro por desviar-se do ser mulher socialmente imposto e segundo por ter cometido uma ilicitude penal.

Não restam dúvidas de que o cárcere e a lei penal operam com base na seletividade, na exclusão e na desigualdade, e a prisão das mulheres se dá não apenas pelo fator tipo penal, mas vai além disso: a prisão delas está inserida em elementos de cor de pele, etnia, condição social e divisão sexual. As relações do feminino no sistema prisional brasileiro expõem a

necessidade de uma maior promoção do acesso à Justiça das mulheres em ambientes escassos.

## A invisibilidade e o silêncio dos presídios femininos: o descompasso entre a dimensão programadora e a dimensão operacional do sistema penal

O aumento do encarceramento feminino é um fenômeno que vem sendo observado em todos os continentes, com base no relatório feito pelo *World Prision Brief (WPB)* em parceria com o *Institute for Criminal Policy Research (ICPR),* do qual foram coletados dados dos anos 2000 a 2017: cerca de 714 mil mulheres estariam alojadas em institutos penais distribuídos em diferentes países do globo terrestre (WPB, 2022).

A situação no Brasil é grave e, com isso, merece uma maior atenção. De acordo com a 2ª edição do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres (2018), entre os meses de dezembro do ano de 2015 e junho de 2016, o Brasil contabilizava uma população prisional feminina de 42.355 mulheres. Desse montante, 41.087 encontravam-se sob a custódia de sistemas penitenciários, e 1.268 encontravam-se em secretarias de segurança/carceragens de delegacias. Tais dados ultrapassaram as 27.029 vagas disponíveis naquela época, ocasionando, desse modo, um *déficit* de 15.326 vagas e uma taxa de ocupação de 156,7%, que representa 40,6 mulheres presas para cada 100 mil mulheres (INFOPEN, 2018, p. 10).

Sobre a natureza da prisão e o tipo de regime, constata-se que, no Brasil, no mês de junho de 2016, 45% da população prisional feminina era composta por mulheres presas sem condenação, o que significa dizer que muitas encontravam-se privadas de liberdade em caráter preventivo, enquanto no ano de 2014 o índice de mulheres presas sem condenação totalizava 30,1% da população prisional feminina. Com base nas diferentes Unidades da Federação, constata-se que nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí e Sergipe o número de mulheres privadas de liberdade sem condenação é muito maior em relação ao percentual de mulheres efetivamente condenadas, por exemplo, no Amazonas, 81% das mulheres presas ainda não teriam sido condenadas, ou seja, seis a cada dez mulheres (INFOPEN, 2018, p. 20).

Os índices acima expostos demonstram a preocupação do Estado em executar a pena sem a garantia de um devido processo legal. As instâncias formais de controle preocupam-se em privar a liberdade do sujeito sem ter minimamente o conhecimento sobre a verdade dos fatos e as peculiaridades de cada caso, sem levar em consideração que, de tal número, uma parcela é, sem dúvida, culpada, e outra inocente.

Ao adentrar o objeto desta pesquisa, que corresponde ao universo feminino encarcerado, é importante lembrar que as agressões e demais prerrogativas impostas à pessoa presa são reveladas através da manifestação da biopolítica e do biopoder, que possuem início no ambiente familiar com a figura do patriarcado masculino, ou seja, vigiar e punir a mulher encontram-se intrinsecamente ligados ao tecido social de encontro ao Estado.

Para Foucault (1979, p. 182), a microfísica do poder traduz-se na ideia de captar o poder em suas extremidades, ou seja, captá-lo nas suas formas e instituições mais regionais e locais. Nesse sentido, as mulheres encontram-se sob a égide do biopoder forte, viril e masculino que emana das principais instituições sociais, sejam elas seus lares, escolas, hospitais, trabalho e até mesmo sistema prisional.

O fato é que não há como escapar do biopoder, uma vez que este encontra-se bem inserido e forte nas principais raízes do tecido social. Por essa razão, a mulher encarcerada torna-se vítima da própria penalidade por razões de seu gênero, por ter cometido um crime, por estar sujeita às condições insalubres e precárias e por não atender às expectativas do gênero masculino.

No chão da cela, a violação sistemática dos direitos humanos das mulheres tende a ser ainda pior. As violações vão desde as precárias condições da garantia do direito à integridade física e moral, perpassando o direito à liberdade, direito à intimidade, maternidade e até mesmo afetam diretamente a convivência familiar. Portanto, o padrão mais próximo do chão da cela encontra-se longe dos pressupostos de dignidade da pessoa humana, no entanto, é próximo o bastante de um padrão institucionalizado de abandono e esquecimento.

Tem-se a pobreza menstrual como uma das principais violações dos direitos humanos das mulheres. Isso porque as precárias condições das unidades prisionais nem sequer possibilitam o acesso a protetores menstruais, tais como absorventes descartáveis. O que parece ser uma questão de pouca importância para o Estado torna-se logo um grave problema à saúde pública da mulher e evidencia ainda mais que as unidades prisionais brasileiras não estão preparadas para encarcerar mulheres de maneira digna (SOUSA, 2021, p. 83).

Negar direitos básicos, como o da higiene íntima da mulher, além de afetar os direitos humanos das mulheres, agrava a situação em que se encontra o cárcere.

Mas por que a pobreza menstrual está relacionada diretamente à dignidade da mulher? Uma vez que lhe são negados absorventes, água, banheiros e demais itens básicos de higiene nas unidades prisionais, em decorrência de um evento fisiológico da mulher, esta encontra-se diante da impotência e de situações de exclusão e vergonha, comprometendo diretamente a dignidade da pessoa humana (SOUSA, 2021, p.84)

O feminino inserido no cárcere representa uma grande problematização, dado que a maioria dos estabelecimentos prisionais corresponde a antigas prisões destinadas exclusivamente para abrigar pessoas do sexo masculino. Inclusive, em alguns casos, tais espaços foram originalmente arquitetados para abrigar pessoas com doenças psiquiátricas, ou seja, eram os manicômios judiciários.

A problematização do feminino no cárcere remonta à iminente negação dos direitos humanos mínimos para o existencialismo que, aliada a uma arquitetura masculina, à higiene duvidosa, às celas superlotadas, à indisponibilidade de exames clínicos e etc., inviabiliza a aplicação da Lei de Execução Penal e não possibilita um estrito cumprimento das disposições da Constituição Federal (SOUSA, 2021, p. 85).

O chão da cela de higiene duvidosa representa um ambiente hostil. A prisão, quando abriga o corpo feminino, revela-se um espaço disciplinador e discriminador.

## Necessidade de um novo tratamento político criminal às mulheres e os limites e as possibilidade da monitoração eletrônica

As prisões no Brasil são sinônimas da sistemática violação aos princípios da dignidade da pessoa humana, de restrição ao direito de acesso à Justiça e aos direitos sociais, tais como saúde, educação, trabalho e segurança. Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal reconheceu,

através da ADPF 347, o Estado de Coisas Inconstitucionais (MACÊDO; COUTINHO, 2021, p. 63).

No entanto, "Quando nos referimos aos presídios femininos, então, percebemos o quão mais profundas se tornam essas violações, pois as mulheres são postas em um sistema que foi projetado para — e a partir das — necessidades masculinas" (MACÊDO; COUTINHO, 2021, p. 63).

A afirmação acima referida é demonstrada com clareza uma vez que os dados extraídos do Relatório sobre Informações Penitenciárias demonstram que 75% dos estabelecimentos penitenciários são destinados exclusivamente ao sexo masculino, apenas 7% são destinados exclusivamente às mulheres, e cerca de 17% correspondem a estabelecimentos mistos (BRASIL, 2014)[99].

Ainda, segundo o Levantamento de Informações Penitenciárias, no ano de 2016, cerca de 19.223 mulheres encontravam-se privadas de liberdade sem julgamento, representando 45% da população prisional feminina, diferentemente de 2014, que apontava apenas 30,1%. Ainda, tais dados possuem tendência a aumentar, tendo em visto a ausência de informações sobre o número de mulheres em carceragem nas delegacias, fato esse que as coloca diante de uma grande lacuna no que diz respeito às medidas cautelares prévias à execução das penas no âmbito feminino (INFOPEN, 2018).

Sendo assim, entre os aspectos positivos da monitoração eletrônica, há de se falar sobre a importância de sua instrumentalidade no âmbito das medidas cautelares, de modo a auxiliar na redução do número de prisões sem a observância do devido processo legal, e consequentemente auxilio da redução de pessoas privadas de liberdade com caráter preventivo.

Conforme a Resolução nº 412, de 23 de agosto de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2021), a aplicação da medida de monitoramento eletrônico de pessoas requer que sejam respeitados alguns procedimentos, regras e convenções, entre eles, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, especialmente seus dispositivos que garantem o direito à integridade pessoal bem como à individualização da pena, com foco na readaptação social, vedando tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos – "Regras de Nelson Mandela" –, as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras – "Regras de Bangkok" – e as Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade – "Regras de Tóquio" (CNJ, 2021).

A resolução 412/2021 surge como um elemento essencial para a manutenção do sistema de monitoramento eletrônico. Em seus artigos e recomendações, é possível vislumbrar a propositura de uma política criminal humanitária e flexível quanto às peculiaridades de cada indivíduo, de modo a deslegitimar a universalização das normas com base em preceitos do reconhecimento das peculiaridades de cada ser, seja por questões relacionadas ao gênero, seja por limitações físicas e mentais. Nesse sentido, o monitoramento eletrônico de mulheres, ao seguir o dispositivo da resolução, encontra-se próximo da superação das principais lacunas sociais (CNJ, 2021).

---

[99] BRASIL. Levantamento Nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres – 1.ª ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2014, p. 15.

O monitoramento eletrônico representa uma ferramenta de substituição da pena privativa de liberdade e uma medida de ressocialização do indivíduo. À medida que respeitada a Resolução 412/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estará próximo de uma política penal com boas intenções. Portanto, as diretrizes do CNJ regulamentam que a monitoração eletrônica, embora seja benéfica em diversas circunstâncias, deve ser sempre substituída por medidas menos gravosas e deve respeitar o prazo máximo de noventa dias nos casos de prisões cautelares.

Por fim, o monitoramento eletrônico encontra-se ao mesmo tempo próximo e distante das penas privativas de liberdade em estabelecimentos prisionais, portanto, é de suma importância observar os limites e as possibilidades do referido dispositivo como método de enfrentamento à seletividade penal feminina brasileira.

Não obstante, se por um lado existem presídios sem condições suficientes para garantirem o mínimo existencial aos indivíduos que os compõem, e, por outro lado, há a possibilidade do uso de um dispositivo tecnopenal que visa lucrar sobre os corpos e ao mesmo tempo propor a ressocialização através da virtualização da pena, qual seria a opção mais viável para a resolução dos conflitos?

Acredita-se que a solução se encontra na implementação de medidas que tratem o direito penal como último recurso a ser utilizado, de modo a evitar que o monitoramento eletrônico se transforme em uma espécie de prisão a céu aberto. É importante ressaltar que o monitoramento eletrônico surge como uma ferramenta de expansão do direito penal tradicional; a sua tecnologia surge com o objetivo de impor o sofrimento como hipótese de retribuição às práticas delitivas, assim, à medida que a sociedade evolui, as tecnologias de controle se expandem através de um falso discurso humanitário.

Para que os dispositivos tecnopenais sejam utilizados como uma alternativa à pena privativa de liberdade e, por consequência, um meio eficaz no que diz respeito à redução do aumento desenfreado do encarceramento feminino e da sistemática violação dos direitos humanos, é de suma importância deixar claro que os mesmos não devem ser utilizados como uma mera extensão virtualizada do cárcere. É importante deixar claro que o monitoramento eletrônico também é um objeto tecnológico em prol dos sistemas de manutenção de poder, sendo assim, a tecnologia aplicada traz consigo o estigma e o preconceito, e por essa razão há uma urgente necessidade da utilização do referido dispositivo apenas como uma medida alternativa.

A tecnologia penal do monitoramento evidencia que a mera criação de uma política penal de boas intenções não é suficiente para combater algo que é reproduzido a partir de sua própria mecânica, uma vez que a punitividade é expandida, e as liberdades passam a ser cada vez mais individuais. Nessa perspectiva, o monitoramento eletrônico necessita de um aprimoramento e aproximação dos direitos humanos, pois a utilização da ferramenta em larga escala reproduz uma espécie de panóptico fora dos muros. Com o monitoramento eletrônico, o Estado exerce seu poder 24 horas por dia.

## Considerações finais

O Brasil compreende, hoje, o país com o maior índice de encarceramentos na América Latina e tem ocupado, desde 2015, a posição de país no mundo com a maior população prisional.

A mulher encarcerada representa uma espécie de fantasma social: são vidas em condições de negligência e abandono pelo Estado e pelas instituições familiares. Seus direitos são amplamente violados.

O cenário perverso do sistema prisional feminino brasileiro caracteriza um estado de exceção, configurando, desse modo, um espaço androcêntrico de cerceamento da liberdade e arquitetado para abranger exclusivamente o público masculino, pois são destinados às mulheres apenas os espaços domésticos.

A seletividade do encarceramento feminino advém de um sistema de justiça criminal classicista com políticas de banimento social, o que significa dizer que são destinadas às mulheres tarefas exclusivamente domésticas. Nessa seara, aquelas mulheres que ousarem, de alguma maneira, desviar-se dos padrões hegemônicos socialmente impostos serão consideradas desviantes da ordem social aceitável.

Entre os principais impactos do sistema de Justiça criminal sob a ótica feminina, cumpre salientar que, aliado ao histórico de desmerecimento e inferioridade, as mulheres encontram-se diante das mais variadas formas de violações dos direitos humanos. O Brasil confere aos presos um tratamento degradante, e ainda pior quando se trata de mulheres.

Durante a fase de execução penal, as violações ocorrem em decorrência do estado inconstitucional de coisas. O feminino no cárcere é submetido, muitas vezes, a um processo doloroso, desnecessário e degradante. O cenário é péssimo, e a falta de uma arquitetura adequada nos estabelecimentos prisionais coloca as mulheres diante de uma série de violações de direitos, portanto, ao ocupar espaços inadequados, passam a compor, também, o papel de vítima.

Entre as violações, a pobreza menstrual é vista como uma das principais, e essa é apenas a ponta do iceberg, pois o Estado tem pecado no que diz respeito à promoção de políticas públicas de saúde da mulher, evidenciando, que as unidades prisionais brasileiras não estão preparadas para atender e garantir as expectativas do gênero feminino.

O corpo feminino, inserido em instituições penais projetadas por homens e arquitetadas para homens, torna-se vítima da própria penalidade. As violações vão desde as precárias condições do direito à integridade física, moral intimidade, maternidade e convivência familiar.

O chão da cela representa um ambiente hostil, disciplinar e discriminatório. As grades que cercam as unidades prisionais femininas evidenciam a solidão e o abandono.

Em face desse contexto, o terceiro capítulo demonstra a necessidade de um novo tratamento político criminal às mulheres, sugerindo, desse modo, a utilização em larga escala de medidas alternativas à privação de liberdade do sujeito.

A presente pesquisa sugere a execução da pena através de dispositivos tecnopenais de monitoramento eletrônico como método de enfrentamento da sistemática violação dos direitos humanos das mulheres no âmbito da execução das penas como meio de possibilitar a observância dos direitos e garantias do sujeito, redução do encarceramento feminino bem como para promover a ressocialização das mulheres apenadas.

Para um possível enfrentamento à seletividade punitiva de mulheres, o Estado brasileiro deve retomar o ideário reabilitador da prisão, com o oferecimento de cursos profissionalizantes e até mesmo de alfabetização para a pessoa condenada, seja através da pena privativa de liberdade, seja pela prisão domiciliar com o uso de dispositivos de monitoramento eletrônico, uma vez que a população carcerária feminina é composta

majoritariamente por indivíduos que recorrem às ilegalidades como meio garantidor da subsistência humana. Nessa perspectiva, a promoção do acesso ao trabalho nas unidades prisionais, e para os sujeitos que cumprem pena domiciliar parece ser uma opção suficiente e adequada para a ressocialização da pessoa condenada, uma vez que possibilita que a pessoa saia da prisão já empregada e com renda garantida para sua subsistência fora do ambiente prisional, portanto, recorrer às ilegalidades como método de subsistência não fará mais parte de sua realidade.

## Referências

BRASIL. Ministério da Justiça**. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres, de julho de 2014**.

CNJ. **RESOLUÇÃO No 412, DE 23 DE AGOSTO DE 2021.**

DINIZ, Glaucia Ribeiro Starling; PONDAAG, Mirian Cássia Mendonça. **A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência.** In: DINIZ, Glaucia Ribeiro Starling et al (orgs.). **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais.** Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Soberania e disciplina**. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Infopen Mulheres. 2. edição. Brasília: Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional, 2018.

MACEDO, Priscila. COUTINHO, Lorena Melo**. Mães vigiadas: um estudo sobre a eficácia social da decisão do habeas corpus coletivo 143.641 concomitante à aplicação do monitoramento eletrônico no estado de Alagoas.** Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição | e-ISSN: 2526-0200 | Encontro Virtual | v. 7 | n. 1 | p. 61 – 81 | Jan/Jul. 2021.

MENDES, Soraia. **(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista.** Brasilia. 2012. Disponivel em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11867/1/2012_SoraiadaRosaMendes.pdf. Acesso em: 01 out 2022.

QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam.** 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SOUSA, Célia Regina Nilander de. O cárcere feminino brasileiro e seus aliados: abandono, violência simbólica e institucional. Doutorado em Filosofia do Direito. PUC-SP. 2021.

WPB, World Prision Brief. **Women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners**. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf. Acesso em: 02 jan. 2022.

# UMA LEITURA DA NARRATIVA *O SILÊNCIO DE JÚLIA,* DE PIERRE CORAN E MÉLANIE FLORIAN: O SABER E O DIREITO AO USO DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS

Gisele Ferreira Brito[100]
Prof. Drª. Solange Santana Guimarães Morais[101]

**Resumo:** A Literatura desperta a criatividade e consiste em uma área que possibilita um encontro com a arte em processo, ou seja, o envolvimento entre autor, leitor, espaços e ações presentes, suscitando reflexões. O ramo infantojuvenil resulta de adaptações para o alcance de leitores específicos e assume relevante papel na formação de leitores na infância, que, na fase adulta, revisitarão esses textos por meio de suas memórias e releituras, ressignificando-os. O objetivo deste estudo foi, por meio da leitura fenomenológica da obra *O silêncio de Júlia* (CORAN e FLORIAN, 2011), discutir noções diretamente relacionadas à surdez e ao direito ao uso da Libras, com vistas à inclusão. A narrativa apresenta um teor compreensível e interpretativo, pois foi possível identificar as concepções de surdez, bem como as categorias: surdez; amizade; diferença e deficiência; exclusão/inclusão; e identidade e direito. Para tanto, fundamentou-se em: *A Literatura infantil brasileira* (CADEMARTORI, 2010); *O que é Literatura Infantil,* (ZILBERMAN, 2005); A *ideia da fenomenologia* (HUSSERL, 1989); *A criança surda*, (GOLDFELD, 2002); *Educação de surdos* (QUADROS e KARNOPP, 2004); *A surdez: Um olhar sobre as diferenças* (SKLIAR, 1998); *Pensamento e Linguagem* (VYGOTSKY, 1987); *Libras: conhecimento além dos sinais* (CHOI et al, 2011); *Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas* (SANTANA, 2015), dentre outros. O procedimento metodológico caracteriza-se por pesquisa bibliográfica, qualitativa e fenomenológica. Dessa forma, foi perceptível questões atuais sobre a surdez e as dificuldades que as pessoas têm para manter a comunicação e o contato. Assim, a Libras é fundamental no processo de interação, socialização e inclusão de crianças surdas.
**Palavras-chave:** Literatura infantojuvenil; Libras; Surdez; Criança surda; Inclusão.

## Introdução

Este estudo apresenta um olhar sobre a surdez na obra infantojuvenil *O silêncio de Júlia*, a partir da qual a referida temática é analisada além dos aspectos clínicos, pois situa o outro enquanto sujeito sociocultural que sabe adaptar-se às mudanças do seu espaço e ressignifica os conhecimentos adquiridos em todo o processo de interação. Nesse contexto, a linguagem é entendida como uma atividade constitutiva de sentidos (FRANCHI, 1977, apud MARCUSCHI, 2008) que serve para o indivíduo materializar o seu pensamento, a partir

[100]Mestranda em Letras, área Teoria Literária, pela Universidade Estadual do Maranhão/UEMA; Bolsista pela Fundação de Amparo à pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão — FAPEMA; Graduada em Letras/Libras, pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA; Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão, UEMA. E-mail: giseli.ferreira.brito@hotmail.com.
[101]Doutora em Ciência da Literatura**,** pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ; Docente do Mestrado em Letras-PPGL/UEMA; Docente dos Cursos de Letras-CESC/UEMA; Editora da Revista de Letras Juçara-PPG/CESC/UEMA; Líder do NuPLiM/CNPq. E-mail: sogemorais@gmail.com

das suas interações com o outro, no meio social, sendo possível existir modalidades diferentes de comunicação, capazes de suprir as necessidades particulares, que se dão no discurso, nas ações estabelecidas.

Posto isso, o objetivo primordial deste artigo é analisar a surdez tematizada na literatura infantojuvenil, a partir do percurso narrativo do imaginário à realidade. Expandindo-se por temáticas relacionadas à surdez, contidas em *O silêncio de Júlia*, utiliza-se a abordagem fenomenológica, que consiste em interpretações de um objeto em estudo, ou seja, um olhar situado que pode transcender o óbvio (HUSSERL, 1989). A justificativa para o objeto de pesquisa se dá pela urgência em refletir sobre a criança surda no âmbito social e educacional, no processo de interação e troca de experiências, com vistas à inclusão.

Pensar sobre a criança surda, implica pensar na aquisição de conhecimento e na identidade, sendo esta pertinente à inclusão e aos direitos de uma língua a ser utilizada como meio de expressão e que é recorrente nas leis que asseguram direitos aos surdos. Assim, a problemática encontrada na obra literária em foco é o estereótipo que a sociedade contemporânea tem do sujeito surdo (desde a história da educação deste, no século XIX), o que demanda a compreensão da surdez como diferença e não como doença.

Para cumprir o que se propõe, o procedimento metodológico se deu por meio de pesquisa em fontes bibliográficas, em uma abordagem fenomenológica, pois consiste em interpretar trechos do diálogo entre as personagens Júlia, criança surda, e André, menino da cidade, ouvinte. Ambos, apesar de suas realidades diferentes, caracterizadas pelo espaço físico e pela modalidade de comunicação, aprenderam a compartilhar suas experiências singulares e a conviver juntos.

Este estudo fundamentou-se em teóricos que contemplam a literatura infantil, bem como fornecem consistente embasamento concernente à língua, linguagem e às especificidades das línguas de sinais. Nesse sentido, Cademartori (2010) discorre sobre a literatura infantil, dando importância aos textos literários como fonte de conhecimento para as crianças, que envolve um conjunto de características para o desenvolvimento cognitivo, linguístico, afetivo e social. Zilberman (2005), autora muito conhecida nos estudos das literaturas infantis, enfatiza a existência da criança em suas particularidades e, como ramo da literatura, estuda a infantojuvenil, caracterizando-a pela presença de fatos reais da vida, mas também, da ficção, dos contos, fantasias, manifestações culturais, do folclore, como símbolo do estilo literário.

Husserl (1989), foca nas ideias da fenomenologia, do ponto de vista transcendental, das possibilidades de sentidos que um objeto pode apresentar diante do olhar direcionado a ele para conferir-lhe sentido. Goldfeld (2002) discorre sobre a criança surda e suas formas peculiares de interpretar o mundo e as coisas.

Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais insere-se enquanto língua viva, capaz de produzir inúmeros enunciados (QUADROS e KARNOPP, 2004), sendo a surdez entendida sob a perspectiva da diferença, a partir da qual torna sua expressividade um direito (SKLIAR, 1998).

Há diversas correntes relativas à concepção de língua (MARCUSCHI, 2008), porém neste estudo optou-se pelo recorte desta como atividade social, constitutiva pelas ações do sujeito no contexto em que está inserido. Para tanto, analisa-se a obra de Pierre Coran e Mélanie Florian (2011), que trata sobre uma personagem surda e um personagem ouvinte, duas crianças com modalidades de comunicação diferentes: a primeira visual-espacial e a

segunda oral-auditivo, tendo como foco a manutenção da comunicação dentro do mesmo espaço.

O desencadeamento das ideias se dá no entendimento da literatura infantojuvenil sob o viés do imaginário à realidade; no olhar socioantropológico acerca da surdez, quanto ao uso da modalidade viso/espacial; e no estudo fenomenológico da narrativa *O silêncio de Júlia*, que analisa as categorias: amizade; surdez; diferença e deficiência; exclusão/inclusão; e identidade e direito.

Portanto, estudar a surdez dentro de uma narrativa literária consiste em partir do universo imaginário à realidade, a fim de compreender o agora. Espera-se que esta pesquisa possibilite refletir sobre novos caminhos para estudos cada vez mais amplos sobre o direito à aprendizagem e ao uso da Libras para a inclusão de crianças surdas.

## A literatura infantojuvenil sob o viés do imaginário à realidade

A Literatura, numa concepção ampla, consiste em despertar no indivíduo o imaginário e a criatividade. Quando a criança tem contato com o texto literário no ouvir, está desenvolvendo diversos aspectos importantes: a atenção, a linguagem e suas emoções, pois cria espaço para pensar, e este leva à construção de estórias transcendentais. Lígia Cademartori (2010, p. 63), afirma que a literatura na fase inicial da criança favorece uma "relação ativa entre falante e língua", entre um elo de "afetos e emoções". Em toda a fase da vida, a literatura faz parte do meio social e linguístico do indivíduo, pois impulsiona refletir sobre a realidade. Os fatos trágicos por meio dela podem ser escritos de forma criativa. Essa concepção se consolida no século XVIII, quando a criança e adolescentes são vistos dentro da sua fase existencial.

Direcionado a crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos, etapa em que há um leque de descobertas, esse ramo da literatura assume importância na fase de transição para a adolescência, possibilitando mudanças nas estratégias pedagógicas quanto ao uso do gênero e direcionando uma visão diferenciada do leitor, que surge como um sujeito mais crítico, imaginativo, investigativo, que busca entender o porquê das coisas. As estórias de encanto e magia manifestam hábitos pertencentes ao universo das crianças e adolescentes, levando-os a interpretar o mundo de forma autônoma e criativa, bem como a desenvolver argumentos na construção de opinião.

É sabido em toda a história do mundo da leitura que, para um indivíduo adquirir conhecimento e ser participante dos interesses da sociedade, os livros consistiam em uma fonte primordial para o alcance do saber, porém seguiam um padrão de ideias clássicas, modelos sociais repassados de forma não problemática, ou seja, que não levavam as crianças a questionarem sobre si e a realidade, pois o objetivo era obter conhecimento dos clássicos como estilo de vida dos adultos do século XVII. Contudo, houve um avanço no campo literário no final do século XIX e livros foram adaptados para o público infantojuvenil, visando estórias que fizessem parte da realidade dessa faixa etária. Tais produções tinham diversos autores, dentre os quais, Monteiro Lobato, Lajolo, Nelly Novaes Coelho e Regina Zilberman.

Zilberman descreve o processo de adaptações pelas quais esses livros passaram:

> O jeito então era apelar para uma das seguintes saídas: traduzir obras estrangeiras; adaptar para os pequenos leitores obras destinadas originalmente aos adultos; reciclar material escolar, já que os leitores que formavam o crescente público eram igualmente estudantes e habituavam-se a utilizar o livro didático; invocar a tradição popular confiando que as crianças gostariam de encontrar nos livros histórias parecidas àquelas que mães, amas de leite, escravas e ex- escravas contavam em voz alta, desde quando elas eram bem pequenas. (ZILBERMAN, 2005, p. 15 e 16).

As ideias pedagógicas oriundas do século XVIII, mudaram a visão de infância, dando abertura para a criança. Assim, as literaturas infantojuvenis abriram espaço para a reflexão e para a possibilidade interpretativa diante de uma obra, sobretudo, para a proximidade das crianças e adolescentes aos textos literários e, de certa forma, foi uma estratégia didática pertinente ao estudo do gênero em sala de aula.

Nesse contexto, a literatura infantojuvenil abrange uma diversidade de temáticas correlacionadas, de forma que autores têm liberdade para, por meio da fantasia, recriar a realidade e conduzir a reflexões importantes, como Pierre Coran e Mélanie Florian, que produziram uma obra sobre a surdez, organizando uma narrativa que tem como personagens uma menina surda e um menino ouvinte, intitulada *O silêncio de Júlia*. O gênero em foco conduz à reflexão, pois o leitor, ao apropriar-se do texto, desencadeia o pensamento crítico e a imaginação.

## A modalidade visoespacial da surdez sob um olhar socioantropológico

Acerca da educação de surdos, coexistem na sociedade duas principais visões: a patológica, a partir da qual entende-se que a falta da fala oralizada impede o desenvolvimento integral da criança, de forma que tratamentos terapêuticos consistem na maneira para que tal desenvolvimento possa ter início.

Vygotsky (1987), quando trata da importância da linguagem, menciona que esta regula as atividades psíquicas, favorecendo o desenvolvimento do sujeito, logo, a comunicação verbal é uma das características universais nas interações sociais, ainda que existam outros tipos de comunicação possíveis de serem usados. Tal concepção da surdez era mais efetiva quando ainda não havia muitas discussões voltadas a essa temática.

A outra visão é a socioantropológica, orientadora do estudo aqui proposto e que consiste em um conjunto de aspectos que caracterizam o surdo como sujeito social. Conforme Skliar (1998), essa perspectiva coloca o sujeito surdo como um ser bicultural, que faz uso de uma língua visual e que se comunica por meio da língua de sinais no processo de ensino-aprendizagem. Daniel Choi (2011, p. 20) apresenta o entendimento histórico da surdez "[...] como patologia, como deficiência, e o surdo, como diferente". Diferença no sentido desse sujeito ser social, capaz de fazer suas próprias escolhas e de discutir quaisquer assuntos por meio do uso da língua de sinais.

Para dialogar com esse pensamento, pondera-se que:

> A forma como a surdez é descrita está dialogicamente relacionada com essas normas, **a saber, normas sociais**. Por isso, fazer que a surdez passe de doença à diferença não é simples mudança de ponto de vista; para isso, é necessário estabelecer novas normas, o que não é imediato, já que implica **mudanças**

> **sociais** decorrentes da alteração dos padrões ao longo da história. É isto que alguns autores têm proposto: que a surdez passe de **condição patológica à condição de fenômeno social ou político-social**. (SANTANA, 2015, *grifo nosso*, p. 37).

Santana vincula aos aspectos clínicos, esses internalizados na sociedade, questões culturais, políticas e ideológicas. Se uma criança é impossibilitada de usar canais auditivos e de ouvir os sons do ambiente, é classificada como doente. Faz-se necessário entender que uma concepção estruturada na valorização, no reconhecimento e no respeito não se solidifica rapidamente, requer espaço para ser assimilada e, assim, quebrar a padronização construída ao longo do tempo.

Posto isso, insere-se a temática inclusão, voltada para a aceitação, por parte dos familiares e da sociedade em geral, e que também condiciona a identidade representativa da pessoa surda, visto que oferece experiências visuais no ato expressivo. Nessa perspectiva, a criança surda é constituída pelo que recebe do meio de convívio e desse compartilhamento desenvolve sua personalidade.

Marcia Goldfeld (2002, p. 95), em seu livro A *criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*, aponta algumas importâncias do espaço relacional:

> No cotidiano, a criança está vivenciando experiências, relacionando-se com a família e amigos. Essas trocas socioafetivas são de extrema importância para a criança e é com essas trocas e não propriamente o ensino formal que irá constituir-se enquanto sujeito, que adquirirá valores e significações para seus atos, assim como todas as outras crianças.

A interação é a chave para a formação do sujeito em todas as áreas do seu desenvolvimento, em uma visão sociointeracionista. A autora enfatiza que "as diferentes sociedades criam especificidades linguísticas diferentes, de acordo com suas necessidades" (GOLDFELD, 2002, p. 51). A criança surda, pertencente a uma comunidade em que a forma comunicacional é a modalidade visual e espacial, por exemplo, irá adquirir as características do seu meio e o *input* recebido contribuirá para a sua formação. Santana (2015, p. 52) afirma que "os surdos crescem segundo os valores, as crenças, os símbolos, os modos de agir e de pensar de um sistema socialmente instituído e em transformação".

Destarte, em *O silêncio de Júlia*, são descritos o espaço físico (um jardim) e o relacional, onde, a propósito, transcorre toda a narrativa, que tem como personagens um menino ouvinte chamado André e uma menina surda por nome Júlia, ambos com modalidades comunicativas distintas, o que causa um bloqueio comunicativo entre eles no primeiro contato.

Assim, destaca-se na narrativa as seguintes categorias de análise: amizade*;* surdez; diferença e deficiência; exclusão/inclusão; e identidade e direito, que foram selecionadas por meio de uma abordagem fenomenológica.

## Um estudo fenomenológico da narrativa *O silêncio de Júlia*

Estudar a literatura infantojuvenil *O silêncio de Júlia*, produzida pelo escritor belga Pierre Coran e ilustrada pela francesa Mélanie Florian, possibilita refletir sobre temáticas do cenário educacional, político e social que estão em pauta. Sob esse prisma, a fenomenologia

torna-se meio interpretativo, pois parte de um olhar subjetivo da relação entre o sujeito e o objeto.

Edmund Husserl, em seu livro *A ideia da fenomenologia* (1989, p. 23), pondera alguns aspectos dessa abordagem ao dizer que: "o método da crítica do conhecimento é a fenomenologia; a fenomenologia é a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento". A interpretação das coisas é dada a partir de como o objeto se manifesta na consciência do sujeito, que pode ser transcendental, fora do óbvio, que constrói o sentido através das inúmeras possibilidades encontradas ao observar e analisar o objeto. Assim, o contexto pode modificar o objeto na proporção em que o perceptível transcorre na análise.

Posto isso, destaca-se na supracitada narrativa, dois personagens principais, André e Júlia, e o tempo cronológico, marcado por semanas; o espaço físico, um jardim, ilustrado desde a capa do livro; e o clímax, observável no bloqueio de comunicação entre uma criança ouvinte, que não sabe a língua de sinais, e uma menina surda, que a utiliza.

Júlia soube que teria um novo vizinho e se prepara para recebê-lo, acreditando que seriam amigos, porém foi rejeitada. No contato, André se sente assustado por não entender a forma de comunicação com as mãos, mas com o passar dos dias, há uma aproximação entre as crianças, por meio de brincadeiras. Mesmo utilizando modalidades de comunicação diferentes, eles superam a dificuldade comunicativa. Assim, enquanto Júlia fazia leitura labial, André emitia as informações olhando em seus olhos. Destaca-se a presença do instrumento musical tambor, que tanto consistia em meio de brincadeira, quanto estimulava diferentes formas de perceber os sons, ou seja, pela audição e pelas vibrações no corpo. Finalmente, André começou a aprender a língua de sinais no contato com a personagem.

## Amizade

O contato com o surdo é uma possibilidade fundamental na ampliação de seu vocabulário. Em razão disso, a criança surda, ao ter amizade com outra e ao fazer uso da língua de sinais, desenvolve a fluência, pois o *input* recebido viabiliza ampliar o canal visual e a cognição. Vygotsky (1987), ao tratar sobre linguagem e pensamento[102], direcionou seus estudos pela importância da relação social do sujeito com o meio, pois tanto signos verbais quanto instrumentos quaisquer, são ferramentas que contribuem para o seu pleno desenvolvimento.

As funções biológicas, ao serem estimuladas pelo meio social, ajudam a realizar atividades cada vez mais produtivas. Nesse sentido, a linguagem, para a pessoa surda, comunica experiências visuais decorrentes do seu convívio no meio social, sendo, ao mesmo tempo, ferramenta para o contato com o outro e meio de organização do próprio pensamento, habilitando-a para as interações sociais.

O trecho a seguir, retirado da estória em estudo neste artigo, ilustra a necessidade humana de se comunicar com o outro e a expectativa que a interação pode causar: "então, ela o imagina: é alto, tem cabelos loiros e sorri o tempo todo. Quando ele a visitar, virá correndo em sua direção. Fará um sinal e talvez lhe dê um abraço" (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 8 e 9). O entusiasmo de Júlia em interagir com André é perceptível quando a

[102] VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

personagem é informada de que terá um vizinho novato. Seu coração se regozija ao ponto de ficar na expectativa de vê-lo. Essa ansiedade constrói em seu pensamento detalhes desse encontro esperado. Tal comportamento tipifica as características peculiares internas do ser humano, que o induzem a querer relacionar-se com o outro, o que configura um processo de desenvolvimento mútuo, à proporção que experiências são compartilhadas. Dessa forma, afirma-se que o contexto social é capaz de modificar e influenciar o indivíduo, independente de quaisquer limitações que o possam acometer. O contato elimina barreiras, aprofunda o conhecimento e constrói saberes múltiplos.

Na narrativa, o prazer das descobertas e da interação com o outro podem ser observados no fragmento que segue: "Sob as mãos das crianças, a pele do tambor vibra. Sob seus pés, o chão também vibra. Em suas mentes, Júlia e André podem sentir as boas vibrações. Puxa! É divertido!" (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 27). Surge a amizade, um sentimento de empatia, companheirismo e compreensão do modo como o outro interpreta o seu universo. Essa troca faz com que haja equilíbrio emocional, gerando alegria e aceitação diante das diferenças presentes no meio social e, sobretudo, motivação, a fim de quebrar as intempéries que a vida traz como desafios a serem vencidos. Observa-se o quanto a amizade com André faz bem à Júlia:

> Júlia não está mais triste, ela usa seu vestido mais bonito e André também está todo arrumado. Ele conversa com Júlia olhando diretamente em seus olhos. Ela pode ler seus lábios perfeitamente. E então Júlia responde fazendo sinais com as mãos, movendo os lábios e os olhos também. Júlia e André riem e se divertem. É bonito vê-los. Eles parecem dois passarinhos numa gaiola sem portas! (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 24 e 25).

Nota-se que incluir o outro gera um processo de amadurecimento, valorização, acolhimento, reconhecimento das diferenças e trocas de experiências, que perduram por toda a vida, visto que, a aquisição do conhecimento, através das brincadeiras ou do simples ato de troca afetiva, contribui para o desenvolvimento do indivíduo enquanto sujeito crítico, ativo e confiante em meio a uma sociedade múltipla.

Para Piaget (1967), em sua pesquisa acerca do raciocínio da criança na interação com o objeto e o outro, a socialização é uma necessidade de expressar o pensamento, com vistas a uma satisfação por inteiro, principalmente quando a interação ocorre entre crianças de mesma idade, pois as características semelhantes entre elas tornam possível o aprendizado e a ressignificação do que se aprendeu. Dessa forma, em referência à personagem Júlia, suas atitudes proporcionaram uma nova forma de apreciar o mundo.

**Surdez: deficiência/ diferença e direito**

Conforme o Decreto nº 5.296/2004, é considerado deficiente auditivo quem teve "perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais". Testes clínicos apresentados às secretarias de saúde e de educação, afirmam que a surdez profunda é aquela superior aos 91 dB, que ocasiona a "dificuldade para ouvir o ruído de caminhão, de discoteca, de uma máquina de serrar madeira ou, ainda, o ruído de um avião decolando". Essas características são presentes na personagem Júlia, pois é notório no limiar da narrativa um nível de surdez em grau profundo:

> Júlia não ouve o canto dos passarinhos. Ela não escuta o ronronar do gato, o ruído dos aviões, o latido dos cães ou a buzina dos carros. Júlia não ouve o batimento de seu coração, mas, sob seus dedos, ela percebe seu pulsar [...] Júlia traz um tambor africano que o pai lhe trouxe de presente do Senegal. Ela fica de pé e toca o tambor com toda energia. Júlia não consegue ouvir a música, mas ela sente o pulsar do tambor em suas mãos, em sua pele. Seu corpo inteiro vibra com o instrumento. (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 07 e 17).

Quando a surdez deixa de ser vista como patologia e passa a ser entendida como diferença, estudos ganham espaço no campo educacional, fazendo-a objeto de pesquisa, a fim de compreender o sujeito em todas as dimensões — cognitiva, afetiva e social. O interesse nas múltiplas dimensões do sujeito surdo tem o seu ponto de partida na década de 60, quando Willian Stokoe (1960) descobre que a língua de sinais apresenta *status* linguístico semelhante às demais línguas, ou seja, por meio dela o sujeito consegue interagir com o meio e modificá-lo à proporção que compartilha suas experiências com o outro.

Posteriormente, no Brasil, a Lei 10.436/2002 oficializa a forma de comunicação já existente nas comunidades surdas. Em seguida, o Decreto 5.626, de 2005, regulamenta a comunicação espaço/visual que o surdo utiliza, valorizando-a. Conforme o Art. 2º, a pessoa surda é "aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais — Libras". Cabe salientar que esta não é universal, pois cada país tem a sua própria língua e variações. Na narrativa em questão, ao relacionar texto e imagem, é possível inferir que a língua de sinais utilizada pela personagem é de origem francesa, pois a ilustradora da obra possui essa nacionalidade.

O trecho que segue exemplifica o processo comunicativo entre as personagens Júlia e André, possibilitando compreender Júlia em seu aspecto clínico e antropológico:

> Júlia sorri para André e gesticula mais ainda [...] André hesita. Será que ele tem medo daquela menina que fala com as mãos e não diz uma só palavra? [...] Júlia percebe o que ele diz pelo movimento dos lábios. [...] Ele conversa com Júlia olhando diretamente em seus olhos. Ele sabe que não adianta gritar: Júlia é surda. (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 10,17,20 e 24).

Compreender a língua de sinais vai além da modalidade comunicativa, pois consiste em promover a inclusão das crianças surdas no âmbito social, dando liberdade de expressão e acesso em quaisquer espaços interativos. Sob o mesmo ponto de vista, alguns autores definem a língua de sinais, como "[...] a língua usada pela maioria dos Surdos, na vida diária. É a principal força que une a comunidade surda, o símbolo de identificação entre seus membros." (CHOI et al, 2011, p. 3).

Do mesmo modo, Gesser (2009, p. 27) acrescenta que "a língua de sinais é língua, porque apresenta características presentes em outras línguas naturais e, essencialmente, porque é humana". Tais características são fonemas, morfemas, sintaxe e sentidos variados no emprego de um sinal. A produtividade da língua possibilita compor sinais diversos no uso de apenas um fonema, e, além disso, na troca de uma unidade, formar significados diferentes, sendo viável no surgimento de sinais arbitrários ou icônicos.

Quadros e Karnopp (2004, p. 47) afirmam que "as línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual) pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos". Dessa maneira, o surdo se comunica com o universo e, sobretudo, participa das questões sociais sem ser marginalizado pelo sistema.

Destaca-se, em *O silêncio de Júlia*, a utilização da modalidade gestual-visual, por parte da menina, conforme demonstra o trecho que segue: "mas ela pode ler seus lábios perfeitamente. E, então, Júlia responde fazendo sinais com as mãos, movendo os lábios e os olhos também. [...] ela também estuda linguagem de sinais." (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 25 e 29). Tal canal de comunicação é utilizado pela personagem em suas interações com familiares, amigos e professora, sendo perceptível a sua felicidade e realização ao ser compreendida e aceita. O impulso em manter contato com o outro e o mundo a torna cada vez mais incluída.

## Exclusão/inclusão

Para o processo de inclusão, o ponto de partida é dar à criança a possibilidade de acesso, respeito e participação, pois estes consistem em elementos que se materializam conforme as ações acontecem na prática. Nesse contexto, o outro passa pela experiência, e as memórias registram os atos afetivos compartilhados. A inclusão acontece quando as diferenças são deixadas de lado e as habilidades se sobressaem. O contrário disso condiciona a exclusão e tem como consequência a baixa autoestima e insegurança na pessoa excluída.

Nota-se em *O silêncio de Júlia* o quanto o ato de aceitação pode modificar a vida das pessoas e torná-las mais fortes e criativas, pois o desejo de todo ser humano é ser acolhido: "quando ele a avistar, virá correndo em sua direção. Fará um sinal e talvez lhe dê um abraço. [...] então, Júlia vai até ele, agitando os braços." (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 37). Em outro trecho, verifica-se o esforço empregado pela menina para ser aceita: "Júlia coloca um macaco de pelúcia bem fofo que diz alô, quando apertam sua barriga" (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 11). Posto isso, conclui-se que o sujeito é um ser social, logo, constrói a si mesmo ao compartilhar o que sabe com o outro.

Em contrapartida, é necessário considerar que a falta de acolhimento pode causar tristeza e solidão: "Júlia sorri para André e gesticula mais ainda. De repente, André lhe mostra a língua e vai embora. [...] André repara nas bandeiras e no macaquinho. Ele olha para Júlia, que lhe sorri docemente. O garoto se aproxima dela e grita: — vai embora daqui!" (CORAN e FLORIAN, 2011, p. 10 e 11).

Esses fragmentos exemplificam a exclusão que muitos surdos são acometidos, gerando descontentamento e revoltas, em outros termos, baixa autoestima, isolamento social, evasão escolar e pensamento suicida, por não ser compreendido. A exclusão resulta de um padrão ante a pessoa surda fincado em gerações anteriores e estabelecido. Porém, as concepções de sujeito na contemporaneidade modificaram-se, sendo este compreendido em um contexto a ser respeitado e polido, relacionado a questões identitárias.

## Identidade e direito

A representatividade consiste em lutar pelo que se acredita e tem início em questões subjetivas, materializando-se conforme o sujeito solidifica os seus valores e supera as

barreiras, lançando mão de suas capacidades e habilidades. Nos trechos da narrativa, a personagem Júlia deixa transparecer o seu eu de pertencimento por meio da comunicação com a sua professora e o seu amigo: "na aula, assim como Júlia, ele imita os gestos da professora. Quando ele se confunde com os sinais, Júlia o ajuda. [...] Para Júlia e André, só para esses dois, o silêncio se tornou uma voz que ninguém mais consegue escutar, nem mesmo os passarinhos." (CORAN e FLORIAN, 2011, p.29).

Choi (et al, 2011, p. 55) chama a atenção para o fato de que "as línguas de sinais permitem aos surdos se identificarem como sujeitos capazes, participantes de uma cultura própria, cuja característica principal é ser visual". Assim, a comunidade surda é constituída por conjuntos de aspectos identitários justificáveis, capazes de marcar a trajetória social e cultural do sujeito. Hall (2006, p.37) contribui para essas reflexões com a noção de "[...] formação do eu no 'olhar' do outro".

Quando a criança surda é vista como um ser livre nas suas decisões, reflexivo nas problemáticas pensadas, passa a ser valorizada e aceita com suas próprias visões de mundo, sendo essa perspectiva algo subjetivo, desinteressada pela noção de errado, e que define o sujeito pela forma como este constrói seu espaço e pela modalidade que utiliza na transmissão de saberes e das experiências partilhadas em grupo.

## Considerações finais

A literatura infantojuvenil possui relevância no despertamento da criatividade, na aproximação do imaginário à realidade. Como ramo da literatura, recebe desta seus valores estéticos, capazes de unir condicionamentos sociais a estruturas formais e, assim, ampliar os significados da realidade. A obra analisada evidencia essas características, ampliando a realidade da pessoa surda a partir de temáticas profundas relativas à surdez, presentificando a visão patológica e antropológica. Além disso, mostra a importância da inclusão por meio de uma amizade entre duas crianças, Júlia e André, que, mesmo com modalidades diferentes de comunicação, conseguem estabelecê-la, construindo uma relação de respeito no decorrer da narrativa, marcada por gestos corporais e pela língua de sinais.

Evidencia-se, dessa forma, que é direito de todas as crianças surdas o aprendizado, no âmbito escolar e familiar, da língua de sinais — aqui no Brasil conhecida como Libras, meio de expressão, comunicação e inclusão, oficializado pela Lei 10.436/2002 e regulamentado pelo Decreto 5.626/2005.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cCivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 04 de dez. de 2022.

_____. **Decreto 5626-22-dezembro-2005**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842. Acesso em: 04 de dez. de 2022.

_____**Decreto Lei nº 5296, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre Atendimento às pessoas que específica e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 04 de dez. de 2022.

CADEMARTORI, L. **O que é Literatura Infantil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CORAN, PIERRE. **O silêncio de Júlia.** Tradução de Heloisa Prieto; Ilustrações de Mélanie Florian. São Paulo: FTD, 2011.

CHOI, Daniel. et al. PEREIRA, Maria Cristina Cunha (org). **LIBRAS**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**.** 2 ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Tradução de Artur Morão. 70 ª ed. Rio de Janeiro, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PIAGET, J. **O raciocínio na criança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1967.

QUADROS, Ronice Muller de.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2015.
SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças**.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998b.

STOKOE, W. **Sign Language Structure:** An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf". **Studies in Linguistics:** Occasional Papers, 8, Washington, DC: Gallaudet University Press, 1960.

VYGOTSKY, L. S**. Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na escola**. 2ª edição. São Paulo: Global Editora, 2005.

# MUSEU ORGÂNICO: PERTENCIMENTO E ENCONTRO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL

Neycikele Sotero Araújo[103]
Rodrigo de Sousa Melo[104]

**Resumo:** Esse trabalho tem como objetivo apresentar como o pensar e o fazer museológicos foram se transformando com o passar do tempo, possibilitando a criação de novas práticas museológicas. Assim como as demais ciências, a museologia também passou por muitas transformações e a partir dos anos 1980, com o advento dos movimentos sociais, o pensar museológico foi questionado sobre a função social do museu diante as realidades que estavam em seu entorno. Diante dessa provocação e de experiências museológicas vivenciadas tanto na Europa como na América Latina, nasce a nova museologia com a proposta de pensar os museus de uma forma mais aberta, conjugando comunidade, patrimônio e território como o tripé desse novo pensamento (TOLENTINO, 2016). Diante das experiências museológicas que nasceram a partir desse novo pensamento sobre museus, ainda hoje quando é perguntado a alguém sobre o que é um museu, a resposta quase sempre é "um lugar onde se guarda coisa antiga", tal afirmação nos remete a antiga concepção de museu que estava mais preocupada com suas coleções, mas também é um convite a pensar o olhar que cada pessoa tem sobre o museu e como esse "lugar" ainda parece ser distante da realidade da maioria dos cidadãos, bem como parece "guardar" algo que fala do outro, mas não de si. De acordo com Desvallées e Mairesse (2013, p. 64) o termo museu pode designar "o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio". Sendo o museu esse lugar de "guarda", mas sobretudo de diálogo sobre o homem e seu patrimônio cultural, questiona-se o porquê do museu ainda ser visto como apenas um "lugar de guardar coisa antiga" e lança-se então a seguinte provocação: Como desmistificar a palavra museu e atribuir um sentido de pertencimento? A partir da museologia experimental que concebe o museu como um espaço de criação e vivência (SOARES, 2019), esse trabalho apresenta a experiência museológica dos Museus Orgânicos que estão sendo criados na região do cariri cearense e constituem-se espaço de vivência e transmissão das expressões culturais apresentando uma forma afetuosa de fomentar a relação da comunidade com seu patrimônio cultural, gerando sentido e sentimento por suas histórias, memórias, tradições e principalmente pelo seu lugar.
**Palavra-chave:** Museu Orgânico. Nova Museologia. Museologia Experimental. Patrimônio Cultural. Pertencimento.

## Introdução

Chaga-se ao século XXI, e assim como as demais ciências, a museologia também passou por muitas transformações e a partir dos anos 1980, com o advento dos movimentos sociais, o pensar museológico foi questionado sobre a função social do museu diante as

[103] Mestranda em Artes, Patrimônio e Museologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPar, neycisotero@ufpi.edu.br.
[104] Professor Adjunto (DE) do Curso de Bacharelado em Turismo e do Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia (MAPM) da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPar, rodrigomelo@ufpi.edu.br.

realidades que estavam em seu entorno. Diante dessa provocação e de experiências museológicas vivenciadas tanto na Europa como na América Latina, nasce a nova museologia com a proposta de pensar os museus de uma forma mais aberta, conjugando comunidade, patrimônio e território como o tripé desse novo pensamento. Diante das experiências museológicas que nasceram a partir desse novo pensamento sobre museus, ainda hoje quando é perguntado a alguém sobre o que é um museu, a resposta quase sempre é "um lugar onde se guarda coisa antiga", tal afirmação nos remete a antiga concepção de museu que estava mais preocupada com suas coleções, mas também é um convite a pensar o olhar que cada pessoa tem sobre o museu e como esse "lugar" ainda parece ser distante da realidade da maioria dos cidadãos, bem como parece "guardar" algo que fala do outro, mas não de si.

De acordo com Desvallées e Mairesse (2013, p. 64) o termo museu pode designar "o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio". Sendo o museu esse lugar de "guarda", mas sobretudo de diálogo sobre o homem e seu patrimônio cultural, questiona-se o porquê do museu ainda ser visto como apenas um "lugar de guardar coisa antiga" e lança-se então a seguinte provocação: Como aproximar o sujeito do seu patrimônio cultural de uma forma que ele sinta que foi/é moldado por ele e ao mesmo tempo ele o molda? Como desmistificar a palavra museu e atribuir um sentido de pertencimento?

A partir desse ensaio, apresenta-se a experiência museológica dos Museus Orgânicos que estão sendo criados na região do cariri cearense[105] e constituem-se espaço de vivência e transmissão das expressões culturais apresentando uma forma afetuosa de fomentar a relação da comunidade com seu patrimônio cultural, gerando sentido e sentimento por suas histórias, memórias, tradições e principalmente pelo seu lugar.

## Percurso de uma ciência construida a partir de muitos debates

Segundo o museólogo Bruno Brulon (2009) apenas no final da década de 1930 é que irão surgir as primeiras pesquisas sobre o museu, sua função e as maneiras de gera-lo.

> Encontraram-se grandemente, após este período, reflexões sobre a apresentação das obras e dos objetos; mas tratavam-se, em geral, de observações ou descrições pontuais e circunstanciais, considerando casos de museus particulares. Nada de sistemático, até então, era produzido. A primeira Conferência Internacional de Museologia, organizada em Madri, em 1934, pelo Ofício Internacional de Museus (antecedente do Conselho Internacional de Museus – ICOM, criado em 1946), fora consagrada ao tema da arquitetura e da gestão de museus. (SOARES, 2009, p.34)

Percebe-se que os diálogos até então sobre o museu e seu campo de estudo eram brandos, contudo a partir dos anos de 1970 e 1980 iniciou-se "um processo de renovação das ideias no campo dos museus e de aprofundamento da reflexão museológica." (SOARES, 2009, p.34)

[105] A região fica ao sul do Ceará e faz divisa com os Estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba. A região é composta por 29 municípios e é conhecida pela cultura, expressões artísticas e religiosas presentes em todo o território.

Assim, no decorre das décadas de 1970 e 1980, a museologia como área de conhecimento começou a formular sua teoria a partir da instauração do Comitê Internacional da Museologia (Icofom), no ano de 1977, vinculado ao Conselho Internacional de Museus (Icom), fundado em 1946. De acordo com Ceravolo (2004, p.2)

> A Museologia como conjunto de princípios, aflorado no decorrer dos anos 1980, passou a ser sistematizada a partir da reunião de pessoas interessadas em discuti-la, situação essa facilitada ou mesmo possibilitada pela implantação do Icofom, uma iniciativa do tcheco Jan Jelinek. No entanto, isso não significa que a palavra museologia não fosse empregada antes desse período, o que muda são os significados com que passa a ser revestida.

A partir das inquietações presentes, os pesquisadores que participavam do Icofom buscaram descobrir os conteúdos da museologia e para isso começaram a "desenvolver pesquisas, análises e debates, contribuindo para a independência da área." Ceravalo (2004, p.3). Conforme as leituras realizadas sobre a museologia enquanto teoria, compreende-se que a tarefa do Icofom, a princípio, foi tornar o museu um objeto de estudo e valida-lo como uma nova disciplina acadêmica, para concretizar esse objetivo, segundo Ceravalo (2004, p.4) "o objeto de estudo, no entanto, deslocou-se transferindo-se de uma Museologia de museus para a "relação específica do homem com a realidade" (na concepção de ZbynevK Z. Stránsky´ e Anna Gregorová)."

A partir daí o pensar museu desloca-se do espaço fixo e "acumulador de coisas", para refletir sobre o sujeito e sua forma de viver e sobreviver em determinado tempo e espaço, bem como ampliou o debate em torno da função social dos museus. Assim, no final da década de 1980 já se estabelecia uma teoria da museologia e "definia-se para ela um lugar de fala no universo acadêmico" (SCHEINER, 2012, p. 16). Hoje a museologia, segundo a museóloga Tereza Scheiner, pode ser compreendida como

> O campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu enquanto representação da sociedade humana, no tempo e no espaço. Abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o Real, representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais/digitais. Como disciplina acadêmica, tem metodologias específicas de trabalho, relativas à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da Humanidade. (SCHEINER, 2012, p.18-19)

A partir da formulação do pensamento teórico em museologia desenvolvido pelos pesquisadores do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM), no ano de 1989 foi criado o Grupo de Trabalho em Teoria Museológica para a América Latina e o Caribe – ICOFOM-LAM, que ficou responsável pela produção de teoria museológica em português e em espanhol. Segundo Scheiner (2012, p. 17) o grupo estava

> Voltado para a consolidação da Museologia como campo disciplinar, mas sem esquecer a análise crítica das relações entre sociedade e prática museológica na região, coube ao ICOFOM-LAM desenvolver, desde o início de seus trabalhos (1991-1992), um conjunto de reflexões que muito tem contribuído para implementar e fortalecer os estudos no campo da Museologia. Incluem-se aí os

> debates sobre a evolução das ideias de 'museu' e de 'patrimônio' na história do conhecimento, bem como a análise transversal dos conceitos que delas se originam.

A criação do ICOFOM-LAM foi uma oportunidade para apresentar aos demais continentes a diversidade e pluralidade do pensar e fazer museu na américa Latina e Caribe, contribuindo para a construção da produção da teoria museológica. Após trilhar esse caminho de debates e construção do conhecimento no campo da museologia, hoje o museu é compreendido de acordo com Scheiner (2012, p. 18)

> Um fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominaremos 'musealidade'. A musealidade é um valor atribuído a certas 'dobras' do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas.

## Provocando o pensar e gerando novas formas de existir

No final do século XX, em paralelo com o desenvolvimento da teoria museológica, nascia também a concepção de uma nova museologia. Cita-se como marcos referenciais dessa ideia que estava em ebulição a Mesa-Redonda de Santiago, no Chile, realizada em 1972 pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e UNESCO, que teve o tema central o papel social dos museus na América Latina; a declaração de Quebec, publicada em 1984 instituindo os princípios de base de uma nova museologia que deu origem em 1985 a criação do Mouvement Internationale pour la Nouvelle Museologie (MINOM). Diante desses debates e rompimento com alguns paradigmas que norteava até então o pensar e fazer museológico, emerge uma museologia preocupada com o social, direcionando seu olhar para as comunidades, o patrimônio cultural e natural e o território. Observa-se tal pensamento a partir da Declaração de Quebec que reforça a função social do museu.

> Ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia actual, a nova museologia – ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia activa – interessa-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações, reflectindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projectos do futuro. (DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1999, p. 223)

Parafraseando o poeta e músico Belchior "O novo sempre vem", afinal fica impossível sustentar, por muito tempo, uma ideia que valoriza mais o objeto criado do que o sujeito criador, que valoriza mais o acúmulo de objetos do que a transmissão e reflexão sobre eles, que valorize mais o chão "frio" e as paredes iluminadas do que os terreiros e portas abertas presentes no território. Se o pensar e fazer museus não tivesse rompido com as antigas mentalidades, sem dúvida o lugar museu não teria sobrevivido. A museologia social vem para falar e mostrar a população que os museus não são "lugar de guardar coisa velha", mas sim lugar que guarda experiências, lugar de encontro do homem com sua ancestralidade,

lugar de pensar formas sustentáveis de existência. Conforme descreve o pesquisador Átila Tolentino

> Para a museologia social, nas funções básicas de um museu, como preservar, pesquisar e comunicar, que devem ser executadas de forma participativa, os sujeitos sociais são a preocupação primeira, bem como os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pelas comunidades, com vistas à luta e à busca por seu desenvolvimento sociocultural. (TOLENTINO, 2016, p.31-32)

Assim, a partir do olhar mais sensível para o homem e seu fazer, a nova museologia possibilitou surgimento de outros caminhos e formas de praticar a museologia, uma ideia elaborada um pouco antes da museologia social, foi a concepção da museologia experimental, pensada em 1982 por um grupo de conservadores franceses que criaram a associação *Muséologie nouvelle et expérimentation sociale* (MNES), tal pensamento percebe o museu como processos sociais que se baseiam na experiência humana sobre determinado território ou espaço socialmente construído. De acordo com Soares (2019, p. 3-4)

> A criação, como ato social experimental, torna-se o objeto de estudo e aplicação da Museologia, na medida em que se rompe com a transmissão de uma instituição de cunho eurocêntrico para se admitir outras formas de se fazer museus e de produzir patrimônios nas margens. Hoje, testemunhamos uma diversidade nos modos de engajamento e apropriação na atividade patrimonial (Tornatore & Paul, 2003) que buscam romper com os modelos instituídos de museus e de patrimônio, realizando a passagem a uma *museologia experimental*, socialmente comprometida e aberta aos diferentes regimes de valor. Ela direciona o trabalho museológico para o ato contínuo de criação e transformação das realidades sociais em que vivem os diversos atores da musealização. Se o museu, em si, é uma criação, desconstruir a ideia de que um único museu é possível vem sendo, nos últimos anos, o objetivo teórico-prático da museologia experimental.

A partir da ideia do museu ser um lugar de experiência e de encontros, a museologia experimental cria alicerces para um fazer museológico que possibilite outras formas de conceber o fazer museu, comprometido com o ouvir e compreender a visão do homem sobre sua realidade.

## Museu orgânico como lugar de experiência e encontro com o patrimônio cultural

Pensando nas possíveis maneiras aproximar a comunidade do seu patrimônio cultural de uma forma que ela sinta que foi/é moldado por ele e ao mesmo tempo ele a molda que chega-se a experiência de museu orgânico criada na região do cariri cearense. Contudo, antes de apresentar essa ideia, é preciso entender o que é o patrimônio cultural, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 216, considera-se patrimônio cultural,

> Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações cientificas, artesanais e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às

> manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e cientifico. (BRASIL, 1988)

Portanto, compreende-se que o patrimônio cultural é constituído por nossa diversidade cultural, onde cada região do Brasil configura-se uma expressão cultural diferente, mas não menos importante. A partir da leitura do livro Arqueologia Social Inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, escrito pela arqueóloga Rosiane Limaverde (2017), percebe-se que o nascedouro da ideia de museu orgânico foi o Memorial do Homem Kariri que faz parte da Fundação Casa Grande. A instituição foi criada em 1992 a partir da restauração de uma das antigas casas do município de Nova Olinda, hoje o memorial preserva um acervo arqueológico, doado pelos moradores, que conta a história dos habitantes do vale do Cariri, também é responsável por transmitir as lendas e mitos da região.

A criação de um museu em uma pequena cidade do interior do Ceará promoveu uma nova relação da comunidade com sua história. A partir dessa vivência, o fundador e socioeducador da Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri Alemberg Quindins, decidiu disseminar pelo Cariri a ideia de museu orgânico.

Para entender melhor como essa ideia "fervilhou" na cabeça do socioeducador e músico popular, foi realizado contato com ele solicitando uma entrevista sobre a experiência do museu orgânico desenvolvida no Cariri cearense, bem como saber se tal ideia é possível de ser implantada em outros territórios. De acordo com Gil (2008, p.109) a entrevista "é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação". A entrevista foi realizada de forma presencial seguindo um roteiro semiestruturado. Conforme com Boni e Quaresma (2005, p.75) esse tipo de entrevista

> (...) combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha "fugido" ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

A primeira pergunta do roteiro de entrevista questionou o socioeducador sobre em qual chão nasce o museu orgânico, conforme Alemberg Quindins:

> Bem, o chão que nasce o museu orgânico, alguns chamam de periférico né? Mas, na realidade, eu acho que o chão que nasce os museus orgânicos ele nasce da originalidade do povo, dá simplicidade do povo, desse lado espontâneo que as pessoas se fazem e inventam, como todo ser vivente tem a capacidade de criar, é o que chamamos de o popular. E esse popular, normalmente, ele está nas camadas mais simples da população, de interpretar as histórias, de interpretar as artes do fazer. Quando a própria profissão, o trabalho que a pessoa faz, ele não faz só por

> fazer, mais ele traz uma coisa que as pessoas reconhecem como original, autentica daquele ambiente. Eles estão dentro de uma casa ou ligado a um habitar de uma pessoa e é o que a gente traz pra esse habitar o que a gente chama de arquitetura do afeto. Essa volta todinha foi pra gente chegar, localizar no território e chegar na arquitetura do afeto. E a arquitetura do afeto ela é, como dentro desse espaço o afeto ele se desenvolve, o afeto passa a ser a língua daquele lugar, passar a ser os olhos daquele lugar, o ouvido daquele lugar. E como a arquitetura do afeto ela traz uma relação de memória, de arte, de cultura dentro desse ambiente.[106]

Percebe-se na fala de Alemberg que o museu orgânico está ligado ao afeto que a pessoa tem por sua casa e toda as relações que são construídas dentro dessa arquitetura a partir do seu território. De acordo com o pensamento do museólogo Bruno Brulon a museologia exprimental "existe onde a disputa social pelos sentidos investidos às referências culturais locais produz regimes de valor imprevisíveis e inerentes aos próprios grupos que passam a atuar em sua automusealização." (SOARES, 2019, p.4)

É a partir do reconhecimento das potencialidades do seu território que Alemberg Quindins tem a percepção que através do museu as pessoas compreendam e sinta o seu valor enquanto patrimônio cultural do seu lugar. Ao perguntar sobre como ele define museu orgânico, ele nos responde:

> E por que aquele objeto foi conservado ali? Pelo afeto a essa memória. E esse afeto por essa memória é o que faz com que o museu tenha a naturalidade de uma certa organicidade, ele é orgânico por isso, ele é orgânico porque fala daquilo que se juntou e que cada pedacinho daquele tem uma história e traz uma memória e essa memória é orgânica porque foi o que a gente viveu. (...) Por isso o museu orgânico, a base dele é a arquitetura do afeto. Por isso a gente fica sempre atento quando vai montar um museu orgânico, e é muito interessante porque o ato de montar o museu orgânico, é um ato de namoro, eu vou dizer isso de uma forma prática, quando fomos montar o museu do mestre Antônio Luiz, tá ali a casinha dele, então uma das coisas que a gente ver sempre assim a mulher diz assim "Olhe, eu não quero que tire os meus santos da parede", aí tem os santos de devoção da mulher, então ali você já começa esse diálogo, e quando você diz "Mais eu posso mudar isso daqui pra cá, botar esse santinho aqui", se ela disser "Não, aqui tem que ser na ordem porque existe uma hierarquia, aqui é o santo de mamãe, aqui é o santo de não sei quem", tá entendendo? Então tem esse namoro.[107]

É pela afeto a memória que se ergue o alicerce do museu orgânico, e sobre esse alicerce foram construídos os demais museus orgânicos presentes no cariri cearense, a maioria dos museus foram criados nas casas do mestres da cultura tradicional popular do Ceará[108], sendo eles o Museu do Ciclo do Couro, mais conhecido como Memorial Espedito Seleiro (2014), o Museu Casa do Mestre Antônio Luiz (2018), Museu Oficina do Mestre Françuili (2018), Casa Museu do Mestre Nena (2019), Museu Casa do Mestre Raimundo Aniceto (2019), Museu Casa Oficina Mestra Dinha (2019), Museu Casa da Mestre Zulene Galdino (2019) e Museu Casa dos Pássaros do Sertão (2019).

---

[106] QUINDINS, Alemberg. Museus Orgânicos [abr. 2021]. Entrevistador (a): Neycikele Sotero. Sobral, 2021. Arquivo mp3 (73 min.). Entrevista concedida para a pesquisa sobre museu orgânico.
[107] QUINDINS, Alemberg. Museus Orgânicos [abr. 2021]. Entrevistador (a): Neycikele Sotero. Sobral, 2021. Arquivo mp3 (73 min.). Entrevista concedida para a pesquisa sobre museu orgânico.
[108] Lei Estadual nº 13.842, de 27 de novembro de 2006, que reconhece os Tesouros Vivos da Cultura do Ceará.

Imagem 1 - Museu Casa da Mestre Zulene Galdino, altar da sala principal. Foto: Neycikele Sotero, 2021.

Na imagem 1 apresenta-se um dos museus orgânicos, composto por sua diversidade de saberes e fazeres, o Museu Casa da Mestre Zulene é um convite a celebrar o patrimônio cultural vivo, entre suas memórias e narrativas sente-se como a cultura do território está presente em cada canto do museu, dentro arquitetura do afeto, citada por Alemberg. Conforme Soares (2019, p.20)

> Ao engendrar novos regimes de atribuição de valor, ou de valoração do patrimônio, o ecomuseu, o museu social, e as diversas formas de museus experimentais deflagram a arbitrariedade das escolhas sobre o patrimônio no interior da gramática museal. O que se pode observar nos exemplos aqui evocados é uma mudança nos regimes de valor dominantes, isto é, uma transformação axiológica que realiza a passagem de um "regime de singularidade", que valorizava aquilo que é raro, excepcional e fora do comum (como nos museus de arte ou de história tradicionais), a um "regime de comunidade" que valorizaria o que é amplamente compartilhado no grupo (como os hábitos cotidianos da comunidade, seus meios de subsistência, sua relação com o trabalho e as formas locais de se produzir cultura).

O valor atribuído ao patrimônio cultural que é vivenciado no museu orgânico mostra como a relação do homem com sua realidade pode transformar seu território e valorizar as pessoas que o faz. Quando questiona-se Alemberg sobre como é a relação da comunidade com museu, ele responde que:

> É porque na realidade os museus foram cooptados como se fosse propriedade intelectual e de elite. Quem é que ganha quando se inaugura um museu como esse? O povo diz que é a população, mas depois a população não tem nem dinheiro para pagar o ingresso para entrar no museu. Quem ganha é a pessoa que projetou aquele conteúdo, porque profissionalmente pra ela vai ser muito importante, porque ela fez o museu do Ipiranga, o museu do não sei o quê, e segundo quem inaugurou, quem deu o dinheiro. O museu orgânico ele quebra tudo isso, porque nós somos hospedes naquela casa, somos visitantes elaborando uma coisa em conjunto com a pessoa. Jamais um museu orgânico pode colocar uma coisa ali que todo visitante que ande lá, a mulher diga assim "Oh, eles

> botaram isso aqui, mas eu não gostei". Não pode de jeito nenhum. Então, o índice é o de satisfação, começa pelos proprietários da casa, eles tem que se sentir bem com aquilo dali dentro, porque ele tem o tempo todo pra passar pelas paredes e se olhar e dizer "Isso é meu, isso sou eu, que bom que eu fiz isso na minha vida e fui reconhecido". Então, o museu você tira essa coisa que a história teve um vencedor. Normalmente, os museus conta a história dos vencedores né. E os vencedores de uma forma como se aqueles pessoas tivesse história e o resto só assistisse, fosse plateia. Então, eu acho que os museus orgânicos trazem a história da plateia, das pessoas da plateia, ele faz, ele reinveste o palco, o palco passa para baixo, nas cadeiras onde está sendo assistido o espetáculo, e não nos atores principais. Os museus orgânicos reinveste a posição.[109]

A experiência do museu orgânico "traz a história da plateia", nele as narrativas são construídas por aquele que é fazedor da cultura e a herança herdada é transmitida para a família e visitantes que desejam mergulhar em uma vivência que o patrimônio cultural anda de mãos dadas como o mediador, como observa-se na fala de Alemberg Quindins:

> O interessante também é quando a criança cresce dentro daquele, e a gente aprendeu isso dentro da Fundação, mas a gente viu isso bem forte nos museus, porque muitas vezes os filhos não dão valor aos pais, não conversa sobre a história dos pais, não conversam mais, e ainda mais com advento do celular, do digital, é que a pessoas estão perdendo o valor e indo tudo pra virtualidade. E o filho que cresce vendo o valor do pai, e o povo vindo e ouvindo as histórias, ele começou a observar o pai dele contando histórias, e o museu orgânico chama esse jovem pra que ele veja que ele também tem um princípio, e isso traz uma autoestima para ele que o pai dele tem valor e que ele também tem valor, que aquela casa dele tem valor. Com isso, você tem aquele exercício de continuar a tradição.[110]

Através dessa arquitetura do afeto, dos saberes e fazeres presentes no cotidiano de cada mestre, do reconhecimento e valorização dessa tradição que nasce no chão de cada território brasileiro e da transmissão desses conhecimentos a partir da mediação do patrimônio cultural, percebe-se que o museu orgânico é feito todos os dias, pois a vida e a cultura pulsam a cada minuto. Em entrevista a mestre Zulene, pergunta-se sobre quais histórias são contadas em seu museu, e com um olhar afetuoso, ela diz:

> Meu museu conta a história que aqui tem muitos grupos folclórico, meus grupos, eu faço desde 1975 quando eu comecei nas brincadeiras. Eu me dediquei mesmo a cultura folclórica, eu tenho a lapinha que é para o nascimento do menino Jesus em dezembro, tem maneiro pau, grupo cintura fina, tenho bumba meu boi e tenho a quadrilha junina. Inclusive, pela quadrilha junina sou campeã 25 vezes pela tradição. Isso é muito bom e importante porque as crianças tudo se interessam por essas danças. Eu acho muito bom, porque quando os meninos vêm ensaiar é tudo com boa vontade. Então, a história que eu conta é essa que eu tô muito feliz em morar dentro do museu, porque foi uma história muito importante, porque

[109] QUINDINS, Alemberg. Museus Orgânicos [abr. 2021]. Entrevistador (a): Neycikele Sotero. Sobral, 2021. Arquivo mp3 (73 min.). Entrevista concedida para a pesquisa sobre museu orgânico.
[110] QUINDINS, Alemberg. Museus Orgânicos [abr. 2021]. Entrevistador (a): Neycikele Sotero. Sobral, 2021. Arquivo mp3 (73 min.). Entrevista concedida para a pesquisa sobre museu orgânico.

> tudo que acontecer no meu museu eu tô vendo, eu não tô morta né? Aí foi muito importante fazer o museu, pra gente assistir em tudo.[111]

O museu orgânico proporciona ao mestre da cultura narrar sua própria história, entre fotografias, roupas, objetos e muitas cores a mestre conta como nasceu a tradição de sua cultura e como ela vem sendo transmitida para as novas gerações. Dentro da arquitetura do afeto, a protagonista da história é quem conduz o visitante para vivenciar o patrimônio cultural presente no lugar.

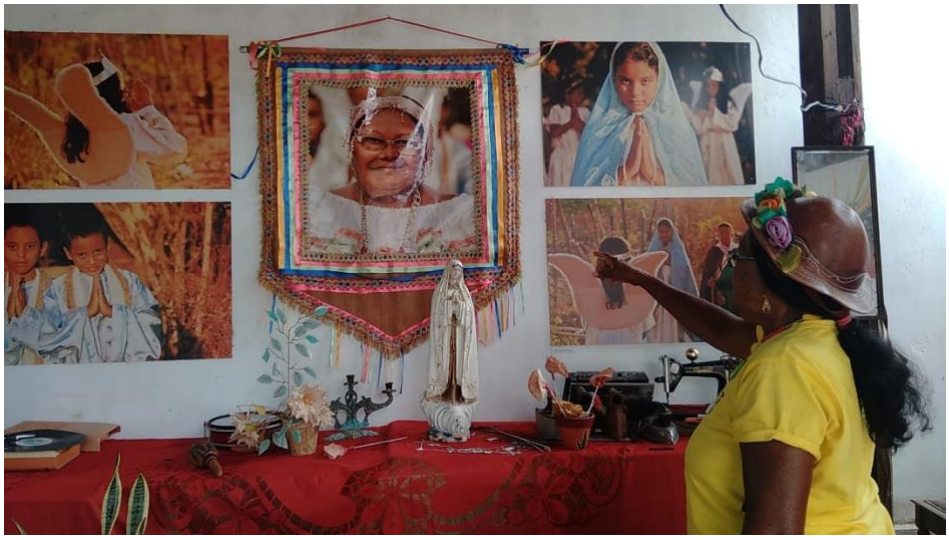


*Imagem 2 – Museu Casa da Mestre Zulene Galdino, Exposição Lapinha viva. Foto: Neycikele Sotero, 2021*

## Considerações finais

Este artigo buscou apresentar como o pensar e fazer museu foi sendo transformado com o passar do tempo, possibilitando novas leituras sobre a relação do homem com sua realidade. E a partir da nova museologia os museus foram convidados a fazer sua transição do "colecionador de objetos" para pensar sua função social diante o território que está fincado. Esse novo posicionamento contribuiu para o desenvolvimentos de outras abordagens museológicas, dentre elas a museologia experimental que concebe o museu como um espaço de criação e vivência. Dentro dessa concepção, identifica-se no museu orgânico o potencial de aproximar a comunidade do seu patrimônio cultural de uma forma que ela sinta que foi/é moldado por ele e ao mesmo tempo ele a molda, em um relação estreita de afeto e pertencimento.

## Referências

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Constitui%C3%A7%C3%A3

[111] GALDINO, Zulene. Museu Casa Mestre Zulene [dez. 2021]. Entrevistador (a): Neycikele Sotero. Crato-CE, 2021. Arquivo mp3 (20 min.). Entrevista concedida para a pesquisa sobre museu orgânico.

o+Federal+da+Cultura.pdf/9185e6c0-1cca-4ccd-a109-89f116ae2c9d>. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**: revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CERAVOLO, Suely Morais. Delineamentos para uma teoria da Museologia. In: **Anais do Museu Paulista.** São Paulo: USP: MP, v. 12, n.1, p. 237-268, jan. a dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v12n1/19.pdf>. Acesso em: 09 de abr. de 2021.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC, PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA, 1984. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal: ULHT, v.15, n.15, p. 223-225,1999. Disponível em: **<**https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/342**>**. Acesso em: 16 de abr. de 2021.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Trad. Bruno Brulon Soares; Marilia Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/Conselho Internacional de Museus/ Pinacoteca do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/61944369/MuseologiaExperimental_artigo20192 0200130-103059-kkq1g6.pdf>. Acesso em: 16 de abr. de 2021.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

KOVACS, Leandro. **Como citar uma entrevista no corpo do texto nas normas ABNT**. Disponível em: < https://tecnoblog.net/380549/como-citar-uma-entrevista-no-corpo-do-texto-nas-normas-abnt/>. Acesso em 19 de abr. de 2021.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia Social Inclusiva**: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2017.

MESQUITA, Teobaldo Campos. **Manual de elaboração e apresentação de trabalhos científicos**. 4. Ed., rev. e anual. Sobral: Edições UVA, 2014.

RIBEIRO, Agostinho. Novas estruturas /novos museus. In: **Cadernos De Sociomuseologia**. Portugal: ULHT, v. 1 n. 1, p. 11-19,1993. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/18>. Acesso em 19 de abr. de 2021.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SOARES, Bruno Brulon. Museus, Patrimônios e Experiência Criadora: ensaio sobre as bases da Museologia Experimental. In. **Museologia e Património**. Portugal: Instituto Politécnico de Leiria. v.1. 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/61944369/MuseologiaExperimental_artigo20192 0200130-103059-kkq1g6.pdf>. Acesso em 05 de abr. de 2021.

SOARES, Bruno C. Brulon. Caminhos da museologia: transformações de uma ciência do museu. In. **Senatus**, Brasília, v.7, n.2, p.32-41, dez. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/183232/000876474.pdf?sequenc e=6>. Acesso em 05 de abr. de 2021.

TOLENTINO, Atila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Portugal: ULHT, v. 52, n. 8, p. 22-44, 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499>. Acesso em 05 de abr. de 2021.

# EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROGRAMA EDUCATIVO CULTURAL DO MUSEU DA VILA, LUÍS CORREIA, PIAUÍ, BRASIL[112]

Niuza Alves da Costa Ribeiro[113]
Áurea da Paz Pinheiro[114]

**Resumo:** Comunicamos pesquisa-ação associada ao Programa Educativo Cultural do Plano Museológico do Museu da Vila, localizado em Luís Correia, no litoral do Piauí. O Museu é sede do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. O objetivo de nossos estudos e intervenções foi compreender como projetos e ações de educação e interpretação patrimonial podem motivar crianças de cinco anos de idade, suas famílias, professoras, gestoras e servidoras da Creche Tia Neuza, próxima ao Museu, para conhecerem os patrimônios natural e cultural do lugar onde vivem. Estamos falando de uma pequena vila de pescadores artesanais – a vila-bairro Coqueiro da Praia, inserida em uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável – a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, da qual fazem parte os estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Ainda em 2022, realizamos um diagnóstico sociocultural de trinta crianças de cinco anos de idade e de suas famílias; ouvimos memórias e histórias da vida cotidiana de suas famílias; indagamos sobre o conhecimento que tinham do Museu da Vila. As crianças e suas professoras foram ao Museu, onde contamos histórias associadas à fauna e a flora, aos modos de ser e viver da pequena localidade. Ao longo do trabalho estivemos com pessoas da comunidade para juntos criarmos uma peça de teatro com bonecos, que seja acessível em libras, uma história do Museu e usa relação com a comunidade. Partimos das memórias de duas professoras que criaram com e para a comunidade local o Museu. Nas oficinas de construção de bonecos, construímos relações de sociabilidade, de afetos, um cenário tecido de memórias individuais e coletivas.
**Palavras-chave:** Museu da Vila. Museologia. Piauí. Patrimônio Cultural. Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba.

## Introdução

Estamos em fase final. das oficinas de teatro de bonecos, que resultará na apresentação de uma peça de teatro, inicialmente a ser apresntada para duas turmas do Nível V da Creche Tia Neuza. A peça será, igualmente, registrada em vídeo de 13 minutos com acessibilidade em libras para comunicação nas redes sociais do Museu da Vila.Ao longo dos estudos e oficinas percebemos como as ações de Educação Patrimonial no Museu da Vila têm contribuído para a formação de uma cidadania crítica e responsável, auxiliando na mudança de atitudes em relação ao conhecimento e valorização dos patrimônios e de afirmação de identidades. Confirmamos que  que projetos dessa natureza potencializam as relações entre Museu, Comunidade e Instituições Educativas, a exemplo a Creche Tia Neuza; reafirmamos que atividades lúdicas, materializadas nas oficinas aproximam famílias e professoras, contribuindo para mudanças de atitudes em relação ao próximo e as sinergias

[112] Este trabalho faz parte do Projeto Ecomuseu Delta do Parnaíba financiado pelo CNPq e FAPEPI.
[113] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPar.
[114] Professora do Programa de Pós-graduação Arte, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPar.

que podem construir com os patrimônios da comunidade; vislumbramos as contribuições que as oficinas são capazes de oferecer à formação da comunidade escolar, motivadas a participar das vida de seu bairro; observamos e confirmamos como as ações educativas-pedagógicas que tenham como eixo norteador os patrimônios da APA do Delta do Parnaíba podem auxiliar na salvaguarda da vida no Planeta, em um diálogo Museu-Comunidade.

**Públicos**

A peça de teatro de bonecos sobre a história do Museu da Vila tem como público privilegiado crianças e suas famílias, professoras, gestoras e servidoras da Educação Infantil Nível III, IV E V da Creche Tia Neuza, além dos colaboradores/as das oficinas mestrandos do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologiae moradoras da vila-bairro Coqueiro da Praia

Das oficinas para construção da peça participaram quinze pessoas da comunidade, tanto do Programa de Pós-graduação, como das comunidades da Crehce Tia Neuza, Escola Carmosina Martins da Rocha, escola básica de 1º a 9º ano, demais pessoas da comunidade do Museu da Vila.

A escolha desse público infantil como privilegiado para audiência se justifica por compreendermos que nessa faixa etária (5 anos) as crianças se encontram mais abertas à assimilação de conhecimentos, estão em fase de desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo, podendo a vir a ser multiplicadoras em relação à proteção dos patrimônios natural e cultural do território que habitam - a APA Delta do Parnaíba.

A escolha dos colaboradores se justifica por concordarmos com Rizzinni (2011), para quem a educação infantil tem um papel importante na formação integral da criança, pois sua inteligência não é herdada geneticamente, mas construída na interação social mediante a ação sobre objetos, circunstâncias e fatos. Sendo assim, além das crianças, observamos mais pontualmente, em um diálogo intergeracional: uma professora e quatro alunos da Escola local – Carmosina Martins da Rocha, dois mestrandos e oito moradoras da comunidade, portanto, crianças, jovens, adultos e idosos.

No percurso de aproximação com as pessoas da comunidade participarmos de ações realizadas pelo Museu da Vila, dentre elas a Semana Nacional dos Museus "o Museu vai à Escola", em maio de 2022, na Escola Carmosina Martins da Rocha. Foi realizado na Escolar um sarau e oficinas de lambe-lambe e confecção de ampulhetas com garrafas de plástico.

Participamos da organização, igualmente, de uma atividade educativa cultural na praça do Bairro realizada pelo Museu da Vila: música, espaço de leitura, pinturas de rosto, balé do Museu e grupo de dança do Bairro. Ao longo dessa atividade coletamos informações dos moradores para completar o perfil sociocultural da comunidade.

**Revisão da Literatura**

**A Museologia**

Como este projeto-ação está relacionada à concepção de um museu comunitário e uma museologia social? A museologia é uma ciência social aplicada, é um campo de saber-

fazer interdisciplinar e multiprofissional, que tem como objeto os processos museológicos, o que inclui as mais variadas naturezas de museus. As instituições museais constituem o universo de aplicação da museologia, museus inseridos em contextos socioculturais os mais diversos, ciência em construção

> O mundo dos museus evoluiu amplamente com o tempo, tanto do ponto de vista de suas funções quanto por sua materialidade e a dos principais elementos que sustentam o seu trabalho. Concretamente, o museu trabalha com os objetos que formam as coleções. O fator humano é evidentemente fundamental para se compreender o funcionamento dos museus, tanto no que concerne à equipe que atua no seio do museu – suas profissões, e sua relação com a ética – quanto ao público ou aos públicos aos quais o museu está destinado. Quais são as funções do museu? Ele desenvolve uma atividade que podemos descrever como um processo de musealização e de visualização. De maneira mais geral, falamos de funções museais que foram descritas
> de formas diferentes ao longo do tempo. (p. 22)

No caso deste trabalho, destacamos a função social, educativa dos museus no mundo contemporâneo, transformado da antiga imagem do século XVII, que passa por adequações, deixa de ser mero palco para visões estéticas ou mostras de maquinaria bélica, a espaço de consciência coletiva de valorização à cultura e discernimento identitário sobre os patrimônios, sobretudo àqueles de grupos minoritários, servindo não somente como interesse de exposição, de curiosidade, mas intermediário de desenvolvimento crítico entre o passado, o presente e o indivíduo como cidadão.

De acordo com Rangel (2013, p. 415):

> Os museus são instituições altamente complexas que, para serem compreendidas em todas as suas nuances, demandam uma pesquisa profunda e demorada. Apontar o museu como o centro de nossas ações não é minimizar ou restringir a museologia, pelo contrário, é uma forma de recolocar epistemologicamente os princípios e procedimentos derivados desta percepção na interface com outras áreas do conhecimento.

É na mesma linha de pensamento do autor acima, que nas atividades desenvolvidas, o museu serve como ponto de apoio a uma comunidade, ajudando as crianças e demais participantes do projeto a ter uma nova visão a respeito de sua realidade como indivíduo cultural, gerando, além de entretenimento, (re) conhecimento do contexto histórico-sociocultural à qual se está submetido e de sua localidade.

## Educação patrimonial

Horta (2003, p. 4) enfatiza que: "[...] o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania". Portanto, educadores/as formam vínculos entre educandos/as para o acesso à cultura, criam situações de ensino-aprendizagem que permitem a exploração do conhecimento, a participação e a construção cultural de uma comunidade que se integra cotidianamente por meio de suas memórias e histórias

Para Florêncio et al (2014, p. 19):

> Atualmente a Ceduc defende que a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de educação patrimonial. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Nesse sentido, a didática do patrimônio como prática de ação educativa-cultural se deu inicialmente com a parte teórica, na qual a pesquisadora expôs e trabalhou com o público participante sobre o conceito e definição de patrimônio cultural e museus, destacando a sua importância para a educação, pontuando a valorização dessas instituições e patrimônios para a formação de indivíduos com suas cidadanias formadoras de cultura.

## Metodologia

Esta pesquisa se configura como Pesquisa-ação, que segundo Thiollent (2011) é um tipo de pesquisa social aplicada, com base empírica realizada de forma que se relacione uma ação a uma solução de determinado problema, de modo que os/as pesquisadores/as e participantes estejam envolvidos a fim de cooperar para delimitação e resolução de um problema. A pesquisa-ação pode colaborar na explicação de ações e suas condições de sucesso, auxiliando o/a pesquisador/a.

Diante do exposto, percebe-se que a pesquisa-ação é uma pesquisa que relaciona teoria e prática. Nas palavras de Beaud (2007), essa configuração de pesquisa é considerada bem-sucedida quando, ao finalizar a pesquisa, o/a pesquisador/a e os/as participantes veem as mudanças em si e no território, grupo etc.

Esta pesquisa tem natureza ação e objetivou realizar estudos e intervenções, associados ao Programa Educativo Cultural do Plano Museológico do Museu da Vila (MUV), instituição de base comunitária, criada em 2018 e, desde 2020, reconhecida como Órgão Suplementar da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). Trata-se de um Museu idealizado com e para a comunidade da Vila-bairro Coqueiro da Praia, motivada pelas Professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura, que, em 2013, criaram, igualmente, o Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) com sede no MUV, que se constituiu enquanto um Museu de Comunidade, Museu Escola e Museu Universitário, a formar museólogos em uma vila de pescadores artesanais, no Meio Norte do Brasil (Piauí, Ceará e Maranhão).

O campo de saber-fazer desta pesquisa-ação foi a Educação Patrimonial e Museal, o lugar da intervenção foi o Museu da Vila e a Creche Municipal Tia Neuza, localizados em

Luís Correia, um dos dez municípios que integram a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba (APA), Meio Norte do Brasil.

O público de interesse são 15 pessoas da comunidade. Entre elas uma professora e quatro alunos da Escola Carmosina, dois mestrandos do PPGAPM/MUV, seis mulheres da comunidade, costureiras, pedagogas, pescadoras, designers de interiores. E como público assistente a creche Tia Neuza, Escola Carmosina e pessoas da comunidade e entorno. Na creche Tia Neuza e Escola Carmosina esse público foram as crianças e suas famílias, professoras, assistentes das professoras, funcionários em geral.

A presente pesquisa-ação traz uma abordagem de envolvimento no local onde esta se realizará, sendo iniciada com a apresentação da pesquisa a Creche Tia Neuza, depois foi realizado diagnóstico sócio-econômico e cultural com o objetivo de conhecer o nível de grau de instrução dos pais e responsáveis como também saber como essas pessoas vivem financeiramente para sustentar a família.

Em seguida, a participação no planejamento anual da Creche Tia Neuza com as professoras para compreender a dinâmica dos dias letivos e como era inserida a Educação Patrimonial nas atividades realizadas em sala de aula, partindo então para apresentação do Projeto à comunidade escolar para a apreciação e parecer do corpo docente.

Porém, com a mudança do público participante, passando a creche ser apenas assistente e não mais participante diretamente das atividades como as oficinas, passou-se então a sensibilização com os integrantes da comunidade com a mediação no Museu da Vila e apresentação do projeto e do MUV.

Portanto, a pesquisa se iniciou com a fase exploratória que de acordo com (THIOLLENT, 2011, p. 56), consiste em "descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e esclarecer um primeiro levantamento (ou "diagnóstico") da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações". É nesse espaço de influência mútua e (re)significação de ambientes reais, produto da intervenção entre pontos de vista especulativos, técnicas metodológicas e falas distintas que acontecerá a pesquisa.

A pesquisa-ação, de acordo com o autor, tem por fim permitir aos participantes e pesquisadores da pesquisa, os elementos para obterem respostas quanto à dificuldade que vivenciam com maior eficácia e com fundamento em uma atuação transformadora (THIOLLENT, 2011).

Durante a pesquisa-ação, foram desenvolvidas ações educativas e culturais pedagógicas como visitas mediadas ao MUV, oficinas para produção dos fantoches, cenário da peça, manipulação e ensaio da peça da história do Museu da Vila finalizando com a apresentação do teatro de bonecos e do documentário produzido durante as oficinas e apresentação do espetáculo, na comunidade local , escola Carmosina e creche Tia Neuza, que proporcionou um conhecimento e reconhecimento de si e do patrimônio natural e cultural da região.

## Resultados e discussão

No projeto em questão, foram realizadas ações como a valorização de aspectos comuns e identitários na comunidade como a pesca artesanal, a costura, o fuxico entre outros, é que o saber-fazer dos pais e avós que trazem essa importância, a formação de símbolos, é necessária para a perspectiva de pertencimento dos residentes e uma visão não

só de exaltação, mas de respeito à cultura – o que viabiliza a permanência da memória e a formação de novas culturas.

Desse modo, as atividades realizadas foram direcionadas no contexto de educação patrimonial e museal com alunos e comunidade. Tais atividades envolveram visitas mediadas a esses locais, oficinas do saber- fazer da arte do teatro de bonecos, uma ferramenta muito utilizada como recurso pedagógico para manter a atenção do público infantil e na maioria das vezes até dos adultos. Com o uso do boneco de espuma, de meia, dedoches e de materiais recicláveis confeccionados por eles e visitas mediadas, é que se manteve diálogos intergeracionais, já que o público teve uma diversidade de idades. Além da confecção desses fantoches, a história do MUV será contada com a arte de bonecos como também a produção de vídeo com a interpretação em Libras.

Iniciou-se com uma abordagem de forma ampla sobre a história do museu e suas ressignificações no decorrer dos anos, para então voltarmos para a história do museu de comunidade MUV, trazendo os trabalhos e projetos vigentes e os que já se realizaram desde a sua fundação em 2018.

Nesse sentido, foi proposto a realização de atividades educativas lúdicas voltadas para a educação patrimonial para que tenham conhecimento do que é um museu e a que propósito ele serve e como este foi se modificando ao longo do tempo, ressignificando não apenas seu conceito como também suas funções.

Na esteira desse pensamento, é preciso ratificar o papel do museu, uma vez que durante muito tempo, houve estratégias manipulativas de cunho simbólico que hierarquizam o acesso, não só à educação, mas também à cultura. Frente a essa idealização da independência brasileira, tem-se a supervalorização cultural Europeia.

Desse modo, questões identitárias são necessárias para a preservação de comunidades que não são postas à luz, e para isso, a educação patrimonial vai contribuir para formar indivíduos intimamente ligados com suas memórias e raízes culturais, trazendo para o centro realidades que não são protagonistas na narrativa brasileira, uma vez que "a criação e configuração dos museus estavam basicamente adstritas aos aparelhos ideológicos do Estado, bem como às classes e segmentos dominantes" (TOLENTINO, 2016, p. 26).

É a partir da metade do século XX, de acordo com o autor, que a instituição museológica rompe a sua posição outrora puramente colonialista, passa a ser questionada quanto a sua função e papel. Agora a museologia social busca centrar seu objetivo no sujeito e não no objeto.

Foi nesse contexto de nova função e papel dos museus que o MUV, um dos locais em que o projeto de pesquisa se desenvolveu tem se destacado, por elencar os mais variados aspectos que o envolve, desde conhecimentos de produções artísticas de cunho manual, assim como objetos de grande estima para a população, locais e produções diversas, como dança, artesanato, chamando a atenção para a importância cultural da sua comunidade, não apenas do objeto em si, mas do saber fazer e suas memórias.

Então, o MUV em todas as dimensões patrimoniais e funcionais, sendo ele caracterizado como um museu de comunidade, serve aos residentes do Bairro e entorno como instrumento educativo quanto a conhecer, preservar e salvaguardar do que consideram patrimônio natural e cultural sendo ele tangível ou intangível.

Além disso, um fator principal atrelado à solidificação da cultura local é o fato da sede do museu está situado em um território em que os nativos dependem em sua maioria

para viver de suas atividades pesqueiras, o que pode ser usado como estratégia de disseminação e de valorização da cultura local, servindo aos propósitos participativos e qualificatórios do projeto, isso trará para o bairro e para a população em torno uma sociedade em redes, dando "origem a formas de resistências coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia" (CASTELLS, 2008, p. 25).

Portanto, o projeto visou beneficamente atuar de forma sustentável e prática, objetivando a participação da comunidade em atividades culturais contribuindo de forma educativa para consolidação de suas visões identitárias.

## Considerações finais

Durante todo o projeto, propomos construir diálogos intergeracionais com as pessoas participantes e seus familiares para estabelecer conexões entre território, patrimônio e comunidade, colaborando com outros trabalhos concluídos ou em andamento no PPGAPM/MUV para consolidar formas de vivências e experiências que atribuem sentidos e significados ao protagonismo da comunidade no conhecimento, reconhecimento e gestão dos patrimônios dos quais são detentores/as.

Como produto tivemos os fantoches para a contação da história do Museu da Vila, como também um documentário produzido das atividades realizadas e a história do MUV que será gravado durante as apresentações ao vivo para a comunidade escolar Carmosina, Creche Tia Neuza e comunidade em geral onde se fizer necessário, tanto na comunidade como no entorno.

É importante salientar que projetos como os já realizados pelo PPGAPM/MUV são relevantes para grupos outrora esquecidos nos processos de escuta e participação na construção de políticas públicas de educação patrimonial e museal, uma vez que eram inexistentes no Piauí e em Luís Correia em particular. É perceptível a seletividade ideológica de simbologias em torno da formação identitária no Brasil e no Piauí, o que se deve ao fato de se valorizar aspectos das memórias e histórias de grupos que se perpetuam no poder.

É importante destacar que os fatores mais evidenciados durante o projeto foi que além do museu por si só, outros aspectos significativos que são os ecomuseus e, principalmente, a importância dos patrimônios materiais e imateriais para a cultura e a história da população.

## Referências

BEAUD, Stéphane. **Guia para a pesquisa de campo:** produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. 2, 2008.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim. **Educação patrimonial: um processo de mediação.** In: TOLENTINO,Átila B. (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Iphan, 2012. p. 22-29. (Caderno temático n. 2).

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 2003.

RANGEL, Marcio Ferreira. A Museologia no mundo contemporâneo. **Ci. Inf.,** Brasília/DF, v. 42, n. 3, p. 408-418, 2013. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1371/1550. Acesso em: 25 mar. 2023.

RIZZINI, Irene. **O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: AMAIS Ed./EDUSU, 1997. Reeditado pela Ed. Cortez em 2009. São Paulo: Ed. Cortez. Terceira edição: 2011.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/.Acesso em 25. nov. 2022.

# AÇÕES EDUCATIVAS CULTURAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE GOVERNANÇA COLABORATIVA PARA O MUSEU DA VILA

Laiane Fontenele de Sousa[1]
Áurea da Paz Pinheiro[2]

**Resumo:** Em museu de comunidade, é fundante destacar a gestão do patrimônio cultural no território e as nuances responsáveis por fomentar e subsidiar práticas dialógicas e contextuais que se relacionam com a museologia comunitária se afirmando em práticas socioculturais e educativas. Destacamos o museu e sua função macro de mediador e responsável pela salvaguarda e propagação constante de memórias, histórias e do patrimônio cultural. O museu de território está atravessado por relações e práticas que envolvem múltiplas comicidades se estendendo para além muros e colocam a comunidade como público participante ativo na elaboração, execução e avaliação de projetos e ações, protagonistas que gerem no território seus patrimônios. Portanto, é importante fomentar condições favoráveis à governança compartilhada para acompanhar ações que prezem pelos aspectos democráticos da gestão, para colaborar na formação e sensibilização das comunidades locais sobre a importância do museu, neste estudo o Museu da Vila, reiterando seu papel de propor e ofertar atividades, com foco na formação de agentes do patrimônio, multiplicadores, que transmitam conhecimentos e práticas de gestão dos patrimônios para a comunidade, fortalecendo a integração social. O objetivo deste estudo consiste em abordar o processo de construção de uma governança colaborativa para o Museu da Vila, gestão como ferramenta de promoção e efetivação da função social do Museu. Para este trabalho, selecionamos professores/as e alunos/as do 9º ano, gestores/as e servidores/as terceirizados/as da Unidade Escolar Professora Carmosina Martins da Rocha, instituição de ensino vinculada à Prefeitura de Luís Correia, Piauí. As ações executadas com este público participante são rodas de conversas para dialogar sobre a importância do Museu e de sua gestão com o envolvimento direto da comunidade local, um museu como equipamento cultural que salvaguarda histórias e memórias, que promove ações de reconhecimento do patrimônio cultural. O delineamento metodológico deste trabalho tem natureza qualitativa, do tipo pesquisa-ação. Usamos revisão de literatura, construímos objetivos estratégicos definidos a partir das características do público participante, atendendo aos aspectos conceituais, de contexto e prioritários na gestão do patrimônio cultural. Os estudos e intervenções realizados no Museu da Vila, sob as orientações de Pinheiro e Moura (2015-2022), as discussões realizadas pela Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários e as reflexões de Hugues de Varine e Paulo Freire oferecem suporte conceitual e técnico-metodológico a esta pesquisa-ação. Esperamos com este trabalho criar um espaço efetivo de gestão participativa, um Conselho Gestor do Museu da Vila, que envolva a universidade, a comunidade e outros agentes e setores públicos e privados, um espaço de escuta e tomada de decisões, de produção e transferência de conhecimentos, multiplicando informações e troca mútua de vivências para a defesa do patrimônio cultural, um órgão gestor com o protagonismo das populações que habitam e que são detentoras dos patrimônios do lugar. Mediante os aspectos delineados, conclui-se que a presente pesquisa possui uma visibilidade e delineamento essencial dentro do conjunto de realização da pesquisa, tendo em

vista o processo de integração e protagonismo dos atores presentes no campo de investigação e ações práticas do presente estudo.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Museologia; Comunidade; Território; Conselho Gestor.

## Introdução

Esta pesquisa de natureza ação tem como objetivo a criação de um Comitê Gestor do Museu da Vila (MUV), com os residentes da Vila-bairro Coqueiro da Praia, Luís Correia, Piauí, Brasil. Como estratégia de sensibilização e informação das pessoas, pretende-se promover um conjunto de ações que permitam encontros para diálogos entre a gestão atual da Instituição MUV e a comunidade, essas ações serão rodas de conversa, oficinas, workshop com vistas a potencializar a colaboração e participação desse público, criando dessa forma condições para uma governança compartilhada que acompanhe o desenvolvimento e a efetivação dessas ações com foco na reverberação democrática e comunitária, com vistas a sensibilizar a comunidade residente no território da pesquisa sobre a importância do MUV e de suas ações em suas vidas, bem como realizar a formação de agentes multiplicadores, transmitindo os conhecimentos e práticas adquiridas para a comunidade.

Tendo como ponto de estudo o MUV, traz-se uma abordagem contextual sobre os aspectos que tangenciam e estão envoltos na sua configuração. O MUV caracteriza-se sendo um tipo singular de museu de território, um equipamento cultural de base comunitária, um polo/núcleo do Ecomuseu Delta do Parnaíba (ECOMUDE), localizado em uma vila-bairro habitada por pescadores artesanais, Coqueiro da Praia, município de Luís Correia. De acordo com Carvalho (2019, p. 96) "O primeiro equipamento cultural a formar a rede de museus de território do Ecomuseu Delta do Parnaíba (ECOMUDE) foi o Museu da Vila, igualmente, um museu escola, sede do Mestrado Profissional em Museologia." O MUV é uma idealização e concepção do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) | Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) e da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro (AMBC).

**Figura 1 – Museu da Vila**

Fonte: Vitor Pereira, 2022.

O imóvel que abriga a sede do MUV era de propriedade do Governo do estado do Piauí. Foi cedido pela Lei Estadual n° 7.178, de 9 de janeiro de 2019, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, através de um Contrato de Cessão do Imóvel à UFPI/UFDPar para uso do Programa de Artes, Patrimônio e Museologia- PPGAPM, que com a comunidade instalou o MUV, em 1º de junho de 2018, oferecendo novo uso social ao prédio que abrigava o antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto. A antiga escola estava há mais de sete anos em estado de abandono e degradação. O MUV, portanto, está localizado na esquina da rua Antonieta Reis Veloso com a Rua José Quirino, no bairro Coqueiro, Luís Correia, Piauí, um dos dez municípios que integram a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba.

A Resolução nº 004/2020, de 19 de outubro de 2020, do Conselho Universitário da UFDPar, aprovou a inclusão do MUV como órgão suplementar de ensino, pesquisa, extensão, inovação social e tecnológica da nova Universidade, abrindo novas possibilidades para ampliar recursos humanos, materiais e financeiros. O Regimento Interno do MUV foi aprovado em 2020 pelo Colegiado do PPGAPM e pelo Conselho Superior da UFDPar. De acordo com esse documento, artigo 7º, o MUV é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço das comunidades locais e de uma educação sustentável e ao longo da vida, aberta aos públicos, com a participação efetiva dos moradores de seu entorno, com o objetivo de conservar, investigar, comunicar, expor e salvaguardar o rico e complexo patrimônio natural e cultural da APA Delta do Parnaíba e de seu meio envolvente.

Ademais, Carvalho (2019, p. 90) afirma que:

> O Museu da Vila surge no século XXI, em um contexto no qual é inegável a função social que exercem os museus[...]. Os museus devem estar a serviço do conhecimento, da melhoria da qualidade de vida das pessoas, em particular daquelas que vivem, que habitam os territórios onde estão instalados como equipamentos culturais.

O MUV está geograficamente ligado à APA Delta do Parnaíba, que foi criada por decreto do governo federal do Brasil em agosto de 1996. Possui uma área de 307.590,51 hectares, inclui três Estados do Meio Norte, Piauí, Maranhão e Ceará e 10 municípios: Tutóia, Paulino Neves, Araioses e Água Doce, no Maranhão; Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Piauí; Chaval e Barroquinha, no Ceará.

**Figura 2 – Mapa da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**

Fonte: Victor Veríssimo, 2018

É nesse contexto que apresentamos a proposta deste trabalho, um projeto de pesquisa-ação que está a ser construído como parte de ações integrativas a acontecerem no MUV e no seu entorno, contribuindo para o fortalecimento de uma gestão que inclui interfaces com outras áreas que estão a vivenciar e compartilhar memórias no território.

**Ecomuseu e Patrimônio**

O ecomuseu é uma prática significativa e duradoura que emergiu da Nova Museologia na década de 1970. Os ecomuseus têm sido um tópico importante na museologia contemporânea desde que o termo foi cunhado pela primeira vez por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine nos anos 1970. Com o objetivo de abordar a sociedade, a natureza e o museu, o termo ecomuseu foi utilizado pela primeira vez na reunião de 1971 do Conselho Internacional de Museus (ICOM) e foi inicialmente conceituado por Varine (1973) e Rivière (1973). Todo o processo histórico de criação do ecomuseu, bem como seu conceito, nasceu na década de 1970. Segundo Brulon (2015), o ecomuseu surgiu com a criação do Écomusé e Du Creusot Montceau-Les-Mines (França), idealizado por Marcel Evrard.

Esta nova categoria museológica vem de um movimento de reflexão e crítica aos modelos fiéis à Museologia Tradicional. O ecomuseu busca relacionar o patrimônio cultural com o território onde está inserido, o que difere da proposta dos Museus Nacionais, voltada à constituição e preservação do patrimônio cultural de uma nação. Chagas (2013) explica que o museu tradicional tem como foco os objetos, um prédio físico e um público específico, enquanto o ecomuseu busca relacionar as formas de patrimônio cultural de determinado território, a modificação deste pela ação humana e como ele interage com a comunidade. A prioridade para o ecomuseu é a comunidade e todos os estudos têm como foco a proteção, documentação, expressão e promoção do seu patrimônio. De acordo com Rivière (1985, p.1):

> Um ecomuseu é um instrumento que um poder e uma população fabricam e exploram juntos. Este poder, com os especialistas, as instalações, os recursos que fornece. Esta população, de acordo com suas aspirações, seus saberes, suas competências. Um espelho onde esta população se olha, para se reconhecer, onde ela procura a explicação do território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou na continuidade das gerações.

O ecomuseu se destina a preservar a paisagem cultural e agrega a participação da comunidade nesse conjunto de ações e necessidades associadas ao desenvolvimento local. Desde o advento da "nova museologia" nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu um aumento acentuado de museus baseados na comunidade, com trabalhadores culturais e a comunidade como um todo adotando práticas de gestão do patrimônio que enxergam o museu como uma ferramenta para agregar valores, identidades e matizes culturais às pessoas.

Dentro da própria finalidade do ecomuseu, ressalta-se sua inter-relação com o patrimônio, bem como a manutenção dos aspectos que alinham conservação, proteção e valorização existentes dentro das relações sociais e do território propriamente dito. Dessa forma, Naguib (2013) traz, a partir de uma socialização abrangente, que o patrimônio continua profundamente conectado às impressões sobre nacionalidade, autenticidade e raízes profundas e duradouras que foram amplamente desenvolvidas durante o século 19. No mais,

é tido como uma herança que se classifica tanto pela importância memorial e documental dos objetos, questão econômica, bem como pelo valor emocional e pelas memórias que são guardadas.

Assim, Bowden e Ciesielska (2016, p.23, tradução nossa) aduzem:

> [...] os ecomuseus evocam uma "sensação de lugar". Isso inclui o patrimônio material, como os objetos que são preservados por museus tradicionais, mas também edifícios domésticos, agrícolas e industriais, a vida selvagem e a paisagem natural. Talvez mais significativamente, também inclui o patrimônio imaterial, como memórias, folclore, habilidades, ofícios e tradições.

Sobre a definição de patrimônio cultural imaterial, trazemos a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), que em seu artigo 2, afirma que:

> Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Há uma forte percepção e entrelaçamento entre o ecomuseu e o patrimônio, sendo de suma importância aproximar os aspectos que estão arraigados com a história, território, cultura e meio ambiente, bem como os saberes, conhecimentos, vivências, ambos elementos interligados e pertencentes à comunidade.

O patrimônio possui como objetivo maior ajudar as comunidades e o entorno como um todo a conquistar um empoderamento social, cultural e econômico. Abordando, com isso, aspectos essenciais que garantam oportunidades e sustentabilidade. O ecomuseu, ao negociar localmente e redefinir até os parâmetros físicos do museu, apresenta um modelo único de preservação e educação democrática do patrimônio. (STOKROCKI, 1996).

Sobre a relação ecomuseu e patrimônio, Canavese, Gianotti e Varine (2018, p. 49, tradução nossa) afirmam ainda que:

> Um ecomuseu é normalmente identificado pelo seu território e pelo patrimônio que inventaria, estuda, promove, mantém, é constituído não só por todos os seus componentes culturais, materiais ou imateriais, mas também pela paisagem e por todos os elementos geológicos e biológicos que estão presentes "in situ", a sua propriedade moral, o seu uso e a sua responsabilidade são partilhados pela população local.

O ecomuseu é um processo motriz por meio do qual as comunidades são capazes de identificar, preservar, interpretar e administrar seus recursos naturais e culturais tomando como base suas raízes e percepções socioculturais. "Os ecomuseus devem facilitar processos participativos visando identificar, cuidar e administrar o patrimônio local. Isso pode ser feito facilitando modelos de cidadania ativa e processos de verticalização e subsidiariedade horizontal." (SANTO; BALDI; DUCA; ROSSI, 2017, p. 90, tradução nossa).

**Governança participativa alinhada ao Ecomuseu Delta do Parnaíba (ECOMUDE)**

O termo governança "[...] diz respeito à capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas." Diniz (2001, p. 21). De maneira geral, governança refere-se ao ato de governar, com o envolvimento dos diferentes grupos, representativos numa sociedade como um todo. Falar sobre governança nos remete a colocar em destaque o termo no seu sentido usual, cabendo trazer aqui a sua origem que se sobressai no mundo dos negócios, em particular no mundo empresarial, como aduz Dallabrida e Becker (2003), algo bastante discutido ao longo dos últimos anos na esfera da gestão pública. De acordo com Bevir (2011a), a adoção da governança no âmbito da administração pública enfatiza a noção de redes como um acomodamento de governança. Tem-se o conceito de rede como uma alternativa à prática burocrática conforme se busca entrelaçar diferentes indivíduos interessados em determinada questão. Neste sentido, a governança participativa atua em uma linha de descentralização do governo e uma interação e participação ativa dos indivíduos mediante as políticas públicas. Como bem afirma Freitas (2016, p. 33):

> [...] a governança participativa se dá pela interação entre as instituições públicas e a sociedade civil, os mecanismos de participação já mencionados, combinam elementos participativos e representativos em maior ou menor grau. Para serem viabilizados, é imprescindível, a articulação de uma sociedade civil organizada com um Poder Executivo comprometido, pois ele requer compromissos de ambos: os políticos devem estabelecer um programa que cede o controle sobre dotações orçamentárias relevantes para um processo de tomada de decisão participativa e a sociedade civil deve aproveitar esse processo de tomada de decisão como oportunidade política para avançar nas prioridades de desenvolvimento e serviços públicos.

Governança participativa é uma forma democrática de tomadas de decisões, que passam a ser transparentes, ela fortalece a atuação das pessoas e subsidia as instâncias locais. Criar condições para uma governança participativa é acompanhar o desenvolvimento de ações com foco na atuação democrática e comunitária, com vistas a sensibilizar determinado grupo ou indivíduos. Paralelamente às definições já trazidas no tocante à governança e seus desdobramentos, conjunto de atores e sociedade de forma geral, alinham-se às práticas colaborativas que se interligam para que se construa no Museu da Vila (MUV) e no Ecomuseu Delta do Parnaíba (ECOMUDE) modelos democráticos de atuação e condução de projetos e ações das Instituições. Neste contexto, trazemos como ponto de análise e conhecimento as características que circunscrevem e estão envoltos na configuração do MUV, sendo de suma importância entender e conhecer os aspectos que o caracterizam e são intrínsecos a sua estruturação. De acordo com Carvalho (2019, p. 96) "O primeiro equipamento cultural a formar a rede de museus de território do ECOMUDE foi o Museu da Vila, igualmente, um museu escola, sede do Mestrado Profissional em Museologia." O MUV é uma idealização e concepção do Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) | Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar) e da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro (AMBC). O MUV é um museu vinculado à estrutura administrativa da UFDPar e Polo do Ecomude, Projeto Matriz do PPGAPM, em sinergia com os projetos e ações da AMBC, tendo como

parceiros o Governo do Estado do Piauí; a Prefeitura Municipal de Luís Correia; o Instituto Tartarugas do Delta (ITD); o Serviço Social do Comércio (SESC) etc., agentes, setores e instituições públicas, privadas e sociais que realizam projetos e ações socioeducativas na APA Delta do Parnaíba e prestam serviços às comunidades locais no que se refere à pesquisa, documentação, conservação, salvaguarda e comunicação dos patrimônios.

Segundo Pinheiro (2017),

> [...] no Projeto Matriz adotamos o conceito de Rede de Museus, que se firma na existência de equipamentos culturais autônomos, mas dentro de um ecossistema cultural, que somam esforços e otimizam recursos humanos e materiais de forma a permitir organicidade no planejamento e execução de plano estratégico.

O MUV compreende o território, ampliando e alinhando pessoas, patrimônio, sociedade. o MUV integra-se ao território, englobando o ecossistema, bem como a comunidade.

> A missão do Museu da Vila é ser um espaço socioeducativo, um equipamento cultural a abrir portas para construirmos sociabilidades, solidariedades, encontros livres uns com os outros, de partilha, engajamento e consciência coletiva. A sua vocação é a pesquisa, documentação, comunicação e salvaguarda do rico e complexo patrimônio cultural da vila-bairro Coqueiro, habitada por famílias de pescadores artesanais. A visão é ser um museu em constante construção com e para as pessoas, porque um museu sem pessoas é distante, frio, incompreensível, irrelevante. (PINHEIRO, 2019).

O MUV foi criado com e para as comunidades ribeirinhas, praieiras e deltaicas da APA Delta do Parnaíba em 2018, mas desde 2008 que as professoras Áurea Pinheiro e Cássia Moura iniciaram estudos e diálogos sobre o patrimônio cultural envolvendo populações locais, universidade, setores e agentes públicos e privados e sociais nos estados do Piauí e Maranhão. Como resultados, as professoras criaram o Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia e o Projeto ECOMUDE, ambos na Área de proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, que inclui os estados do Maranhão, Piauí e Ceará. A APA Delta do Parnaíba é um Bioma Marinho costeiro, possui uma área de 309.993,77 hectares, perfazendo um perímetro 543,13 km, de extensão, incluindo a área marítima, composta por ambientes marinhos, costeiros, manguezais, praias, restingas, dunas fixas e móveis, planícies, fluvial marinho, lacustres, caatinga e carnaubal. (ICMBIO, 2020). A APA Delta do Parnaíba possui um rico patrimônio natural e cultural, que está a ser investigado, documentado, comunicado e salvaguardado, de forma a criar oportunidades a construção de territórios sustentáveis, construindo gradativamente um turismo de base comunitária, com respeito à biodiversidade.

## Experiências com a comunidade da Unidade Escolar Professora Carmosina Martins da Rocha

A considerar o museu comunitário, nomeadamente, o Museu da Vila e sua condição de membro da rede ECOMUDE, representativo no ambiente e proporcionador de integração entre bens comuns tangíveis e intangíveis em um território específico e a dialogar

com atores sociais do lugar, realizamos atividades com professores/as e alunos/as da Unidade Escolar Professora Carmosina Martins da Rocha e rodas de conversas temáticas sobre ecomuseu e sobre o Museu da Vila, explorando conceitos e conhecimentos sobre as relações entre o Museu e a Comunidade, o dia a dia do Bairro, criando espaço de escuta e produção de sentidos e significados da comunidade escolar em relação ao trabalho do Museu da Vila.

Inicialmente, apresentamos a proposta das atividades para a diretora da Escola, bem como para os/as professores/as, para, posteriormente, realizarmos os diálogos. De início foi perceptível a notoriedade que os/as professores/as e a direção da Escola denotaram às atividades propostas, demonstrando adesão e envolvimento. Passado o momento do primeiro contato com a comunidade escolar, chegou a hora de pôr em prática com as turmas escolhidas as ações pensadas e planejadas. É de suma importância mencionar o caráter descontraído, lúdico existente em cada roda de conversa, primando sempre pelo respeito e inclusão. As rodas de conversas foram realizadas com as turmas de 9º ano A e 9º ano B, turno manhã. O tema foi o patrimônio cultural; partimos de questionamentos sobre o tema para explorar informações prévias, sobre o repertório de cada participante. Em horários previamente acordados, no mês de maio de 2022, no ambiente da Escola, especificamente a sala de aula, colocamos em prática o que foi pensado para acontecer, obedecendo a idade dos participantes, entre 14 a 16 anos, condizente com a metodologia aplicada no momento de execução das atividades planejadas.

De forma detalhada, segue a descrição das atividades: a primeira foi a formação de um círculo com os adolescentes, aproveitando o espaço de sala de aula, criando outra configuração, rearranjo da dinâmica estrutural do ambiente escolar; deslocando cadeiras e deixando um espaço favorável ao desenvolvimento da atividade, para logo após iniciar a conversa sobre o que eles sabiam sobre patrimônio, cultura e sobre o Museu da Vila. Estávamos motivados a criar um ambiente de escuta, no qual os adolescentes e jovens se sentissem confortáveis para o diálogo. Usamos palavras-chave e frases, que elaboramos previamente, para que de forma lúdica, fosse estimulada a atenção sonora e visual. As palavras e frases que fixamos no quadro branco da sala de aula eram: patrimônio à minha volta/ Meu, seu, nosso patrimônio! /O patrimônio cultural da minha gente/ O que é patrimônio cultural?). Buscamos criar um ambiente dinâmico, que promovesse momentos de reaproximação e reintegração pós-pandemia entre o Museu e a comunidade escolar, que se confunde com a comunidade Coqueiro, bairro onde está situado o Museu. Reabrimos diálogos entre Escola e Museu, com propostas de ações da comunidade para o Museu. A contribuição dos participantes foi desde conhecer e potencializar os projetos e ações educativos culturais do Museu, bem como discutir e propor soluções para questões problemas do Bairro, que traduzem a vulnerabilidade das famílias que aqui habitam, desde a coleta seletiva do lixo, falta de saneamento básico, ausência de segurança pública e de profissionais de saúde no posto local. Portanto, os participantes sabem e defendem o conceito de um museu como um espaço de ação política e social.

Os participantes reconhecem a potência de um museu de comunidade, que estimula a participação cidadã, o reconhecimento e conhecimento das histórias de vida dos residentes. Logo após a finalização da primeira ação proposta, já percebemos, gradativamente, o nível de identificação e interação que surgia entre os participantes, proporcionando um ambiente mais descontraído, aumentando assim o nível de participação entre todos. Destacamos o

envolvimento, vontade e empolgação que se manifestaram em relação ao patrimônio cultural e ao conceito, missão, vocação e valores do Museu da Vila, que atravessa a vida cotidiana da comunidade.

Concluído esse primeiro momento, prosseguimos propondo outro voltado ao reconhecimento do patrimônio cultural apresentado e discutido nas rodas de conversas. Apresentamos um dos documentários etnográficos da série Povos do Delta, produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação do Museu da Vila. No filme, os protagonistas são os moradores do bairro, que narram suas memórias, histórias, vivências cotidianas, experiências associadas ao mar, aos artefatos de pesca, a conhecimentos de espécies de peixe, fluxo de maré. O documentário é o primeiro do episódio da Série de Documentários Etnográficos "Povos do Delta", com a direção de Áurea Pinheiro, Cássia Moura e Fábio Estefânio, um dos resultados de pesquisa-ação do PPGAPM da UFPI/UFDPar. O documentário tem 15 minutos e foi exibido mais de uma vez no mesmo horário por solicitação dos/as alunos/as. Após as exibições foi intensa a inquietação e vontade de manifestação, vontade de falar, ser ouvido/a sobre a percepção que tiveram do documentário, sobre a temática em si e principalmente pelo protagonismo daquelas pessoas que conhecem, muitas das quais parentes ou vizinhos, os personagens que apareceram no documentário. Portanto uma exitosa experiência, com intenso nível de identificação dos participantes, que reconhecem os/as pescadores/as como protagonistas do labor comum. O alcance conquistado com as atividades propostas, nos permitiu continuar as ações elaboradas e aplicadas, avançamos com o conceito de patrimônio, museu, ecomuseu contextualizando-os à realidade, criando situações de aprendizagem participativas e inclusivas.

Concluídas as atividades propostas para a manhã, tivemos o cuidado de realizar uma síntese do que foi apreendido e tido como referência para cada participante, incentivando o diálogo constante e identificação com as atividades e ações apresentadas e executadas. Encerramos cada dia de atividade com um momento de socialização. Apresentamos fotografias de ações já desenvolvidas no Museu da Vila, com o intuito de reforçar a contribuição da Instituição para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, com atividades voltadas à reflexão das vulnerabilidades do território, em especial aos patrimônios natural e cultural, patrimônios dos quais são detentores e devem ser responsáveis por sua gestão.

Observamos o envolvimento e interação dos participantes nas atividades e ratificamos a importância do cuidado em relação às ações apresentadas e adequadas ao contexto do público, primando para que os objetivos macro e micro da pesquisa sejam concluídos. No conjunto das ações, os adolescentes e jovens estavam livres para usarem a criatividade e aprenderem, externando, assim, os conhecimentos prévios relacionados ao processo de construção das ações propostas, tornando os momentos das rodas de conversas como representativos das memórias individuais e coletivas.

**Figura 3 – Oficina sobre Patrimônio – primeiro dia**

Fonte: Acervo pessoal, 2022

**Figura 4 – Oficina sobre Patrimônio – segundo dia**

Fonte: Acervo pessoal, 2022

## Considerações finais

Ademais, o Plano de Gestão que será construído para o MUV assumirá um caráter de modelo para os outros polos museológicos da rede, que ainda necessitarão dos mesmos processos de elaboração. Com isso, as primeiras fundamentações e reflexões aqui suscitadas oferecem um retrato do museu em estudo, ou seja, ofertam uma visão do que pode ser utilizado e aprimorado mediante a construção de um plano estratégico para o desenvolvimento da gestão museológica e cultural com base nos aspectos tangenciais e primordiais já encontrados no MUV. Demarcações essas que serão aprimoradas e discutidas mediante prováveis ameaças identificadas durante o processo de construção coletiva do

Plano de Gestão. Espera-se, sobretudo, que a pesquisa e as reflexões possam auxiliar a gestão pública local em suas tomadas de decisões e a comunidade como um todo a perceber o potencial do museu como um vetor de desenvolvimento.

**Referências**

BEVIR, Mark. **Governance as theory, practice and dilema.** In: BEVIR, M. (ed.). *The sage handbook of governance* Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2011.

BOWDEN, Alistair; CIESIELSKA, Malgorzata. Ecomuseums as cross-sector partnerships: governance, strategy and leadership. **Public Money & Management**, Inglaterra, v. 36, p. 23 - 30, March 2016. Disponível em: https://sci-hub.se/10.1080/09540962.2016.1103414. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRULON, Bruno. A invenção do ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-Les-Mines e a prática da museologia experimental. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 267-295, ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/?lang=pt. Acesso em: 19 jan. 2022.

CANAVESE, Giuliano; GIANOTTI, Franco; VARINE, Hugues de. Ecomuseums and geosites community and project building. **International Journal of Geoheritage and Parks**, Elsevier, v. 6, n. 1, p. 43–62, June 2018. Disponível em: https://sci-hub.se/10.17149/ijg.j.issn.2210.3382.2018.01.004. Acesso em: 01 fev. 2022.

CARVALHO, Rita de Cássia Moura. **Por entre rio e mar:** Artes, Patrimônio e Museologia. 2019. Tese (Doutorado em Belas-Artes, especialidade de Ciências da Arte) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Portugal, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/39657. Acesso em: 10 jan. 2022.

CARVALHO, Rita de Cássia Moura. **Por entre rio e mar:** Artes, Patrimônio e Museologia. 2019. Tese (Doutorado em Belas-Artes, especialidade de Ciências da Arte) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, Portugal, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/10451/39657. Acesso em: 10 jan. 2022.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. **Memórias de | Icapuí**, Fortaleza, v. 1, p. 20-29, 2013. Disponível em: http://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/01/5memoriaepoder.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

Cultural Heritage. **Sustainability**, Switzerland, v. 5, p. 2178 – 2190, May 2013. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/5/5/2178. Acesso em: 20 jan. 2022.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Ferminiano. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 1, p. 73-97, jul./dez. 2003. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/80. Acesso em: 20 jan. 2022.

DINIZ E. **Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea.** São Paulo em perspectiva, v. 15, p. 13-22, 2001.

FREITAS, Roberto Lúcio Corrêa de. **Governança participativa no âmbito do orçamento público: os casos dos municípios mineiros de Unaí e Buritis, participantes da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal – RIDE – DF**. 2016. 92f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/21413. Acesso em: 16 ago. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **APA Delta do Parnaíba**. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-delta-do-parnaiba. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **APA Delta do Parnaíba**. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-delta-do-parnaiba. Acesso em: 15 ago. 2022.

NAGUIB, Saphinaz-Amal. Museums, Diasporas and the Sustainability of Intangible norte do Brasil. 2017. Notas de aula [Trabalho não publicado]
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** UNESCO, 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

PINHEIRO, Áurea da Paz; CARVALHO, Rita de Cássia Moura; BRAGA, Solano de Souza. ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA, MEIO NORTE DO BRASIL. *In:* 5º Colóquio Ibero-Americano: paisagem cultural, patrimônio e projeto, 2019, Belo Horizonte, MG. **Anais** [...]. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/5coloquiodapaisagem/101890-ecomuseu-delta-do-parnaiba-meio-norte-do-brasil/. Acesso em: 16 ago.2022.

PINHEIRO. A. da P. ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA (MUDE): Um
RIVIERE, George Henri. Definição Evolutiva de Ecomuseu. **Museum International**, [s.l.], v. 37, n. 4, p. 1, jan. 1985. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/definicao_evolutiva_de_ecomuseu_.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

SANTO, Raul Dal; BALDI, Nerina; DUCA, Andrea Del; ROSSI, Andrea. The Strategic Manifesto of Italian Ecomuseums. **Museum International**, [s.l.], p. 86–95, 2017. Disponível em: https://www.icom-italia.org/wp-content/uploads/2018/02/ICOMItalia.MuseumInternational.Articolo.RauldalSanto.NerinaBaldi.AndreadelDuca.AndreaRossi.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

STOKROCKI, Mary. The Ecomuseum Preserves an Artful Way of Life. **Art Education**, Routledge, v. 49, n. 4, p. 35–43, July 1996. Disponível em: https://sci-hub.se/10.2307/3193631. Acesso em: 10 fev. 2022.

# TRABALHADORAS SEXUAIS E AS ARTES: VISIBILIDADE, RECONHECIMENTO E DIREITOS HUMANOS

Bárbara Natália Lages Lobo[115]

**Resumo:** O presente artigo aborda a invisibilidade das trabalhadoras sexuais pelo processo cultural de estigmatização, demonização e criminalização da prostituição. Por outra senda, apresenta como as expressões artísticas diversas, desde a Antiguidade, retratam o cotidiano do trabalho sexual nas cidades. As artes plásticas, a literatura, o teatro, o cinema, as séries e, na contemporaneidade, a cultura digital desvelam o incômodo e as imposições morais sobre as trabalhadoras sexuais, ao passo que também atuam, ainda quando não tem esse propósito, como instrumentos e manifestações pelo reconhecimento e integração das trabalhadoras sexuais na sociedade. A jornada, as discriminações e as vivências das trabalhadoras sexuais atravessam distintas manifestações artísticas, com propósitos distintos, ora como instrumento reflexo dos padrões morais sexuais estabelecidos, ora como narrativas diárias autobiográficas de quem experiencia a condição paradoxal do ser desejado e indesejado frente ao limbo regulatório do direito, a despeito da disposição do direito ao trabalho como direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Analisar as representações das trabalhadoras sexuais nas artes permite verificar a importância destas nas distintas "esferas de insurreição" e a atuação sexual contra a moral sexual hegemônica, ainda centrada no controle e domínio das corporalidades das mulheres. A metodologia utilizada consistiu na verificação das concepções morais, sociais, culturais e jurídicas acerca do trabalho sexual, bem como a análise crítica das estruturas moralizantes que discriminam sexualidades dissidentes. Realizou-se a verificação de obras de arte distintas que retratam o trabalho sexual, seus símbolos, recepção social, bem como as manifestações autobiográficas por reconhecimento como instrumentos para se conferir visibilidade às trabalhadoras sexuais, bem como enfrentamento do estigma. A apresentação das obras perpassa a análise das normas de direitos humanos, que reconhecem o direito ao trabalho e suas prestações sociais como integrantes dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Classificados como de segunda dimensão, os referidos direitos representam incumbências dirigidas ao Estado e à sociedade em virtude de seu viés afirmativo. Concluir-se-á pela importância das artes como mecanismos de insubordinação e visibilidade das trabalhadoras sexuais, a lançar luzes sobre a importância da regulação do exercício do trabalho sexual nos estados democráticos e reconhecimento de direitos humanos e fundamentais.

**Palavras-chave:** artes; democracia; direitos humanos e fundamentais; trabalhadoras sexuais; trabalho.

---

[115] Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-doutoramento em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora da Universidade Autónoma de Lisboa "Luís de Camões". Investigadora Integrada do Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov) da Escola de Direito da Universidade do Minho (GLOB - Globalização, Democracia e Poder). Investigadora Colaboradora do Ratio Legis - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa [Projetos: Cultura de Paz e Democracia/Migração Internacional e Direitos Humanos]. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Constitucionalismo e Direitos na Era Digital - Algolatr.IA do Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Autora das obras: "O Direito à Igualdade na Constituição Brasileira" (2013) e "Estrela" (2020). E-mail: barbaralobo@hotmail.com.

## Introdução

Os direitos humanos e fundamentais econômicos, sociais e culturais possuem uma característica imperativa: a natureza afirmativa (LOBO, 2013). O direito ao trabalho é reconhecido no art. 23 da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), reforçado o seu teor no artigo 6º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). Nas constituições influenciadas pelo paradigma do Estado Social, o direito ao trabalho é reconhecido como direito fundamental, por exemplo, na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), nos art. 1º, IV; 5º, XIII e 6º, para citar alguns, na Constituição da República Portuguesa (1976), no art. 58º, 1; na Constituição da República do Equador (2008), no art. 33.

Tais direitos impõem ao Estado e à sociedade, por aplicação dos princípios da constitucionalidade (força normativa da constituição) (HESSE, 1991) e legalidade, enquanto deveres fundamentais, a realização de ações para seu reconhecimento, acesso e efetividade. A inércia estatal ou a sua atuação contrária representam violações normativas por descumprimento do dever fundamental de garantir, promover e efetivar direitos fundamentais e humanos. A afirmação coloca em xeque teorias tradicionais do caráter de "direitos fundamentais por satisfazer" (não com essa nomenclatura, mas com esse pano de fundo programático (SILVA, 2002), nas mais distintas expressões e nomenclaturas, pela ação de agentes e órgãos estatais distintos. Há que se reconhecer efetivamente a normatividade e exigibilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais para além da sua inscrição em documentos jurídicos, suscetíveis a condicionamentos distintos reveladores de prioridades políticas e econômicas.

A sensação coletiva do "doce na boca da criança" para "amansar" manifestações por direitos já está desvelada. As recentes flexibilizações de direitos trabalhistas (e previdenciários), sob orientação neoliberal que menospreza completamente os anseios sociais, revelam sua fragilidade nas configurações contemporâneas do poder econômico, especialmente considerada a reorganização tecnológica e plataformização do trabalho (LOBO, CUNHA, 2022, p. 42; CUNHA, 2023). Para trabalhadores informais, agrava-se a permanente crise estruturalmente imposta, revelando-se como principais afetados em situações extremas, como a pandemia de COVID-19, pela condição de precariedade e insegurança trabalhistas (LOBO, GALVÃO, SOUZA, 2020), o que se incrementa por atributos interseccionais (CRENSHAW, 2019).

A invisibilidade ainda subsistente quanto à regulação dos direitos das trabalhadoras sexuais, a desproteção em todos os níveis que resulta do estigma, manifesto em violências individuais e coletivas, são facetas da inefetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como da seletividade e desigualdades quanto à fruição de todos os direitos humanos e fundamentais. A hostilidade que ainda se confere ao trabalho sexual e às pessoas que o exercem, compreendidas as múltiplas possibilidades de sua realização, inclusive tecnológicas, revelam a continuidade da imposição de padrões morais hegemônicos sobre as sexualidades e a respectiva afetação de direitos humanos e fundamentais. A desigualdade existencial (THERBORN, 2010) das trabalhadoras sexuais revela uma ordem antidemocrática excludente quanto aos diferentes status de cidadania.

Indubitável a continuidade das sociedades de castas na contemporaneidade, sob a máscara falaciosa da meritocracia. E é exatamente para fazer frente a todas as ordens de

desigualdades, ao passo que proporcione minimamente possibilidades de fruição de liberdades, que os direitos econômicos, sociais e culturais representam conquistas de movimentos sociais pelo seu reconhecimento, defesa, efetividade e acesso à justiça. Ainda que se argumente pelo "efeito fantasial", considerada a encriptação das declarações liberais de direitos (HINCAPÍE, RESTREPO,2012, p. 99), ou pelo caráter "simbólico" dos direitos fundamentais (NEVES, 1996, p. 321), ou pelo "fim dos direitos humanos" (COSTAS DOUZINAS, 2000), ante a inequívoca constatação de sua completa inefetividade, universalização totalizante inscrita na expressão "humanidade", reconhecida verdadeiramente apenas à casta privilegiada – que faz as normas ou direciona a sua produção – hoje conhecida pela representação de 1%, e precarização neoliberal, não se pode acatar o programado reducionismo determinista na perpetuação de desigualdades via direitos humanos e fundamentais.

Embora soe ingênuo, portanto, mais e mais uma vez, investigar sobre a efetividade de direitos humanos e fundamentais já partindo de pressupostos políticos, socioeconômicos e culturais estruturais que demonstram a continuidade da exploração e incremento das desigualdades, argumenta-se por sua configuração enquanto instrumentos de defesa e que legitimam a exigibilidade de sua realização. Assim, a metodologia será analítica, crítica e dialética, com o objetivo de verificar representações e produções artísticas de trabalhadoras sexuais como manifestação de sua existência (e potência) digna, em conformidade com os direitos humanos e fundamentais, igualdade e liberdade, pelo que confere ao Estado e à sociedade, em todos os aspectos, o dever de respeito, reconhecimento e efetividade de direitos.

**Sexo, trabalho e arte**

A vida pulsante das trabalhadoras sexuais se apresenta nas artes e em suas manifestações políticas individuais e coletivas, como se viessem à superfície buscar um pouco de ar fresco ou dar voz ao eco de sua existência, insistentemente negligenciada, parasitariamente encoberta. Ao longo dos séculos, o trabalho sexual e as trabalhadoras foram pintadas, esculpidas, representadas, desenhadas, musicadas, fotografadas e escritas, ao passo que também fazem arte.

A importância das artes para a visibilidade das trabalhadoras sexuais reside no fato de (quando não censurada, não se presta ao exercício do poder ou somente alimenta o consumo), revelarem acontecimentos sociais de forma não-oficial, em interlocução macro e micropolítica, permitindo ampla manifestação, muitas vezes, sem o crivo moral, religioso, político, jurídico e econômico. A arte é política e importante espaço para o reconhecimento próprio, do "Outro" e do mundo. As pessoas se veem nas artes, de forma sensível, ou por elas se manifestam, sem as amarras do convívio puramente racional, mas também sensorial, emotiva e (por que não dizer?) espiritual, a depender das conexões estabelecidas e de suas ressonâncias.

As artes apresentam-se como expressões de liberdades (ou denúncia de suas censuras e limitações), sentimentos, desejos, vivências, sonhos, magias e criações, utilizando-se das figuras emocionais, fantasiosas, criativas ou (sur)realistas, como (consciente ou inconsciente) forma de reprodução da realidade vivenciada pela sociedade naquele espaço de tempo, movendo-se, atemporalmente, aos sentidos de quem as admira, experiencia e vive. Quando

não desviada de sua potência, sobretudo quando apropriada pelo capitalismo e por ele neutralizada, a arte desempenha, resistentemente, a "função ética de dar corpo ao que a vida anuncia", nos dizeres de Suely Rolnik (2018, p. 94).

As trabalhadoras sexuais são retratadas pela arte, desde a antiguidade, na integração da vida cotidiana. É possível encontrar diversas representações, com as impressões morais dos artistas que as produzem, ora imprimindo a rejeição, o desprezo, a visão sanitarista, bem como a concepção pecaminosa influenciada pela religião, ora imprimindo o realismo do ambiente e das situações vivenciadas, ora expressando os recônditos da sexualidade incônscia, mas latente.

Os adjetivos que se referem à arte que retrata o trabalho sexual e sua expressão também são diversos: erótica, pornográfica, explícita, obscena. Isso porque a arte erótica expõe os desejos humanos de busca do prazer, é forte elemento psicanalítico de entrega ou de luta contra aquilo que se sente, causando diversos efeitos na mente e no corpo, da excitação à repulsa. Daí a imposição de censura e advertências, em lugares e momentos diversos, daí a ocultação em lugares próprios (no fundo das livrarias, anteriormente, no fundo das locadoras de vídeos), como integrante do processo de castração e ocultação sexual pedagógica própria do vitorianismo que se estende à contemporaneidade.

Além disso, a nudez, lida, ouvida ou vista, atiça de forma irresistível a curiosidade e desvela o que se insiste em esconder com roupas, vergonhas, pudores, culpas e se revela como mais uma fonte de acesso ao conhecimento. Conhecimento sobre si, conhecimento sobre o corpo, conhecimento sobre o mundo, conhecimento sobre a dominação que se exerce por meio do sexo. A exposição da sexualidade é também a exposição da complexa natureza humana, nua, que rejeita desejando, em exercício contínuo da necessidade imposta de se colocar limites à invasão do desejo pelo prazer, do desejo pelo sexo.

O termo erótico, inicialmente, se referia à simbologia do amor, em referência ao deus grego Eros (MOURA, 2014). Eram consideradas eróticas as representações artísticas sobre amor. Posteriormente, o erotismo nas artes passa a representar as relações sexuais com cunho afetivo ou não. Etimologicamente, a palavra pornografia deriva do grego e se refere às representações sobre a prostituição (pòrne + graphè) (MOURA, 2014, p. 13). Assim, a pornografia nasce com o objetivo de representar, como estudo e/ou como arte, a prostituição. Atualmente, refere-se ao material artístico e/ou comercial, em sua totalidade, que explicitam as relações sexuais, não cingindo-se tão somente à prostituição. A pornografia ora se vale da teatralização que precede a consumação do sexo, ora a dispensa, escancarando o objetivo dos encontros sexuais, daí a repugnância gerada em diversos espectadores, e a atração exercida em tantos outros.

De forma simplificada, dividiu-se o erótico e o pornográfico entre o sugestivo e o explícito, razão pela qual este último é desconsiderado como expressão artística, mas simples produto voltado a mercado específico com cenas sexuais detalhadas. A pornografia retrata uma das realidades do trabalho sexual: não haver relação afetiva que justifique os atos sexuais, mas a existência do desejo por prazer, a prestação do serviço e o pagamento. A análise da representação do trabalho sexual nas artes não se restringe às conotações eróticas e pornográficas, outros movimentos artísticos podem ser verificados. Por exemplo, o Romantismo, cuja representação da prostituição na literatura e nas artes plásticas representa a busca, pelo amor, da redenção do trabalho sexual, normalmente, pelo casamento ou pela morte.

**O trabalho sexual nas artes: história e representações**

Importante recurso linguístico para a produção artística sexual é a utilização de metáforas para descrição dos órgãos sexuais, do ato sexual, das pessoas envolvidas no ato, ora como elemento fantasioso, ora para driblar as imposições censoras, bem como para atrair um maior número de pessoas que expiam as culpas dos desejos, quando o sexo não aparece de forma explícita. As metáforas são utilizadas em toda a produção artística erótica, desde o período antigo. Por exemplo, na China, entre os séculos XII e IX a.C, houve forte produção artística erótica com a sua utilização, a enaltecer as relações sexuais e os efeitos do orgasmo sobre o corpo, valendo-se de elementos religiosos e míticos (STEARNS, 2010, p. 49).

Também escrito no período clássico, aproximadamente nos séculos V e VI a.C, na Índia, o *Kama Sutra* (VATSYAYANA, 2012) baseia-se na filosofia transcendental de representação do amor e de retidão em todos os aspectos da vida pela união sexual (LABORDE, 2006, p. 40). Na quarta parte do livro, há seis capítulos destinados às cortesãs que descrevem o comportamento mais atrativo para os clientes, os tipos de clientes desejáveis, quais homens devem ser evitados, as razões que levam uma mulher a se prostituir, a melhor forma de gastar o dinheiro advindo do trabalho sexual, como deve se comportar a cortesã que viva com um homem, como afastar um homem indesejável, as melhores formas de obter dinheiro com o trabalho de cortesã, os tipos de cortesã, dentre outras.

A abordagem do trabalho sexual pelo *Kama Sutra* expressa a dignidade conferida às mulheres pela descrição de sua atuação cotidiana e ao apresentar conselhos para o seu exercício, despojado da moralidade que invisibiliza, exagera, transforma em tabu e estigmatiza: "Há certas mulheres que buscam o amor, há outras que buscam o dinheiro; para as primeiras, as maneiras de amar são descritas nas partes anteriores deste livro, enquanto as maneiras de ganhar dinheiro, praticadas pelas cortesãs, são descritas nesta parte". (VATSYAYANA, 2012).

A visibilidade dada pelo *Kama Sutra* às prostitutas decorre da integração destas na sociedade hindu, a qual era exercida sob a forma doméstica (as trabalhadoras sexuais aguardavam pelos clientes nas janelas de suas próprias casas), sem a discriminação à qual foram submetidas após o contato com o Ocidente. Não parecia absurda ou imoral a junção entre prazer sexual, trabalho e sobrevivência: "Ao se unirem aos homens, as cortesãs desfrutam o prazer sexual e, ao mesmo tempo, conseguem seu próprio sustento" (VATSYAYANA, 2012).

A importância do *Kama Sutra* ultrapassou a literatura ganhando ecos como medida preventiva de saúde pública no estado de Bengala Oriental, na Índia, diante da forte incidência de HIV/AIDS na região. O governo estadual, em 2003, pressionado pelas organizações locais de trabalhadoras sexuais, passou a ministrar cursos, fundados no *Kama Sutra*, de posições sexuais que possibilitassem menor contato de forma a evitar a transmissão do vírus HIV, diante da recusa dos clientes na utilização de preservativos (BHAUMIK, 2003).

O erotismo nas artes gregas se apresenta em diversas obras, por exemplo, a representação de Afrodite, tida como protetora das prostitutas (STEARNS, 2010, p. 64). Além da evocação mitológica, há a representação artística da sociedade grega antiga por diversos artistas, como Nikosthenes (Séc. VI a.C.) e Polygnotus (Séc. IV a.C). Ambos são

escultores de obras do estilo conhecido como cerâmica de figuras vermelhas, que retratam mulheres e homens em taças, interpretadas como trabalhadoras sexuais e clientes, de acordo com a análise dos costumes da época, pois elas não eram reproduzidas no interior do espaço doméstico (LESSA, 2011, p. 116). Além das representações nas artes plásticas, a sociedade grega clássica também produziu vasta obra literária erótica, sobretudo sob a forma de poemas que revelam hábitos sexuais da época, incluindo a atuação das cortesãs.

Em Pompeia, cidade portuária da Itália, cenas sexuais, inclusive com prostitutas, são retratadas nas paredes do Lupanar, dentre os quais em vários se inscrevem o verbo "*futeré*", alusivo aos atos sexuais que ali eram praticados. A literatura romana antiga valeu-se da figura de Messalina para criticar a estrutura política do Império e sua decadência moral (FENTON, 2006, p. 6). Messalina era esposa do Imperador Cláudio e durante a noite frequentava um bordel disfarçada, em Roma, a atender clientes (ESTEFAM, 2016, p. 157). Contudo, pode-se afirmar que as críticas dirigidas contra Messalina dizem respeito à simbologia da transgressão com a dominação masculina (FENTON, 2006, p. 4). Messalina é tão forte símbolo libertino que o seu nome é vocábulo para se referir a mulheres libertinas e às prostitutas em alguns dicionários, por exemplo, no dicionário Michaelis: "messalina. mes·sa·li·na. sf. 1. Mulher dissoluta, libertina. 2. POR EXT V prostituta." (MICHAELIS, 2016).

A produção artística medieval foi influenciada pela produção greco-romana clássica, com o peso da imposição moral do Cristianismo, que as limitavam, em detrimento das obras artísticas religiosas. Embora no período medieval tenha reduzido significativamente as representações eróticas, tem-se algumas peças que mencionam o trabalho sexual no período, como o trovadorismo ibérico, em que as trabalhadoras sexuais eram referidas como "soldadeiras" (em virtude de suas relações com os soldados) (BARROS, 2005). Na Literatura medieval, tem-se também a utilização de metáforas como recurso para se evitar a proibição. As obras mais explícitas eram "demonizadas" pela Igreja. Após o século XIII, com o crescimento das cidades, tem-se o aumento da produção erótica na Europa, destacando-se os *fabliaux*, fábulas francesas que aludiam ao sexo, ao narrar o cotidiano das cidades e pessoas, dentre elas as trabalhadoras sexuais, utilizando linguagem coloquial e sem amarras em suas reproduções.

Os *fabliaux* influenciaram a obra "Os contos de Cantuária" de Geoffrey Chaucer, escrita no final do século XIV, a qual expõe as mulheres como santas ou prostitutas (VIZIOLI, 1988, p. 11), sendo estas últimas retratadas como aliadas aos bandidos dos contos, como no "Conto do Frade":

> Aquele ladrão traiçoeiro, o beleguim, – continuou o Frade, – dispunha da ajuda de muitas prostitutas, seus chamarizes para os falcões desta Inglaterra; e elas descobriam todos os segredos para ele. Era uma colaboração antiga, visto que havia muito elas funcionavam como suas agentes particulares. (CHAUCER, 1988, p. 119).

No Renascimento, as prostitutas foram retratadas em enaltecimento à redenção, conversão religiosa ou em cenas representativas de arrependimento, desvio moral e sofrimento, como na pintura "*Dante: Divina Commedia*" de Sandro Botticelli (1480). As trabalhadoras sexuais também se apresentam na arte renascentista ao atuar como modelos,

incluindo as obras de cunho religioso, por exemplo, "A morte da virgem" de Caravaggio (1606).

O Japão também teve a cultura modificada no período, havendo inovação no teatro, no século XVI, com a criação do gênero *kabuki*, importante instrumento artístico de visibilidade das trabalhadoras sexuais, escritoras de várias peças eróticas, o que levou à proibição da participação de atrizes pelo governo, em 1629, passando os papéis das mulheres a ser desempenhados por homens (STEARNS, 2010, p. 112).

No século XVII houve o aumento da produção literária erótica na Europa, destacando-se a produção espanhola, tendo como um dos principais representantes o poeta Luis de Gôngora y Argote, o qual produziu uma série de letrilhas sexuais, utilizando-se de metáforas para a descrição dos órgãos e atos sexuais, bem como para retratar o trabalho sexual:

> Sou touqueira e vendo toucas,e
> meu cofre é como o das outras,
> pequeno, bem encourado,
> e se abre com qualquer chave
> conquanto primeiro pague
> quem for abrir o toucado
> pois eu não vendo fiado
> como outras touqueiras loucas. (ARGOTE, 2006, p. 83).

Na Inglaterra, a obra "*The Fortunes and Misfortunes of the Famous Moll Flanders*", publicada em 1722, por Daniel Defoe, narra a história de Moll Flanders que, após exercer a prostituição, encontra a redenção pela conversão religiosa (DILTMORE, 2006, p. 318). A obra, de interpretações variadas tanto no que tange à moralidade quanto à consolidação do sistema econômico capitalista foi adaptada para cinema e televisão. Os artistas plásticos também se voltaram para a sexualidade, a destacar a obra "*A Harlot's Progress*" ("A trajetória de uma meretriz") de Willian Hogarth, produzida entre 1730 e 1732, ilustra, em seis lâminas, a vida de Moll Hackabout, da sua chegada a Londres até a sua morte, acometida por "doença venérea"[116].

A obra foi sucesso imediato e as gravuras vendidas para centenas de pessoas de diversas classes sociais (DABHOIWALA, 2013, p. 483), o que demonstrou o interesse da sociedade inglesa, regida pela moral protestante, pela atividade sexual alheia. Esse interesse também foi demonstrado em outras culturas, como a italiana e japonesa, no mesmo período, com o protagonismo das mulheres na produção das obras, o que lhes conferia prestígio e visibilidade, incompreendidas pela moralidade imperialista:

> Na Itália renascentista, muitas cortesãs tinham alcançado uma fama e um renome literário consideráveis. O mesmo acontecera com as gueixas de maior destaque no Japão pré-moderno. Os próprios observadores ingleses ficavam especialmente impressionados com o status das meretrizes em períodos clássicos, pois sua proeminência parecia prefigurar a celebridade das mulheres imorais na sociedade contemporânea, e ilustrar a riqueza e o poder incalculáveis que elas eram capazes de acumular (DABHOIWALA, 2013, p. 490).

[116] "Doença venérea" é termo higienista utilizado para se referir às infecções sexualmente transmissíveis (IST), atualmente em desuso, mas reproduzido no presente texto para despertar a sensibilidade considerado o estigma presente na sua utilização.

Donatien Alphonse François de Sade, o Marquês de Sade, destaca-se na produção literária erótica ao desafiar a moralidade, com contos libertinos, autobiográficos, descritas as relações sexuais detalhadamente ou com metáforas. O autor chocou ao representar o sexo algumas vezes de forma violenta, por mencionar as condenáveis práticas de alcovitice e revelar a hipocrisia de uma sociedade fortemente influenciada pela religião, como na seguinte passagem da obra "A filosofia na alcova", publicado em 1795:

> Todas as moças devem procurar uma amiga livre que frequente a sociedade e lhe faça secretamente experimentar todos os prazeres do amor; se isso for impossível, que ela trate de seduzir os Argus que a cercam, pedindo-lhes que a prostituam, nem que seja preciso pagar-lhes com o dinheiro que ela vai receber. Há também certas mulheres que se chamam "alcoviteiras" e que lhes podem prestar os mesmos serviços. Que enganem toda a família, irmãos, primos, parentes, se for necessário, que durma com todos aqueles que possam esconder sua conduta. Para se prostituir, que faça o sacrifício mesmo de seus gostos e de suas opiniões. Às vezes a moça cai numa intriga que não lhe agrada mas que, mais tarde, a conduzirá aos braços de quem a poderá cumular de gozo, e ei-la "colocada". Que ela nunca mais volte aos tolos preconceitos da infância: ameaças, exortações, deveres, virtudes, religião, conselhos, devem ser desdenhados. Que ela repudie e despreze tudo que a possa ligar de novo aos velhos vínculos, tudo aquilo que não a conduzir diretamente ao seio de impudicícia e da volúpia. (SADE, 1795).

Michel Foucault (1988) ressalta a importância de Sade, inclusive na modernidade, ao colocar o sexo como uma tática discursiva de fuga ao puritanismo vitoriano. Giorgio Agamben (2002, p. 141) também enaltece a importância da obra de Sade, como precursora da anunciação biopolítica na qual se inscreve a sexualidade. Na Alemanha, a representação literária erótica de Goethe, no século XVIII, também é explícita: "Quanto tempo procurei uma mulher; só achava putas. Finalmente te apanhei, putinha: aí tive uma mulher". (GOETHE, 2006, p. 133).

As artes, ao se desvincularem da moral religiosa em suas representações, apresenta o que ocorria nas sociedades, a despeito da repressão, pois rompe com as narrativas oficiais decorosas, as quais omitiam a realidade do funcionamento do corpo social, ao mesmo tempo, as obras ficcionais apresentam um ideal libertário, pela representação fantasiosa de uma liberdade que não existia declaradamente, mas que se almejava.

No século XIX, apesar da imposição moral vitoriana, que enaltecia o sexo heteroconjugal, houve o aumento da produção literária erótica, destacando-se a popularização da obra do poeta português Manuel Maria Barbosa du Bocage, que intensifica a concepção sexual como busca pelo prazer, e não somente a função reprodutora, com títulos provocativos, como "Soneto de todas as putas" (BOCAGE, 1854). Além da produção literária, as artes plásticas não ocultavam o trabalho sexual, representado na obra de diversos artistas, como Henri de Tolouse-Lautrec, que retratou trabalhadoras sexuais da "*Rue de Moulins*" (TOULOSE-LAUTREC, 1894), no final do século XIX.

No teatro, a vedação moral também não se impôs totalmente, nos Estados Unidos e Canadá, popularizou-se o gênero *vaudeville*, teatro de variedades, com alusões sexuais, em que também se concentrava parte do trabalho sexual (STEARNS, 2010, p. 169).

A hipocrisia e duplo padrão masculino próprios do vitorianismo, que exigiam o comportamento pudico das esposas, enquanto os maridos usufruíam as disponibilidades

sexuais fora do âmbito doméstico, se refletiram nas artes. Houve censura a produções artísticas, impedindo a difusão de obras que enalteciam a "luxúria", sob o temor de que influenciasse os padrões de comportamento impostos, sendo o Direito instrumentalizado para a repressão. Entretanto, restou impossível o refreamento artístico e a contenção do desejo humano por sexo, revelando-se a arte como importante mecanismo para questionamento da hipocrisia, representando a vanguarda no prenúncio das alterações do comportamento sexual humano, bem como da insubmissão à moral vigente.

Na primeira metade do século XX, as restrições subsistiam, porém, se apresentava maior dificuldade de controle da produção artística pelo aumento da população mundial, somado ao forte movimento de industrialização cultural e o intercâmbio entre diversas culturas. A obra considerada um marco para a inauguração da arte moderna "*Les Demoiselles D'Avignon*" (1907), de Pablo Picasso, retrata cinco trabalhadoras sexuais.

Embora tenha se tentado impor a censura e banir as produções artísticas com temática sexual, a cultura erótica disseminou-se no Ocidente, revelando-se esse nicho artístico como de forte potencial lucrativo, do que se apropriaria, logicamente, o capitalismo.

Na literatura do século XX, as trabalhadoras sexuais também são vistas, como em "Ensaio sobre a Cegueira" de José Saramago, em que o autor ironiza e reflete sobre a condição de profissão do trabalho sexual, "como a gente normal", enaltecendo a liberdade e prazer desfrutados pela mulher:

> Sem dúvida, esta mulher vai para a cama a troco de dinheiro, o que permitiria, provavelmente, sem mais considerações, classificá-la como prostituta de facto, mas, sendo certo que só vai quando quer e com quem quer, não é de desdenhar a probabilidade de que tal diferença de direito deva determinar cautelarmente a sua exclusão do grémio, entendido como um todo. Ela tem, como a gente normal, uma profissão, e, também como a gente normal, aproveita as horas que lhe ficam para dar algumas alegrias ao corpo e suficientes satisfações às necessidades, as particulares e as gerais. Se não se pretender reduzi-la a uma definição primária, o que finalmente se deverá dizer dela, em lato sentido, é que vive como lhe apetece e ainda por cima tira daí todo o prazer que pode. (SARAMAGO, 1995, p. 31).

Gabriel García Marquez também referencia as prostitutas em "Cem Anos de Solidão", publicado em 1985, ao narrar os impactos da chegada do trem à Macondo – aldeia fictícia onde se desenvolve a narrativa -, com ironia reveladora de suas atribuições:

> Para os forasteiros que chegavam sem amor, transformaram a rua das carinhosas matronas da França num povoado mais extenso que o outro e, numa quarta-feira gloriosa, trouxeram um trem carregado de putas inverossímeis, fêmeas babilônicas adestradas em recursos imemoriais e providas de toda espécie de ungüentos e dispositivos para estimular os inertes, despertar os tímidos, saciar os vorazes, exaltar os modestos, desenganar os múltiplos e corrigir os solitários. (MÁRQUEZ, 2014).

No Brasil, artistas também se dedicaram a conferir visibilidade ao trabalho sexual. Lasar Segall retratou a prostituição na zona portuária do Rio de Janeiro, o Mangue, como na obra "Casa do Mangue", de 1929. Em "O meu pé de laranja lima", publicada em 1968, ambientada entre os anos 1920 e 1930, no Brasil, José Mauro de Vasconcelos descreve a

violenta reação de seus irmãos quando ele (Zezé), com cinco anos, utiliza a palavra "puta" para insultar a irmã:

> O diabo se soltou dentro de mim. A revolta estorou como um furacão. No começo veio uma simples rajada.
> - Sabe o que você é? É uma puta!
> Ela colou o rosto ao meu. Seus olhos despendiam fagulhas.
> - Repete se você tem coragem.
> Destaquei bem as sílabas:
> - Pu-ta!
> Ela apanhou a mão de couro sobre a cômoda e começou a me bater sem piedade. Virei as costas e escondi a cabeça entre as mãos. A dor era menor que a minha raiva:
> - Puta! Puta! Filha de uma puta!... (VASCONCELOS, 2019, p. 150).

Manuel Bandeira, em "Vou-me Embora pra Pasárgada", descreve um "país de delícias" (na descrição do próprio autor), onde "Tem prostitutas bonitas Para a gente namorar" (BANDEIRA, 1986, p. 90). Outros expunham a dualidade entre a hipocrisia e o desejo, como "A puta", de Carlos Drummond de Andrade:

> A puta
>
> Quero conhecer a puta.
> A puta da cidade. A única.
> A fornecedora.
> Na rua de Baixo
> Onde é proibido passar.
> Onde o ar é vidro ardendo
> E labaredas torram a língua
> De quem disser: Eu quero
> A puta
> Quero a puta quero a puta.
> […] (ANDRADE, 1988).

O dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues retrata em diversos de seus textos a prostituição, destacando-se a obra "Toda nudez será castigada", escrita em 1965, que narra o amor do viúvo Herculano pela prostituta Geni, em um texto carregado de expressões que revelam a estigmatização e o falso moralismo hipócrita de uma típica família brasileira (GONÇALVES, 2015). O texto ganhou os teatros brasileiros na década de 1960 e inspirou filme homônimo, em 1973 (TODA, 2014).

A produção artística sobre o trabalho sexual e seu estigma não se limitou às artes plásticas e literatura, inspirando diversas composições de autores brasileiros, destacando-se a inigualável "Geni" de Chico Buarque (1979). A canção foi composta em 1979, período em que o Brasil se encontrava avassalado pela ditadura militar.

Obra literária brasileira de grande importância artística e histórica é o romance "Hilda Furacão" de Roberto Drummond, publicado em 1991. A obra, narrada em primeira pessoa, é entrecortada por crônicas, brinca com a linearidade narrativa, com idas e vindas no tempo e no espaço, entrelaçando acontecimentos cotidianos da Zona Boêmia de Belo Horizonte, especialmente o Centro, espaço de tentativa de gentrificação.

As prostitutas também foram incontáveis vezes retratadas na sétima arte, como Holly Golightly, protagonizada por Audrey Hepburn, no papel que a imortalizou no filme Bonequinha de Luxo (1961), adaptação cinematográfica da obra *Breakfast at Tiffany's*, de Truman Capote. Destaca-se também a prostituta Vivian Ward, interpretada por Julia Roberts no filme *Pretty Woman* (2005), lançado em 1990, que exalta a redenção da prostituta de forma romantizada, na versão moderna da Cinderela.

No século XXI, a produção "Bruna Surfistinha" (2011), inspirado na obra "O doce veneno de escorpião" de Raquel Pacheco (2005), retrata o trabalho sexual de uma mulher integrante da classe média brasileira. Embora o primeiro seja ficcional e o segundo biográfico, ambos guardam em comum a narrativa redencionista, a salvação da prostituta pelo amor de um homem, que, enfim a "tira daquela vida". A história também inspirou a série "Me chama de Bruna", produzida entre os anos 2016 e 2020.

Observa-se igualmente, nas produções audiovisuais e nas descrições literárias, a utilização da beleza e erotismo como recursos de linguagem significativos. A escolha de atrizes consideradas beldades, sensuais, com fortes apelos comerciais e evocadores do pretenso "luxo" da prostituição entre os executivos, como Julia Roberts e Débora Secco, reforçam a salvação. O "sair dessa vida". Quando se pretende retratar as trabalhadoras sexuais como problema social ou como párias, utilizam-se os estereótipos da mulher marginalizada, associadas à pobreza.

Os espaços retratados também variam. Ora em boates e hotéis luxuosos para criar o desejo, associando-se ao status de bem-sucedido, quando se ressalta a beleza da salvação. A recusa a esta, normalmente, é associada à degradação pessoal, resultante em tragédias pessoais e morte. Já a prostituição como "problema social" utiliza cenários escuros, ermos, com a caracterização das atrizes, atores e figurantes como seres medonhos. Retratam-se lugares "mal frequentados" com a presença de criminosos, álcool e drogas.

Outras obras, entretanto, pretendem-se mais realistas quanto à temática, das quais destacam-se o brasileiro "Sonhos Roubados" (2009), dirigido por Sandra Werneck, e "*Whore's Glory* - A Glória das Prostitutas" (2011), dirigido por Michael Glawogger, sobre o exercício do trabalho sexual na Tailândia, Bangladesh e México, permitindo refletir sobre os diferentes contextos de pobreza e a prática distinta do trabalho sexual, desvinculados do salvacionismo.

Perspectivas mais realistas ainda podem ser encontrados em diversos documentários que abrangem as discussões que envolvem o trabalho sexual, dentre os quais destaca-se a produção "Puta porque sim – Quando a prostituição é feminismo", produzido pela jornalista Isabela Mercuri, em 2016. O documentário debate a autodeterminação das mulheres no exercício do trabalho sexual e suas visões distintas acerca da normatização do ofício, contando com a participação de diversas trabalhadoras, dentre elas ativistas pela regulação, como Indianarae Siqueira e Betânia Santos, bem como de profissionais que atuam juntamente às trabalhadoras e aos movimentos sociais.

## Invisibilidade social dissociada: as artes das trabalhadoras sexuais e os direitos humanos

A real sensibilidade quanto ao tema se apresenta nas produções das próprias trabalhadoras sexuais, que compartilham suas vivências, ao passo que fortalecem a luta social por reconhecimento. Diversas obras modernas retratam o trabalho sexual, a expandir-se para

todas as formas de cultura e entretenimento, como séries e blogs, ocupando espaço e conferindo visibilidade ao trabalho sexual na arte digital, sendo que estas últimas possuem grande importância, conferindo às próprias profissionais, em registros autobiográficos, desromantizarem a retratação da prostituição, ao expor o cotidiano de quem vivencia o trabalho sexual, como a obra de Gabriela Leite, "Filha, mãe, avó e puta", em discursos que enaltecem a necessidade de visibilidade, e manifestando a necessidade de regulação do trabalho sexual, como elemento conferidor de dignidade.

A literatura, a partir das narrativas das próprias trabalhadoras sexuais, também se apresenta como potência na luta pelo reconhecimento, como a obra de Amara Moira (2016) "E se eu fosse puta…", com título posteriormente alterado para "E se eu fosse puRa…", com o R a fazer sobreposição sobre o T, para maior aceitação comercial, mantendo-se o seu conteúdo. Na obra, a autora narra seu cotidiano como trabalhadora sexual, assim como também faz Monique Prada (2018) na obra "Putafeminista".

Nas artes visuais, o documentário "Filhos da Puta", produzido em 2019 pelo Coletivo Rebu, integrado por trabalhadoras sexuais cis e trans para prevenção e combate à violência contra trabalhadoras sexuais, contou com a direção de Kelson Frost e produção executiva da trabalhadora sexual ativista Santuzza Alves de Souza. O filme apresenta a história de três pessoas, filhas de trabalhadoras sexuais, cujas vidas foram impactadas pela estigmatização decorrente do trabalho exercido por suas mães e suas impressões sobre o trabalho sexual.

As produções mencionadas, dentre tantas artistas e produções, são apenas exemplos de criações artísticas das trabalhadoras sexuais que revelam a necessidade de visibilidade, denunciam os efeitos do estigma, as discriminações sofridas, a inefetividade de direitos humanos e fundamentais, ao passo que também são manifestações individuais ou coletivas pelo reconhecimento do trabalho e seus direitos, autodeterminação, liberdade e igualdade.

## Conclusão

A importância política de obras produzidas por trabalhadoras sexuais ou que as representem para o reconhecimento do trabalho sexual como trabalho e da condição de trabalhadoras das pessoas que o exercem revela "a potência política da arte" (ROLNIK, 2018, p. 94), capaz de provocar no outro o entendimento de uma realidade distinta, a partir do contato com experiências diversas e reais, capazes de sensibilizar, emocionar e fazer refletir. Atentar à presença das trabalhadoras sexuais nas artes, quando retratadas ou quando autoras, possibilita compreender que o trabalho sexual integra, nos diversos espaços e tempos, a história e cultura humanas.

A representação e a produção das trabalhadoras sexuais nas artes revelam a necessidade do urgente reconhecimento em todas as esferas, com a correspondente efetividade dos direitos humanos e fundamentais no paradigma democrático, em conformidade com a necessária realização da justiça social para superação das desigualdades e estigma, como respeito e proteção das trabalhadoras sexuais.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGUSTÍN, Laura. **Prostitution Law and the Death of Whores**. Jacobín. 08.15.2013.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia.** São Paulo: Atena Editora, 1955.

ANDRADE, Carlos Drummond. **A puta.** 1988. Disponível em: <http://cseabra.utopia.com.br/poesia/poesias/0028.html>. Acesso em 30 mar. 2020.

BANDEIRA, Manuel. **Bandeira a Vida Inteira.** Rio de Janeiro: Editora Alumbramento, 1986.

BARROS, José D'Assunção. A prostituta como agente de circularidade no trovadorismo ibérico (séculos XIII e XIV). **Revista Ártemis**, João Pessoa, vol. 2, jul. 2005.

BHAUMIK, Subir. *Kama Sutra guide to safe sex*. **BBC News**, Calcutta, 08 aug. 2003. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/3133947.stm>. Acesso em 26 fev. 2023.

BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du. **Poesias eróticas, burlescas e satíricas**. 1854. Disponível em: <https://www.luso-livros.net/wp-content/uploads/2013/06/Poesias-Er%C3%B3ticas-Burlescas-e-Sat%C3%ADricas.pdf>. Acesso em 01 mar. 2022.

BOTTICELLI, Sandro. **Dante: Divina Commedia.** Firenze: 1480. Disponível em: <http://www.wga.hu/index1.html>. Acesso em 30 abr. 2017.

BRUNA SURFISTINHA. Rio de Janeiro: TVZero, 2011. Disponível em: <http://www.tvzero.com/projeto/bruna-surfistinha>. Acesso: 01 mai. 2017.

BUARQUE, Chico. **Geni e o Zepelin.** Intérprete Chico Buarque. In: BUARQUE, Chico. Ópera do Malandro (Org.). Rio de Janeiro: Universal, 1978.

CARAVAGGIO. A morte da virgem. Roma, 1606. Disponível em: <http://www.wga.hu/index1.html>. Acesso em 30 abr. 2017.

CHAUCER, Geoffrey. **Os Contos de Cantuária**. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1988.

CRENSHAW, Kimberlé. ***On Intersectionality:*** *Essential Writings*. The New Press, 2019.

CUNHA, Regiane Pereira Silva da. **Plataformização do trabalho.** Belo Horizonte: RTM, 2023.

COSTAS DOUZINAS. ***The End of Human Rights***. Oxford: Hart Publishing, 2000.

DILTMORE, Melissa. **Encyclopedia of prostitution and sex work:** O-Z. Vol 2. Westport: Greenwood Publishing Group, 2006b.

ESTEFAM, André. **Homossexualidade, prostituição e estupro:** um estudo à luz da dignidade humana. São Paulo: Saraiva, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FENTON, Erin K. ***Prostitution as labor in Imperial Rome. Studies in Mediterranean Antiquity and Classics***, Saint Paul, Vol. 1, Iss. 1, 2006.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

FLORENTINO, Laura Maria da Silva. **O riso e o grotesco nos fabliaux eróticos dos séculos XIII e XIV**. 2015. 37f.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOETHE, Johann Wolfgang von. Dos epigramas venezianos. In: PAES, José Paulo. **Poesia erótica em tradução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Nelson. **Toda nudez será castigada.** São Paulo: Saraiva, 2015.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição.** Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1991.

HINCAPÍE, Gabriel Méndez; RESTREPO, Ricardo Sanín. *La Constitución Encriptada: Nuevas formas de emancipación del poder global.* ***Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales****, Universidad de Sevilla*, n. 8, jul.-dez., 2012.

HOGARTH, William. ***A Harlot's Progress***. London, 1732. Disponível em: <https://www.royalcollection.org.uk/collection/811512/a-harlots-progress>. Acesso em 30 mar. 2023.

LABORDE, André Luiz Portanova. Desvendando os Mantras: um mergulho na história da Índia e sua relação com o Karma. **Biblios:** Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 19, p. 25-41, 2006**.**

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOBO, Bárbara Natália Lages. **O direito à igualdade na Constituição Brasileira:** comentários ao Estatuto da Igualdade Racial e a constitucionalidade das ações afirmativas na educação. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

LOBO, Barbara Natália Lages. SEXO, TRABALHO, DIREITO E RECONHECIMENTO: a igualdade de existência das mulheres trabalhadoras sexuais. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte), 28 nov. 2017.

LOBO, Bárbara Natália Lages; SAMPAIO, José Adércio Leite. *Debate jurídico sobre la prostitución, la dignidad de la persona humana y el derecho fundamental al trabajo.* **Debate Feminista**, 55, mar. 23, 2018.

LOBO, Bárbara Natália Lages; GALVAO, Letice.; SOUZA, Santuzza Alves. de Impactos da pandemia na vida das trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte: territorialidade, precariedade e reconhecimento. In: **Bioética e COVID-19**.1 ed.Indaiatuba: Editora Foco, 2020, v.1, p. 195-208.

LOBO, Bárbara Natália Lages; CUNHA, Regiane Pereira Silva da. Relações de Trabalho Líquidas: A Plataformização do Trabalho dos Motoristas de Transporte Particular. In: VEIGA, Fábio da Silva; CEBOLA, Cátia Marques; MONTEIRO, Susana Sardinha. **Estudos Jurídicos sobre Inteligência Artificial e Tecnologias.** Porto: Instituto Iberamericano de Estudos Jurídicos e Instituto Jurídico Portucalense, 2022. p. 42-55.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Cem anos de solidão.** São Paulo: Saraiva, 2014.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** São Paulo: Melhoramentos, 2016.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta.** São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MOURA, Joana Maria Martins de. Coleção de arte erótica: identidade visual e museografia. 2014. 87 f. Tese (Mestrado). Departamento de Comunicação e Arte, Universidade de Aveiro, 2014.

NEVES, Marcelo. Constitucionalização simbólica e desconstitucionalização fática: mudança simbólica da Constituição e permanência das estruturas reais de poder. **Revista de Informação Legislativa,** Senado Federal, Brasília, a. 33, n. 132, out.-dez., 1996.

PACHECO, Raquel. **O doce veneno de escorpião:** o diário de uma garota de programa. São Paulo: Panda Books, 2011.

PAES, José Paulo. **Poesia erótica em tradução.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PICASSO, Pablo. ***Les Demoiselles d'Avignon***. Paris, 1907. Disponível em: <https://www.moma.org/collection/works/79766>. Acesso 01 mar. 2023.

POLYGNOTUS. *Courtesan and her client, Attican Pelike with red figures by* Polygnotus, c. 430 BCE, National Archaeological Museum of Athens. Disponível em: <https://www.isnare.com/encyclopedia/Prostitution_in_ancient_Greece>. Acesso em: 26 abr. 2017.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

PREETY WOMAN. Los Angeles: Buena Vista Home Entertainment/Touchstone, 2005. 1 DVD (125 min): color.

PRIORE, Mary del. (Org.); BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição:** notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SADE, Donatien Alphonse François de. **Os 120 dias de Sodoma.** São Paulo: Aquarius, 1983.

SEGALL, Lasar. Casa do Mangue. 1929. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/03/21/a-figura-poetica-da-prostituta/>. Acesso em 04 mai. 2017.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais.** 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade.** São Paulo: Contexto, 2010.

THERBORN, Göran. Os campos de extermínio da desigualdade. **Novos Estudos**, Ed. 87, Vol. 29, n. 2, jul. 2010, p. 145-156. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 2010.

TODA nudez será castigada. Brasília: Embrafilme, 1973. YouTube, 15 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TQ-CmuWIz_A>. Acesso em: 02 ago. 2017.

TOULOSE-LAUTREC, Henri. In the Salon of the Rue des Moulins. 1894. Disponível em: <http://www.wga.hu/index1.html>. Acesso em 01 mar. 2023.

VATSYAYANA, Mallanaga. ***Kama Sutra.*** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

# BREVE ANÁLISE SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NA LEGISLAÇÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA

Fabio Garcia Leal Ferraz[117]
Kelly Cristina Canela[118]

**Resumo:** Este trabalho busca de forma concisa uma exploração conceitual e legal dos direitos humanos aplicáveis às empresas brasileiras, passando desde os direitos humanos e as constituições federais brasileiras, bem como analisando a legislação de direitos humanos na esfera empresarial brasileira. Em um primeiro momento deste trabalho, será feita uma abordagem sobre os direitos humanos no Brasil, sua história e como o legislador os recebeu e os consagrou dentro no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente nas constituições federais. Posteriormente, para finalizar o trabalho, passar-se-á a tratar dos direitos humanos na legislação empresarial brasileira. A metodologia utilizada na pesquisa foi o método analítico dedutivo, em que se busca com bastante afinco uma exploração, ainda que breve, sobre questões conceituais, legais e principiológicas acerca dos direitos humanos, além de sua real necessidade e formas possíveis de implantação às empresas, em que os objetivos almejados aparentam ser antagônicos aos direitos humanos. A principal questão que se pretende responder, ainda que de forma geral, é se a legislação brasileira é ou não suficiente para coibir infrações aos direitos humanos no ambiente empresarial.
**Palavras-chave:** direitos humanos, empresas, infrações.

## Introdução

O presente artigo pretende abordar a concepção de direitos humanos, especialmente no Brasil, bem como sua relação e formas de aplicação no mundo empresarial.

Em um primeiro momento deste trabalho, tem-se a abordagem sobre os direitos humanos no Brasil, sua história e como o legislador os recebeu e os consagrou dentro no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente nas constituições federais. Posteriormente, passa-se a tratar da legislação específica sobre direitos humanos, especialmente no Brasil, concluindo-se, ato seguinte, o presente trabalho.

A metodologia utilizada foi o método analítico dedutivo, em que se busca com bastante afinco uma exploração, ainda que breve, sobre questões conceituais, legais e principiológicas acerca dos direitos humanos, além de sua real necessidade e formas possíveis de implantação às empresas, em que os objetivos almejados aparentam ser antagônicos aos direitos humanos. O procedimento adotado foi a leitura, seleção de material, interpretação, fichamento do material coligido, análise, síntese, sistematização, elaboração da primeira redação do trabalho e revisão, que redundou na elaboração do presente artigo.

A questão que se pretende responder, ainda que de forma geral, é se a legislação brasileira seria ou não suficiente para coibir infrações aos direitos humanos, não havendo

---

[117] Doutor em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisador da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e advogado sócio do escritório Bernardini, Martins & Ferraz – Sociedade de Advogados.

[118] Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professora de direito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

pretensão de se esgotar a temática que envolve, mas apenas tecer breves considerações sobre o assunto, incentivando novos pesquisadores a irem cada vez mais adiante neste tema que carece de aprofundamentos acadêmicos.

## Direitos Humanos e as Constituições Federais Brasileiras

É de notório conhecimento que uma das maiores conquistas da humanidade, no campo dos direitos humanos, se deu após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU e da Carta das Nações Unidas, que pregava a igualdade entre as pessoas, os povos e as nações.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos deriva da Carta das Nações Unidas e é composta por 30 artigos e traduzida para todos ou quase todos os idiomas mais conhecidos do mundo.[119]

A Declaração Universal dos Direitos Humanos prega o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à propriedade, à saúde e à educação, à liberdade de pensamento, expressão e religião, de não ser discriminado nem sofrer tratamentos cruéis ou degradantes, de ir e vir, dentre outros direitos basilares não menos importantes.

No Brasil, a história dos Direitos Humanos está bastante atrelada com a própria história das constituições federais brasileiras. Os direitos sociais foram inseridos pela primeira vez em uma constituição federal brasileira, de forma relevante, em 1934 e nas constituições seguintes esses direitos foram se ampliando, até chegar na atual constituição de 1988, a denominada "Constituição Cidadã". Eudes André Pessoa registra que:

> Inicialmente as Constituições Brasileiras versavam apenas sobre a forma de estado e sistema de governo. A Constituição de 1824, apenas tratou de abolir as corporações de oficio, que atrapalhava o exercício de ofícios e profissões. Em 1891 a presente Carta Magna reconhece a liberdade de associação, determinando que a todos fosse licita a associação e reunião sem armas, não podendo a polícia intervir, salvo para manter a ordem pública. Com a reivindicação por meio de movimentos operários, e devido às transformações que estavam ocorrendo no mundo, com a criação da organização internacional do trabalho surge uma política trabalhista idealizada por Getúlio Vargas.
>
> A Constituição Federal de 1934 teve importante destaque tanto na área social como na área trabalhista impondo jornada de trabalho de oito horas, garantias de liberdade sindical e protegendo o trabalho de mulheres e crianças entre outros benefícios ao trabalhador. Já a Constituição de 1937, outorgada pelo então presidente Getúlio Vargas, traz mudanças, de forma que é criado o sindicato único, vinculado ao estado, estabelece também a competência normativa dos tribunais do trabalho que tinham por objetivo principal evitar o entendimento entre empregados e empregadores.[120]

---

[119] ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

[120] PESSOA, Eudes André. **A constituição federal e os direitos sociais básicos ao cidadão brasileiro.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623&revista_caderno=9>. Acesso em 09 jun. 2019.

Os valores sociais do trabalho, da livre-iniciativa e do pluralismo político são o marco democrático da atual carta constitucional. O art. 3º da carta magna elenca a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento, a erradicação da pobreza, da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem geral de todos, sem preconceitos.

O Título II (dos direitos e garantias fundamentas) da Constituição Federal, especialmente nos capítulos I e II, são um marco das garantias humanas fundamentais do cidadão. O art. 5º elenca as garantias plenas e gerais de todo brasileiro e estrangeiro residente no país, tais como: todos são iguais perante a lei, ninguém será submetido à tortura (um repúdio ao regime ditatorial anterior), direito à livre manifestação, inviolabilidade da liberdade de consciência e crença etc.

O art. 6º aborda a garantia constitucional do cidadão inerente aos direitos sociais à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e assistência aos desamparados.

Ana Claudia Vergamini Luna aborda que o legislador trouxe para a constituição federal os direitos previstos principalmente no art. 6º, sendo que essa seria claramente a preocupação do legislador constituinte: atribuir ao Estado a obrigação de traçar o desenvolvimento do país a partir da ideia do respeito e da efetivação desses direitos.[121]

Assim, tem-se claramente que o Brasil aderiu a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, bem como ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, consagrando-os como direitos fundamentais na Constituição da República de 1988. Mas seria a atual Constituição de 1988 suficiente para o setor empresarial brasileiro respeitar os direitos humanos?

## Legislação de Direitos Humanos na esfera empresarial brasileira

A legislação brasileira caminha a passos lentos no que tange aos direitos humanos no setor empresarial. Há decretos e orientações, cumulada com fortes legislações trabalhista, ambiental e consumerista, contudo, as infrações ainda ocorrem.

Parte da justificativa para isso é que o modelo econômico mundial (capitalismo ou neocapitalismo), de certa forma, ainda que inconscientemente, possui uma pré-disposição a preterir os direitos humanos no ambiente empresarial, pois por um lado concede uma liberdade econômica para todos, contudo, por outro lado, não oferece oportunidades iguais de negócios à toda população[122]. O problema não está no capitalismo, muito pelo contrário,

---

[121] LUNA, Ana Cláudia Vergamini. **Direitos sociais:** controle jurisdicional de políticas públicas, limites e possibilidades. Dissertação de mestrado (Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. p. 16.

[122] Segundo Fabio K. Comparato, com base na consciência e mentalidade coletivas, o mundo foi se adequando dia após dia, geração após geração, chegando ao regime político e econômico predominante do último século: o capitalismo. Com fundamento nesse ideal econômico, muitos países organizaram seu sistema jurídico, fazendo valer em forma de lei as regras ditadas fortemente pela economia. No Brasil, a constituição federal de 1988 é um marco da democracia, mas também é uma afirmação dos princípios econômicos mundiais. Por adotar em seu sistema jurídico e econômico o capitalismo como melhor forma de organização econômica, o Brasil estaria infringindo o modelo ético das civilizações antigas, que pregavam o altruísmo do "não faça ao outro o que não gostaria que fizessem a si mesmo", pois o capitalismo seria a busca do próprio interesse material e pessoal como finalidade última da vida, desconsiderando o bem comum da coletividade. E "a dominação dos ricos sobre os pobres sempre existiu na História. O capitalismo soube, porém, organizá-la de modo a lhe

talvez seja ele uma excelente forma de continuar trazendo melhorias sociais. Ocorre que o sistema capitalista ainda tem sido organizado para livre exploração das atividades pelos profissionais, principalmente por meio de sociedades empresárias, sociedades estas que possuem como principal finalidade a busca do lucro, sem atenção aos direitos humanos, seja por uma escassez fiscalizatória, seja por ausência de regras nacionais claras e específicas quanto ao assunto. Os direitos humanos precisam ser preservados, ainda que isso implique em as empresas reduzirem parte do lucro, que é sua principal finalidade.

Provavelmente por enxergar uma falta de regramento específico em nível internacional, visando minimizar discrepâncias e infrações aos direitos humanos no mundo dos negócios, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 16 de junho de 2011, a publicação dos "Guiding Principles on Business and Human Rights", ou, em tradução livre, Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, enumerados por John Ruggie[123], que é o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, cujos princípios foram traduzidos pelo ente governamental "Conectas Direitos Humanos"[124].

São 31 (trinta e um) princípios feitos especificamente para que sirvam de base e orientação para que os Estados e as empresas possam respeitar (ou melhor respeitar) os direitos humanos, bem como sugerem a criação de meios e recursos adequados e eficazes para um bom controle do Estado, em caso de descumprimento destes direitos pelas empresas. Assim, teria o Estado que fornecer diretrizes, canais de denúncias e mecanismos para julgamento e aplicação de sanções aos infratores.

Os dez primeiros princípios são referentes ao dever do Estado de proteger e preservar os direitos humanos. O presente estudo tem por principal foco a análise da aplicação e respeito dos direitos humanos por parte das empresas, contudo, convém salientar um destes dez primeiros princípios, pois referido princípio será naturalmente abordado na conclusão deste artigo:

> 3. Em cumprimento de sua obrigação de proteger, os Estados devem:
> (a) Fazer cumprir as leis que tenham por objeto ou por efeito fazer as empresas respeitarem os direitos humanos, avaliar periodicamente se tais leis resultam adequadas e remediar eventuais lacunas;
> (b) Assegurar que outras leis e diretrizes políticas que regem a criação e as atividades das empresas, como o direito empresarial, não restrinjam mas sim que propiciem o respeito aos direitos humanos pelas empresas;
> (c) Assessorar de maneira eficaz as empresas sobre como respeitar os direitos humanos em suas atividades;
> (d) Estimular e se for preciso exigir que as empresas informem como lidam com o impacto de suas atividades sobre os direitos humanos.[125]

---

conferir extraordinária eficácia transformadora do meio social". COMPARATO. Fábio Konder. **A civilização capitalista:** para poder compreender o mundo em que vivemos. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 48-51, 90.

[123] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guiding Principles on Business and Human Rights**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/documents/publications/GuidingprinciplesBusinesshr_eN.pdf>. Acesso em 08 nov. 2022.

[124] CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/empresas-e-direitos-humanos-parametros-da-onu/>. Acesso em 08 nov. 2022.

[125] CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/empresas-e-direitos-humanos-parametros-da-onu/>. Acesso em 08 nov. 2022.

Nota-se que o papel do Estado está não somente em fazer cumprir a lei, mas também exigir que empresas informem constantemente como lidam com o impacto de suas próprias atividades sobre os direitos humanos.

É imprescindível, portanto, o papel do Estado para que as empresas respeitem os direitos humanos.

Na sequência, tem-se os Princípios referentes à responsabilidade das empresas em respeitar os direitos humanos, que vai do 11º ao 24º Princípio, destacando-se o 13º e o 17º.

O 13º Princípio assim relata:

> 13. A responsabilidade de respeitar os direitos humanos exige que as empresas:
> (a) Evitem que suas próprias atividades gerem impactos negativos sobre direitos humanos ou para estes contribuam, bem como enfrentem essas consequências quando vierem a ocorrer;
> (b) Busquem prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos diretamente relacionadas com operações, produtos ou serviços prestados por suas relações comerciais, inclusive quando não tenham contribuído para gerá-los.[126]

Percebe-se, portanto, uma clara obrigação destinada às empresas para que estas gerenciem suas próprias atividades, no sentido de não gerarem impactos negativos sobre direitos humanos, buscando sempre prevenir tais impactos.

O 17º Princípio assim relata:

> 17. A fim de identificar, prevenir, mitigar e reparar os impactos negativos de suas atividades sobre os direitos humanos, as empresas devem realizar auditorias (due diligence) em matéria de direitos humanos. Esse processo deve incluir uma avaliação do impacto real e potencial das atividades sobre os direitos humanos, a integração das conclusões e sua atuação a esse respeito; o acompanhamento das respostas e a comunicação de como as consequências negativas são enfrentadas. A auditoria (due diligence) em matéria de direitos humanos:
> (a) Deve abranger os impactos negativos sobre os direitos humanos que tenham sido causados ou que tiveram a contribuição da empresa para sua ocorrência por meio de suas próprias atividades, ou que tenham relação direta com suas operações, produtos ou serviços prestados por suas relações comerciais;
> (b) Variará de complexidade em função do tamanho da empresa, do risco de graves consequências negativas sobre os direitos humanos e da natureza e o contexto de suas operações;
> (c) Deve ser um processo contínuo, tendo em vista que os riscos para os direitos humanos podem mudar no decorrer do tempo, em função da evolução das operações e do contexto operacional das empresas.[127]

Conforme se vislumbra, é clara a necessidade contínua de as empresas instaurarem auditorias para acompanhar, certificar e prevenir que não estejam sendo infringidos os direitos humanos, reparando os casos de eventuais infrações.

---

[126] *Idem.*

[127] CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/empresas-e-direitos-humanos-parametros-da-onu/>. Acesso em 08 nov. 2022.

Não basta adotar diretrizes administrativas para não infringirem os direitos humanos, as empresas precisam instaurar procedimentos seguros e confiáveis de inspeção de suas próprias atividades e as consequências delas para a sociedade em que está inserida.

A bem da verdade, estes são direcionadores, quase uma sugestão, para que as empresas não infrinjam os direitos humanos. A repressão à qualquer infração ainda é muito vaga e não está clara, especialmente no ordenamento jurídico brasileiro.

Na sequência, os Princípios 25º ao 31º dizem respeito aos mecanismos de reparação em casos de infrações aos direitos humanos, cabendo destaque para o 25º Princípio, que assim relata:

> 25. Como parte de seu dever de proteção contra violações de direitos humanos relacionadas com atividades empresariais, os Estados devem tomar medidas apropriadas para garantir, pelas vias judiciais, administrativas, legislativas ou de outros meios que correspondam, que quando se produzam esse tipo de abusos em seu território e/ou jurisdição os afetados possam acessar mecanismos de reparação eficazes.[128]

Os Estados têm o dever de fazer valer os direitos humanos em casos de infrações cometidas pelas empresas, utilizando, para tanto, a via judicial, administrativa ou até mesmo a legislativa.

A utilização da via legislativa pelo Estado, no caso em tela, seria para a confecção de novas leis que reprimam expressamente as infrações aos direitos humanos, bem como que instalem meios de se promover denúncias anônimas ou não, e mecanismos adequados de julgamentos pelas infrações detectadas, o que ainda é tudo ainda muito escasso no Brasil.

Talvez por isso o empresariado brasileiro esteja tão longe de se tornar um exemplo de classe empresarial para o mundo.

Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos são uma direção bastante firme na luta pela preservação e respeito aos direitos humanos no âmbito empresarial, um importante passo para incentivar empresas a seguirem a cartilha, bem como incentivando o Estado a legislar mais sobre a matéria, punindo as irregularidades cometidas e transformando o mundo em um lugar cada vez melhor.

Visando uma tentativa de seguir as orientações principiológicas da DUDH, o Brasil já havia aprovado o Decreto nº 7.037/09[129], que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, prevendo diversos Eixos, cada um contendo diretrizes objetivas, para implementação dos direitos humanos no país, mas não especificamente voltado para o setor empresarial brasileiro, apesar de englobá-lo em alguns pontos.

Sobre empresas, por exemplo, no Eixo Orientador 1 do Decreto em questão, tem-se a temática da interação democrática entre o Estado e a sociedade civil, possuindo a Diretriz nº 5 (valorização da pessoa como sujeito central do processo de desenvolvimento), que trata, na ação programática "e" do Objetivo estratégico II, a necessidade de "ampliar a adesão de

---

[128] CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacao/empresas-e-direitos-humanos-parametros-da-onu/>. Acesso em 08 nov. 2022.

[129] BRASIL. Decreto n° 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 dez. 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 09 nov. 2022.

empresas ao compromisso de responsabilidade social e Direitos Humanos". Note que o Brasil instituiu a necessidade de ampliação à adesão de empresas que respeitem os direitos humanos no país.

Posteriormente, quase 10 anos depois, aprovou-se no país mais um decreto, o Decreto nº 9.571/18[130], que estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos. Este último decreto chega como resposta positiva aos Princípios Orientadores de John Ruggie, prevendo ações do Estado para conscientização do setor empresarial, conforme se depreende do art. 3º, a saber:

> Art. 3º A responsabilidade do Estado com a proteção dos direitos humanos em atividades empresariais será pautada pelas seguintes diretrizes:
> [...]
> II - fortalecimento da consonância entre políticas públicas e proteção dos direitos humanos;
> [...]
> IV - implementação de políticas, normas e incentivos à conduta das empresas quanto aos direitos humanos, por meio de:
> a) exigência de compromisso público de respeito aos direitos humanos e publicação de relatório anual das empresas;
> b) estímulo à prestação de contas sobre os riscos de sua operação aos direitos humanos e exigência de adoção de medidas de prevenção, controle e reparação; e
> c) estímulo ao estabelecimento de canais de denúncia para os colaboradores, os fornecedores e a comunidade;
> [...]
> VII - estímulo à adoção, por grandes empresas, de procedimentos adequados de dever de vigilância ( due diligence ) em direitos humanos;
> VIII - orientação da incorporação dos direitos humanos à gestão de riscos de negócios e de parcerias que venha a estabelecer, de modo a subsidiar processos decisórios;
> IX - criação de plataformas e fortalecimento de mecanismos de diálogo entre a administração pública, as empresas e a sociedade civil;
> X - integração dos direitos humanos ao investimento social, aos projetos de desenvolvimento sustentável para as comunidades impactadas e às políticas de patrocínio;
> XI - garantia de condições de trabalho dignas para seus recursos humanos, por meio de ambiente produtivo, com remuneração adequada e em condições de liberdade, equidade e segurança, com estímulo à observância desse objetivo pelas empresas;
> XII - combate à discriminação nas relações de trabalho e promoção da valorização da diversidade;
> XIII - promoção e apoio às medidas de inclusão e de não discriminação, com criação de programas de incentivos para contratação de grupos vulneráveis;
> [...]

É notório o reconhecimento do Estado de seu papel de primordial importância na luta contra as infrações aos direitos humanos no Brasil. Salta aos olhos o dever que compete

---

[130] BRASIL. Decreto n° 9.571, de 21 de novembro de 2018. Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 nov. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9571.htm>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ao Estado no sentido de estimular e conscientizar o empresariado brasileiro para evitar prejuízos aos direitos humanos da população.

No que tange às empresas, o decreto em comento traz orientações no sentido de que adotem práticas que evitem infringências aos direitos humanos, seja dos trabalhadores, dos clientes/consumidores, da comunidade em que se encontram, dentre outros, agindo com cautela, prudência, de forma preventiva e antecipada aos riscos de impactos e violação aos direitos aqui tratados. Essa parte pertinente às empresas é quase uma cópia dos Princípios Orientadores de John Ruggie e não se vê claramente sanções aplicáveis aos infratores.

Os artigos 13 a 15 do decreto em tela são direcionados às orientações acerca dos mecanismos de reparações, regulando que o Estado deverá manter mecanismos de denúncia e reparação às infrações aos direitos humanos, ou seja, compete ao Estado o dever de disponibilizar meios para que as informações e denúncias cheguem à conhecimento para responsabilização dos infratores.

Na parte prática, referente ao efetivo incentivo estatal para que os empresários respeitem os direitos humanos, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou as Resoluções nºs 3.545/08[131], 3.876/10[132] e 4.327/14[133], restringindo financiamentos para ruralistas que não comprovassem estar zelando e não infringindo direitos humanos, como não desmatando áreas ilegalmente, não promover trabalho em condições análogas ao escravo, e cumprindo a política de responsabilidade socioambiental do governo, dentre outras práticas, o que passou a ser um importante começo para a aplicação dos direitos humanos no setor agrícola, pois passou a pesar no bolso dos ruralistas (com a falta de financiamento bancário) caso estes cometam tais infrações.

Exemplos de violações aos direitos humanos, não raramente noticiadas na imprensa, são a manutenção de empregos em condições análogas ao escravo, as indústrias que utilizam substâncias consideradas tóxicas ou cancerígenas em outros países, a discriminação de raça, sexo e deficiências na contratação etc., e, para se evitar e combater infrações como essas é preciso fomentar políticas públicas e garantir mecanismos eficientes de denúncias no meio empresarial brasileiro.

## Conclusão

O presente trabalho propôs uma estruturação em 02 (duas) partes, além da introdução e conclusão, todas mais fortemente focadas para apresentar uma ligação com o cenário brasileiro, sendo uma primeira parte para tratar dos direitos humanos no Brasil, e, por último, uma segunda parte para tratar da legislação brasileira em matéria de direitos humanos.

Foi possível denotar que há um enorme conjunto de argumentos que apontam que a mesma sociedade que prega a liberdade para todos não oferece meios reais de se obter o

---

131 BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3545**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 09 nov. 2022.
132 BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3876**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 09 nov. 2022.
133 BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 4327**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 09 nov. 2022.

respeito aos direitos humanos, de modo que a busca pela total liberdade individual impede a realização das garantias fundamentais de todos.

Inclusive, no que tange ao cenário nacional, o brasileiro reconhecidamente necessita de pequenos "empurrões" para pôr em prática questões sociais benéficas para a sociedade. Muitas vezes precisa sentir no "bolso" alguma diferença para agir em sintonia com determinada regra.

Viu-se isso com a lei Antifumo, proibindo e multando donos de estabelecimentos que permitissem fumar no seu interior, bem como com as leis e multas de trânsito onerosas por dirigir após consumo de bebidas alcoólicas, dentre outros exemplos.

O fato de a Constituição de 1988 haver recepcionado os direitos humanos e sociais em seu texto não implica dizer que o setor empresarial pratica o respeito a tais direitos. Muito pelo contrário, não é raro haver notícias sobre alguma prática antagônica ao respeito aos direitos humanos.

Nesse sentido, ficou claro pelo próprio 25º princípio dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU que o Estado precisa implantar leis a serem seguidas pelos empresários. Talvez essa seja a forma mais eficaz de se implantar o respeito aos direitos humanos no Brasil: a imposição legal e normativa para que se imponha e se possa exigir o respeito almejado, multando infratores.

Em contrapartida, o Brasil possui um arsenal bastante robusto no que tange à legislação trabalhista, consumerista e ambiental, que, de certa forma, cerca muito bem os empresários, mas não suficientemente para que deixem absolutamente de infringir direitos humanos.

A questão é que ainda assim tem-se visto infrações aos direitos humanos no âmbito empresarial, pois, apesar da forte legislação já existente (trabalhista, ambiental etc.), parece que o empresário "arrisca" a infração aos direitos humanos visando primordialmente o lucro no final, acreditando cegamente que vale a pena o risco.

Portanto, depreende-se que mais vale uma boa orientação esclarecedora do que uma boa lei punitiva. Ou melhor ainda: o cenário ideal seria uma melhor orientação aliada à existência de leis punitivas mais eficientemente voltadas aos direitos humanos, para que não deixem dúvidas ao empresário de que é pior (muito pior) infringir os direitos humanos, não vale o risco.

O Estado precisa adotar papel mais implacável, criando legislação mais firmemente voltada à proteção dos direitos humanos, já que a atual é e continua sendo insuficiente para impedir a ofensa aos direitos humanos. O Estado precisa fornecer meios fáceis de se promoverem denúncias, determinando aos seus Ministérios Públicos que atuem de forma mais incisiva, bem como punindo os infratores com seriedade, aplicando multas e/ou penalizações que verdadeiramente desincentivem os empresários à reincidência.

O Decreto nº 9.571/18 não prevê claramente sanções aplicáveis às empresas infratoras dos direitos humanos, o que é seu grande ponto negativo, pois apenas define que compete ao Estado o dever de disponibilizar meios para que as informações e denúncias cheguem à conhecimento para responsabilização dos infratores, mas não há efetivamente sanção ou efetivo desenvolvimento desses mecanismos de responsabilização. Na prática, acaba sendo ineficiente.

Se o Estado agir e promulgar leis mais rígidas e se os aplicadores do direito se conscientizarem de seu verdadeiro e importante papel nessa mudança social (aplicar a lei de

forma consciente e informativa), talvez assim haverá uma maior e verdadeira humanização do setor empresarial brasileiro, seja através de leis punitivas mais severas, seja através de uma maior conscientização desta classe.

**Referências**

ALMEIDA, Amador Paes de. **Manual das sociedades comerciais:** direito de empresa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. Tradução de Fábio Konder Comparato. **Revista de Direito Mercantil:** Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, ano 35, n. 104, p. 109-126, out./dez. 1996.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3545.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 09 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3876.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 09 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 4327.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em 09 nov. 2022.

BRASIL. Decreto n° 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 09 nov. 2022.

BRASIL. Decreto n° 9.571, de 21 de novembro de 2018. Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 nov. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9571.htm>. Acesso em: 09 nov. 2022.

COMPARATO. Fábio Konder. **A civilização capitalista:** para poder compreender o mundo em que vivemos. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.conectas.org/publicacao/empresas-e-direitos-humanos-parametros-da-onu/>. Acesso em 08 nov. 2022.

LUNA, Ana Cláudia Vergamini. **Direitos sociais:** controle jurisdicional de políticas públicas, limites e possibilidades. Dissertação de mestrado (Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guiding Principles on Business and Human Rights.** Disponível em: <https://www.ohchr.org/documents/publications/GuidingprinciplesBusinesshr_eN.pdf>. Acesso em 08 nov. 2022.

PESSOA, Eudes André. **A constituição federal e os direitos sociais básicos ao cidadão brasileiro.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623&revista_caderno=9>. Acesso em 09 jun. 2019.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 1.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de empresa**: lei nº 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Regulação e desenvolvimento.** São Paulo: Malheiros, 2012.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **Teoria crítico-estruturalista do direito comercial.** 1ª ed. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial:** teoria geral e direito societário. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013. v. 1.

# COMPLIANCE E ARTE: O PROGRAMA DE INTEGRIDADE EFETIVO NO COMBATE AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO MERCADO BRASILEIRO DE ARTE

Pedro Henrique Hernandes Argentina[134]

*O que faríamos com as artes, sem o luxo que as alimenta?*
*(Rousseau, Discurso sobre as ciências e as artes).*

**Resumo**: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da estruturação e implementação da cultura do compliance no combate ao crime de lavagem de dinheiro, previsto na Lei n.º 9.613/98 decorrente do comércio de obras de arte; mercado este que movimenta valores vultosos no mundo todo. Na intenção de prevenir que o crime aconteça durante as transações financeiras, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituiu a Portaria n.º 396/2016 que aborda a sistematização de mecanismos e ferramentas do programa de integridade para prevenir, detectar e remediar – função tríplice do compliance – o crime de lavagem de dinheiro no mercado de obras de arte. O crime de lavagem de dinheiro consiste na obtenção do valor financeiro por meio de uma fonte ilícita que é aplicado – neste caso destaca-se a compra de artefatos e obras de arte – a uma situação licita, mascarando, assim, a origem ilegal. Com o intuito de preservar o comércio ilibado de obras artísticas, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e o IPHAN atuam em conjunto estipulando a necessidade de adoção de uma cultura efetiva de compliance. A própria lei de lavagem, nº 9.613, de 1998, já caracteriza este mercado como sensível e que merece um cuidado maior em relação a prática do crime mencionado. Destarte, o processo de adequação ao compliance está em ascensão. Neste desenvolvimento, o mercado de obras não poderia estar deslocado, tendo em vista que movimenta elevados valores monetários. A cultura de compliance estipula mecanismos que visam proteger estas relações, vendedores e comprados, primando pelo relacionamento seguro entre estes, seja pessoa física ou jurídica. A portaria publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ressalta a importância de implementação dos mecanismos que estruturam um programa de compliance. Para atingir os objetivos propostos, o presente estudo foi desenvolvido de forma indutiva, com foco na área sobre o mercado de obras de arte e o crime de lavagem dinheiro. Realizada e fundamentada por meio de revisões bibliográficas, livros, artigos, legislação e outras fontes publicadas.

**Palavras-chave**: Mercado de arte; compliance; lavagem de dinheiro; lei anticorrupção; programa de integridade.

## Introdução

O termo compliance tem origem do vernáculo americano, do verbo "*to comply*" e significa estar em conformidade com algo, neste caso, tem relação com as medidas que uma empresa adota para instituir e manter seus padrões éticos, morais e legais. De acordo com

134 Bacharel em direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pós-graduado em direito corporativo e compliance pela Escola Paulista de Direito (EPD). Pós-graduando no MBA em gestão estratégica de organizações pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Advogado. E-mail: pedro.sano@hotmail.com.

Fonseca e Panhoza (2022, p. 151), "a palavra em si vem da língua inglesa e em poucas palavras resume no dever de conformidade com as normas e padrões éticos previamente instituídos".

O programa de compliance, também conhecido como programa de integridade, constitui, portanto, um conjunto de mecanismos e ferramentas elaborados, estruturados e implementados por uma instituição com o objetivo de manter seus padrões de transparência e suas políticas de governança. A cultura de compliance efetiva possui como pedra angular sua função tríplice, que é prevenir, detectar e remediar os riscos e as situações negativas que a empresa pode se envolver.

Assim, prevenir significa possuir mecanismos que consigam evitar que o problema aconteça; todavia, caso aconteça de o caráter preventivo do programa de integridade não evitar o resultado lesivo, é necessário que a empresa tenha parâmetros de detecção do problema e que a correta remediação ao fato seja aplicada. Importante é, também, o aspecto da mitigação do ato ilícito ou negativo, tendo em vista que é essencial que a empresa adote ferramentas que inibam o risco que já acontecera. *Id est*, a situação perniciosa que aconteceu deve ser uma lição e é necessário que a empresa não falhe novamente, evitando a reincidência da situação.

De acordo com Temporão (2021, p. 661), sobre o programa de integridade que "ele funcionará na prática se for capaz de assegurar que a cultura de organização está efetivamente comprometida em tomar decisões de forma ética e em respeito com as leis".

Com o mundo globalizado, as relações entre as empresas são necessárias. Com este aumento de interação, é importante que um bom programa de compliance seja estruturado e implementado de forma efetiva, visando precaver situações danosas para a empresa.

No Brasil, o programa de integridade tornou-se mais conhecido e sua prática difundida em maiores proporções e de forma mais intensa com os escândalos da Operação Lava Jato. Desde então, o mundo corporativo tem levado a cultura de compliance com mais seriedade; se antes o programa era elaborado apenas com caráter formal e "para inglês ver", agora tem sido buscado de forma efetiva pelas empresas, combatendo o que o Departamento de Justiça Americano denomina como "*paper program*[135]".

Em relação a este marco importante da ambientação da cultura do compliance no Brasil, destacam os autores Renato Silveira e Eduardo Saad-Diniz (2015, p. 142) que "[...] em face de tantos escândalos econômicos recentes, tem-se visto uma tentativa por parte das empresas de evidenciar uma modalidade de regulação a fim de externalizar sua correção, visando, também, uma menor severidade judicial".

O setor de compliance no Brasil, mais especificamente aquele voltado ao compliance criminal – para facilitar o assunto sobre o tema, o compliance como um todo pode ser subdividido em espécies especificais, tais como compliance criminal, tributário, antidiscriminatório, entre outros – tem como objetivo combater os riscos de natureza criminal. Sem desconsiderar todos os crimes possíveis, os dois maiores inimigos nesta área são os crimes de corrupção e o de lavagem de dinheiro; crime este que será abordado no decorrer no trabalho aqui proposto.

No Brasil, o assunto ganhou mais relevância com a promulgação da Lei n.º 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção; inspirada em legislações internacionais,

[135] Programa de papel (tradução do autor).

tais como o *Foreing Corrupt Practices Act* (FCPA), *United Kingdom Bribery Act* (UKBA)[136] e outras. Sem conceituar o programa de compliance como tal, a lei traz um conceito breve sobre o programa, caracterizando sua presença como um fator atenuante, caso a empresa responda por algum crime prevista nesta lei. De acordo com a lei supracitada, considera-se compliance "a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica".

Mais tarde, foi promulgado o Decreto n.º 8.420/2015, que regulamentava a Lei Anticorrupção. Neste momento que o ordenamento jurídico abordou a expressão "programa de integridade" e trouxe mais definições sobre o tema. O decreto foi revogado no ano de 2022, com a edição do atual vigente Decreto n.º 11.129, que abordou o programa de integridade de forma ainda mais clara, bem como evidenciou a função tríplice e o caráter singular do programa de compliance, em que cada empresa deve elaborar o seu suprindo as necessidades reais da empresa. De acordo com o decreto promulgado em 2022:

> Art. 56. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, com objetivo de: I - prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira; e II - fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional. Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e os riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e a adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade (DECRETO Nº 11.129, 2022, n.p.).

É notório que a cultura de compliance esteja em ascensão e que empresas de setores diversos estão implementando o programa de integridade. No mercado da arte, em que há a comercialização de obras e antiguidades, a preocupação com mecanismos e ferramentas que constituem um programa de integridade também é uma realidade.

O comércio envolvendo estes artefatos movimenta valores financeiros exorbitantes e é visto como uma forma eficiente de mascarar o dinheiro oriundo de uma fonte ilícita, configurando, assim, o crime denominado como "lavagem de dinheiro".

## O crime de lavagem de dinheiro perante o ordenamento jurídico brasileiro

O crime conhecido como lavagem de dinheiro está previsto na Lei n.º 9.613, que foi promulgada no ano de 1998. Segundo o artigo primeira da lei, é considerado como crime de lavagem de dinheiro "ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal".

---

[136] A lei americana FCPA foi promulgada em 1977 e é considerada uma das leis pioneiras em questão de tratar sobre o combate ao suborno de funcionários públicos. Já a lei UKBA, do Reino Unido, de 2010 e é considerada como uma das leis mais rígidas no combate a corrupção de funcionários na esfera pública e privada.

Sobre a importância, benefícios e o desta lei, destaca o Ministério da Fazenda (s.d., n.p.), que "essa lei atribuiu às pessoas físicas e jurídicas de diversos setores econômico-financeiros maior responsabilidade na identificação de clientes e manutenção de registros de todas as operações e na comunicação de operações suspeitas [...]".

Para o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (s.d., n.p.), o crime caracteriza-se como "método utilizado pelos contrafeitores para disfarçar as origens ilegais de sua riqueza e proteger seus rendimentos, como forma de evitar suspeitas por parte das instituições investigativas e de aplicação da lei".

Neste sentido, consiste em obter uma vantagem, *v.g.* um valor pecuniário, por meio de uma atividade ilícita, *i.e.* o dinheiro é adquirido como resultado de um outro crime. Para mascarar esse dinheiro, ele é aplicado em uma atividade considerada lícita. No que tange ao tema aqui neste trabalho proposto, o dinheiro é utilizado para compras de obras de arte e antiguidades; mercado este que movimenta grandes valores financeiros. Ainda de acordo com o Ministério da Fazenda:

> Para disfarçar os lucros ilícitos sem comprometer os envolvidos, a lavagem de dinheiro realiza-se por meio de um processo dinâmico que requer: primeiro, o distanciamento dos fundos de sua origem, evitando uma associação direta deles com o crime; segundo, o disfarce de suas várias movimentações para dificultar o rastreamento desses recursos; e terceiro, a disponibilização do dinheiro novamente para os criminosos depois de ter sido suficientemente movimentado no ciclo de lavagem e poder ser considerado "limpo" (MINISTÉRIO DA FAZENDA, s.d., n.p.).

Sendo assim, a lavagem do dinheiro obtido de forma ilegal é feita por etapas. Após, o recebimento da quantia, o montante é direcionado para uma atividade considerada legal e dessa forma, seu rastro "negro" seja perdido. Para as atividades realizadas no cenário do mercado de arte, bem pontua Bowley (2021, n.p.) que "*in a typical case, someone uses illicit profits to purchase art, parking the money there until a later sale results in "clean" money with a legitimate pedigree*[137]"

O mercado de obras de arte já é considerado pela Lei n.º 9.613 como sendo um ramo que merece uma atenção especial, podendo ser considerado como comércio sensível e suscetível a ser alvo dos resultados perniciosos do crime de lavagem de dinheiro. Ipsis litteris, o artigo 10, inciso III, traz que "deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhes permitam atender ao disposto neste artigo e no art. 11, na forma disciplinada pelos órgãos competentes."

Estão sujeitas as recomendações do artigo 10 aqueles destacados no artigo anterior, o 9º, que são "as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem joias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades".

Segundo a própria lei supracitada, as pessoas – físicas ou jurídicas – que tenham interações com o mercado de obras de arte, devem adotar medidas e ferramentas capaz de garantir o fluxo ilibado e transparente das negociações, pautado em um comportamento íntegro.

---

[137] Num caso típico, alguém usa lucros ilícitos para comprar arte, aplicando o dinheiro lá até uma venda posterior resulta em dinheiro "limpo" com uma trajetória legítima (tradução do autor).

Está medida proposta pela lei, trecho atualizado em 2012, aborda o programa de integridade. Ou seja, as pessoas jurídicas e físicas que comercializem obras de arte, que é considerado um mercado predisposto a ser alvo do crime de lavagem de dinheiro, instituam procedimentos para prevenir que esta atitude negativa aconteça, por meio da estruturação e implementação da cultura de compliance. O compliance possui a premissa de combater práticas na esfera penal e em todas as outras. Afirma o Departamento de Justiça americano (2019, n.p.), "*compliance programs are established by corporate management to prevent and detect misconduct and to ensure that corporate activities are conducted in accordance with applicable criminal and civil laws, regulations, and rules*[138]".

Destarte, é orientação prevista no próprio ordenamento jurídico pátrio é a adoção de uma cultura de compliance por empresas – importante destacar que a lei também abrange pessoas físicas que trabalhem com estas mercadorias – buscando prevenir que o mercado de obras de arte seja utilizada como máscara para práticas ilegais. Deve ser desenvolvido políticas, normas e meios de controle das relações mercantis; salienta-se conhecer o vendedor, o comprador, a empresa, possuir um cadastro atualizado, uma possível busca sobre a origem da pecúnia, mecanismos que podem promover o combate e inibir o delito de lavagem de dinheiro.

## O mercado de obra de arte como intermediário do crime de lavagem de dinheiro

Conforme já mencionado, o mercado de arte é considerado um mercado que necessita de alerta, tendo em vista ser considerado um alvo sensível ao crime de lavagem de dinheiro; Os levados valores que este mercado movimenta, seduz aqueles que precisam mascarar a quantia pecuniária oriunda de uma atividade ilícita.

Segundo o relatório elaborado pela *Art Basel*, uma das maiores feiras de arte com fins lucrativos, no ano de 2019, transações comerciais envolvendo obras de arte movimentou, em âmbito global, cerca de 64 bilhões de dólares. Com a pandemia do COVID-19, a realização de feiras, leilões e exposições fizeram com que o rendimento deste comércio caísse. Contudo, já em 2021, o fluxo de vendas de obras de arte voltou a ter destaque, conforme o relatório de 2022, produzido também pela *Art Basel*:

> *Difficulties in access and trading and the cancellation of art fairs, exhibitions, and auction sales during the pandemic resulted in a sharp drop of 38% in the value of global imports of art and antiques in 2020. In 2021, values bounced back to $26.6 billion, an year-on-year rise of 41%*[139] *(ART BASEL & UBS REPORTI, 2022, p. 27).*

Diante valores tão altos e que se valorizam com o passar dos anos, as obras de arte tornaram-se uma excelente opção para as pessoas que querem "lavar" o dinheiro, *i.e.*, direcionar o dinheiro obtido por meio de uma prática ilícita comprando obras de arte e tornando este dinheiro aparentemente legal é o foco. Sobre a predisposição do mercado de

[138] Os programas de integridade são estabelecidos pela direção da empresa para prevenir e detectar a má conduta e para assegurar que as atividades empresariais são conduzidas de acordo com as leis, regulamentos e regras penais e civis aplicáveis (tradução do autor).

[139] As dificuldades de acesso e comércio e o cancelamento de feiras de arte, exposições e vendas em leilão durante a pandemia resultaram numa queda acentuada de 38% no valor das importações globais de arte e antiguidades em 2020. Em 2021, os valores recuperaram para 26,6 mil milhões de dólares, um aumento de 41% em relação ao ano anterior (tradução do autor).

arte ao crime de lavagem de dinheiro, bem coloca Bowley (2021, n.p.) "*how much money laundering involves art? No one seems to have quantified it, though many experts agree the art market is a natural place for it to flourish*[140]".

Ainda de acordo com Bowley sobre o tema e sobre o motivo pelo qual o comércio destas mercadorias é tão sensível ao crime de lavagem de dinheiro, complementa:

> *Billions of dollars of art changes hands every year with little or no public scrutiny. Buyers typically have no idea where the work they are purchasing is coming from. Sellers are similarly in the dark about where a work is going. And none of the purchasing requires the filing of paperwork that would allow regulators to easily track art sales or profits, a distinct difference from the way the government can review the transfer of other substantial assets, like stocks or real estate*[141] *(BOWLEY, 2021, n.p.).*

Pelas facilidades encontradas neste ramo, o mesmo acaba sendo considerado uma boa opção para despistar o dinheiro adquirido de natureza ilegal.

Para evitar e mitigar esta prática, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – em conjunto com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF – editaram a Portaria n.º 396/2016, que abordam os procedimentos a serem observados por pessoas jurídicas, bem como por pessoas físicas, que comercializem itens de obras de arte e antiguidades de qualquer natureza, segundo a Lei n.º 9.613/1998, de lavagem de dinheiro.

Sobre o IPHAN, instituto responsável pela edição da portaria, conceitua o Ministério do Turismo:

> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2020, n.p.).

Neste sentido, o instituto elaborou a portaria, que é um ato administrativo interno utilizado para expor recomendações e instruções sobre a aplicação de determinada lei, no caso, a lei de lavagem de dinheiro.

A Portaria n.º 396/2016 traz diversas recomendações sobre procedimentos de prevenção do crime em questão. As medidas propostas na portaria são aplicadas tanto para pessoas físicas e pessoas jurídicas que integrem o mercado de obras de arte, em várias condições diversas, segue o exposto no artigo primeiro da portaria:

> Art. 1º. As pessoas físicas ou jurídicas que comercializem objetos de Antiguidades ou Obras de Arte de Qualquer Natureza, de forma direta ou indireta, inclusive mediante recebimento ou cessão em consignação, importação ou exportação,

[140] Quanto a lavagem de dinheiro envolve arte? Ninguém parece tê-la quantificado, embora muitos especialistas concordem que o mercado da arte é um lugar natural para florescer esta prática (tradução do autor).
[141] Bilhões de dólares vindos de arte mudam de mãos todos os anos com pouco ou nenhum escrutínio público. Os compradores normalmente não têm ideia de onde vem o trabalho que estão a comprar. Os vendedores estão igualmente no escuro sobre para onde vai uma obra. E nenhuma das compras requer a apresentação de documentação que permita aos reguladores acompanhar facilmente as vendas ou lucros da arte, uma diferença distinta da forma como o governo pode rever a transferência de outros ativos substanciais, como ações ou bens imobiliários (tradução do autor).

> posse em depósito, intermediação de compra ou venda, comércio eletrônico, leilão, feiras ou mercados informais, em caráter permanente ou eventual, de forma principal ou acessória, cumulativamente ou não, devem observar as disposições constantes na presente Portaria, conforme estabelecido na Lei n.º 9.613, de 1998 (PORTARIA N.º 396, 2016, n.p.).

Sendo assim, os procedimentos apresentados pela portaria são aplicáveis a um conjunto de pessoas físicas e jurídicas bastante abrangente, não exigindo um caráter de comercialização concreto, *i.e.,* basta que seja comercializado itens do mercado de obras de arte.

A portaria mencionada apresenta mecanismos e ferramentas que devem ser implementados que são caracterizados como procedimentos de um programa de compliance, sendo assim, são um conjunto de ações que possuem o caráter de prevenir, detectar e remediar a prática de crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo. De acordo com o artigo 3º do documento elaborado pelo IPHAN, "as pessoas de que trata o Art. 1º devem estabelecer e implementar seus próprios procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo [...]".

O artigo ainda complementa propondo que no caso das pessoas jurídicas, algumas outras medidas são importantes, dentre elas, consta no inciso I que, "identificar os clientes e demais envolvidos nas operações que realizarem". Esta prática é conhecida na cultura de compliance como *know your client* e *know your partner*[142]*,* e integram etapas daquilo que denominado como *due diligence*, traduzido pelo Decreto n.º 11.129 como diligência prévia. Significa que pessoas jurídicas que comercializem estes itens sensíveis, devem fazer uma análise de risco, um *background check* [143]destes terceiros, sejam clientes ou parceiros, para conhecer a procedência do dinheiro e da mercadoria transacionada.

Sobre a importância de conhecer as pessoas que irão integrar o sistema de vendas destas mercadorias, a due diligence é caracterizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – como sendo:

> O propósito da devida diligência é, acima de tudo, evitar causar ou contribuir com impactos adversos sobre as pessoas, o meio ambiente e a sociedade, e buscar prevenir impactos adversos diretamente vinculados a operações, produtos ou serviços por meio de relações comerciais. Quando o envolvimento com impactos adversos não puder ser evitado, a devida diligência deve permitir que as empresas os mitiguem, previnam sua recorrência e, quando necessário, repare-os (OCDE, 2018, p. 16).

Este é uma das formas de prevenção e mitigação de riscos que constituem um programa de compliance efetivo e que é proposto pelo IPHAN por meio de sua portaria. A presença e iniciativa de incluir o programa de integridade no mercado de obras de arte é uma forma de combater e diminuir a incidência do crime de lavagem de dinheiro é que mascarado na compra e venda destes itens.

O artigo 3º ainda sugere, no inciso V, "capacitar e treinar empregados"; etapa fundamental de uma cultura de compliance implementada de forma efetiva são os treinamentos corporativos. São por meio destes treinamentos que os valores e intenções do

---

[142] Conheça seu cliente e conheça seu parceiro (tradução do autor).
[143] Verificação de antecedentes.

programa de integridade são transmitidos da alta gestão para toda a equipe, demonstrando a necessidade e importância do combate aos crimes e riscos que a empresa e o ramo está exposta.

O mesmo artigo supracitado, também sugere em seus incisos VI e VII que, "verificar periodicamente a eficácia dos procedimentos e controles internos adotados" e "implementar códigos de conduta". O programa de integridade deve estar sempre atualizado, sendo considerado como um organismo vivo, na medida que é de suma importância que esteja alinhado a realidade do local implementado. A cultura de compliance deve estar presente no código de conduta – ou código de ética – que deve ser de acesso amplo para todas as pessoas; e precisa conter as informações necessárias para o público, *v.g.*, canal de denúncia, processo de investigação interna, valores éticos e missões da empresa, ou seja, todas as informações essenciais sobre o programa.

A portaria propõe, também, o cadastro de pessoas físicas e pessoas jurídicas, em caso de transações iguais ou mais elevadas que o valor de R$ 10.000, 00. O registro desses dados incluem CPF, CNPJ, endereços, rol de pessoas politicamente expostas entre outras informações necessárias para maior verificação da postura ilibada dos envolvidos. Ponto bastante relevante é a comunicação ao COAF quando as vendas e compras forem igual ou superior ao valor de 10 mil reais.

Sobre o programa de integridade e seus benefícios, destaca Ballesteros Sánchez (2020, p. 85), que "*la actividad empresarial genera mayores riesgos para los bienes jurídico-penales si en ella no tienen cabida principios éticos y de integridad. Es decir, sin compliance, el management corporativo puede ser defectuoso*[144]". Com a portaria, fica explícito a necessidade de estruturação e implementação do programa de integridade efetivo para a promoção da transparência e mercantilização segura de obras de arte.

## Considerações finais

É perceptível que as práticas de integridade e a transparência nas relações vendo sendo o foco das empresas. Se antes a cultura de compliance apenas existia meramente para cumprir aspectos formais e funcionar como atenuante em casos de crimes previstas na Lei da Empresa Limpa – também conhecida como Lei Anticorrupção – estamos vivendo o momento em que esta realidade sofre mudanças.

Hoje, a preocupação das empresas em atuar de forma transparente e ética está mais real. A adoção de medidas de compliance caminha para a busca de sua efetividade, para prevenir, detectar e remediar os riscos e mitigá-los.

E neste sentido, é perceptível que a adequação de programas de integridade está sendo cobrado por diversas empresas e até mesmo por pessoas físicas, de diversas áreas e atuações. O *criminal compliance*, uma subespécie do compliance como um todo usado para facilitar a abordagem do tema, possui a árdua função de prevenir a prática de crimes nas relações e transações do mercado.

A forma expansiva desta necessidade, e nova realidade, alcançou o mercado de arte, que, conforme muito destacado no decorrer do exposto, movimenta valores altíssimos e

[144] A atividade empresarial gera maiores riscos para os direitos jurídico-criminais se nela não houver lugar para princípios éticos e de integridade. Ou seja, sem compliance, a gestão corporativa pode ser falha (tradução do autor).

chama atenção dos olhares criminosos. Sobre os valores exorbitantes que este mercado movimenta, bem pontua Bowley (2021, n.p.) que, "*still, there is no question the art market has exploded in value and scope from the sleepy days when its customs were created. Paintings routinely sell for $10 million, $20 million, often as much as the penthouses in which they hang*[145]".

Na busca de evitar práticas de lavagem de dinheiro que acontecem neste meio, que já é considerado um mercado sensível segundo a própria lei que trata do crime em análise, importantes institutos, tais como IPHAN e COAF, lançaram a Portaria n.º 396/2016 que destacam mecanismos e ferramentas a ser adotados, tanto por pessoas jurídicas como físicas que possuam relações com o mercado de arte, do programa de integridade.

Os pilares de compliance, estruturado e implementado dentro do comércio de obras de arte, auxilia no monitoramento, analisa a procedência do dinheiro utilizado na compra das mercadorias, realiza uma diligência prévia sobre quem compra e quem vende, dentre outras práticas que combate e dificulta o crime de lavagem de dinheiro.

Destarte, a realidade da cultura de compliance está presente em diversos ramos e setores, a aposta é de que o programa de integridade seja uma das soluções para a coibição de práticas de delitos no mundo corporativo, bem como seja uma forma das empresas manterem seus padrões éticos, morais e legais. Uma empresa comprometida com a transparência e com sua conduta ilibada deve instituir medidas do programa, desenvolver mecanismos e ferramentas, e aplicar o compliance de forma efetiva, para que não seja uma cultura apenas para "inglês ver".

**Referência**

ART BASEL & UBS REPORT. **A survey of global collecting in 2022.** Disponível em: https://d2u3kfwd92fzu7.cloudfront.net/A_Survey_of_Global_Collecting_in_2022_.pdf. Acesso em 30 de dez. de 2022.

ART BASEL. **The Art Basel and UBS Global Art Market.** 2020. Disponível em: https://www.artbasel.com/stories/art-market-report-1. Acesso em 04 de jan. de 2023.

BALLESTEROS SÁNCHEZ, Julio. **Pautas y recomendaciones técnico-jurídicas para la configuración de un canal de denuncias eficaz en organizaciones públicas y privadas. La perspectiva española.** Derecho, Lima, n. 85, p. 41-78, jul. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0251-34202020000200041&lng=es&nrm=iso>, acesso em 31 de dez. de 2022.

BOWLEY, Graham. As Money Launderers Buy Dalís, U.S. **Looks at Lifting the Veil on Art Sales.** The New York Times, 2021. Disponível em: https://www.nytimes.com/2021/06/19/arts/design/money-laundering-art-market.html. Acesso em 30 de dez. de 2022.

[145] Ainda, não há dúvida que o mercado de arte explodiu em valor e alcance desde os dias de adormecidos quando os seus costumes foram criados. As pinturas são vendidas, rotineiramente, por 10 milhões de dólares, 20 milhões de dólares, com a mesma frequência que as coberturas em que são penduradas são vendidas (tradução do autor).

BRASIL. **Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.** Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11129.htm. Acesso em 31 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998.** Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9613.htm. Acesso em 31 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm. Acesso em 01 de jan. de 2023.

BRASIL. **Portaria n.º 396, de 15 de setembro de 2016.** Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas físicas ou jurídicas que comercializem Antiguidades e/ou Obras de Arte de Qualquer Natureza, na forma da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_396_compiilada_prazo_junho_2017.pdfAcesso em 31 de dez. de 2022.

FONSECA, André Gustavo Isola; PANHOZA, João Vitor Serra Netto. **Investigações corporativas e seus reflexos nas demais áreas do direito** *in* Advocacia contemporânea e a interdisciplinaridade do direito penal empresarial/Comitê de Direito Penal Empresarial de Escritórios Full Service – COPE. – 1. ed., 1 reimp. – Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2022.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo.** Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/prevencao-lavagem-dinheiro. Acesso em 31 de dez. de 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Novembro de 2020. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/apresentacao. Acesso em 30 de dez. de 2022.

OCDE. **Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável.** 2018. Disponível em: https://mneguidelines.oecd.org/guia-da-ocde-de-devida-diligencia-para-uma-conduta-empresarial-responsavel-2.pdf. Acesso em 05 de jan. de 2023.

TEMPORAO, José Otto Segui. Compliance como estrutura mitigadora de riscos *in* **Compliance em perspectiva: abrangência, especificidades, mecanismos de atuação e salvaguardas das organizações**/Organizado por Fernanda Nunes Coelho Lana e Souza, Flávia Neves Tomagini, Maria Raquel de Sousa Lima Uchoa, Renato Campos Andrade. – 1ed., 3. reimp. – Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021.

U.S. Department of Justice. P**rinciples of federal prosecution of business organizations.** 2019. Disponível em: https://www.justice.gov/jm/jm-9-28000-principles-federal-prosecution-business-organizations. Acesso em 31 de dez. de 2022.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **O que é o crime de lavagem de dinheiro?** Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/o-que-e-o-crime-de-lavagem-de-dinheiro.html. Acesso em 31 de dez. de 2022.

# FASCISMO: PULSÃO PEQUENO BURGUESA OU IMANÊNCIA DO CAPITAL? UMA CONVERSA ENTRE ANTONIO GRAMSCI E THEODOR W. ADORNO

Manuela de Souza de Almeida Leite[146]

**Resumo**: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma comparação crítica entre as visões sobre fascismo de dois grandes pensadores do século XX. Para isso, serão utilizados como referência os "Cadernos do Cárcere 13 e 22" de Antonio Gramsci e a conferência "Aspectos do novo radicalismo de direita" de Theodor W. Adorno. Ao contrapor o pensamento dos autores fica claro que a localização espaço-temporal é de máxima relevância quando vamos analisar qualquer obra teórica, porém para ampliar a compreensão de certas questões, podemos produzir um encontro fictício entre autores que jamais conversaram pessoalmente, mas que são bastante próximos em suas inquietações. A pequena burguesia é recorrentemente apontada como a grande vilã dos movimentos de extrema direita por dominar as relações do mundo do trabalho ao ocupar cargos gerenciais e articular politicamente privilégios para seu grupo, utilizando esse poder para tornar-se a classe responsável pela articulação ideológica dentro da sociedade. A hipótese aqui levantada é que o principal ponto de discordância entre os dois teóricos, quando se fala em fascismo, é de que Gramsci acredita que o fascismo é um fenômeno reacionário de uma pequena burguesia parasitária e Adorno pensa no fascismo como consequência direta da estrutura capitalista, extensivo, assim, a todas as classes sociais.
**Palavras-chave**: Gramsci, Adorno, Fascismo, Autoritarismo.

## Gramsci e os afetos pequeno burgueses

Para Gramsci, o fascismo é a expressão das revoltas pequeno burguesas por meio do uso da força (paramilitar). Uma vez que essa classe social não possui função econômica, no sentido moderno da palavra, sua única forma de reação é por meio das armas. O autor acredita que a crise de hegemonia na Itália gerada pós Primeira Guerra, provoca um sentimento de derrota no povo que perde a confiança nas classes dirigentes. Nesse interregno (conceito de Gramsci) surgem "sintomas patológicos", e dessa maneira, o fascismo (articulado pela classe pequeno burguesa) aparece como uma resposta à crise hegemônica e econômica que assolava a Itália neste momento histórico. "Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos" (GRAMSCI, Volume 3. p. 60)

Durante a leitura dos referidos Cadernos do Cárcere percebe-se um elemento bastante incomum em escritos políticos: a presença de certo envolvimento de ordem emocional, tanto nas motivações pequeno burguesas, quanto na análise do autor italiano encarcerado, vítima direta da crescente onda violenta e reacionária do entre guerras.

---

[146] Artista visual. Doutoranda e mestra em artes visuais pela ECA-USP.

A pequena burguesia, chamada por Gramsci de classe parasitária, acostumada a comandar politicamente por meio de sua relação direta com a burocracia, é altamente frágil do ponto de vista econômico, já que não participa do sistema de trabalho produtivo e não produz nenhuma riqueza concreta. Isso confere à pequena burguesia um sentimento de recalque sobre a classe proletária, trazendo uma necessidade pequeno burguesa de manter a subalternidade da classe trabalhadora.

> A miséria crônica e o trabalho prolongado do camponês, com o consequente embrutecimento, representam para aquele grupo [a burguesia] uma necessidade primordial. Por isso, emprega a máxima energia na resistência e no contra-ataque a qualquer mínima tentativa de organização autônoma do trabalho camponês e a qualquer movimento cultural camponês que ultrapasse os limites da religião oficial. (Gramsci. V3. p. 64)

Porém, por ser a classe detentora do elemento técnico-militar, articula essa força destrutiva para coagir e dominar não apenas as massas, mas a própria burguesia. Ao afirmar o caráter vitimizado da burguesia diante do fascismo, Gramsci retira a responsabilidade burguesa, enquanto classe dominante apoiadora dos movimentos fascistas durante o período em que estes lhe convêm. Sabemos por experiência que o projeto fascista ao se concretizar, não poupa de suas armas, nem mesmo as mais altas classes, porém, esse fim não pode invisibilizar os meios com que a escalada fascista acontece, e sabemos que para o projeto se concretizar foi necessário o apoio, mesmo quando em forma de omissão, das classes dominantes.

Do mesmo modo, Gramsci não leva em consideração a agência do proletariado. O autor coloca na conta de uma perda de fé dos trabalhadores nos partidos e nos sindicatos - que teriam traído os trabalhadores em seus processos de burocratização e da não atualização das pautas e da luta - o motivo da identificação com a descoordenada política da destruição. "Os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe." (Gramsci. V3. p. 60)

Gramsci não questiona quais as verdadeiras razões pelas quais as massas apoiam o projeto fascista em detrimento da revolução socialista. Uma possibilidade a ser analisada seria que não existiam apenas três classes rígidas na sociedade. Dentro dos grupos sociais existem subdivisões de classe, que assim como a pequena burguesia, as ramificações do proletariado podem sim alimentar o desejo de se associar com o grupo acima para esmagar o grupo abaixo.

No contexto histórico do surgimento do fascismo, o medo era o sentimento mais democrático entre todas as camadas sociais, então como para Gramsci, a pequena burguesia era a única responsável pela barbárie que se espalhava sobre a Itália? Podemos pensar, que Gramsci, escrevendo no cárcere, foi também influenciado por fatores emocionais ao não conseguir distribuir a culpabilidade sobre o fascismo a todas as classes. Inebriado pela revolta, o autor italiano, não consegue olhar para cima, tampouco para baixo. Enxerga apenas os responsáveis diretos pela privação de sua liberdade, um grupo de ex-socialistas convertidos à brutalidade.

Dessa maneira podemos supor que o fascismo não foi um movimento de uma única classe movida pela pulsão de destruição e morte. Para chegar ao poder, o fascismo contou não apenas com a articulação violenta da pequena burguesia, mas com a conivência silenciosa

da classe dominante e o apoio desesperado da classe operária. O medo da perda dos privilégios pode ser considerado fator determinante na construção da pulsão destrutiva do fascista: "Ao lado dessas convicções fatalistas, manifesta-se a tendência a confiar mais adiante, cegamente e sem qualquer critério, na virtude reguladora das armas." (Gramsci. V 3. p.70)

A visão de Gramsci sobre uma única classe como articuladora do fascismo, o fez não compreender que o problema estava na estrutura da sociedade capitalista, não numa classe social específica. Podemos notar no autor uma certa admiração pelo sistema fordista, ao acreditar que esta nova etapa do capitalismo e sua economia programática baseada no convencimento pelo benefício material seria modelo a ser exportado à Europa como possível alternativa à crise econômica que alimentava o fascismo.

De fato, o fordismo pode sim ter dissipado a nuvem fascista da América. Antes que o proletariado se organizasse numa revolução e a pequena burguesia devolvesse sua reação, o americanismo deu poder de compra a essas classes subalternas, neutralizando qualquer ação de descontentamento. Esse poder de compra aliado à uma monstruosa máquina de propaganda capitalista que utiliza a "psicanálise como ferramenta de coerção moral" (p.242), age no inconsciente do trabalhador, transformando-o em homem-dinheiro, reduzindo sua existência a um mero desejo de consumo. Mas essa racionalização que trouxe a "necessidade de elaborar um novo tipo humano" está longe de ser a saída para a alienação do trabalhador, muito pelo contrário, a mecanização e o isolamento do método fordista leva o operário a uma total despolitização e um esvaziamento que o tornaria cada vez mais apático e distante de qualquer articulação revolucionária.

> Mas ele é feito (o trabalho) e não destrói espiritualmente o homem. Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, "aninhou-se" nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. (Gramsci. V 4. p. 272)

Ao acreditar no aproveitamento do método de dominação pelo convencimento (fordismo) para conter o método de dominação pela coerção (fascismo) Gramsci demonstra não identificar que o verdadeiro inimigo do trabalhador é o sistema mundial de produção de mercadorias. O flerte com a técnica de racionalização e dominação demonstra a falta de entendimento da capacidade decisória do proletariado, que acaba sendo tratada pelo autor apenas como massa de manobra, à deriva, aguardando ser moldada por qualquer ideologia que lhe prometa o mínimo de bem estar.

**Adorno e a permanência do radicalismo de direita**

Privilegiado pela passagem do tempo, Adorno traz uma análise muito mais abrangente e, pode-se dizer, científica sobre a questão do radicalismo destrutivo de direita. Valendo-se das teorias psicanalíticas, o autor alemão localiza os fenômenos neofascistas da segunda metade do século XX não apenas como reações pequeno burguesas (ou de classe

média) às ondas de crise do capital, mas como comportamento inerente à condição humana diante da fonte infinita de crueldade que se tornou o mundo do trabalho.

Na conferência ministrada em 1967, Adorno demonstra que apesar de uma fachada de normalidade democrática, os chamados sintomas mórbidos (definidos por Gramsci) não desapareceram da sociedade. Sentimentos como nacionalismo e antissemitismo ainda permeiam o imaginário fragilizado do povo alemão e de boa parte do ocidente. Concluindo que as motivações fascistas não podem ser localizadas apenas na crise da hegemonia (apontada por Gramsci) ou na crise do capitalismo (apontada por Trotsky), mas na estrutura do sistema capitalista, tanto em momentos de crise, quanto em momentos de (falsa) prosperidade, uma vez que a crise é sempre eminente. "Quem não quer falar do capitalismo deveria calar-se sobre o fascismo" (Max Horkheimer).

A célebre frase de um dos grandes parceiros intelectuais de Adorno, tira a mistificação sobre a questão da desumanização contida no fascismo e, nos coloca cara a cara com o problema: os movimentos radicais de direita são consequências diretas do capitalismo. Por isso a crítica ao fascismo não pode ser uma crítica moral, porque as condições do surgimento do fascismo estão presentes nas contradições da democracia.

A grande percepção de Adorno foi entender que esses radicalismos sempre estarão flutuando entre nós. Em alguns momentos de maneira mais subliminar, em outros de forma mais explícita, mas a certeza é de que essa iminência da barbárie sempre estará presente. Muito diferente de negar o problema, precisamos aprender a lidar com ele, entendendo como ele opera e tentando agir onde ele falha.

Para Adorno o fascismo tem sim uma base pequeno burguesa, mas é capaz de contaminar qualquer indivíduo, de qualquer classe, já que mobiliza as camadas do inconsciente e o inconsciente é característica comum a todos os indivíduos. Aliado às teorias freudianas, Adorno aponta que diante da fragilidade do ego dos indivíduos, constantemente esmagados pelo capitalismo, aparece uma questão psíquica denominada "personalidade fixada na autoridade" que a extrema direita vai utilizar para fazer um casamento perfeito entre o desejo de alguns de governar e a necessidade de outros de serem governados.

Diante de suas potencialidades destruídas, seu "eu" massacrado, suas esperanças dilaceradas, o indivíduo já sem energia para buscar uma solução para a mediocridade de sua existência, faz a transferência mais básica conhecida nos estudos de psicologia: a projeção. Esse mecanismo circular de identificação entre indivíduos fragilizados e a figura de um líder, transfere autoridade a uma persona "carismática" que promete curar as feridas causadas pela nada coerente, democracia. É nessa brecha que o fascismo penetra o inconsciente fragilizado do homem-dinheiro (Kurz), nas promessas socioeconômicas não cumpridas pelo sistema democrático.

Quando colocada em prática, a política fascista prejudica o próprio fascista. Quando, por exemplo, Hitler promete, em seus discursos, acabar com a crise econômica e em seguida adota estratégias do capitalismo monopolista, significa que o governo fascista vai reproduzir também as crises do capitalismo - a Alemanha nazista adota o americanismo como estratégia econômica, aplicando o programa do grande capital que gerou a crise econômica que gerou o fascismo, que vai gerar novas crises e assim sucessivamente.

E é justamente na brecha deixada pelo fascismo onde devemos atuar e combater o radicalismo do dia a dia. Gramsci acreditava que não se podia negociar com o fascismo, que a única arma contra ele era a eliminação sumária. Já Adorno, acredita que esse combate

sangrento não faz sentido, uma vez que mesmo que se mate todos os fascistas, novos fascistas surgirão. E mais, não é possível combater o fascismo com ideologia, mas demonstrar as suas contradições, suas promessas não cumpridas de segurança e prosperidade, apontando nos detalhes que o facismo está prejudicando os interesses materiais do indivíduo fascista. A pessoa inebriada pelo espírito de destruição total, não está conectada com a razão, por isso o debate de ideias aqui é inútil, sendo preciso apelar para a materialidade individual.

Questão importante da análise de Adorno sobre as personalidades alinhadas ao radicalismo de direita é que essa tendência destrutiva não pode jamais ser atribuídas apenas a transtornos psíquicos, para ele, pensar assim seria "um consolo quietista burguês" (p.50). O autor acredita que existe sim uma questão psicológica que é utilizada como ferramenta para manipulação e adesão ao autoritarismo, mas isso não é suficiente para definir as causas dessa "patologia". A questão material aparece como fundamental para uma pré-disposição a essa captação do inconsciente. É preciso que a pessoa esteja não apenas com o ego, mas também com as finanças esmagadas para que se manifeste a personalidade autoritária.

> Poderíamos caracterizar os movimentos fascistas como as feridas, as cicatrizes de uma democracia que até hoje ainda não faz justiça a seu próprio conceito (...) a relação desses movimentos com a economia é uma relação estrutural que existe naquela tendência de concentração e na tendência à pauperização. (Adorno. p. 51)

Dessa forma, para Adorno, a situação objetiva da pessoa vai ser ponto decisivo em sua adesão ou repulsa ao fascismo. Se a pessoa estiver com problemas financeiros tem muito mais possibilidade de se identificar com o discurso fascista do que alguém com uma vida estável. Por isso os momentos de crise são propícios ao crescimento do espírito fascista. O fascismo é uma potência permanente do sistema mundial de produção de mercadorias. As crises e a instabilidade são intrínsecas ao sistema capitalista, a instabilidade causa medo e o medo causa a barbárie.

**A violência é uma potência humana**

Muito além de um movimento reacionário, norteado pelo ódio, com objetivo simples de sufocar os movimentos de massa, o fascismo atua no século XX como um tipo de exército do capitalismo, como uma cortina de fumaça. Assim, o próprio movimento socialista ao tomar o fascismo como seu pior inimigo, acaba se desviando do verdadeiro "mal" do ponto de vista da luta de classes. Por exemplo, no lugar de caminhar para a realização da revolução do proletariado na Itália e na Alemanha, a luta do Partido Comunista, no período do entre guerras, torna-se combater o fascismo.

Se pensarmos no ponto de vista de Gramsci, de que o fascismo é a pequena burguesia tentando tomar o poder pela força das armas, acabamos por não identificar o maior algoz de todo o sistema: a burguesia, que se mantém no poder pela força do capital. A classe dominante desapareceu por trás da tecnologia e do capital financeiro. Então, seria o fascismo a pior manifestação de organização social, ou esse título deve ser atribuído ao próprio capitalismo? Porque sabemos, desde as estratégias de acumulação primitiva, até as tendências à pauperização atual, que o capitalismo mata, escraviza, explora, exclui e destrói como metodologia sistêmica.

> Os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política. Em primeiro lugar, penso na tendência ainda dominante na concentração de capital, que se pode eliminar do mundo pelas mais diversas artes da estatística, mas de cuja existência não se pode, seriamente duvidar. (ADORNO, p. 45)

Após a Segunda Guerra Mundial havia uma falsa sensação de progresso que inebriou muitos conformistas e alienados. Durante o que parecia um período de "paz perpétua" (Kurz), populações inteiras eram precarizadas sem causar nenhuma comoção na imprensa internacional, ou na opinião pública europeia e estadunidense. Nos anos 60, muitos países da América Latina foram dominados por ditaduras militares sangrentas e a Palestina perdia território para a construção do Estado de Israel. Enquanto pequenos grupos gozavam de prosperidade econômica e de bem estar social, outros eram empurrados até o chão justamente para garantir a expansão do capital.

Bem ao contrário do que a propaganda capitalista costuma afirmar, o período de violência no mundo não cessou na segunda metade do século XX, os conflitos apenas saíram do epicentro financeiro do mundo e foram continuar a propagação da exploração do capital nas periferias globais. As políticas de morte, algumas bem semelhantes às praticadas pelo nazismo, continuam sendo aplicadas mesmo em momentos de aparente prosperidade econômica. Dessa forma, acreditar no fim da violência com aspirações fascistas é fazer uma leitura euro centrada baseada numa visão unilateral e privilegiada.

Caso precisemos nos ater ao momento histórico em que o termo fascismo foi forjado, talvez tenhamos que localizá-lo apenas na Europa da primeira metade do século XX, porém, se considerarmos a necropolítica praticada nos tempos atuais em diversas localidades do globo, concluiremos que não apenas ares fascistas, mas também uma densa nuvem nazista paira no ar.

Como apontado por Adorno, o desespero e o empobrecimento levam as pessoas a atitudes extremas de associação com tendências destrutivas. Quando pensamos nas classes mais baixas, constatamos que sua condição educacional, financeira e de trabalho (quando o tem) as impedem de qualquer tipo de articulação revolucionária. Mas se observarmos o comportamento da classe média, vemos um alto poder de articulação, mesmo que desordenado, para defender suas posições e privilégios.

> Essa tendência de concentração ainda significa a possibilidade da desclassificação permanente de camadas que eram completamente burguesas de acordo com sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu *status* social, e possivelmente fortalecê-los. (ADORNO, p. 46)

A pequena burguesia foi apontada como classe parasitária e sem função dentro do capitalismo, mas se observarmos as formas de ação e poder desse grupo logo pode-se pensar que ela não é uma classe tão inútil quanto previu Marx. A classe intermediária (entre a burguesia e o proletariado) acaba por dominar as relações do mundo do trabalho quando ocupa cargos gerenciais e articula politicamente privilégios para seu grupo. Utilizando esse poder para tornar-se a classe responsável pela articulação ideológica dentro da sociedade. (COLLINS, 2018)

Dessa forma, não é nenhuma surpresa enxergar o fascismo quase como uma reação orgânica de um certo grupo (medianamente privilegiado) na luta para combater um inimigo invisível. A classe burguesa esmaga a pequena burguesia, que esvaziada de seu ego, não é mais capaz de mediar suas reações e, vai depositar na classe operária toda a sua reatividade. A pequena burguesia/ classe média não enxerga a verdadeira raiz do seu problema. Seduzida pelo desejo de consumo, esse grupo se identifica com as classes dominantes pela falsa promessa capitalista da ascensão pela meritocracia. Sendo a elite seu projeto de vida, só conseguem transferir a responsabilidade de sua desventura às classes mais baixas. O fascismo é uma reação irracional motivada pela emoção causada pelo medo. Por isso a falta de projeto, a falta de cognição e a falta de ética.

**Referências**

ADORNO, Theodor W. *Aspectos do novo extremismo de direita*. São Paulo, Unesp, 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, Volumes 3 e 4*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TROTSKY, Leon. Como esmagar o fascismo. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

# FOTOGRAFIA E ENCENAÇÃO EM *ÁLBUM DE FAMÍLIA*, DE NELSON RODRIGUES

Sérgio Ribeiro Pereira[147]

**Resumo:** *Álbum de família*, de Nelson Rodrigues, lança luz sobre a sociedade patriarcal brasileira no início do século XX. Nesse contexto, a hipocrisia social e o falso moralismo religioso engendram o aviltamento, a reificação das relações de convivência e a naturalização da violência. A montagem realizada pelo Grupo Galpão em 1990 constrói uma encenação que busca inspiração na estética expressionista e imbrica entrelaçamentos das espacialidades cênicas e dos dispositivos cenográficos em uma imagética de cena que transiciona entre a estética de superfícies imagéticas fotográficas e as poéticas da encenação. Nessa montagem, a concepção do espaço cênico, junto da escrita cenográfica, antecipa procedimentos e práticas que coadunam com as noções de teatralidade e performatividade que se manifestam na produção cenográfica contemporânea. As intersecções entre encenação e elementos cenográficos estabelecem diálogos entre as Artes Cênicas, as Artes Visuais e as Artes Performáticas, acentuando a atmosfera pessimista e a ausência de perspectivas em ambiências de extrema hostilidade e intolerância, o que permite uma reflexão sobre o aviltamento, a banalização da violência e a reificação das relações de convivência na sociedade contemporânea. Esses desafios sociais nos colocam diante de questões que envolvem o aumento da incidência dos crimes de feminicídio e de ódio propalados pelas redes sociais, da exacerbação de todas as formas de preconceito e da criminalização das diferenças.
**Palavras-chave:** *Álbum de família*. Nelson Rodrigues. Fotografia. Encenação. Naturalização da violência.

## Introdução

*Álbum de família*, a terceira peça escrita por Nelson Rodrigues, desnuda a hipocrisia social e o falso moralismo religioso da sociedade patriarcal brasileira na primeira metade do século XX. O autor inicia a narrativa com a presença do *speaker* – que remete ao coro da tragédia grega e no desenrolar da ação vai tecendo comentários controversos sobre a existência das personagens. O *speaker* olha para a ação das personagens de um tempo futuro ao conflito que se desenrola e comenta uma série de registros fotográficos da família, ensejando *flashbacks*. Esse recurso narrativo utilizado pelo dramaturgo intensifica o tensionamento entre as relações espaço-temporais, uma vez que alterna a ação entre a sessão de fotografias – estática – em que as personagens posam para um fotógrafo de forma a estilizar uma imagem a ser guardada para a posteridade e, logo na sequência, a ação encenada, movente, em que essa pretensa imagem de harmoniosa convivência familiar é desconstruída. A sessão de fotos se imiscui ao universo de uma fazenda da decadente aristocracia rural mineira. Essas alternâncias imagéticas tonificam deslocamentos espaço-temporais e tensionam relações entre materialidades do espaço físico e imaterialidades do espaço

[147] Doutorando em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens – POSLING do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG. srgio.ribeiropereira@yahoo.com.br

ficcional, o que permite inferir que na criação dramatúrgica rodriguiana a noção de espaço cênico atua como elemento estruturante na produção de sentidos.

O texto, escrito em 1945, foi censurado pela Ditadura Militar por cerca de 20 anos, só recebendo a primeira montagem na cidade do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1967, com estreia no Teatro Jovem do Rio, sob a direção de Kleber Santos, também responsável pelo cenário e os figurinos. Em 1968, o texto foi remontado no Teatro Ateneo de Caracas, na Venezuela, sob a direção de Martim Gonçalves, com cenários e figurinos de Hélio Eichbauer. Em 14 de abril de 1970, uma nova montagem da peça inaugura o Teatro de Bolso, no conjunto do Teatro das Nações em São Paulo, sob a direção de Jaime Barcelos.

*Álbum de família* também integra uma adaptação dramatúrgica encenada em 1981 por Antunes Filho, que mescla *A falecida* (RODRIGUES, 1994a) e *Os sete gatinhos* (RODRIGUES, 1994c), numa montagem que recebe o título de *Nelson Rodrigues, o eterno retorno*. Esse acontecimento – que marca o início de uma nova incursão do diretor na obra rodriguiana, após a célebre montagem de *Macunaíma* (1978), marco de renovação da linguagem da encenação teatral no Brasil – é referenciado por Magaldi (1992) e outros estudiosos do teatro de Rodrigues como sendo uma das mais marcantes encenações da obra do dramaturgo.

Na trama, Glorinha, a filha caçula, que mora num colégio interno, é odiada pela mãe, a quem por sua vez não tolera, mas venera o pai a ponto de enxergar no seu retrato o rosto de Jesus Cristo. Guilherme, o filho mais velho, vai para o seminário e se castra numa tentativa de vencer o desejo que sente pela irmã. O filho do meio, Edmundo, se casa com Heloisa para inutilmente tentar ocultar o desejo por Senhorinha, a mãe. Nonô, o filho mais novo dos homens, enlouqueceu e vive despido nos entornos da casa a grunhir e urrar, lambendo o chão, atormentado pelos sentimentos que nutre pela mãe. D. Senhorinha odeia Jonas, o patriarca, que, com a ajuda de Rute, a sua irmã mais velha, tira a virgindade de meninas pobres da vizinhança numa tentativa de sublimar o desejo que sente pela filha. É nessa rede incestuosa que o drama se desenvolve – em meio a traições, assassinatos e suicídios.

Fraga (1998) admite que, no primeiro contato com o universo fechado e asfixiante do texto, percebeu muitos excessos, desde a veemência das personagens até a incidência de acontecimentos cíclicos. Essa percepção inicial se transforma ao ter contato com o texto encenado. No seu entendimento, a recorrência dos incestos era, a princípio, muito exagerada, porém ele reconhece que "criticar tais excessos acumulativos em textos como *Álbum de família* seria mais ou menos como ouvir uma ópera wagneriana e reclamar dos excessos orquestrais" (FRAGA, 1998, p. 86). O autor infere que a tragédia em três atos que consolidou o teatro desagradável de Rodrigues não pode ser apreendida dentro de uma estética realista, o que no seu entendimento poderia mediocrizar a obra do dramaturgo.

Rodrigues, que se reconhecia como "reacionário" e conservador, produziu uma obra esteticamente moderna e atemporal, que nos permite vislumbrar aspectos históricos que remontam às origens da sociedade patriarcal brasileira. Os desdobramentos do patriarcalismo podem ser verificados em algumas contradições na sociedade contemporânea, em que, simultaneamente, vivenciamos a intensificação por lutas em prol da inclusão social dos direitos de minorias, tais como as lutas contra a xenofobia, o racismo estrutural e a misoginia. Concomitantemente a esse processo político de luta contra a criminalização das diferenças, da opressão, da cultura do ódio e da banalização da violência, as redes sociais são invadidas por avalanches de conteúdos racistas, masculinistas, trans-homofóbicos e misóginos, que propalam intolerância, violência de gênero, estigmatização e exacerbação dos preconceitos.

Esses movimentos vão na contramão do processo de conquistas, inserção social e empoderamento das mulheres e dos movimentos negros e LGBTQI+ em todas as esferas da sociedade.

Neste artigo, que apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento, tomamos como objeto de análise a montagem de *Álbum de família* realizada pelo Grupo Galpão em 1990, dirigida pelo encenador Eid Ribeiro. Estabelecemos como recorte de investigação as relações transversais entre encenação e cenografia numa perspectiva interartes[148] – mediante releituras de visualidades da imagética de cena e dispositivos cenográficos[149] –, a partir de pesquisa bibliográfica e registros audiovisuais que integram o acervo do Centro de Pesquisa e Memória Teatral (CPMT) do Grupo Galpão. Entretanto, convém ressaltar que não pretendemos aqui adentrar as complexidades que envolvem temas tão caros como o estatuto da fotografia, as particularidades que transcendem sua gênese tecnológica e sua autonomia enquanto meio de expressão artística.

## Visualidades da escrita cenográfica de Rômulo Bruzzi na encenação de Eid Ribeiro

A cenografia concebida por Rômulo Bruzzi utilizou plataformas e pavimentos de alturas, profundidades e formas geométricas variadas. Esses pavimentos eram cobertos por tecidos pretos. O cenógrafo também utilizou molduras vazadas – ornamentadas por tecidos transparentes de tule que remetiam ao recorte de superfícies imagéticas fotográficas, destacando o que estava dentro da moldura do resto do espaço. Ao transporem essas molduras afastando a cobertura de tule, as personagens podiam alternar dimensões espaço-temporais rompendo espaços que aludiam ao estático do registro fotográfico, deslocando-se para o movente das cenas externas aos biombos. Alguns desses aspectos de geometrização das formas podem ser observados na Figura 1:

**Figura 1** – *Álbum de família* encenado pelo Grupo Galpão

Fonte: Muniz (1991)

[148] **Perspectiva interartes**: estudos comparatistas e análises de correspondências interartísticas entre diversos modos de manifestação dos fenômenos e das linguagens artísticas. No contexto deste estudo, está voltada para as relações de intermidialidade e correspondências artísticas entre encenação e fotografia.

[149] **Dispositivos cenográficos**: conceito difundido no teatro contemporâneo para situar novas relações de produção de sentidos dos objetos de cena e elementos cenográficos, conforme referenciado por Andrade (2019) e outros autores.

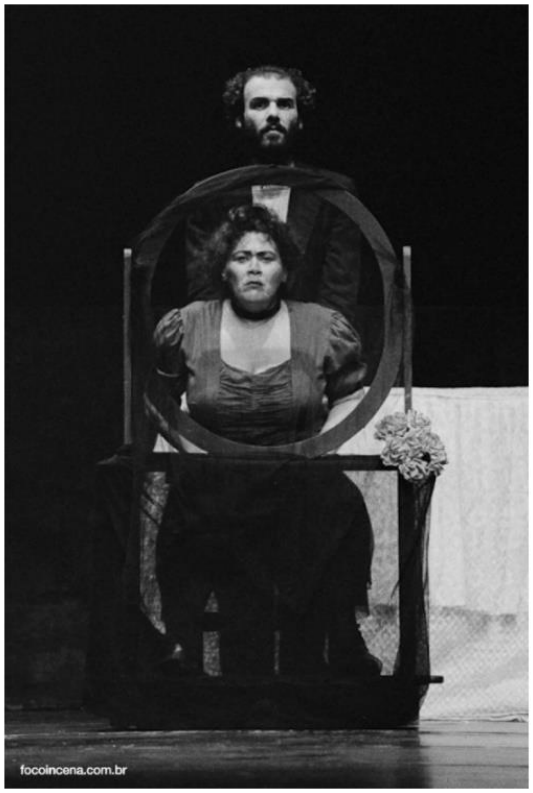
A Figura 1 permite constatar essa opção estética que buscou distanciar-se do figurativismo e aproximou-se da abstratização, minimizando a presença de objetos de cena que buscassem uma conotação com mimeses realistas. O diretor optou por utilizar carrinhos de rolimã que deslizavam por detrás das rotundas e biombos em diferentes planos e perspectivas.

Nas relações estabelecidas com os dispositivos cenográficos, manifestam-se exercícios de gestualidade e expressão corporal carregados de signos que remetem ao teatro de marionetes. No centro do palco, os pavimentos superiores evocavam um altar que nas extremidades possuía entradas das rotundas laterais que remetiam a um curral de gado. O diretor Eid Ribeiro (ÁLBUM..., 2012) elucida como algumas opções estéticas foram definidas em processos coletivos envolvendo o cenógrafo e *workshop*s realizados pelo grupo:

> No *workshop* que eles [o Grupo Galpão] fizeram, cercaram do lado com umas "pernas pretas", de rotunda preta. [...] a gente fez como se fosse um curral. Um curral de vaca, que é quadrado. [...] tinha duas entradas ao fundo. E durante um movimento que um ator fez passando por trás que eu saquei assim, uma estética da peça. [Pausa.] E atrás, no fundo a gente fez mais dois pavimentos do mesmo corte preto. [...] Os atores surgiam também como se fosse de um altar. [...] Um altar e meio ligado um pouco a um teatro de marionete também. [...] A gente fez um carrinho, tipo esses carrinhos de quatro rodas, de rolimã que desliza. Os atores iam passando assim por trás. (ÁLBUM, 2012, [n. p.])

Ao falar de "um movimento que um ator fez passando por trás", ele enfatiza a escolha pela locomoção suavizada pelo carrinho de rolimã nas entradas e saídas de personagens em transições entre cenas e atos, utilizando as plataformas em diferentes planos e perspectivas ao fundo e nas laterais da cena. As ponderações de Ribeiro (ÁLBUM, 2012) elucidam definições estéticas que serviram de referência para o trabalho da equipe cenográfica e do elenco, estabelecendo interconexões com as rubricas do texto rodriguiano, ao caracterizar aspectos da religiosidade da família de Jonas e Senhorinha e o fato de participarem de uma sessão de fotos. Na Figura 2, observamos Rute, irmã de Senhorinha, e Jonas logo atrás. Ambos surgem numa moldura, que a princípio evoca a ambiência de uma fotografia e, logo na sequência, é utilizada por Rute como espelho para se maquiar:

**Figura 2** – *Álbum de família* encenado pelo Grupo Galpão




Fonte: Muniz (1991)

A cena representada na Figura 2 denota esse aspecto visual da estética fotográfica de um álbum de família. Na visualidade da cena, sobressaem o preto e o branco, sendo amalgamados por tons de cinza. Essas tonalidades/nuances de cores, acrescidas do fenômeno da iluminação e a trilha sonora, terminam por favorecer a caracterização de época e estabelecer uma relação direta com o fato de a família estar sendo fotografada para registro familiar. A encenação permitia vislumbrar um álbum fotográfico movente e plástico que, ao descortinar suas figuras, permitia que elas transitassem de suas páginas estáticas para a ação que se desenrolava no palco. Os movimentos executados pelas personagens de surgir e deslizar em diferentes ângulos, linhas, ritmos e até mesmo desaparecer furtivamente opacados pela ausência gradativa da luz faziam menção a elementos de transição da linguagem cinematográfica.

Os contrastes exagerados do claro e escuro presentes na iluminação de Jorge de Carvalho tonificam o tensionamento e acentuam o sentido trágico da imagética de cena, além de produzir fluidez na movimentação. Os figurinos de Lucia Vale exploram a relação de cores neutras com a estética da fotografia em preto e branco, acentuando a estilização de época numa atmosfera trágica e pessimista, convertendo a caixa cênica numa espécie de tela de projeção aberta, onde o trabalho do encenador – ancorado no conjunto de sonoridades envolvendo vozes, trilha sonora incidental e em momentos pontuais executada com músicas ao vivo, amalgamados pela iluminação e figurinos – pincelam tessituras, hibridizando matizes de cores neutras como uma pintura que, mediante operação sinérgica na junção dos elementos da escrita cenográfica, construíam composições plásticas no entretecido de

deslocamentos entre fotografia e cinema, de modo a entremear as ações do elenco com movimentos de transição que aludiam a elementos de transição da linguagem cinematográfica, como corte, fusão e elipses.

A imagética da cena revela elementos da estética expressionista – uma atmosfera de sonhos invadidos por diálogos febris numa interpretação que tendia ao excesso, ao irreal e ao onírico, alternando movimentos bruscos que, subitamente, se quedavam suaves. Essas alternâncias entre o estático do instantâneo fotográfico e o frenesi do cinético, da gestualidade e da ação dos atores tonificavam a subjetivação das personagens. O diálogo profícuo entre cenografia e direção concebe arranjos espaço-visuais pautados pelo dinamismo na ressignificação das espacialidades cênicas, distanciando-se dos discursos imagéticos da mimese e do Realismo, conforme pode ser observado na Figura 3, onde, no centro da cena, vemos Jonas e Senhorinha, que estão de pé atrás de uma mesa que será dinamicamente ressignificada como um dispositivo de cena que ora se converte em altar de igreja, ora em plataforma de elevação do chão do palco para determinadas ações. Ao fundo, num plano superior, observamos Glorinha, a filha caçula; e, no primeiro plano, Nonô, assentado ao chão do palco, roça o tecido da mesa numa atitude de procura por aproximação do espaço interior da casa, do qual se sente excluído e procura evitar.

**Figura 3** – *Álbum de família* encenado pelo Grupo Galpão

Fonte: Muniz (1991)

O estudo de todas essas nuances nos permite afirmar que a imagética de cena na encenação de Ribeiro é potencializada pela cenografia de Bruzzi, alinhavando um entrelaçamento sinérgico entre iluminação, figurinos, maquiagem, trilha sonora e adereços. Os objetos de cena são aqui compreendidos como dispositivos de cena, num *mise en scène* que termina por dotar tais dispositivos cenográficos da condição de agentes de significação que atuam como ferramentas dramatúrgicas na produção de visualidades e sentidos.

## Deslocamentos e transições entre fotografia e encenação na imagética de cena

Na encenação de Ribeiro, os limites fronteiriços entre fotografia e encenação são demolidos, adentrando a esfera do cinematográfico. O que se dá a ver na cena flui como um filme projetado numa moviola com problemas técnicos, em que a imagem trava, por pequenas frações de instantes permanece estagnada e na sequência volta a girar sem interrupção. Esses movimentos resultam numa imagética de cena fragmentada em que

percepções, pensamentos e apreensões visuais são violentadas pela plasticidade de deslocamentos e rupturas espaço-visuais que não se resolvem de maneira estanque; pelo contrário, se interligam cingindo ou irrompendo em novas visualidades, temporalidades e espacialidades diversas.

No texto de *Álbum de família*, a fotografia postula o lugar de ferramenta dramatúrgica e foi utilizada por Rodrigues como elemento estruturante que fundamenta a ação dramática e culmina por desnudar suas personagens. Sua função transcende a condição de registro de um instantâneo que visa arquivar uma imagem. Na montagem realizada pelo Grupo Galpão, esse processo ganha novos contornos e passa a compreender a ideia de fotografia como expansão da cena, o que, de certa forma, extrapola ideias convencionais sustentadas por doutrinas realistas e miméticas que envolvem a acepção da fotografia como registro documental – ou, em termos peirceanos (SANTAELLA, 2019), como signo indicial, algo que aponta para o fato de ter havido uma encenação.

Na cena teatral contemporânea, temos um embaralhamento de diversos domínios artísticos. O teatro representacional, em que predominava a concepção textocêntrica na grande maioria das montagens, tem experimentado intensas transformações com o advento de novas acepções da linguagem da encenação que procura se afastar das finalidades meramente narrativas. Essas transformações nos modos de encenação teatral são analisadas por Roubine (1998). Nesse contexto, algumas práticas teatrais passam a se orientar pelo conceito de teatro pós-dramático,[150] passando a transitar com fluidez por territórios que envolvem diálogos entre artes visuais e artes performativas. Também se faz presente o conceito de teatro performativo.[151] Esses dois conceitos são abertos ao exercício de transversalidades, de atravessamento de diversas linguagens e formas de manifestação do fenômeno artístico, levando em consideração, principalmente, a presença corpórea do intérprete e sua interação com o que está em seu entorno, em novas formas de espacialização cênico-performáticas.

A encenação de *Álbum de família* construída por Ribeiro junto ao Grupo Galpão, considerando o contexto da montagem nos idos dos anos de 1990, de certa maneira antecipa o tensionamento entre esses limites. A imagética da cena do espetáculo transiciona entre a ruptura com o representacional e antecipa elementos, procedimentos típicos do que poderá ser compreendido como algo próximo das noções de performativo e performatividade, conceitos presentes na produção cenográfica e encenação contemporâneas sobre os quais diversos estudiosos têm se debruçado.

Os procedimentos dialogizantes entre fotografia, encenação e cenografia terminam por embaçar as zonas fronteiriças e estimular imbricações entre a escrita cenográfica e a imagética de cena – explorando o exercício de gestualidades nas composições das espacialidades e suas interações com os dispositivos cenográficos –, que assumem a condição

---

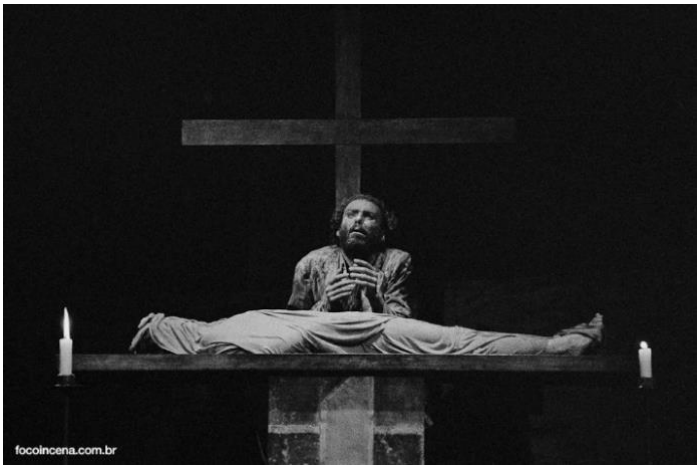
[4] Teoria criada por Hans Thies Lehamn, segundo a qual o texto dramatúrgico pode abrigar ideias que extrapolam a linearidade da matriz literária tradicional, suscitando uma ideia de dramaturgia multifacetada e híbrida, que opera pela soma de várias camadas matriciais.

[5] A ensaísta francesa Josette Féral, ao definir a cena teatral contemporânea, cunhou a expressão teatro performativo, que designa um fazer teatral onde a noção de performatividade opera como vetor basilar de funcionamento que é pautado na afirmação da ideia da **presença** e da **ação** da totalidade dos elementos e objetos que compõem a cena como agentes imbuídos de performatividade.

de agentes de produção de sentidos entre diversos arranjos espaciais e visuais na estruturação da imagética de cena.

A Figura 6 mostra um exemplo de reconfiguração dos dispositivos cenográficos. Nela, Jonas, a própria personificação do patriarcado, chora sobre o cadáver de Glorinha. A mesa da sala da casa, que outrora tinha assumido a condição de altar da capela da fazenda, agora se converte em esquife de velório.

**Figura 6** – *Álbum de família* encenado pelo Grupo Galpão




Fonte: Muniz (1991)

A Figura 7, extraída de registro audiovisual, sucede a cena comentada anteriormente trazendo um ponto de vista de ângulo um pouco diverso da figura anterior numa composição ampliada pela presença de outras personagens. Nela, observamos uma plasticidade sacra no gesto de Nonô, numa atitude de abraçar a cruz e simultaneamente tocar o pai. Senhorinha estende as mãos num gesto de tentar apoiar o filho, que se debate ante a perda da irmã.

**Figura 7** – Frame de vídeo de *Álbum de família* encenado pelo Grupo Galpão

Fonte: Acervo do Grupo Galpão (1990)

A Figura 7 também permite observar que essa montagem do texto rodriguiano utiliza os dispositivos cenográficos como elementos fundantes da ação dramática, construindo intersecções entre espaço cênico, linguagem cenográfica e encenação. A escrita cenográfica, construída junto da encenação, atua como ferramenta dramatúrgica na produção de sentidos

e incide diretamente nela, estabelecendo a concepção do espaço cênico como um vértice central na orquestração elaborada por Ribeiro.

Em consonância com o pensamento de Andrade (2019), os dispositivos cenográficos atuam sinergicamente como agentes de performatividade e teatralidade na produção de visualidades. Os atores ensaiaram durante todo o processo de montagem utilizando os dispositivos de cena: praticáveis de madeira que estabeleciam divisórias entre corredores, planos divididos em biombos, carrinhos de rolimã que deslizavam por detrás de rotundas e biombos, platôs de madeira que alternam linhas de altura e profundidade. A cenografia é concebida por Bruzzi em interação direta ao trabalho de direção de Ribeiro, numa operação conjunta em que ambas dialogizam e se locupletam, estabelecendo consecuções para a performance do elenco e a composição da imagética de cena.

## O ideário patriarcal presente em *Álbum de família* ecoa na sociedade contemporânea

O texto rodriguiano denuncia as origens do patriarcalismo, o falso moralismo religioso e a hipocrisia social que o fundamenta e, de certa forma, legitima o machismo, a misoginia, a intolerância e o ódio contra a diversidade sexual e a orientação de gênero dos que não se enquadram no *status quo* da heteronormatividade branca na sociedade contemporânea, banalizando a criminalização das diferenças e negando a existência do outro e do divergente, o que culmina por ratificar a negação de sua cidadania e decreta a sua morte social. Ainda no primeiro ato da peça, Jonas, ao tentar legitimar sua religiosidade e reafirmar sua autoridade sobre os demais membros da família, esbraveja: "Eu sou o pai. O pai é sagrado, o pai é SENHOR! (fora de si). Agora eu vou ler a Bíblia, todos os dias, antes do jantar, principalmente os versículos que falam da família" (RODRIGUES, 1981a, p. 65).

Se considerarmos as ponderações de Fraga (1998), para quem o Expressionismo no palco se torna "o espaço interno de uma consciência" desencadeando nas personagens a desconstrução, a perda das referências e das identidades "no sentido de coerência psicológica, de dados definidores de caráter" (FRAGA, 1998, p. 84), ou assumindo a condição de "meras projeções distorcidas (inconscientes, oníricas) dessa consciência central" (ROSENFELD, 1993, p. 2 *apud* FRAGA, 1998, p. 84), chegamos a uma forma de consciência coletiva em que os integrantes da família refletem traços e distorções fisionômicas movidos por uma unidade de pensamento. Esse vértice de pensamento é centrado no ódio, na violência, na negação dos impulsos primitivos por alguns de seus integrantes e pela exacerbação desses sentimentos no poder exercido pelo patriarca, que se coloca como senhor e déspota do núcleo familiar.

Ainda de acordo com Fraga (1998), apesar de grande parte da obra de Rodrigues apresentar características do Expressionismo, o autor não pode ser definido como um dramaturgo expressionista no sentido estrito do termo. Entretanto, sua perspectiva pessimista e trágica, fundamentada "na concepção existencial, na recusa violenta da realidade (embora nela alicerçada), na distorção exagerada [...] no privilegiar o grotesco do comportamento humano" (FRAGA, 1998, p. 199), evidencia traços e escancara elementos expressionistas na quase totalidade de sua dramaturgia, seja na angústia, na incomunicabilidade, na fragmentação de falas e ações ou no desvario de suas personagens. O autor, ao relacionar esses aspectos da estética expressionista, remete ao dramaturgo Strindberg:

> Tudo pode acontecer, tudo é possível e verossímil. Deixam de existir tempo e espaço. A partir de uma insignificante base real, o autor dá livre curso à imaginação, que multiplica os locais e as ações, numa mistura de lembranças, experiências vividas, livre fantasia, absurdos e improvisos. (STRINDBERG, 1978, p. 19 *apud* FRAGA, 1998, p. 198)

Se em *Doroteia* (RODRIGUES, 1994b) as personagens não dormem para evitar o pecado da concupiscência e a possibilidade de se entregarem às volúpias que podem irromper durante os sonhos, em *Álbum de família* ninguém nunca desperta. Todos dormem o sono do desejo desenfreado, agindo como que tomados pela cegueira de um sonambulismo voluptuoso que automatiza gestualidades e mecaniza as ações e engendrando o aviltamento e a reificação dos corpos. Gestos como correr, saltar, cair ao chão, socar o ar ou permanecer estático podem se suceder ou alternar naturalmente ao momento de matar ou dar cabo à própria vida. A oposição à morte, na maioria das vezes, não se dá pela vida, mas pelo desejo. Porém, como o ser desejante não pode consumar seus intentos, pois se trata de desejos criminalizados e proibidos, a morte triunfa sempre.

De acordo com Picirillo e Silvestre (2023), o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) informa que o monitoramento da violência contra as mulheres que vem sendo realizado desde a promulgação da Lei nº 13.104/15, que qualifica como feminicídio o assassinato de mulheres devido a sua condição e gênero, aponta que os índices de violência contra a mulher aumentam ano após ano, contrariando a tendência de queda dos homicídios em geral: entre 2017 e 2022, o número de homicídios no Brasil baixou 31%; entretanto, o registro de crimes de feminicídio aumentou 37% durante o mesmo período.

Segundo dados publicados pela Agência Brasil (CRUZ, 2023), as denúncias de crimes de ódio praticados pela internet encaminhadas para a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos da Safernet, organização de defesa dos direitos humanos em ambiente virtual, vêm crescendo de maneira estarrecedora, o que denota o aumento da intolerância e do preconceito com dados alarmantes sobre xenofobia, racismo e misoginia, envolvendo todas as formas de opressão às mulheres. Esses dados, publicados em fevereiro de 2023, mostram que a prática de misoginia pelas redes sociais aumentou 251% em 2022.

Em relatório recente da Rede de Observatórios da Segurança – que monitorou sete estados brasileiros das regiões Sudeste e Nordeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará e Pernambuco –, é possível verificar que, durante o ano de 2022, uma mulher foi assassinada por dia. Ainda segundo esses dados, a cada quatro horas uma mulher sofre algum tipo de violência, sendo que "a maior parte dos registros nos sete estados tem como autor da violência companheiros e ex-companheiros das vítimas. São eles os responsáveis por 75% dos casos de feminicídio" (MORAES, 2023, [n. p.]).

Nesse contexto, torna-se oportuno enfatizar que, no mesmo sentido, enquanto avançam as pautas de reivindicações e lutas por reconhecimento de direitos dos movimentos LGBTQIA+, enfrentamos o aumento da criminalização da diversidade sexual nas manifestações de ódio e preconceito que acentuam a LGBTfobia.[152] Na prática, a mesma Lei

[152] **LGBTfobia**: termo que designa a manifestação de ódio, intolerância e preconceito contra a pluralidade de grupos que integram a diversidade sexual e que serve para aglutinar manifestações de homofobia, lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia, que inclui travestis, transexuais e transgêneros.

de Racismo (7.716/89), que prevê crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional" (BRASIL, 1989, [n. p.]), também contempla atos de discriminação por "orientação sexual e identidade de gênero" (BRASIL, 1989, [n. p.]). No entanto, dados e estatísticas oficiais sobre a violência praticada contra a diversidade sexual e as dissidências de orientação de gênero são ainda muito incipientes. Para obter informações para mensurar a violência e a intolerância manifestadas pela LGBTfobia, faz-se necessário buscá-las em organizações não governamentais. Essas questões precisam ser urgentemente debatidas e enfrentadas, pois, de acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT):

> Cerca de 20 milhões de brasileiras e brasileiros (10% da população) se identificam como pessoas LGBTQIA+. Cerca de 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIA+, segundo pesquisa da organização de mídia Gênero e Número, com o apoio da Fundação Ford. Ainda de acordo com essa pesquisa, esses dados estão atrelados à última eleição presidencial do Brasil, em 2018. De lá pra cá, 51% das pessoas LGBTQIA+ relataram ter sofrido algum tipo de violência motivada pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. Destas, 94% sofreram violência verbal. Em 13% das ocorrências, as pessoas sofreram também violência física. A pesquisa revela ainda que, em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, as trans brasileiras correm um risco 12 vezes maior de sofrer morte violenta do que as estadunidenses. Esse é apenas um dos levantamentos que apontam o Brasil como o país que mais mata pessoas trans. (FUNDO BRASIL, [202-?, n. p.])

Esses dados nos colocam diante da necessidade premente de repensarmos os resquícios e os lastros do patriarcalismo na formação cultural da sociedade brasileira, ou seja, a naturalização da violência, a intolerância e o preconceito que retroalimentam a cultura machista da sociedade contemporânea. Diante desse cenário estarrecedor, algumas questões podem servir de base para reflexão e apontar caminhos para mudanças de paradigmas em nossa cultura. A primeira delas envolve a necessidade de participação de toda a sociedade civil e, principalmente, do Estado, que tem o papel de formular políticas públicas de inserção social e de distribuição de renda, no combate a todas as formas de preconceito e na erradicação da violência, bem como na interrupção das incidências de desrespeito aos direitos humanos perpetrados por seus agentes. A segunda questão passa pelos processos de educação formal e informal e envolve a necessidade de desconstrução do obscurantismo cultural e político, bem como do analfabetismo estético.

São questões extremamente complexas que não podem ser simplificadas. Nosso intuito é contribuir com o debate e a reflexão sobre fenômeno de tamanha gravidade e importância. Estes dois procedimentos, analfabetismo estético e obscurantismo cultural e político, foram agudizados durante a Ditadura Militar e sobreviveram a ela. São eles – somados e agregados ao alto índice de miserabilidade e à absurda concentração de renda que perpetuam as desigualdades sociais e reforçam os resquícios da formação cultural escravagista, patriarcal e machista – os responsáveis pela misoginia, a LGBTfobia e a exacerbação de todas as formas de preconceito. Sendo assim, torna-se necessário refletirmos sobre quais maneiras poderemos atuar para a desconstruir as bases culturais do patriarcalismo que servem de suporte ideológico e fundamentam o recrudescimento dos atuais movimentos masculinistas que crescem exponencialmente pelas redes sociais.

## Considerações finais

Uma análise preliminar da pesquisa em andamento sobre a encenação de *Álbum de família* pelo Grupo Galpão permite inferir que os processos criativos empregados nessa montagem envolveram um exercício de trabalho coletivo entre encenador, equipe cenotécnica e elenco, o que pode estabelecer conexões com modos de criação situados em processos colaborativos. Os arranjos estéticos dos dispositivos cenográficos foram construídos de maneira fluida e dinâmica, engendrando aspectos multifacetados e polissignificantes sobre a interpretação do texto rodriguiano e sua encenação. A cenografia tem participação ativa na construção da cena, uma vez que os dispositivos cenográficos agem de modo plurimovimentante ao serem acionados nos deslocamentos espaço-temporais pela interação com a performance do elenco, agindo e interagindo na produção de significados, ou seja, eles atuam do ponto de vista físico, visual, pois afetam e despertam percepções estéticas, interferindo na produção de significados.

Nessa experiência de montagem do texto rodriguiano, os dispositivos cenográficos tornam-se agentes fundantes e participativos na imagética de cena. Em outras palavras, a cenografia não serve apenas de suporte para ambientar a encenação. Antes, pelo contrário, ela se autonomiza, ancora a dramaturgia, demarca a escritura cênica e integra ativamente toda a encenação do espetáculo, interferindo plasticamente na produção de sentidos das poéticas impressas pelo encenador nas visualidades da cena.

Portanto, a atmosfera da encenação e da imagética de cena do espetáculo suscita uma reflexão sobre a banalização da violência na sociedade atual, reforçando a atemporalidade do texto rodriguiano e sua universalidade para discutirmos as relações de convivência numa perspectiva das inter-relações entre a propagação da cultura do ódio, o desrespeito aos direitos humanos e o exercício da cidadania. A naturalização da violência pode abrir caminho para a agudização do aviltamento e a reificação das relações de convivência. Consequentemente, isso pode contribuir para a consolidação da barbárie.

## Referências

A CADA quatro horas, ao menos uma mulher é vítima de violência. **Portal Rede de Observatórios de Segurança**, [*s. l.*], 6 mar. 2023. Disponível em: http://observatorioseguranca.com.br/violencia-mulher-feminicidio/. Acesso em: 25 mar. 2023.

ÁLBUM de família, com Newton Moreno e Eid Ribeiro. [*S. l.*: *s. n.*], 27 jul. 2012. 1 vídeo (105 min). Publicado pelo canal Itaú Cultural. Disponível em: https://youtu.be/9qxTeNrlo-Q. Acesso em: 29 jan. 2022.

ANDRADE, Eduardo Santos. **O espaço *en*cena**: teatralidade e performatividade na cenografia contemporânea. 2019. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13249. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. **Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 25 mar. 2023.

CRUZ, Elaine Patrícia. Denúncias de crimes com discurso de ódio na internet crescem em 2022. **Agência Brasil**, São Paulo, 7 fev. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/denuncias-de-crimes-na-internet-com-discurso-de-odio-crescem-em-2022. Acesso em: 25 mar. 2023.

FÉRAL, Josette. Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. Tradução: Lígia Borges. **Revista Sala Preta**, São Paulo, n. 8, p. 197-210, 2008.

FRAGA, Eudinyr. **Nelson Rodrigues expressionista**. São Paulo: Atelier Editorial, 1998.

FUNDO BRASIL. A LGBTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização. **Blog Fundo Brasil**, [*s. l.*, 202-?]. Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/. Acesso em: 28 mar. 2023.

LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro pós-dramático**. Trad. Pedro Süssekind. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

MAGALDI, Sábato. **Nelson Rodrigues**: dramaturgia e encenações. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

MORAES, Priscilla. Estudo em sete estados aponta que uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas. **G1**, Rio de Janeiro, 6 mar. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/06/estudo-em-sete-estados-aponta-que-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-a-cada-quatro-horas.ghtml. Acesso em: 28 mar. 2023.

MUNIZ, Guto. Fotografias da peça *Álbum de família*. **Foco In Cena**, [Belo Horizonte], 1991. 4 fotografias. Disponível em: http://www.focoincena.com.br/album-de-familia. Acesso em: 23 fev. 2021.

PICCIRILLO, Debora; SILVESTRE, Giane. Aumento dos feminicídios no Brasil mostra que mulheres ainda não conquistaram o direito à vida. **G1**, [São Paulo], 8 mar. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/aumento-dos-feminicidios-no-brasil-mostra-que-mulheres-ainda-nao-conquistaram-o-direito-a-vida.ghtml. Acesso em: 25 mar. 2023.

RODRIGUES, Nelson. A falecida. *In*: MAGALDI, Sábato (org.) **Teatro completo de Nelson Rodrigues**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1994a. p. 731-779.

RODRIGUES, Nelson. Álbum de família. *In*: MAGALDI, Sábato (org.) **Teatro completo de Nelson Rodrigues**: Peças míticas (v. 2). 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981a. p. 108-167.

RODRIGUES, Nelson. Doroteia. *In*: MAGALDI, Sábato (org.) **Teatro completo de Nelson Rodrigues**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981c. p. 193-253.

RODRIGUES, Nelson. Os sete gatinhos. *In*: MAGALDI, Sábato (org.) **Teatro completo de Nelson Rodrigues**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1994c. p. 827-877.

RODRIGUES, Nelson. Vestido de noiva. *In*: MAGALDI, Sábato (org.) **Teatro completo de Nelson Rodrigues**: Peças psicológicas (v. 1). 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981b. p. 51-120.

ROUBINE, Jean-Jaques. **A linguagem da encenação teatral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. 2. ed. São Paulo: Editora Cengage, 2019.

# A LEITURA DE POEMAS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR NAS TURMAS DOS SEXTOS ANOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE APARECIDA DE GOIÂNIA

Patrícia Silva Valverde Rodrigues[153]
Célia Sebastiana Silva[154]

**Resumo**: Esta proposta de pesquisa tem a pretensão de investigar as práticas pedagógicas de leitura literária nos sextos anos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Aparecida de Goiânia e como o gênero textual poema pode contribuir para a formação do aluno leitor. Percebeu-se o problema: por que os poemas não são trabalhados de forma efetiva, contextualizada e crítica nas turmas dos sextos anos? Como esse gênero literário pode contribuir para desenvolver a competência leitora nos alunos dessas turmas do ensino fundamental? O projeto apresenta argumentações teóricas estruturadas nos autores: Cândido (2011), De Andrade (1974), Freire (2002, 2006), entre outros que enfocam assuntos relacionados a esse tema. A pesquisa desse trabalho buscará desmistificar, entre os professores de Língua Portuguesa, a crença de que trabalhar o gênero textual poema é de difícil manuseio pedagógico, e avaliar como os poemas podem contribuir para desenvolver a competência nas turmas dos sextos anos. A metodologia proporá como recurso didático-pedagógico a utilização dos poemas de Carlos Drummond de Andrade, por compreender que esses podem auxiliar no processo de auto-conhecimento subjetivo e despertar o aluno a observar o objeto não de forma superficial, mas em sua essência, tornando-o capaz de reconhecer-se dentro de seu contexto e intervir sobre ele, emancipando a si e a seus pares. Tal projeto consiste numa sequência didática baseada nas obras Boitempo I e Boitempo II do autor Carlos Drummond de Andrade. Compreende-se que o incentivo à poesia motiva o aluno a utilizar a leitura como prática social. O produto educacional será a criação de um site interativo que divulgará como conteúdo a criação literária coletiva e subjetiva dos alunos durante o desenvolvimento do projeto.
**Palavras-chaves**: Língua Portuguesa; Linguagens; Leitura de Poemas; Formação do Aluno Leitor.

## Introdução

Existe, no Brasil, uma vulnerabilidade na formação da competência leitora, um país que deixa muito a desejar quando tratamos do tema Educação no seu contexto geral. A escola é a instituição formal que possui a função social de utilizar o processo educativo para formar o sujeito por meio dos conhecimentos científicos, capacitando-o para viver plenamente em sociedade. A literatura não deve ser apenas uma coadjuvante na prática educativa referente ao Componente Curricular Língua Portuguesa. Ela precisa garantir sua função social no ensino dos conteúdos científicos num processo permanente em que as obras literárias, autores e leitores dialogam entre si.

Segundo Cândido (2011, p. 177),

[153] Mestrado Profissional – CEPAE – UFG.
[154] Orientadora – CEPAE – UFG.

> Por isso é que nas nossas sociedades, a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma, nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

Frustra-se, assim, o objetivo central da formação do leitor – que é de dar oportunidade aos alunos de adquirir o prazer da leitura e o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo de sua história, registrado nas obras literárias. Os professores, que são vítimas de todo tipo de opressão sistemática e estrutural, permanecem, lamentavelmente, acomodados em uma prática pedagógica tradicional. Acarretam-se, desse modo, descrença e desconexão de uma pedagogia ativa, na qual o ensino e a aprendizagem surgiriam de uma interação dos alunos que aprenderiam uns com os outros, consigo e com a mediação pedagógica.

> Ensinar um conteúdo pela apropriação ou a apreensão deste por parte dos educandos demanda a criação e o exercício de uma séria disciplina intelectual a vir sendo forjada desde a pré-escola. [...] Mas, assim como não é possível ensinar a aprender, sem ensinar um certo conteúdo através de cujo conhecimento se aprende a aprender, não se ensina igualmente a disciplina de que estou falando a não ser na e pela prática cognoscente de que os educandos vão se formando sujeitos cada vez mais críticos. (FREIRE, 2006, p.82).

Na escola, o que se vê são as obras literárias sendo trabalhadas de forma descontextualizada, enfocando pequenos fragmentos, em vez de se conhecer a complexidade da obra e do autor. Dessa maneira, a formação do aluno leitor torna-se comprometida, pois não se trabalha a leitura como fonte de prazer e de fruição.

Dessa forma, passamos a adentrar a poesia de Carlos Drummond de Andrade. A experiência é pedra de toque no caminho do poeta que canta: "O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente" (DE ANDRADE, 1974, p. 55).

## A natureza da poesia: a poesia está em todos os lugares

Para iniciarmos nossas reflexões sobre a natureza da poesia e sua fluidez de poder estar em todos os lugares, precisamos desmistificar a crença popular de que poema é a mesma coisa que poesia.

Poema é um gênero literário escrito em versos, dividido em estrofes que pode ser rimado ou não. Octávio Paz, em seu livro O Arco e a Lira, faz a diferenciação de poesia e poema. Para ele, poema é

> um caracol onde ressoa a música do mundo, e métricas são apenas correspondências, ecos, da harmonia universal. Ensinamento, moral, exemplo, revelação, dança, diálogo, monólogo. Voz do povo, língua dos escolhidos, palavra dos solitários. Pura e impura, sagrada e maldita, popular e minoritária, coletiva e pessoal, nua e vestida, falada, pintada, escrita, ostenta todas as faces, embora exista

> quem afirme que não tem nenhuma: o poema é uma máscara que oculta o vazio, bela prova da supérflua grandeza de toda obra humana. (PAZ, p. 15, 1982)

Já a poesia é uma manifestação artística capaz de nos provocar emoções. Nesse sentido, o pensador também conceitua poesia. Para ele, a poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação interior.

> A poesia revela este mundo; cria outro. [...] Isola; une. Convite à viagem; regresso à terra natal. Inspiração, respiração, exercício muscular. [...] Expressão histórica de raças, nações, classes. Nega a história: em seu seio resolvem-se todos os conflitos objetivos e o homem adquire, afinal, a consciência de ser algo mais que passagem. (PAZ, p. 15, 1982)

Por tratarmos de coisas distintas, poema e poesia, o autor ainda nos alerta que a poesia pode estar em todos os lugares, o poema não. Ele nos explica que ainda há poesia sem poemas e poemas sem poesia. Paisagens, pessoas, e fatos podem ser poéticos: são poesias sem poemas.

A poesia está em todos os lugares, no olhar de uma mãe para seu filho, na natureza, nas coisas cotidianas, nos sentimentos apaixonados, no olhar do poeta. A poesia também existe em outras expressões artísticas, como na música, em pinturas, esculturas e imagens. Existe, na natureza, nas flores, no céu, nos animais, enfim a poesia está em todos os lugares, nas coisas belas e nas feias.

É da natureza da poesia despertar a sensibilidade humana. Com a poesia é possível acordar a nossa humanidade que existe dentro de cada um de nós. Essa natureza desperta os sentidos e os sentimentos humanos. A poesia move, toca, abala. Somos afetados pela poesia. Para Carlos Felipe Moisés (2019, p. 17), a poesia nos ensina a ver como se fosse pela primeira vez, não é uma definição, nem sequer um conceito. A proposição não aponta para natureza intrínseca do objeto que almejamos aprender para seus efeitos. A poesia serve para nos ensinar a ver.

Possuímos a capacidade humana de observar a vida ao nosso redor. O significado que damos aos acontecimentos, o que é capaz de despertar as nossas emoções. A poesia é a arte da vida, através dela facilmente podemos compreender o mundo dentro e fora de nós.

Desse modo, a poesia está atrelada ao conhecimento que nós temos sobre as coisas e o mundo. Podemos conhecer nossa historicidade, nossas práticas sociais e culturais, nossa relação com o mundo e com o outro.

> A romper com os nossos modos convencionais de percepção e avaliação, levando-nos a encarar o mundo ou parte dele como algo vivo e novo. A poesia pode nos estimular de tempos em tempos, a que nos tornemos um pouco mais conscientes dos secretos e profundos sentimentos que formam o substrato do nosso ser, no qual raramente penetramos, pois nossas vidas são predominantemente uma constante evasão de nós mesmos e uma evasão do mundo visível e sensível. (ELIOT, 1950 *apud* MOISÉS, 2019, p. 39).

A poesia faz parte das coisas da vida. Enfim, a poesia é tudo que sensibiliza, que nos toca e transmite sentimentos.

**A leitura de poemas na sala de aula dos sextos anos**

A poesia está em todos os lugares, no olhar de uma mãe para seu filho, na natureza, nas coisas cotidianas, nos sentimentos apaixonados, no olhar do poeta. A poesia também existe em outras expressões artísticas, como na música, em pinturas, esculturas e imagens. Há existe na natureza, nas flores, no céu, nos animais, enfim a poesia está em todos os lugares, nas coisas belas e nas feias.

> A poesia é conhecimento, salvação, poder, abandono. Operação capaz de transformar o mundo, a atividade poética é revolucionária por natureza; exercício espiritual, é um método de libertação interior. A poesia revela este mundo; cria outro. [...] Isola; une. Convite à viagem; regresso à terra natal. Inspiração, respiração, exercício muscular. [...] Expressão histórica de raças, nações, classes. Nega a história: em seu seio resolvem-se todos os conflitos objetivos e o homem adquire, afinal, a consciência de ser algo mais que passagem. (PAZ, 1982, p.26).

A escola tem como função social ensinar os conteúdos científicos, sendo, então o lugar privilegiado para efetivar o processo de formação do aluno leitor, por ser a instituição formal de aprendizagem do conhecimento acumulado pela humanidade.

> O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. Quanto ao primeiro aspecto (a identificação dos elementos culturais (SAVIANI, 2011, p.13).

Sendo assim, é na escola que, na maioria das vezes, o aluno terá acesso à leitura e, por conseguinte, à sua interpretação social de uma função emancipadora. Na sala de aula a leitura de poemas pode ser utilizada como pano de fundo para apresentar ao aluno dos sextos anos, a sua sociedade, seus costumes e tradições, os vários tipos de homens e suas inquietações. O aluno torna-se leitor e por meio do conhecimento literário, amplia a sua visão de mundo, desenvolve-se e reconhece-se através da leitura e passa a ter acesso aos sentimentos universais.

> Um leitor capaz de permitir que o texto o afete em próprio ser, em seu íntimo, e o leve por novos caminhos de conhecimento, até deparar-se com aquele que luta para tornar visível, mesmo com o risco de nos transformar (ANDRUETTO, 2017, p. 81)

Para que o processo de aprendizagem não seja superficial mas que seja significativo. A leitura de qualquer tipo de texto precisa ser usada para proporcionar uma reflexão e para que o mundo ao nosso redor passe a fazer sentido. O gênero textual poema pode contribuir com esse propósito de trazer reflexão ao processo de leitura do aluno nas turmas de sextos anos. Os alunos dos sextos anos são inquietos e curiosos, para prender a atenção desses jovens leitores em sala de aula não é uma tarefa muito simples. Os poemas por oferecerem

diversas possibilidades de leituras e de interpretações podem ser bem aproveitados por professores atentos e dispostos a utilizá-los na sua prática educativa.

**Poesia é difícil?**

O ato de ler é ter acesso às informações produzidas na nossa sociedade escrita de modo que a nossa compreensão seja coerente.

Ler não é somente decodificar as palavras. Mesmo nas nossas primeiras leituras o ato de interpretar o que estamos lendo antecede a nossa decodificação mecânica das palavras (FREIRE, 2002, p. 17).

Paulo Freire, usando o seu método de alfabetização de adultos, nos elucida que a leitura do mundo vem antes da decodificação da palavra, ou seja, o ato de ler carece de nossa inferência sobre o que estamos lendo. A leitura é muito mais que uma decodificação de sinais. A leitura é um ato que envolve a compreensão e a interpretação do que foi lido.

> Quando começamos a organizar os conhecimentos adquiridos, a partir das situações que a realidade impõe e da nossa atuação nela; quando começamos a estabelecer relações entre as experiências e a tentar resolver os problemas que se nos apresentam – aí então estamos procedendo leituras, as quais nos habilitam basicamente a ler tudo e qualquer coisa. Esse seria, digamos, o lado otimista e prazeroso do aprendizado da leitura. Dá-nos a impressão de o mundo estar ao nosso alcance; não só podemos compreendê-lo, conviver com ele, mas até modificá-lo à medida que incorporamos experiências de leitura." (MARTINS, 1994, p.17)

Assim, então, percebemos que a capacidade de ler vai muito além de decodificar os símbolos linguísticos. A leitura possui várias etapas e possui relação com os sentidos sensorial, emocional e racional do sujeito. A leitura sensorial seria aquela que está ligada com a visão, o olfato, a audição – a que alimenta os nossos sentidos. A leitura emocional é aquela que mexe com nossas emoções, nos envolve pelo nosso inconsciente. A leitura racional é a que nos leva a refletir, nos leva a reorganizar as nossas leituras sensorial e emocional, permitindo a nossa compreensão subjetiva do que foi lido.

> Quando lemos acessamos três níveis básicos de leitura, o sensorial, o emocional e o racional, cada um desses três níveis nos aproximam do objeto lido. Como a leitura é dinâmica e circunstanciada esses três níveis são inter-relacionados ou senão simultâneos, mesmo um ou outro sendo privilegiado, segundo a experiência, expectativas, necessidades e experiência do leitor e das condições do contexto geral que se inserem. (MARTINS, 1994, p.37)

Por trata-se de um gênero textual complexo, o gênero textual poema, proporciona além de um conhecimento formal da língua, leva o aluno também à construção de pensamento próprio. Apesar disso, os professores de Língua Portuguesa, muitas vezes, deixam de aprofundar no estudo dos poemas, por considerá-los de difícil manuseio pedagógico e por acreditarem que sejam um gênero exaustivo e complicado, preferindo utilizar outros tipos de leituras, como as leituras em forma de prosa.

Entretanto, os poemas podem surpreender o professor que esteja disposto a encantar-se pela sua leitura em sala de aula. A leitura de poemas não é difícil ou complicada.

A dificuldade de entendimento logo de cara existe, mas é transponível. Ela consegue atender com excelência a necessidade do aluno leitor das turmas de sextos ano por ser uma leitura inquietante, eles ficam atentos e reflexivos tentando decifrar as nuances da linguagem poética.

Segundo Carlos Felipe Moisés (2012, p.85), "A dificuldade na leitura de poemas existe, mas não é intransponível. E ao longo do esforço, a satisfação que podemos atingir é altamente compensadora. A dificuldade maior é superar certo preconceito."

A mediação do professor em sala de aula é, neste momento, o divisor de águas na busca de uma leitura significativa, uma vez que o enfrentamento das dificuldades que ocorrerão na leitura dos poemas e necessitará do auxílio de um leitor mais experiente – ou seja, um leitor que indique o caminho como se estivesse com um mapa em suas mãos, que seja capaz de elucidar diversas nuances proporcionadas pela leitura do poema, sua a contextualização histórica, a linguagem metafórica e a relação da cultural os elementos sociais que possam estar implicados nele.

A leitura de poemas desenvolve nos alunos sua sensibilidade estética. Nesse sentido, por meio do estudo da métrica, da rima, da estrutura e do conteúdo dos poemas, a oralidade e a escrita serão estimuladas, tendo como finalidade a criação subjetiva de cada aluno – o que os aproxima da leitura e produção de textos literários. Necessita-se de concentração e dedicação para ler e interpretar poemas. Desse modo, só existe prazer na leitura, caso haja a superação da dificuldade leitora.

A função social de ensinar os conteúdos é a mais importante que ocorre durante o trabalho pedagógico do professor. A intimidade dele com uma pedagogia mais ativa pode ser sempre reavivada por meio de uma mudança de sua postura metodológica.

Segundo Freire (2006, p.12), o educador, mesmo que desde de o princípio de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito na produção do saber, convença-se de que ensinar não é transferir conhecimento mas criar possibilidades para sua construção e produção.

## O uso dos poemas de Carlos Drummond de Andrade

Carlos Drummond de Andrade possui uma extensa obra literária. Os temas que estão presentes em seus poemas mostram a sociedade de forma crítica, mediante uma escrita simples e riquíssima em detalhes.

A escrita do poeta, nesse aspecto, é capaz de gerar questionamentos sobre o mundo e sobre nós mesmos. A poesia drummondiana apresenta características que prendem a atenção do aluno leitor, pois traz memórias cotidianas e enfoca as questões sociais, metafísicas, do ser e estar no mundo.

## Considerações finais

A identidade literária do aluno da escola pública será construída e desconstruída pelo professor em sala de aula. O papel do professor é ser um mediador capaz de promover reflexão crítica do que está sendo aprendido pelo aluno.

Ensinar um conteúdo pela apropriação ou a apreensão deste por parte dos educandos demanda a criação e o exercício de uma séria disciplina intelectual a vir sendo forjada desde a pré-escola. [...] Mas, assim como não é possível ensinar a aprender, sem ensinar um certo

conteúdo através de cujo conhecimento se aprende a aprender, não se ensina igualmente a disciplina de que estou falando a não ser na e pela prática cognoscente de que os educandos vão se formando sujeitos cada vez mais críticos (FREIRE, 2006, p.82).

A mediação pedagógica do professor de Língua Portuguesa será primordial para a aquisição da leitura literária pelo aluno, pois ele é o sujeito que poderá desenvolver estratégias de ensino que satisfaça o processo de aprendizagem dos alunos.

As dificuldades geradas pela falta de insumos pedagógicos e uma grade curricular estreita e tendenciosa impedem uma pedagogia ativa dentro do ambiente escolar. À medida que se aplicam novas metodologias, tais dificuldades podem ser, finalmente, superadas.

A necessidade de novas abordagens de ensino da leitura literária é tão necessária que não pode ser ignorada, muito pelo contrário. Essas devem ser incentivadas por meio de novas perspectivas de ensino e uma busca incansável pelo conhecimento.

Enfim, acreditar que a leitura de poemas, como prática social em sala de aula, pode contribuir na formação de jovens leitores tornando-os mais aptos a desvendar os discursos aos quais eles estão submetidos dentro de uma sociedade pode mudar a realidade do nosso país.

**Referências**

ANDRUETTO, M. T. "Elogio da dificuldade: formar um leitor de literatura". In: ANDRUETTO, M.T. **A leitura, outra revolução**. São Paulo: Sesc-SP, 2017.

CÂNDIDO, A. **Vários escritos**. 5. ed., corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

DE ANDRADE, C. D. **Reunião**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MOISÉS, C. F., **Poesia não é difícil**, 1ed. São Paulo: Biruta, 2012.

MOISÉS, C. F. **Poesia, para quê?** A função social de poesia e do poeta. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

PAZ, O. **O arco e a Lira**. Tradução Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

# O LUGAR DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA E. E. E. M. PROFA. FLORENTINA DAMASCENO, SANTA LUZIA DO PARÁ – PA

Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz[155]
Ana Paula Vieira e Souza[156]

**Resumo**: O compromisso com a garantia e realização dos Direitos Humanos (DH) emerge na pós-modernidade como um dos componentes fundamentais das sociedades, especialmente no âmbito educacional, em que cada vez mais se amplia a pauta sobre a Educação em Direitos Humanos (EDH), considerando as diferentes experiências históricas de violação de Direitos Humanos, que provocaram o surgimento de variados diplomas internacionais e documentos nacionais orientadores pautados no compromisso com a garantia e salvaguarda da dignidade humana, como é o caso das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), instituídas por meio da Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar se o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Médio (E.E.E.M.) Profa. Florentina Damasceno, localizada no município de Santa Luzia do Pará-PA, contempla a discussão da EDH. Parte-se da seguinte problemática: Em que medida o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno aborda o tema da Educação em Direitos Humanos? Pretende-se, também, identificar como o conteúdo e a organização dos componentes curriculares do PPP contemplam a referida temática. A pesquisa fundamentou-se nos princípios de abordagem qualitativa, tendo como método operacional a pesquisa de revisão bibliográfica e documental, de natureza básica e caráter exploratório. Adotou-se como procedimento para avaliação dos resultados a análise de conteúdo. Ainda que o PPP da escola se empenhe em desenvolver algumas atividades voltadas para a discussão dos direitos e deveres, constatou-se que o referido documento não contempla taxativamente a discussão sobre EDH. Concluiu-se que o PPP pode servir como um aliado à promoção da Educação em Direitos Humanos.
**Palavras-chave**: Direito Humanos Educação em Direitos Humanos; Projeto Político-Pedagógico; Escola Profa. Florentina Damasceno.

## Introdução

As diferentes experiências históricas de violação de Direitos Humanos provocaram o surgimento de variados diplomas internacionais e documentos nacionais orientadores pautados no compromisso com a garantia e salvaguarda da dignidade humana. Entre o

[155] Mestrando na Linha de Educação e Interculturalidade na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPLSA/UFPA). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Advogado (OAB/PA). Graduando em Pedagogia (UFPA). Bolsista CAPES, francisco_slp@hotmail.com.
[156] Doutora em Educação na Linha de Políticas Públicas Educacionais, professora do Campus Universitário de Bragança da UFPA e do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Educação (GEPTE/NEB/UFPA), paulladesa@ufpa.br.

conjunto de declarações e documentos destacam-se os que enfatizam a Educação em Direitos Humanos, voltados a difundir a cultura de DH e ressaltar o seu papel para a construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática, suscitando o desenvolvimento de valores, o fortalecimento de atitudes e a promoção de comportamentos que respeitem a dignidade humana em todos os processos educacionais (CANDAU; SACAVINO, 2013).

Ao assumir uma concepção de Educação em Direitos Humanos, depreende-se que um dos seus objetivos é superar a função utilitarista e instrumental da educação, pautando-a numa intencionalidade educativa materializada em diferentes instrumentos pedagógicos, como é o caso do Projeto Político-Pedagógico, definido como um documento administrativo e, ao mesmo tempo, identitário da escola (VEIGA, 2007).

À vista disso, esta pesquisa analisa a relação entre EDH e PPP, tendo como objeto de investigação a seguinte problemática: Em que medida o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno aborda o tema da Educação em Direitos Humanos? Suscitam-se, do mesmo modo, outros questionamentos: Como o conteúdo do PPP contempla a temática da Educação em Direitos Humanos? Como a EDH é estruturada e organizada pelos componentes curriculares do PPP da escola? Qual a importância do PPP trabalhar o tema da Educação em Direitos Humanos?

Partindo de tais indagações, o presente trabalho objetiva analisar se o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno contempla a discussão da educação em DH; identificar como o conteúdo do PPP da escola aborda a referida temática; descrever como a Educação em Direitos Humanos é estruturada e organizada pelos componentes curriculares do PPP e discutir sobre a importância de se trabalhar o tema da EDH no Projeto Político-Pedagógico.

Metodologicamente, a pesquisa fundamentou-se nos princípios de abordagem qualitativa, tendo como método operacional a pesquisa de revisão bibliográfica envolvendo a relação entre Educação em Direitos Humanos (CANDAU; SACAVINO, 2015; CARBONARI, 2009; 2018; SEVERO, 2009; KLEIN; D'ÀGUA, 2015) e Projeto Político-Pedagógico (GANDIN, 2011; VEIGA; 1995; 2007; VASCONCELLOS, 1995; MARQUES, 1990), e documental, por meio do estudo dos principais documentos normativos que abordam a Educação em Direitos Humanos no Brasil.

Adotou-se como procedimento para avaliação dos resultados a análise de conteúdo, desenvolvendo-se em três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação. A pesquisa, de natureza básica, possui caráter exploratório. Na primeira seção, pontuam-se algumas tessituras conceituais em torno da Educação em Direitos Humanos, indicando suas dimensões, concepções e seus principais documentos. Na segunda seção, trabalham-se as definições do PPP e a sua relação com a promoção da EDH. Na última seção, analisa-se o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno, apontando-se o conteúdo e os componentes curriculares que dialogam com a temática dos Direitos Humanos.

## Direitos Humanos: tessituras conceituais

A concepção contemporânea de Direitos Humanos, marcada pela internacionalização da proteção da pessoa humana, ao referir-se ao fenômeno do Pós-Segunda Guerra e dos conflitos perpetrados por diferentes nações, singra pela luta histórica de reconhecimento da dignidade humana em diferentes documentos, tratados, acordos e

declarações internacionais (FACHIN, 2015), a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, considerada no plano internacional como o principal documento que marca a sólida arquitetura dos DH.

De acordo com Bobbio (1992), os Direitos Humanos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas, mas são (re)construídos no decorrer dos sucessivos acontecimentos históricos que passam a reivindicar, a partir das necessidades humanas apresentadas nas relações cotidianas, lutas libertárias e emancipatórias pela sua radicação. Nesse sentido, falar de DH é tratar de um tema complexo, controverso e que tem vários sentidos, já que estes pautam-se na dignidade humana como "condição e possibilidade da produção e reprodução de sua vida material, da corporeidade, da identidade cultural e social, da participação política e da expressão livre; enfim, do ser sujeito de direitos" (CARBONARI, 2018, p. 30).

Desse modo, depreende-se que a sua realização consubstancia-se num processo histórico – assim como é histórico seu conteúdo: a dignidade humana – que se materializa nas condições e possibilidades de humanização, não se restringindo aos expedientes normativos institucionalizados juridicamente, mas que se efetivam na ética de sua representação, já que "os direitos humanos têm uma dimensão de utopia que escapa à realização histórica, por um lado, mas que exige sua efetivação no cotidiano histórico, por outro" (CARBONARI, 2018, p. 31).

Segundo o autor, o fato de Direitos Humanos ter múltiplos sentidos deve-se à condição histórica e às várias concepções da dignidade humana que contrastam com a sua polêmica controvérsia e com a presença de agentes diversos na arena de disputas sobre o sentido dos DH, exigindo a abertura à diversidade e à pluralidade, sem que isso leve a evitar posicionamentos antagônicos, visto que tais direitos se constituem na relação dialética por meio de processos de criação de condições de interação e reconhecimento em várias dimensões: interpessoal (singular), grupal-comunitária (particular) e genérico-planetária (universal).

Candau e Sacavino (2013) aludem que o discurso atual dos Diretos Humanos está marcado pela ambivalência, haja vista a sua proclamação, de um lado, e a sua negação e violação, de outro, que constituem um referencial considerado fundamental para a construção democrática e para a convicção de que se eles não forem internalizados nas mentalidades individuais e coletivas não se construirá uma cultura dos Direitos Humanos nas sociedades.

Nesse sentido, os processos educacionais escolares apresentam-se como importantes aliados para o desenvolvimento de práticas comprometidas com exercício da cidadania e com a formação de sujeitos de direitos, já que a escola se situa no cerne dos processos de transformação social por corresponder a uma das unidades de reprodução da cultura, sendo a escola "um lugar social no qual se estabelecem relações educativas específicas e fundamentais para a formação do humano" (CARBONARI, 2009, p. 147).

À vista disso, é no universo de (re)ações sociais que os Direitos Humanos apresentam parâmetros de interpretação dos fenômenos materializados na cultura escolar e formulam estratégias didático-pedagógicas voltadas para a operacionalização de propostas emancipatórias orientadas à valorização da dignidade da identidade humana em sua unidade

e diversidade (SEVERO, 2009). A seguir pontuam-se os principais diplomas que tratam das dimensões e concepções da EDH.

**Educação em Direitos Humanos: dimensões e principais documentos**

A discussão em torno da EDH se esbarra com a dificuldade na sua própria definição, justamente pelo fato de existirem diferentes formas de concebê-la, tendo em vista a sua relação com a própria pluralidade de visões sobre os Direitos Humanos e as diferentes formas de se trabalhar a importância da salvaguarda da dignidade humana nos processos educacionais.

Para Candau e Sacavino (2013), a Educação em Direitos Humanos pauta-se em três aspectos. O primeiro, refere-se ao entendimento dos direitos em sua globalidade e interdependência, sem reduzir seu enfoque aos direitos individuais, políticos e civis. O segundo, parte da premissa da educação para o "nunca mais", que promove o sentido histórico e a importância da memória em lugar do esquecimento, visando romper com a "cultura do silêncio", da invisibilidade e da impunidade das diferentes violações perpetradas ao longo da história. O terceiro especto diz respeito à formação de sujeitos de direitos para a qual se faz necessário articular a dimensão ética com a político-social e as práticas concretas, promovendo o empoderamento individual e coletivo.

Na concepção de Klein e D'Água, a EDH "configura-se como uma necessidade das sociedades contemporâneas ao orientar suas práticas e relações cotidianas por valores que reconhecem a dignidade e a diversidade humana" (2015, p. 280), partindo de três dimensões: epistemológica (voltada para o acesso ao conhecimento e informações relativas aos direitos humanos); axiológica (orientada para a vivência de valores relacionados aos Direitos Humanos) e *práxis* (pautada no agir de acordo com os valores e os conhecimentos apreendidos).

Em termos históricos, a Educação em Direitos Humanos apresenta-se como um compromisso internacional que ganha corpo no século XX a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos que proclama, logo no seu preâmbulo, que a presente Declaração tem como ideia comum atingir todos os povos e nações a fim de que todos os indivíduos e órgãos da sociedade se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos (ONU, 1948).

Em 1993, com a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em Viena, os Estados passaram a assumir internacionalmente a responsabilidade em relação à promoção da EDH, ficando cada país incumbido de desenvolver ações neste sentido. No plano nacional, Sacavino (2009) destaca que as primeiras experiências de Educação em Direitos Humanos surgiram a partir da década de 1980, por meio de movimentos sociais e de luta pela redemocratização após períodos de ditaduras militares no Brasil e na América Latina.

A partir promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu como fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana e outros direitos, o país incorporou fortemente a afirmação dos DH e a defesa e proteção dos direitos fundamentais, respondendo em muitas ocasiões às demandas de diferentes movimentos sociais e viabilizando novos documentos e políticas públicas comprometidas com a pauta dos Direitos Humanos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei

nº 9.394/1996) que contemplou a formação para a cidadania e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, que também apresentaram avanços nesse sentido (MACIEL, 2016).

Em relação à formulação de políticas públicas, em 1996 o Brasil encabeçou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I)[157], contendo as diretrizes para atuação do Poder Público no âmbito dos DH, cujo epicentro era a garantia dos direitos civis e políticos, relançado em 2002 o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II)[158], que outorgou as demandas dos movimentos sociais, contemplando os direitos econômicos, sociais e culturais (PEREIRA, 2015).

Como representativo das políticas públicas educacionais em Direitos Humanos, em 2003 foi criado o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e elaborado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que expressou a consolidação, o apoio e o compromisso com diversas atividades em matéria de DH. Em 2004, o PNEDH foi divulgado e debatido em encontros, seminários e fóruns em âmbito internacional, nacional, regional e estadual. Em 2005, foram realizados encontros estaduais com o objetivo de difundir o Plano, que resultaram em contribuições de representantes da sociedade civil e do governo, concluindo, em 2006, a sistematização das contribuições recebidas dos encontros estaduais (BRASIL, 2018).

Em 2012, o Ministério da Educação, após aprovação do Conselho Nacional de Educação, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, por meio da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, definindo a EDH como um dos eixos fundamentais do direito à educação, que refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos DH e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (BRASIL, 2012).

A estrutura do PNEDH estabelece conceções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, e Educação e Mídia. Dentre os objetivos expressos no PNEDH, destacam-se o papel estratégico da EDH para o fortalecimento do Estado democrático de direito, para a construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática e para o encorajamento do desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos pelo poder público e pela sociedade civil por meio de ações conjuntas.

De acordo com o PNEDH, a EDH pode ser compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação de sujeitos de direitos, articulando a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre DH e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local (BRASIL, 2018). No eixo da Educação Básica, o PNEDH pontua que:

> [...] a educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, à escola, aos procedimentos pedagógicos, às agendas

[157] O PNEDH passa a constituir-se como marco legal da Educação em Direitos Humanos no Brasil, confirmando a adesão do Estado brasileiro ao Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014).

[158] Em 2010, a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3) é atualizada, sintetizando as principais reivindicações dos movimentos sociais, reunindo as resoluções aprovadas nas conferências territoriais, estaduais e nacional.

> e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa (BRASIL, 2018, p. 18).

Além disso, o documento preconiza que a EDH figura na afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político e o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados.

Para mais, o PNEDH pontua que a EDH deve ser um dos eixos fundamentais da Educação Básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão, a avaliação e o projeto político-pedagógico da escola, tema a ser explorado na próxima seção.

## Projeto Político-Pedagógico como instrumento de promoção à Educação em Direitos Humanos

A partir do objetivo de analisar os discursos circunscritos no PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno sobre a EDH, depreende-se ser necessário observar a legislação que orienta e fundamenta a gestão democrática das escolas públicas brasileiras. Nesse sentido, um dos princípios que orienta a educação do país, previsto na Constituição Federal de 1988, no seu art. 206, inciso VI, é o da gestão democrática, ao definir que a forma de gerir as instituições escolares deve garantir a participação coletiva e transparente da comunidade escolar, e que as deliberações em torno das decisões da escola devem se pautar em valores democráticos (BRASIL, 1988). Sobre a gestão escolar, Lück (2009, p. 23) salienta:

> A gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos.

A partir desses elementos, infere-se que a gestão escolar se consubstancia na observância dos objetivos educacionais definidos pelas escolas, partindo da representatividade das necessidades da comunidade e considerando as especificidades do projeto pedagógico (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012). A despeito do Projeto Político-Pedagógico, a LDB, no seu art. 12, inciso I, preconiza que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica" (BRASIL, 1996). Tal expediente normativo assegura a autonomia das escolas e sustenta que uma de suas principais tarefas é refletir sobre a sua intencionalidade educativa.

No artigo 14, incisos I e II da referida lei, está assegurada a autonomia dos sistemas de ensino na definição das normas de gestão democrática, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da

educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a ampla participação da comunidade escolar, ao viabilizar a transparência das decisões, "fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação" (MARQUES, 1990, p. 21).

Para mais, o projeto pedagógico – definido como um documento destinado a orientar e estruturar a proposta de determinada instituição do campo educacional – ao apresentar diretrizes que deverão ser seguidas em todas as etapas de ensino, organiza e sistematiza os princípios, metas, ações e objetivos das escolas (GANDIN, 2011), além de apontar uma direção específica para um compromisso estabelecido coletivamente. A respeito do projeto pedagógico, Veiga (2007, p. 13) pontua:

> O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola.

A proposta pedagógica, ao relacionar-se à organização do trabalho pedagógico da escola, ganha outras nomenclaturas, como é o caso do conceito de Projeto Político-Pedagógico, uma vez que "a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto pratica especificamente pedagógica" (SAVIANI, 1983, p. 93). Desse modo, o termo 'Político-Pedagógico' do projeto da escola o redimensiona para uma perspectiva que denota repensar a estrutura e as relações de poder da escola sob a égide da gestão democrática (VEIGA, 2007).

Sobre o Projeto Político-Pedagógico, Vasconcellos (1995, p. 143) o define como um "instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa". De acordo com o autor, o PPP refere-se à uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição, que nunca está finalizado, devendo ser flexível e aberto a mudanças, a partir de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

Além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas voltadas a cumprir determinadas exigências burocráticas da escola, o Projeto Político-Pedagógico é construído e vivenciado em todos os momentos (VEIGA, 1995), exigindo uma reflexão acerca da concepção de educação a ser adotada e sobre a efetivação da sua intencionalidade, que "não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva" (MARQUES, 1990, p. 23).

No âmbito das relações envolvendo o PPP e a EDH, observa-se, a partir das ações programáticas para a Educação Básica previstas no PNEDH, a necessidade de se "favorecer a inclusão da educação em direitos humanos nos projetos político-pedagógicos das escolas, adotando as práticas pedagógicas democráticas presentes no cotidiano" (BRASIL, 2018, p. 21). Da mesma forma, as DNEDH estabelecem, no seu art. 6º, que a EDH, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (BRASIL, 2012).

Guedes, Garcia e Silva, ao tratarem do PPP na perspectiva da EDH, aludem que "falar em PPP e DH é expressar um ensino para todos, é situar a escola num universo de identidades, de conflitos, de saberes diversos e de problematização das questões sociais" (2017, p. 582), num processo de construção participativa e dialética em que todos os sujeitos devem auxiliar na elaboração, implementação e avaliação do projeto, objetivando uma formação para a cidadania e para a valorização da dignidade humana. A partir dessas reflexões, passa-se a analisar o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno.

**Análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola Profa. Florentina Damasceno**

A pesquisa tem como *lócus* de estudo a referida Escola Profa. Florentina Damasceno, localizada no município de Santa Luzia do Pará-PA, que integra a mesorregião do Nordeste paraense, microrregião do Guamá. Situada na área urbana da cidade, a instituição, fundada em 1968, recebe alunos(as) de diferentes localidades da região, como estudantes de comunidades remanescentes de quilombo, agrovilas, áreas rurais e do perímetro urbano. Por ser a única escola do município a ofertar a etapa de Ensino Médio, a instituição acaba recebendo a maior parcela de estudantes da cidade.

O PPP da escola, intitulado "PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: Participação, Democratização, Compromisso, Cidadania e Qualidade", foi elaborado em 2020 e tem vigência até o ano de 2022. Estruturalmente, o documento está organizado em capítulos, divididos em: 1 INTRODUÇÃO; 2 CARACTERÍSTICA DA ESCOLA, 2.1 Histórico, 2.2 Escola que queremos; 3 DIAGNÓSTICO, 3.1 Aspectos físicos, 3.2 Demandas e necessidades, 3.3 Aspectos administrativos, 3.4 Aspectos pedagógicos, 3.5 Evidências pedagógicas; 4 PROGRAMAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES PARA 2020 E 2021; 5 AVALIAÇÃO e 6 REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS, contendo sessenta e duas páginas.

Para fins de avaliação dos resultados desta pesquisa, adotou-se a análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2016), se desenvolve em três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação. Para a compreensão e interpretação dos discursos do PPP da escola, utilizou-se os preceitos apontados pela análise do léxico, em que os discursos são tratados sobre a ótica da transcrição total ou parcial, visando identificar, caracterizar e enumerar os elementos fundamentais da comunicação que respondem à problemática da pesquisa (MINAYO, 2001).

Tendo em vista que o objetivo da investigação se centra na identificação dos excertos do PPP da escola que enfatizem a EDH, infere-se que a partir da sua leitura foi possível identificar alguns elementos localizados[159] relacionados à temática. Na apresentação do documento, o PPP sinaliza a necessidade da escola "se metamorfosear para construir coletivamente a gestão democrática com união, respeito às diferenças, visando à conquista da cidadania plena como compromisso de todos os atores" (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 5).

Em seguida, o PPP firma o compromisso em agir de acordo com os princípios da gestão democrática, negando taxativamente a ideia de planeamento apenas como exigência

[159] Não se pretende discorrer detalhadamente sobre os elementos constitutivos do PPP, mas apenas pontuar fragmentos específicos que respondem os objetivos da problemática levantada.

burocrática, mas alimentada por uma fundamentação estratégica capaz de solucionar ou amenizar certos problemas apresentados no cotidiano da escola. O documento testifica, ainda, que o PPP da escola "constitui-se um marco decisório em sua história por definir textualmente a concepção de homem e de sociedade que estão nas entrelinhas de sua formulação" (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 7), projeto este consubstanciado nas *práxis* educativas por ter sido gestado com a participação coletiva.

Quantos às suas diretrizes, o PPP apresenta quatro eixos articulados entre si, a saber: 1 – Eixo da Escola Democrática; 2 – Eixo da Escola Comprometida; 3 – Eixo da Escola de Qualidade e 4 – Eixo da Participação e Cidadania. Tais eixos corroboram com a ideia de que a escola se pauta na democratização do ensino, na melhoria das relações humanas, da infraestrutura e no incentivo ao exercício da cidadania como prática da formação humana "com respeito as diversidades e garantias dos direitos elementares a todos os membros envolvidos no processo de construção coletiva" (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2020, p. 12).

Os objetivos pretendidos pelo projeto apontam para a necessidade de serem desenvolvidas propostas pedagógicas de projetos de vida que contemplem temas como protagonismo juvenil, ética, direitos, deveres, cidadania, política e gestão democrática. Em relação ao conteúdo e à organização dos componentes curriculares expressos no PPP, o capítulo 4 do referido projeto, que trata da programação das propostas para 2020 e 2021, apresenta, no campo dos itinerários formativos voltados para a proposta de flexibilização curricular, inseridos a partir da Reforma do Novo Ensino Médio[7], uma proposta de Projeto de Vida que tem o objetivo de criar grupos de estudos com base em diálogos e práticas sobre temas como: ética, direitos, deveres, cidadania, política e gestão democrática.

A partir dos elementos identificados no PPP da escola, infere-se que o referido documento, ainda que se esforce em desenvolver algumas atividades voltadas para a discussão dos direitos e deveres, não contempla, textualmente, a discussão da Educação em Direitos Humanos, não mencionando, portanto, suas bases, princípios, nem os objetivos expressos no PNEDH e nas DNEDH. Além disso, o conteúdo do PPP da escola não contempla a referida temática na organização dos seus componentes curriculares.

Cumpre ressaltar que o PPP, em sua essência, não resolverá todos os problemas enfrentados pela escola (VASCONCELLOS, 1996). Contudo, sua elaboração, de forma intencional e participativa, pode contribuir para uma organização mais eficaz, democrática e inclusiva, especialmente pensando a promoção da cultura dos Direitos Humanos na escola, como sinaliza o PNEDH e as DNEDH.

## Considerações finais

Tendo em vista que a presente pesquisa se propôs a analisar se o PPP da Escola Profa. Florentina Damasceno contempla a discussão sobre Educação em Direitos Humanos, infere-se que foi possível, à luz das discussões teóricas locucionadas neste trabalho, identificar que o referido documento pedagógico não contempla, taxativamente, a discussão da EDH, não mencionando, portanto, suas bases, princípios, nem os objetivos expressos no PNEDH e nas DNEDH.

Além disso, constatou-se que o conteúdo do PPP da escola não contempla a referida temática de modo categórico, por mais que se empenhe em desenvolver algumas atividades

voltadas para a discussão dos direitos, deveres, cidadania e gestão democrática. A pesquisa também permitiu inferir acerca dos alcances e limites desses componentes e discutir sobre a importância de se trabalhar o tema da EDH no Projeto Político-Pedagógico, a partir da verificação de alguns elementos previstos no documento que, certamente, não exaurem a complexidade e a abrangência que a temática requer.

Pelo todo, espera-se que as contribuições apresentadas com esta pesquisa possam atentar para a importância de se trabalhar o tema da EDH nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, não apenas como mera observância às DNEDH e ao PNEDH, mas como um compromisso com a cultura dos Direitos Humanos, estimulando, também, o desenvolvimento de outras pesquisas sobre o tema.

**Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Unesco, 2018, 3ª reimpressão, simplificada.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasil: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Resolução CNE/CP no 1, de 30 de maio de 2012. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 31 de maio de 2012, Seção 1, p. 48.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases]. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídico. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jun. 2022.

CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. B. Educação em Direitos Humanos e a formação de educadores. **Educação**, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013.

CARBONARI, P. C. Direitos humanos: tudo a ver com a nossa vida. In: FACHINETTO, Rochele Felllini; SEFFNER, Fernando; SANTOS, Renan Bulsing dos. (Orgs.) **Educação em Direitos Humanos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

CARBONARI, P. C. Educação em direitos humanos: esboço de reflexão conceitual. In: BITTAR, Eduardo B. C. **Direitos humanos no século XXI:** cenários de tensão. Rio de

Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: ANDHEP; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

FACHIN, M. G. **Direitos humanos e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um projeto político pedagógico.** 12a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GUEDES, J. V.; GARCIA, L. T. S. ; SILVA, A. M. F. . Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS RBEP-INEP**, v. 98, p. 580-595, 2017.

KLEIN, A. M.; D'ÁGUA, S. L. A educação em Direitos Humanos nos projetos político-pedagógicos das escolas de São Paulo**. Educar em Revista,** n. 55, 2015.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACIEL, T. S. Educação em Direitos Humanos na formação de professores(as). **Bauru**, v. 4, n. 2, p. 43-57, jul./dez., 2016 (7).

MARQUES, M. O. Projeto pedagógico: a marca da escola. In: **Revista Contexto & Educação.** Projeto pedagógico e a identidade da escola n. 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990, p. 21-32

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 20 ago. 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA:** Participação, Democratização, Compromisso, cidadania e qualidade. Escola Estadual de Ensino Médio Professora Florentina Damasceno, Santa Luzia do Pará, 2020.

PEREIRA, A. C. R. Os novos movimentos sociais e a educação em direitos humanos nas ações e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista entreideias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 274-105 jan./jun. 2015.

SACAVINO, S. B. **Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina.** Petrópolis: DP&A; De Petrus, Rio de Janeiro: Editora Nova América, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.

SEVERO, J. L. R. de L. **Educação em direitos humanos:** fundamentos pedagógicos e estatutos pedagógicos da cidadania no espaço escolar. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Formação de Professores, Unidade Acadêmica de Educação, Cajazeiras-PB, 2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-Pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 2007.

# NARRANDO HISTÓRIAS: UM COMPROMISSO COM A VERACIDADE DOS FATOS DE GROSLÂNDIA

Neiva Guarienti Pagno[160]
Claudia Landin Negreiros[161]

**Resumo:** A produção escrita é uma prática que necessita fazer parte das atividades escolares dos estudantes do ensino fundamental, uma vez que é imprescindível capacitá-los para as mais diversas situações de comunicação ao se trabalhar com atividades significativas de uso social da escrita. Para tanto, este trabalho de pesquisa intitulado "Narrando histórias: um compromisso com a veracidade dos fatos de Groslândia" é uma proposta de intervenção pedagógica produzida no Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS – e desenvolvida com estudantes do 8º ano do ensino fundamental da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Fredolino Vieira Barros, no distrito de Groslândia, no município de Lucas do Rio Verde/ Mato Grosso. O trabalho tem por objetivo resgatar histórias marcantes dos pioneiros da comunidade de Groslândia, a fim de reconstruir a memória coletiva da comunidade, valorizar aspectos relevantes do local, perpetuar os relatos dos seus antigos moradores, bem como levar os alunos a conhecer o gênero narrativo e aprimorar seus conhecimentos acerca da produção textual. A respeito da oralidade e da escrita e também da retextualização das narrativas, o autor de destaque é Marcuschi (2010). Em se tratando dos conhecimentos acerca do gênero narrativo, Walter Benjamin (1985), Cascudo (1984) e Passegi (2011) são os autores embasados. Acerca da produção textual, o trabalho baseia-se em Antunes (2003) e Passarelli (2012). Com relação ao período de isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19, o trabalho busca referência acerca do ensino remoto em grupos de autores, como Garcia, Morais, Zaros e Rêgo (2020) e Bacich, Neto e Trevisani (2015). Os autores que fundamentam a pesquisa com relação à utilização da sequência didática são Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Além disso, todo o trabalho está referenciado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento de Referência Curricular para a Rede Municipal de Lucas do Rio Verde/MT (DRC/LRV). No desenvolvimento deste trabalho, os estudantes pesquisadores participaram de diversas atividades de leitura, produções textuais a partir da oralidade. Para finalizar, apresentamos uma produção final como objeto de publicação deste trabalho.
**Palavras-chave:** Narrativas. Pioneiros. Comunidade. Produção de Texto.

## Introdução

A arte de contar histórias possui origem no nascimento das sociedades, quando o ser humano, na vida em comunhão, sentia ânsia em narrar fatos sobre o dia-a-dia. Essas narrativas fazem parte da literatura oral de todos os povos, em todos os tempos, porque a

[160] Mestra em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/UNEMAT). Docente da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Fredolino Vieira Barros – Lucas do Rio Verde/MT. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5000-5764. Contato: neivagpagno@gmail.com
[161] Doutora em Educação. Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus de Barra do Bugres. Docente Permanente do PPGECM, PPGECII e Profletras – UNEMAT. Grupo de Pesquisa: Pesquisas sobre Educação e Análise de Discurso/ GPEAD (EFRGS). ORCID: https://orcid.org/000.0003-4762-055X. Contato: clnegreiros@unemat.br

fabulação é uma condição humana. Para Cascudo (1984, p. 165), a "Literatura oral é mantida e movimentada pela tradição. E uma força obscura e poderosa, fazendo a transmissão, pela oralidade, de geração a geração".

Assim sendo, apontamos, neste trabalho, a importância tanto da oralidade quanto da escrita nas sociedades, uma vez que são práticas sociais de uso da língua e, nesse contexto, apresentamos uma sequência didática com o gênero narrativo, a fim de se buscar histórias provenientes da oralidade, no distrito de Groslândia, município de Lucas do Rio Verde – Mato Grosso, para evidenciar a comunidade, bem como seus antigos moradores, além de aperfeiçoar a produção textual de estudantes do 8º ano do ensino fundamental da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Fredolino Vieira Barros.

A pesquisa partiu do seguinte problema: Qual a importância do trabalho com o gênero narrativo e sua contribuição para o registro de acontecimentos, histórias marcantes dos pioneiros de Groslândia no processo de produção textual dos estudantes dessa comunidade?, uma vez que a comunidade, embora tenha anos de fundação, não possui qualquer registro escrito sobre seus aspectos sociais, culturais e ambientais.

No decorrer da sequência didática, os alunos realizaram inúmeras atividades de leitura e produção textual, como forma de aprimorar seus conhecimentos acerca da produção escrita. E, ao final, apresentamos os resultados do trabalho desenvolvido com os estudantes no período pandêmico, além da exposição de uma produção final.

## Discussão e revisão da literatura

Toda pesquisa necessita obrigatoriamente apresentar seu referencial teórico, que consiste num resumo das discussões realizadas por outros autores. Na fundamentação teórica deste trabalho, utilizamos a pesquisa em livros, mídias eletrônicas e outros materiais cientificamente confiáveis.

## A oralidade, a escrita e o gênero narrativo presente nas sociedades

Segundo Marcuschi (2010), a oralidade é uma prática social utilizada para propósitos comunicativos e que se apresenta sob diversos gêneros textuais. A fala é vista como uma produção textual-discursiva, que se situa no plano da oralidade sem o uso de qualquer tecnologia além do ser humano. Ela é caracterizada pelos sons articulados da língua, envolvendo também os gestos e a movimentação do corpo. A escrita é também considerada pelo autor como uma forma de produção textual-discursiva e se caracteriza por sua constituição gráfica, podendo manifestar-se por unidades alfabéticas, ideogramas e unidades iconográficas. Segundo ele, a escrita é "uma modalidade de uso da língua complementar à fala" (MARCUSCHI, 2010, p. 26).

Afirmar a supremacia de alguma dessas duas modalidades (a fala e a escrita) seria algo totalmente equivocado, uma vez que a fala não é superior à escrita e vice-versa. Elas são apenas modalidades cognitivas sociais que se revelam em práticas distintas. Para o autor, "todos os povos, indistintamente, têm ou tiveram uma tradição oral, mas relativamente poucos tiveram ou têm uma tradição escrita, isto não torna a oralidade mais importante ou prestigiosa que a escrita" (MARCUSCHI, 2010, p. 17). Desse modo, entende-se que a língua falada e a língua escrita fazem parte da cultura de qualquer povo ou comunidade. Isso posto,

percebe-se que a oralidade e a escrita não são partes fragmentadas da língua, pelo contrário, ambas são essenciais, e não se pode confundir sua relevância e suas situações de uso.

O ato de contar histórias de forma oral ainda é um costume muito comum e os textos provenientes da literatura oral fazem parte do sistema ideológico de qualquer sociedade, por isso a importância da língua falada. O surgimento da escrita ajudou a preservar e a perpetuar essas histórias, as quais representam os aspectos comportamentais, as características, os costumes e a estrutura social instaurada nas mais diversas comunidades.

Com o intuito de se registrar por escrito as histórias contadas pelos moradores pioneiros da comunidade de Groslândia, é que essa pesquisa surgiu, sendo uma forma de se preservar as narrativas de vida de um povo simples e que até o presente momento não teve qualquer registro escrito de suas vivências relacionadas ao ambiente onde residem.

As narrativas são os primeiros gêneros ficcionais utilizados pelas mais diferentes sociedades para contar fatos marcantes vivenciados pelos indivíduos. É por meio delas que se compreende o valor da memória das pessoas na vida de uma comunidade. Segundo Walter Benjamin (1985, p. 205), "Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas". Nesse contexto, nota-se que as narrativas são importantes em qualquer sociedade, pois ajudam na compreensão daquilo que já transcorreu e permitem o entrelaçamento das gerações atuais com as anteriores.

As narrativas são frutos da tradição cultural da sociedade, por isso não são contadas sempre da mesma forma. Por não dominarem a escrita, os povos antigos contavam suas histórias oralmente, o que exigia boa memória dos narradores. Além disso, há muitos fatores históricos que provocam mudanças nas narrativas, como por exemplo o narrador, os ouvintes das narrativas, o espaço onde as histórias são contadas. Entretanto, elas permanecem ao longo do tempo, ou porque ainda são transmitidas através da oralidade, ou devido ao seu registro em livros ou filmes.

Acerca disso, essa pesquisa compreendeu o trabalho com o gênero narrativo, a fim de recolher as histórias de pessoas que fizeram parte do desenvolvimento da comunidade de Groslândia, tendo subsídios para reconstruir as histórias desse lugar, ao passo que enalteceu seus personagens e suas vivências. E, uma maneira interessante de se ensinar um gênero textual é a partir da sequência didática (SD).

Neste trabalho, a SD foi baseada nos autores Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p. 97), que declaram: "Uma sequência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor *um* gênero de texto, permitindo-lhe assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação" [grifo dos autores].

## A retextualização de Marcuschi e a importância da produção de texto

A retextualização[162] compreende a produção de um novo texto a partir de um ou mais textos-base. A atividade da retextualização é desempenhada durante vários propósitos de comunicação, como por exemplo a secretária quando anota informações orais do chefe para redigir certo documento, um aluno que registra por escrito a explicação oral do professor, enfim. Ainda que esse processo aconteça de maneira natural, ele envolve

[162] O Modelo das operações textuais-discursivas na passagem do texto oral para o texto escrito encontra-se na obra de Luiz Antônio Marcuschi "Da fala para a escrita: atividades de retextualização" (2010, p. 75).

operações complexas que influenciam na linguagem, no gênero e também no sentido do texto.

Nesta pesquisa, o trabalho de retextualização firmou-se em passar o texto oral narrativo para o mesmo gênero escrito, sendo que os alunos realizaram algumas alterações nas narrativas dos moradores de Groslândia, até porque as histórias foram redigidas para a publicação em um livro, além de que, numa retextualização, o texto sempre ganha certas adaptações.

Isso significa dizer que, optamos pela retextualização, a fim de que não surgisse, em hipótese alguma, preconceito em relação às histórias narradas pelos moradores entrevistados, uma vez que o objetivo do trabalho é coletar histórias (a partir da oralidade) para registrá-las em um livro (utilização da escrita) e não para enfatizar a variedade linguística dessas pessoas.

Com relação à produção textual dos estudantes envolvidos na pesquisa, fez-se necessário aprimorar seus conhecimentos e incentivá-los a produzir narrativas, através de situações comunicativas reais, como foi o caso do registro escrito das histórias dos pioneiros da comunidade de Groslândia, onde estes alunos residem.

> Concebe-se aqui o educando como principal sujeito da ação educativa. Ele é o ponto de partida para as definições de toda ação pedagógica. Há que se considerar, nesta perspectiva, sua condição nesse processo, problematizando-a na medida em que não o naturalize no interior da escola, pois ninguém nasce estudante (LUCAS DO RIO VERDE, 2019, p. 40).

Nesse sentido, a produção textual foi direcionada para uma prática significativa aos estudantes, quando o trabalho com a escrita converteu-se num "processo de interação com a realidade, que só se viabiliza por intermédio do relacionamento humano, desde que os protagonistas envolvidos no processo se sintam engajados" (PASSARELLI, 2012, p. 75). Partindo desse pressuposto, observou-se um trabalho relevante com a produção textual, ao se considerar que as atividades de produção devem partir de situações concretas.

Segundo Antunes (2003, p. 45), a atividade de escrita é verdadeiramente "uma atividade interativa de expressão" (p. 45), na qual os sentimentos, as informações, as ideias, as crenças são postas para fora, pois se quer partilhar tudo isso com alguém. Para tanto, a escrita necessita de incentivo, atividades frequentes e atrativas, planejamento, revisão. Somente assim o aluno atingirá a maturidade de escrever textos adequados e relevantes, algo que é possível a todos, mas que "não acontece gratuitamente, por acaso, sem ensino, sem esforço, sem persistência. Supõe orientação, vontade, determinação, exercício, prática, tentativas (com rasuras, inclusive!), aprendizagem" (p. 60).

Nessa perspectiva, a produção textual foi tratada, no trabalho, como uma atividade prática constante, com objetivos definidos, em que o docente conseguiu mostrar que todos são capazes de produzir textos, embora tenham suas dificuldades.

## O cenário da pesquisa: os estudantes pesquisadores, a comunidade de Groslândia, os moradores pioneiros e a pandemia da COVID-19

A pesquisa foi desenvolvida com nove estudantes do 8º Ano matriculados na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Fredolino Vieira Barros (EMEIEF Fredolino Vieira Barros), endereçada na Rua Palmeira, nº 125-W, no distrito de Groslândia,

pertencente ao município de Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso, além de envolver os moradores pioneiros da comunidade. A pesquisa durou cinco meses para ser concluída, de junho a novembro de 2020, e utilizamos em torno de 8 horas semanais de trabalho.

Destacamos que a EMEIEF Fredolino Vieira Barros pertence a este distrito denominado Groslândia, uma pequena comunidade que abrange uma área de 75,1 hectares, conta aproximadamente com 125 moradias e alguns poucos estabelecimentos comerciais. O local é bem peculiar, pacato e singelo, entretanto, é nesse ambiente que residem os estudantes pesquisadores ou próximo ao distrito.

Inicialmente, as atividades desta pesquisa foram planejadas para serem realizadas, em sua maioria, na sala de aula, mas integradas ao uso da tecnologia. Os trabalhos envolviam a utilização do projetor multimídia para a exibição de imagens, textos, filmes, documentários no site do *YouTube* e da Netflix; uso do celular para gravação das entrevistas com os moradores da comunidade de Groslândia, tiragem de fotos das atividades da pesquisa, encontro com os moradores e gravação das narrativas e o uso dos *Chromebooks*[163] para a realização de pesquisas em sites da internet e digitação de textos.

Entretanto, em decorrência da pandemia da COVID-19[164] (Corona Virus Disease 2019), que exigiu o isolamento social, houve a necessidade das atividades serem realizadas através do ensino remoto, com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Nessa direção, Garcia et al (2020, p. 5), afirmam que "O ensino remoto permite o uso de plataformas já disponíveis e abertas para outros fins, que não sejam estritamente os educacionais, assim como a inserção de ferramentas auxiliares e a introdução de práticas inovadoras". E mais, para as autoras, na perspectiva didática, "o professor, ao ensinar remotamente, enfrenta o mesmo desafio do ensino convencional, em sala de aula presencial" (p. 6).

No trabalho realizado com as aulas presenciais, geralmente se dispensa o uso da tecnologia, pois o professor é o responsável pela proposição das atividades. Já no ensino com o uso das tecnologias (através de *tablets* e celulares), é o aluno quem possui o controle sobre onde, como e ainda o que irá estudar, de maneira que esse estudo possa ocorrer na sala de aula, no laboratório de informática ou até mesmo em sua casa.

> As modificações possibilitadas pelas tecnologias digitais requerem novas metodologias de ensino, as quais necessitam de novos suportes pedagógicos, transformando o papel do professor e dos estudantes e ressignificando o conceito de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o ensino *on-line* permite tal personalização, uma vez que pode ajudar a preencher lacunas no processo de aprendizagem (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015, p. 34).

---

163 Os *Chromebooks* são *notebooks* que fazem parte do acervo de computadores do Laboratório de Informática da Escola Municipal Fredolino Vieira Barros. Eles foram adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2018, através do Programa Ciência e Tecnologia. Os *Chromebooks* possibilitam a realização de aulas mais práticas e dinâmicas voltadas à aplicação de jogos, vídeos, filmes, atividades e provas *on-line*.

164 COVID-19: é o nome da doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 e é uma abreviação de ***CO****rona* ***VI****rus* ***D****isease* ("doença causada pelo vírus Corona", em tradução literal do inglês). O novo Coronavírus, conhecido como SARS-CoV2, causa a doença Covid-19. São da mesma família o SARS-CoV e o MERS-CoV, além de outros coronavírus que causam normalmente resfriados comuns. Sua estrutura é formada por micro espinhos quando vista ao microscópio eletrônico, que se parecem muito com uma coroa. É daí que vem o nome de "corona".

Nesse contexto, o ensino *on-line* e o *offline* devem ser compreendidos como dois momentos que se complementam e, assim, possam favorecer uma educação mais produtiva.

Em se tratando deste momento excepcional de pandemia, ouve a necessidade de nos comunicarmos com os estudantes através de um grupo no WhatsApp[165] intitulado "8º Ano-Grupo de Pesquisa" para envio de mensagens de textos, diálogo através de videochamada ou ligação no WhatsApp áudio. O grupo tornou-se imprescindível para a explanação e esclarecimento acerca das atividades, resolução de dúvidas que surgiram no decorrer dos trabalhos, realização de conversas, envio de links dos documentários, filmes, entre outros e, principalmente, promoveu a interação e a comunicação entre os estudantes e a professora pesquisadora.

**Desenvolvendo as atividades com os estudantes pesquisadores**

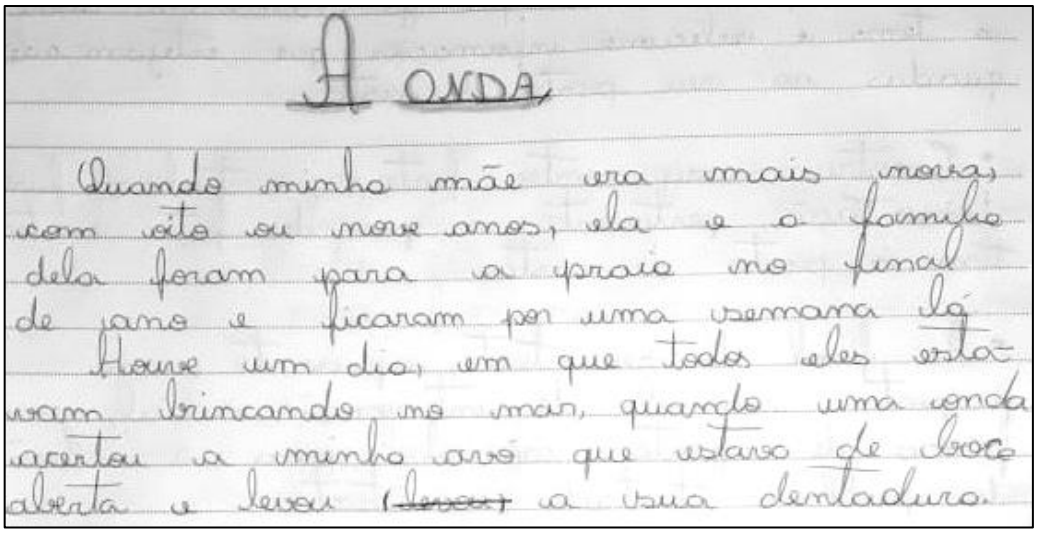
Este trabalho objetivou ouvir e registrar narrativas de vida vivenciadas pelos moradores pioneiros de Groslândia para enaltecer a comunidade e preservar os aspectos sociais, culturais e ambientais do distrito, além de propiciar aos estudantes uma escrita significativa por meio da coleta de narrativas reais. A SD utilizada foi baseada nos autores Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), conforme mencionado anteriormente.

Isto posto, relatamos a seguir as atividades que envolveram a SD deste trabalho, bem como seus resultados coletados junto aos discentes, as dificuldades de comunicação devido à pandemia da COVID-19 e certos contratempos que ocorreram.

A primeira etapa da SD foi a apresentação da situação, quando os alunos foram chamados para uma conversa através de videochamada no WhatsApp, a fim de se discutir sobre a narração de acontecimentos da infância, que eles ainda se recordavam e que mereciam ser narrados a outras pessoas. Em seguida, foi realizada a atividade de produção inicial que constou da produção de uma narrativa escrita a partir de uma história narrada de forma oral por alguma pessoa mais velha (pai, mãe, avô, avó, tios etc.), que estivesse próxima aos estudantes. "No momento da produção inicial, os alunos tentam elaborar um primeiro texto oral ou escrito e, assim, revelam para si mesmos e para o professor as representações que têm dessa atividade" (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 101).

Salientamos que apenas sete alunos do grupo realizaram a produção inicial, a qual teve uma função muito importante, pois permitiu localizar as potencialidades e dificuldades dos alunos com relação ao gênero narrativo. Abaixo, uma das produções textuais realizada por um dos alunos pesquisadores.

[165] O WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamada de voz para *smartfones*. Com o uso do aplicativo, o usuário pode enviar mensagens de texto, imagens, vídeos, documentos e ainda fazer ligações grátis por meio de conexão com a internet.


A ONDA

Quando minha mãe era mais nova, com oito ou nove anos, ela e a família dela foram para a praia no final de ano e ficaram por uma semana lá. Teve um dia, em que todos eles estavam brincando no mar, quando uma onda acertou a minha avó que estava de boca aberta e levou (levou) a sua dentadura.

Fonte: Neiva Guarienti Pagno (2020)

Em seguida, executamos os módulos referentes à SD. No 1º módulo, os alunos tiveram contato com o filme "Narradores de Javé" (Direção: Eliane Caffé), quando lhes solicitamos analisar o desenrolar da narrativa, a fim de observar a importância da construção histórica das comunidades, apontar a significância das pessoas na vida de uma comunidade e perceber o valor da escrita nas sociedades. Os alunos tiveram uma grande participação na atividade. Muitos anotaram diversas passagens do filme e discutimos, num momento posterior, os pontos mais relevantes.

Conjuntamente, os alunos afirmaram que se deve registrar por escrito as histórias do lugar antes que seja tarde demais e as pessoas mais velhas morram, sendo necessário guardar os acontecimentos importantes das comunidades, porque eles revelam como a cidade foi fundada, quais as dificuldades que os moradores passaram, qual é a sua cultura, os seus costumes e os seus comportamentos. No debate, alcançamos a identidade do vilarejo de Javé, de forma a proporcionar um estímulo à valorização dos patrimônios públicos, dos documentos, da escrita, uma vez que são elementos fundamentais para a existência humana.

No 2º módulo, a atividade constituiu-se em conceituar o gênero narrativo. A tarefa foi enviada através de uma mensagem escrita aos estudantes, via WhatsApp, solicitando que eles acessassem o site https://brasilescola.uol.com.br/literatura/genero-narrativo.htm e lessem o conceito sobre o gênero, anotando no caderno possíveis dúvidas.

Posteriormente, os alunos foram reunidos através de videochamada para uma explanação oral acerca de gênero pesquisado. Para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a escola precisa oportunizar a formação de um leitor-fruidor, que seja capaz de compreender a polissemia dos textos, que dialogue com as obras e seus autores, que elabore perguntas e busque respostas durante as leituras. Segundo o documento,

> [...] no que tange à formação literária, envolvem conhecimentos de gêneros narrativos e poéticos que podem ser desenvolvidos em função dessa apreciação e que dizem respeito, no caso da narrativa literária, a seus elementos (espaço, tempo, personagens); às escolhas que constituem o estilo nos textos, na configuração do tempo e do espaço e na construção dos personagens; aos diferentes modos de se contar uma história (em primeira ou terceira pessoa, por meio de um narrador personagem, com pleno ou parcial domínio dos

> acontecimentos); à polifonia própria das narrativas, que oferecem níveis de complexidade a serem explorados em cada ano da escolaridade; ao fôlego dos textos (BRASIL, 2018, p. 138).

Nesse contexto, percebemos o quanto foi importante a explicação dos conceitos aos estudantes, para que todas as dúvidas fossem sanadas, bem como o momento de ouvir a devolutiva dos grupos. Entretanto, o mais gratificante foi escutá-los e saber que, mesmo sozinhos, alguns conseguiram entender perfeitamente o conteúdo.

No 3º módulo, a tarefa foi assistir a vídeos do *YouTube*, sendo que a atividade foi enviada através de uma mensagem escrita, via WhatsApp.

O vídeo I intitulou-se "A importância das histórias ancestrais no mundo atual, de Gislayne Matos", disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ifwSKn6mK1o, quando os alunos deveriam anotar as sugestões da contadora de histórias com relação às estratégias de contação de histórias. No vídeo II, chamado de "Águas encantadas do Pantanal", disponível em https://www.youtube.com/watch?v=yn_s75vrLvk, a tarefa era observar o documentário que narrava as fantásticas histórias do imaginário pantaneiro, a fim de compreender que as narrativas ganham traços culturais de cada povo por onde passar.

Num momento posterior, os alunos foram convocados por meio de videochamada no WhatsApp, para discutirmos sobre o conteúdo dos vídeos assistidos. Com relação ao vídeo I, os alunos salientaram que sempre que se quer contar algo difícil aos outros, é preciso que se narre através de fábulas, pois nada melhor do que falar sobre as coisas complexas da vida por meio de fábulas. Os alunos gostaram da "História dos pássaros", pois aprenderam que todo ser humano possui certas habilidades e isso é que o torna interessante.

Com relação ao vídeo II, os discentes perceberam muitos aspectos relevantes. Um deles foi que as histórias, quando contadas inúmeras vezes, elas são narradas de maneira diferente. Além disso, cada vez que o narrador contar certo fato, ele sempre irá acrescentar ou subtrair algum elemento na narrativa. Os estudantes ainda comentaram que as histórias e os causos são geralmente narrados pelos mais velhos, porque eles têm mais sabedoria. "O conto, a estória popular, tem uma intenção esotérico-religiosa. É parte de um corpo doutrinário, fragmento apologético espalhado e reduzido em espécie de fácil compreensão para o entendimento imediato e rápido do povo" (CASCUDO, 1984, p. 249). Além disso, observou-se que, se as histórias ficam somente na oralidade, elas podem se perder.

No 4º módulo, os alunos precisaram comparar duas versões de uma mesma história escrita por diferentes autores. A tarefa era ler as histórias em duplas, realizar anotações acerca das semelhanças e das diferenças entre as duas versões, observando-se a estrutura das narrativas: personagem, espaço, narrador, tempo e enredo.

A atividade foi enviada através de uma mensagem escrita aos alunos, via WhatsApp, assim como os textos, os quais precisaram ser escaneados do livro "As melhores histórias de Irmãos Grimm & Perrault" ou feito *download* de sites da internet. Os textos disponibilizados para a análise foram: Grupo 1 - "Bicho de Palha" (Luís da Câmara Cascudo) e "Cinderela" (Irmãos Grimm); Grupo 2 - "A Bela Adormecida no bosque" (Charles Perrault) e "Rosicler - A Bela Adormecida no Bosque" (Irmãos Grimm); Grupo 3 - "Chapeuzinho Vermelho" (Irmãos Grimm) e "Chapeuzinho Vermelho" (Charles Perrault); Grupo 4 - "Os Três Porquinhos" (Joseph Jacobs) e "Os Três Porquinhos" (Irmãos Grimm).

Após a análise das duas versões para uma mesma narrativa, os alunos tiveram um momento de explanação da atividade junto à professora pesquisadora e, em suma, disseram que cada pessoa escreve da sua maneira, o que pode aumentar ou diminuir a história, pois é uma questão de interpretação. Além disso, mencionaram que os autores escreveram suas versões a partir de histórias que já tinham ouvido ou lido. Desse modo, há várias versões, porque cada pessoa que reescrever uma narrativa a partir de uma história oral, irá escrever da sua maneira.

No módulo subsequente dessa SD, seria trabalhada a atividade da entrevista com os moradores da comunidade de Groslândia. Então, foi necessário, neste ponto, aplicar uma SD sobre o gênero entrevista, a fim de apresentar aos estudantes as características do gênero.

Inicialmente, os alunos foram convidados para debatermos a respeito de entrevistas da televisão e também sobre as diferenças entre entrevista oral e escrita. Quando indagamos se os alunos já haviam assistido a alguma entrevista, apenas três alunos mencionaram que sim. Em se tratando dos programas de entrevista exibidos na televisão, a maioria dos alunos comentou que não se lembrava de nenhum, no entanto duas alunas relataram que conheciam os programas "The noite com Danilo Gentili" e "Programa da Maisa". Perguntados sobre a leitura de alguma entrevista escrita, quase todos relataram que nunca haviam tido contato esse gênero.

Com relação às diferenças, eles mencionaram que na entrevista oral há a participação do público, podem acontecer coisas inesperadas, ao contrário de quando o texto é escrito. Além disso, o entrevistado e o entrevistador podem falar do seu jeito, enquanto que a entrevista escrita precisa ser mais formal.

Embora de início a maioria dos estudantes relatou que nunca tivera contato com nenhuma entrevista, percebemos que, pelo seu conhecimento de mundo, conseguiram enumerar várias diferenças entre uma entrevista escrita e uma oral. Ao final, solicitamos que os estudantes se organizassem em duplas para que, num outro momento, um pudesse entrevistar o outro.

Nessa atividade, um dos alunos fez o papel de entrevistador e questionou o outro colega sobre o tema adolescência. Após a realização da entrevista oral, os grupos registraram o texto por escrito. As perguntas foram elaboradas pela professora pesquisadora. Em momento posterior, os alunos nos enviaram a entrevista por escrito através de foto via WhatsApp.

Essa etapa foi de extrema relevância, uma vez que nos proporcionou perceber as dificuldades dos alunos, bem como quais conhecimentos eles já possuíam sobre o gênero.

Em seguida, foram realizados três módulos para os alunos conhecerem o gênero entrevista. No módulo 1, a atividade baseou-se na leitura e busca pelas respostas às questões relacionadas ao texto "Entrevista com o grafiteiro Speto", Alexia Vieira, disponível no site: https://www.opovo.com.br/jornal/vidaearte/2017/11/entrevista-com-o-grafiteiro-speto.html. A atividade contou com o empenho dos alunos, uma vez estes conseguiram apontar as dificuldades encontradas na produção inicial.

No módulo 2, a atividade constituiu em assistir à entrevista oral "Larissa Manoela e Maisa Silva BRIGADAS? Atriz abre o jogo! Lady Night - Humor Multishow", disponível no site https://www.youtube.com/watch?v=GCEpstWbdc0, a fim de: perceber o assunto abordado, observar a linguagem utilizada pelo entrevistado e pelo entrevistador, visualizar a

postura do locutor, o tom de voz, os turnos de fala etc. Após a análise da entrevista escrita e da entrevista oral, os alunos elencaram as diferenças entre uma e outra.

A respeito das semelhanças, os alunos apontaram que há um entrevistador e um entrevistado, sendo que cada um tem sua postura bem definida. Com relação às diferenças, observou-se que na entrevista oral a fala é mais informal, usam-se os gestos, há os efeitos sonoros, a linguagem é mais divertida, é possível ver as pessoas e os seus movimentos. Ao final, os estudantes comentaram que preferiram a entrevista oral.

O modulo 3 constou do fato de se conhecer o gênero entrevista, a fim de compreender sua estrutura, bem como destacar as semelhanças e as diferenças entre o gênero escrito e oral.

O fechamento da SD sobre esse gênero contou com a produção final, que incluiu o planejamento, a entrevista e a produção escrita de uma entrevista com a gestora da escola, professora Carla Patrícia Leite Sanches[166]. Em decorrência do período pandêmico, optamos pela realização da entrevista através do Google Meet[167], marcados dia e horário disponíveis tanto para os alunos como também para a gestora. A entrevista foi interessante, principalmente para os alunos, uma vez que eles nunca haviam participado de um encontro através desse aplicativo.

Após a execução da entrevista oral, os estudantes realizaram a produção da entrevista escrita. Enfatizamos que os trabalhos entregues ficaram excelentes. Com certeza, houve erros de ortografia, acentuação e pontuação, porém observou-se coerentemente a estrutura da entrevista. No entanto, o não cumprimento da atividade pela maioria dos alunos pesquisadores nos trouxe preocupação e a certeza de um grande desafio para chamá-los de volta às atividades.

Num momento posterior, realizamos o último modulo da SD do gênero narrativo. Para tanto, enviamos mensagem no grupo de WhatsApp solicitando aos alunos que assistissem ao filme "Escritores da Liberdade" (Direção e roteiro: Richard LaGravenese. EUA, 2007, 123 min.), a fim de analisar o tema proposto pela narrativa, o qual retratava a necessidade da criação de vínculos sociais em sala de aula, bem como a observância da relação entre os estudantes do filme com as pessoas idosas.

Após o filme, realizamos um momento de socialização, quando os estudantes mencionaram que gostaram bastante da narrativa, principalmente quando a professora, protagonista da história, visitou com seus alunos o museu do holocausto e apresentou-lhes a obra "O Diário de Anne Frank"[168]. Os discentes perceberam que, independente do sofrimento e das dificuldades, todos podem conseguir o que desejam, mas é preciso lutar com persistência.

---

[166] Carla Patrícia Leite Sanches, formada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho, estado do Paraná, é atualmente gestora da EMEIEF Fredolino Vieira Barros (gestão 2020-2021).

[167] O Google Meet é um aplicativo com foco na realização das videoconferências. Logo, **ele permite a realização de reuniões a distância**, superando as barreiras geográficas. Atualmente, é uma das maiores plataformas de videoconferência do mundo, permitindo reunir diversas pessoas de maneira *on-line*.

[168] "O Diário de Anne Frank" foi escrito pela autora Anne Frank, entre 12 de junho do ano de 1942 e 1º de agosto de 1944, no período da Segunda Guerra Mundial. A história do livro narra os momentos vividos por um grupo de judeus confinados num esconderijo durante a ocupação nazista dos Países Baixos. O livro já foi publicado em mais de 40 países e traduzido para mais de 70 idiomas.

Com relação ao relacionamento dos estudantes do filme com as pessoas idosas, os alunos pesquisadores destacaram que é preciso demonstrar atenção às histórias narradas por outras pessoas e respeito para com os entrevistados.

Após essa atividade, notamos novamente um engajamento dos estudantes pesquisadores com a pesquisa, o que nos trouxe um grande alívio e ânimo para seguirmos com os trabalhos.

Na sequência, ocorreu a realização das entrevistas com os moradores pioneiros de Groslândia, a fim de se buscar narrativas em que eles figurem como protagonistas envolvidos em histórias com a comunidade. Ressaltamos, no entanto, que devido à pandemia, foi necessário replanejar de modo que as entrevistas acontecessem sem que os alunos fossem expostos ao risco de contaminação da doença, tampouco ao risco de algum de nós levarmos a doença aos pioneiros entrevistados, uma vez que a maioria eram pessoas idosas.

Em vista disso, em um momento de conversa com os estudantes através do Google Meet, planejamos as entrevistas da seguinte maneira: três dos alunos pesquisadores, que já moravam com algum pioneiro (tio, tia, avô, avó, parente), e que mesmo na pandemia tiveram contato com o morador, realizaram a entrevista pessoalmente. Para esses estudantes, falamos sobre a importância de se instigar os moradores para que narrassem uma história que tivesse sido significativa no período da formação de Groslândia e que pudesse destacar os aspectos sociais e culturais da comunidade. "Outrora e hoje, pela noite de trabalho ou à espera da hora do sono, contar e ouvir estória é a suprema ajuda para a compridão do tempo" (CASCUDO, 1984, p. 171).

Os alunos também foram orientados a tomar nota das expressões desconhecidas que poderiam surgir durante as entrevistas, bem como curiosidades e dados importantes, pois estas informações serviriam de base para as produções escritas das narrativas. Em se tratando dos demais moradores pioneiros, a professora pesquisadora executou o trabalho individualmente.

É de suma importância destacar que, durante as entrevistas, alguns dos pioneiros entrevistados narravam acontecimentos com entusiasmo e muita destreza. Enquanto lembravam de fatos do passado, pareciam vivenciar cada momento narrado. Além disso, expressavam alegria pela oportunidade de nos contar histórias, uma vez que se orgulhavam por fazerem parte da construção da comunidade. Todavia, encontramos também narradores tímidos e até mesmo com dificuldades para narrarem histórias, que haviam sido vividas por eles próprios, de modo a confirmar o pensamento de Walter Benjamin, quando relatou:

> São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 1985, p. 197-198).

Assim, percebemos o problema acerca da perda da capacidade narrativa, explicitada por Benjamin, e a dificuldade de extrair histórias das entrevistas. Desse modo, tivemos que estimular os moradores para que buscassem na imaginação algum fato marcante de sua vida relacionado a Groslândia, para que pudéssemos coletar histórias para nosso trabalho.

E, para encerrar a SD, chegou o momento da produção final, quando convocamos os alunos pesquisadores para a tarefa da escrita de um texto do gênero narrativo baseando-se nas histórias dos moradores entrevistados.

Então, a professora pesquisadora relatou os momentos mais importantes que ocorreram durante as entrevistas e revelou ainda que os moradores se sentiram importantes ao serem entrevistados. Os três alunos entrevistadores também relataram suas experiências aos demais colegas e disseram gostar de fazer o papel de entrevistador.

Nesse encontro, frisamos ainda sobre a importância de cada produção para o trabalho de pesquisa e comunicamos que cada um dos alunos iria receber, no seu número de telefone privado, uma das histórias narradas por um dos moradores pioneiros. Pedimos, então, que ouvissem com calma o áudio da história, para que mantivessem o maior número possível de detalhes no texto, a fim de conservar a veracidade dos fatos na narrativa. Também salientamos a preservação do jeito particular do entrevistado, de forma a transmitir ao leitor as sensações e emoções que surgiram durante a contação das histórias nas entrevistas.

Na oportunidade, explicamos de uma maneira breve e resumida o Diagrama de Marcuschi (2010), que representa um modelo de operações textuais-discursivas quando se passa o texto oral para o escrito. Além disso, orientamos que, após a produção escrita das histórias, estas deveriam ser encaminhadas à professora pesquisadora através de foto, para serem corrigidas e, posteriormente, digitadas com as devidas correções, de forma que pudessem ser publicadas em um livro.

Os moradores pioneiros de Groslândia falaram sobre suas vidas e sobre a comunidade. Por conseguinte, o registro dessas histórias foi de suma importância, pois resgatou narrativas de pessoas e da comunidade onde esses estudantes vivem e proporcionou uma ampla interação entre escola, alunos e comunidade.

O trabalho preocupou-se em recolher histórias de pessoas mais velhas que transmitiram suas palavras e suas vivências às gerações mais novas, ligando os destinos dos moradores de um lugar. "A lição adquirida da experiência dessa travessia é compreender-se como um si mesmo transformado" (PASSEGI, 2011, p. 152).

A seguir, a versão final da narrativa "Construção da ponte Rio Cedro" elaborada por um dos estudantes pesquisadores.

Esta história narra a construção da ponte sobre o Rio Cedro, que fica próximo à comunidade de Groslândia.

Alguns homens, na companhia do Seu Erno, que contou essa história, tiraram as toras do mato. O Herminio, que tinha um caminhão, levou-as para Tapurah para serrar.

No retorno com as toras, vindo de Tapurah, era preciso ir pela estrada chamada Baiana, entrava pela fazenda Campo Verde, então se chegava do outro lado do Cedro, onde se descarregavam as toras, pois não havia outra estrada.

A prefeitura de Diamantino teve a sua participação, dando os construtores da ponte.

Como não havia estrada, um lado da ponte foi aberto com a esteira e o outro com o uso de um trator, sendo que este trabalho foi realizado pelo Seu Erno e o Senhor Vilmar.

O Seu Mariano também ajudou nessa espreita, enquanto com seu caminhão socava a terra da estrada, que chegava na ponte.

Hoje em dia a estrada está asfaltada e a ponte foi refeita com material mais resistente. A antiga ponte de madeira já não existe mais, porque a água a levou embora.

Fonte: Neiva Guarienti Pagno (2020)

Recuperar as histórias dos antigos moradores permitiu valorizar as pessoas que residem na comunidade de Groslândia, trouxe histórias vivas para as produções textuais dos estudantes, incentivou a produção textual a partir de acontecimentos interessantes e ainda conseguiu estabelecer nos alunos o caráter de pertencimento ao lugar onde eles vivem.

**Conclusão**

Este trabalho surgiu da necessidade de se ouvir e registrar narrativas de vida experienciadas pelos moradores pioneiros de Groslândia, as quais demonstravam valor significativo tanto para o morador quanto para a formação do distrito. Além disso, buscamos apresentar a importância do trabalho com o gênero narrativo para a produção textual dos estudantes pertencentes à comunidade.

O trabalho foi desenvolvido quase que totalmente através das redes sociais, uma vez que a pandemia da COVID-19 implicou no isolamento dos estudantes e pesquisadores em

suas casas, bem como impossibilitou a efetivação de aulas presenciais. Desta maneira, foi imprescindível o replanejamento das atividades para o ensino remoto.

No início da pesquisa, os nove alunos pesquisadores sentiram-se interessados pelo trabalho, realizavam as atividades com entusiasmo e dentro do prazo solicitado. No entanto, quase ao final do projeto, percebemos um grande desinteresse e desmotivação pela maioria dos discentes, mesmo que a cobrança acerca das atividades fosse constante. À vista disso, passamos a elogiá-los e estimulá-los para que não desistissem.

Assim, a professora pesquisadora e também os três alunos designados para realizarem a entrevista de modo presencial (com parentes) concretizaram a entrevista com alguns moradores pioneiros da comunidade, conseguindo, então, coletar algumas narrativas e repassá-las aos demais alunos para que fossem registradas por escrito.

Depois disso, todos os alunos produziram um texto pertencente ao gênero narrativo, perpetuando as histórias dos moradores da comunidade, valorizando os aspectos do distrito e aprimorando a produção textual, objetivos maiores da pesquisa.

Ao final, não foi possível publicarmos um livro com as narrativas, já que o isolamento social nos incapacitou de coletar narrativas em número suficiente para que pudéssemos escrever uma obra completa. Mas o sonho ainda não foi esquecido e o desejo da publicação efetiva do livro está no prelo.

Posto isto, concluímos que, na educação, não há caminho fácil, e, em tempos de pandemia, o replanejar foi necessário para se chegar à concretização dos trabalhos. Aprendemos também que os alunos necessitam constantemente de palavras de incentivo e companheirismo por parte do professor, para não desmotivar. Entendemos ainda que, tanto na prática de sala de aula quanto no ensino remoto, é preciso propor atividades reais e significativas aos estudantes. E mais do que isso, todos aprendemos com esta pesquisa que a tradição oral de um povo jamais deve ser esquecida, porque revela história, cultura e conhecimento.

**Referências**

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=H5hBCgAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PT15. Acesso em: 4 out. 2020.

BENJAMIN, Walter. O narrador. *In*: BENJAMIN, Walter *et al*. **Walter Benjamin: Obras Escolhidas Volume I: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 197-221.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. BNCC/Língua Portuguesa–Ensino Fundamental-Anos Finais. Brasília, MEC/ 2018.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. – 3ª. ed. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas SP: Mercado de Letras, 2004, p. 95-128.

GARCIA, Tânia Cristina Meira; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; ZAROS, Lilian Giotto; RÊGO, Maria Carmem Freire Diógenes. **Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aulas**. Natal: SEDIS/UFRN, 2020.

LUCAS DO RIO VERDE. **Documento de Referência Curricular para a Rede Municipal de Lucas do Rio Verde/MT -** Concepções Da Educação Básica **-** Lucas do Rio Verde, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PASSARELLI, Lílian Ghiuro. **Ensino e correção na produção de textos escolares**. 1ª. ed. – São Paulo: Telos, 2012.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, 2011.

# O DIREITO ÀS "COISAS FINAS E ESPIRITUAIS" - A EDUCAÇÃO (POPULAR) COMO *INTERVENÇÃO*- O CASO DA REDE EMANCIPA

Iolanda Silva Barbosa[169]

*"não há um só instante que não carregue consigo a sua chance revolucionária"*
(Walter Benjamin, Tese XVIIa, *Sobre o Conceito de História*,)

**Resumo:** Em sua Tese IV *Sobre o conceito de História* (1940), Walter Benjamin defende que "A luta de classes é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais". No Brasil, ainda sem se conseguir mensurar a amplitude dos efeitos catastróficos da pandemia de COVID-19 e dos anos de (des)governo Bolsonaro, pensar em direito e acesso a essas "coisas" pode parecer um deslocamento dos "problemas reais". A necessidade de adoção do ensino remoto emergencial, por exemplo, estabeleceu novos paradigmas para se pensar a educação no Brasil. Se anteriormente já se sabia do problema da qualidade do ensino básico público no país, bem como a falta de acesso aos "bens culturais", nesse novo contexto isso apenas se agravou. A falta de condições de acesso à estrutura e equipamentos que viabilizassem o acesso da maioria dos/das estudantes às atividades online, somada à crise socioeconômica já então em curso e ao ambiente de tensão, medo e morte, contribuiu para que a trajetória de toda uma geração fosse alterada de vez. Nisso, destaca-se principalmente a percepção de que a maioria dos/as jovens não tem a educação e a cultura como direito garantido em sua realidade cotidiana e mesmo desconsidera a continuidade dos estudos, ainda mais a educação superior, como um caminho possível. As consequências dessa problemática, especialmente a médio/longo prazo, se anunciam, benjaminianamente, *catastróficas*. Que fazer? Este trabalho, que se constitui um esboço de algumas análises e reflexões iniciais, parte da proposta dos cursinhos populares, em específico da experiência de atuação da Rede Emancipa, e de elementos de *O jogo das contas de vidro* (Hermann Hesse, 1943), para pretender uma possibilidade de *intervenção* ante a crise multidimensional.
**Palavras-chave:** educação popular; direitos humanos; Walter Benjamin; *O jogo das contas de vidro*.

## Introdução

A proposta deste trabalho, apresentado no Congresso de "Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos", é, referenciando-se no próprio nome do grupo de pesquisa idealizador e organizador do evento, defender a Literatura e a Cultura, principalmente pela via da Educação, como parte dos chamados "Direitos Humanos", como já postulado, por exemplo, no famoso texto de Antonio Candido, "O direito à literatura" (*Vários Escritos*, 1995).

Mas, para além disso, o trabalho é uma tentativa de entender a forma como a garantia desses direitos pressupõe aspectos mais práticos e objetivos, especialmente no cenário nacional contemporâneo.

Nesse sentido, ao se pensar no que pode ser considerada *a crise multidimensional que atravessa os séculos*, em várias dimensões e caracterizações, a crise sanitária, com a pandemia de

[169] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGLIT- UFSC).

Covid-19, se destaca na história recente e dá às crises já existentes uma nova dimensão. E é por isso que acreditamos ser possível fazer uma leitura benjamineana também desse contexto.

Dessa forma, esta reflexão se organiza essencialmente em torno do que Walter Benjamin assevera em sua Tese IV *Sobre o conceito de História*: "A luta de classes é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais" (BENJAMIN, 1986, p. 223).

Utiliza-se ainda a própria noção de *catástrofe*, que é uma das colunas centrais do pensamento benjaminiano. É possível encontrá-la em suas Teses *Sobre o Conceito de História* (1940), sobretudo nas imagens da ruína e do progresso enquanto uma "tempestade", além da conhecida Tese IX, em que Benjamin fala do *Angelus Novus* de Paul Klee: "Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única" (BENJAMIN, 1986, p. 226).

No campo literária, consideramos identificar, em *O jogo das contas de vidro*, obra derradeira de Hermann Hesse, também um paralelo que pode ser utilizado para compreensão da realidade e até mesmo sugerir uma possível intervenção nela.

**Um breve panorama da crise multidimensional**

A nível de Brasil, a crise sanitária não poderia encontrar piores condições para seu necessário enfrentamento, haja vista o governo nefasto que pesava sobre o país nesse período. Afinal, à incompetência se somavam a negação da ciência e um horripilante desprezo pela vida.

Ainda assim, assumida a necessidade de isolamento social, foi imposta a readequação de todas as atividades comuns. Um dos âmbitos de maior impacto em que isso se operou foi justamente o da vida escolar, em todos os seus níveis, com suspensão das atividades presenciais, e posterior implementação do ensino remoto emergencial.

Como era de se esperar, logo ficou evidente a expressão das desigualdades econômicas e sociais também nessa nova dinâmica. Para os e as estudantes pobres, que são a reconhecida maioria, ficou patente a carência de toda estrutura para acesso à essa nova modalidade de ensino.

Sem equipamentos ou conexão à internet e, muitas vezes, sequer com ambiente propício para as atividades, ou tendo-os insuficientes às necessidades, ficou patente a ineficiência dessa modalidade de ensino durante todo o período de suspensão das atividades presenciais.

Para além das condições materiais, no entanto, há de se considerar que pesava sobre todos e todas o ambiente pandêmico: o medo constante, a desestabilização da coesão social, nas suas mínimas manifestações de comunicação e convívio, a realidade da doença e da morte de milhares, incluindo, muitas vezes, pessoas próximas, parentes e amigos.

Ademais, todo o professorado e gestões escolares se depararam com a súbita necessidade de adaptação de todo o sistema de ensino à uma nova modalidade. Em sua maioria, esses e essas profissionais não possuíam infraestrutura ou formação técnica para operar equipamentos e programas. Além disso, a comunicação e interação com os e as estudantes se tornaram mais difíceis e as demandas de trabalho e atividade se multiplicaram.

Assim, mesmo aqueles e aquelas estudantes com condições de acesso às atividades de ensino remotas evidenciaram, ao longo do período, uma crescente exaustão da modalidade e os prejuízos da falta de contato direto e humano, sobretudo da convivência.

Preliminarmente, pode-se dizer então que ao que a maioria dos professores e professoras e gestores e gestoras escolares assistiram nesse período foi, pelo intermédio da frieza da tela, estudantes apáticos, maioria dos quais sem condições ou interesse em, por exemplo, ligar câmeras ou participar ativamente do que se propunha.

Arrastando-se por praticamente dois longos anos, as consequências *catastróficas* desse período, aqui pensados principalmente no aspecto da vida escolar, ainda são difíceis de dimensionar, embora já surjam alguns estudos[170].

Segundo pesquisa do Insper e do Instituto Unibanco (2021), por exemplo, apenas 36 % dos estudantes da rede estadual paulista cumpriram a jornada ideal de horas de estudo semanais no período. Já o rendimento escolar, segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, caiu assustadoramente, ao se comparar os anos de 2019 e 2021.

Para além disso, a crise econômica, que há anos se arrasta, agravou-se com o contexto pandêmico, até mesmo pelo que se viu da demora ou mesmo ausência de medidas para o combate à doença e a falta ou insuficiência de apoio a trabalhadores e pequenos empreendedores. Assim, cresceram assustadoramente o desemprego, a carestia, a fome.

Filhos e filhas da classe trabalhadora, que correspondem majoritariamente aos estudantes da escola pública, foram, por óbvio, diretamente atingidos. Para muitos, buscar trabalho, em detrimento dos estudos, se tornou ainda mais urgente.

Somado a isso, o desmonte operado na educação, e sobremaneira pelo governo Bolsonaro, solapou decididamente a perspectiva de muitos de desenvolver os estudos básicos e, principalmente, de continuá-los, na educação de nível superior.

A saber, medidas como o "Novo ensino médio" (Lei n° 13.415/2017) dão resposta a um projeto de escola que atenda aos interesses de mercado, numa perspectiva de ensino "profissionalizante" e de *tecnicização* da educação básica.

Fora isso, o fenômeno nas redes de ferramentas de monetização de conteúdos *online*, em aplicativos e redes sociais, com a figura dos *youtubers*, *digital influencers*, etc., têm crescente alcance e apelo e se tornam referência de um "sucesso", principalmente financeiro, que independe da formação escolar-acadêmica.

A verdade é que, no fim das contas, a universidade deixou de ser um projeto de vida para ampla parcela da juventude. Isso pode ser comprovado em alguns índices: segundo o Ministério da Educação, por exemplo, o número de participantes da edição de 2022 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal meio de acesso às universidades, foi de pouco menos de 2,5 milhões, muito inferior aos mais de 3,9 milhões participantes na edição de 2019, anterior à pandemia.

[170] Destaca-se, por exemplo, o artigo "A educação frente à pandemia de COVID-19: atual conjuntura, limites e consequências" (V. B. C. Senra e M. S. Silva, *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 12).

**A proposta da educação popular e da rede emancipa**

Décadas mesmo antes do Coronavírus, alguns setores da sociedade, em especial estudantes universitários, professoras e professores, se atentaram à necessidade de responder à desigualdade exorbitante entre os ensinos público e privado no Brasil, principalmente na forma como isso se refletia no acesso às universidades, ao ensino superior. Surgiram daí os cursinhos populares (CASTRO, 2011).

Embora muitas vezes seguindo a mesma dinâmica dos cursinhos preparatórios particulares, esses grupos e organizações, sobretudo por meio de trabalho voluntário, tentam, há muitos anos, remediar esse problema no país.

A Rede Emancipa é um exemplo dessas iniciativas. Com núcleos hoje em dezenas de cidades, em vários estados do país, ela surge na cidade de São Paulo, em 2007, e desde sua origem tem um importante diferencial com relação a outros cursinhos: a defesa intransigente de seu caráter popular, não apenas na gratuidade absoluta das atividades que oferece, mas principalmente na proposta política e pedagógica que a orienta.

Para além de cursinho preparatório para exames vestibulares, que diminua a disparidade de estudantes de escola pública ante os de escola privada e garanta sua entrada na universidade, o Emancipa apresenta a defesa da educação enquanto ferramenta para *emancipação*- e, nesse caso, não apenas individual, mas sobretudo coletiva.

Assim, ao constatar o caráter elitista e também de entraves raciais existentes nas universidades, a Rede se postula em defesa e ação por uma educação e uma universidade *populares*, que reflitam a realidade brasileira, a saber: preta, pobre, periférica.

É nesse sentido que, orientando-se pelo trabalho popular e o método proposto por Paulo Freire, junto às comunidades e no território onde atua, o Emancipa, mais do que um cursinho pré-universitário, reivindica-se como um movimento social.

Cumprindo seu papel, durante a pandemia, o Emancipa, para além da tentativa de manter as atividades de ensino, com a oferta de aulas, esforçou-se para responder a demandas urgentes, com campanhas de *solidariedade ativa*, principalmente por meio da arrecadação e distribuição de mantimentos.

Por outro lado, se a evasão dos participantes da Rede já existia antes da pandemia, intensificou-se com ela. As mesmas dificuldades das escolas públicas, esboçadas acima, foram percebidas na participação dos e das estudantes do Emancipa: para a maioria, faltava equipamentos, estrutura e, muitas vezes, até mesmo motivação para as atividades propostas.

No ano de 2022, com o avanço da vacinação no Brasil, foi possível voltar às atividades presenciais, à atuação mais constante nos territórios em que as unidades da Rede funcionam. Com isso em conta, somado ao marco dos 15 anos do movimento, elaborou-se a consígnia "retomar a posse: nosso território, nossa história".

Assim, a Rede Emancipa enxerga a volta às escolas, bairros e comunidades em que atua como uma possibilidade de *retomada de território,* o que se daria também numa perspectiva ainda mais ampla e revolucionária: a conquista do "poder para as periferias", defesa que dá nome à Plataforma lançada pela Rede também naquele ano[171]. Ao mesmo tempo, talvez consonante à necessidade de rememoração do passado proposta por Benjamin na Tese III, o movimento defende a necessidade de "retomar nossa história".

[171] Disponível em <periferias.redeemancipa.org.br>.

No caso, é evidente que se utiliza uma concepção de "história" bastante livre, ampla e aberta, que envolve as dimensões não só do histórico de atuação da Rede desde seu surgimento em 2007, mas também as lutas dos setores marginalizados que nela se organizam- majoritariamente, sujeitos pretos, pobres e periféricos. Daí se passa a considerar enquanto *história* não apenas a dita "oficial", mas também aquela *extra/para/sub*-oficial que deu- e, por óbvio, ainda dá- forma ao país. Assim, retoma-se Benjamin mais uma vez, na sua conhecida proposta de "escovar a história a contrapelo" (Tese VII).

Além disso, a escolha por esse mote é ainda menos arbitrária quando se pensa no ano de 2022 como aquele que marcou o bicentenário da proclamação de Independência brasileira, além de ter sido um ano também decisivo para o futuro do país, com as tão delicadas eleições presidenciais.

**Um paralelo na literatura**

Sobre esse cenário de crise, no qual a Rede Emancipa, assim como movimentos sociais outros, pretende intervir, encontramos apontamentos também na Literatura.

Em *O jogo das contas de vidro* (1943), de Hermann Hesse, Castália, uma organização estruturada, à parte da sociedade, como o órgão da inteligência nacional, de produção e circulação de ciência e cultura, passa ao largo da realidade social para além de seus muros. No entanto, seu líder, que possui o título de Magister Ludi, após algumas *experiências* e contato com a ciência histórica, atenta-se para a urgência de ação diante de uma ameaça. Em sua circular à direção de Castália, em que procura apresentar o problema e sua proposta de ação, ele escreve:

> [...] nós castálicos não dependemos unicamente de nossa moral e de nossa razão. Dependemos também e essencialmente da situação do país e da vontade do povo. Comemos nosso pão, usamos nossas bibliotecas, construímos nossas escolas e arquivos, mas se o povo não tiver mais vontade de nos possibilitar isto ou se o país, por causa de empobrecimento, guerra, etc., tornar-se incapaz de fazê-lo, então no mesmo instante será o fim de nossa vida e estudos. São pois estes perigos que nos ameaçam de fora, que o país considere um dia Castália e nossa cultura como um luxo [...] (HESSE, 1943, p. 282)

Entre outros aspectos, nesse trecho da obra chama a atenção especialmente a consciência da personagem de que, tal como aponta Benjamin em sua Tese IV, "A luta de classes é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais" (BENJAMIN, 1986, p. 223).

Nesse sentido, um dos aspectos de destaque, que foram evidenciados durante a pandemia e, de forma mais geral, durante todo o último período, é a crise no sistema educacional. Nesse caso, não se trata apenas do problema histórico da falta de investimentos na educação no Brasil, semelhante ao perigo vivido em Castália, mas, especificamente, no quanto, por todos os fatores elencados acima, a escola de educação básica e a educação de nível superior, para além de um direito historicamente ameaçado, deixam de ser parte do projeto de vida de ampla parcela da juventude.

Quais as consequências de uma nação com gerações sem formação escolar, acadêmica? O que será de um Brasil com menos acesso e valorização do estudo, da ciência,

do pensamento e sua elaboração? Os prognósticos são, bem mesmo no sentido benjaminiano do termo, *catastróficos*.

Que fazer diante desse cenário?

No *Jogo*, para ilustrar a situação alarmante que percebe, o Magister Ludi (Joseph Knecht) faz uma comparação: a de um edifício em cujas bases começa um incêndio. Nessa situação, ele destaca que, mesmo que alguém esteja num dos andares mais altos do edifício, desce para combater o fogo. Numa aproximação, este é o "instante de perigo" (Tese VI) e/ou o *Feuermelder* ["Alarme de incêndio"] de que Benjamin fala em *Rua de mão única* e que dá nome à leitura de Michael Löwy das Teses (LÖWY, 2005).

Se fizermos o exercício arriscado de aproximar, em suas devidas proporções, a Castália de Hesse a este nosso lugar, o da academia- ou, de maneira mais ampla, o daqueles e daquelas que reconhecem a importância da educação- pode servir de referência um gesto do próprio Magister Ludi: perceber o "aviso de incêndio" e descer para combater o fogo.

Ao final da longa circular aos dirigentes de Castália, o personagem faz um pedido: "solicito à Direção a exoneração do meu cargo de Magister Ludi e minha destinação para uma escola comum lá fora no país" (HESSE, p. 293).

Essa decisão parte de uma percepção da educação como resposta à crise que ameaça Castália:

> [...] de mestres-escolas, de bons e competentes mestres-escolas, nosso país tanto mais precisará quanto mais ameaçada Castália estiver e quanto mais as suas preciosidades se tornarem obsoletas e se desfizerem. O que mais necessitamos é de professores [...]. Precisamos fazer muito mais do que já foi feito até agora. [...] Precisamos cada vez mais conhecer e alargar o serviço humilde e prenhe de responsabilidades nas escolas profanas [...] (HESSE, p. 293)

Assim, pensando na necessidade de defesa da preservação e melhoria não só de Castália (isto é, talvez, a academia), mas da educação e de todo o sistema educacional do Brasil, compreendendo-os propriamente como direitos humanos, é referencial o trabalho da educação popular.

Se a pandemia desnudou e potencializou o problema da educação no Brasil e as eleições de Outubro de 2022 evidenciaram um ideal conservador e mesmo neofascista no país, é hora, mais do que nunca, de voltar às bases do edifício, quais sejam as bases populares, compostas por aqueles e aquelas que são mais prejudicados por essa lógica.

Essa é, afinal, expressão da "luta de classes" que, no combate *bruto* e *material*, pode vir a garantir o direito (humano) às *coisas* "refinadas e espirituais" (BENJAMIN, 1993).

Talvez seja essa, também, a "centelha da esperança" (BENJAMIN, Tese VI) que podemos atear não apenas ao passado, por todos aqueles/as a quem tais direitos foram negados, mas principalmente ao futuro. Essa é a intervenção possível, diante de nossa "fraca força messiânica" (Tese II), para evitar a catástrofe.

Assim, ao defender o "poder para as periferias", a Rede Emancipa responde à tarefa, apontada por Benjamin na Tese VIII, "de instaurar o real estado de exceção". No mesmo sentido, o destaque que Hesse dá ao trabalho do professor reforça a necessidade de fortalecimento da educação, principalmente em suas bases, e do direito a ela, como resposta à crise, ao incêndio.

## Considerações finais

As reflexões aqui propostas dizem respeito a uma das configurações em que se apresentam as relações entre Literatura, Sociedade, Cultura e Direitos Humanos, como se intitula o Congresso em que foram apresentadas.

Embora aparentemente óbvias e constantemente retomadas, essas relações e mesmo a análise sobre elas assumem maior relevância em cenários de crise multidimensional e, arejadas pelos elementos da atualidade, podem assim oferecer novas respostas e, ao mesmo tempo, num processo dinâmico, novas indagações.

O objetivo desse trabalho foi evidenciar, assim, a necessidade de responder à crise educacional, potencializada pela pandemia de COVID-19 e ainda mais perceptível a partir da retomada das atividades presenciais após a adoção do ensino remoto emergencial.

Concentrou-se, dessa forma, na problemática identificada de que ampla parcela da juventude atualmente não tem a perspectiva de continuação dos estudos em nível superior, isto é, não considera a possibilidade de ingressar na universidade.

Partindo de uma análise benjamineana desse contexto, baseada principalmente nas Teses *Sobre o conceito de História* e sua ideia de *catástrofe*, destacamos assim a requisição, apresentada por Benjamin, de uma intervenção mais direta ante esse "aviso de incêndio".

Como exemplo dessa proposta na Literatura, considerou-se a obra derradeira de Hermann Hesse, *O jogo das contas de vidro*, cujo protagonista decide agir, diante da crise que percebe, pela via da atuação como professor.

Assim, tomando a defesa do acesso ao estudo, à cultura e à literatura como direitos humanos, e a própria sobrevivência da universidade como referência, buscou-se apresentar a importância da educação essencialmente *popular*- em forma e fundo- como resposta à crise multidimensional escancarada e potencializada pela pandemia. Dessa forma, o trabalho faz coro à ideia de que é necessária a ação direta daqueles e daquelas que acreditam na importância da educação.

## Referências

BARROS, R. P. MACHADO, L. M. *Perda de Aprendizagem na Pandemia*. INSPER, Instituto Unibanco, 2021.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Obras Escolhidas, v. 1)

_____. *Rua de Mão Única*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Obras Escolhidas, v. 2)

CANDIDO, Antonio. "O direito à literatura". In *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 235-263.

CASTRO, Cloves Alexandre de. "História Social do Trabalho e Movimentos Sociais no Brasil: o surgimento dos cursinhos populares". *Formação* (Online)/ Universidade Estadual Paulista- n° 11, v. 2, p. 89-110. 2004.

FREIRE, Paulo. "O método do trabalho popular". *Caderno de formação de educadores populares*. Rede Emancipa, 2020.

HESSE, Hermann. *O jogo das contas de vidro*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1971.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

# A UTILIZAÇÃO DE RELATOS DE VIAJANTES DO SÉCULO XV NO CONTINENTE AFRICANO COMO UMA POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVAS VISÕES DE ÁFRICA

Yasmin Daniella D'Avila [172]

**Resumo:** As ações pedagógicas para a realização deste projeto foram construídas em uma turma de 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Educação Básica Estado de Goiás (Santa Cruz do Sul/RS) durante os meses de julho e agosto de 2022 e onde o objeto de conhecimento estudado era a Expansão Marítima e a presença européia no continente africano durante os séculos XV e XVI. Nossas discussões foram embasadas pela ideia de que quando estudamos História da África na rede básica de Ensino, nos faltam referências dos lugares e povos que ali existiam e existem, marcas de materiais e práticas que resultam em um Ensino de História ainda eurocêntrico e excludente. Construiu-se então a problemática de pesquisa/ação deste trabalho: "Como podemos ensinar e aprender História da África na Educação Básica para além da visão colonialista?". Segundo o filósofo Achille Mbembe (2001), a História da África fica restrita a momentos de exploração, como o colonialismo, o Imperialismo e a escravização, o que contribui para a construção de uma ideia de "Degradação Histórica", uma vez que não temos referências positivas do continente africano e suas populações. Assim, temos uma única história da África, uma história de exploração e sofrimento, ideias problematizadas também por Chimamanda Ngozi Adichie (2009), ao expor os "Perigos de uma História Única". Como situações de aprendizagem, foi proposto aos estudantes que pensassem o que já ouviram e sabem sobre a África e como construíram essas imagens. Após isso, comparou-se como a África é retratada nos livros didáticos utilizados pela turma em detrimento de seus "colonizadores" e analisou-se a palestra de Adichie (2009), "Perigo de uma História Única". Após uma discussão dessas ideias, inseriu-se para a análise dos educandos relatos de viajantes que estiveram na África durante os séculos XV e XVI, onde os mesmos deveriam se pautar na seguinte problemática: "O que existia na África no século XV e XVI?", baseando-se nos espaços e seus povos ao invés dos autores dos relatos, em sua maioria europeus. Por fim, compartilhou-se as informações que respondiam a problemática e os estudantes localizaram no mapa da África os lugares encontrados nos documentos e suas características. Observou-se como resultado que é necessário, possível e urgente a abordagem sobre África que priorize diferentes narrativas sobre o continente e que possibilite uma reflexão crítica sobre os estereótipos divulgados a respeito das populações e lugares africanos.

**Palavras-chave:** decolonialidade; ensino de História; degradação histórica; ensino de História da África.

[172] Professora de História e Filosofia das redes pública e privada do município de Santa Cruz do Sul, formada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2016) e estudante do Mestrado Profissional em Ensino de História pela Universidade Federal de Santa Maria (2023).

## Apresentação da problemática e objetivos

O presente relato de experiência foi desenvolvido durante as reflexões da disciplina de "Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira", parte da grade curricular do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), campus UFSM. A partir das discussões instigadas pela disciplina, construiu-se a problemática de pesquisa/ação deste trabalho: "Como podemos ensinar e aprender História da África na Educação Básica para além da visão degradante e colonialista, de forma a promover referências positivas do continente?".

O local para desenvolvimento das ações foi a Escola Estadual de Educação Básica Estado de Goiás, no município de Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2022, a escola contava com 898 estudantes, divididos entre 38 turmas, no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional (ISE, 2022). A instituição localiza-se na área central do município e recebe estudantes de diferentes bairros e localidades, apresentando um contexto social, cultural e econômico diverso.

As atividades foram realizadas durante as aulas de História, com uma turma de 2º ano do Ensino Médio formada por 35 estudantes, com uma média de idade de 16 anos. O objeto de conhecimento eram as "Expansões Marítimas Europeias", com enfoque no desenvolvimento de uma habilidade da competência 1 da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contidas na Base Nacional Comum Curricular.

O objetivo, contudo, não foi estudar África a partir da presença europeia. O ponto central das atividades desenvolvidas foi compreender por quais motivos o continente africano era "alvo" de invasões, ou seja, descobrir o que despertava o interesse de nações que não as nativas de África. O que o continente abarcava de características sociais, econômicas e políticas para além da ideia de exploração e degradação do continente.

Para isso utilizou-se diferentes relatos de viajantes em África nos séculos XV e XVI como fontes de investigação histórica. Os relatos foram retirados da obra *Imagens da África*: (da Antiguidade ao Século XIX), organização e notas de *Alberto* da *Costa* e *Silva,* além de diferentes recursos e diálogos nos grupos de trabalho e também na turma.

## Referencial teórico

O filósofo Achille Mbembe analisa em seu texto "As Formas Africanas de Auto-inscrição" que a História da África fica restrita a momentos de exploração, como o colonialismo, o apartheid e a escravização, o que contribui para a construção de uma ideia de "Degradação Histórica", uma vez que não temos referências positivas do continente africano e suas populações.

> "(...) A escravidão, a colonização e o *apartheid* são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio. (...) supõe-se que os elementos fundamentais da escravidão, da colonização e do *apartheid* são fatores que servem para unificar o desejo

> africano de se conhecer a si mesmo, de reconquistar seu destino (*soberania*) e de pertencer a si mesmo no mundo (*autonomia*)" (MBEMBE, 2001. p. 4)

Assim, temos uma única história da África, uma história de exploração e sofrimento, ideias problematizadas também por Chimamanda Ngozi Adichie (2009), ao expor os "Perigos de uma História Única". Chimamanda se refere ao fato de, com frequência, termos apenas uma única visão sobre determinados povos e culturas. Isso se dá, segundo a autora, porque a história se constrói a partir de relações de poder e, quem detém o poder sobre outras pessoas, detém também o poder de contar suas histórias como quiser.

Chimamanda também coloca como as histórias únicas são formuladas. "É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna" (ADICHIE, 2019. p.12). Ou seja, a constante repetição, por séculos e décadas, de determinadas narrativas, muitas delas fantasiosas, é o que a define.

Geni Núñez, doutora em Psicologia e indígena, em seu ensaio "Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário", onde discute questões a respeito da colonialidade, lança mão do conceito de monocultura, resultado do colonialismo que necessita excluir outras formas de ser para se constituir como superior e se legitimar até os dias atuais. Assim, é aceito apenas uma espiritualidade, uma ideia sobre gênero, uma forma de conceber a natureza, um tipo "único" de ser humano (NÚÑEZ, 2021. p. 2).

Geni Núñez afirma que precisamos combater a "monocultura do pensamento", ou seja, uma única ideia sobre conhecimento, narrativa e saber que só pode ser afirmada enquanto outras narrativas são negadas e invisibilizadas. É preciso pensar como "floresta", pensar na concomitância e na diversidade das existências, dos tempos, dos seres e das narrativas (NÚÑEZ, 2021).

Entrelaçando as ideias de Mbembe, Adichie e Núñez, pensemos a história da África e a forma como ela é contada nas mídias e no senso comum há séculos. As falas em torno da história africana e dos africanos ou afrodescendentes são, muitas vezes, preconceituosas e evidenciam um racismo estrutural ou ainda a necessidade de deslegitimar políticas públicas de reparação histórica. Um exemplo disso é a fala do ex-presidente da República, na época pré-candidato, Jair Bolsonaro em conversa no programa Roda Viva (TV Cultura), em julho de 2018, quando afirma que portugueses nunca estiveram em África, relegando a culpa pelo processo de tráfico de pessoas escravizadas aos próprios nativos africanos (ANIZELLI, 2018).

Logo, temos uma história errônea do continente, pautada em achismos e discriminação. Tais histórias são repetidas com frequência até que se tornam as mais convencionais ou ainda, as únicas histórias de África. Faltam contrapontos reais que tragam referências positivas sobre o continente e que analisem a presença e invasão estrangeira de múltiplos aspectos. É papel das e dos professores de história instigar essas reflexões em sala de aula para o combate à monocultura de pensamento, amparando-se no pensamento de Núñez (NÚÑEZ, 2021).

## Trajetória pedagógica

Esta sequência didática amparou-se no desenvolvimento de habilidade da 1º competência da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas contidas na Base Nacional

Comum Curricular, sendo ela: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. A habilidade prevista pautava-se em "Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais da emergência de matrizes conceituais hegemônicas (etnocentrismo, evolução, modernidade etc.), comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos (EM13CHS102)". Ambas, competência e habilidade, estão previstas na BNCC e também nas Matrizes de Referência para o ano letivo de 2022 do estado do Rio Grande do Sul.

Dentre os recursos didáticos utilizados que serão descritos a seguir, encontram-se: a) O livro didático da turma (PELLEGRINI, Marco César. #Contado história, 2º ano. Editora Quinteto: São Paulo, 1º ed, 2016); b) Relatos de viajantes retirados do livro Imagens da África (*Imagens da África*: (da Antiguidade ao Século XIX) / organização e notas de *Alberto* da *Costa* e *Silva* —. 1a ed. — São Paulo: Penguin, 2012. Vários autores); c) TED "Perigo de uma História Única" Chimamanda Ngozi Adichie.

Iniciamos os estudos divididas/os em grupos (em média 5 estudantes, contabilizando 6 grupos). Nos grupos, as/os estudantes deveriam discutir e construir um mapa conceitual com tudo que já haviam ouvido falar sobre África. Foi mencionado que o objetivo da atividade não era a pesquisa sobre África, mas sim o levantamento de informações que mais se repetem sobre o continente.

Nos mapas conceituais, as menções "negativas" que aparecem sobre África com frequência foram: escravidão, fome, escassez de recursos básicos, exploração por parte dos países desenvolvidos, "surgimento de doenças como a Malária por falta de condições básicas", pobreza, guerra, seca, tráfico humano. Já entre as menções "positivas", destaca-se: música e dança, arte, história, comércio, fauna diversificada, festas, cultura, religiões originárias, origens da humanidade, rico em minério, "primeiro presidente negro", "3º maior continente do mundo e o com maior número de países", tem um dos maiores rios do mundo (Rio Nilo).

Após o compartilhamento das ideias dos grupos, foi a vez de analisar o livro didático utilizado pelos estudantes. Em coletivo, concluiu-se que, das 12 Unidades do material #Contado história, 2º ano, de Marco César Pellegrini , apenas 1 era dedicada a África, ou seja, das 286 páginas, 14 páginas são sobre África. A Unidade 3, intitulada "A África e a chegada dos europeus", como o próprio nome evidencia, foca na presença europeia no continente.

A abertura da Unidade é uma imagem da Fortaleza de São Jorge da Mina, em Gana. Contém um breve texto que fala sobre as caravanas comerciais ao norte da África e o contexto em que os europeus iniciam o contato com os nativos. As páginas que seguem falam a respeito do "Século XV na África", onde cita as formas de organizações sociais (patriarcal, matriarcal e relações de parentesco), políticas (de pequenas aldeias até grandes impérios), econômicas (cultivo de alimentos, criação de animais e comércio) e as principais religiões (religiões tradicionais, cristianismo e islamismo) africanas.

Na sequência, apresenta-se em 3 páginas o subtítulo "Reinos e impérios africanos". Apresenta-se um mapa dos principais povoados africanos e a seguir os povos de Benin,

Monomotapa, Marrocos, Império Otomano, Etiópia e Congo. Cada reino é caracterizado em cerca de um parágrafo, com exceção do Reino do Congo, onde mais páginas são dedicadas, apesar de mencionar constantemente a conversão e contato com os portugueses.

As duas últimas páginas falam a respeito das "Feitorias portuguesas na África". Comenta-se o significado das feitorias e seus objetivos, além dos "acordos" e "contatos pacíficos" entre africanos e portugueses. Menciona-se que entre as "mercadorias" obtidas de África, estava a mão-de-obra escrava.

Para compreender a importância das discussões que estávamos fazendo sobre a forma como aprendemos e o que sabemos de África, assistimos à palestra de Chimamanda Ngozi Adichie, intitulada "Perigos de uma História Única", disponível no TED Talks.

Após todas essas problematizações, as/os estudantes iniciaram suas investigações no livro *Imagens da África*: da Antiguidade ao Século XIX. Cada grupo recebeu o relato de um viajante em África e as/os mesmas/os deveriam se pautar na seguinte problemática: "O que existia na África no século XV e XVI?", baseando-se nos espaços e seus povos ao invés dos autores dos relatos, em sua maioria europeus ou no olhar que tinham de África. As/os estudantes deveriam listar todos os itens e práticas que existiam nos lugares, dividindo-os nos reinos ou aldeias indicadas.

Os textos selecionados foram escritos por: Alvise de Cadamosto; Duarte Pacheco Pereira; Duarte Barbosa; Valentim Fernandes; Antônio Fernandes; Alessandro Zorzi; Leão Africano e Padre Francisco Álvares. Todos foram navegadores ou estiveram em expedição em África entre 1400 e 1550 e seus relatos estão no livro "Imagens *da África*: da Antiguidade ao Século XIX", organizado por Alberto da Costa e Silva.

Houve então um momento onde cada grupo pôde compartilhar seus relatos com a turma e onde todas/os puderam fazer questionamentos. Como educadora, realizei alguns questionamentos aos grupos e aos colegas, bem como pontuei aspectos importantes que advinham dos relatos. Sobressaíram-se as observações sobre o comércio africano e a existência de diversificados itens, as reservas de ouro, as menções aos exércitos femininos, etc.

Organizando a conclusão das investigações da turma, as/os estudantes receberam, em seus grupos, um mapa da África, onde deveriam sinalizar os lugares presentes em seus relatos.

Por fim, foi o momento de realizar uma autoavaliação onde foram propostas as seguintes questões: 1) Das atividades realizadas ao longo desta trilha de estudos sobre África, qual a que você mais se interessou?; 2) Como foi a experiência de trabalhar com fontes históricas?; 3) Quais conhecimentos você adquiriu com esta trilha de estudos sobre África? e 4) Como esta trilha de estudos sobre África te ajudou a mudar estereótipos sobre o continente africano e suas populações?

Concluímos a trilha de estudos repensando e refazendo os mapas mentais sobre África, para que os estudantes pudessem comparar o que sabiam sobre África com o que aprenderam a partir da sequência de atividades. Todas as atividades foram reunidas em portfólios por grupos, evidenciando a correção/construção de cada etapa da aprendizagem.

Ao fim da trilha de atividades verificou-se que muitos conhecimentos sobre África foram agregados ao repertório dos/das estudantes. Junto disso, estereótipos degradantes sobre o continente foram discutidos e debatidos. Um aspecto importante também foi a introdução da análise de fontes históricas, o que aproximou os estudantes do cotidiano do

trabalho do historiador e conferiu mais crédito aos estudos históricos, modificando a forma como as/os educandos veem o conhecimento histórico.

Nas autoavaliações, ficou evidente que a atividade agregou conhecimento aos estudantes e cumpriu seu objetivo de propor um estudo crítico sobre África e a desconstrução de estereótipos sobre o continente. Em uma das respostas, sobre a atividade que mais gostou, os estudantes colocaram que "*Resumir os relatos dos povos, pois assim eu aprendi sobre diferentes reinos, populações e culturas da África antiga"*, *"Interessante como os relatos eram grandes e bem detalhados"*, *"Eu gostei bastante de fazer o mapa mental pois aprendi muito sobre a África e tive outra visão do continente"* e "*Foi interessante ver a forma como as coisas aconteciam, como os povos viviam e a forma como os exploradores os viam"*.

Na questão que remetia aos estudos que foram adquiridos durante as trilhas, destacam-se as seguintes respostas: *"Aprendi muito sobre os povos de lá, os costumes, a cultura, como faziam para lidar com certas situações e também apesar de muito menosprezados e rebaixados, os povos de lá eram super inteligentes e ricos de recursos naturais. Coisas que normalmente não aprendemos e vamos espalhando a desinformação e o preconceito, pois a África não se trata só de um continente pobre que precisa de um salvador"*; "*Eram reinos bem construídos e bem organizados, alguns até sabiam como manusear ferro antes dos europeus"* e "*Eles tinham enormes cidades e pontos comerciais"*.

Por fim, destaco respostas à questão sobre como a trilha ajudou a mudar estereótipos sobre o continente africano, ressalto as respostas: *"Achava que lá havia somente pobreza e escassez de recursos e com os relatos e estudos pude ver que há muita riqueza, solos férteis, arte, cultura, ouro e ferro"*; "*Me ajudou a enxergar que os reinos eram interessantes e ricos em cultura, aprendizado e metais preciosos"* e *"Eu achava que a África era só pobreza e fome, porém com esse trabalho mudou 100% a minha cabeça e eu vi que a África tem muitas coisas interessantes"*.

## Conclusões

Poderíamos explorar mais e mais as respostas presentes nas autoavaliações dos estudantes, contudo, não seria interessante esgotá-las ou tornar esta leitura repetitiva. Tudo isso nos ajuda a concluir a ideia de que o contexto escolar é um espaço apropriado para a desconstrução de estereótipos sobre África pois os estudantes já apresentam bagagens críticas consolidadas. Problematizar esses mitos na Educação Básica é uma forma de expandi-los para as demais esferas sociais e espaços ocupados pelas/os estudantes. Como evidenciados nas autoavaliações das/os estudantes, atividades críticas são interessantes e bem aceitas uma vez que propiciem que as/os educandos possam questionar sua realidade.

A respeito de nossa problemática de pesquisa/ação "Como podemos ensinar e aprender História da África na Educação Básica para além da visão colonialista?", fica explícito que uma forma possível e simples de trabalhar com África no componente curricular de História é "inverter" o rumo das aprendizagens. Falar da exploração e espoliação é essencial para uma história crítica, mas se faz também importante deixar de lado momentos de Degradação Histórica para construir novos olhos sobre o continente. Não perguntar apenas "O que os portugueses fizeram em África?" mas perguntar também "O que havia em África?". É necessário, possível e urgente pensar África para além da Degradação Histórica (MBEMBE, 2001) para que as Histórias Únicas (ADICHIE, 2019) sejam desconstruídas, criando assim múltiplas e plurais (NÚÑEZ, 2021) narrativas sobre África.

O principal motivo deste relato de experiência é possibilitar ideias para outros professores e professoras, não apenas aos educadores em história. Desejo que a História da África seja cada vez mais aprofundada e debatida em sala de aula. Essas atividades não necessitam de muitos recursos tecnológicos. Impressões, folhas A4, folhas coloridas e canetas são o suficiente para promovermos uma história crítica e plural.

**Referências**

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. TED Talk. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8. Acesso em 17 fev. 2023

ANIZELLI, Eduardo. **Portugueses nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão**. Folha de S. Paulo: São Paulo, 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml. Acesso em 29 mar 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
*Imagens da África*: (da Antiguidade ao Século xix) / organização e notas de *Alberto* da *Costa* e *Silva* —. 1a ed. — São Paulo: Penguin, 2012. Vários autores.

NÚÑEZ, Geni.. **Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário**. CLIMACOM CULTURA CIENTÍFICA - PESQUISA, JORNALISMO E ARTE, v. ano 8, p. 01-08, 2021.

MBEMBE, Achile. **As formas africanas de auto-inscrição**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, no 1, 2001, pp. 171-209.

PELLEGRINI, Marco César. **#Contado história**, 2º ano. Editora Quinteto: São Paulo, 1º ed, 2016.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria da Educação. **Matriz de Referência 2022**. 2º ano do Ensino Médio. Disponível em: https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202202/17182418-matrizes-de-referencia-2022.pdf. Acesso em 29 mar 2023.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria da Educação. S**istema de Gestão Escolar (ISE)**. Escola Estadual de Educação Básica Estado de Goiás. Acesso em 08 nov 2022.

# LETRAMENTO DIGITAL: A GAMIFICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE MULTILETRAMENTOS DOS ALUNOS

Risonete Gomes Amorim[173]

**Resumo:** O presente trabalho de pesquisa tem como principal objetivo abordar sobre a implementação de metodologias ativas no ensino e aprendizagem da disciplina de Língua Portuguesa focalizando o letramento digital como contribuição para ampliação das competências e habilidades em sala de aula, investigando, através da gamificação (emprego de técnicas comuns aos games no processo educacional) como estratégia de ensino contribui para o processo de ensino e aprendizagem da língua materna nas turmas de ensino médio de primeiros anos do curso de Redes de Computadores do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – Ifac. Um dos pontos mais instigantes em nossa pesquisa é buscar entender a importância dessas metodologias ativas em sala de aula e como essa diversidade de linguagens perpassam os multiletramentos. Nesse sentido, uma das questões que nos levaram a começar essa investigação está em justamente realizar um trabalho que está voltado para formação em Letras-português e atuação enquanto docente EBTT do Ifes, pois, somente através dessa vivência num contexto escolar técnico e tecnológico é que foi possível entender a importância do uso das tecnologias a nosso favor no contexto de sala de aula e de como esse mecanismo é importante no desenvolvimento de novas práticas relacionadas aos multiletramentos. A metodologia pensada é de cunho bibliográfico, como também de uma pesquisa de campo, que está sendo realizada com os alunos do Ifac, com uso de questionários e entrevistas. Nesse sentido, para fundamentar essa pesquisa que ainda está em andamento, foram utilizados os seguintes autores: Alves (2015), Kleiman (2007), Leffa (2014), Rojo (2012), Souza (2021), entre outros.
**Palavras-chave:** Gamificação. Multiletramentos. Ensino.

## Introdução

A pesquisa que está sendo desenvolvida neste trabalho teve como principal objetivo procurar solucionar algumas inquietações em relação ao contexto de sala de aula e sobre novas metodologias que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem, principalmente na disciplina de Língua Portuguesa. A experiência vivida em um ambiente educacional que necessitou adequar-se às novas tecnologias, sobretudo em relação às aulas remotas, momento de muita reflexão, formação e dedicação, trazidos por meio da pandemia de Covid—19 para o mundo e para o ambiente educacional.

Formações pedagógicas formam necessárias, várias metodologias foram pensadas e repensadas e durante uma dessas experiências uma em específico chamou muito a atenção, pois era uma metodologia em que os alunos eram instigados e desafiados por meio da gamificação. Estudos sobre jogos na área educacional estão sendo realizados há algum

[173] Formada em Letras Português, pela Universidade Federal do Acre/Ufac. Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Acre – IFAC. Mestranda no Programa de Pós-graduação: Letras, Linguagens e Identidades – PPGLI/Ufac.

tempo, porém, o tema vem assumindo um importante papel na área educacional e o termo *gamificação* (do original inglês: gamification) significa a aplicação de elementos utilizados no desenvolvimento de jogos eletrônicos, tais como estética, mecânica e dinâmica, em outros contextos não relacionados a jogos (Kapp, 2012).

Muitas perguntas de vários docentes foram realizadas sobre o assunto, com isso, surgiu a ideia em desenvolver essa ferramenta digital nas aulas de língua materna, pois o momento de buscar novas estratégias para conseguir a atenção dos discentes durante as aulas online tornava-se crucial naquele momento. O ambiente pedagógico necessitava de pesquisas sobre novos métodos dentro do contexto escolar e essa atitude do profissional da área educacional em estar em constante pesquisa, inquietações e reflexões sobre quais melhores metodologias aplicar precisa fazer parte do fazer pedagógico.

Nesse contexto Freire (1997, p.32) destaca:

> Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Articular as metodologias da disciplina de Língua Portuguesa voltadas para gamificação é um processo de extrema relevância, pois além de estimular a cognição, imaginação, ainda possibilita a constituição de um espaço lúdico, prazeroso e crítico em sala de aula. Enquanto profissionais da educação temos que nos manter em constante aprendizado, em uma procura por aprimoramentos inovadores, concretos e aplicáveis a todos que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, entender que essas buscas também necessitam de um processo de aperfeiçoamento e que a prática dessas metodologias servirá de ajuda para novos aprendizados, novos pensamentos, novas ações. Ainda sobre a importância dessas formas de pensar e agir dentro do contexto escolar Leffa e Pinto (2014), enfatizam que:

> O desafio ao incorporar elementos dos games no ensino é trazer para a sala de aula os elementos intrínsecos, que tornem a atividade interessante e que levem o aluno a jogar pelo prazer de aprender, não para a obtenção de troféus. O jogo bom é aquele que vicia, despertando no jogador o desejo de continuar jogando, às vezes a ponto de querer que o jogo não termine. O mesmo vale para a sala de aula: a aprendizagem boa é aquela que vicia, despertando no aluno o desejo de continuar estudando. (ibid., p. 372, itálicos no original).

A aprendizagem necessita de desafios, de questionamentos, de inquietação, de buscas, esse trabalho requer atenção em todos os ambientes educacionais, em todas as disciplinas, em todos os que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, é preciso querer para poder fazer, é necessário ação para aquisição de conhecimento e mecanismos que auxiliem nesse trabalho precisam estar presente para potencializar e tentar resolver as diferentes formas de aprendizagens que encontramos nas mais diversas áreas de conhecimento. Diante disso, Freire (1997, p.32) enfatiza que:

> É através das relações entre os indivíduos e o mundo que se constrói o conhecimento. A comunicação é social, desta forma, eu preciso do outro para criar o conhecimento, segundo o autor "A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" (FREIRE,1973, p.59).

A leitura e a escrita são processos que exigem muita atenção interdisciplinar, a oralidade e a produção textual perpassam por todas as disciplinas e a relação de diálogo, troca de conhecimentos, compreensão é um processo d mediação que precisa estar presente em todos os ambientes escolares, essas ações colaborativas ajudam no processo de construção do conhecimento e oferecem aos alunos condições autônomas para auxiliar nesse desenvolvimento cognitivo. Vivemos num mundo globalizado e que essa mediação é tecnológica e avança a passos rápidos no nosso cotidiano e precisamos estar preparados para tais mudanças, trazer essas tecnologias para o ambiente escolar é o passo principal.

Nesse viés aprofundar um aprendizado que vá além das fronteiras da escola é o objetivo principal em relação aos impactos sociais dos estudos de leitura e escrita, por isso, estudos são utilizados de forma bem mais abrangente sobre esses pensamentos, um dos principais e que ganharam notoriedade no campo da educação é o letramento, um conjunto de regras e práticas que auxiliam esses impactos. Segundo Kleiman (2009) define "letramento" da seguinte forma: "Refiro-me aos impactos que a língua escrita tem no mundo atual na vida de um cidadão comum". Aliar as aulas aos conhecimentos prévios dos alunos é um caminho muito proveitoso, principalmente quando se trata de letramento, pois abordar conceitos, práticas que nossos alunos possam utilizá-las tanto no contexto escolar quanto na vida em sociedade é não limitar o conhecimento e ajudar na construção da autonomia de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Compreender o propósito de implantação de metodologias ativas no contexto da sala de aula é expandir e apreender técnicas que estimulem o aprendizado e alcance o propósito de ir além do letramento, buscando uma multiplicidade que permita aquisições socioculturais e que possibilite experiências pluralistas, dinâmicas, inclusivas e focadas na multimodalidade. Dessa forma, uma pedagogia baseada nos multiletramentos é fundamentada, segundo Rojo (2012, p. 11)

> o conceito de multiletramentos aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente as urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituições dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica. (ROJO, p. 13).

A multiplicidade de linguagens que nos rodeiam faz com que nosso trabalho pedagógico seja ressignificado, seja repensado e seja atualizado, trazer essas novas abordagens modernas e tecnológicas para o ambiente escolar é fundamental para garantir essa nova configuração de uma aula mais atrativa e cheia de desafios, é pensando justamente numa sociedade multiletrada que nosso fazer pedagógico deve ser incentivado e aprimorado, é necessário que a educação esteja em consonância com a formação contínua para uma capacitação de professores cada vez mais empenhados em fazer das experiências pedagógicas um lugar que seja sempre de ousadia, criticidade, inovação e motivação.

Moran (2013) aponta que o uso da tecnologia e as competências digitais são componentes essenciais de uma educação plena, visto que os discentes quando não conectados e sem domínio digital perdem a chance de acessar excelentes materiais, de comunicar-se, de tornar-se visível para os demais e publicar suas opiniões. Nesse sentido, a utilização de ferramentas digitais que nos auxiliem no processo de ensino e aprendizagem é um fator muito importante para ampliação de espaço escolar, integrando professores, alunos e toda gestão acadêmica. Essa compreensão é fundamental para que se compreenda melhor a pluralidade cultural, étnica, social, etc. Trabalhar com essa diversidade e estabelecer um elo entre textos variados, atualizados e que estimulem os alunos ao engajamento nas aulas é o objetivo principal quando se propõe atividades lúdicas e desafiadoras.

De acordo com Solé (1998, p. 105) "Não se trata tanto de explicar o conteúdo, mas de indicar sua temática aos alunos, para que possam relacioná-lo a aspectos de sua experiência prévia". É muito importante que essa mediação seja realizada em conjunto, um formato de parceria entre professores e alunos durante esse processo, pois a importância dessa reflexão precisa ser consciente durante todo o desenvolvimento metodológico. Buscar aprimorar o letramento com o auxílio das novas tecnologias é um modo bem vantajoso de comtemplar aquilo que os jovens gostam e que chama a atenção para o que é novo e que faz parte do mundo da maioria dos adolescentes e jovens que estão cada vez mais conectados ao mundo digital.

O letramento digital é a união do letramento mais a tecnologia, que nesse sentido é uma grande aliada no que se refere ao interesse dos alunos em relação ao uso dessas ferramentas no cotidiano. A aquisição dessas novas formas de aprendizado por meio do contato com novas habilidades do mundo moderno é uma necessidade cada vez mais presente no contexto educacional. Otimizar as metodologias pedagógicas com diferentes recursos disponíveis em função de um aprendizado eficiente e de qualidade é uma questão primordial para o ambiente da sala de aula. Dessa forma, conforme ressalta Martins (2019):

> O letramento digital está ligado à capacidade de um indivíduo compreender as informações obtidas na internet e utilizá-las de forma crítica. Ou seja, trata-se de uma habilidade do mundo moderno, que não existia ou não era necessária anos atrás. Agora que vivemos uma era tecnológica, é preciso aprender a assimilar os novos tipos de comunicação, sabendo interpretar e utilizar não só palavras, como códigos, imagens e outros.

Diante de uma sociedade globalizada e que está em constante evolução os nossos alunos estão cada vez mais ativos e atuantes em cada nova ferramenta tecnológica que é lançada, um mundo de saberes que carrega infinitas informações com instrumentos dinâmicos e que instigam a curiosidade. A escola não deve ignorar a amplitude dessa nova geração, pelo contrário, deve incluir as experiências trazidas pelos alunos para dentro da sala de aula. Nesse viés, Allan (2015), destaca que:

> A Educação do século XXI exige práticas inovadoras de ensino, apoiadas principalmente por projetos de aprendizagem que valorizem os interesses individuais, sejam contextualizados na prática dos alunos e incentivem a superação de desafios (ALLAN, 2015, p. 42).

Novas formas de aprender a ler e a escrever são criadas por meio das telas de computadores, novas linguagens, novas formas de acesso á informação são encontradas no mundo digital, novas mentalidades também surgem e com isso cabe ao professor e a toda gestão escolar construir estratégias que possibilitem a inserção desses novos contextos e espaços específicos da era globalizada para o âmbito das salas de aula, para fazer parte da vida social, familiar e escolar. Nesse aspecto Soares (2002)

> Pode-se concluir que a tela como espaço de escrita e de leitura traz não apenas novas formas de acesso à informação, mas também novos processos cognitivos, novas formas de conhecimento, novas maneiras de ler e de escrever, enfim, um novo letramento, isto é, um novo estado ou condição para aqueles que exercem práticas de escrita e de leitura na tela (SOARES, 2002, p.152).

É sobre um agir em coletividade e em prol de uma educação inovadora, libertária e dialógica que a prática docente necessita estar pautada, é investir em ações que estimulem todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, proporcionar a interdisciplinaridade, reconstruir conceitos tradicionais que não estão baseados na promoção e mediação de conhecimentos, mas sim de uma mera aquisição de conteúdos programáticos, é fundamental para que se tenha um ensino inclusivo e diversificado. As relações de poder oriundos da chamada cibercultura destaca sobre o importante papel do professor enquanto figura fundamental na função de relacionar esse mundo tecnológico com as práticas pedagógicas em sala de aula. Segundo Lévy (1999, p. 171):

> a principal função do professor não pode mais ser uma difusão dos conhecimentos, que agora é feita de forma mais eficaz por outros meios. Sua competência deve deslocar-se no sentido de incentivar a aprendizagem e o pensamento. O professor torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos que estão a seu encargo. Sua atividade será centrada no acompanhamento e na gestão de aprendizagens: o incitamento à troca dos saberes, a mediação relacional e simbólica, a pilotagem personalizada dos percursos de aprendizagem etc.

Nesse sentido, o papel da escola e do professor é incentivar e estimular práticas pedagógicas que ajudem na construção e formação de cidadãos críticos e atuantes em sociedade, entendendo o espaço escolar como uma ligar rico em experiências produtivas e efetivas por meio de atividades estimulantes e instigantes.

**Referências**

ALLAN, Luciana. **Escola.com**: como novas tecnologias estão transformando a educação na prática. Barueri, SP: Figurati, 2015.

ALONSO, M. **Formação de gestores escolares**: um campo de pesquisa a ser explorado. In: ALMEIDA, M. E. B. de & ALONSO, M. (orgs.). Tecnologias na formaçãoe na gestão escolar, São Paulo: Avercamp, 2007.

ALVES, Lynn. **Game Over**: jogos eletrônicos e violência. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ALVES, Flora. **Gamification** - como criar experiências de aprendizagem engajadoras: um guia completo do conceito à prática. 2. ed. São Paulo: DVS, 2015.

Fadel, Luciane Maria. Ulbricht, Vania Ribas. Batista, Claudia Regina. Vanzin, Tarcísio. organizadores. **Gamificação na educação** - São Paulo: Pimenta Cultural, 2014

FREIRE, P. & HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

KENSKI, V.M. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

Kapp, K. M. (2012) **The Gamification of learning and instruction**: Game-based methods and strategies for training and education. Pfeiffer. Hoboken, NJ.

KLEIMAN, Angela. B. **Letramento e suas implicações para o ensino de Língua Materna**. Signo. Santa Cruz, v. 32 n. 53, p. 1-25, dez. 2007.

LEFFA, V. J. **Produção de Materiais para o Ensino de Línguas na Perspectiva do Design Crítico**. In: TAKAKI, Nara Hiroko; MONTE MOR, Walkyria. (Org.). *Construções de sentido e letramento digital crítico na área de línguas/linguagens***.** Campinas: Pontes Editores, 2017, p. 243-265.

LEFFA, V. J. **Gamificação adaptativa para o ensino de línguas**. Congresso IberoAmericano de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação. Buenos Aires. Anais, p. 1-12, 2014. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/Gamificacao_Adaptativa_Leffa.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora**. ECA: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Dez.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leituta**. 6. Porto Alegra: Penso, 1998.

SOARES, Magda. **Novas práticas de leitura e escrita**: letramento na cibercultura. Educação e Sociedade: Revista de Ciência e Educação, Campinas, v. 23, p. 143-160, dez. 2002.

# OS RESQUÍCIOS DA COLONIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE MOÇAMBIQUE E BRASIL

Florentino Maria Lourenço[174]
Cristiane Saraiva Bonifácio[175]

**Resumo:** O presente artigo aborda de maneira relacional a formação social brasileira e de Moçambique, país localizado no sudeste de África, enquanto povos atravessados pelo viés do racismo e da discriminação secular fruto da colonização europeia que nos dias atuais são os principais marcadores das desigualdades nos dois países. Desta maneira a intenção é discutir de forma (multi)(inter)disciplinar os inacabamentos dos processos de edificação de Nação de/para Todos, uma utopia das Constituições da República de 1988, no Brasil, e 1990, em Moçambique, especificamente se discute os impactos das assimetrias sociais no acesso e aprendizagem, assim buscam-se os pontos de resistências nas políticas educacionais e de constituição dos dois Estados. Os argumentos aqui apresentados são marcados por fatores históricos que se iniciam no período de colonização, passando pelas crises humanitárias que afetam na sua maioria populações negras, os ataques terroristas na região norte do país africano, além dos impactos deixados pela pandemia da COVID-19. Recorrendo a pesquisa bibliográfica e análise documental, cartografam-se as amarras da "herança" colonial que ainda se encontram marcantes no pensamento "democrático" das duas nações, partindo das reflexões que saltam a vista ao entrar em contato com as leis 4/83, 23 de março, lei 6/92 de 6 de Maio, 18/2018 de 28 de Dezembro, em Moçambique que instituem e regulam o Sistema Nacional de Educação, e, no Brasil, como desdobramento das ações antirracistas, as Leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, as quais modificaram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em meados da década de 1990. Como notas (in)conclusivas, depreende-se que o processo de construção das duas nações caracteriza-se por constantes rupturas, quer no campo de desenvolvimento socioeconómico, quer no campo de afirmação das suas identidades pluriculturais, o que exige um olhar focado na diferença nos campos da política e, sobretudo, no da educação popular, pública, laica e de qualidade, enquanto direito de todo cidadão.

**Palavras-chave:** Estado, política educacional, colonização, resistência.

## Introdução

A escrita é atravessada por um período em que se observa a crise humanitária instalada em Moçambique devido aos ataques terroristas na região norte do país, e no Brasil ainda se vive e se sobrevive mergulhados nos impactos da pandemia da COVID-19, tendo

[174] Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da(a)s Infância(s), Formação de Professores (as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC-FFP/UERJ). Mestre em Pedagogia e Didática pela Universidade Metodista Unida de Moçambique. Licenciado em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), RJ, Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: florentinomarialourenco@gmail.com.
[175] Mestra em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ. Graduada em Letras Português/ Espanhol pela Universidade Veiga de Almeida – UVA. E-mail: saraivabonifaciocristiane@gmail.com

se atingido a terrível marca de 685.374 mil óbitos em setembro de 2022 (PAINEL COVID, 2022). Acontecimentos estes que testam um processo inacabado de formação dos Estados moçambicano e brasileiro desde a proclamação das suas independências nacionais. Trata-se de um processo de constantes rupturas, quer no campo de desenvolvimento socioeconômico, quer no campo de afirmação das suas identidades pluriculturais que exigem um olhar focado na diferença nos campos da política e, sobretudo**,** no da educação popular, pública**,** laica e de qualidade, enquanto direito de todo cidadão. Este texto tem a intenção de discutir de forma (multi)(inter)disciplinar os inacabamentos dos processos de edificação de Nação de/paraTodos, uma utopia das Constituições de República de 1988, em Brasil, e 1990, em Moçambique.

Como metodologia, cartografa-se as amarras da "herança" colonial que ainda se encontram marcantes no pensamento "democrático" das duas nações, partindo das reflexões que saltam a vista ao entrar em contato com as leis 4/83, 23 de Março, lei 6/92 de 6 de Maio, 18/2018 de 28 de Dezembro, em Moçambique, instituem e regulam o Sistema Nacional de Educação e a 10.639/2003 e a 11.645/2008 que tornaram, no Brasil, obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, além da cultura indígena, no Currículo Escolar.

A articulação da análise documental é feita com o cruzamento dos saberes teóricos que se debruçam sobre saberes epistémicos e as questões raciais no Brasil a fim de se compreender os processos de constituição dos Estados e da Sociedade nos dois territórios. Os teóricos mencionados ao longo do texto auxiliam no estabelecimento das verossimilhanças que corporizam as políticas públicas dos Estados. Utilizando uma abordagem qualitativa, apega-se ao estudo comparado, recorrendo-se ao corpus bibliográfico delimitado, com objetivo de contribuir para o (re)posicionamento das futuras políticas públicas de desenvolvimento nacional e consolidar a consciência de identidade, cidadania e democracia nos dois países. Como pesquisadores negros, este exercício de reflexão serve para compreendermos os processos históricos sobre oacesso à educação, à participação e à valorização da diferença cultural como parte constitutivados dois estados, objetivando-se estabelecer um paralelo interpretativo entre política, sociedade e Estado, porque neles se fundem os valores históricos, éticos e ideológicos que contribuem para a construção dos sujeitos conscientes da sua realidade.

Por se tratar de uma escrita que ocorre em tempos de renovada esperança, aproximadamente três meses após a eleição presidencial no Brasil, encaixa-se como elemento central para reiterar forças e energias utópicas ligadas à construção de projetos de Estados soberanos. Pretende-se aqui, inclusive, observar novas possibilidades de avanços na educação brasileira em contra-posição aos retrocessos oriundos da última gestão do país, cujo mandato presidencial se encerrou em 2022, o qual demonstrou ser antidemocrática ao cortar verbas de setores importantes para o crescimento social, tais como educação, saúde, além de investimentos em infra-estrutura. A crise econômica atravessada pelo país foi agravada com achegada da pandemia da COVID-19, que veio acompanhada de uma grave resseção, criando um abismo ainda mais acentuado na pirâmide social, na qual a base é historicamente ocupada por afro-brasileiros, nordestinos, mulheres, crianças, idosos e remanescentes de povos originários das mais diversas etnias e regiões do país.

## Marcas do passado colonial na construção do Estado moçambicano: influência na educação, uma questão de ideologia

> *A humanidade sempre foi construída em classes e estamos em constante luta', ou seja,Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta (Marx e Engels, 2011).*

Quando se procura pensar a África ou sobre um pensamento genuinamente africano confere-se a sua existência a partir da conferência de Berlim realizada em 1884-1885, que dividiu e tomou o território africano para a sua ocupação. Apesar de ser um marco dedimensão maior e significante na história da colonização é preciso anotar que antes deste evento o continente já era alvo de exploração, expropriação e dominação, no território moçambicano já se registava a presença forte dos portugueses desde 1498.

A dominação encontraria seu fim com a independência de Moçambique, como resultado do triunfo da Luta de Libertação Nacional desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento fundado a 25 de Junho de 1962 na sequência da unificação de três movimentos nacionais que até então lutavam de maneira isolada para a libertação das suas regiões nomeadamente: *Mozambique African National Union* (MANU), União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) e União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), fundados por cidadãos de culturas diferentes e com um histórico de divisão e separação, fortemente implantado pelo regime fascista colonial, por isso as divergências entre eles aparecem como naturais do próprio processo embrionário. Assim, a sua união e, consequente fundação da FRELIMO não escapou das divergências internas, mas sempre solucionadas ou silenciadas. Uma forma deste silenciamento do pensar diferente e desconfiança gerou um lema: "quem pensa diferente é porque não está connosco, está contra nós e é reacionário". Estes últimos pertenciam aos chamados "classe infiltrada nos povos dominados", designado por reacionários que Nkrumah (2018) se referia que era preciso atacar com determinação, pois se encontrava entrincheirada entre os povos.

Viria a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), partido fundado em 1975 por André Matsangaíssa, inicialmente de ideologia anticomunista, com patrocínio dos membrosda CIA dos EUA, da organização central de Inteligência da Rodésia e do regime de Apartheid. Este último um movimento de segregação racial implantado na África do Sul. A missão da RENAMO era de se opor contra o governo da FRELIMO queixando-se do tribalismo. Tribalismo este que seria pano de fundo para surgimento de vários partidos, associações descomprometidas com a vida social e movimentos no país independente e democrático.

Como se pode notar, o país vive(u) sempre um ambiente de divisão e de falta de inclusão. As questões étnicas sempre foram deixadas de lado, ou quando debatidas foi em "porta fechada", seria esta uma 'herança' do regime colonial de nos dividir para dominar e, que nos torna frágeis e susceptíveis a dependência externa.

Assim, a sua união e, consequente, fundação da FRELIMO não escapou das divergências internas, mas sempre solucionadas ou silenciadas. Uma forma deste silenciamento do pensar diferente e desconfiança gerou um lema: "*quem pensa diferente é porque*

*não está conosco, está contra nós e é reaccionário"*. Estes últimos pertenciam aos chamados *classe infiltrada* nos povos dominados, designado por reaccionários que Nkrumah (2018) referia que era preciso atacar com determinação, pois se encontrava entrincheirada entre os povos.

Outro acontecimento que demonstra esta tendência é a sucessão de Eduardo Mondlane[176], em 1969, após seu bárbaro assassinato. Os estatutos da FRELIMO estabeleciam que, em caso de impossibilidade ou morte do presidente, o vice-presidente assumiria a liderança, no entanto, Uria Simango não assumiu a liderança tendo a FRELIMO criadotríplice comando: Uria Simango do (centro), Samora Machel e Marcelino dos Santos, ambosdo sul. Esse ato tornou evidente que dentro do movimento existiam grupos e ideologias diferentes, o que levou Uria Simango ao descontentamento e a sua posterior expulsão, tendo depois publicado textos de denúncia o tribalismo e o etnocentrismo (CHICHAVA, 2008).

No entanto, o movimento cumpriu com o objetivo central, a luta pela libertação nacional, acabar com as injustiças, com a exploração, usando como seu suporte a educação aliada ao trabalho, pois é um partido que se funda no marxismo-leninismo, ou seja, é uma demonstração de que partia de uma realidade concreta africana para se opor a luta de classes, colonizador (europeu) que negava a libertada de do colonizado (africano), e que o caminho para se desfazer do fascismo e neocolonialismo seria o socialismo e, consequentemente, uma aliança com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Apesar destas clivagens internas, a FRELIMO saia ao público como movimento sólido de todos os moçambicanos, por isso os seus *slogans* foram: "*abaixo o racismo, abaixo o tribalismo, o regionalismo, o divisionismo*". Para a educação, a tarefa era criar um 'HOMEM NOVO', de base socialista e marxista, livre da superstição, do obscurantismo e tribalismo. Todavia, este processo foi conduzido por uma tentativa forçada de partido único, de não às diferenças e, sobretudo, de recusar a diversidade religiosa, cultural, política, linguística, étnica e ideológica (CHICHAVA, 2008).

Assim, a língua portuguesa seria a oficial e de ensino, as línguas locais (bantos) passariam a ser proibidas nos meios formais do Estado e nas escolas, desencadear-se-ia um processo de apagamento dos nomes ou nomenclaturas dos locais em línguas bantu, assim se procurava "matar a tribo para construir a Nação". A formação do professor seria de base socialista, tendo como alicerce a emancipação do povo. Entretanto, o país cairia num paradoxo: como emancipar o povo e, ao mesmo tempo, recusar as suas particularidades linguísticas, culturais? Uma vez que no período pós-independência buscou-se construir a imagem de um país sem lutas de classes, divisões e sem características peculiares. No entanto, ignorar este fator recrudesceu em 1977 as divisões sociais, divergências políticas que estavam esquecidas ou ignoradas no processo de luta de libertação e Proclamação da Independência. Aliado à intolerância política, o país mergulha numa guerra civil que durou dezasseis (16)[177]

[176] Eduardo Chivambo Mondlane, nacionalista envolvido nos movimentos de libertação dos países africanos, nasceu em Gaza, distrito de Manjacaze, região sul de Moçambique, a 20 de junho de 1920. Filho de pais das classes populares escravizadas pelo regime colonial. Faz os seus estudos em Moçambique, tendo tido curtas passagens de estudos na África de Sul, Portugal, depois nos EUA, onde se torna doutor e funcionário das Nações Unidas e, mais tarde funda a FRELIMO em Dar Es Salaam-Tanzância. É oprimeiro presidente da FRELIMO, encontra a morte por via de um assassinato a 03 de fevereiro de 1969.

[177] Um ano depois da independência de Moçambique, o país mergulhou numa guerra civil, promovida pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), um partido político armado formado por forças externas e internas anti-comunistas que não apoiavam a independência Nacional e da região, trata-se de mesmas forças

anos, destruindo o país, sendo os setores de educação, saúde e transporte os mais afetados.

Seria esta guerra uma das diferentes maneiras com que o colonialismo, através do neocolonialismo/capitalismo, procura(ou) retomar a África e, especialmente, Moçambique? Criou-se um grupo que deveria estar ao serviço da classe dominante-ocidental e liberal, porque é um fato concreto afirmar que a luta de classes e o desejo de continuar se apropriandodos territórios permaneceu titânico e presente, mesmo depois das revoluções em muitos países africanos.

A democratização das Nações africanas não pode significar a retomada à dominação pelo ocidente, ela precisa se traduzir na construção de sistemas sociais, econômicos e culturaisque possibilitam a participação das camadas populares em grandes centros de debate e desenvolvimento. Todavia, este pressuposto se torna uma utopia porque as independências dos países africanos ocorrem num período em que o mundo liberal ensaiava outra forma de estar e perpetuar a colonização, o capitalismo e as teorias de Margaret Thatcher, ex-primeira ministra do Reino Unido e Ronald Reagan, antigo presidente dos EUA.

O ocidente liberal permitiu e lutou pela criação de *pequenas* alianças com alguns nativos ou nacionais dos países colonizados, formando uma *burguesia africana*, dirigida pelos quadros do exército e da polícia, *intelligentsia*, profissionais liberais, compradores (NKRUMAH, 2018) que em aliança com os interesses neocoloniais buscam manter as estruturas de uma cultura superior que controla a economia e toda cadeia de produção. Trata-se de um grupo que faz acordos com organismos internacionais, monopoliza o poder e, consequentemente, entra em conflito com as aspirações da independência e os pressupostos do socialismo científico que se procurou construir nas décadas de 1950-1970.

Esta dominância ocorre em vários setores, mas, por uma questão de seleção, atem-se aqui ao campo educacional. A educação moçambicana, apesar de ser regulada pela Lei do Sistema Nacional de Educação, já na sua terceira versão desde a independência, não escapa das influências do mercado de bens capitalistas que serve ao ocidente. No país independente, o primeiro traço que não se diluiu é a falta de diálogo e construção de um espírito coletivo, pois a euforia da independência não deu espaço para consultar aos novos filhos da Nação sobre o seu futuro como se refere Ngoenha (1993, p. 11)

> A Frelimo convidava-nos para participar, e de uma maneira que se queria activa na construção do futuro. Só que esse futuro tinha cores bem precisas, tinha traços bem determinados. Uma vez mais não nos foi perguntado qual o tipo de futuro que sonhávamos para nós e para os nossos filhos; uma vez mais se pretendia que fôssemos rápidos a responder com as nossas energias, planos e projectos, na construção de um futuro na elaboração do qual não tínhamos participado. E uma vez mais os militares estavam lá para nos obrigar a traduzir em actos, os planos futuristicos daqueles que tinham o privilégio divino de saber oque era bom para todos.

Assim, pode-se questionar, que impacto teve a revolução moçambicana na construção de uma sociedade integrada? O que não se percebemos, fingimos ou não quisemos perceber coma revolução? São várias as interpretações que se pode tirar, mas é certo que a independêncianão significou a integração do povo moçambicano na sociedade global. Na escala mundial não fomos acolhidos como seres com consciência própria

que exploravam a Antiga Rodésia do Sul (Zimbabwe). Esta guerra destruiu o país, seu fim se deu graças aos Acordosde Paz em Roma-Itália, que culminaram com a implantação do regime democrático em Moçambique.

existencialista. A revolução serviu para criar uma pequena burguesia que manteve lanços com os novos colonizadores, oscapitalistas. Não fomos capazes de nos reconciliar e lutar pelo engajamento social, tivemos muita dificuldade de olhar o outro e, por conseguinte, não construímos bases para quenascessem novas ideias.

Vale lembrar que a falta de uma consciência coletiva sobre o Plano da Nação fez com que a FRELIMO não abrisse espaços de diálogo nacional. Os meios de participação estavam subordinados a uma ideologia unilateral de uma única família política, que se considerava deter a única visão justa para a construção do país (NGOENHA, 1993). Um dos pensamentos que transitou da ideologia colonial para o pensamento de construção do Estado no período pós-independência foi a negação da nossa cultura, uma vez que, durante a colonização, toda manifestação crítica e de identidade dos povos moçambicanos era apelidada de obscurantismo, superstição, ignorância ou comportamento selvagem.

No campo da educação, os currículos ao longo da história não foram capazes de incluir a diversidade cultural, embora a Lei do Sistema Nacional de Educação desde 1983, surgida no âmbito marxista e leninista cujo objetivo era a formação do Homem Novo tenha previsto o rompimento com a ideologia colonial, ela apenas prevê que:

> [na] construção da sociedade socialista, o sistema de educação deve, no seu conteúdo, estrutura e método, conduzir à criação do Homem Novo. O sistema nacional de educação fundamenta-se nas experiências da educação desde a luta armada até à presente fase da construção do Socialismo, nos princípios universais doMarxismo-Leninismo e no património comum da Humanidade (LEI, SNE, 1983).

Não foi suficientemente tolerante às crenças regionais, a pluralidade cultural e a valores locais, pelo contrário, foi construindo concepções erróneas sobre os homens locais, através do slogan como "combater a tribo para formar a Nação", a escola como local de civilização ou aculturação são fenómenos que evidenciam que a cultura foi sendo relegada.

Apesar dos avanços da independência, da democracia, das políticas públicas, não fomos capazes de criar uma cultura movida para mudanças, a nossa política de educação carateriza-se por ser um espaço fértil para o clientelismo político de fundo oligárquico e monopartidário que fez e (re)faz com que qualquer força que busca construir uma hegemonia nacional de matriz cultural se sinta obrigada a fazer alianças com grupos tradicionais.

Na primeira República independente, esta ideia é colocada na Lei do Sistema Nacional cujo objetivo central é:

> [a] formação do Homem Novo, um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista, nomeadamente: A unidade nacional, o amor à Pátria e o espírito dointernacionalismo proletário; [...] A concepção científica e materialista do mundo; Oengajamento e contribuição activa com todos os seus conhecimentos, capacidades e energia, na construção do socialismo (LEI, SNE, artigo 4, 1983)

Nesta altura, a ideologia que domina a formação de professores em Moçambique e, simultaneamente, os currículos escolares ignora o aspeto cultural e dá maior ênfase aos conhecimentos pedagógicos e das disciplinas com conteúdo e forma ocidental como ilustra o artigo 33

> Assegurar a formação integral dos docentes, munindo-os da ideologia científica do proletariado, capacitando-os para assumirem a responsabilidade de educar e formar os jovens [...] conferir ao professor uma formação psicopedagógica e metodológica assente nos princípios da pedagogia socialista e ajustada às exigências do processo revolucionário moçambicano (LEI, SNE, artigo 33, 1983)

Assim a formação de professores vai se desenvolver numa perspectiva socialista com fortes indicadores de verticalismo e centralização pedagógica. Por essas questões, o país não possui um programa permanente de formação de professores, nem uma política clara de materialização efetiva da inclusão da diversidade cultural, porque estamos numa dependência externa que nos mergulha na crise de afirmação nacional, fazendo com que "a burguesia africana e seus acólitos disfarçados, neocolonialistas e imperialistas, vacilam" (NKRUMAH, 2018, p,24).

As indecisões e a dependência externa sem nenhuma referência ideológica coletiva vão fazer com que o país não se localize na esfera mundial e não resista ao primeiro teste da crise, visto que, de um país da esquerda comunista socialista, com a entrada do capitalismo e das organizações como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), facilmente aprimora os instrumentos da direita liberal, cabendo-lhe o espaço de se fixar por "*cima do muro",* o que, de certo modo, contribuiu para o abandono de uma economia planificada, na qual o Estado detinha maior controle da vida econômica para a economia liberal,controlada pelo mercado livre selvagem. Estes cenários repercutem-se na educação moçambicana, pois gradualmente o investimento é reduzido, além de novos atores atuarem nele, fazendo com que as políticas do FMI e BM sobrepõem-se aos planos nacionais.

**Breve histórico acerca do arcabouço racista que forjou as desigualdades no Brasil**

É inegável que o Brasil é um país marcado pelas desigualdades sociais desde que os exploradores europeus aportaram nesta região da América do Sul, no século XVI, cujas marcas da exploração econômica e social reverberam até os dias atuais. Não muito diferente de outros países com o um perfil socioeconômico parecido, como, por exemplo, Moçambique,localizado no sudeste da África, que, como aqui, foi colônia de Portugal e objeto da espoliação europeia.

Embora a temática relacionada ao racismo estrutural esteja presente em muitos estudossobre as causas das desigualdades, essa modalidade de discriminação e hierarquização das relações sociais existe no Brasil há séculos. Assim como em outras partes do mundo, aqui a escravidão foi pautada no racismo, ou seja, desde o período colonial, a população afro-brasileira foi colocada numa posição de inferioridade aos indivíduos brancos que, inicialmente, eram de origem europeia. Além disso, o racismo presente em várias instâncias da estrutura social fez com que esse *status quo* se estendesse até o século XXI, por meio de mecanismos de segregação, que roubam dos menos favorecidos as escassas oportunidades no campo da educação, principalmente no ensino superior e no mercado de trabalho, resultando em piores condições de moradia, mais trabalhadores informais, menos acesso à saúde, dentre outros indicadores, conforme dados estatísticos divulgados periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Outro fator relevante a ser considerado, nesse cenário, está ligado a questão do mito

dademocracia racial, oriundo do ensaio realizado pelo sociólogo Gilberto Freyre (1933), cuja obra "Casa Grande e Senzala" foi escrita sob a perspectiva do colonizador, que objetivou ressaltar supostos benefícios da miscigenação para a formação da população brasileira, sem considerar que tal mistura se originava, muitas vezes, de estupros sofridos por mulheres negras. E ainda em seus escritos, o ensaísta exaltou o heroísmo português ao colonizar o Brasil, dando pouca relevância, mesmo que não a negasse, à opressão imposta por senhores de engenho aos escravizados; uma vez que Freyre não reconhecia que a tais relações de poder colocava o afro-brasileiro como o sujeito submetido à exploração e o fazendeiro, na maioria dos casos, como o seu algoz.

Apesar de muito criticado por outros sociólogos, antropólogos e investigadores contemporâneos, que do mesmo modo se debruçaram sobre a questão racial no Brasil, Freyre foi um dos precursores na discussão, ainda que de forma superficial e romântica, sobre as desigualdades no pós-abolição, abrindo caminho para estudos mais aprofundados como os realizados por Florestan Fernandes (1978), Kabengele Munanga (2010), Ahyas Siss (2003, dentre outros pesquisadores, inclusive da atualidade que deram continuidade a tais estudos.

A dívida que este país sul-americano tem com os descendentes de africanos escravizados e com os povos originários é histórica. Cabe ressaltar que no período pós-abolição não houve a menor preocupação, por porte do poder público, em desenvolver políticas sociais reparatórias que pudessem promover, por exemplo, um processo de reforma agrária que permitisse aos libertos do regime escravocrata de empreender, iniciando suas plantações nos moldes da atual agricultura familiar. Sendo assim, não foram implementadas medidas que permitissem que essa parcela da população exercesse a cidadania plena, conforme determina a Constituição Federal, que menciona o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e outros meios que asseguram o bem-estar social. As disparidades sempre estiveram presentes nas relações sociais brasileiras, as quais foram e ainda são atravessadas, inclusive na atualidade, por fatores ligados à classe, gênero e principalmente raça.

Entende-se como raça, no contexto deste artigo, não no seu sentido biológico, o qual já foi refutado por muitos estudos científicos, mas sim como uma construção social, conforme descrito nos estudos de Munanga (2010), pois a disseminação do conceito de raça no Brasil contribuiu para a hierarquização das relações sociais, nas quais os indivíduos negros eram e ainda são colocados em condição subalterna aos brancos ou aqueles que são possuidores de um fenótipo análogo ou próximo ao das características europeias, ainda que com nuances distintas. Essa hierarquização, mencionada pelo estudioso supracitado, perpassa por várias esferas sociais, que vai desde as relações de trabalho, passando pelo grupo familiar, nas relações afetivas, dentre outras áreas de atuação social.

No caso da educação, a hierarquização provocada pelo racismo pode ser comprovada por meio de estatísticas oficiais que comparam, por exemplo, os cursos universitários que são ocupados majoritariamente pelo grupo dominante, como é o caso de medicina, engenharia nosmais diversos segmentos, além de odontologia, arquitetura e outras áreas cujas remunerações são mais expressivas, capazes de promover mobilidade econômica e social; enquanto outras profissões, que não exigem nível superior ao trabalhador, continuam sendo ocupadas por afro-brasileiros, como, por exemplo, as que exigem apenas o trabalho braçal, que se mostramcomo um desdobramento do período da colonização até o 13 de maio de 1888.

De acordo com Hasenbalg (1979), em virtude de a sociedade brasileira encontrar-se

atravessada por uma ideologia que naturalizava a hierarquização das relações sociais, os indivíduos, por si sós, reconheciam suas posições, sem necessariamente que houvesse uma força estatal, por exemplo, que cumprisse a tarefa de determinar os lugares a serem ocupados. Por isso, a relação estabelecida entre formação acadêmica e trabalho, baseados no critério racial, tornou-se muito eficaz, fazendo com que o racismo deixasse de ser um mero artifício orquestrado pelas classes dominantes para fragmentar as relações entre os trabalhadores.

> devido aos efeitos de práticas discriminatórias sutis e de mecanismos racistas mais gerais, os não-brancos têm oportunidades educacionais mais limitadas que os brancos de mesma origem social. Por sua vez, as realizações educacionais dos negros e mulatos são traduzidas em ganhos ocupacionais e de renda proporcionalmente menores que as dos brancos (HASENBALG, 1979, p. 221)

Além de não propiciar nenhum tipo de reparação aos libertos das senzalas, o governo brasileiro estimulou a vinda de imigrantes europeus para cá sob a alegação de que, como o país precisava se modernizar para atender às demandas capitalistas, seria necessária mão de obra especializada para operar as máquinas das industriais que surgiam no final do século XIX e início do XX nas principais metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em Minas Gerais. O processo imigratório fez com fez com que os indivíduos oriundos de diversas regiões da Europa, principalmente de Portugal, Alemanha e Itália, obtivessem vantagens sobre os afro-brasileiros, uma vez que o privilégio de ser branco já lhes permitia um lugar social que não era oferecido aos negros e negras libertos do trabalho braçal e isento de remuneração.

Para Siss (2003), a negligência do poder público no que diz respeito a implementação de políticas reparatórias fez com que os afro-brasileiros ficassem entregues à própria sorte, emfunção de o incentivo à imigração ter favorecido ao europeu em detrimento dos ex-escravizados e seus descendentes, como descrito no fragmento abaixo:

> (...) o período que se seguiu à abolição do modo de produção escravista não se fez acompanhar de instrumentos que, de maneira efetiva, possibilitassem ao segmento populacional afro-brasileiro superar às péssimas condições de vida, oriundas de sua submissão ao regime de trabalho escravo por mais de 350 anos, a entrada acelerada e em grande escala de imigrantes brancos trouxe como consequência, em algumas regiões, o agravamento da redução das chances de ingresso e de competição dos afro-brasileiros por posições diferenciadas no mercado de trabalho urbano emergente. (SISS, 2003, p. 33)

Sendo assim, o racismo presente na ideologia social brasileira procurou manter-se sempre atualizado para que as ocupações laborais subalternizadas fossem, na maioria das vezes, ocupadas por negros, não somente como foi no pós-abolição, mas como segue sendo na contemporaneidade, ainda que medidas reparatórias tenham sido adotadas nas duas primeiras décadas do século XXI, visando atenuar os efeitos das disparidades sociais, conforme será abordado a seguir.

**Algumas mudanças na legislação educacional como medidas reparatórias**

No Brasil, promulgada um século após o fim do regime de escravidão, ou seja, em 1988, a última Constituição Federal não faz distinção entre brasileiros e brasileiras, pelo

contrário, o dispositivo, com a força da lei, garante que todos tenham acesso a direitos essenciais ao desenvolvimento humano, como, por exemplo, saúde, moradia, saneamento básico, dentre outros, os quais visam assegurar o bem-estar da população. No entanto, de acordo com dados de órgãos oficiais, como o IBGE, na prática, direitos essenciais são violados constantemente, impedindo o exercício da cidadania plena por parte de muitos indivíduos, assegurando a manutenção das disparidades.

O acesso à educação se constitui um direito essencial, mesmo que básico, no entanto a escola é fortemente afetada pelas relações sociais assimétricas, por isso o ensino no Brasil, tomando o 13 de maio de 1888 como recorte temporal, não foi planejado para atender a diversidade cultural e étnica presentes no país. Para Hasenbalg (1979), em virtude de aeducação no Brasil estar permeada pelas desigualdades, a permanência de não-brancos nos bancos escolares é significativamente menor que a do grupo dominante, o que se reflete posteriormente nas ocupações profissionais. De acordo com Munanga (2010), a falta derepresentatividade no meio escolar, cria no indivíduo a falsa ideia de não pertencimento, isto é, de que aquele espaço físico, destinado à aprendizagem formal, não foi construído paraatender a todos por direito, mas sim para um grupo social que goza de privilégios.

> Ninguém se sentiria orgulhosamente membro de sua família, de sua comunidade religiosa, de sua linhagem, de sua etnia e de sua nação, se durante o processo de educação e socialização, não fossem enfatizados e inculcados os valores positivos dessas comunidades de pertencimento. (...) Daí a importância e a urgência de um outro modelo de educação que enfatizea convivência pacífica e igualitária das diferenças numa sociedade plural como a nossa, na qual gêneros, "raças", etnias, classes, religiões, sexos etc. se tocam cotidianamente no mesmo espaço geográfico. Por isso, o conceito de educação e de uma pedagogia multicultural está invadindo com muita força o vocabulário dos educadores no século XXI. (MUNANGA, 2010, p. 177)

Além de a educação, no Brasil, não ter sido planejada para contemplar o multiculturalismo, o pouco incentivo à permanência dos não-brancos nas escolas sempre foi acentuado, muitas vezes pelo trabalho precoce para aumento da renda familiar, bem como os conteúdos escolares foram predominantemente etnocêntricos, os quais supervalorizavam a cultura europeia em detrimento das demais, como, por exemplo, a africana e dos povos indígenas que tanto contribuíram para o crescimento do país.

Este cenário é criticado por Freire (2014) quando o processo pedagógico não consideraas experiências vividas pelo educando, tornando a *praxis* opressora e, em vez de formar e transformar, deforma e impede que o indivíduo exerça plenamente seu papel social de cidadão. Segundo esse pedagogo, a *praxis* precisa ser libertária, ou seja, necessita dispor de meios que permitam que o oprimido se reconheça sujeito de direitos e deveres.

A ausência de políticas públicas que promovessem a igualdade racial entre o grupo dominante e os menos favorecidos, no que diz respeito a direitos básicos, principalmente relacionados à educação, no período seguinte ao pós-abolição até a década de 1990. Sendo que neste último período, por meio de pressões internacionais e principalmente dos Movimentos Negros, iniciou-se um processo de implementação de iniciativas estatais e privadas quepudessem reduzir as desigualdades, embora a atuação desses movimentos não fosse recente, uma vez que as lutas fizeram parte dos enfrentamentos da Frente Negra Brasileira,do Teatro Experimental do Negro, dentre outros, os quais já vinham investindo

nas lutas anti-racistas desde o fim da escravidão. Segundo Siss (2003, p. 22), "o Movimento Negro nacional deve ser compreendido como o conjunto das iniciativas de natureza política, educacional, cultural, de denúncia e de combate ao preconceito racial e às práticas racistas."

Nesse contexto, os primeiros anos do século XXI, no Brasil, foi marcado por diversas políticas públicas que puderam atenuar as disparidades sociais, retirando da linha da pobreza e miséria extrema uma parcela significativa da população, por meio de programas de habitação, renda, trabalho e educação. Ainda no período em questão, as discussões em torno da temática anti-racista seguiram aquecidas, as quais deram origem ao Estatuto da Igualdade Racial, as cotas no serviço público e ensino superior, o que fez com que o ingresso de não brancos nas universidades aumentasse de forma expressiva, conforme estatísticas oficiais, extraídas de órgão como o IBGE (2022).

No que diz respeito à educação básica, que vai dos quatro aos dezessete anos de idade, apesar de sua última edição ter sido promulgada já quase no final do século XX, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de número 9394, de 1996, que ainda não contemplava o multiculturalismo/interculturalismo nas suas orientações às instituições de ensino, foi alterada com a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história da África e da cultura afro -brasileira nos ensinos fundamental e médio; além da Lei 11.645, de 2008, que contemplou o estudo da história e cultura indígena no mesmo bojo.

Atualmente, além da LDB, existem outros dispositivos legais destinados a guiar a educação brasileira, como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, inclusive, contempla a educação das relações étnico-raciais e visa orientar as instituições de ensino público e privado no que tange à elaboração de seus currículos. No entanto, mesmo que outras leis tenham sido promulgadas, na segunda década deste século, destinadas a equacionar os problemas que norteiam o ensino formal no Brasil, inúmeros retrocessos ocorreram concomitantemente a esses avanços, exigindo lutas intensas por parte do Movimento Negro, nas suas mais diversas ramificações, com sua militância incansável, noque diz respeito a cobrança para implementação de políticas públicas que possam, se não eliminar, atenuar os impactos das desigualdades entre brancos e não-brancos, pois do contrário, a violência simbólica (Bourdieu 1989), reproduzida no ambiente escolar e fora deste, contribuirá ainda mais para a perpetuação das disparidades.

Sendo assim, ainda que muitas iniciativas tenham contribuído para a mobilidade socialde afro-brasileiros, indígenas e demais minorias políticas, entre 2000 e 2015, início da crise econômica, a gestão do penúltimo governo brasileiro, que começou em 2018, cuja gestão foi marcada por um forte retrocesso na economia, agravado pela chegada da pandemia da COVID-19, que aumentou o desemprego, empurrou uma fatia da população para retorno aos índices da extrema pobreza, bem como aumentou a evasão escolar, além de reduzir o número de estudantes no ensino superior, reforçada por inúmeros cortes de verbas em vários setores sociais, cujos reflexos ainda não são possíveis de serem mensurados em sua totalidade, pois as sequelas deixadas por esse período ainda vão reverberar por muito tempo nas entranhas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, essas reflexões apontam para a necessidade de se pensar sobre novas estratégias de superação e desconstrução do racismo estrutural, visando uma sociedade mais justas e que promova a equidade. Para tanto, é preciso que haja troca de vivências e experiências internas e externas, entre as regiões brasileiras, marcadas pelas

desigualdades, como norte e nordeste, mas, inclusive, para fora do país, como é o caso de Moçambique, que compartilha com o Brasil dores e lutas históricas, pois somente assim será possível promovera descolonização de um saber etnocêntrico, fortalecendo laços que resultem em avanços e mobilidades sociais para ambos os países.

**Considerações finais**

Ao longo da dominação colonial nas províncias ultramarinas, como erroneamente designou o regime colonial português, buscou-se construir uma imagem de que o contacto entre os portugueses e povos da África e Brasil foi sem violência, sem descriminação racista e de classe, esta ideia reforçava a não necessidade de independência dos povos das colônias portugueses. Aliás, foi com esta intenção que António de Oliveira Salazar, tentando disseminar à imagem d e fora, os discursos na sua maioria, enviados em forma de relatórios à corte portuguesa, descreviam uma harmonia nos contatos com os territórios ultramarinos e tão pouco se denuncia, nem que se fosse a mais leve ideia de superioridade ou discriminação racial.

Embalado no mesmo prisma de servidão ao regime Salazar, sob um olhar formado pelas teorias culturalistas da época e de uma ideologia dominada pelo regime fascista, Gilberto Freyre, no seu livro "Casa Grande & Senzala", como mencionado inicialmente, esboça uma teoria de suavização e romantização do contato dos portugueses e os povos indígenas, pois segundo ele, o povolusitano teve maior adaptabilidade e estava consciente e preparado espiritualmente, pela Igreja Católica Romana, para desenvolver bom relacionamento com outras etnias e raças. De certo modo, refuta-se a ideia de etnocentrismo e discriminação e exploração.

> [o] que se sente em todo esse desadoro de antagonismos são as duas culturas,a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam (FREYRE, 1993, p.69).

Trata-se de uma escrita que encontra fundamento na posição que o autor ocupou, a de pertencer a uma classe alta. Na verdade, se sabe que o encontro entre portugueses e os povos colonizados operacionalizou-se pela mais brutal violência simbólica, física e sexual, que tão pouco propiciou trocas suaves e humanizadas, cuja fé e a moral religiosa foi usada para dominar, implantar a ideologia excludente e explorar.

Segundo Mondlane (1975), em 1962, Andrew Marshall publica um estudo sobre Moçambique, onde se nota a tendência de esconder a real situação de escravidão, neste estudo lê-se "pode argumentar-se que alguns territórios da África, portuguesa, particularmente em Moçambique, o domínio português tem mantido uma atmosfera de paz e aparente contentamento" (p. 8).

Os dois povos, brasileiros e moçambicanos partilham uma história de dura escravidão protegida ao nível internacional pela Inglaterra e a ilusão de que o racismo não fazia parte da ideologia de dominação portuguesa. Outrossim, procura-se convencer que a história dos nossos povos inicia com a chegada de Vasco da Gama em Moçambique e pela "Carta de Pêro Vaz de Caminha" no Brasil, esquecendo-se que, antes destes acontecimentos, existiam

vidas e formas de organização dos "Estados". No caso de Moçambique, registrava a presença Árabe que fazia as trocas comerciais, tendo deixado a sua influência na religião e cultura nas regiões costeiras, principalmente no norte do país.

Foi esta ideologia de dominância que se instalou nas ex-colónias que (re)configurada transita para as repúblicas independentes. No caso de Moçambique, apesar de ter conquistado a sua independência e realizado uma revolução, a verdade é que a forma de organização do Estado reporta a falta de uma ruptura com o passado colonial, a busca pelo moderno tem como referência a ideologia colonial, pois não transformamos as estruturas econômicas e sociais, não reconhecemos a tribo, a etnia no pacto da independência. Mantiveram-se as pequenas burguesias, os modos de produção, pois a economia e o desenvolvimento continuama ser determinados em meios estrangeiros e no mercado externo, o que faz com que a nível interno as estruturas não se consolidem.

Nós, enquanto pesquisadores dos processos revolucionários dos países africanos de expressão portuguesa, especificamente de Moçambique em mãos com os latinos americanos, o nosso exercício corrobora com as teorizações de Marx de nos tornarmos cidadãos conscientes da nossa própria condição, pois "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que sedefrontam diretamente, legados e transmitidas pelo passado" (MARX, 2011, p.25).

Terminamos a nossa escrita forjada na esperança da realização da metáfora apresentada por Marx, na sua análise em 18 Brumário, "quando o manto imperial finalmente cair sobre os ombros de Luís Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão despencará do alto da coluna de Vendôme" (MARX, 1962, p.18). Assim, o não combate da burguesia local, ao racismoestrutural, institucional e intersubjetivo nos dois países fez e fará com que os povos africanose brasileiros continuem dóceis presas do capitalismo mundializando, sem um despertar que torna crucial e oportuno pensar a realidade e as transformações históricas e políticasnecessárias com otimismo da vontade.

**Referências**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel:1989
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC),** 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004.

_____. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. DOU, Brasília, 10 jan. 2003.

_____. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. DOU, Brasília, 10 jan. 2003.

CHICHAVA, Sérgio. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**.Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed., vol. I e II,São Paulo: Editora Ática, 1978.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa.** SãoPaulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e Desigualdades no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal.1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich.**Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes,2011.

MARX, Karl***. O* 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro: Ed. Crônica,1962.

MOÇAMBIQUE, República de. **Sistema Nacional de Educação – Lei 18/2018 de 28 dedezembro.** Maputo: Assembleia da República, 2018.

**_____. Sistema Nacional de Educação- Lei nº 6 de 6 de maio**. Maputo: Assembleia daRepública, 1992.

MOÇAMBIQUE, República Popular de. **Projeto da Lei do Sistema Nacional de Educação – Lei nº 4/83 de 23 de março.** Maputo: Assembleia Popular, 1983.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

MUNANGA, K. **Teoria Social e Relações Raciais no Brasil contemporâneo**. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). Cadernos PENESB – 12: Especial Curso ERER. Niterói: EdUFF, 2010.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana: Das Independências as liberdades**: Edições Paulistas-África, 1993.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de Classes em África**. Edições Nova Cultura, 2018.

SISS, A. **Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa:** razões históricas. Rio de Janeiro. Quartet. Niterói, 2003.

LITERATURA, SOCIEDADE, CULTURA E DIREITOS HUMANOS

GAIA

GRUPO DE PESQUISA
UFG

UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FE
Faculdade de Educação

PPGLL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA